

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CARLOS AUGUSTO ADDOR

UM HOMEM VALE UM HOMEM
MEMÓRIA, HISTÓRIA E ANARQUISMO NA OBRA DE EDGAR RODRIGUES

NITERÓI
2012

CARLOS AUGUSTO ADDOR

**UM HOMEM VALE UM HOMEM
MEMÓRIA, HISTÓRIA E ANARQUISMO NA OBRA DE EDGAR RODRIGUES**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: História Contemporânea.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. ISMÊNIA DE LIMA MARTINS

Niterói
2012

CARLOS AUGUSTO ADDOR

**UM HOMEM VALE UM HOMEM
MEMÓRIA, HISTÓRIA E ANARQUISMO NA OBRA DE EDGAR RODRIGUES**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: História Contemporânea.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. ISMÊNIA DE LIMA MARTINS – Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. JORGE LUÍS FERREIRA
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. FREDERICO ALEXANDRE DE MORAES HECKER
Universidade Mackenzie

Prof^a. Dr^a. MAGALI GOUVEIA ENGEL
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. ALEXANDRE RIBEIRO SAMIS
Colégio Pedro II

Suplentes

Profa. Dra. DENISE ROLLEMBERG (UFF)
Profa. Dra. ÂNGELA MARIA ROBERTI MARTINS (UERJ)

Niterói
2012

Para Alexandre, meu pai (*in memoriam*) e Altair, minha mãe (*in memoriam*),
que tanto me amaram, que tanto me ensinaram.

Para Ana Lúcia, mais uma vez, com amor.

Com amor, também mais uma vez, para minhas filhas Elisa e Laura,
minha vida que segue...

À memória de Afonso Carlos Marques dos Santos e Francisco Medeiros Soeiros,
historiadores, queridos amigos, e de Ana Cristina César, poeta, amiga querida.

Para José Saramago e Lima Barreto.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese de doutorado é sempre um processo longo e complexo. No meu caso, foi um processo duplamente longo e complexo. Portanto, há muitas pessoas a agradecer, e não pretendo poupar palavras, nem páginas.

Meu primeiro agradecimento é para minha orientadora, a Professora Ismênia de Lima Martins. Sua orientação serena e segura, sem me pressionar nem, a cada momento, cobrar resultados parciais, foi fundamental para o êxito dessa empreitada. Conheço Ismênia, e posso dizer que somos, além de colegas de trabalho, amigos, há décadas, desde os anos setenta. A professora participou, ao longo da minha formação intelectual e da minha vida acadêmica, de nada menos que seis bancas. Em 1974, a Professora Ismênia esteve na banca de concurso ao mestrado da UFF e, em 1976, na banca – momento fundamental na minha vida profissional – de concurso público para o corpo docente do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, na área de História do Brasil, ou seja, para a carreira do magistério público federal. Em setembro de 1985, quando defendi, no programa da UFF, minha dissertação de mestrado, *Rio de Janeiro, 1918: a Insurreição Anarquista*, a Professora Ismênia Martins estava na banca, que recomendou a publicação do trabalho, ao lado dos saudosos colegas Victor Vincent Valla (então meu orientador) e Eulália Lahmeyer Lobo. Na virada de 2007 para 2008, quando decidi retomar o projeto do doutorado, Ismênia estava na banca do concurso para a área de História Contemporânea II. Em março de 2011, já como minha orientadora, a professora estava, naturalmente, na banca do exame de qualificação. E agora, abril de 2012, na banca de defesa da tese de doutorado. Neste último trabalho, a Professora Ismênia sugeriu o tema – um estudo da obra de Edgar Rodrigues, memorialista do anarquismo – e, ao longo do processo de elaboração da tese, fez importantes indicações e sugestões. Obrigado por tudo, Ismênia.

Agradeço ao Professor Jorge Ferreira, meu ex-aluno, e colega, já há muitos anos, no departamento de História da UFF. Jorge, ao lado de Ismênia, foi quem mais me incentivou a retomar o doutorado, depois de uma experiência não concluída, por razões basicamente de ordem pessoal, na Unicamp. A bibliografia de seu curso sobre “A Experiência Democrática no Brasil (1945-1964) – Historiografia e História” foi importante para a elaboração dos Capítulos 4 e 5 da minha tese; além disso, algumas de suas sugestões e propostas encaminhadas no exame de qualificação foram incorporadas à tese.

O Professor Alexandre Hecker também fez valiosas sugestões e propostas para aprimorar o meu trabalho, não só no exame de qualificação, como também numa posterior conversa informal. Obrigado, Alexandre.

Agradeço a Professora Magali Engel, também minha ex-aluna e também historiadora brilhante e reconhecida, por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa da minha tese de doutorado. Temos, Magali e eu, assim acredito, afinidades ideológicas, historiográficas e literárias, dentre as quais o apreço pela obra de Lima Barreto.

Agradeço o Professor Alexandre Samis, historiador e militante do anarquismo, autor de belas teses sobre a Clevelândia e sobre Neno Vasco, companheiro no processo de fundação do Grupo de Estudos do Anarquismo (GEA), e em vários colóquios sobre o anarquismo, também por aceitar o convite para participar da banca de defesa da tese de doutorado. Samis também me emprestou seu exemplar do livro, esgotado, de Edgar Rodrigues, *Na Inquisição do Salazar*.

Em 2008 a Professora Denise Rollemberg ofereceu, no programa da UFF, o curso “Memória, História e outros conceitos: uma revisão historiográfica do Tempo Presente”. O curso, centrado nas discussões em torno da França ocupada pela Alemanha nazista, foi para mim de grande proveito, principalmente no que diz respeito às leituras e debates sobre teoria e metodologia da história, as relações entre memória e história e as reflexões em torno da chamada história do tempo presente. Agradeço a Denise pelo curso, pela sugestão de algumas outras leituras e também por aceitar a indicação de seu nome para compor a suplência da banca de defesa da tese.

Agradeço a Professora Ângela Roberti Martins, que gentilmente me cedeu uma cópia da *Musa Libertária*, de Lily Litvak; e também aceitou a indicação de seu nome para compor a suplência da banca.

Alguns amigos dos tempos do IFCS/UFRJ, anos setenta, sempre me estimularam a retomar e concluir o doutorado. Agradeço a José Ricardo Ramalho (meu compadre), sociólogo, e a Lana Lage e Leila Duarte, historiadoras.

Dos tempos do IFCS vem a amizade com Guilherme Neves e Humberto Machado, hoje colegas na UFF, que também sempre me incentivaram no mesmo sentido. Obrigado aos dois.

Alguns amigos da UFF também me incentivaram a concluir a tese. Agradeço então a Luiz Carlos Soares, Théo Piñeiro, André Luiz Campos (hoje na UERJ), Carlos Gabriel Guimarães, Luis Felipe Neves e Fernando Faria.

Agradeço a Ronaldo Vainfas, que me emprestou um exemplar de seu instigante livro sobre a *Micro-história*, e também me sugeriu, há anos, a (re)leitura dos *Combates pela História*, de Lucien Febvre.

Meu agradecimento a Fernanda Bicalho e a Georgina Santos, com quem, em diferentes momentos e ocasiões, troquei impressões e opiniões sobre a obra de José Saramago.

Ao amigo Francisco José Silva Gomes, ex-colega na UFF (e também no Colégio Estadual Amaro Cavalcanti) por vários anos, agradeço a lembrança da Livraria Camões, onde encontrei vários bons livros sobre a história da República Portuguesa.

Agradeço as amigas e colegas da UFF Mariza Soares (minha vice-chefe de departamento no biênio 2000-2002), Regina Celestino e Cecília Azevedo, que nos sucederam na chefia, pelo estímulo para retomar e concluir o doutorado.

O colega Marcelo Badaró gentilmente me cedeu um exemplar da tese, por ele orientada no programa da UFF, de Tiago Bernardon sobre o anarquismo no Brasil; e também foi suplente da banca do exame de qualificação. Obrigado, Marcelo.

Agradeço ao amigo e colega do departamento de Ciência Política da UFF, Cláudio Farias Augusto, companheiro de viagens ao PURO, que também gentilmente me cedeu uma cópia do livro, esgotado, de Edgar Rodrigues, *O Retrato da Ditadura Portuguesa*.

Muitos amigos e/ou colegas (ou ainda, ex-colegas) do departamento de História da UFF também me deram “força”, em vários sentidos, para concluir o doutorado. Seguem os agradecimentos: Ana Mauad, Angela Gomes, Antonio Edmilson Rodrigues, Bernardo Kocher, Cezar Honorato, Daniel Aarão Reis, Fátima Gouveia (*in memoriam*), Gizlene Neder, Gladys Ribeiro, Hebe Mattos, Helena Muller, Ilmar Rohloff de Mattos, Jorge Miguel Mayer, Laura Maciel, Leandro Konder, Luciano Figueiredo, Manuel Rolph, Marcelo Bittencourt, Márcia Motta, Marco Pamplona, Marcos Alvito, Margarida Neves, Mario Grynzspan, Martha Abreu, Norberto Ferreras, Paulo Knauss, Rachel Soihet, Rogério Ribas (*in memoriam*), Ronald Raminelli, Sheila de Castro Faria, Sonia Mendonça, Sonia Rebel, Vânia Fróes e Virgínia Fontes.

Agradeço também a outros amigos e/ou colegas do ICHF, pelo mesmo incentivo: Ana Motta, Antonio Serra, Bárbara França, Francisco Palharini, José Novaes, Luis Carlos Fridman, Márcia Moraes, Maria Lúcia Pontual, Maurício Martins e Renato Lessa .

Agradeço a Robson Achiamé, editor, com quem adquiri muitos livros, alguns raros e/ou esgotados, de Edgar Rodrigues, ampliando assim consideravelmente meu acervo pessoal sobre a obra do autor estudado na tese de doutorado; e a Renato Ramos, pesquisador do

anarquismo, que xerocou para mim algumas obras de Edgar Rodrigues, também raras, pertencentes ao acervo da Biblioteca Social Fábio Luz.

Agradeço, mais uma vez, aos meus irmãos Alex (Alexandre Addor Neto), Mario (Augusto Addor) e Avelina (Addor), por nossa longa e sólida amizade, sempre renovada. Alex foi importante na minha formação intelectual, e também para duas opções que fiz, ainda bem jovem: uma, profissional, pelas Ciências Humanas e pela História; outra, política e existencial, pela esquerda. Um abraço, Alex, do irmão caçula, extensivo aos manos Mario e Avelina.

Agradeço ao meu sogro (e amigo) Nicolau Mader, por muitas boas conversas, inclusive sobre história do Brasil, algumas vezes regadas por vinhos de excelente qualidade. E também aos meus enteados Luiza e Leonardo e ao meu sobrinho Alexandre, aos quais amo (quase) como meus filhos, pelos anos de amistosa convivência. Agradeço ainda ao amigo José Luiz Mader, pelas ótimas conversas e caminhadas.

A Moacyr Fonseca, amigo desde os tempos do Colégio Pedro II, no Humaitá, anos sessenta, agradeço o incentivo. E também aos amigos de infância ou de juventude, Álvaro Machado, Heros Vital Brazil, Marco van Hombeck, Eliane Costa e Paulo César Bottas.

Agradeço a Renata Bondim, que formatou a primeira versão de uma parte da tese, encaminhada ao exame de qualificação. E a Maria Cristina Jeronimo, que fez uma excelente revisão da versão final da tese. Laura Addor também ajudou na revisão: obrigado, Laurinha.

Quero agradecer aos servidores técnico-administrativos da área de História, ou do ICHF, da UFF, Silvana, Inez, Haydée, Livia, Etelma, Joceli, Roberto, David, Rafael, Manuel e Tião, por sua amizade e solicitude.

Agradeço às colegas do doutorado, Cacilda Sayuri, Janaína Cordeiro e Luíza Lamarão, pelo incentivo para a conclusão da tese. E também às ex-alunas do curso de graduação em História da UFF, Mariana Affonso Penna e Priscila Carvalho, que participaram da fase inicial da pesquisa sobre a obra de Edgar Rodrigues.

Um agradecimento (tardio) à CAPES. No final dos anos oitenta, início dos noventa, com licença da UFF vinculada ao PICD, comecei a cursar o doutorado em História Social do Trabalho na Universidade Estadual de Campinas, instituição onde fui muito amistosamente acolhido. Completei os créditos e cheguei a esboçar um projeto de tese, que seria naquela ocasião sobre a Esquerda Democrática, um dos núcleos (re)fundadores do Partido Socialista Brasileiro, nos anos quarenta. Entretanto, por razões basicamente de ordem pessoal, não consegui concluir a tese. Penso que agora, apresentando esta tese no programa de doutorado

em História da Universidade Federal Fluminense, estou saldando essa dívida institucional; e também, e talvez principalmente, uma dívida comigo mesmo.

De qualquer forma, fiz na Unicamp excelentes cursos, e aproveitei a oportunidade para agradecer (também tardiamente) aos Professores Marilena Chauí, Edgar de Decca, Marco Aurélio Garcia e Michael Hall, que seria (começou a ser) meu orientador. Agradeço também a alguns colegas do doutorado na Unicamp: Regina Beatriz Guimarães, em cuja casa nosso grupo preparou um seminário sobre Claude Lefort para o curso da Marilena; Osvaldo Machado, que gentilmente me cedeu um exemplar do Boletim da Comissão Executiva do Terceiro Congresso Operário Brasileiro, documento que usei nesta tese; Carlos Roberto (Beto) Horta, da Universidade Federal de Minas Gerais, companheiro de muitas viagens no trajeto Campinas – São Paulo; Miriam Baía, que nos hospedou (a mim e ao Beto) algumas vezes em Campinas.

Agradeço ao meu primo, e amigo, Eduardo Alberto Addor, que, quando eu estudava na Unicamp, me hospedou inúmeras vezes em sua casa em São Paulo; e a outro primo, também amigo, João Celestino Correa Cardozo Neto, que confirmou para mim algumas informações sobre nossos ascendentes portugueses.

Agradeço aos meus genros, Uirá Bueno e Tiago Tostes, que me ajudaram a trocar o cartucho da impressora nova. Confesso ter uma certa dificuldade para colocar em prática o princípio da pedagogia libertária da articulação do trabalho intelectual com o trabalho manual. E também a Aldo José Ribeiro, sempre eficiente e atencioso na manutenção, há anos, do meu computador.

Mais um importante agradecimento: a Sérgio Freitas, meu terapeuta, doutor em Psicanálise e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; seu apoio e incentivo foram fundamentais para o êxito dessa longa empreitada. Agradeço também ao meu médico homeopata, Maurício Tatar, que muito tem contribuído para manter minha saúde em bom estado.

Por fim, agradeço a Oscar Zola dos Santos Correia, filho de Edgar Rodrigues, que gentilmente me prestou algumas informações sobre a sua família.

“SER HISTORIADOR É, PELO CONTRÁRIO, NUNCA SE RESIGNAR.”

Lucien Febvre

“AO PODER, A PRIMEIRA COISA QUE SE DIZ É ‘NÃO’.

NÃO POR SER UM ‘NÃO’, MAS PORQUE O PODER TEM DE SER PERMANENTEMENTE VIGIADO.

O PODER TEM SEMPRE TENDÊNCIA PARA ABUSAR, PARA EXORBITAR.”

José Saramago

“O ÚNICO VERDADEIRO REALISTA É O VISIONÁRIO.”

Federico Fellini

RESUMO

O tema desta tese é a obra de Edgar Rodrigues, memorialista do anarquismo no Brasil e em Portugal. A partir da análise da obra deste autor, composta por mais de cinquenta livros e cerca de mil e oitocentos artigos, publicados, tanto os livros como os artigos, em vários países, e produzida ao longo de um período que ultrapassa cinco décadas, procuramos escrever, ou reescrever, uma história do anarquismo e de suas relações com o movimento operário e sindical no Brasil, num recorte cronológico bastante amplo, que se estende da Proclamação da República, em 1889 até o Golpe Civil-Militar de 1964. Buscamos sempre relacionar a obra de Edgar Rodrigues à sua vida e ao contexto histórico no qual o autor viveu e produziu: num primeiro momento, Portugal, do seu nascimento em 1921 até a migração para o Brasil, em 1951. Desse ano, e até a sua morte em 2009 na cidade do Rio de Janeiro, trabalhamos com a vida e, principalmente, com a vasta obra de Edgar Rodrigues, produzida, em sua quase totalidade, nesse segundo momento, no país que o acolheu, e onde se naturalizou brasileiro. Pensamos que a tese pode contribuir para estudos, pesquisas e debates, não só sobre a obra de Edgar Rodrigues, mas também sobre a história do anarquismo, em especial no Brasil, e seus valores fundamentais: socialismo e liberdade.

Palavras-chave: Edgar Rodrigues; Anarquismo; Classe e movimento operário; Sindicalismo; História e memória.

ABSTRACT

The theme of this thesis is the work of Edgar Rodrigues, memoirist of anarchism in Brazil and Portugal. Based on the analysis of his work, which is composed of over fifty books and about eighteen hundred articles – published, both books and articles, in many countries – and produced over a period exceeding five decades, we write, or rewrite, a history of anarchism and its relations with the labor movement and unions in Brazil in quite a broad chronological cut, extending from the Proclamation of the Republic, in 1889, to the 1964 Civil-Military Coup. We try to relate Edgar Rodrigues's work to his life and the historical context in which he lived and produced: firstly, Portugal, from his birth in 1921 until he migrated to Brazil in 1951. Then, from this year, and until his death in 2009 in the city of Rio de Janeiro, we work with his life and, especially, with his extensive work, produced almost entirely in this second stage, in the country that sheltered him and where he naturalized Brazilian. We think that this thesis can contribute to studies, researches and debates, not only about his work, but also about the history of anarchism, particularly in Brazil, and its core values: socialism and freedom.

Keywords: Edgar Rodrigues; Anarchism; Class and labor movement; Unions; History and memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. EDGAR RODRIGUES, PESQUISADOR INSTINTIVO.....	28
2. A PLANTA EXÓTICA: ANARQUISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA (1889-1913).....	70
2.1 Antecedentes do anarquismo e formação da classe operária.....	71
2.2 Anarquismo e movimento operário: divulgando ideias, mobilizando, organizando – do início do século XX ao Segundo Congresso Operário Brasileiro (1901-1913).....	94
3. O JOIO E O TRIGO: ANARQUISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1913-1930).....	133
3.1 Anarquismo e movimento operário: ascenso e visibilidade – do Segundo Congresso Operário Brasileiro à fundação do PCB (1913-1922).....	134
3.2 Anarquismo e movimento operário: descenso e transição – da fundação do PCB à Revolução de Trinta (1922-1930).....	209
4. TEMPOS DIFÍCEIS: ANARQUISMO NA ERA VARGAS (1930-1945).....	244
4.1 O anarquismo diante da polarização direita <i>versus</i> esquerda (1930-1937).....	245
4.2 Anarquismo e ditadura (1937-1945).....	272
5. A NOVA AURORA LIBERTÁRIA: ANARQUISMO E EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1945-1964).....	287
5.1 Ressurgindo do silêncio (1945-1954).....	288
5.2 Reafirmando valores (1954-1964).....	326
CONCLUSÃO.....	348

6. BIBLIOGRAFIA.....	357
6.1 Obras de Edgar Rodrigues.....	358
6.2 Outras fontes primárias.....	360
6.2.1 Periódicos.....	360
6.2.2 Relatórios.....	361
6.2.3 Fontes oficiais.....	361
6.3 Obras sobre Anarquismo, Socialismo e movimento operário.....	362
6.4 Obras sobre o Brasil República e a República Portuguesa.....	377
6.5 Obras de referência teórico-metodológica.....	384
 7. ANEXOS.....	 387
7.1 Troca de correspondências.....	388
7.2 Diversos.....	396

CARLOS AUGUSTO ADDOR

**UM HOMEM VALE UM HOMEM
MEMÓRIA, HISTÓRIA E ANARQUISMO NA OBRA DE EDGAR RODRIGUES**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: História Contemporânea.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. ISMÊNIA DE LIMA MARTINS

Niterói
2012

RESUMO

O tema desta tese é a obra de Edgar Rodrigues, memorialista do anarquismo no Brasil e em Portugal. A partir da análise da obra deste autor, composta por mais de cinquenta livros e cerca de mil e oitocentos artigos, publicados, tanto os livros como os artigos, em vários países, e produzida ao longo de um período que ultrapassa cinco décadas, procuramos escrever, ou reescrever, uma história do anarquismo e de suas relações com o movimento operário e sindical no Brasil, num recorte cronológico bastante amplo, que se estende da Proclamação da República, em 1889 até o Golpe Civil-Militar de 1964. Buscamos sempre relacionar a obra de Edgar Rodrigues à sua vida e ao contexto histórico no qual o autor viveu e produziu: num primeiro momento, Portugal, do seu nascimento em 1921 até a migração para o Brasil, em 1951. Desse ano, e até a sua morte em 2009 na cidade do Rio de Janeiro, trabalhamos com a vida e, principalmente, com a vasta obra de Edgar Rodrigues, produzida, em sua quase totalidade, nesse segundo momento, no país que o acolheu, e onde se naturalizou brasileiro. Pensamos que a tese pode contribuir para estudos, pesquisas e debates, não só sobre a obra de Edgar Rodrigues, mas também sobre a história do anarquismo, em especial no Brasil, e seus valores fundamentais: socialismo e liberdade.

Palavras-chave: Edgar Rodrigues; Anarquismo; Classe e movimento operário; Sindicalismo; História e memória.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. EDGAR RODRIGUES, PESQUISADOR INSTINTIVO.....	28
2. A PLANTA EXÓTICA: ANARQUISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA (1889-1913).....	70
2.1 Antecedentes do anarquismo e formação da classe operária.....	71
2.2 Anarquismo e movimento operário: divulgando ideias, mobilizando, organizando – do início do século XX ao Segundo Congresso Operário Brasileiro (1901-1913).....	94
3. O JOIO E O TRIGO: ANARQUISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1913-1930).....	133
3.1 Anarquismo e movimento operário: ascenso e visibilidade – do Segundo Congresso Operário Brasileiro à fundação do PCB (1913-1922).....	134
3.2 Anarquismo e movimento operário: descenso e transição – da fundação do PCB à Revolução de Trinta (1922-1930).....	209
4. TEMPOS DIFÍCEIS: ANARQUISMO NA ERA VARGAS (1930-1945).....	244
4.1 O anarquismo diante da polarização direita <i>versus</i> esquerda (1930-1937).....	245
4.2 Anarquismo e ditadura (1937-1945).....	272
5. A NOVA AURORA LIBERTÁRIA: ANARQUISMO E EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1945-1964).....	287
5.1 Ressurgindo do silêncio (1945-1954).....	288
5.2 Reafirmando valores (1954-1964).....	326
CONCLUSÃO.....	348

6. BIBLIOGRAFIA.....	357
6.1 Obras de Edgar Rodrigues.....	358
6.2 Outras fontes primárias.....	360
6.2.1 Periódicos.....	360
6.2.2 Relatórios.....	361
6.2.3 Fontes oficiais.....	361
6.3 Obras sobre Anarquismo, Socialismo e movimento operário.....	362
6.4 Obras sobre o Brasil República e a República Portuguesa.....	377
6.5 Obras de referência teórico-metodológica.....	384
 7. ANEXOS.....	 387
7.1 Troca de correspondências.....	388
7.2 Diversos.....	396

INTRODUÇÃO

“FORA DA HISTÓRIA NÃO HÁ NADA.”

**“TUDO O QUE SOMOS, HERDAMOS E TRANSFORMAMOS PARA PASSAR AOS OUTROS.
NESTA PERSPECTIVA, TODA A HISTÓRIA É HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA.”**

José Saramago

“A HISTÓRIA É UMA LUTA CONTRA A MORTE.”

**“AQUILO QUE PROCURO LEMBRAR E LEMBRAR-ME É UMA MEMÓRIA.
AQUILO QUE ME ESFORÇO POR CONSTRUIR É UMA HISTÓRIA.”**

Jacques Le Goff

**“A MEMÓRIA É DEVERAS UM PANDEMÔNIO, MAS ESTÁ TUDO LÁ DENTRO,
DEPOIS DE FUÇAR UM POUCO O DONO É CAPAZ DE ENCONTRAR TODAS AS COISAS.”**

Chico Buarque

Esta é uma tese sobre a obra e a vida de Edgar Rodrigues, memorialista do anarquismo no Brasil e em Portugal. Inverti propositalmente a formulação mais frequente do binômio, presente em teses ou livros que também estudam a vida e a obra de um autor – vida e obra de Karl Marx, vida e obra de Lima Barreto, dentre inúmeros possíveis exemplos – apenas para afirmar o caráter do trabalho. Trata-se de uma tese mais sobre a obra do que sobre a vida de Edgar Rodrigues. Na verdade, um trabalho sobre alguns aspectos – aqueles que nos pareceram mais importantes – de sua vasta obra, que não pretendemos, nem acreditamos ser possível, “esgotar” nos limites de um trabalho acadêmico.

É claro que, até certo ponto, vida e obra estão sempre entrelaçadas, são indissociáveis. Entretanto, cada uma delas possui e guarda uma relativa autonomia. A vida, obviamente, precede cronologicamente a obra, a elaboração da obra. Entretanto, a vida humana é tão efêmera, enquanto a obra, sobretudo a obra relevante, a obra de qualidade, pode, como sabemos, sobreviver a séculos, preservando sua importância e mesmo sua atualidade. Afinal, “a obra feita é sempre maior do que quem a fez”. (SARAMAGO, 2010, p. 145).

Talvez seja o caso da obra do autor que escolhi estudar, Edgar Rodrigues, recentemente falecido, no Rio de Janeiro, em junho de 2009, aos 88 anos. Penso que sua obra sobrevive, e permanecerá por longo tempo contribuindo para os estudos, pesquisas e trabalhos sobre o anarquismo e o movimento operário e sindical, no Brasil e em Portugal.

Esta é apenas uma advertência inicial ao leitor, no sentido de deixar claro que a tese não é uma biografia, um estudo da vida, de Edgar Rodrigues. Entretanto, certamente consultamos, pesquisamos e apresentamos, ao longo do trabalho, dados biográficos que nos pareceram imprescindíveis ou, ao menos, relevantes para as nossas reflexões e para a elaboração de nossas conclusões.

Nesse sentido, acreditamos ser importante comentar as relações entre a biografia e a história. Dois autores, Giovanni Levi e Philippe Levillain, foram importantes para as nossas reflexões sobre o tema. O primeiro, que fala do “recente entusiasmo dos historiadores pela biografia e pela autobiografia”, enfatiza a “relação permanente e recíproca entre biografia e contexto”. (LEVI, 2006, p. 168-180). Levillain, num ensaio mais denso e instigante, elabora uma interessante reflexão sobre as relações entre a história, a literatura e a biografia, e conclui: “A biografia é o lugar por excelência da pintura da condição humana em sua diversidade, se não isolar o homem ou não exaltá-lo às custas de seus dessemelhantes”. (LEVILLAIN, 1996, p. 176).

Procuramos, então, nesta tese, analisar a obra de Edgar Rodrigues, relacionando, sempre, a sua produção à vida do autor e ao contexto histórico no qual ele viveu e produziu.

Três trabalhos recentes articulam biografia e história, no campo das reflexões sobre o anarquismo, e foram importantes referências para a elaboração da nossa tese. São eles: *Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*, de Margareth Rago (RAGO, 2000); *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*, de Carlo Romani (ROMANI, 2002); e *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*, de Alexandre Samis (SAMIS, 2009), este último resultante de uma tese de doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense. Ainda no campo da biografia, duas outras obras, indiretamente relacionadas ao anarquismo, foram para mim fontes inspiradoras: *Marx: vida e obra*, de Leandro Konder (KONDER, 1999); e *A vida de Lima Barreto*, de Francisco de Assis Barbosa (BARBOSA, 1981).

Uma tese sobre aspectos da história, e da memória, do anarquismo no Brasil se inscreve, certamente, no âmbito de uma história política. Tentamos, então trabalhar com referências de uma história política renovada, que já incorporou as críticas da *École des Annales* a uma história política tradicional, conservadora, que privilegiava as datas, as guerras e batalhas, os reis e generais. Em suma, nessa história política renovada, a política aparece – na genial imagem braudeliana – como “espuma”, móvel, rápida, leve e frágil, flutuando na superfície do profundo, lento, vasto e denso mar da economia.¹

Entretanto, mesmo essa história política renovada continua a ter como referência central o Estado, seus fundamentos, suas bases, a origem de sua legitimidade, seus procedimentos e mecanismos de funcionamento. Em suma, democracia, ditadura, república, liberalismo, cidadania, soberania popular, partidos, parlamentos, eleições, opinião pública,

¹ Ver FEBVRE, Lucien, “Esperanças à chegada: caminhando para uma outra história”. In: _____. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

estes são os temas e questões centrais da nova história política.² Ora, este é exatamente o universo que o anarquismo rejeita, que o pensamento libertário recusa.

Recusando a luta política institucional, o anarquismo privilegia a luta econômica e a luta cultural-ideológica. Errico Malatesta escreveu: “Por luta política, entendemos a luta contra o governo”. (MALATESTA, 2000, p. 22). Penso que as relações entre anarquismo e história política estão bem sintetizadas na seguinte passagem de George Woodcock:

Os anarquistas sempre repudiaram a ação política, afirmando que a máquina do Estado não deve ser tomada, mas abolida; que a revolução social não deve levar à ditadura de qualquer classe, mesmo do proletariado, mas à abolição de todas as classes. Tal atitude pode na verdade ser descrita como antipolítica, mas, assim como antiutopias tais como o *Admirável Mundo Novo* e *1984* fazem parte da literatura utópica, a antipolítica dos anarquistas faz parte da história política, condicionada pelas próprias instituições governamentais contra as quais luta. (WOODCOCK, 1983, p. 27).

Assim, o anarquismo, mesmo recusando a luta política, se inscreve na história política.

De forma análoga, a cultura anarquista também pode ser pensada como uma cultura política específica. A noção de cultura anarquista compreende um conjunto de valores e princípios – liberdade, igualdade, fraternidade, solidariedade, autonomia individual – que integram a visão de mundo libertária, bem como um conjunto de instituições e atividades que procuram criar, produzir e/ou divulgar esses valores e princípios, tais como: centros de cultura social, bibliotecas, jornais e revistas, escolas *modernas, livres e racionais*, grupos de teatro amador, festas e festivais operários. Este conjunto de instituições e atividades culturais tem por finalidade forjar e/ou reforçar consciências revolucionárias, em suma, formar o *homem novo*. Ou seja, a cultura, assim como a arte, estaria a serviço da revolução.

Creio que o trabalho de Edgar Rodrigues se inscreve nesse processo bem mais amplo, e permanente, de construção de uma cultura libertária e, mais especificamente, de uma memória anarquista. Nesse sentido, é certo que o conceito de memória, bem como as relações entre a história e a memória, serão fundamentais para a análise da obra de um autor que estou tentando caracterizar como um memorialista do anarquismo. Já se vê que não se trata das memórias pessoais de Edgar Rodrigues, das memórias de sua vida privada, mas sim da sua participação no processo de construção da memória de um movimento social, ou seja, esse trabalho se dá exatamente “nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo”. (NORA, 1984, p. 44). Num sentido semelhante, afirma Henry Rousso: “A memória coletiva

² Ver RÉMOND, René (Org.), *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

não pode se compreender sem a memória individual [...]. A memória individual como a memória coletiva têm por particularidade preservar uma identidade”. (ROUSSO, 1998, p. 19).

Jacques Le Goff também trabalha com o conceito de memória, articulando-o à luta política, à luta pelo domínio:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1984, p. 13).

Em suma, o processo de construção de uma memória do anarquismo é um processo ao mesmo tempo individual e coletivo; e o estudo desse processo se inscreve no campo de uma história que é, ao mesmo tempo, política e cultural.

Henry Rousso elabora também reflexões a nosso ver importantes sobre as relações que podem ser engendradas entre o processo de construção/elaboração de uma memória e o processo de construção/preservação da identidade de um grupo social; seja este grupo definido a partir de critérios étnicos e/ou políticos, religiosos, regionais, socioeconômicos. Grupos sociais longa e/ou violentamente excluídos da História, ou mesmo politicamente derrotados, passam a reivindicar um lugar no espaço público não apenas através de uma ação política, mas também “por uma reapropriação de um passado, de uma história específica, pensada como singular e distinta da história geral, por exemplo da história nacional”. Esses grupos tenderão a “querer escrever eles mesmos sua história, fora dos circuitos habituais, oficiais, da Universidade [...]”. (ROUSSO, 1998, p. 32).

Ora, esta é uma preocupação e um objetivo central de Edgar Rodrigues ao produzir sua obra: escrever uma história (uma memória) alternativa dos movimentos e das lutas sociais, para além de uma “história acadêmica”, fora dos cânones daquela que seria, na sua visão, uma “história oficial”, a produzida pelas universidades. Uma história “verdadeira”, que viesse valorizar o papel dos anarquistas e dos trabalhadores. São inúmeros os comentários depreciativos de Rodrigues em relação a essa “história acadêmica”, em algumas passagens conferindo mesmo a ela um suposto conteúdo “de classe” e/ou uma suposta dimensão “burguesa”.

Outra autora cujas considerações sobre a memória foram importantes para as minhas próprias reflexões é Ecléa Bosi. É de sua autoria o seguinte trecho: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”. (BOSI, 1983, p. 17).

Penso que a obra de Edgar Rodrigues sobre o anarquismo, e também minha leitura sobre sua obra, se apoiam, ou podem se apoiar, nessa concepção da memória como trabalho. E, mais que isso, a memória, e também a escrita, como missão e como militância. Assim como Nicolau Sevcenko³ considera – e fundamenta essa consideração com um belo estudo – que para Euclides da Cunha e Lima Barreto a literatura é uma missão, o autor desta tese pretende fazer o mesmo: fundamentar ao longo do trabalho que para Edgar Rodrigues a escrita é, também, uma missão: uma missão que, na prática, se traduz e se transforma numa militância de toda uma vida.

Edgar Rodrigues não é, no sentido clássico do termo, um intelectual. Autodidata, ele mesmo chega a afirmar que não é um historiador: “[...] Nunca me disse nem me considero um historiador no sentido acadêmico [...]. Se eu tivesse que me dar um título seria o de pesquisador instintivo [...]”. (RODRIGUES, 2003a, p. 23). Entretanto, creio que poderíamos considerá-lo, a partir de uma perspectiva gramsciana, como um “intelectual orgânico” do anarquismo.⁴ Creio que também a partir da perspectiva da história política renovada – penso aqui nos critérios utilizados por J-F. Sirinelli, de engajamento e de exercer algum tipo de influência sobre a vida da sociedade, apesar do pertencimento a um “pequeno mundo estreito” – Edgar Rodrigues pode e deve ser considerado um intelectual, um produtor e divulgador de ideias. Penso, inclusive, que o caso de Rodrigues ilustra bem essa perspectiva da história política dos intelectuais com uma “história em construção”⁵.

Nossa tese sobre o trabalho de memória de Edgar Rodrigues se inscreve, então, no âmbito de uma história política e de uma história cultural. Acreditamos também que ele se inscreve num campo de conhecimento mais recente, a chamada “história do tempo presente”. Citando Henry Rousso:

De fato, a memória constitui a denominação atual, dominante, pela qual se designa o passado não de maneira objetiva e racional, mas com a ideia implícita de que é necessário conservar este passado, mantê-lo vivo, atribuindo-lhe um papel [...]. A memória é então por princípio um fenômeno que se conjuga no presente [...]. A renovação da história do tempo presente e a emergência de uma história da memória têm sido dois fenômenos intimamente ligados [...]. (ROUSSO, 1998, p. 16-26).

³ SEVCENKO, Nicolau, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁴ Ver GRAMSCI, Antonio, “A formação dos intelectuais”. In: _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

⁵ Ver SIRINELLI, Jean-François, “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org.), *Por uma história política*. Op. cit.

O mesmo historiador afirma que: “A história do tempo presente concerne o passado próximo, aquele para o qual existem ainda atores vivos”, e também que “o estudo histórico do passado próximo remonta às origens mesmo da história enquanto procedimento intelectual”, referindo-se nesse momento a Heródoto e Tucídides. Ou seja, num certo sentido, toda história é uma “história do tempo presente”. Concordando com o pressuposto mais geral de Marc Bloch, que fala de “uma dialética entre o passado e o presente como tensão original do ofício do historiador” (ROUSSO, 1998, p. 50-53), o que teria de específico a “história do tempo presente”?

O contexto histórico no qual a história do tempo presente foi se constituindo enquanto um domínio historiográfico próprio foi o contexto europeu, e especificamente francês, da Segunda Guerra Mundial e das primeiras décadas do pós-guerra. O contexto da França ocupada pela Alemanha nazista, do regime de Vichy, da resistência, do colaboracionismo e do holocausto. E, em seguida, a vitória dos Aliados, a “libertação” da França, e a Guerra Fria. A consolidação institucional desse campo historiográfico se dá com a fundação em Paris do Instituto da História do Tempo Presente, em 1978-1979, com o desdobramento (e relativa autonomização) de outras instituições de pesquisa e reflexão histórica, surgidas a partir dos últimos anos da guerra, com o objetivo central de tentar compreender e explicar esse tão doloroso passado recente.

A partir de 1945, como fim da guerra, e ao longo das décadas seguintes, foi sendo construído então na França (e também em outros países europeus) o que Rouso chama de o “tempo da memória”.

A construção desse “tempo da memória” teria se dado em três momentos: da negação inicial do horror da guerra, do genocídio – o tempo do “recalque” – à elaboração, num segundo momento, do “dever da memória”, o dever, ao contrário do primeiro momento, de não permitir que a barbárie caísse no esquecimento⁶; e, como terceiro momento, a verdadeira “obsessão do passado” (*La hantise du passé*): a incansável e permanente busca, pelos grupos, num primeiro momento vencidos (ou “excluídos da História”) e, num segundo momento, libertados, não só de compreensão desse passado próximo, mas principalmente de justiça, de algum tipo de reparação.

Mas seriam esses horrores e crimes de guerra passíveis de algum tipo de reparação? Esse é um dos dilemas da história do tempo presente ao longo dos anos oitenta e noventa na

⁶ Ver, por exemplo, os livros de memória/denúncia de LEVI, Primo, dentre eles, *Se não agora, quando?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; ver também HUMBERT, Agnès, *Resistência: a história de uma mulher que desafiou Hitler*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

França, que se desdobra num dilema vivido pelos historiadores diante de apelos da sociedade civil no sentido de que a História viesse a assumir o papel de juiz num tribunal que iria julgar processos de crimes de guerra, e eventualmente atribuir punições aos culpados e reparações às vítimas. Apelo não aceito por H. Rousso, cuja recusa é fundamentada por sua clara compreensão da distinção entre o trabalho da memória e o trabalho da história (portanto, do historiador).

Embora tanto a história quanto a memória, enquanto processos de elaboração intelectual, sejam criações de um determinado tempo presente, há distinções fundamentais. O trabalho da memória, ou a memória como trabalho – e em especial a memória individual – é um processo essencialmente subjetivo, emocional, com uma forte carga afetiva ligando passado e presente. A história, ao contrário, constitui-se num trabalho basicamente racional, uma atividade de erudição (“*l’histoire savante*”), que busca (e precisa) se confrontar com a alteridade, compreendê-la e explicá-la, quer essa alteridade se localize cronologicamente no medievo europeu ou nos anos sessenta do século XX. Em suma, a história é um trabalho de conhecimento, que não deve buscar “reparação” ou mesmo justiça, mas, na medida do possível, a verdade.

Nesse sentido, seria possível uma “história do tempo presente”? As principais objeções formuladas contra uma história do tempo presente, ou mesmo contra uma história contemporânea, seriam três: **a)** em primeiro lugar, a esta história faltaria um necessário recuo no tempo (“somente eventos fechados seriam acessíveis ao conhecimento histórico”); **b)** segundo, esta história seria (mais que outras) presa de paixões e de conflitos ideológicos; **c)** terceiro, esta história seria impossível do ponto de vista técnico, já que os arquivos não estariam disponíveis.

Ao longo do seu texto, H. Rousso vai desqualificando ou ao menos relativizando (inclusive em comparação com outros campos ou domínios do conhecimento histórico) cada uma dessas objeções ou armadilhas formuladas ou plantadas contra a história do tempo presente. Por exemplo, a história do comunismo não é hoje [anos noventa] mais ou menos “objetiva” do que fora antes da queda do Muro de Berlim e da desagregação da União Soviética. As mesmas paixões, ou paixões muito semelhantes, continuam presentes, informando ângulos de análise, abordagens e orientando conclusões. Ao mesmo tempo, Rousso vai evidenciando e comentando “uma metodologia para estudar o tempo presente em seu conjunto”. (ROUSSO, 1998, p. 75). Talvez essa metodologia seja bem exemplificada pelo comentário do autor sobre uma obra de Marc Bloch:

[...] em *L'Etrange Defaite* (*A estranha derrota*), obra escrita entre julho e setembro de 1940, Marc Bloch revela ser um historiador do tempo presente de uma lucidez fulgurante: ele se apresenta como um historiador, isto é como um sábio, armado de um método crítico, que deve se interessar pela vida e portanto recusar a ilusão de que o passado está morto, mas também como uma testemunha, que fala de sua experiência e que lança um olhar sobre seu próprio tempo. (ROUSSO, 1998, p. 53).

Ainda sobre a história do tempo presente, escreve um historiador brasileiro: “[...] o diálogo com diferentes dimensões da própria História e com outras disciplinas das Ciências Humanas [são] as referências que têm garantido a diversidade – e a riqueza – dos estudos históricos do Presente”. (REIS FILHO, 2004a, p. 9).

No que diz respeito às relações da história do tempo presente com a história cultural, são muito instigantes algumas reflexões de J-F Sirinelli. Quando falamos, nesta “Introdução”, da cultura anarquista como uma cultura política específica, e também de uma história política renovada, já estávamos procurando antecipar que nossa tese se desenvolverá numa linha de investigação que buscará se situar numa interface da história política com a história cultural, ou utilizando “uma abordagem situada no cruzamento do político e do cultural”. (SIRINELLI, 2004, p. 13-14).

De acordo com este autor:

[...] observou-se, durante estes últimos vinte anos [o artigo é de 2004], no campo da história do século XX, o despontar real da história cultural [cujo campo de pesquisa] se situa [...] bem na junção das representações e das práticas, e seu espectro de intervenção [...] enfatiza tanto os comportamentos coletivos quanto os modos de pensamento, abarcando, assim, e tocando, então, no que é essencial, o sujeito agente tanto quanto pensante. (SIRINELLI, 2004, p. 16).

Edgar Rodrigues é, para nós, exatamente um “sujeito agente e pensante”, um intelectual orgânico do anarquismo, um militante, produtor e divulgador de uma cultura libertária, um criador de uma memória anarquista, principalmente no Brasil e em Portugal. Com efeito, pensamos que Edgar Rodrigues realiza, com impressionante e incansável determinação, um meticuloso “dever da memória”: não permitir que as lutas dos trabalhadores, e a participação dos anarquistas nessa lutas, caiam no esquecimento; não deixar que a barbárie da exploração patronal e a barbárie da repressão estatal – prisões, espancamentos, torturas, deportações, fuzilamentos – caiam no esquecimento. Trata-se, então, de um trabalho de memorialista, extremamente rico e valioso, inclusive, e talvez principalmente, para historiadores de ofício, que podem encontrar na obra de Rodrigues um

imenso manancial de fontes e documentos sobre a história do anarquismo e do movimento operário e sindical, em especial no Brasil e em Portugal.

Como afirmamos acima, e esta é uma das hipóteses centrais da nossa tese, para Edgar Rodrigues a dimensão básica da sua militância consiste em escrever e divulgar obras anarquistas. Mais ainda, acreditamos que ele encara essa atividade como a sua missão enquanto anarquista. Nas suas palavras:

A coisa mais valiosa que fiz até hoje (é minha convicção pessoal) foi enviar centenas, milhares de livros anarquistas (meus e de outros autores) para arquivos, bibliotecas públicas e de universidades de países da Europa e da América [...]. Vamos semear ideias e levá-las a toda parte para que todos possam compreendê-las, assimilá-las, e sem que ninguém diga o que cada um deve fazer, cada militante faça o que sabe e pode, sem se preocupar com o anarquista perfeito, infalível. Estude-se o anarquismo, eduque-se o anarquista e a ideia fará o resto. (RODRIGUES, 2003a, p. 35-45).

Enfim, pretendemos estudar nesta tese a obra de Edgar Rodrigues, vinculada a cerca de oito décadas de militância libertária, e composta, como já afirmamos nesta “Introdução”, de mais de cinquenta livros e centenas de artigos, publicados, ao longo de cinco décadas, em muitos países.

Ao longo de seu texto, Henry Rousso, procura distinguir os conceitos de *lembrança* (*souvenir*) e de *memória* (*mémoire*). A lembrança seria ainda mais subjetiva, mais individual, mais carregada de emoção e afetividade do que a memória. Creio não ser por acaso que o último livro do *pesquisador instintivo* Edgar Rodrigues, publicado no fim de sua vida, foi por ele intitulado *Lembranças incompletas*.⁷

A amplitude quantitativa, a abrangência temática e a heterogeneidade tipológica (livros-denúncia ou “de combate”, coletâneas de artigos, biografias, dicionários) da obra de Edgar Rodrigues, assim como o longo período (cerca de meio século) dedicado à sua produção, nos apresentaram, desde o início do trabalho, um grande desafio em relação a como organizar a estrutura da tese. Diante de várias possibilidades, optamos por elaborá-la em cinco capítulos, construindo do segundo ao quinto capítulo uma sequência cronológica, a partir da qual procuramos então (re)escrever, utilizando como fonte básica a obra de Rodrigues, uma história do anarquismo e suas relações com o movimento operário e sindical no Brasil, da Proclamação da República em 1889 ao Golpe civil-militar de 1964. Estamos conscientes dos riscos dessa empreitada.

⁷ RODRIGUES, Edgar, *Lembranças incompletas*. São Paulo: Opúsculo Libertário, 2007.

No primeiro capítulo, “Edgar Rodrigues, pesquisador instintivo”, falamos sobre o autor e sua obra. Procuramos, então, estabelecer e comentar aquelas que seriam, a nosso ver, as relações mais significativas entre a vida e a obra de Edgar Rodrigues.

Falamos do seu nascimento, em 1921, em Angeiras, freguesia de Lavra, município de Matosinhos, na região do Porto, ao norte de Portugal, e seus primeiros trinta anos de vida na terra-mãe. Da sua migração, em 1951, para o Brasil, e da sua vida no país onde escolheu viver, se naturalizou, obtendo nova cidadania, e veio a falecer, na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 2009, aos 88 anos. Escrevemos também, de uma maneira mais geral, procurando elaborar uma primeira avaliação, sobre sua vasta obra, privilegiando os livros em relação aos artigos. Na verdade, muitos de seus livros são coletâneas de artigos, publicados na imprensa de vários países, mas especialmente Brasil e Portugal. Comentamos também neste primeiro capítulo as críticas de Edgar Rodrigues à “história acadêmica” e sua própria concepção de História, bem como sua autodefinição como “pesquisador instintivo”.

Sobre o movimento operário e sindical, e também especificamente sobre o anarquismo, na Primeira República Brasileira, muito já foi escrito. Muitos livros e artigos foram publicados, monografias, dissertações e teses foram concluídas e defendidas, em suma, inúmeras pesquisas foram feitas e muita reflexão levou à produção de um rico material, de uma “massa crítica” e, enfim, de uma historiografia sobre o anarquismo e sobre o movimento operário e sindical já bastante considerável.

Entretanto, sobre o Brasil pós-30, e talvez mais ainda sobre o Brasil pós-45, há pouquíssimos estudos e trabalhos, não sobre o movimento operário e o sindicalismo (é claro, basta lembrar a historiografia sobre o trabalhismo), mas especificamente sobre o anarquismo. É certo que, por um lado, a menor quantidade de pesquisas e trabalhos reflete o próprio declínio do anarquismo, em especial no que se refere à sua inserção sindical, ao seu papel mais imediato nos debates e processos políticos, entendidos num sentido amplo. Por outro lado, essa redução da quantidade de estudos sobre o socialismo libertário deve-se também ao permanente combate político-ideológico historicamente empreendido contra o anarquismo, buscando desqualificá-lo, tanto por setores burgueses e pelo Estado quanto também por uma esquerda “comunista”.

Porém, o anarquismo não morreu, nem nos anos trinta, nem nas décadas da “experiência democrática”, nem sob a ditadura militar, e continua hoje, a partir dessa última redemocratização, vivo e atuante, em pleno século XXI, e não só no Brasil, buscando novas formas de luta, se atualizando e reafirmando sempre suas principais bandeiras e seus valores fundamentais: socialismo e liberdade.

No segundo capítulo, “A planta exótica”, trabalhamos com o anarquismo e o movimento operário nas primeiras décadas da República, da Proclamação do novo regime em 1889 a 1913, data da realização do Segundo Congresso Operário Brasileiro. O capítulo está dividido em dois itens, o primeiro trata da formação da classe operária e dos antecedentes do anarquismo no Brasil, a partir basicamente da visão do autor analisado. No segundo item, abordamos o período que vai da virada do século XIX para o século XX até 1913: nesse momento, o anarquismo já aparece no Brasil como um movimento social organizado e desempenhando um papel político, no interior do movimento operário e sindical, de alguma relevância. Para a elaboração deste capítulo, a principal fonte, dentre muitas outras, e no conjunto da obra de Edgar Rodrigues, foi o livro *Socialismo e sindicalismo no Brasil (1675-1913)*⁸.

O terceiro capítulo, “O joio e o trigo”, é o mais longo da tese. A principal razão para isso é a seguinte: o período abordado no primeiro item do capítulo, 1913 a 1922, é o momento, em especial o final dos anos dez, de maior ascenso, não só do movimento operário e sindical, como especificamente do anarquismo, em toda a Primeira República, momento que concentra um grande número de greves, algumas vitoriosas, com a participação de milhares de trabalhadores, e no qual surgem ou se fortalecem muitos sindicatos operários, num quadro de autonomia sindical. A segunda razão para o tamanho do capítulo é o fato de que eu já tinha trabalhado com o período na minha dissertação de mestrado, *Rio de Janeiro, 1918: a Insurreição Anarquista*⁹, publicada com o título *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*¹⁰. Utilizei, especificamente nesse item, com acréscimos e alterações, algumas passagens desse livro, que mereceu comentário e referências de Edgar Rodrigues.

No segundo item de “O joio e o trigo”, trabalhamos com a década de vinte, período não só de descenso do movimento operário, de declínio do anarquismo e de formação do PCB, como também de transição entre duas ordens políticas: comentamos a trajetória que conduz o Brasil, e seus trabalhadores, do liberalismo federativo e excludente das oligarquias agrárias à construção do sindicalismo corporativista, peça-chave do trabalhismo e do Estado autoritário varguista. Na obra de Edgar Rodrigues, dois foram então os livros que nos

⁸ RODRIGUES, Edgar, *Socialismo e sindicalismo no Brasil (1675-1913)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

⁹ ADDOR, Carlos Augusto, *Rio de Janeiro, 1918: a Insurreição Anarquista*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1985.

¹⁰ _____. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

serviram como fontes principais, como referências básicas para a elaboração do nosso trabalho: *Nacionalismo e cultura social (1913-1922)*¹¹ e *Novos rumos (1922-1946)*¹².

No quarto capítulo, “Tempos difíceis”, trabalhamos com o anarquismo na Era Vargas. É o menor capítulo, como menores foram, compulsoriamente, a presença, a visibilidade e a importância política do anarquismo na vida e na história brasileiras. Este capítulo também está dividido em dois itens, o primeiro deles tratando do período de 1930 a 1937, no qual destacamos a posição do anarquismo, e dos anarquistas, diante da polarização política direita *versus* esquerda no Brasil (e no mundo). No segundo item, abordamos as dificuldades e os esforços do anarquismo, e dos anarquistas, para sobreviver à repressão e às arbitrariedades da ditadura estado-novista. No conjunto da obra de Edgar Rodrigues, *Novos rumos (1922-1946)*, continuou a ser nosso livro de referência. Os três livros até aqui citados compõem, na obra do autor em análise, uma primeira e fundamental trilogia sobre as relações do anarquismo com o movimento operário e sindical no Brasil.

O quinto e último capítulo, “A nova aurora libertária”, trata do anarquismo no período da chamada “experiência democrática” no Brasil, 1945 a 1964. Mais uma vez, o capítulo está dividido em dois itens, o primeiro abordando da conjuntura da redemocratização (1945-1947), quando o anarquismo vai “ressurgindo do silêncio” imposto pela ditadura, até o suicídio de Getúlio Vargas. No segundo item, procuramos analisar a inserção do anarquismo na história brasileira, das crises políticas de 1954 e 1955, passando pelos “anos dourados” do governo Kubitschek, ao Golpe político-militar de 1964, que depôs Goulart e abriu caminho para a implantação de mais uma ditadura. Neste capítulo, outros três livros, uma segunda trilogia sobre o anarquismo e o movimento operário e sindical, foram nossas principais referências: *A nova aurora libertária (1945-1948)*¹³, que inspirou o título do nosso capítulo; *Entre ditaduras (1948-1962)*¹⁴ e *O ressurgir do Anarquismo (1962-1980)*¹⁵.

Na “Conclusão”, procuramos reafirmar algumas hipóteses centrais de nossa tese. Em primeiro lugar, a grande importância da obra do memorialista Edgar Rodrigues, autor do mais significativo conjunto de informações, compondo um verdadeiro painel, sobre a história do anarquismo e suas relações com o movimento operário e sindical, no Brasil e em Portugal. Em segundo lugar, sustentamos uma hipótese estratégica de nosso trabalho: para Edgar Rodrigues, produzir e escrever sobre o anarquismo, divulgar o socialismo libertário e seus

¹¹ RODRIGUES, Edgar, *Nacionalismo e cultura social (1913-1922)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1922.

¹² _____. *Novos rumos (1922-1946)*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1978.

¹³ _____. *A nova aurora libertária (1945-1948)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

¹⁴ _____. *Entre ditaduras (1948-1962)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1993.

¹⁵ _____. *O ressurgir do Anarquismo (1962-1980)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1993.

principais valores e bandeiras, foi se constituindo numa verdadeira missão que, na prática, se traduziu numa militância de toda uma vida.

Além disso, indicamos, como “considerações gerais”, algumas aproximações de Edgar Rodrigues e sua obra com outros autores, seus contemporâneos, dentre eles José Saramago e alguns historiadores franceses.

Procuramos também, por fim, afirmar, ou reafirmar, não apenas a sobrevivência do anarquismo, como sua atualidade e vitalidade, em especial no campo das ideias e do debate político e intelectual, mas também na ação direta em ruas e praças públicas de vários países, neste início do século XXI.

Nos “Anexos” da tese, reproduzimos alguns documentos. Em primeiro lugar, seis cartas que compõem a pequena, mas significativa, correspondência trocada entre Edgar Rodrigues e o autor deste trabalho, no período compreendido entre outubro de 2006 e março de 2009. Na sua primeira carta, Carlos Addor comunica a Edgar Rodrigues que está elaborando um projeto de tese de doutorado sobre sua obra, e Rodrigues se dispõe a ajudá-lo, prestando informações. Rodrigues e Addor trocam também livros, artigos e material diverso sobre o anarquismo. Creio ser interessante registrar que na segunda carta, escrita em dezembro de 2006, Edgar Rodrigues afirma: “Começo minha carta pedindo-lhe para abolir o Senhor. Acho uma palavra pesada para mim, para minha irreverência e minhas ideias. Se me voltar a escrever, o que espero faça, deixe fora o Senhor, combinado?”. Mais uma manifestação do espírito libertário do nosso autor, que dispensa títulos, hierarquias e distinções sociais. Na carta seguinte, naturalmente, aboli a palavra “senhor” e comecei por “Meu caro Edgar Rodrigues”.

Ainda nesses “Anexos”, além das cartas, reproduzimos alguns outros documentos, a saber: **a)** um cartaz informativo da “Exposição Vida e Obra de Edgar Rodrigues”, organizada pela Câmara Municipal de Matosinhos, em 1996; **b)** a capa do Catálogo, editado pela Associação Cultural A Vida, da “Exposição Edgar Rodrigues – Pesquisador Libertário da História Social de Portugal e do Brasil”, montada nas cidades de Lisboa e do Porto, em 2002; **c)** a capa do volume IV da série *Rebeldias*, acompanhada da página na qual Edgar Rodrigues oferta um exemplar do livro para Carlos Addor.

Concluindo a “Introdução”, esperamos que, assumindo e enfrentando os riscos da empreitada, nosso trabalho venha contribuir para a compreensão não apenas da obra de Edgar Rodrigues, mas da própria história do anarquismo no Brasil, bem como para o debate em torno dos seus principais valores: socialismo e liberdade.

CAPÍTULO 1

EDGAR RODRIGUES, PESQUISADOR INSTINTIVO

“SE O ESCRITOR TEM ALGUM PAPEL, É O DE INCOMODAR.”

José Saramago

**“LIVROS NÃO MUDAM O MUNDO.
QUEM MUDA O MUNDO SÃO OS HOMENS.
LIVROS MUDAM OS HOMENS.”**

Mário Quintana

No dia 12 de março de 1921, numa velha casa assobradada no Caminho da Cal, sem-número, Angeiras, na freguesia de Lavra, município de Matosinhos, ao norte de Portugal, próximo à cidade do Porto, nasceu Antonio Francisco Correia, filho de Albina da Silva Santos e Manuel Francisco Correia.

Seu pai, operário, era membro ativo do Sindicato das Quatro Artes, que representava trabalhadores de vários ofícios do setor da construção civil em Matosinhos. Manuel Correia orientava sua militância a partir da concepção e dos princípios anarcossindicalistas. Ainda criança, Antonio observava, escondido, curioso e fascinado, as reuniões clandestinas, em sua casa, de que seu pai participava, junto com outros dirigentes e membros do sindicato, discutindo greves, salários, jornadas de trabalho, reivindicações, criticando o governo (a ditadura), os patrões, a polícia, o Estado. Desde então, o menino criou o hábito – que manteria ao longo de toda a sua vida – de recolher e guardar papéis, material escrito que sobrava das reuniões: jornais, revistas, folhetos, boletins, em suma, notícias sobre a questão social em Portugal. Criou também, muito cedo, o saudável hábito da leitura. “Começava a ler e escrever sozinho quando a ditadura portuguesa, implantada em 1926, chamou para chefiar, com plenos poderes, o dr. António Oliveira Salazar”. (RODRIGUES, 2003a, p. 17).

A repressão ao movimento operário e ao sindicalismo livre vinha se intensificando desde o Golpe de Estado de maio de 1926, liderado pelo general Gomes da Costa e pelo comandante Mendes Cabeçadas, que derrubou a Primeira República e implantou a ditadura militar em Portugal. Derrotada a proposta de uma “ditadura temporária” que iria “regenerar” a República, o processo de depuração política intraforças golpistas vai consolidando, sob a liderança de Gomes da Costa e Carmona, uma ditadura militar de tendência fascista ou fascizante.

Ainda sobre esse processo, afirma Rodrigues:

A CGT [Confederação Geral do Trabalho, anarquista, fundada em 1919, em substituição à UON, União Operária Nacional], com seus numerosos sindicatos, uniões e federações, é posta fora da lei, fechada e assaltada pela polícia, que destrói e rouba os haveres dos trabalhadores. A mesma sorte teve a redação do diário *A Batalha*, órgão da CGT [...]”. (RODRIGUES, 1957, p. 44).

As forças que se opuseram à ditadura iriam formar um amplo e heterogêneo bloco antiditatorial, do qual participam não apenas anarquistas e sindicalistas revolucionários ligados à proscrita CGT, como também comunistas do PCP, fundado em 1921, e ainda socialistas, democratas e republicanos. Esse bloco desencadeou o chamado “Revirvalho”, um “largo e demorado movimento revolucionário”, na verdade um conjunto de revoltas, mais de uma dezena, entre 1926 e 1939, mas principalmente entre 1927 e 1931, que buscavam a “reposição da situação democrática e das liberdades públicas e individuais”. (FARINHA, 2010, p. 50). As mais importantes dessas revoltas ocorreram no Porto e em Lisboa em fevereiro de 1927, em Lisboa em julho de 1928, e nas Ilhas da Madeira e dos Açores, em abril/maio de 1931. A pesada repressão a esses movimentos, com a prisão e a deportação, inclusive para a África e para o Timor, de centenas de lideranças e militantes, republicanos, democratas, socialistas, comunistas, anarquistas, sindicalistas, iria simultaneamente enfraquecendo a resistência e fortalecendo e consolidando a ditadura.

No início dos anos trinta, a ditadura militar é substituída, a partir de um acordo político entre vários grupos da direita, pela ditadura civil (com apoio da cúpula das Forças Armadas) do Estado Novo, formalmente estabelecido em 1933.

Oliveira Salazar, no comando do governo desde 1932, impõe uma nova Constituição e começou o processo de construção, a partir da promulgação de um conjunto de leis e decretos-leis, do sindicalismo de feição corporativista e de inspiração fascista, dando origem aos “sindicatos nacionais”, que se tornariam uma das bases estratégicas do Estado autoritário.

Assim, nos anos trinta, Antonio Francisco Correia ainda adolescente, a ditadura portuguesa deu início ao processo de construção do sindicalismo corporativista. Em 1933, já sob o Estado Novo, o decreto-lei nº 23.050 estabelece que os sindicatos operários deveriam se tornar, a partir de então, “sindicatos nacionais”, passando a agir em absoluto respeito aos “superiores interesses da Nação portuguesa”, renunciando a qualquer atividade contrária a esses interesses e a qualquer perspectiva internacionalista, colaborando com o Estado e com as outras classes e “repudiando a luta de classes”. O princípio fundamental passaria a ser o nacionalismo. Os sindicatos livres, inclusive aqueles onde eram importantes a atuação e a influência libertária, deveriam se submeter à nova orientação do Ministério das Corporações, depois Ministério do Trabalho; e o prazo para a “adesão” seria o final do ano de 1933.

Aqueles que não quisessem aderir, adaptando-se ao modelo corporativo de conciliação de classes, seriam compulsoriamente fechados, o que ocorreu na grande maioria dos casos.

Nas palavras de Edgar Rodrigues:

O grosso do movimento anarcossindicalista português, orientado pela CGT (Confederação Geral do Trabalho) filiada à AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) promoveu reuniões em todo o país e decidiu resistir desencadeando a greve geral insurrecional em 18 de janeiro de 1934 [...]. (RODRIGUES, 2003, p. 17).¹

São evidentes as semelhanças com o processo que ocorre, à mesma época, no Brasil, guardadas as especificidades. Entre elas, destaca-se o fato de que o Estado Novo português teve a sustentá-lo politicamente um partido (quase) único, a União Nacional, enquanto seu homônimo brasileiro, como sabemos, prescindiu de partidos políticos, cancelando seus registros e lançando-os na ilegalidade.

Em Portugal, muitos sindicatos e militantes, principalmente aqueles vinculados à Confederação Geral do Trabalho (CGT), anarquista, mas também aqueles ligados à Comissão Intersindical (CIS), formada pelo Partido Comunista Português, e à Federação das Associações Operárias (FAO), vinculada aos socialistas reformistas, tentaram resistir ao enquadramento na sindicalização estatal. As três centrais sindicais formam a Frente Única Operária e, no dia 18 de janeiro de 1934, deflagraram uma greve geral revolucionária.² Entretanto, apesar da mobilização, mais uma derrota e mais repressão, mais prisões, deportações e exílio de líderes e militantes.

Nas palavras de um historiador português: “Na realidade, a CGT, com a derrota de 18 de janeiro de 1934, acentua irremediavelmente o seu declínio e perda de hegemonia no movimento operário”. (MADEIRA, 2010, p. 69). Mais adiante, afirma o mesmo autor:

A derrota republicana na Guerra Civil de Espanha, acumulando-se à derrota do embate pelo sindicalismo livre em 1934, num contexto nacional de refluxo acentuado no movimento operário e num quadro internacional de emergência dos fascismos e de guerra mundial em eclosão, representaria [em Portugal] o encerrar

¹ Ver também do mesmo autor *Lembranças incompletas*, da Editora Opúsculo Libertário. São Paulo, 2007. Sobre a construção do sindicalismo corporativista e o Estado Novo em Portugal, ver MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *A bem da Nação: o sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; FAPERJ, 2002.

² Para Edgar Rodrigues, no entanto, uma das causas do fracasso da greve insurrecional teria sido uma suposta “traição” de membros do PCP. Ver RODRIGUES, Edgar, capítulo “Introdução”, de *Rebeldias*. v. 1. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

penoso de um ciclo. O sindicalismo livre encerrar-se-ia por longos anos [...]. (MADEIRA, 2010, p. 71).³

É no contexto da repressão, não só à insurreição de 1934, mas também às tentativas de resistência de um sindicalismo livre e autônomo, que Manuel Correia e seus companheiros do Sindicato das Quatro Artes conseguem retirar da sede sindical boa parte do acervo da associação (livros, estantes, bandeiras, emblemas e outros objetos), que, distribuído entre os sindicalistas, passa a ficar guardado (escondido) nas suas casas, inclusive na residência da família Correia, na rua da Agudela, em Lavra, Matosinhos.

Reuniões sindicais passam a ser realizadas, clandestinamente, nas casas dos militantes, principalmente na casa de Manuel Francisco Correia. E é ainda nesse mesmo contexto, que Antonio Francisco Correia, com uma crescente “curiosidade de adolescente”, começa o seu “aprendizado ideológico”. Nesse aprendizado, também teve importante participação seu professor Raul Gonçalves Moreira, intelectual anticlerical e livre-pensador, que lecionava na primeira escola frequentada por Rodrigues.⁴

Em julho de 1936, de madrugada, a casa da família Correia foi invadida pela PVDE⁵, a polícia política da ditadura salazarista. Manuel Correia foi preso e encarcerado no presídio da rua do Heroísmo, no Porto. Quebrada a comunicabilidade, o jovem Antonio Francisco passa a visitar com regularidade seu pai, levando comida e roupa lavada e trazendo e levando, por vezes, bilhetes com informações.

Podemos imaginar o impacto dessas vivências na formação política, ideológica e também emocional de um rapaz de 15 anos. A experiência certamente deixaria marcas profundas e permanentes na vida de Antonio Francisco Correia.

Antonio foi desenvolvendo e amadurecendo, aos poucos, lenta mas irreversivelmente, um profundo sentimento de ódio à ditadura salazarista, de desconfiança em relação à autoridade (qualquer autoridade) e também uma ânsia por justiça e por liberdade. O jovem foi também “juntando papéis”, guardando informações e lendo muito. Os primeiros livros que comprou, “juntando uns tostões”, foram *A velhice do padre eterno*, do poeta português Guerra

³ Ver também, na mesma publicação, LOFF, Manuel: “Lutar pela liberdade! Da alternativa republicana à resistência contra a ditadura (1891-1974)”]; FARINHA, Luís: “O Revirvalho contra a Ditadura Militar: o 3-7 de fevereiro de 1927 (Porto e Lisboa) e os levantamentos armados de 1928-1931”.

⁴ Ver “A minha primeira escola”. In: RODRIGUES, Edgar. *Diga não à violência*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1995, p. 350-352. A primeira escola do autor localizava-se na rua Dr. Manuel Domingos dos Santos, nº 3, na freguesia de Lavra, Conselho de Matosinhos.

⁵ PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, substituída depois, em 1945, pela PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado. Para uma dura, refinada e irônica crítica à atuação da PIDE e ao fascismo luso, ver SARAMAGO, José, *O ano da morte de Ricardo Reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Junqueiro, e *A conquista do pão*, de Pedro Kropotkin⁶. Como tinha pouco dinheiro, copiava livros à mão, à caneta, “nas longas noites do inverno europeu”. Foi ainda firmando sua convicção “de um dia escrever e divulgar em livro os crimes da ditadura”. (RODRIGUES, 2007d, p. 20).

Além de guardar papéis, ler e copiar livros, inclusive peças de teatro social e o *Almanaque de A Aurora*, de 1913, o jovem Antonio Correia começou, às noites e com os companheiros Abel Silva, Fernando Costa e Fernando Neves, a estudar esperanto. Está começando a (auto)formação do “pesquisador instintivo” Edgar Rodrigues, ainda Antonio Correia.

No dia 1º de Maio de 1939 esses rapazes, aos quais se agregaram Agostinho Gonçalves, Fernando da Madalena e Manuel Correia (irmão do autor e dois anos mais velho) resolveram faltar ao trabalho e fazer uma excursão de protesto em homenagem aos mártires de Chicago, viajando a Braga, Ponte de Lima e Viana do Castelo. Protesto simbólico, mas significativo, numa época em que a ditadura portuguesa proibia qualquer manifestação alusiva ao dia do trabalho.

Nesse mesmo ano, a derrota dos republicanos, ao lado dos quais lutaram os anarquistas e também muitos exilados portugueses, na Guerra Civil Espanhola, representou um duro golpe para todas as forças políticas que lutavam contra a ditadura em Portugal, em casa ou no exílio, principalmente na Espanha e na França (a Liga de Paris). A vitória dos republicanos teria representado um forte estímulo, e provavelmente um apoio estratégico, ao bloco antiditatorial em Portugal. Ao contrário, a vitória de Franco e dos monarquistas no país vizinho e o profundo desânimo dela decorrente contribuíram para o fim do “Revirvalho” lusitano. Salazar vai se consolidando no poder.

Em março de 1940, Antonio Correia filia-se ao Grupo Dramático Flor da Mocidade, grupo de teatro amador fundado em 1939 em Santa Cruz do Bispo, município de Matosinhos. Nesse grupo, Antonio conheceu Ondina dos Anjos da Costa Santos, atriz amadora, que seria, a partir de um namoro e de um “casamento livre”, realizado em agosto de 1941, sua companheira de toda uma vida.

Mais tarde, já casado, Correia fez parte da direção do Grupo Dramático Alegres de Perafita, onde passou a residir. Nesse grupo, formou uma “sortida biblioteca” e, para “criar o hábito de ler”, organizava concursos anuais, com prêmios em livros para quem lesse mais

⁶ Ver a entrevista concedida por Edgar Rodrigues a Jorge Silva, publicada no “Catálogo da Exposição Edgar Rodrigues”, Associação Cultural A Vida, Lisboa, 2002.

obras durante o ano. Edgar Rodrigues começava a ensaiar sua militância como divulgador de livros, atividade que continuaria a desenvolver ao longo de toda sua vida.

De outubro de 1942 a novembro de 1943, Antonio Francisco Correia prestou o serviço militar obrigatório, no Regimento de Engenharia do Porto e na Escola Prática de Engenharia, em Tancos. No dia 26 de agosto de 1943 nasceu seu primeiro filho, Oscar Zola Correia⁷. O nome, obviamente, homenageia o romancista libertário francês Émile Zola, autor de *Germinal*.

Nesse período, Edgar Rodrigues começou a escrever e a receber as cartas que serão a base para a publicação, já no Brasil em 1957, do seu primeiro livro: *Na Inquisição do Salazar*.

O livro, publicado pela Editora Germinal, do Rio de Janeiro, foi prefaciado pelo editor Roberto das Neves, outro anarquista português exilado, já há alguns anos, no Brasil, e é composto basicamente por um conjunto de cartas trocadas entre o libertário Luís Joaquim Portela, preso político nos cárceres salazaristas, e Edgar Rodrigues. Luís Portela assina como Ludoviko (Luís, em esperanto) e Edgar Rodrigues assina como Zola e, em seguida, Varlin. As cartas, 144 no total, escritas e trocadas entre 27 de março de 1932 e 30 de setembro de 1937, constituem uma veemente denúncia das terríveis e cruéis (daí o título do livro) condições a que são submetidos os presos políticos na ditadura portuguesa. Segundo Edgar Rodrigues: “A ditadura clérigo-militar mergulha Portugal nas trevas duma nova Idade Média”, implantando, no que se refere às punições e aos castigos dos presos políticos nos cárceres, um verdadeiro “barbarismo prisional”. (RODRIGUES, 1957, p. 44 e 47). A propósito, os dois missivistas são, e assim aparecem na publicação, coautores do livro.

Nas “Breves, melancólicas e oportunas considerações em torno deste livro” (“Prefácio”), Roberto das Neves, ao esboçar uma pequena biografia dos autores, dedicando mais espaço a Luís Portela, refere-se a Edgar Rodrigues como “historiador instintivo”. Mais tarde, Rodrigues, recusando o título de “historiador”, vai se autodefinir, e reafirmar essa autodefinição muitas vezes ao longo de sua obra, como um “pesquisador instintivo”. Eis a razão do título do nosso capítulo.

O livro, além das cartas e do “Prefácio”, contém uma “Introdução” – “Esboço histórico do movimento operário em Portugal”, das origens aos anos trinta, de autoria de Edgar Rodrigues – e um “Apêndice” com documentos, inclusive pequenas homenagens a “heróis tombados” (dentre os quais Manuel Francisco Correia, morto em decorrência de um

⁷ Para essas informações sobre a vida de Edgar Rodrigues, ver principalmente do próprio autor *Lembranças incompletas*, op. cit.

acidente de trabalho) e também referências publicadas na imprensa sobre outras obras da Editora Germinal, com destaque para *O diário do dr. Satan*, de Roberto das Neves.

Ao longo da década de quarenta, o povo português permaneceu oprimido pela ditadura, da qual só iria se libertar nos anos setenta, com a Revolução dos Cravos, em 1974. O mundo das “trevas de uma nova Idade Média” durou quase meio século, exatos quarenta e oito anos. Edgar Rodrigues continuou trabalhando na construção civil, e participando de grupos amadores de teatro social.

Deflagrada a Segunda Guerra Mundial, ainda em 1939, o governo de Lisboa optou pelo estatuto da neutralidade, medida apoiada pela maioria da população, tendo em vista principalmente as sequelas da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, em especial na campanha de Flandres. A opinião pública se dividiu entre aliadófilos, germanófilos e pacifistas, dentre os quais os anarquistas da (proscrita) CGT, que reafirmaram sua tradicional postura antibelicista. Entretanto, é claro que a neutralidade não deixou Portugal imune aos efeitos da guerra, que provocou crise econômica, desemprego e agravamento das tensões sociais.

No início dos anos quarenta, os rumos da guerra começam a mudar e, a partir de 1942-1943, a possível, depois provável, e por fim iminente e certa vitória dos Aliados, em 1945, sobre o Eixo nazifascista, mudou radicalmente a conjuntura internacional. Os “ventos democráticos” começaram a soprar sobre Portugal e a produzir pressões sobre a ditadura salazarista. Esses mesmos “ventos” atravessaram o Oceano Atlântico, passando a pressionar também o Estado Novo varguista, que, no entanto, não iria mostrar a mesma eficiência do seu homônimo português para resistir às pressões democratizantes.⁸ O “fascismo luso” iria resistir ainda por três décadas às lutas pela democracia.

Entretanto, em meados dos anos quarenta, a oposição democrática tentou se rearticular. Em 1943, é fundado o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), “estrutura ilegal e semiclandestina” e, em 1945, o Movimento de Unidade Democrática” (MUD), “estrutura semilegal”, tolerada pelo Estado Novo.

Ainda na esteira dos “ventos democráticos”, é lançada pela oposição a candidatura à Presidência da República do general Norton de Matos. Contudo, às vésperas do pleito, fevereiro de 1949, a candidatura é retirada, em função da inexistência de condições políticas para a realização de eleições livres e limpas. Censura à imprensa, pressões de toda ordem, manipulação e fraude eleitoral. Com efeito, segundo um historiador português, as eleições

⁸ Os efeitos dessa conjuntura internacional sobre o Brasil serão comentados nos capítulos 4 e 5.

organizadas pelo fascismo luso eram verdadeiros “simulacros de atos eleitorais” ou ainda simplesmente “farsas eleitorais”. (NUNES, 2010, p. 78-80). Outro historiador, também de Portugal, confirma essa avaliação, falando do “aproveitamento dos rituais eleitorais, que o Estado Novo fraudulentamente adaptara para lhe poderem servir como fonte retórica de legitimidade”. (LOFF, 2010, p. 17).

A partir dos anos de 1946 e 1947, entretanto, com a progressiva afirmação da Guerra Fria⁹, a conjuntura política internacional mais uma vez muda, rápida e profundamente. Os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha passam a apoiar, mesmo em detrimento dos valores democráticos, a continuidade da ditadura salazarista, considerada uma aliada confiável na cruzada anticomunista, e na preservação dos interesses estratégicos britânicos e norte-americanos. Portugal tornou-se membro fundador tanto da Organização Europeia de Cooperação Econômica (embrião do Mercado Comum Europeu e da União Europeia) quanto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), alinhando-se plenamente ao mundo capitalista ocidental, cristão e “livre”. Viver a liberdade no mundo luso, entretanto, ainda demandaria três décadas de lutas.

Em 1946, fugiu da prisão-fortaleza de Peniche, um dos muitos cárceres (dos quais o mais tristemente famoso foi o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde) nos quais sofreu, durante quase 14 anos, os horrores do “barbarismo medieval” salazarista, o militante anarquista Luís Portela, com quem Edgar Rodrigues mantivera, nos anos trinta, longa correspondência que resultou, conforme acima comentado, no livro *Na inquisição do Salazar*. Ludoviko vai viver, fraco, doente, alquebrado pelas torturas e maus-tratos, na clandestinidade. Necessitando de cuidados médicos e não podendo se identificar nos hospitais públicos, foi auxiliado por Edgar Rodrigues, que conseguiu para o amigo documentos falsos. Alguns meses passados, um sobrinho de Portela, num encontro de bar com amigos e sob efeito do álcool, falou da fuga do tio, comprometendo a sua segurança e daqueles que o ajudaram.

É esse o contexto no qual Antonio Francisco Correia/Edgar Rodrigues começou a amadurecer a ideia de sair do país, de abandonar Portugal e emigrar para o Brasil.¹⁰ Em 1951, Luís Portela é mais uma vez preso, e nosso autor toma a decisão de migrar: “Tratei de buscar no Brasil a liberdade que me negaram no país onde nasci, e para evitar surpresas, tratei de me naturalizar brasileiro”. (RODRIGUES, 2003a, p. 19).

⁹ Comentaremos no capítulo 5 a Guerra Fria e seus efeitos sobre a política brasileira.

¹⁰ Sobre a migração portuguesa para o Brasil, ver MARTINS, Ismênia de Lima e SOUSA, Fernando (Orgs.), *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Edições Muiraquitã, CEPES/ FAPERJ, 2006.

Antonio Correia/Edgar Rodrigues embarcou sozinho (a família só iria reencontrá-lo seis meses depois, no Brasil) no porto de Leixões, no vapor de passageiros *Mousinho*, da Companhia Colonial de Navegação, no dia 20 de julho, chegando ao porto do Rio de Janeiro, após 16 dias de viagem, no dia 5 de agosto de 1951. Antonio Correia é recebido no porto por um amigo conterrâneo, Armênio da “loura”, que o leva para o bairro da Piedade, no subúrbio do Rio. Nos primeiros dias, consegue obter seu visto de permanência e tirar a carteira de trabalho. Edgar Rodrigues continuará a trabalhar, no Brasil, no ramo da construção civil, aproveitando a aprendizagem e a experiência anteriormente adquiridas, laborando junto com seu pai em Portugal.

Rodrigues trazia, para o jornalista Edgard Leuenroth, que então dirigia em São Paulo *A Plebe*, uma carta de apresentação de José Rodrigues Reboredo, antigo administrador do semanário anarquista *A Comuna*, do Porto. Entretanto, “não sabia dos 450 quilômetros de distância” entre as duas cidades que, nesse primeiro momento, inviabilizaram a visita a Leuenroth. Sua primeira visita foi, então, no Rio de Janeiro, ao professor e editor, também anarquista, Roberto das Neves, já seu conhecido. Vejamos como Edgar Rodrigues descreve essa visita, e como ele se sentiu, recém-chegado da ditadura portuguesa, num ambiente onde já se desfrutava do clima de liberdade democrática há poucos anos conquistada:

Por isso, na impossibilidade de chegar lá [São Paulo], fui procurar o professor Roberto das Neves, achando-o na redação do diário carioca *Força da Razão*. Na primeira visita vi-me cercado por jornalistas curiosos, queriam saber o que acontecia de verdade em Portugal (na época os portugueses “bem de vida” no Brasil, gastavam uns bons cobres para tecer loas ao governo de Salazar). Antes de falar sobre o “Maroto de Santa Comba Dão” [Salazar] e sua *troika*, olhei instintivamente para os lados como se ainda estivesse sendo vigiado. Heron Pereira Pinto, jornalista muito experiente e conhecedor das ditaduras portuguesa e brasileira, bateu-me no ombro e disse: “Aqui é Brasil e nesta data não precisas olhar desconfiado à tua volta, podes falar à vontade”. Só então percebi o tamanho do medo que se foi desvanecendo pelo tempo. Comecei a falar das barbaridades cometidas pela PIDE e pelos censores lusitanos. Por um bom tempo ainda me descobria desconfiado da sombra do policial. Só com os anos, em contato com a liberdade, se foram diluindo os efeitos dos anos de ditadura.¹¹ (RODRIGUES, 2007, p. 28).

A próxima visita foi a Manuel Perez, velho anarquista espanhol, residente no Brasil desde adolescente, cujo endereço lhe tinha sido dado por Roberto das Neves. Perez tinha sido expulso do Rio de Janeiro em 1919, retornado ao Brasil e voltado à Espanha, onde lutou na Guerra Civil, foi preso, condenado à morte e salvo pela intervenção do adido comercial brasileiro em Madri. Voltou ao Brasil em 1940. Em 1951, Manuel Perez morava na rua dos

¹¹ Ver também de RODRIGUES, Edgar, *Três depoimentos libertários*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

Inválidos, num velho sobrado conhecido como o “Consulado dos Anarquistas Espanhóis”. Edgar Rodrigues foi “muito bem recebido” e conheceu vários militantes anarquistas, espanhóis, portugueses, brasileiros, um francês, e passou a frequentar o “Consulado” regularmente, semanalmente. Nessa sua primeira visita, Rodrigues já se deparou com 12 libertários preparando pacotes do jornal *Ação Direta*, então dirigido por José Oiticica.

Através de Roberto da Neves e, principalmente, Manuel Perez, Edgar Rodrigues vai se integrando à rede de relações dos grupos anarquistas que já viviam e militavam no Rio de Janeiro. Convidado por Perez, Rodrigues participou de um piquenique em Niterói, organizado pela família italiana Bottino, na qual Giacomo e Germinál, pai e filho, eram anarquistas. No passeio, conheceu, dentre outros, Pascoal Gravina, italiano, trabalhador da construção civil; José Romero, espanhol, pintor no Brasil e jornalista em Lisboa; João Peres Bouças e Carolina Peres; Amílcar dos Santos, Angelina Soares, Diamantino Augusto; o médico Afonso Vieira e o estudante de medicina Ideal Peres.

Foi também convidado por Manuel Perez que Edgar Rodrigues conheceu José Oiticica, numa visita à sua residência no bairro da Urca, onde se realizavam as reuniões do grupo que publicava *Ação Direta*. Esse periódico libertário iria publicar, em maio de 1952, o primeiro artigo de Rodrigues, “Fala um operário português”, no qual o autor denuncia crimes da ditadura salazarista. A partir desse ano, afirma nosso autor, “não parei mais com minhas denúncias contra os crimes das ditaduras e a exploração do homem pelo homem”. (RODRIGUES, 2007d, p. 29).

E é a partir da assinatura desse primeiro artigo que Antonio Francisco Correia vai surgindo, publicamente, e depois na historiografia do anarquismo, como Edgar Rodrigues. A escolha de outro nome, diferente do nome civil, para assinar seus artigos e, em seguida, seus livros, reflete as preocupações e temores de Antonio Correia com a sua segurança e de sua família, decorrentes da sua vivência no Portugal salazarista.

Edgar Rodrigues passou, então, a colaborar regularmente não só com *Ação Direta*, como também com o jornal anarquista mexicano *Tierra y Libertad*, cujo correspondente no Brasil era Manuel Perez. O autor está começando a produção de sua vasta obra, que compreenderá mais de cinquenta livros e cerca de 1.800 artigos, publicados em periódicos de vários países, e cujo período de elaboração atravessará mais de cinco décadas.

Em 1959, Rodrigues publica, em coautoria com Roberto das Neves, e também pela editora Germinál, *A fome em Portugal* (Análise da obra econômico-político-financeira do corporativismo português). A obra, um “veemente libelo contra o salazarismo”, é dividida em quatro partes: “A fome em Portugal”, “A ‘Grandiosa Obra’ do dr. Oliveira Salazar”,

“Portugal: colônia do Vaticano e da Wall Street” e “Documentário” (Anexo com documentos). Contém ainda um “Prefácio” de Josué de Castro, uma “Introdução” de Roberto das Neves e outra de Edgar Rodrigues. No seu “Prefácio”, afirma Josué de Castro: “A fome de que trata este livro não é apenas a de alimentos, mas também a de liberdade e de dignidade humana”. (RODRIGUES, 1959, p. 11).

Nesse momento, final dos anos cinquenta e início dos sessenta, viviam no Brasil muitos exilados portugueses, das mais variadas tendências políticas, unidos pela oposição ao fascismo, ao salazarismo. A publicação mais importante desses exilados era o jornal *Portugal Democrático*, editado em São Paulo, no qual também colaborou Edgar Rodrigues¹². Enquanto, no Brasil, Rodrigues desfrutava, experiência inédita na sua vida, das liberdades democráticas e começava a publicar seus primeiros livros; em Portugal as oposições se organizam para tentar, mais uma vez, o “derrube” do fascismo luso.

Em abril de 1958, grupos de oposição à ditadura lançaram a candidatura do general Humberto Delgado às eleições presidenciais que se realizariam em junho desse ano. A campanha de Delgado ganhou uma adesão popular inédita, e quando o candidato, no dia 14 de maio, chegou ao Porto para uma sessão de propaganda eleitoral, foi recebido por cerca de duzentas mil pessoas, que ocupavam as ruas principais da cidade. A polícia tentou, sem sucesso, dispersar os populares. No dia 16, Delgado foi também recebido em Lisboa por uma multidão. No dia 18, a polícia reprimiu violentamente populares que se dirigiam ao Liceu Camões para assistir a um comício do candidato oposicionista. A multidão respondeu com pedradas às cargas policiais e aos tiros. O ministro da Defesa mandou tanques de guerra para reprimir os manifestantes. “Parecia que o povo tinha deixado de ter medo de afrontar o regime”, afirma uma historiadora portuguesa. Mais adiante, diz a mesma autora: “Os acontecimentos do Porto e de Lisboa foram o início de um período em que se radicaliza a luta política”. (FERREIRA, 2010, p. 84-85).

A campanha de Humberto Delgado gerou enormes expectativas e esperanças no povo, que passou a acreditar num fim próximo da ditadura. Entretanto, mais uma vez a fraude impede a vitória da oposição, que é derrotada por Américo Thomaz, candidato do regime. Vai se consolidando entre os opositores a ideia de que seria impossível, pelas urnas, por meios pacíficos, derrubar o regime. Este só cairia pela força das armas. Dessa vez, a reação à derrota eleitoral não seria o desânimo e a apatia. Entre 1959 e 1962, vários golpes políticos, com a participação de civis e militares rebeldes, são desfechados, e também um atentado, fracassado,

¹² Ver Edgar Rodrigues, *Rebeldias*. v. 2. São Paulo: Editora Opúsculo Libertário, 2004, p. 187-191; e do mesmo autor, *Sem fronteiras*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1995, p. 178.

à vida de Salazar. Essas tentativas, embora não tenham obtido êxito em seu objetivo de derrubar o fascismo luso, abalaram profundamente a ditadura.

É nesse contexto, quando Delgado está exilado no Brasil¹³, que seu companheiro de campanha Henrique Galvão planejou a Operação Dulcineia: o sequestro do paquete português *Santa Maria* que, depois de tomado, é rebatizado: *Santa Liberdade*. O objetivo principal, parcialmente alcançado, era chamar a atenção do mundo, através da imprensa internacional, para os desmandos da ditadura portuguesa. Depois de tensas negociações, os ativistas acabaram devolvendo o navio em troca de asilo político no Brasil. Nessa conjuntura, de radicalização política e repressão, muitos portugueses conseguirão obter asilo político no Brasil, inclusive militantes anarquistas que participaram, em 1961, da revolta de Beja. Desse último grupo, alguns seriam depois acolhidos e abrigados, por cerca de uma semana, na Nossa Chácara, propriedade coletiva de grupos anarquistas de São Paulo¹⁴.

No início dos anos sessenta, antes do Golpe Militar de 1964, Edgar Rodrigues publicou mais dois livros: em 1963, na Venezuela, *Portugal Hoy*, uma coletânea de artigos sobre a situação política, econômica e social do Portugal salazarista; e, em 1962, no Brasil, *Retrato da ditadura portuguesa*, este não mais pela editora Germinal, e sim pela Cooperativa Editora Mundo Livre, criada, no Rio de Janeiro, pelo Centro de Estudos Professor José Oiticica, fundado em 1958, no ano seguinte ao falecimento do seu patrono.¹⁵

Retrato da ditadura portuguesa é dividido em quatro partes: “Trinta anos de prisões, espancamentos e assassinatos”; “As lutas subterrâneas dos sindicalistas e anarquistas e o trabalho negativo dos bolchevistas portugueses (1926-1950)”; “As eleições de 1958 e os agentes da PIDE no Brasil”; “Colonialismo – civilização portuguesa e a realidade africana”. Da obra consta também uma pequena “Introdução”, “A razão deste livro”, onde o autor afirma: “Ninguém levará à Península Ibérica a liberdade, a não ser conquistada pelo próprio povo de Portugal e da Espanha”. (RODRIGUES, 1962, p. 6). O livro é uma veemente e fundamentada denúncia dos crimes do salazarismo. Citaremos uma passagem, um parágrafo, que a nosso ver sintetiza a visão de Edgar Rodrigues sobre o fascismo luso:

A ditadura portuguesa está organizada para o mal. Não para o mal isolado nesta ou naquela cidade, ou província; sobre este ou aquele indivíduo, grupo ou partido; a ditadura é um mal coletivo; mal que vai desde a forma de viver ao sistema de governo. Todos os poderes da ditadura funcionam a serviço do mal, porque o mal

¹³ “O Centro de Estudos Professor José Oiticica foi a primeira voz que se fez ouvir em defesa da concessão do asilo político ao general Humberto Delgado”, RODRIGUES, Edgar, *Diga não à violência*, op. cit., p. 196.

¹⁴ Ver RODRIGUES, Edgar, *Entre ditaduras (1948-1962)*, op. cit. Falaremos sobre a Nossa Chácara no capítulo 5.

¹⁵ No capítulo 5, falaremos sobre o Centro de Estudos Professor José Oiticica e sobre a Editora Mundo Livre.

são os governantes. É um regime de corruptos, sanguinários e criminosos que só vivem e funcionam bem no lodo e porcaria, amassada com sangue humano. A cadeia, o campo de concentração, a Escola Prática da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) – hediondas casas mortuárias – são, no dizer do governo, “casas de recuperação”. (RODRIGUES, 1962, p. 165).

Essas quatro primeiras publicações, livros-denúncia, editados no fim dos anos cinquenta e início dos sessenta, formam um conjunto que, num primeiro momento, Edgar Rodrigues chamou de “livros de combate”. Vamos então, e a propósito, comentar brevemente essa tipologia, elaborada, ou endossada, e depois, num segundo momento, abandonada, ou não reafirmada, pelo próprio autor.

Quando sua obra começa a ganhar mais densidade, mais volume, maior número de títulos publicados, principalmente a partir dos anos noventa, Edgar Rodrigues passa a, regularmente, anexar a suas obras, ao final ou na contracapa do livro, uma relação dos “trabalhos do autor”. A primeira vez que essa lista, ainda relativamente pequena, aparece, é na *Breve história do pensamento e das lutas sociais em Portugal*, publicada em 1977 em Lisboa, num Portugal já pós-salazarista.

Nas obras publicadas nos anos oitenta no Brasil, a relação dos “trabalhos do autor” não aparece; já nos livros publicados em Portugal, nessa década, há uma relação das “obras do autor”, mas organizada a partir de outro critério: obras sobre Portugal, obras publicadas em Portugal e outras obras.

Na década de noventa, em onze das vinte obras então publicadas, todas no Brasil, na relação dos “trabalhos do autor” os livros aparecem sempre classificados em três tipos: livros “de Combate”; “Ensaios”; e obras de “História Social”.

Ora, essa tipologia sempre me pareceu, a partir do momento em que comecei a estudar a obra de Edgar Rodrigues, e fui aprofundando este estudo na elaboração desta tese, bastante artificial. Seus livros “de Combate” e seus “Ensaios” são, certamente, trabalhos de “História Social” e política. E seus livros de “História Social” são também, certamente, obras de “combate”, de denúncia, seja da “exploração do homem pelo homem”, seja de crimes e atrocidades cometidos por regimes ditatoriais, especialmente em Portugal e no Brasil, mas também na Espanha franquista e na Rússia stalinista.

A relação ainda aparece acompanhada dessa classificação no primeiro livro editado nos anos dois mil, *O homem e a terra no Brasil*, publicado em 2001 no Rio de Janeiro. Já as outras nove obras publicadas nesta primeira década do século XXI apresentam-se de forma diversa. Em duas delas – *Mulheres e Anarquia* e *Três depoimentos libertários*, esta última

obra coletiva – não consta a relação dos “trabalhos do autor”. Nas outras sete obras, a relação reaparece, mas já não mais acompanhada da tipologia classificatória. Provavelmente, Edgar Rodrigues se convenceu de seu artificialismo.

Depois desse breve e específico comentário, voltemos à obra e à vida do nosso “pesquisador instintivo”. Tendo deixado sua terra natal em busca da liberdade, Rodrigues verá, consternado, na terra onde escolheu viver e se naturalizou, adquirindo nova cidadania, a deflagração do golpe civil-militar que, em março/abril de 1964, depôs o Presidente João Goulart e implantou uma ditadura que sobreviveria por longos 21 anos. A liberdade, na sua segunda pátria, seria também violentamente esmagada.

Após escrever e publicar, a partir de “papéis” guardados e colecionados ao longo de anos, quatro livros (dois em coautoria) sobre a história social e política de Portugal, privilegiando a participação dos libertários e dos trabalhadores nessa história, e também a denúncia dos crimes do salazarismo, Edgar Rodrigues começou, com a mesma determinação metódica e sistemática, a guardar e colecionar documentos sobre o Brasil, sua história social e política, privilegiando, mais uma vez, já nessa fase de coleta e organização de dados, o papel e a atuação dos operários e dos anarquistas nessa história.

Ainda no final dos anos sessenta, é publicado *Socialismo e sindicalismo no Brasil (1675-1913)*, primeiro volume de uma hoje clássica trilogia sobre o anarquismo e o movimento operário e sindical no Brasil, ao lado de *Nacionalismo e cultura social (1913-1922)* e *Novos rumos: pesquisa social (1922-1946)*, tendo o segundo e o terceiro volumes sido publicados já na década de setenta. Esses três livros, ao lado de duas outras obras dos anos setenta, também bastante conhecidas e citadas – *Trabalho e conflito: pesquisa (1906-1937)* e *Alvorada operária: os Congressos Operários no Brasil* – compõem o primeiro conjunto de obras de Edgar Rodrigues sobre o Brasil, a sua história política e social, o anarquismo e o movimento operário e sindical.

Mesmo sob a ditadura militar, Rodrigues conseguiu, não sem dificuldades, continuar a publicar no Brasil seus trabalhos, livros e artigos. Nas suas *Lembranças incompletas*, bem como em seu depoimento que faz parte dos *Três depoimentos libertários* e ainda em outras entrevistas, o autor relata algumas dessas dificuldades e mesmo peripécias pelas quais passou, ou precisou passar, para conseguir publicar seus trabalhos.

Particularmente interessante é a narrativa sobre a exigência de um editor comunista, que, após folhear os originais de *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, e neles não vendo os nomes de Astrojildo Pereira e de Otávio Brandão, recusou-se a publicar a obra. Não adiantou Rodrigues explicar que a proposta do seu livro era comentar a história do anarquismo e das

lutas sociais no Brasil, das suas origens ao ano de 1913, data da realização do Segundo Congresso Operário Brasileiro; e que tanto Astrojildo quanto Brandão só começam a sua militância alguns anos depois. Nada feito. Sem a presença desses personagens, o livro não seria publicado. Entretanto, apesar das dificuldades impostas pela ditadura, sobretudo pelo Ato Institucional nº 5, o livro foi publicado por outra editora, a Laemmert.

Edgar Rodrigues pretendia publicar o segundo volume de *Socialismo e sindicalismo no Brasil*; considerando que, nessa conjuntura, o título original poderia ser visto como algo provocativo pela censura, três anos depois a Laemmert publicou o livro com outro nome: *Nacionalismo e cultura social* — em cujas páginas tanto Brandão quanto Astrojildo aparecem com bastante frequência, inicialmente como militantes anarquistas e, num segundo momento, aderindo ao bolchevismo.¹⁶

Em plena vigência do AI-5, a sede do Centro de Estudos Professor José Oiticica, na Avenida Almirante Barroso, no Rio de Janeiro, foi invadida por militares da Aeronáutica. Alguns diretores, dentre os quais Ideal Peres, e membros associados do centro de estudos foram presos. Edgar Rodrigues não chegou a ser detido, mas andou escapando da ditadura e “acautelando” (escondendo, eliminando) livros e periódicos anarquistas, bem como material “subversivo” em geral. Rodrigues narra, em seu *Depoimento libertário*¹⁷, um tenso episódio em que ele, acompanhado do companheiro de militância Germinal Bottino, numa Kombi lotada de material subversivo retirado da sede do CEPJO, consegue escapar, em Niterói, de uma batida policial. Ao mesmo tempo, Rodrigues auxiliou Esther Redes, mulher de Ideal Peres, conseguindo para ela um refúgio seguro na casa de um amigo em Jacarepaguá, onde ela se abrigou no período em que o marido esteve preso.

Nessa invasão à sede do Centro de Estudos Professor José Oiticica, boa parte do acervo do centro foi destruída, e outra parte levada pelos militares, inclusive os originais de *Nacionalismo e cultura social*. A ditadura fechou o centro de estudos e instaurou um processo contra seus membros e dirigentes. O Ministério da Aeronáutica comandou a montagem do IPM (Inquérito Policial Militar), que se arrastou por três anos, sendo Edgar Rodrigues e seus companheiros finalmente absolvidos em 1972. Nesse meio tempo, Rodrigues conseguiu “comprar” de um dos encarregados do inquérito os originais desse livro, retirando-os do processo.

¹⁶ Ver RODRIGUES, Edgar, *Lembranças incompletas*, op. cit.; *Três depoimentos libertários*, op. cit.; para mais detalhes da invasão do CEPJO e do IPM da Aeronáutica, ver principalmente do mesmo autor, *O Anarquismo no banco dos réus*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1993.

¹⁷ RODRIGUES, Edgar et alii, *Três depoimentos libertários*, op. cit. Ver também RODRIGUES, Edgar, *Lembranças incompletas*, op. cit.

Consideramos relevante registrar que, em Portugal, somente a partir da Revolução dos Cravos, em 1974, depois da derrubada da ditadura, Edgar Rodrigues consegue publicar seus livros. Em 1977, pela Editora Assírio e Alvim, de Lisboa, sai a *Breve história do pensamento e das lutas sociais em Portugal*; na verdade, nem tão breve, trata-se de um livro de 415 páginas. Em 1978 vem à luz *Deus Vermelho*, uma veemente crítica à União Soviética, ao stalinismo, ao Comintern e ao Partido Comunista Português. Esse livro, embora publicado pela Editora Mundo Livre, do Rio de Janeiro, foi composto nas Oficinas da Floral, na cidade do Porto.

Cabe destacar também que, nessa década de setenta, Rodrigues dedicou-se a publicação de “ensaios”, obras de caráter mais geral, obras doutrinárias ou “teóricas” sobre o anarquismo. Na verdade, a primeira obra dessa natureza, *Socialismo: síntese das origens e doutrinas* já tinha saído em 1969; nos anos setenta, Rodrigues publicou mais três ensaios doutrinários: *Conceito de sociedade global*; *Violência, autoridade e humanismo*; e *ABC do Anarquismo*. Este *ABC*, na verdade, é o primeiro livro do autor publicado em Portugal e também o primeiro de três dicionários sobre o anarquismo que Rodrigues iria escrever, ampliando a cada publicação os resultados da pesquisa anterior, basicamente acrescentando novos verbetes.

Nos anos setenta, enquanto Portugal se liberta da ditadura de quase meio século, com a Revolução dos Cravos, 25 de abril de 1974¹⁸, o Brasil continua sob regime militar, embora na segunda metade da década tenha início o processo de “distensão lenta, gradual e segura”, seguida pela “abertura política”.

Na década de oitenta, Edgar Rodrigues já é um autor bastante conhecido pelos estudiosos do anarquismo e do movimento operário e sindical brasileiros, sendo seus livros cada vez mais citados por autores de teses, dissertações e obras sobre o tema. Rodrigues publicará outros nove livros, cinco deles no Brasil e quatro em Portugal – estes últimos publicados pela Editora Sementeira, de Lisboa, compõem um painel sobre 140 anos da história do anarquismo e do movimento operário e sindical na terra lusa.

O primeiro deles, *O despertar operário em Portugal*, cobre o período de 1834 a 1911, e está dividido em quatro partes – “Os pioneiros”, “Socialistas e movimento operário”, “O começo da independência sindicalista e as greves operárias” e “Os anarquistas e a República” – além de “Anexos” com documentos.

¹⁸ Sobre a “Revolução dos Cravos”, ver também BARRENO, Maria Isabel, *As vésperas esquecidas*; BRITO, Carlos, *Vale a pena ter esperança*; COUTO, Mia, *Vinte e zinco*; VIEIRA, Alice, *Vinte e cinco a sete vozes*; todos da Coleção Caminho de Abril. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

O segundo livro, *Os Anarquistas e os sindicatos em Portugal*, aborda o período de 1911 a 1922 e também contém quatro partes – “O Governo republicano e a questão social”, “O movimento operário a nível nacional e internacional”, “Lutas de classe e solidariedade humana” e “Anarquia e ordem” – e uma seção de “Anexos”, com documentos.

O terceiro livro, *A resistência anarcossindicalista à ditadura em Portugal*, cobre o período de 1922 a 1939, mais uma vez está organizado em quatro partes – “Da República ao fascismo”, “Do custo de vida às greves”, “Pujança e declínio do movimento sindicalista revolucionário” e “A ideia e o preço” – e também contém uma seção de “Anexos”, com documentos.

O quarto e último livro desse conjunto, *A oposição libertária em Portugal*, aborda o período de 1939 a 1974, e está composto de seis partes: “Da Segunda Guerra Mundial à Revolução de 25 de abril de 1974”, “O movimento anarquista português, sua ação dentro e fora do país”, “Resumo biográfico dum punhado de lutadores portugueses (Biografias)”, “Depoimentos”, “Documentos” e “Fotografias”.

Os cinco livros publicados por Rodrigues no Brasil nos anos oitenta são os seguintes: o primeiro deles, em 1980, *Socialismo: uma visão alfabética*. Trata-se do segundo dicionário sobre o anarquismo elaborado pelo autor, ampliando o universo pesquisado e aumentando o número de verbetes em relação à obra semelhante publicada anteriormente, *ABC do Anarquismo*. Parece-nos significativo registrar que, além dos verbetes referentes a conceitos do pensamento libertário, situações e movimentos políticos, questões sociais e sindicais, Rodrigues escreveu também sessenta e nove verbetes sobre teóricos e/ou militantes anarquistas, ou personagens de alguma maneira vinculados ao socialismo libertário. Na verdade, nosso autor tem, a meu ver, uma verdadeira obsessão por biografias, muitas vezes biografias-homenagens, que vai se revelando à medida que ele vai lançando novos livros.

Em 1984 foi publicado *Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil*, livro no qual Rodrigues comenta o papel relevante desempenhado pelos imigrantes italianos na construção do movimento anarquista no Brasil. O autor basicamente concentra e organiza informações sobre o tema que já constavam de obras suas anteriormente publicadas, informações sobre, por exemplo, a Colônia Cecília e a comunidade de Guararema, bem como o caso de Polinice Mattei, o “primeiro mártir ácrata no Brasil”.

Anarquismo à moda antiga, publicado em 1985, é um livreto no qual Edgar Rodrigues se propõe a, numa linguagem bem simples, explicar e divulgar a “filosofia do anarquismo”. *ABC do sindicalismo revolucionário*, de 1987, é também um pequeno livro basicamente

doutrinário, contendo alguns aspectos da história do anarquismo, como o famoso episódio, tantas vezes citado e comentado ao longo de sua obra, dos “mártires de Chicago”.

Ainda em 1987, Edgar Rodrigues publicou *Os libertários: ideias e experiências anárquicas*. Em relação às quatro obras acima citadas, esse é um livro bem mais elaborado. Embora em publicações anteriores, mesmo dos anos sessenta ou setenta, nosso autor já tivesse feito referências à cultura anarquista, nesse livro Rodrigues retoma essa temática de forma mais organizada, abrindo itens sobre “focos de cultura libertária”, “os anarquistas e a Escola Moderna” e “o teatro dos anarquistas”. O livro está dividido em três partes, “O anarquismo no tempo”, “As raízes libertárias no Brasil” e “Uma visão global”.

A preocupação do autor com a cultura libertária vai se acentuando ao longo do tempo, e Rodrigues vai diversificando seus interesses, dentro do amplo campo temático do anarquismo. No último capítulo, “Perspectivas do anarquismo hoje”, afirma Rodrigues, fechando o livro:

O anarquismo não é somente um projeto de sociedade futura, de formas de convivência propícias à consumação da felicidade, é também uma ética de vida cotidiana que vai forjando com a maior solidez essa sonhada sociedade do amanhã [...] todos os sistemas de governo, da direita, da esquerda, do centro, liberais, autoritários, experimentados até hoje na face da terra, faliram. Nenhum deles conseguiu fazer a Humanidade feliz [...]. Resta portanto o Anarquismo como proposta. Estudai-o! (RODRIGUES, 1987, p. 302).

Consideramos importante lembrar que, a partir de meados dos anos oitenta e ao longo da década seguinte, tanto Portugal quanto o Brasil, as “duas pátrias” de Edgar Rodrigues (embora, como anarquista, considerasse a humanidade como sua “verdadeira pátria”), estão simultaneamente vivendo, construindo e consolidando regimes democráticos, apesar de todas as suas limitações. Esse fato é algo absolutamente inédito na vida de nosso autor, atormentado, durante décadas, por ditaduras, pelo salazarismo em Portugal, num primeiro momento e, anos mais tarde, pela ditadura militar no Brasil.

Provavelmente estimulado por esse novo ambiente democrático, Edgar Rodrigues vai viver nos anos noventa o período mais fértil, mais profícuo da sua produção intelectual. Nosso autor publicou, nessa década, nada menos que 20 livros, entre 1992 e 1999, todos no Brasil, 14 deles por três diferentes editoras do Rio de Janeiro, e seis pela Editora Insular, de Florianópolis, Santa Catarina.

Desses 20 livros, três constituem uma segunda trilogia sobre o anarquismo e o movimento operário e sindical no Brasil, e foram referências básicas no processo de elaboração da nossa tese. Falamos detalhadamente sobre esses livros, e também a partir deles,

nos capítulos quatro e cinco. As obras são as seguintes: *A nova aurora libertária (1945-1948)*, *Entre ditaduras (1948-1962)* e *O ressurgir do Anarquismo (1962-1980)*.

As coletâneas de biografias correspondem a seis títulos desses 20 livros, que são por vezes pequenos esboços biográficos, mas sempre homenagens a militantes, pensadores, teóricos, sindicalistas, divulgadores do anarquismo, enfim pessoas que dedicaram suas vidas à causa do socialismo libertário, muitas delas pagando um preço altíssimo por essa dedicação: prisão, tortura, deportação, exílio, no limite, a própria vida. Edgar Rodrigues relata inúmeros casos de anarquistas mortos pelas forças da repressão, pelo braço armado do Estado, seja a morte decorrente de maus-tratos e torturas nos cárceres, seja a morte a tiro, a bala, nas cargas policiais que reprimem greves operárias e outras manifestações de rua, ou ainda, a morte fria por execução: fuzilamento, enforcamento, garrote vil. Alguns personagens, homens e mulheres, admirados por Edgar Rodrigues como exemplos de militância libertária, são recorrentes em sua obra, aparecendo inúmeras vezes, em muitos livros e artigos: os mártires de Chicago, Polinice Mattei, Francisco Ferrer y Guardia, Sacco e Vanzetti, Domingos Passos, Florentino de Carvalho, Luís Portela, Edgard Leuenroth, Luigi Damiani, Oreste Ristori, Manuel Perez, Pedro Catalo. Alguns anarquistas mereceram atenção e dedicação especiais de Edgar Rodrigues, que escreveu biografias um pouco mais elaboradas sobre suas vidas, para além do verbete ou do mero esboço. Foi o caso de Fábio Luz, José Oiticica, Maria Lacerda de Moura e Neno Vasco, cujas biografias foram publicadas, em conjunto, no livro *Os libertários*.

Na série, em cinco volumes, *Os companheiros*, Edgar Rodrigues escreveu e publicou pequenas biografias, ou esboços biográficos, de nada menos que 594 anarquistas ou militantes (ou pensadores) próximos do socialismo libertário, das mais variadas nacionalidades e épocas. São 539 homens e 55 mulheres, estas representando então um pouco menos de dez por cento do total de biografados. Já falamos da persistência do autor em escrever biografias, a maioria delas pequenos esboços biográficos, evidenciando assim mais um importante aspecto da sua militância como divulgador do anarquismo. De qualquer forma, trata-se de um conjunto muito significativo de dados, fonte preciosa de consulta, a nosso ver, para os estudiosos dos movimentos sociais no Brasil.

Um desses 20 livros publicados nos anos noventa cumpriu um objetivo específico. Edgar Rodrigues quis divulgar a sua versão do inquérito policial-militar, conduzido pelo Ministério da Aeronáutica, contra o autor e outros diretores e associados do Centro de Estudos Professor José Oiticica. O processo, instaurado em 1969, se arrastou por três anos e, em 1972, Edgar Rodrigues e seus companheiros foram absolvidos. O caso é narrado em detalhes em *O Anarquismo no banco dos réus*.

Outro livro do mesmo período se destaca por sua especificidade: *O Anarquismo na escola, no teatro, na poesia*. De qualquer forma, é importante registrar que pela primeira vez Edgar Rodrigues publica um livro dedicado especificamente à cultura libertária. Nosso autor vai, como já afirmamos, diversificando seu interesse no interior do amplo campo temático do anarquismo.

O *Pequeno dicionário de ideias libertárias* é também publicado no final da década de noventa. Trata-se de uma retomada e ampliação de dois trabalhos anteriores, já mencionados, *ABC do Anarquismo* e *Socialismo: uma visão alfabética*. A título de ilustração, e reafirmando a compulsão do autor pelas biografias, se na última obra citada Rodrigues publicou 69 esboços biográficos, d'O *pequeno dicionário* constarão 153 pequenas biografias.

Outro livro bem significativo a respeito não só de como Edgar Rodrigues vê o anarquismo, mas principalmente a respeito da maneira como ele encara a sua *missão* de divulgador do socialismo libertário, da “filosofia anarquista”, é o *Universo ácrata*, obra em dois volumes. Da mesma forma que Rodrigues nunca admitiu que papéis valiosos sobre a vida e a história dos trabalhadores se perdessem, passando metodicamente a guardá-los e organizá-los, também não queria admitir que nenhum país ficasse “de fora” do seu “universo ácrata”. Edgar Rodrigues escreveu neste livro a “história do anarquismo” – na verdade, sínteses, balanços históricos – em 39 países, percorrendo Europa, Américas, Ásia e Oceania. Não satisfeito, Rodrigues ainda aborda, em obra posterior, no volume 3 de *Rebeldias*, a “história do anarquismo” em mais três países, que tinham ficado fora da lista anterior. Fica clara sua intenção, irrealizável, de escrever a “história do anarquismo” em “todos” os países.

A respeito da missão de Edgar Rodrigues, escrever e divulgar o anarquismo, afirmou o autor: “A coisa mais valiosa que fiz até hoje (é minha convicção pessoal) foi enviar centenas, milhares de livros anarquistas (meus e de outros autores) para arquivos, bibliotecas públicas e de universidades de países da Europa e da América”. (RODRIGUES, 2003a, p. 35).

E, mais adiante, no mesmo *Depoimento*:

Vamos semear ideias e levá-las a toda parte para que todos possam compreendê-las, assimilá-las, e sem que ninguém diga o que cada um deve fazer, cada militante faça o que sabe e pode, sem se preocupar com o anarquista perfeito, infalível. Estude-se o anarquismo, eduque-se o anarquista e a ideia fará o resto. (RODRIGUES, 2002, p. 45).

Essa proposta de *semear* ideias e valores anarquistas e a imagem da *sementeira* de valores libertários são recorrentes na obra de Edgar Rodrigues, e, tendo em vista sua

dimensão claramente (mas talvez para Rodrigues inconscientemente) religiosa ou mesmo profética, combinam nítida e fortemente com a ideia de “missão”, à qual estou conferindo uma importância estratégica ao longo do processo de elaboração desta tese. De resto, são imagens recorrentes também em obras de outros autores libertários.

No início da década, em 1992, é publicado *Quem tem medo do Anarquismo?*, pequeno (mas rico) livro, no qual Edgar Rodrigues se propôs, mais uma vez, a divulgar a “filosofia do anarquismo” e a combater a visão do senso comum sobre a anarquia, associada à desordem, à baderna, ao caos. Além de procurar desmistificar essa visão distorcida e conservadora sobre o socialismo libertário, nessa obra o autor também dedicou alguns capítulos à cultura libertária, ao escrever sobre a escola moderna, o teatro social e “a mulher no anarquismo”, confirmando tendência já por nós apontada.

Sem fronteiras, editado em 1995, é um livro composto por setenta artigos, escritos por Edgar Rodrigues principalmente nos anos oitenta e noventa e publicados na imprensa, sessenta deles em jornais portugueses e os outros em periódicos espanhóis e brasileiros. Dois artigos parecem significativos no sentido de reafirmar enfaticamente as convicções libertárias de Rodrigues, inclusive no que se refere a uma visão crítica sobre as ditaduras, quaisquer ditaduras, de direita ou de “esquerda”. No primeiro deles, “O vigésimo aniversário do Muro”, escrito em 1981 e publicado na *Gazeta do Sul*, de Portugal, afirma o autor: “[...] o Muro de Berlim é um prolongamento dos campos de concentração nazistas”. (RODRIGUES, 1995c, p. 182). Com efeito, para Rodrigues o nazismo e o “socialismo” soviético são regimes políticos muito semelhantes¹⁹. O outro artigo, “Liberdade e respeito mútuo”, foi publicado em 1995 no *Diário da Manhã*, de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. No contexto de um debate com a historiadora Anita Prestes, a propósito do livro *Olga*, de Fernando Moraes, afirma Edgar Rodrigues: “Abomino todas as ditaduras, da esquerda, da direita, e o autoritarismo no lar, na escola, nos locais de trabalho; onde quer que este se declare”. (RODRIGUES, 1995c, p. 237). Ao final do livro, há um rico “Apêndice I”, com “Memórias” do autor. Várias dessas passagens são retomadas em suas *Lembranças incompletas*.

No mesmo ano, 1995, é publicado *Diga não à violência*, cuja estrutura é muito semelhante à de *Sem fronteiras*. Também nesse caso, a obra é composta a partir de dezenas de artigos publicados na imprensa, mais uma vez a grande maioria deles, em periódicos de Portugal: cem artigos no total, 82 deles na imprensa lusa. Alguns desses artigos (poucos) são, inclusive, publicados nos dois livros. Há também, ao final do livro, um “Apêndice: imagens

¹⁹ No quarto capítulo da tese, vamos reproduzir e comentar críticas de Edgar Rodrigues ao pacto germano-soviético de 1938-1939.

vivas”, do qual constam artigos nos quais o autor, a partir de visitas à sua terra natal, nos anos oitenta, relembra episódios da sua vida em Portugal, inclusive da sua infância.

Comentarei em seguida, brevemente, alguns artigos. Em “Todas as ditaduras têm pontos de contato”, Rodrigues reafirmou suas críticas às ditaduras, de direita ou de esquerda; na mesma linha, o artigo “Porque Olga?” (RODRIGUES, 1995c, p. 182-186 e 191-193), no qual nosso autor criticou Olga Benário e o PCB, levou ao debate, por nós citado anteriormente.

Edgar Rodrigues abre o artigo “Homens e livros”, publicado no *Correio de Gaia*, Portugal, em 1994, com uma definição de memória:

A memória é o arquivo humano. Na memória guardamos o que aprendemos, participando, estudando, ou ouvindo falar ao longo da nossa existência. Na memória arquivamos experiências vividas, presenciadas, dela retiramos conhecimentos para usar no presente e no futuro.²⁰ (RODRIGUES, 1995c, p. 225).

A definição, que valoriza o trabalho da memória como “arquivo humano”, torna-se particularmente instigante, quando elaborada por um autor que venho procurando caracterizar nesta tese como um dos mais importantes memorialistas do anarquismo no Brasil e em Portugal.

O Homem em busca da Terra Livre, publicado em 1993, tem estrutura semelhante à dos dois livros anteriormente comentados, *Sem fronteiras* e *Diga não à violência*. Também é composto por artigos escritos por Edgar Rodrigues ao longo dos anos oitenta e noventa e, em sua quase totalidade, publicados em jornais de Portugal. Além dos artigos, Rodrigues publica nesta obra quatro “Contos e coisas parecidas”, dos quais voltarei a falar no quarto capítulo da tese. Na página inicial, Rodrigues conclui sua “Dedicatória especial” afirmando: “Este livro é uma homenagem à Utopia!”. E conclui sua apresentação “Como nasceu este livro” afirmando: “Nesta obra advogamos uma Terra Livre, uma Sociedade que ligue o homem socialmente pela Solidariedade humana, pelo apoio mútuo, e emocionalmente pelo coração e pelo cérebro”. (RODRIGUES, 1993d, p. 5-9).

Nos 77 artigos, nosso autor aborda temas sempre presentes em sua obra: a exploração do homem pelo homem; as arbitrariedades de governos e ditaduras; a penúria da classe trabalhadora; os males produzidos pelas guerras e pelas religiões. Há uma parte sobre “Mulheres e homens em busca da emancipação social, cultural e humana”, na qual Rodrigues

²⁰ Essa mesma definição da memória como “arquivo humano” reaparece em obra mais recente, ver *Rebeldias*, v. 4. O autor ainda acrescenta: “Homem sem memória é povo sem história”. (RODRIGUES, 2007, p. 201).

publica também alguns esboços biográficos de homens e mulheres anarquistas. Há uma seção sobre “Educação, instrução e alienação cultural” e outra, “Os índios e os inimigos da natureza”, em que o autor aborda questões ecológicas. Essa diversidade temática evidencia uma ampliação progressiva do leque de interesses do autor.

Do livro consta também uma parte mais doutrinária, na qual Edgar Rodrigues apresenta sua visão sobre alguns conceitos, como “Anarquia”, “Bolchevismo”, “Comunismo”, “Democracia” e “Socialismo”, que também aparecem, como verbetes, nos seus três dicionários já mencionados. Sobre a Anarquia, afirma Rodrigues: “Em Anarquia, o ser humano desenvolve todas as suas potencialidades artísticas, científicas, criadoras e culturais. O anarquista trata da liberdade, da igualdade, do amor fraterno, coletivo e da paz com o mesmo cuidado que da saúde”. (RODRIGUES, 1993d, p. 190). Nos artigos “O enterro da foice e do martelo” e “Quantas toneladas de papel perdido...”, Rodrigues comenta o processo de desagregação da União Soviética e afirma: “Agora, mais de meio século decorrido confirma o que os anarquistas e socialistas já sabiam e denunciavam desde 1920: que pela ditadura só se podia chegar ao capitalismo de Estado, à ditadura”. (RODRIGUES, 1993d, p. 205). No seu “Milésimo artigo”, Edgar Rodrigues reafirma a necessidade de “levar avante denúncias contra todas as ditaduras”. (RODRIGUES, 1993d, p. 240).

Do livro *O Homem em busca da Terra Livre* faz parte um rico “Apêndice – Lembranças: história e sonho”, composto por oito artigos escritos pelo autor entre 1988 e 1993, nos quais Edgar Rodrigues relembra aspectos da sua vida em Portugal, inclusive da sua infância. Muitas dessas lembranças são despertadas por visitas do autor, que só voltou à sua terra natal, após a vitória da Revolução dos Cravos e a derrubada da ditadura. Num dos artigos, Rodrigues, em meio à forte emoção sentida ao percorrer localidades, ruas e praças da sua infância, Angeiras, Agudela, Lavra, Matosinhos, Pampelido, Perafita, afirma: “E a vida só será bela quando o homem for livre em Terra Livre”. (RODRIGUES, 1993d, p. 269).

Consideramos importante registrar a declaração na qual Edgar Rodrigues torna claro e público o destino que pretende dar à sua biblioteca e a todo o seu acervo pessoal, constante do último artigo – “Verão em Matosinhos” – do livro *O Homem em busca da Terra Livre*:

Fiquei sensibilizado com a conservação, o asseio, a disposição do acervo cultural e o respeito às pessoas que no local [a Biblioteca Pública de Matosinhos] faziam pesquisas. Ali mesmo resolvi uma dúvida que me acompanhava há tempos: propus-me a doar minha biblioteca à Biblioteca Pública de Matosinhos, e dei naquele instante conhecimento da decisão ao dr. Antonio Gomes. No Brasil, procurei assessoria jurídica do Consulado português no Rio de Janeiro. Informei-me se havia algum impedimento legal para minha pretensão. Esclarecido a respeito, concluí a doação com testamento público. Agora, ao saber que a Biblioteca de Matosinhos recebeu o nome da irreverente poetisa Florbela Espanca, sinto-me

gratificado. A sensibilidade poética, a expressão “revolucionária” de sua vida e de sua obra – fazem jus à homenagem prestada: é absolutamente justa. (RODRIGUES, 1993, p. 270-271).

A doação do seu acervo para uma biblioteca pública portuguesa, não brasileira, reforça o processo de reconciliação de Edgar Rodrigues com sua terra natal.

Na década de noventa, o autor publicou ainda *Notas e comentários histórico-sociais e Pequena história da imprensa social no Brasil*, este contendo um importante levantamento: o autor relaciona 524 periódicos da imprensa operária e anarquista no Brasil. A relação de títulos, certamente uma fonte preciosa para pesquisas sobre o tema, é precedida de uma “Introdução” e de um texto em que Rodrigues procura contextualizar o surgimento da imprensa social no Brasil: basicamente, as linhas gerais do movimento operário e sindical na Primeira República. Os dois livros contém, ao final, como habitualmente em sua obra, “Apêndices” com documentos.

Os novos “ares democráticos”, no Brasil e em Portugal, fazem bem a Edgar Rodrigues que, como vimos, escreveu e publicou muito nesse período. No Brasil, sua obra é cada vez mais conhecida e reconhecida nos meios acadêmicos e intelectuais, nos centros de pesquisa e universidades, nessa época em processo de consolidação e expansão. Um número crescente de autores de teses e de dissertações consultam, utilizam e citam seus livros como fontes importantes para suas pesquisas. A meu ver, não se justifica o ressentimento, muitas vezes explicitado, que mais adiante comentaremos, de Edgar Rodrigues com a universidade e a “história acadêmica”.

Em sua terra natal, Rodrigues se tornará não apenas conhecido e reconhecido, como será também homenageado. Em 1996, a Câmara Municipal de Matosinhos organizou uma exposição sobre a obra de Edgar Rodrigues, na sede do Grupo Dramático Musical Flor de Infesta. Já no início do século XXI, em 2002, uma exposição de maior porte foi organizada pela Associação Cultural A Vida. A “Exposição Edgar Rodrigues – Pesquisador Libertário da História Social de Portugal e do Brasil” foi inicialmente montada em Lisboa, onde permaneceu durante um mês, em dois locais: de 18 de abril a 10 de maio, no Museu República e Resistência, e de 11 a 18 de maio, na Livraria Ler Devagar. Em seguida, a exposição foi montada na cidade do Porto, onde permaneceu uma semana, de 19 a 26 de maio, no Centro Social e Cultural Ilhéus. Nos três locais, houve debates, dos quais participaram Edgar Rodrigues, João Freire, José Maria Carvalho Ferreira e Nelson Tangerini. Nesse contexto de reconhecimento e homenagens da terra natal redemocratizada, ao filho pródigo, agora autor com muitas obras publicadas, Antonio Correia conseguiu que também

seu pai fosse homenageado: Manuel Francisco Correia passou a ser o nome de uma rua na freguesia de Lavra, Matosinhos.²¹

Como já afirmamos acima, Edgar Rodrigues recusou a qualificação de “historiador instintivo”, a ele conferida por Roberto das Neves no “Prefácio” ao livro *Na inquisição do Salazar*. Ao recusar a qualificação, ou o título de “historiador”, Rodrigues se autodefine como um “pesquisador instintivo”. Essa autodefinição aparece inúmeras vezes ao longo da sua obra. Seleccionamos três exemplos, que citamos em seguida. Numa entrevista concedida e publicada em 1997, e republicada em 2003, afirma o autor:

O editor do meu primeiro livro, *Na inquisição do Salazar*, disse na apresentação que eu era um pesquisador instintivo [na verdade, Roberto das Neves usou a expressão “historiador instintivo”]. Acho que tinha razão. E ele não sabia, ainda, da mala cheia de papéis que trouxe de Portugal no porão do navio. No Rio de Janeiro, continuei com a mesma vontade da juventude e, logo que pude, escrevi a velhos militantes sindicalistas e libertários de fora e dentro do Brasil pedindo documentos e publicações antigas [...]. Para mim, escrever livros foi uma consequência da pesquisa e coleta de informações. A minha formação na universidade da vida “ditou-me” os métodos de pesquisa, se assim os posso chamar, são os que fui experimentando e melhorando ao longo desse meu trabalho. Minha principal preocupação tem sido não deixar perder documentos que ia descobrindo e divulgar uma história do movimento social no Brasil, que vinha sendo ocultada e deturpada. Nunca tive a pretensão de ser acadêmico ou me tornar famoso. (RODRIGUES, 2003, p. 43).

No artigo “Lembranças”, de 1999, afirma Edgar Rodrigues: “Não consigo imediatamente definir os motivos emocionais que me impeliram a juntar 1.500 artigos dos que consegui publicar em jornais e revistas ao longo dos anos. Mas penso que tem muito a ver com o “pesquisador”, o “coleccionador”, instintivo. (RODRIGUES, 2004, p. 178).

O terceiro exemplo seleccionado aparece numa entrevista concedida em 1999 e publicada em 2003:

Discordo da classificação de historiador. Nunca me disse nem me considero historiador no sentido académico. Quem me tem dado esse título graciosamente e quem o tem contestado, são alguns intelectuais: os primeiros por gostar do que eu escrevo, e os segundos por eu ter escrito primeiro do que eles o que gostariam de ter feito e não foram capazes de o fazer. Se eu tivesse que me dar um título seria o de “pesquisador instintivo”, que não sabendo mais o que fazer com tantos documentos históricos, comecei a convertê-los em livros, e não demorei a agradar a uns poucos e a incomodar a muitos, inclusive a anarquistas que nunca conseguiram pôr em letra de forma suas convicções. Isto posto, diria que tenho vocação para guardar papéis antigos e foi a quantidade e a sua validade (no meu entendimento) que me impulsionou a escrever. (RODRIGUES, 2002, p. 23-24).

²¹ Ver RODRIGUES, Edgar, *Lembranças incompletas*, op. cit.

Nesta última citação já aparece um certo ressentimento com uma “história acadêmica”, com os “intelectuais”. A recusa de Edgar Rodrigues à qualificação ou ao título de “historiador” prende-se a duas razões.²² A primeira delas é a seguinte: Rodrigues tem plena consciência das limitações de sua formação, na qual está presente uma fortíssima dose de autodidatismo. Nosso autor afirma, em diversas obras, como na primeira citação acima, que é um autodidata e que seus métodos, tanto para pesquisar como para escrever, foram sendo construídos ou elaborados na prática, tanto da pesquisa, da coleta de dados, como do próprio ato de escrever. Escrever para que documentos, fontes preciosas da história dos trabalhadores e do anarquismo não se perdessem. Escrever para que essa própria história não se perdesse. Escrever da única maneira que ele sabia, do jeito que ele foi aprendendo sozinho, na prática, sem que ninguém o ensinasse, nem a escrever, nem a pesquisar. Escrever, no entanto, com uma determinação, uma pertinácia, um fôlego raros.

É certo que esse valioso trabalho de escrita só foi possível porque, antes, Edgar Rodrigues cultivou, também de forma autodidática, o hábito da leitura. Nas palavras de um brilhante romancista e ensaísta, conterrâneo e contemporâneo de Rodrigues: “Antes do interesse pela escrita, há um outro: o interesse pela leitura. E mal vão as coisas quando só se pensa no primeiro, se antes não se consolidou o gosto pelo segundo. Sem ler ninguém escreve”. (SARAMAGO, 2010, p. 201).

A segunda razão, creio, para que Edgar Rodrigues não aceitasse o título, ou o rótulo, de “historiador”, é a seguinte: o autor foi desenvolvendo, ao longo do tempo, uma espécie de ressentimento em relação ao que chamou de “história acadêmica” ou “história oficial”, um ressentimento em relação à universidade, aos intelectuais (ou alguns intelectuais). Rodrigues viveu algumas experiências não muito positivas com alguns pesquisadores e/ou escritores vinculados à academia. A primeira delas refere-se ao fato de Edgar Rodrigues ter entregue documentos e os originais de um de seus livros ao historiador Edgard Carone. Este teria, segundo Rodrigues, ficado um longo tempo com esse material e utilizado parte dele, sem citar a origem das fontes, em um de seus livros sobre a história do movimento operário no Brasil. Edgar Rodrigues envolveu-se também em outras polêmicas: com membros do Grupo Projeção, apelido do Círculo Alfa de Estudos Históricos, a respeito do destino e do acesso ao acervo da instituição; e com o grupo redator do boletim anarquista *Libera*, do Rio de Janeiro.

²² Anna Gicelle Garcia ALANIZ afirma, discordando do próprio autor, ser Edgar Rodrigues um “historiador militante”; ver *A sementeira de ideias: Edgar Rodrigues, um vida dedicada à memória anarquista*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 2009.

Não vou entrar no mérito a respeito de quem teria razão nessas polêmicas.²³ Do ponto de vista da elaboração da nossa tese, o que nos interessa é constatar que Rodrigues foi desenvolvendo, e aprofundando, ao longo do tempo, um ressentimento ou um sentimento de desconfiança em relação à academia, à universidade, aos intelectuais.

Entretanto, esses sentimentos eram contraditórios. Edgar Rodrigues sempre fez questão de publicar depoimentos elogiosos, ou entrevistas, em que intelectuais, historiadores, sociólogos, reconheciam o mérito e a importância de seus trabalhos. Dentre esses intelectuais, Azis Simão, Hélio Silva, José Honório Rodrigues, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Barbosa Lima Sobrinho, Francisco Foot Hardman, Antonio Arnoni Prado, Carlos Drummond de Andrade, figuras importantes em suas respectivas áreas de atuação.²⁴

De qualquer forma, para Edgar Rodrigues, a maior parte da história produzida pelas “capelinhas de erudição” da universidade seria uma história que distorce os fatos, ou seja, a “história acadêmica” ou “oficial” ocultaria a presença dos trabalhadores e dos anarquistas; seria, em suma, conservadora e teria mesmo uma suposta dimensão “de classe”, “burguesa”. Nas palavras do autor:

Eu sou um cidadão sem guias intelectuais e saberes acadêmicos burgueses, que, ao longo dos séculos, dividiram a sociedade em classes profissionais e sociais formando hierarquias, “capelinhas de erudição” onde alguns doutores exibem como se fossem seus inventos o que lhes ensinaram e/ou aprenderam em livros impressos por trabalhadores [...]. Os acadêmicos, os poucos que escrevem, usam os alunos para lhes fazer a pesquisa, copiam os textos, ocupam os melhores “alfaiates gráficos”, revisores profissionais para que suas obras apareçam elegantemente, mesmo que o conteúdo seja pobre. Suas teses são rígidas, estáticas, insensíveis como a natureza morta!”. (RODRIGUES, 2002, p. 30-32).

No entanto, Rodrigues admite acerca dos intelectuais: “Salvo evidentemente poucas exceções” (RODRIGUES, 2003a, p. 32), dentre elas o próprio autor desta tese, conforme evidenciado no primeiro volume de *Rebeldias*, no qual Edgar Rodrigues comenta a publicação de *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, de minha autoria. Depois de criticar a capa do livro e afirmar que o autor teria “supervalorizado o acontecimento”, conclui Rodrigues: “Não obstante alguns equívocos, o livro de Carlos Augusto Addor é digno de ser lido, no seu conjunto, é bom”. (RODRIGUES, 2003b, p. 186). Acrescento que Rodrigues citou mais uma

²³ Sobre as controvérsias e polêmicas, ver RODRIGUES, Edgar, *Lembranças incompletas*, op. cit.; *Três depoimentos libertários*, op. cit.; e *Rebeldias 4*, op. cit.

²⁴ Para um conjunto de declarações elogiosas ao seu trabalho, ver, entre outros, RODRIGUES, Edgar, “O que disseram da nossa pesquisa histórica”. In: _____. *Novos rumos*, op. cit., p. 6 -25.

vez meu livro, caracterizando-o, então, como “mais uma colaboração na propaganda” do anarquismo.²⁵ (RODRIGUES, 2007d, p. 393).

Criticando e recusando a “história acadêmica”²⁶ produzida pelos doutores nas universidades, Edgar Rodrigues vai se propor a escrever uma “história alternativa”, uma história que não apenas levasse em conta os trabalhadores, mas privilegiasse suas lutas e conquistas, bem como os anarquistas e suas propostas de construção de uma nova sociedade, sua luta em prol da “emancipação social, cultural e humana”, que só se realizaria plenamente na “Harmonia Anárquica”.

Aqui, seria importante registrar como Rodrigues define a História. Seleccionamos e vamos citar algumas passagens da sua obra nas quais explicita sua visão da História. Em *O Homem em busca da Terra Livre*, afirma Rodrigues:

A história é um conjunto de verdades provadas. No entanto a história que nos ensinam e temos de decorar está cheia de inverdades, de “heróis” de caráter duvidoso, de procedimentos que, se analisados à luz da verdade, da ciência social, só podiam constar no anedotário universal, se é que merecem que se gaste papel e tinta com eles.²⁷ (RODRIGUES, 1993, p. 225).

No mesmo sentido, afirma Rodrigues em outra obra:

A história com H maiúsculo, como expressão da verdade vivida e refletida, ainda precisa ser escrita! História é o retrato dos povos, da humanidade, o espelho onde as novas gerações possam ver suas raízes sem ter de se envergonhar. Nessa História o trabalhador não pode ficar ausente [...]. (RODRIGUES, 2004, p. 209).

Na entrevista que resultou no seu depoimento publicado em *Três depoimentos libertários*, Edgar Rodrigues reafirma: “Entendo a história como um compêndio de investigações testadas nas fontes, de verdades provadas cientificamente. [...] E como meus livros enfocam e registram acontecimentos libertários, verdades sociais, culturais e humanas, certamente têm muito de história.” (RODRIGUES, 2003a, p. 33).

²⁵ Rodrigues afirma, no entanto, que meu livro teria sido resultado de uma “tese de doutoramento” e teria sido publicado pela Editora Três Pontos, com 308 páginas; na verdade, o livro resulta de uma dissertação de mestrado, foi publicado pela Editora Dois Pontos, com 219 páginas. Pequenos equívocos. Op. cit. p. 393. Carlos Augusto Addor é citado novamente nas *Lembranças incompletas*, na página 226, por sua participação, ao lado de Helena Isabel Müller (então, professora da UFF) e do mediador Antonio Abujamra, no programa da Televisão Educativa “Imagens da história”, no qual foi debatido o filme *Libertários*, de Lauro Escorel Filho.

²⁶ Edgar Rodrigues critica também a “história dos vencedores” ensinada nas “escolas oficiais”; ver RODRIGUES, Edgar, *Diga não à violência*, op. cit., p. 304; ver ainda *Universo ácrata*. Florianópolis: Insular, 1999, p. 13. v. 1.

²⁷ A mesma definição da História como “conjunto de verdades provadas” reaparece na nota 1 da página 217 de *Rebeldias 3*. São Paulo: Opúsculo Libertário, 2005.

Embora nessa última versão Edgar Rodrigues fale da “ciência” e se refira às fontes, pensamos que nosso autor não consegue superar uma visão bastante subjetiva da história, na qual o anarquismo acaba por se tornar critério da verdade: “[...] acontecimentos libertários, verdades sociais [...]”. Consideramos seu trabalho riquíssimo, a quantidade de fontes e documentos consultados é impressionante, mas pensamos ser Edgar Rodrigues, além de um incansável “pesquisador instintivo”, basicamente um dos mais importantes – se não o mais importante – memorialistas do anarquismo, no Brasil e em Portugal. Discutimos na “Introdução” as relações, e as diferenças, entre a história e a memória. Retomando rapidamente, lembramos que a história, assim como o historiador em seu ofício, tem um compromisso não só com a verdade mas sobretudo com a busca da objetividade. Se é certo que não alcançará a “objetividade plena” nem a “verdade absoluta”, procurará chegar ao mais próximo possível. A memória, ao contrário, é o espaço, por excelência, da subjetividade, o lugar onde o subjetivo se assume e se explicita. Assim, consideramos Edgar Rodrigues um memorialista do anarquismo, em especial no Brasil e em Portugal.

Na primeira década do século XXI nosso “pesquisador instintivo” publicou mais dez livros. O primeiro deles, *O homem e a terra no Brasil*, foi publicado em 2001. Trata-se basicamente de mais um livro de divulgação do anarquismo, que privilegia as questões sociais do campo no Brasil. Rodrigues abre o livro com uma “Homenagem póstuma ao camponês russo [ucraniano] Elias Ilchenko e aos familiares e companheiros libertários que se fixaram em terras de Erebango, Rio Grande do Sul, e a maioria ali morreu trabalhando na agricultura”. (RODRIGUES, 2001, p. 7). A propósito, uma das partes mais interessantes da obra é o “Apêndice II”, que contém um “breve depoimento” de Ilchenko. O autor aborda as questões sociais no campo a partir de uma perspectiva histórica, muitas vezes reproduzindo passagens de obras anteriores, a respeito, por exemplo, do Quilombo dos Palmares, de Canudos, do Caldeirão, da prática do mutirão, da Colônia Cecília, da comunidade de Guararema, das Ligas Camponesas, e fala também de sobrevivências da escravidão no Brasil do século XX e da “indústria da seca”. No capítulo “Gente sem terra e gente com muita terra”, na sexta parte, Rodrigues aborda a questão da destruição da floresta amazônica e a questão da concentração da propriedade fundiária no Brasil, ambos temas de grande atualidade, haja vista a importância da ecologia hoje e também a atuação do MST.

Em 2003 foi publicado o livro *Três depoimentos libertários*, obra que reproduz, a partir de entrevistas, depoimentos de três militantes libertários, da mesma geração, entrevistados quando já tinham acumulado décadas de militância anarquista. O depoimento de Edgar Rodrigues, resultante de duas entrevistas, uma realizada em 1999 e outra em 2002,

embora se refira a assuntos de ordem pessoal, privilegia sua formação anarquista e sua militância libertária. Vamos resumir e comentar os outros dois depoimentos.

Diego Giménez Moreno nasceu na Espanha, na província de Murcia, em 1911, filho de camponeses. Quando tinha 12 anos, a família se mudou para a cidade industrial de Badalona, na Catalunha, onde o pai conseguiu emprego numa indústria química, e o jovem foi trabalhar como aprendiz numa oficina gráfica de metais. Nos anos trinta, já com a experiência da militância anarcossindicalista na CNT, Diego Giménez participou da autogestão duma fábrica na Catalunha e da luta na Guerra Civil, ao lado dos republicanos, na Coluna Durruti. Com a derrota, vivenciou a “odisseia do povo espanhol fugindo do exército franquista” em direção à fronteira francesa. Viveu alguns anos na França, num campo de refugiados, e depois trabalhando, principalmente na construção de estradas de ferro. Em 1942, atravessou de novo os Pireneus e voltou à Espanha, onde reencontrou a família. A vida sob a ditadura franquista era muito difícil, econômica e politicamente. Em 1951 decide emigrar para o Brasil e “tentar uma nova vida em um país promissor”. Chegou ao porto de Santos, acompanhado do filho, em 1952. Conseguiu emprego como mecânico, assim como o filho, e depois de oito meses comprou passagens para a esposa e as duas filhas, que vieram para o Brasil, onde a família iria se radicar. Através do amigo Joaquim Vergara, ouviu referências à Nossa Chácara e conheceu o Centro de Cultura Social, no Brás, bairro da capital paulista, onde militantes anarquistas promoviam regularmente atividades culturais, palestras, debates, apresentação de peças de teatro social. Lá conheceu Jaime Cubero e se integrou ao grupo libertário, passando a frequentar o Centro, nos períodos em que este esteve aberto, até o momento da realização da entrevista, que se deu em várias etapas, entre 1999 e 2001. Em 1975 publicou, em coautoria com o irmão Roberto, o livro *Mauthausen: campo de concentração e extermínio*. Reproduzimos resumidamente a trajetória de Diego Giménez por ela ter pontos de contato com a trajetória de Edgar Rodrigues. Ambos migram para o Brasil no início dos anos cinquenta, já com uma formação política e uma consciência anarquista, fugindo de vicissitudes econômicas e/ou políticas que a Europa, e particularmente a Península Ibérica, vivia no pós-Segunda Guerra Mundial. Vieram, como todo migrante, em busca de uma vida melhor, num “país promissor”. Giménez também se refere, em seu depoimento, ao ambiente de liberdade e democracia que encontrou aqui no Brasil, e que absolutamente não existia na Espanha franquista.

Outro dos *Depoimentos libertários* foi prestado por Jaime Cubero²⁸, a partir de uma entrevista realizada em 1997. Cubero, ao contrário dos outros dois entrevistados, nasceu no Brasil, em Jundiaí, interior paulista, em 1927. Descendente de espanhóis e filho de uma família numerosa, com muitos irmãos, e de poucos recursos, tendo perdido o pai quando tinha dois anos, Jaime, apesar de bom aluno, só conseguiu completar o curso primário. Aos dez anos, começou a trabalhar, primeiro numa fábrica de brinquedos e, a partir dos doze anos, em fábricas de calçados, tornando-se operário sapateiro, profissão que exerceu durante quase toda a sua vida. Começou a se interessar pelo anarquismo ainda muito jovem, por volta dos 14 anos, a partir de leituras e de estudos com um amigo e vizinho, Liberto Lemos, que se tornaria seu cunhado, casando-se com sua irmã. O pai de Liberto, anarquista – o nome do filho já indica sua filiação ideológica –, possuía uma pequena biblioteca com livros libertários. Curiosamente, um mesmo livro exerceu forte influência sobre Diego Giménez e Jaime Cubero, trata-se de *Manolín*, que narra uma lenda popular espanhola sobre uma comunidade anarquista, uma utopia concretizada. Nessa época Cubero participa da fundação do Centro Juvenil de Estudos Sociais, onde um grupo de jovens se reunia regularmente para ler e estudar obras anarquistas. Em 1945, quando Jaime Cubero tem 18 anos, Vargas é deposto, o Estado Novo é derrubado. Está surgindo, na expressão de Edgar Rodrigues, uma “nova aurora libertária”²⁹. O Centro de Cultura Social de São Paulo, que tinha sido fundado em 1933, encerrara suas atividades durante a ditadura estado-novista. Com a redemocratização, já em junho de 1945, o Centro reabre e retoma as atividades: palestras, cursos, conferências, debates, apresentação de peças de teatro social. Logo depois da reabertura, indicado por Edgard Leuenroth, Jaime Cubero passa a participar da comissão de gestão do Centro, tornando-se mesmo, ainda muito jovem, seu secretário-geral, função que exercerá de 1945 até 1954, quando, mais uma vez indicado por Leuenroth, se mudará para o Rio de Janeiro, onde trabalhará por alguns anos no jornal *O Globo*. Assim como Edgar Rodrigues, Jaime Cubero também se tornará jornalista a partir de uma formação basicamente autodidata. Cubero gostava de ler e estudar, e lia muito sobre anarquismo porque desde muito jovem começou a se identificar com o socialismo libertário, seus valores e propostas. Desde muito jovem passa a apresentar-se regularmente em palestras, em vários espaços, inclusive em igrejas católicas

²⁸ Conheci Jaime Cubero pessoalmente. Em 1987, quando começava a cursar o doutorado na Unicamp, fiz uma palestra no Centro de Cultura Social, na rua Rubino de Oliveira, no Brás, São Paulo, sobre o meu livro *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, cuja primeira edição tinha sido publicada no ano anterior. Jaime Cubero me apresentou no Centro e coordenou as atividades. Ao final dos debates, gentilmente me convidou para ir a sua casa, próxima ao Centro, onde fizemos, junto com sua companheira, um frugal lanche vegetariano. Cubero foi de uma enorme simpatia, e guardo dele esta boa recordação.

²⁹ Comentaremos a “Nova aurora libertária” no capítulo 5 da tese.

onde está se gestando o embrião da teologia da libertação. Aliás, Cubero sempre se interessou pelos estudos da religião, sempre se inquietou com as questões religiosas e sempre admirou Lev Tolstói, o sempre citado “anarquista cristão”. Depois de participar e liderar uma greve reivindicando melhores salários, Cubero e vários colegas são demitidos do jornal. Jaime volta a São Paulo e retoma o contato mais próximo com o Centro de Cultura Social, até que, com o Golpe de 1964, nova ditadura é implantada no Brasil. Em 1969, chegam a São Paulo as notícias sobre a invasão militar à sede do Centro de Estudos Professor José Oiticica, no Rio de Janeiro, e as prisões e os processos decorrentes. Os libertários paulistas vão se solidarizar com os companheiros cariocas, arrecadar recursos para ajudar a pagar os advogados que irão defender os processados no inquérito policial-militar e, por razões de segurança, encerram temporariamente as atividades do Centro de Estudos Sociais, que só serão retomadas em 1985, no contexto dessa última redemocratização. Jaime Cubero faleceu em 1998 e em 2004 foi publicado, em São Paulo, um livreto de sua autoria, *Anarcossindicalismo no Brasil*, pela Editora Índex Librorum Prohibitorum.

Pensamos que resumir a trajetória de vida de Diego Giménez e de Jaime Cubero nos ajudou a ilustrar o ambiente, o clima político no qual também Edgar Rodrigues exerceu sua militância anarquista e escreveu e publicou sua obra.

Entre 2003 e 2007 Edgar Rodrigues publicou os quatro volumes da série *Rebeldias*³⁰. O título refere-se a uma atitude e a uma ideia, o não conformismo, que integram a visão de mundo anarquista; além disso, pode ser também uma homenagem a Benjamin Mota, advogado e jornalista libertário, autor de vários opúsculos, entre eles *Rebeldias*, publicados em São Paulo na primeira década do século XX³¹, embora eu não tenha encontrado na obra de Rodrigues nenhuma referência explícita a essa possível homenagem. Os quatro volumes da série são compostos, assim como outras obras já comentadas, pela republicação de artigos já divulgados na imprensa, em sua grande maioria, em jornais de Portugal, mas também em outros países, como Brasil e Espanha.

O volume 1 de *Rebeldias* é composto, além de dezenas de artigos na sua quase totalidade publicados em Portugal nos anos oitenta e noventa, por quatro entrevistas concedidas pelo autor: em 1975, à *Revista Popular*, de Lisboa; em 1997, ao *Diário Regional*, de Juiz de Fora e à *Tribuna de Minas*; em 1997, ao jornal *A Notícia*, de Santa Catarina; em 1999, ao *Ateneo Libertario Elisée Reclus*, de Bilbao, Espanha. Nessas entrevistas, Rodrigues

³⁰ RODRIGUES, Edgar, *Rebeldias*, v. 1, 2, 3 e 4, op. cit.

³¹ Ver RODRIGUES, Edgar, *Rebeldias 1*, op. cit., p. 204. Dentre outros opúsculos de Benjamin Mota, foram publicados, na mesma época, *Reflexões* e *A razão contra a fé*.

reafirma as razões a partir das quais começou a pesquisar e escrever sobre o anarquismo e suas críticas à “história acadêmica”. Na terceira delas, o autor reafirma que o fim da União Soviética “não foi o fim da utopia [que] só morrerá com o homem” e, mais adiante, que “o anarquista é um atleta, um corredor de fundo, precisa de ter fôlego para aguentar os desafios que enfrenta”. (RODRIGUES, 2003b, p. 45).

No artigo “Menos três”, publicado originalmente em 1999, na revista *Orto*, de Barcelona, Edgar Rodrigues homenageia três militantes anarquistas recentemente falecidos, entre eles Jaime Cubero:

Operário sapateiro, bem jovem foi atraído pelo anarquismo e, desde então, estudou todas as suas vertentes até compreendê-lo, assimilá-lo para iniciar uma sementeira que só terminou com sua morte [...]. Ia nos Centros de Cultura e nas Universidades, a convite de professores proferindo palestras sobre educação libertária, anarquismo, movimento anarcossindicalista e sua história no Brasil, chegando (a convite) a tomar parte numa mesa de avaliação de tese de doutoramento tendo o anarquismo como matéria-prima [...]. Fez parte do grupo de Teatro Social com seu irmão Francisco e Pedro Catalo [...] [foi] um braço firme na sustentação do Centro de Cultura Social de São Paulo, um dos fundadores do Grupo Projeção, responsável pela vida de Nossa Chácara, Nosso Sítio e Nosso Arquivo [...]. Jaime Cubero foi um militante do anarquismo muito produtivo. Sua morte deixou o movimento libertário no Brasil mais pobre. (RODRIGUES, 2003b, p. 171).

Os outros homenageados são Acácio Tomás de Aquino, português, nascido em 1899, e Antonio Martinez, espanhol, nascido em 1913. Ambos falecidos, como Jaime Cubero, em 1998.

Desse primeiro volume de *Rebeldias* constam também seis artigos sobre o movimento operário e sindical em Santos, a Barcelona Brasileira, e dois artigos sobre a participação da Rússia na Revolução Espanhola.

A 15ª e penúltima parte do livro, “Recordações que o tempo não apagou”, é composta por cinco artigos publicados nos anos noventa no jornal português *O Correio de Gaia*, nos quais o autor comenta sua volta à terra natal, depois da derrubada da ditadura, e os passeios que fez à região onde nasceu. No artigo “O cinto vermelho e preto”, o mais interessante deles, o autor relata como, ainda muito jovem, adquiriu um cinto feito artesanalmente por presos políticos nos cárceres salazaristas, mais uma vez recordando vivências de sua juventude sob o fascismo luso. No “Posfácio”, Rodrigues comenta a dificuldade da publicação de livros sobre o anarquismo no Brasil e em Portugal fora de suas fronteiras linguísticas.

No volume 2 de *Rebeldias*, no artigo “Todos os governos faliram”, afirma Edgar Rodrigues:

[...] nenhum governo “comunista”, socialista, republicano, democrático ou monárquico caminha no sentido de proporcionar a felicidade do ser humano. Pelo

contrário, o homem mata hoje [o artigo é de 1986] seus semelhantes com mais requintes de crueldade. Está, pois, na hora de procurar fórmulas alternativas: o Anarquismo! (RODRIGUES, 2004, p. 96).

Este é um argumento recorrente na obra de Rodrigues: como todos os regimes políticos faliram, o anarquismo seria a única proposta viável para a construção de uma sociedade justa, livre e solidária.

Edgar Rodrigues publica neste volume, confirmando característica já apontada, várias pequenas biografias de companheiros anarquistas, inclusive de Anarquia de Caria, filha do militante Vicente de Caria, e de Luis Portela, coautor de *Na inquisição do Salazar*. No “Apêndice” do livro, numa entrevista concedida ao militante libertário venezuelano Emilio Tesoro, Rodrigues reafirma suas críticas aos intelectuais, inclusive anarquistas, das universidades: “O anarquista acadêmico se especializa em seus estudos, aprofunda-se com uma broca terra abaixo e não sente nem vê o que se passa à sua volta, na superfície”. (RODRIGUES, 2004, p. 251).

Na mesma entrevista, Rodrigues critica alguns grupos anarquistas contemporâneos que, de acordo com o autor, não estudaram e não conhecem a história do anarquismo: “cada grupo pensa que o anarquismo apareceu com ele” (Idem). Na mesma (longa) entrevista, Rodrigues reafirma suas críticas à violência, embora afirme que não se deve “silenciar diante da violência física e da exploração brutal do homem pelo homem”. Propõe, como alternativa à ação violenta, semear o anarquismo: “Semeemos o anarquismo até a exaustão!” (RODRIGUES, 2004, p. 259) e encerra a entrevista, e o livro, defendendo a Utopia:

Muitos consideram isto [o anarquismo] uma Utopia na terra... mas seria o caso de perguntar: existe coisa mais utópica do que acreditar nos religiosos de que após a morte os “bem mandados” viverão uma “vida nova” no céu ? No dia em que cada ser humano não alimentar mais algum tipo de utopia (esperança) certamente suicidar-se-á! (RODRIGUES, 2004, p. 265).

No volume 3 de *Rebeldias*, já no primeiro artigo, “Conceitos de Pátria”, da primeira parte do livro, “Retalhos do Universo”, Edgar Rodrigues reafirma sua visão de mundo, humanista e internacionalista: “A terra é uma só, nasceu antes do homem com todas as suas riquezas naturais. Sem fronteiras, marcos ou divisas. A natureza deu-a de graça ao homem [...]. Na ordem lógica dos universalistas, Pátria é a humanidade, o mundo sem divisas”. (RODRIGUES, 2005a, p. 45).

Dentre as dezenas de artigos, há críticas à dimensão conformista das religiões, críticas ao integralismo (quatro artigos sobre “Libertários contra integralistas”), críticas às ditaduras soviética e cubana, um artigo sobre o Museu Kropotkin (fechado por Stalin) e outro sobre Flores Magon e a Revolução Mexicana. Há dez artigos sobre “Pedaços da história das lutas sociais no Brasil”, alguns dos quais citaremos e comentaremos no terceiro capítulo de nossa tese. Além disso, no artigo “Pioneiros e renovadores”, na sexta parte do livro, “Os anarquistas”, Edgar Rodrigues reafirma seu modelo de militante:

O anarquista é um atleta sempre em busca do aperfeiçoamento, do fortalecimento de suas convicções e [de] conhecimentos enquanto procura clarear dúvidas científicas e psicológicas [...] trabalha incessantemente para alargar seus horizontes, físico, intelectual, cultural e humano [...]. É um defensor dos oprimidos. (RODRIGUES, 2005a, p. 174).

Num outro artigo nessa mesma seção, confirma nosso autor: “O anarquista vê no indivíduo um atleta em constante evolução. Aperfeiçoamento técnico, científico, artístico e cultural. É sua convicção que o homem é bom, e que as deficiências que carrega advém do meio ambiente em que nasceu, cresceu e foi educado”. (RODRIGUES, 2005a, p. 186). Essa suposta “bondade natural” do homem é, a nosso ver, um dos pressupostos fundamentais da “filosofia anarquista”, na concepção rodriguiana.

A sétima parte do livro trata de experiências de ajuda mútua e comunitarismo, inclusive a experiência da Nossa Chácara. A oitava parte aborda as “Escolas racionais” e “*Flashes* de pedagogia libertária”, aspectos da cultura anarquista. Na nona parte, Rodrigues aborda algumas questões sobre a mulher, principalmente nos artigos “As mulheres e a questão social no Brasil” e “Quem são os inimigos das mulheres?”; e também sobre a maternidade, no artigo “Ser mãe – ser livre”.

No primeiro parágrafo do primeiro artigo, “A figura do companheiro”, na décima parte, “Os companheiros”, afirma Rodrigues: “O anarquismo nasce e cresce dentro dos indivíduos. É um sentimento que vem de dentro para fora e uma realidade social que vem de fora para dentro. Dir-se-ia que é o encontro do sentimento com a doutrina que revela o militante”. (RODRIGUES, 2005a, p. 246). Retomaremos, mais adiante na tese, essa díade sentir/pensar o anarquismo, bem como sentimento/pensamento da liberdade, na construção de Edgar Rodrigues.

Ainda nessa décima parte, Rodrigues publica mais algumas biografias-homenagens de companheiros anarquistas, entre eles o médico Martins Fontes. Na parte 11, “Controvérsias”, nosso autor publica dois artigos de elogios a Bakunin, outro prestando tributo ao escritor

Ferreira de Castro, e ainda dois artigos contendo críticas a dois autores: Edgard Carone e J. Foster Dulles. No tradicional “Apêndice”, Edgar Rodrigues mais uma vez reafirma suas críticas aos “historiadores acadêmicos” e às “seitas elitistas”.

Já na “Introdução”, do quarto e último volume da série *Rebeldias*, Edgar Rodrigues reafirma suas críticas à “história acadêmica”, dessa vez criticando o hermetismo dos textos produzidos por alguns intelectuais, mesmo libertários, nas universidades:

[...] uns poucos acadêmicos libertários, pela internet e outros veículos de divulgação, aproveitando a grande liberdade que os anarquistas nunca desfrutaram nos meios políticos e religiosos, viajam na estratosfera, sempre longe do alcance dos trabalhadores, que produziam enquanto eles estudavam [...]. É preciso sair dos escritos empolados e usar uma linguagem terra a terra. (RODRIGUES, 2007a, p. 20).

Ainda na “Introdução”, Rodrigues critica a concessão de bolsas-família no Brasil: “Neste universo de brutalidades humanas geradoras de todos os tipos de trapanças: violências, drogas, roubos e da corrupção sem fim... o presidente do Brasil (ex-operário metalúrgico) pensa (?) resolver a miséria dos mais de 50 milhões com esmolas mensais [...]”. (RODRIGUES, 2007a, p. 19). Com efeito, o anarquismo sempre teve uma visão crítica em relação à caridade e ao assistencialismo contrapondo-os à solidariedade.³²

Na primeira parte do livro, “O trabalho dos imigrantes e suas diversidades”, Rodrigues aborda basicamente os “Trabalhadores portugueses no Brasil”. Comenta como, embora “uns poucos portugueses imigrantes [viessem] com instrução e cultura”, “a maioria esmagadora [...] era originária das aldeias e das províncias [...] não se interessavam por política, esta não lhes dizia nada [...]”. (RODRIGUES, 2007a, p. 84-85). De qualquer forma, criaram aqui no Brasil várias entidades de ajuda e socorro mútuo, dentre as quais se destacou a Sociedade Portuguesa de Beneficência. Rodrigues critica também a atitude de muitos imigrantes portugueses ricos (a maioria deles enriquecidos aqui no Brasil) que, enquanto durou a ditadura salazarista, apoiaram o regime, e também utilizaram várias instituições luso-brasileiras, como o Real Gabinete Português de Leitura, como plataformas para conseguir comendas e honrarias do Estado português, bem como poder e prestígio junto à comunidade lusitana no Brasil.

No artigo “As aldeias e a opulência das cidades”, na segunda parte do livro, “Crescimento urbano e favelas”, Rodrigues contrapõe a vida simples e harmoniosa das aldeias (a “felicidade do aldeão”) à vida tensa dos “robôs humanos”, “esmagados” pelas grandes

³² No início do quinto capítulo, voltaremos a comentar a visão anarquista sobre caridade e solidariedade, a partir do poema “Caridade”, de Sylvio de Figueiredo.

metrópoles urbanas. Parece-nos interessante essa formulação, até porque o anarquismo clássico sempre teve uma visão crítica em relação ao “progresso” capitalista industrial acelerado, e a urbanização desordenada dele decorrente. É claro que essa formulação está também relacionada às lembranças de sua infância e juventude, vividas em aldeias de Portugal.

Na terceira parte, sobre “A questão social”, quero destacar o artigo sobre “Os pedreiros da anarquia”, designação que Rodrigues toma emprestada de Fábio Luz, e com a qual se refere aos libertários que, no Brasil das primeiras décadas do século XX, pretendiam, a partir da sua militância, construir o Palácio da Anarquia. Muitos, centenas, desses “pedreiros”, “que têm a sua História escrita com suor, lágrimas, sangue e fome” (RODRIGUES, 2007a, p. 115), foram homenageados com esboços biográficos nas páginas dos cinco volumes de *Os companheiros*. No final desta parte, afirma Edgar Rodrigues: “O anarquista terá de educar e preparar cada indivíduo para que este possa conviver em harmonia com as diversidades humanas [...]”. (RODRIGUES, 2007a, p. 126). Penso ser importante registrar essa concepção do autor sobre o anarquismo, de respeito às diversidades. Entretanto, essa educação pluralista seria dada por anarquistas, a partir dos princípios da pedagogia libertária.

A seção subsequente, “Notícias de alguma parte...”, é composta por artigos escritos pelo autor nos anos cinquenta. No primeiro artigo, criticando o sindicalismo brasileiro na Era Vargas, do “tipo fascista”, assim conclui Edgar Rodrigues: “Este sindicalismo ‘amarelo’ é a revivescência da ditadura de Getúlio Vargas, isto é, o sindicalismo de Mussolini para cá transportado em 1930. O sindicalismo ou é livre e revolucionário ou não é sindicalismo”. (RODRIGUES, 2007a, p. 128).

“Uma história diferente... Fragmentos históricos do anarquismo no Brasil”, quinta parte, é basicamente uma síntese, elaborada a partir de relatos e informações constantes de obras anteriormente publicadas. Ao comentar, no primeiro artigo, o movimento insurrecional de 1918, Edgar Rodrigues mais uma vez cita nosso livro *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro* (RODRIGUES, 2007a, p. 154). No mesmo artigo, afirma o autor: “Na segunda e na terceira décadas do século XX o movimento anarcossindicalista chegou ao seu ponto mais alto”. (RODRIGUES, 2007a, p. 156). Na verdade, no Brasil, a terceira década do século XX é o momento do início do declínio do anarcossindicalismo, processo que comentaremos no terceiro capítulo da tese. Rodrigues comenta ainda a formação do grupo Os emancipados, do qual participaram Fábio Luz, Diamantino Augusto, Amílcar dos Santos e “outros militantes anarquistas da maior credibilidade”. (Idem). No segundo artigo, Rodrigues apresenta dados

sobre os congressos operários realizados no Brasil, a partir do seu livro *Alvorada operária*, e reafirma a dimensão internacionalista e humanista do socialismo libertário: “os antropólogos estabeleceram um acordo geral sobre o conhecimento de que a humanidade é uma só; que todos os homens pertencem à mesma espécie *Homo sapiens*”. (RODRIGUES, 2007a, p. 160). O terceiro artigo relata a estadia de “Trinta horas em Sorocaba”, horas passadas pelo autor na casa do militante anarquista João Perdigão Gutierrez.

A sexta parte, “Sem fronteiras”, é composta por artigos publicados nos anos noventa e na primeira década do século XXI. No artigo “No século XX”, Edgar Rodrigues comenta brevemente a “revolta popular espontânea de fevereiro de 1917” e “o golpe vibrado por Lênin em outubro de 1917” na Rússia. (RODRIGUES, 2007a, p. 182). Voltaremos ao tema, e analisaremos, mais adiante na tese, a construção pelo autor de um conceito de “Revolução”.

“À volta dos livros”, sétima seção, é formada por oito artigos, dois deles publicados em jornais portugueses nos anos noventa, e os outros seis inéditos, escritos nos anos dois mil. Já no primeiro artigo, “Autoridade, violência ou educação?”, afirma Rodrigues sobre o militante libertário: “O anarquista deve afirmar-se pela retidão, pela honradez, despido de elitismos ou desvios de conduta, esta deve marcar a sua personalidade no lar, nos locais de trabalho, na sociedade...”. (RODRIGUES, 2007a, p. 198). No segundo artigo, de 1992, “Semeando cultura”, nosso autor reafirma sua definição de História como “um conjunto de verdades provadas”, e comenta o trabalho da editora espanhola Madre Tierra, que vem publicando livros sobre a história do anarquismo na Europa: a editora “está empenhada numa sementeira de grande alcance sociológico, pretende levar a verdade [...] a todas as pessoas que defendem e pregam a emancipação social e humana”. (Idem).

No artigo seguinte, “Vigiados e perseguidos: homens e livros”, Edgar Rodrigues reafirma sua definição de memória como “o arquivo humano” [e que] “homem sem memória é povo sem história”. (RODRIGUES, 2007a, p. 201). Ainda nessa sétima parte, Rodrigues comenta alguns livros sobre o anarquismo e elogia a obra *O caminho* e sua autora, a militante libertária Luce Fabbri, que “dedicou sua longa existência a ‘semear’ ideias emancipadoras, humanistas, que viam para além da liberdade, a Liberdade Plena [...]”. (RODRIGUES, 2007a, p. 210).

A oitava parte do volume 4 de *Rebeldias* é composta por 19 artigos, escritos entre 2003 e 2004, e publicados na imprensa portuguesa, 18 deles no jornal *Foz do Lima*, todos sobre o Teatro Operário. Num dos artigos, afirma Edgar Rodrigues:

O Homem, por mais que o tentem alienar, nunca perde o desejo, muitas vezes até inconsciente, de ser livre [...] o homem ainda possui sua vontade de um dia ser livre em Terra Livre. A Liberdade é um bem tão precioso quanto antigo: o ser humano luta por ela faz muitos séculos. (RODRIGUES, 2007a, p. 231)

Esse desejo inconsciente de ser livre é, na concepção de Rodrigues, o “sentimento de liberdade” que, como veremos adiante, se diferencia e, ao mesmo tempo, complementa, o “pensamento de liberdade”.

A nona seção é composta por um artigo, “Anarquia e ordem não são inimigas”, e por uma entrevista do autor, publicada originalmente em dois números da *Revista Letralivre*, o nº 44, de 2006, e o nº 46, de 2007. Nessa entrevista, Edgar Rodrigues relata mais uma vez alguns aspectos da sua vida, constantes do *Depoimento libertário* já citado, reafirma suas críticas à “história acadêmica”, e fala também da atualidade do anarquismo, no início do século XXI. Depois de expor que: “O anarquismo [...] pretende derrubar a velha sociedade e em seu lugar edificar uma comunidade de iguais” (RODRIGUES, 2007a, p. 259), afirma o autor:

Com a derrocada dos governos nos países bolchevistas/ ditadura do proletariado/ comunistas/ socialismo real na Rússia e seus satélites, abriram-se imensos espaços ao anarquismo [...] nunca os anarquistas tiveram tantas oportunidades para divulgar suas ideias, de demonstrar que o anarquismo existe, [que] pode realizar o ser humano; pode fazê-lo pelas rádios, pela televisão, nas universidades, fazer crescer, com solidez, seu movimento sem nenhum risco policial... (RODRIGUES, 2007a, p. 259).

Neste artigo, Edgar Rodrigues mais uma vez define anarquia: “Anarquia é a gênese da comunidade de iguais [na qual] cada função intelectual ou braçal tem o mesmo valor na sociedade [...]”. (RODRIGUES, 2007a, p. 276). Mais adiante, afirma que: “Pela solidariedade humana, os anarquistas pretendem demonstrar que a felicidade ou a infelicidade de um será a de todos”, e também que o “anarquista quer também despertar o bom senso.” (RODRIGUES, 2007a, p. 279-280). Na última página, Rodrigues reafirma a dimensão racionalista do anarquismo: “O anarquista convicto confia no triunfo da Razão, da Educação e da Cultura conscientizadora [...]”, e conclui: “O anarquismo não morreu! [...] Os políticos [...] fracassaram com as monarquias, as repúblicas, os socialismos, os comunismos e as ditaduras de todas as cores. Incorruptível, hoje, só resta a Anarquia. Estudai-a!”. (RODRIGUES, 2007a, p. 282).

A décima parte é composta por dois artigos, o primeiro deles, “A ‘ordem’ do Estado, as peculiaridades humanas e a Anarquia”, é basicamente uma reafirmação de considerações sobre o anarquismo, concluída com uma “Declaração de [10] Princípios Anarquistas”, e o

segundo reconta a história da formação da Federação Anarquista Ibérica. No “Apêndice”, apenas um artigo, publicado em Portugal em 1988, sobre a China: “Metamorfose chinesa?”.

Em 2005 e 2007, Edgar Rodrigues publicou os dois volumes de *Um século de história político-social em documentos*, uma antologia de fontes, mais um bem-sucedido esforço no sentido de não deixar que documentos valiosos sobre o anarquismo, a classe operária e suas lutas se perdessem.

Em 2007 foi também publicado *Mulheres e anarquia*, único livro do autor dedicado especificamente ao tema do título, o que confirma a tendência, já por nós apontada, de um interesse crescente de Edgar Rodrigues pela cultura libertária.

Finalmente, 2007 foi também o ano da publicação das memórias de Edgar Rodrigues, das suas *Lembranças incompletas*, já citadas e comentadas, tanto na “Introdução” quanto neste primeiro capítulo. Extraímos tantas informações importantes dessas memórias, ou lembranças, para a elaboração desta tese, que elas continuarão a ser citadas e comentadas ao longo do nosso trabalho. Dois mil e sete foi o último ano em que Edgar Rodrigues teve livros publicados.

Apresentamos a seguir um quadro que registra, em números, a produção de Edgar Rodrigues por décadas, e sua publicação no Brasil e em Portugal.

QUADRO DE PUBLICAÇÕES DE EDGAR RODRIGUES

DÉCADA	PORTUGAL	BRASIL	TOTAL
1950	0	2	2
1960	0	3	3
1970	2	7	9
1980	4	6	10
1990	0	20	20
2000	0	10	10
TOTAL	6	48	54

Este quadro ilustra sinteticamente que Edgar Rodrigues, pesquisador instintivo e escritor militante, manteve-se ativo até o final de sua vida.

Recordando, Edgar Rodrigues nasceu em 1921 em Portugal, e migrou para o Brasil em 1951. Aqui, se naturalizou brasileiro e se radicou com a família na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Méier. Seu livro de memórias, suas *Lembranças incompletas*, é aberto por um pequeno texto-homenagem, “Sobre o meu avô”, escrito por sua neta, brasileira, Renata Correia Hespanhol. E logo no início do primeiro volume de *Um século de história político-*

social em documentos, de 2005, há uma foto dos netos, brasileiros, de Edgar Rodrigues: Renata Correia, Fabiana Correia, Ana Cristina e Antonio Zolá, este último nome evidenciando que a homenagem ao romancista libertário francês se estendeu a mais uma geração da família Correia.

Em junho de 2009, aos 88 anos, Edgar Rodrigues faleceu na cidade do Rio de Janeiro, depois de ter produzido, como memorialista, uma obra fundamental para a história do anarquismo e do movimento operário e sindical, principalmente no Brasil e em Portugal.

**A PLANTA EXÓTICA: ANARQUISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO NAS
PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA (1889-1913)**

**“SOCIALISMO SEM LIBERDADE É TIRANIA E OPRESSÃO.
LIBERDADE SEM SOCIALISMO É PRIVILÉGIO E INJUSTIÇA.”**

M. Bakunin

**“EM GERAL, O QUE O ANARQUISMO QUER, É SOLTAR OS HOMENS, DEIXÁ-LOS AGIR LIVREMENTE, SEM
LEIS, NEM REGULAMENTOS, OU PEIAS LEGAIS QUAISQUER, PARA QUE PELA LIVRE E AUTONÔMICA AÇÃO
DE CADA UMA DAS FORÇAS INDIVIDUAIS, EM VIRTUDE DA SIMPATIA QUE NOS SOLICITA, UNS PARA OS
OUTROS, SE OBTENHA NATURALMENTE O EQUILÍBRIO DE TODAS AS FORÇAS E ATIVIDADES HUMANAS.”**

Afonso Henriques de Lima Barreto

2.1

Antecedentes do anarquismo e formação da classe operária

Creio ser consensual na historiografia brasileira a avaliação que considera a Primeira República o momento de maior visibilidade do anarquismo na história social do Brasil, o período de sua mais profunda inserção no movimento operário e sindical brasileiro. Esse enraizamento social mais forte e nítido aparece mais claramente nas duas primeiras décadas do século XX, e, principalmente, nos anos dez. A conjuntura de 1917 a 1920 é a de maior ascenso do movimento operário e sindical, com grandes greves, envolvendo dezenas de milhares de trabalhadores, principalmente no eixo geográfico Rio de Janeiro – São Paulo.

Entretanto, antes de 1917, um longo, complexo e rico caminho vinha sendo percorrido. O período da formação no Brasil de uma classe operária remete ao último quartel do século XIX e à virada para o século XX. Trata-se do processo de crise e desagregação do escravismo, da transição da escravidão ao capitalismo, da formação de um mercado de trabalho livre: no campo, nas fazendas paulistas de café, a imigração subvencionada e o colonato; nas cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, basicamente, as fábricas e a formação de uma classe operária, de um proletariado urbano. Vamos, um pouco mais adiante, comentar as linhas fundamentais desse processo.

Muito antes, contudo, da desagregação do escravismo, antes da promulgação da Lei Áurea em 1888, lutas e rebeliões antiescravistas explodem, de norte a sul, no Brasil. Edgar Rodrigues interpreta esses movimentos como uma espécie de “antecedentes” do anarquismo. Nada a estranhar. Nosso autor concebe o anarquismo basicamente como um sistema de pensamentos, ideias e valores, no qual o cerne, o valor central é a liberdade; e também, como um conjunto de lutas e movimentos sociais que buscam conquistar a liberdade do homem, a

emancipação humana. Na verdade, para Edgar Rodrigues existem dois tipos de liberdade: o sentimento de liberdade e o pensamento de liberdade. “Chega a ser infantil confundir pensamento de liberdade com sentimento de liberdade. O primeiro tem sua origem na cultura; o segundo é inato, instintivo e faz parte dos elos naturais da vida”. (RODRIGUES, 2003b, p. 37-38). Em obra anterior, Edgar Rodrigues já afirmara, sobre o sentimento de liberdade:

A liberdade inerente ao indivíduo [...] é tão necessária ao ser humano como o ar que respira, a água que bebe, o alimento de que se nutre [...]. Liberdade é antes de tudo um estado emocional, interior, herdado geneticamente [...]. Liberdade, antes de ser uma promessa, é um sentimento [...]. (RODRIGUES, 1993, p. 11).

Em artigo bem mais recente, Rodrigues reafirma sua visão de que o ser humano possui um desejo inato de liberdade: “O Homem, por mais que o tentem alienar, nunca perde o desejo, muitas vezes até inconsciente, de ser livre [...] o homem ainda possui sua vontade de um dia ser livre em Terra Livre.” (RODRIGUES, 2007a, p. 231).

Nesse sentido, a luta contra a escravidão é uma luta pela liberdade, e movida basicamente pelo sentimento instintivo de liberdade. Dessa forma, parece-nos coerente que Rodrigues abra o primeiro volume – *Socialismo e sindicalismo no Brasil* – da primeira trilogia que analisaremos na nossa tese, com o capítulo “O trabalhador negro de Palmares”. Para o autor, cuja principal referência no estudo de Palmares foi o livro de Edson Carneiro¹, o Quilombo de Palmares foi um movimento anarquista, libertário, socialista, ou, ao menos, precursor do anarquismo. Em suas palavras:

A História das lutas sociais no Brasil inicia-se com a colonização portuguesa. Todavia, torna-se mais evidente com a formação dos “Quilombos” [...]. Com a maioria de trabalhadores negros, teria forçosamente que nascer desses trabalhadores a luta pela liberdade [...] não pretendiam comprar a liberdade mas conquistá-la [...]. E, mais do que isso, era um movimento de ação direta para a tomada de terras e o estabelecimento de autênticas comunidades agrícolas, algumas das quais prosperaram em termos de igualdade social. [...] os Quilombos foram [...] frutos valiosos dum trabalho livre [...] trabalho coletivo [...] mostrando [...] como se podia viver sem Estado e sem Rei [...] o Quilombo dos Palmares, também conhecido como República dos Palmares, [...] cresceu, atingindo 6000 habitantes das mais diversas profissões [...]. Palmares ganhou ares de uma nova civilização, de uma civilização em que os seus componentes trabalhavam em comum e viviam em comum [...] um dos mais valiosos marcos das lutas pela liberdade e pelo direito à terra abandonada e produtiva [...] a luta por um Mundo Novo, sem exploradores e explorados [...]. Há mesmo quem veja – tal como nós – um rasgo de socialismo no sistema de vida organizado pelos ex-escravos em Palmares [...]. Esta comunhão de homens livres apavorou os engenhos [...] os seus casamentos eram livres e regidos pelas “leis da natureza” [...]. Zumbi e Ganga-Zumba foram os personagens marcantes desse fabuloso reduto rebelde [...]. Ao todo, 18 expedições [...] militares [...] gastaram 92

¹ CARNEIRO, Edson, *O Quilombo dos Palmares*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

anos para vencer o Quilombo dos Palmares e tomar suas terras, destruir as plantações, matar e vender os negros que conseguiram aprisionar. [...]. (RODRIGUES, 1969b, p. 15 a 21).

Creio que essas passagens citadas confirmam nossa afirmação de que Edgar Rodrigues vê o Quilombo de Palmares como anarquista ou socialista, ou, ao menos, precursor do anarquismo em sua luta “instintiva” contra a escravidão, pela liberdade.

Em outra obra, bem mais recente, Rodrigues fala de um “anarquismo primitivo”, implicitamente identificando-o ao “sentimento de liberdade”:

Os quilombos [...] a prática do mutirão e tantas outras iniciativas de fundo e forma comunitária existentes no Brasil, desde o século XVI, deixam-nos antever uma inclinação natural ao apoio mútuo, à solidariedade humana e, conseqüentemente, à aceitação pacífica de formas de vida que fossem ao encontro de seu “anarquismo primitivo”. (RODRIGUES, 2005, p. 157).

No capítulo seguinte de *Socialismo e Sindicalismo*, “Socialistas franceses no Brasil”, Edgar Rodrigues identifica uma influência de ideias socialistas e anarquistas nas seguintes rebeliões e movimentos sociais e políticos ocorridos no Brasil, do final do século XVIII aos três primeiros quartéis do século XIX: a Revolta dos Alfaiates na Bahia (1798), a Insurreição Pernambucana de 1817, rebeliões do período regencial, das quais o autor cita a Cabanada no Pará e a Balaiada no Maranhão, a Revolução Praieira de Pernambuco, em 1848, e ainda a revolta dos Quebra-Quilos no Nordeste (1874). Na década de 1840 chegam ao Brasil o engenheiro francês Louis Vauthier e o médico, também francês, Benoit-Jules Mure. Ambos são discípulos de Charles Fourier, um dos três maiores nomes do chamado “socialismo utópico” europeu no século XIX. Ambos publicam artigos na imprensa e influenciam jornalistas e pensadores brasileiros, como Antonio Pedro de Figueiredo e Albuquerque Melo. Benoit Mure lança ainda, em 1841, em Santa Catarina, as bases de uma colônia agrícola organizada a partir das ideias de Fourier; uma verdadeira precursora da mais conhecida Colônia Cecília.

Rodrigues destaca também a influência do positivista Augusto Comte e do anarquista Pierre-Joseph Proudhon (o primeiro homem a se identificar, com orgulho, como “anarquista”) no seio da intelectualidade brasileira desde meados do século XIX. É comentada também pelo autor a importante influência dos pensamentos “humanistas” de Robert Owen, segundo nome da sempre citada “trindade” do socialismo utópico oitocentista (sendo Henri de Saint-Simon o terceiro nome).

Edgar Rodrigues, além de citar a passagem pelo Brasil, nesse período, do geógrafo e anarquista francês Eliseu Réclus, identifica, não sem razão, na presença da escravidão e do latifúndio, na concentração da propriedade fundiária, as razões últimas das rebeliões e movimentos acima citados.

Essa interpretação é também baseada na visão de alguns jornalistas contemporâneos, como o também supracitado Antonio Pedro de Figueiredo. Num artigo publicado *no Diário de Pernambuco* em 1846, Figueiredo, segundo Rodrigues, “clamava por uma reforma agrária que fosse também uma reforma social, [que tivesse] um cunho socialista e de igualdade social”. (RODRIGUES, 1969b, p. 27).

Entretanto, após destacar no capítulo a importância, já comentada, da influência dos “socialistas franceses” (e também do inglês Owen), Edgar Rodrigues conclui que “todavia, no anarquismo, a maior influência deve-se aos portugueses, espanhóis e italianos”. (RODRIGUES, 1969b, p. 33).

O capítulo seguinte de *Socialismo e Sindicalismo no Brasil* é sobre a Colônia Cecília², esta sim uma iniciativa explicitamente anarquista; nas palavras de Edgar Rodrigues, “anarquistas vindos da Itália para iniciar experiências libertárias aplicadas ao trabalho do campo”. (RODRIGUES, 1969b, p. 35). Antes de escrever sobre a Colônia Cecília, Rodrigues refere-se à comunidade agrícola de Guararema, fundada em 1888, no interior de São Paulo. Nesta experiência, de “caráter socialista”, destacou-se o imigrante italiano Artur Campagnoli, “pioneiro e sementeiro das ideias libertárias aplicadas à terra, em São Paulo, onde viria a morrer em 1944”. (RODRIGUES, 1969b, p. 36).

Edgar Rodrigues cita ainda duas outras comunidades agrícolas, pouco conhecidas e semelhantes, em seu caráter “socialista” ou “coletivista”, à mais famosa Colônia Cecília. Foram elas a Colônia Cosmos, “experiência no Estado de Santa Catarina fundada por iniciativa de anarquistas americanos” e a Colônia Vapa, “na municipalidade de Assis, Estado de São Paulo, uma espécie de ‘aldeia em regime socialista’, composta principalmente de refugiados letões”. (RODRIGUES, 1969b, p. 38).

A parte do capítulo dedicada especificamente à Colônia Cecília constitui-se, em sua quase totalidade, na reprodução de um texto do engenheiro agrônomo italiano Giovanni Rossi (também conhecido como Cardias), idealizador do projeto que, ainda na Europa, recebera de D. Pedro II terras no interior do Paraná, na região de Palmeira. Liderado por Rossi, um grupo

² Sobre a Colônia Cecília, ver SCHMIDT, Afonso. *Colônia Cecília: romance de uma experiência anarquista*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980; MÜLLER, Helena Isabel. *Colônia Cecília: flores para os rebeldes que falharam*. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo, 1985.

de pioneiros embarca no porto de Gênova em fevereiro de 1890, chegando a Palmeira em abril desse ano, com o objetivo de aí iniciar “uma comunidade socialista experimental”. No seu depoimento, escrito após o fracasso da experiência da Colônia Cecília, e publicado depois de muito tempo, Rossi comenta as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos pioneiros e por grupos que chegaram nos anos seguintes: desde dificuldades relacionadas ao próprio trabalho com a terra (muitos colonos vinham de uma vivência prévia urbana, sem conhecimento do trabalho agrícola), até dificuldades vinculadas à vida cotidiana e às relações interpessoais, aí incluídas questões atinentes ao “celibato obrigatório” e às tensas e complexas tentativas de colocação em prática do princípio libertário do amor livre, num contexto em que a população masculina na colônia era bem mais numerosa que a feminina³. Rossi chega a criticar os “preconceitos morais e a tirânica supremacia afetiva do homem” na sociedade burguesa. (RODRIGUES, 1969b, p. 46).

Entretanto, Edgar Rodrigues ao final do capítulo faz um balanço relativamente positivo da experiência, afirmando:

Da Colônia Cecília, não restara apenas o exemplo de uma sociedade igualitária, de bens em comum; restaram também os seus componentes que, expulsos pela polícia republicana, passaram a integrar o movimento anarquista que se introduzira no campo, que foi às fazendas [...] falar do anarquismo, dos direitos dos camponeses, [...] das ideias de liberdade e igualdade. (RODRIGUES, 1969b, p. 48).

Quando comenta a Guerra de Canudos, já no próprio título do capítulo – “Ação direta na Guerra de Canudos” – (RODRIGUES, 1969b, p. 49), Edgar Rodrigues confere ao movimento sertanejo uma suposta dimensão anarquista ou libertária. Algumas passagens confirmam esta interpretação do autor sobre a Guerra de Canudos:

A Guerra de Canudos foi uma das berrantes amostras da intolerância dos potentados da terra, [...] da crueldade dos potentados rurais [...] o trabalhador, que ganhara o título de “homem livre”, continuava sendo escravo do latifundiário [...] jamais se libertava da dívida ao barracão [...]. Antônio Conselheiro e seu grupo de seguidores tomam posse, pela ação direta, de uma velha fazenda em ruínas e ali iniciam a construção de casas e [...] em trabalho coletivo, as plantações e o cultivo das terras abandonadas, como improdutivas, e a criação de gado. (RODRIGUES, 1969b, p. 50-52).

Para reforçar sua argumentação na definição de um caráter anarquista, socialista ou comunista de Canudos, o autor cita ainda *Os sertões* de Euclides da Cunha, quando este afirma que em Canudos havia uma “comunidade absoluta da terra”. (CUNHA, 1966).

³ Sobre a questão do amor livre na Colônia Cecília, ver, além dos autores citados na nota 2, SANCHES NETO, Miguel, *Um amor anarquista*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Ainda neste mesmo sentido:

Em Canudos nasceu uma tosca povoação em moldes de igualdade social, de respeito mútuo [...]. Canudos não era guiada pelo ateísmo, mas por um doce comunismo cristão, numa cidade de palha, onde a fraternidade e a igualdade foram encontrar a verdade da sua significação [...]. A sobrevivência de Canudos, nos moldes em que se organizara e dirigira, era um repto à velha estrutura estatal e [por] isto [...] o governo manda destruir Canudos [...] essa guerra de irmãos ricos e poderosos contra irmãos pobres que defendiam heroicamente o direito de serem livres. (RODRIGUES, 1969b, p. 54-55).

Nesse momento, seria importante lembrar que outros autores, não anarquistas como Edgar Rodrigues, mas estudiosos de formação marxista, também veem em Canudos um caráter “socialista” ou “socializante”, como Edmundo Moniz em *Canudos: a guerra social*; ou ainda Rui Facó que, em *Cangaceiros e fanáticos*, atribui não só a Canudos como também ao chamado “ciclo do cangaço” – o “despertar dos pobres do campo” – um sentido “pré-revolucionário”: literalmente, esses movimentos seriam o “prólogo” ou a “véspera” da revolução social. (FACÓ, 1972, p. 37).

Em seguida, Edgar Rodrigues comenta a formação das “Primeiras Associações Operárias” no Brasil, nas décadas de 1830 a 1880, ainda antes da Abolição da Escravatura. No contexto de uma sociedade ainda escravista, mas na qual a escravidão já está em um processo de crise e desagregação – principalmente a partir da promulgação das Leis Eusébio de Queiroz em 1850 e Nabuco de Araújo em 1854, que efetivamente extinguem o tráfico africano para o Brasil – começam a se formar as primeiras associações de trabalhadores livres, embriões dos sindicatos operários da Primeira República. Muitas dessas associações se organizavam a partir de categorias profissionais e na maioria das vezes tendo como “patronos” santos do calendário católico. Em 1870 funda-se uma Liga Operária e em 1880, no Rio de Janeiro, uma União Operária. Segundo Rodrigues: “A necessidade de sobrevivência apontava [ao trabalhador do Brasil oitocentista] o caminho da união para lutar contra os poderosos, e só pela luta teriam liberdade e direito de viver como pessoas humanas [...] a revolta do trabalhador surgia como o prelúdio da conquista da liberdade [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 56 e 57).

Ainda uma vez, a luta pela conquista da liberdade, já agora, com a formação das primeiras associações operárias, articula o “sentimento (inato e instintivo) de liberdade” com o “pensamento (racional e cultural) de liberdade”, a partir da influência teórica de pensadores socialistas europeus.

Além de associações de trabalhadores, vão também surgindo no Brasil do século XIX diversos periódicos de uma incipiente imprensa “operária” ou de alguma maneira

comprometida com a “questão social”. Em 1835 aparece no Rio de Janeiro o *Anarquista Fluminense* e em 1848 o *Grito Anarquial*, também na sede da monarquia, ambos trazendo em seus títulos a referência à “anarquia”. Edgar Rodrigues arrola ainda diversos jornais e revistas, publicados não só no Rio, mas em diversas províncias brasileiras, da década de 1830 à década de 1880. Segundo o autor: “A Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, [apenas] aparentemente tornou livres os escravos”. (RODRIGUES, 1969b, p. 61).

Sim, porque para Rodrigues, como para os pensadores anarquistas em geral, não há liberdade no capitalismo. Embora o trabalhador assalariado seja juridicamente livre, permanece a estrutura de exploração do homem pelo homem, do não proprietário pelo proprietário dos meios de produção.

Rodrigues encerra o capítulo fazendo referências aos “mártires de Chicago” (1886-1887), tema bastante recorrente ao longo de sua obra, como veremos.

No capítulo seguinte de *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, finalmente “Surtem os anarquistas”, este é o título do capítulo. Antes de comentá-lo, vamos situar o contexto no qual, no Brasil de fins do século XIX, “surtem os anarquistas”. (RODRIGUES, 1969b, p. 64).

Tentaremos agora caracterizar, ainda que em linhas gerais, a sociedade brasileira onde “surtem os anarquistas”. O Brasil das últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX: da transição da escravidão ao capitalismo; da desagregação do trabalho escravo e formação de um mercado de trabalho livre e de um proletariado urbano; da transição da monarquia à república. Ou seja, o Brasil da superação de uma ordem escravocrata e da construção de uma ordem burguesa. Este é o contexto histórico no qual, aqui em nossa terra, “surtem os anarquistas”.⁴

Com relação ao processo histórico de formação da classe operária no Brasil, três determinações ou condicionantes estruturais parecem-nos fundamentais. Em primeiro lugar, o proletariado urbano vai-se formando no interior de uma sociedade cujo setor econômico dominante é ainda o agroexportador, que irá desenvolver relações contraditórias com o setor industrial então emergente. Uma das consequências desta primeira determinação estrutural é a que se segue: o proletariado fabril (e mesmo o conjunto mais amplo da classe trabalhadora urbana) será, ao longo de toda a Primeira República, um segmento social amplamente minoritário no conjunto da demografia brasileira e permanecerá relativamente isolado, vivendo em “ilhas urbanas” cercadas por um imenso oceano rural – a grande maioria da

⁴ Ver ADDOR, Carlos Augusto, “Anarquismo e movimento operário nas três primeiras décadas da República”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (Orgs.), *História do anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. v. 2.

população vive no campo. A luta operária se travará então, na expressão de Boris Fausto, no interior dos “muros ideais da cidade”. (FAUSTO, 1976, p. 22). Limites estruturais, além de dificuldades especificamente políticas, impedirão a construção da desejada aliança operário-camponesa.⁵

Certamente, não estamos afirmando a ausência de movimentos reivindicatórios dos trabalhadores rurais, nem a ausência de tentativas anarquistas e/ou operárias de chegar aos “irmãos do campo”. Basta ver algumas resoluções aprovadas nos Congressos Operários de 1906, 1913 e 1920⁶. Estamos afirmando apenas o caráter limitado tanto dessas tentativas como daqueles movimentos. Ao longo de sua obra, Edgar Rodrigues registra alguns exemplos da dura e violenta repressão exercida pelo patronato rural sobre trabalhadores sob seu domínio, como mostraremos mais adiante.

Em segundo lugar, os trabalhadores urbanos irão se relacionar ou se defrontar com o capital – os empresários, a burguesia industrial também em processo de formação – num mercado cuja principal característica é uma oferta tendencialmente superabundante de força de trabalho. Aliás, este é um processo clássico na história do capitalismo: a formação simultânea de um proletariado fabril e de um exército industrial de reserva, um “lumpemproletariado”, uma mão de obra sobrando. Nesse processo desempenham papel estratégico os grandes contingentes de imigrantes europeus, cujo deslocamento já vinha sendo subvencionado por agências do poder público brasileiro – num primeiro momento, ainda no Império, pelo governo da província de São Paulo e em seguida pelo governo republicano – desde o último quartel do século XIX, resolvendo dessa forma a questão da “falta de braços para a lavoura”. Parte desse contingente de imigrantes europeus acaba se deslocando para as cidades, participando do processo de formação do proletariado urbano.

Em suma, o capitalismo ainda incipiente já vai engendrando condições de desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda de força de trabalho nesse mercado urbano em formação, ou seja, criando condições de acumulação fabril via extração de “mais-valia” absoluta, de superexploração dessa classe operária: homens, mulheres e crianças recebendo salários ínfimos e enfrentando longas e extenuantes jornadas de trabalho, em condições muitas vezes insalubres e/ou perigosas.

⁵ Ver a frustrada tentativa do Bloco Operário e Camponês, frente eleitoral articulada pelo PCB, em 1927-1928, de conquistar a efetiva adesão de camponeses. Cf. PEREIRA, Astrojildo, “A formação do PCB”. In: _____. *Ensaio histórico e político*. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

⁶ Ver RODRIGUES, Edgar, *Alvorada operária: os Congressos Operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979. Cf. ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, op. cit.

Essas duas determinações inicialmente apresentadas constituir-se-ão em poderosas barreiras estruturais que, ao longo dessas décadas, limitam o alcance possível de uma eficácia transformadora (ou mesmo meramente reivindicatória) da luta operária no Brasil.

Entretanto, há ainda uma terceira. Esse proletariado urbano em formação compreende uma grande heterogeneidade étnica, cultural e linguística proveniente das diversas nacionalidades que o compõem: brasileiros (aí incluídos brancos pobres, mulatos e negros libertos ou descendentes de escravos) e imigrantes, principalmente europeus – basicamente italianos, portugueses e espanhóis, mas também, dentre outros, franceses, alemães, poloneses – e, um pouco mais tarde, também japoneses, trazem suas marcas específicas no processo de constituição dessa classe operária. Ao contrário das duas primeiras determinações/condicionantes estruturais comentadas, que interferem negativamente na ação dos trabalhadores urbanos, esta terceira incide contraditoriamente sobre o movimento operário. Num primeiro momento, esta verdadeira “babel” dificulta a luta, a coesão, a percepção/construção de uma identidade comum, a formação de uma consciência de classe; não poucas vezes, rivalidades interétnicas ou internacionais se traduzem em lutas, explodem em conflitos violentos entre brancos e negros, entre brasileiros e estrangeiros – sejam disputas por emprego, por acesso ao mercado de trabalho, sejam brigas em torno do controle de entidades sindicais, ou mesmo querelas pessoais como disputas amorosas (ou ainda várias dessas questões interligadas). É a luta horizontal, a luta intraclasse.⁷

Contudo, num segundo momento, observamos o processo de formação de uma classe, de construção de uma identidade de classe, de formação de uma consciência de classe. Essa consciência vai-se formando, lenta mas irreversivelmente, a partir da própria experiência cotidiana compartilhada, a vivência comum da exploração na fábrica, da pobreza, da carência, da luta, das incertezas, da moradia insalubre, das doenças, da repressão, da prisão, em suma da brutal exclusão. Mas também a partir da vivência da construção dos sindicatos, da redação e distribuição dos jornais operários, dos comícios e passeatas, das festas e festivais operários, da criação das escolas “modernas e racionais” e de grupos de teatro social e mesmo de uma efêmera universidade popular, a Universidade Popular de Ensino Livre, no Rio de Janeiro em

⁷ Ver CHALHOUB, Sidney, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro da “Belle Époque”*. São Paulo: Brasiliense, 1986. O autor mostra como o triângulo amoroso formado por Júlia, Pascoal e Zé Galego reflete, para além da disputa afetiva, uma rivalidade interétnica associada à disputa por postos no mercado de trabalho, bem como por controle de entidades sindicais. Outro belo (e também trágico) exemplo de luta horizontal, intraclasse (desta vez no campo ficcional e não relacionada a questões de ordem étnica), encontramos no filme clássico de Mario Monicelli, *Os companheiros (I Compagni)*, de 1963. Trata-se aqui do recorrente conflito, nos quadros do capitalismo, entre grevistas e desempregados.

1904⁸. Experiência a partir da qual pouco importa se o trabalhador é negro ou branco, se fala italiano ou português, se crê no deus cristão ou nos deuses africanos – ou em deus algum. Ao longo do tempo, os trabalhadores urbanos vão superando a situação de pura força de trabalho e vão-se formando enquanto classe social – construção de uma unidade a partir da diversidade. Classe enquanto síntese de múltiplas determinações. Ou seja, aos poucos uma nova identidade (consciência) de classe vai surgindo, vai superando, e vai se impondo sobre a identidade (origem) nacional – sem, é claro, jamais apagar esta última.

Um exemplo ilustrativo desse processo foi a chamada “contribuição pró-pátria”: no contexto da Primeira Guerra Mundial, empresários italianos tentam cobrar de operários também italianos, que trabalham em suas fábricas, uma contribuição compulsória, a ser descontada de seus salários, para auxiliar a pátria mãe em guerra. A reação dos operários é a recusa e a greve. É claro que nesse momento esses trabalhadores estão se vendo e agindo mais como “operários” do que como “italianos”; embora, obviamente, nunca deixem de ser, nem de se considerar, italianos. Esse processo é ainda reforçado a partir da frustração do projeto original da grande maioria dos imigrantes: “fazer a América”, ou seja, conseguir poupar, acumular recursos, melhorar de vida e voltar à pátria em condições diversas daquelas da partida. Esse projeto, esse sonho é desfeito pelo duro cotidiano do universo fabril no Brasil: é impossível poupar, mal dá para sobreviver. A maioria dos imigrantes acaba aqui se radicando, casando-se com brasileiras, tendo filhos brasileiros. Essa segunda geração é, então, ainda mais “operária” – sem também perder ou abrir mão de sua origem italiana (ou espanhola etc.).

Outro exemplo me ocorre a partir de uma imagem do filme *Libertários*: uma bandeira ou flâmula de um sindicato operário, do início do século XX, na qual aparecem nitidamente duas mãos entrelaçadas: uma mão branca e uma mão negra. Belo símbolo da coesão operária, construída a partir da heterogeneidade étnica. Diversidade e unidade.

Identidade de classe, identidade nacional, religiosa, sindical, política: os operários têm múltiplas identidades. Mas há, inegavelmente, uma classe em processo de (auto)formação⁹. Em suma, neste segundo momento, essa heterogeneidade cultural, a diversidade de tradições políticas previamente acumuladas se tornará fator extremamente enriquecedor para o incipiente movimento operário brasileiro. Neste contexto, e também contribuindo para produzir este contexto, “surgem os anarquistas” no Brasil.

⁸ Ver RODRIGUES, Edgar, *O Anarquismo na escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992. Cf. LOPES, Milton, “A universidade popular: experiência educacional anarquista no Rio de Janeiro”. In: REIS, Daniel Aarão; DEMINICIS, Rafael. (Orgs.). *História do anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X; EdUFF, 2006. v. 1.

⁹ Ver THOMPSON, Edward P., *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Nesse processo de contextualização, creio ser necessário ainda caracterizar, também em linhas gerais, o Estado brasileiro na Primeira República. A primeira década republicana, a última do século XIX, é um típico período de transição, de indefinição institucional e de instabilidade e turbulência políticas: são, nas palavras de Renato Lessa, os “anos entrópicos”, significando entropia (conceito emprestado da Química) uma “desordem que se autoalimenta” (LESSA, 1988). A Revolta da Armada, na Baía de Guanabara, junto à sede do poder republicano e com objetivo, dentre outros, de restauração monárquica; a Revolta Federalista no Sul, com intenções separatistas; e, também distante da capital federal, mas com importantes consequências desestabilizadoras em relação ao poder republicano central, a Guerra de Canudos (acima rapidamente comentada) no sertão baiano; com efeito, as revoltas se sucedem e/ou se interalimentam.

Os governos militares de Deodoro e Floriano esboçam um ensaio de incorporação tutelar dos trabalhadores urbanos ao Estado e à sociedade, ensaio inspirado no positivismo e muito parcialmente implementado pelo jacobinismo florianista. Entretanto, essas iniciativas fragmentadas estão vinculadas a uma concepção de República e a um projeto de Estado que absolutamente não correspondem às expectativas e aos interesses do segmento social mais poderoso economicamente e que está nesse momento se articulando e lutando para concretizar seu projeto hegemônico: a burguesia agroexportadora (cafeicultora) paulista.

Enquanto militares, positivistas e jacobinos defendem um Estado autoritário e centralizador, chegando a propor uma “ditadura republicana”, os paulistas se batem pela República federativa e liberal. A República como sinônimo de Federação, com ampla autonomia administrativa e financeira para as antigas províncias, agora estados, irá colocar em prática um sistema fiscal e tributário descentralizado. A riqueza proveniente da exportação do café deveria ficar na terra produtora do café. De São Paulo surgem ameaças de “ir até à separação, se houvesse no governo quem tentasse fundar uma República unitária”. (CAMPOS SALES, *apud* FAORO, 1976). Esta terra tinha donos, e estes não eram os militares, mas sim, literalmente, os donos da terra, os latifundiários, que se tornarão também os donos do poder¹⁰. O projeto de militares e positivistas (e também o dos jacobinos), sem base social, sem chão, é contundentemente derrotado e as elites políticas limpam o caminho para a construção da política oligárquica, da “política do café com leite”. Comentando a aliança São Paulo-Minas Gerais e enfatizando a hegemonia paulista, afirma Raymundo Faoro: “café puro, se possível, com leite, se necessário”. Citando esse mesmo autor:

¹⁰ Ver FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1976.

Liberalismo político casa-se harmoniosamente com a propriedade rural, a ideologia a serviço da emancipação de uma classe da túnica centralizadora que a entorpece. Da imunidade do núcleo agrícola expande-se a reivindicação federalista, empenhada em libertá-lo dos controles estatais. (FAORO, 1976, p. 501).

Do ponto de vista dos trabalhadores urbanos (e também, como veremos mais adiante, dos anarquistas), de seus interesses e de sua vida cotidiana, que implicações teria a vitória desse projeto de República federativa e liberal, a partir dos primeiros governos civis? A partir principalmente da gestão Campos Sales, na virada do século XIX para o século XX, o liberalismo, já formal e juridicamente vitorioso, inscrito como princípio fundamental na Constituição de 1891, começa a tomar forma e ganhar corpo na prática política. É necessário não confundir liberalismo com democracia. Se existe uma “democracia de fachada” – o “país legal” – o liberalismo – faz parte, e estratégica, do “país real”¹¹. O Estado brasileiro vai-se afirmando liberal e oligárquico, coronelista na sua base local, antidemocrático e antissocialista. Como afirma Luiz Werneck Vianna:

[...] o liberalismo da nova Carta, que os ideólogos do Estado Novo procurarão ridicularizar como importado e distante da realidade nacional, consistirá, entretanto, num modelo legal finamente adequado à ordem oligárquica [...]. Consequentemente, federação e ortodoxia liberal representam a dupla face da mesma moeda, persistindo como noções indissolivelmente vinculadas. Distante, portanto, da crítica estadonovista e dos autoritários de todos os tempos, o liberalismo brasileiro não se configurou uma ordem legal ideal, caricaturalmente contraposta à ordem concreta, mas a forma necessária de um sistema de dominação. (VIANNA, 1976, p. 48-49).

Retomando a pergunta acima, do ponto de vista dos trabalhadores urbanos, quais seriam as principais consequências da presença desse Estado arbitral do liberalismo, da vigência no Brasil de uma ortodoxia liberal? Colocando em prática os principais postulados do liberalismo (a propriedade privada, o livre mercado, o livre comércio), o Estado não se propõe a regulamentar, a normatizar o mercado de trabalho. Os indivíduos, patrões e operários, livres e proprietários (mesmo que apenas de sua força de trabalho), devem negociar direta e livremente, sem mediações, as condições de trabalho. O mercado de trabalho, como o mercado em geral, deve se autorregular. Ora, a partir da situação acima descrita, essa “autorregulação natural” do mercado tenderá a favorecer amplamente o capital, em detrimento do trabalho.

¹¹ Sobre a diáde “país legal”/“país real”, ver OLIVEIRA VIANNA, F.J., “O idealismo da Constituição”. In: CARDOSO, Vicente Licínio. (Org.). *À margem da história da República*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. tomo I.

O discurso liberal dominante situará as relações entre o capital e o trabalho na órbita do privado, e no domínio público elas serão remetidas unicamente ao Código Civil como “locação de serviços”¹². Essa postura liberal ortodoxa do Estado brasileiro na Primeira República se traduzirá na ausência de leis sociais, de um direito do trabalho, em suma de uma legislação trabalhista, viabilizando desse modo a consolidação de um “capitalismo selvagem”, ou seja, superexplorador, violento e não regulamentado, sem peias jurídicas.

Afirmar a superexploração da força de trabalho nos remete necessariamente à questão das condições de vida e de trabalho do proletariado urbano no Brasil na Primeira República. Em linhas gerais, o quadro, já bastante conhecido, é o que se segue. Inicialmente, inexistindo uma legislação trabalhista, não havia uma regulamentação a respeito da jornada de trabalho. Esta podia ser de dez, doze ou quatorze horas, chegando mesmo em situações-limite a quinze ou dezesseis horas diárias de trabalho. Na fábrica de tecidos Santa Rosália, perto de Sorocaba, por exemplo, trabalhava-se das cinco da manhã às oito da noite, indo a jornada de trabalho, na expressão de Jacob Penteadado, “de estrelas a estrelas”¹³.

O movimento operário brasileiro irá, então, incorporar a famosa reivindicação da jornada de oito horas – os “três oitos”: oito horas de trabalho, oito horas de repouso, oito horas de lazer. Esta reivindicação, que surge na Inglaterra ainda no início do século XIX – “eight hours to work, eight hours to sleep, eight hours to play”¹⁴ – vai-se internacionalizando, sendo a principal bandeira da famosa greve de 1886 em Chicago, Estados Unidos, na qual surgem os “mártires de Chicago” e a partir da qual se dará a posterior construção do dia 1º de maio como Dia Internacional do Trabalho. No Brasil, ainda na primeira década do século XX, duas greves importantes, como veremos adiante, abrangendo várias categorias profissionais, se articulam tendo como principal reivindicação a jornada de oito horas: uma delas em 1903 no Rio de Janeiro, e a outra em São Paulo, no ano de 1907.¹⁵

¹² Ver VIANNA, Luiz J. Werneck, capítulo 1: “A legislação trabalhista antes de Vargas: da ortodoxia liberal à intervenção do Estado”. In: _____. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

¹³ PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910* (Retrato de uma época). São Paulo: Carrenho Editorial, 2003. Nessa mesma obra, o autor nos relata uma curiosidade acerca da presença italiana em São Paulo: “Aqui, na capital, os italianos fixaram-se nos bairros começados em B: Bom Retiro, Brás, Belenzinho, Bexiga e Barra Funda”. (p. 31).

¹⁴ Ver HOBBSBAWM, Eric J., *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Cf. do mesmo autor *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cf. também THOMPSON, Edward P., *A formação da classe operária inglesa*, op. cit.

¹⁵ Sobre a greve de 1903, ver AZEVEDO, Francisca Nogueira de, *Malandros desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2005. Sobre a greve de 1907, ver FAUSTO, Boris, *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976. Ver especialmente o capítulo III, item B.

É certo que, no interior da classe operária, havia diferenças setoriais. Trabalhadores vinculados a atividades estratégicas para o bom funcionamento do núcleo dominante da economia (a agroexportação cafeeira), como ferroviários e portuários, tinham maior poder de barganha e conquistavam, via de regra, melhores condições de trabalho, inclusive melhores salários e jornadas menos extensas; processo semelhante ocorria com trabalhadores de setores onde era mais difícil a reposição imediata da mão de obra em virtude da necessidade de uma prévia qualificação (como a construção civil). Não era esse o caso da indústria têxtil – paradigma da produção fabril na Primeira República – na qual o trabalho não exigia nenhum tipo de qualificação e na qual, por essa razão, os salários eram mais baixos e as jornadas mais extensas. Ao mesmo tempo, e pela mesma razão, esse era o setor que concentrava o maior contingente de mulheres e crianças trabalhando. Vale acrescentar que, no porto, dada a necessidade de força física, de uma compleição robusta como pré-requisito para o desempenho das tarefas (carregar pesadas sacas de café, por exemplo), só trabalhavam homens adultos.

As longas horas de trabalho eram passadas em fábricas que, assim como as moradias dos operários, não apresentavam condições mínimas de salubridade e higiene, chegando a ser comparadas pela imprensa operária a verdadeiros cárceres, “ergástulos industriais”.

Em 1911 denunciava o jornal *A Guerra Social*, periódico anarquista editado no Rio de Janeiro, no artigo “Pelas fábricas de tecidos”:

Como cada povo tem o governo de que é merecedor, os trabalhadores acham-se nas mesmas condições: têm os patrões que merecem. É espetáculo deprimente o que se observa nos ergástulos dessa progressiva indústria. Enquanto os trabalhadores permanecem no mais criminoso indiferentismo, os burgueses não descansam um instante, sendo poucos todos os momentos para estudar novas bases e impor novos regulamentos, a fim de explorar e escravizar com melhores resultados. Quase não há diferença entre uma e outra fábrica. Desde o Jardim Botânico até Paracambi, e desde Bangu até Petrópolis, em toda parte sente-se a mesma escravidão, idênticos são os sofrimentos do trabalho rude e da vida miserável [...]. (*A Guerra Social*, ano I, número 1, julho de 1911).

Nesta passagem, já se observa os anarquistas chamando os trabalhadores à luta, apelando à ação, condenado o indiferentismo e a apatia. No mesmo número, no artigo “Os menores nas fábricas”, o jornal denuncia a exploração do trabalho infantil:

[...] a situação aflitiva e angustiosa desses tenros seres nos diferentes ramos da indústria, e especialmente na de tecidos e fiação. Vítimas da má organização social presente, são submetidos a uma contínua e monstruosa tortura, que não teria razão de ser, se os maiores soubessem fazer respeitar os seus direitos. Em muitas fábricas, como em Sapopemba, onde há bem poucos dias protestaram contra tão ignominiosa

monstruosidade, declarando-se em greve, trabalham dez e doze horas, com serão às vezes [...].¹⁶ (*A Guerra Social*, ano I, número 1, julho de 1911).

A respeito do trabalho infantil, Boris Fausto afirma a existência de “uma espécie de triste pacto desigual entre adultos, na sua exploração”, na medida em que “o trabalhador menor é com frequência proveniente da família operária”. (FAUSTO, 1976, p. 115-116). Com efeito, sendo os salários insuficientes para o atendimento das necessidades básicas da vida familiar, os pais são compelidos a mandar os filhos para as fábricas. Da mesma forma, as mulheres operárias complementam o orçamento familiar, tornando-se contraditoriamente “temíveis concorrentes” no mercado de trabalho, recebendo salários menores pela execução de funções idênticas às exercidas por homens adultos.

Além de passarem longas horas, a maior parte de suas vidas, trabalhando em fábricas insalubres, os operários viam-se submetidos a toda sorte de arbitrariedades por parte das empresas, seus diretores, gerentes, mestres e contramestres. Multas, descontos, demissões não justificadas eram comuns, assim como não eram raros espancamentos e acidentes de trabalho, principalmente entre os menores. Era também frequente gerentes e mestres tentarem “abusar” de meninas e mulheres nas fábricas, tendo inclusive ocorrido greves de protesto contra essa situação ultrajante.

Inexistindo um direito do trabalho, cada fábrica ou empresa elaborava o seu próprio regulamento, seu sistema de contratações e pagamentos, assim como seu sistema de multas, descontos e demissões. Não havia férias nem descanso semanal remunerado, nem qualquer tipo de indenização por acidente de trabalho. Os projetos de lei sobre essas duas questões, como veremos adiante, bem como o projeto do Código do Menor, regulamentando o trabalho infantil, só começam a ser discutidos nas casas legislativas federais no final da década de dez, e continuam a ser discutidos ao longo dos anos vinte, enfrentando sempre feroz resistência por parte do empresariado industrial, que se faz ouvir através de suas associações de classe. Não havia também um sistema de pensões nem a perspectiva de aposentadoria, bem como não havia a fixação de um salário-mínimo legal. “Por toda parte, impera o reino da liberdade” (FAUSTO, 1976, p. 105) – a liberdade do capital.

Em suma, “A vida dos operários era um inferno!”, como afirmou Álvaro Corrêa, entrevistado por Edgar Rodrigues em setembro de 1970. Corrêa, que trabalhou como gráfico em Juiz de Fora e no Rio de Janeiro na década de vinte, trabalhara antes, quando menino, na

¹⁶ *A Guerra Social*. Diretor: João Arzua. Sobre a exploração do trabalho infantil, especialmente nas fábricas de vidro de São Paulo, ver também PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910* (Retrato de uma época), op. cit., em especial o capítulo “Os pequenos mártires da industrialização”, p. 100-108.

indústria têxtil, onde viu “moças serem esbofeteadas e saírem chorando sem um protesto para não perder o emprego”.¹⁷ (RODRIGUES, 2005, p. 141).

O quadro acima descrito se constitui num terreno fértil para o florescimento de correntes políticas que se propõem a mobilizar e organizar os trabalhadores urbanos: não apenas “surtem os anarquistas”, como também “surtem” os socialistas reformistas e os grupos “amarelos” ou “trabalhistas”, assim como, já nos anos vinte, os comunistas e os cooperativistas. Esse conjunto de correntes político-ideológicas passa então a configurar um novo movimento social na história do Brasil – o movimento operário e sindical. Mais adiante, ainda neste capítulo, vamos comentar as principais características dessas correntes organizatórias do movimento operário. Em suma, este é, em linhas gerais, o contexto no qual, no Brasil, “surtem os anarquistas”.

Voltando a *Socialismo e sindicalismo no Brasil* e mais especificamente ao capítulo “Surtem os anarquistas”. Logo no início do capítulo, Edgar Rodrigues afirma que na última década do século XIX “anarquistas de origem italiana iniciaram uma campanha de propaganda libertária em terras do Brasil”, referindo-se em seguida também à “colaboração dos anarquistas [...] espanhóis [...] e portugueses [...] [de] importância capital no despertar da classe operária no Brasil, na divulgação das ideias libertárias”. (RODRIGUES, 1969b, p. 64).

Sobre as origens do anarquismo no Brasil, em obra recente afirma Edgar Rodrigues, especificando um pouco mais sobre este “surgimento”:

[...] a história do anarquismo em terras brasileiras começou a ser escrita, efetivamente, em 1888 com a chegada de Artur Campagnoli. Foi este bravo militante italiano, artista joalheiro, falecido em 1944 no Brasil, quem teve o mérito de fincar o mais visível e incontestável marco anarquista no Brasil. Chegou a São Paulo em 1888, comprou uma área de terra considerada improdutiva e fundou a Colônia Anarquista de Guararema com ajuda de libertários russos, franceses, espanhóis, italianos (a maioria) e, nas décadas de vinte e trinta, [com] a colaboração de brasileiros [...]. (RODRIGUES, 2005, p. 150).

Considerando a importância dos imigrantes italianos não só nas origens do anarquismo, mas no próprio processo de formação da classe operária no Brasil, Edgar Rodrigues publica um livro dedicado especificamente a essa questão: *Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil*, onde afirma: “[...] o movimento operário de feição revolucionária nasceu [...] com a chegada dos imigrantes italianos [...]”. (RODRIGUES, 1984, p. 78).

¹⁷ RODRIGUES, Edgar. *Rebeldias 3*, op. cit. Neste livro, como em muitas outras obras, Rodrigues comenta, tendo por base memórias, depoimentos e entrevistas de antigos operários, as condições de vida de trabalhadores (de diversas categorias profissionais) no Brasil da Primeira República.

Uma importante referência histórica, segundo Rodrigues: “A 15 de abril de 1894, anarquistas e socialistas radicados em São Paulo promovem uma reunião à Rua Líbero Badaró, 110, onde se discutiu e planejou comemorar o 1º de maio pela primeira vez no Brasil”. (RODRIGUES, 1969b, p. 64). Entretanto, a polícia paulista, informada da reunião, prendeu nove promotores do encontro, quatro dos quais de origem italiana. Edgar Rodrigues critica o governo republicano e seu Código Penal de 1890, que previa pesadas punições para greves e outras manifestações operárias.

Em seguida, o autor relaciona, baseando-se também em anais publicados pela Associação Brasileira de Imprensa (RODRIGUES, 1969b, p. 66), uma série de jornais anarquistas e/ou operários, publicados ainda no final do século XIX, não só no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde se concentrava a então incipiente produção fabril e onde, portanto, ia se formando uma classe operária um pouco mais consistente, mas também em outras unidades da federação brasileira, quais sejam Bahia, Goiás, Ceará, Pará e Amazonas.

“O século XX nascia e, com ele, o movimento de ação direta que o trabalhador passou a desenvolver à medida que crescia a sua capacidade profissional. O anarquismo era então uma doutrina e uma teoria muito discutida, universalmente”. (RODRIGUES, 1969b, p. 66).

Fundamentando-se em escritos de pensadores e/ou militantes anarquistas clássicos, tais como M. Bakunin, J. Grave, A. Hamon, E. Réclus e E. Malatesta, e também citando o anarquista brasileiro Fábio Luz e ainda uma tese de doutoramento apresentada na Universidade de Coimbra no fim do século XIX (“Socialismo libertário ou anarquismo”, de Silva Mendes), Edgar Rodrigues começa então a definir ou caracterizar o anarquismo como socialismo libertário, distinguindo-o do socialismo autoritário (marxismo).

Vamos citar algumas definições ou fragmentos arrolados (e endossados) pelo autor:

“Assim, surgiram as escolas do socialismo autoritário e socialismo libertário, tendo a primeira como lema a ditadura do proletariado e a segunda a igualdade social sem governo de nenhuma espécie.” (M. Bakunin).

“Anarquismo é, em verdade, a substituição [...] da organização autoritária pela organização voluntária, pelo livre contrato espontaneamente formado e eternamente dissolúvel [...]” (A. Hamon).

“As palavras anarquia e anarquismo podem horrorizar os que só a consideram [...] sinônimo de desordem, de lutas violentas sem fim; [...] no seu sentido primitivo [...] [significa] ausência de governo.” (E. Réclus).

“O anarquista é um homem ansioso da felicidade e do amor, de justiça e de paz [...] para ele, a felicidade individual depende da felicidade geral; e esta será resultante da igualdade econômica.” (F. Luz).

“Ou o anarquismo é uma utopia formidável ou uma fatalidade social.” (Silva Mendes).

“O anarquista quer, pois, abolir radicalmente a dominação e a exploração do homem pelo homem; quer que os homens, irmanados por uma solidariedade consciente e desejada, cooperem todos, voluntariamente, no bem-estar de todos [...]

quer para todos pão, liberdade, amor, ciência.” (E. Malatesta) (RODRIGUES, 1969b, p. 67-70).

Citando Jean Grave, Edgar Rodrigues apresenta uma definição que enfatiza o igualitarismo radical da visão de mundo anarquista: “Na concepção dos libertários [...] um homem vale outro.” (GRAVE apud RODRIGUES, 1969b, p. 67). Esta expressão, ainda mais frequentemente na sua variante “Um homem vale um homem”, será incorporada, utilizada, citada inúmeras vezes por Edgar Rodrigues ao longo de sua vasta obra. Anotamos, com efeito, cinquenta e oito citações, espalhadas por vinte e cinco obras de nosso autor. Além das expressões acima citadas, encontramos também as variações: “um homem é igual a um homem” e “um ser humano vale um ser humano”. Algumas vezes, a expressão vem acompanhada de ponto de exclamação, a conferir mais ênfase à assertiva.

Há uma variante que, a nosso ver, merece um destaque especial. Trata-se de uma expressão constante do artigo “A procriação consciente”, publicado na *Nova Gazeta*, de Portugal (22 de outubro de 1994), depois no livro *Sem fronteiras*, de 1995, e republicado em *Mulheres e anarquia*, de 2007. A expressão é a seguinte: “Um homem vale uma mulher! Uma mulher vale um homem!”. (RODRIGUES, 1995, p. 161; 2007, p. 45). Obviamente, Rodrigues está afirmando que o igualitarismo radical constante da visão de mundo anarquista (e da sua cosmovisão individual) deve superar não apenas diferenças de origem nacional, de bagagem cultural, de cor de pele e etnia, de credo religioso, de filiação política, de formação e inserção profissional, de capacidade intelectual, de gerações, mas também de gênero. Um homem vale uma mulher! Uma mulher vale um homem!

Daí, e também, é claro, pelo fato de que, a nosso ver, esta expressão sintetiza brilhantemente o acima citado igualitarismo radical do anarquismo, a escolha do título da nossa tese: “Um homem vale um homem – memória, história e anarquismo na obra de Edgar Rodrigues”.

Ainda neste capítulo, Rodrigues nos apresenta uma definição de anarquismo de sua própria autoria, constante de obra publicada, assim como *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, em 1969:

Anarquia é um estado de sociedade onde os seres humanos fazem o bem pela simples razão de que é o bem; em que não existe autoridade constituída nem governo algum, onde existe a liberdade e a igualdade total e completa, onde os bens são propriedade comum. (RODRIGUES, 1969a, p. 12).

A concepção de Edgar Rodrigues sobre o anarquismo não sofrerá, a nosso ver, mudanças significativas ao longo de cinco décadas de reflexões e publicações – mais de cinquenta livros e centenas de artigos – sobre o socialismo libertário, embora, certamente, ao longo do tempo surjam novos temas e novas preocupações. Seleccionamos algumas definições do autor sobre anarquismo e/ou anarquia, constantes de livros publicados nos anos noventa e já na primeira década do século XXI.

Em *O Homem em busca da Terra Livre*, publicado em 1993, Rodrigues afirma:

Em Anarquia só se aceita uma única autoridade: a do conhecimento, do raciocínio, da razão! Suas “leis” nunca são definitivas, estáticas, nascem do acordo mútuo entre grupos livremente associados por afinidade [...]. À liberdade incoerente e falsa do governo sucederia a verdadeira liberdade da Anarquia [...]. Em síntese, os anarquistas defendem uma filosofia humanista de liberdade [...]. Em Anarquia, o ser humano desenvolve todas as suas potencialidades artísticas, científicas, criadoras e culturais. O anarquista trata da liberdade, da igualdade, do amor fraterno e da paz [...]. (RODRIGUES, 1993, p. 188-190).

De outra obra dos anos noventa, *Universo ácrata* (volume 2), consta a seguinte afirmação:

[...] estruturar sistemas de convivência [...] [que] promovam solidariedade, apoio mútuo, igualdade, liberdade e paz, anseios pelos quais a humanidade vem lutando desde tempos bem recuados. Para seus militantes, a Anarquia é a mais perfeita ordem! É possível! (RODRIGUES, 1999, p. 234).

No volume 1 de *Rebeldias*, publicado em 2003, encontramos:

Anarquia é um estado de sociedade onde a liberdade responsável, a fé nos direitos e necessidades humanas, nos princípios da razão e da tolerância ligam os homens emocionalmente pelo coração e pelo amor fraterno. Sua meta mais importante é elevar os homens à condição de seres pensantes, conscientes e uni-los por meio de livre acordo sempre dissolúvel com vistas a um amanhã cada vez melhor para todos [...] o homem tem o direito de ser livre dentro de uma sociedade livremente organizada [...] com vistas a alcançar para mais além da liberdade a liberdade, para mais além da felicidade, a felicidade para todos e para cada um. (RODRIGUES, 2003b, p. 181-184).

No volume 3 da mesma série *Rebeldias*, este publicado em 2005, afirma Rodrigues: “O anarquismo nasce e cresce dentro dos indivíduos. É um sentimento que vem de dentro

para fora e uma realidade social que vem de fora para dentro. Dir-se-ia que é o encontro do sentimento com a doutrina que revela o militante.”¹⁸ (RODRIGUES, 2005, p. 246).

Para Edgar Rodrigues, o anarquismo, além de uma doutrina, é também um “sentimento”. Ou seja, assim como existem (como antes afirmamos) um “pensamento da liberdade” e um “sentimento da liberdade”, existem também um “pensar o anarquismo” e um “sentir o anarquismo”. Para Rodrigues, este último é ainda mais importante, e define o verdadeiro libertário, o verdadeiro militante da causa ácrata. Seleccionamos passagens de duas outras obras, que confirmam essa visão:

O anarquismo, como filosofia de vida, está sendo estudado e discutido em teses de doutoramento nas universidades brasileiras [...]. Para nós não basta conhecer o anarquismo, é preciso senti-lo! Filosofia de vida, o ideal ácrata resiste ao tempo [...] transformando-se em sentimento positivo [...] vira ética de todos os dias. Uma ética possível [...]. (RODRIGUES, 1993d, p. 179-189).

Hoje, a maioria dos anarquistas são intelectuais [...]. Conhecem o anarquismo pelo que leram, daí a diferença entre conhecer o anarquismo e sentir o anarquismo [...]. Para mim não basta conhecer anarquismo, é preciso sentir anarquismo!¹⁹ (RODRIGUES, 2004, p. 251-253)

No último volume (4) da série *Rebeldias*, Edgar Rodrigues reafirma, em vários momentos, sua visão sobre o anarquismo e a anarquia. Seleccionamos algumas passagens: “[...] a sociedade capaz de proporcionar essa igualdade com liberdade chama-se Anarquia! [...]”. (RODRIGUES, 2007a, p. 189). “Na Anarquia, cores, etnias, sexos, preferências, necessidades serão vistas, respeitadas, tratadas com igualdade [...]. Anarquia é a gênese da comunidade de iguais [...]”. (RODRIGUES, 2007a, p. 276). Ainda uma afirmação, neste mesmo livro:

O anarquismo – é bom que se diga – não é intelectual, operário, espanhol, italiano, brasileiro, não tem cor, sexo, não é nativista: sua meta é o ser humano! Sua filosofia emancipadora, de coesão, de união voluntária, livre, solidária no essencial, pretende derrubar a velha sociedade e em seu lugar edificar uma comunidade de iguais [...].²⁰ (RODRIGUES, 2007a, p. 259).

Em suma, para Edgar Rodrigues, Anarquia (ou Acracia) é a sociedade na qual os homens (e mulheres, naturalmente) viverão em harmonia, num ambiente caracterizado pela plena liberdade, pela igualdade de oportunidades para todos, pela propriedade comum dos meios de produção, pelo autogoverno e pelo domínio da razão. Nesse ambiente – e só nele – os homens desenvolverão todo seu potencial e partirão em busca da felicidade, que será

¹⁸ O trecho citado é de um artigo publicado na *Voz Anarquista*, de Almada, Portugal, em 1983; republicado e, portanto, endossado pelo autor em 2005.

¹⁹ Os trechos citados fazem parte de uma entrevista concedida pelo autor em 2002.

²⁰ Essa passagem faz parte de uma entrevista concedida pelo autor e publicada na *Revista Letralivre*, Rio de Janeiro, nº 44, 2006.

alcançada, a felicidade de todos e de cada indivíduo. No mesmo sentido, Anarquismo seria o conjunto de ideias e valores, associados a movimentos e ações (diretas) a partir dos quais o homem (coletiva e individualmente) luta e contribui para construir a Anarquia, para a ela chegar, o que, obviamente, pressupõe a superação (ou a supressão) do capitalismo e de seu Estado: a Revolução Social. A visão de Edgar Rodrigues sobre a “revolução” será comentada mais adiante nesta tese.

É certo que o pressuposto básico desta visão de Rodrigues sobre a “harmonia anárquica” é a ideia de que o homem é naturalmente bom, nasce bom e é deformado, “degenerado”, alienado pela sociedade, em especial pela sociedade capitalista.

O anarquista vê no indivíduo um atleta em constante evolução. Aperfeiçoamento técnico, científico, artístico e cultural. É sua convicção que o homem é bom, e que as deficiências que carrega advêm do meio ambiente em que nasceu, cresceu e foi educado [...]. (RODRIGUES, 2005a, p. 186).

Sendo naturalmente bom, o homem seria também “instintivamente” anarquista: “O Anarquismo é a filosofia da Humanidade. Todos nós – querendo ou não – somos um pouco anarquistas. Os seres humanos se completam no Anarquismo [...]” (RODRIGUES, 1992a, p. 20). Cabe também observar que essa imagem do anarquista como “atleta” em constante evolução reaparece em diversas obras de Rodrigues.

Voltando a *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, Rodrigues finaliza o capítulo “Surtem os anarquistas”, afirmando:

No Brasil, o anarquismo veio de fora, e como ideia nova e revolucionária [...] sofreu perseguições nas pessoas de seus propagandistas, de seus militantes [...]. Apesar de todas as adversidades, perseguições e até da expulsão de muitos dos adeptos e pregadores do socialismo libertário, este penetrou nas mentes mais arejadas [...]. O anarquismo, ainda que repudiado e perseguido como movimento político-social, teve boa aceitação como doutrina, influenciou e influi ainda [...] nas relações humanas e de respeito recíproco, da tolerância, que é, sem dúvida, o anarquismo, na sua parte humanitária”. (RODRIGUES, 1969b, p. 70)

Além dos seis capítulos iniciais já comentados, Edgar Rodrigues apresenta ao leitor, nos outros 48 capítulos que compõem *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, informações relevantes sobre o movimento operário e o anarquismo no Brasil, dos primeiros anos do século XX a 1913, data do Segundo Congresso Operário Brasileiro, tema com o qual o autor fecha este primeiro volume desta primeira trilogia, composta, além do livro acima citado, por *Nacionalismo e cultura social* e *Novos rumos*, obras que também comentaremos nesta tese.

Os capítulos deste primeiro livro (como de toda a trilogia) de Rodrigues ora em análise são basicamente anotações de pesquisa, e suas fontes prioritárias são periódicos da imprensa operária e anarquista, e também depoimentos e memórias de militantes libertários, algumas publicadas, mas muitas delas inéditas, algumas manuscritas, dadas ou entregues ao autor e constantes do seu acervo, segundo informação do próprio Rodrigues. Os seis livros que compõem as duas trilogias estão estruturados a partir de uma sequência cronológica, de tal forma que o autor vai apresentando e comentando, ao longo dos capítulos, eventos, processos, aspectos e características do anarquismo e do movimento operário e sindical no Brasil. A imensa importância de sua obra, a nosso ver, vem fundamentalmente da riqueza de suas fontes, parte de um enorme e diversificado acervo sobre o anarquismo que Edgar Rodrigues foi acumulando, organizando e divulgando, através de seus escritos, ao longo de sua vida.

Vamos retomar, então, o movimento operário e o anarquismo no Brasil, dos últimos anos do século XIX a 1913. Rodrigues relata e comenta a realização, em janeiro de 1898, do 1º Congresso Operário do Rio Grande do Sul, cujos resultados teriam sido de “curto alcance”, embora propostas de cunho anarquista ou socialista tenham sido aprovadas, tais como: a criação de bibliotecas de leituras sociais e a “boicotagem” como método de luta (propostas do Grupo Libertários), bem como a fundação de um jornal socialista. Na verdade, já desde 1896 vinha circulando no Rio Grande do Sul o periódico *Eco Operário*, que até 1899 publicará 137 números, defendendo o socialismo para resolver a “questão social” e chegar à “emancipação social”, bem como o antimilitarismo. O jornal chega a publicar artigos em defesa do anarquismo, como “Atentado anarquista? Não”. (RODRIGUES, 1969b, p. 73). Ainda em relação ao Sul, Rodrigues comenta o nascimento, em 1897, da Liga Operária Internacional, e a apresentação, no mesmo ano, com muito sucesso, da peça *1º de Maio*, de Pietro Gori, pelo grupo de teatro social de uma União Operária. O autor nos informa ainda sobre o primeiro anarquista que teria chegado a Pelotas nesse período, o operário sapateiro italiano José Saul.

Na última década do século XIX, “os salários baixíssimos e o excessivo horário de trabalho, a miséria e a opressão”, comenta Rodrigues, “geravam protestos e revoltas” entre os operários. Contra estes, “a polícia agia com crueldade”. Ainda na mesma década, o autor registra a publicação na imprensa diária do Rio de Janeiro de “artigos vibrantes” do positivista Teixeira Mendes, nos quais este “defende os libertários”.

Em 1892, *O Operário* de Fortaleza noticia a eclosão de greves na Estrada de Ferro de Baturité. Em 1894, a *Voz Operária* da Bahia exalta as ideias de Proudhon e Bakunin. Em 1895, Silvério Fontes funda a União Socialista e publica o jornal *A Questão Social*, em Santos. Em 1898, o *Jornal do Brasil* noticia uma greve de cocheiros na Guanabara e a prisão

dos supostos mentores do movimento. Em 1899, o *Almanaque de Pernambuco* publica o “Decálogo dos anarquistas”. (RODRIGUES, 1969b, p. 76-78).

Em suma, Edgar Rodrigues nos informa sobre fatos relevantes e muito pouco conhecidos do anarquismo e do movimento operário em processo de formação, no Brasil oitocentista. No ano de 1900, os operários da construção civil de Santos fundam a Sociedade Primeiro de Maio. Em outubro do mesmo ano, nasce em São Paulo *Avanti*, jornal socialista, segundo Rodrigues influenciado pelas ideias de Charles Fourier.²¹ (RODRIGUES, 1969b, p. 79).

²¹ Sobre Charles Fourier, ver KONDER, Leandro, *Fourier: o socialismo do prazer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

2.2

Anarquismo e movimento operário: divulgando ideias, mobilizando, organizando – do início do século XX ao Segundo Congresso Operário Brasileiro (1901-1913)

Em 1901, é fundada, em São Paulo, a Liga dos Artistas Alfaiates, que em 1906 passa a denominar-se Sindicato dos Artistas Alfaiates e, em 1909, União dos Alfaiates. No mesmo ano, no dia 7 de março, vem à luz, na mesma cidade, o primeiro número de *A Lanterna*, um dos mais importantes jornais anarquistas e anticlericais da história brasileira. Este periódico circulou, em três fases, ou seja, com interrupções, até 1935. Seguem fragmentos do primeiro editorial:

É poderoso e formidável o exército clerical que se pôs em marcha para conquistar esta terra e já está alvejando-nos com os seus golpes: o dinheiro e a hipocrisia. Nós somos, apenas, um punhado de homens. Somos dez? Somos vinte? Que importa? Seremos legião amanhã, quando todos que sabem quanto o clericalismo é prejudicial, quanto o jesuitismo é nefasto, quanto o beatório embrutece os povos, decidirem-se a vir engrossar as nossas fileiras. (RODRIGUES, 1969b, p. 80).

Segundo Edgar Rodrigues, os principais responsáveis pela publicação de *A Lanterna* foram, na primeira fase, Benjamin Motta, e nas outras duas, Edgard Leuenroth.

Em 1902, é realizada a primeira manifestação pública do Primeiro de Maio, e, de 28 de maio a 1º de junho deste mesmo ano, é realizado em São Paulo um Congresso Socialista.

De acordo com Edgar Rodrigues,

No ano de 1903 o movimento sindicalista revolucionário inicia uma nova fase com a fundação de centenas de agrupações, associações e uniões operárias. Em todo

o território brasileiro desponta uma nova era para os trabalhadores [...] no estado do Rio de Janeiro funda-se a Federação das Associações de Classe [...] mais tarde [...] Federação Operária Regional Brasileira, com sede na antiga capital federal. O crescimento rápido das organizações operárias preocupa os governantes e a burguesia [...] no dia 1º de maio, cerca de 12 mil trabalhadores do Rio de Janeiro manifestam-se publicamente partidários do sindicalismo revolucionário e solidários aos ideais dos mártires de Chicago. (RODRIGUES, 1969b, p. 82).

Em maio desse ano, aparece no Rio de Janeiro o jornal *A Greve*, de “curta existência e excelente atuação”, dirigido por Elísio de Carvalho. Neste mesmo ano de 1903, também na capital federal, trabalhadores do porto organizam uma greve reivindicando aumento salarial e redução da jornada de trabalho. O movimento é vitorioso e é fundada a União dos Operários Estivadores. Também os tecelões do Rio de Janeiro fazem uma greve, parcialmente vitoriosa, demandando redução da jornada de trabalho. Segundo Rodrigues, apesar da repressão e das muitas prisões, “as organizações de classe saíram fortalecidas”. (RODRIGUES, 1969b, p. 83).

Em trabalho recente e inovador, Francisca de Azevedo fala na verdade de uma “primeira greve geral no Rio de Janeiro”, cuja principal reivindicação – que unifica diversas categorias profissionais, não apenas tecelões e estivadores, mas também catraieiros, alfaiates, chapeleiros, pintores, vidreiros, sapateiros e canteiros – foi a emblemática jornada de 8 horas de trabalho. A greve foi longa, durou quase um mês, de 12 de agosto a 5 de setembro de 1903, e, segundo a autora, a greve e as negociações dela decorrentes “trouxeram alguns resultados positivos para a classe trabalhadora”. (AZEVEDO, 2005, p. 189).

Voltando às informações prestadas por Edgar Rodrigues a respeito do anarquismo e do movimento operário no ano de 1903. “Em setembro, funda-se em São José do Rio Pardo o ‘Club Internacional Filhos do Trabalho’, de tendências socialistas, com largos objetivos culturais e no qual tomou parte o escritor Euclides da Cunha que, então, se afirmava anarquista, usando, inclusive, o pseudônimo de Proudhon”. (RODRIGUES, 1969b, p. 83).

Com efeito, é em São José do Rio Pardo que Euclides, engenheiro com passagem pela Escola Politécnica e estudos de engenharia militar no Exército Brasileiro, enquanto supervisiona a construção e manutenção de pontes e ferrovias, escreve o clássico *Os sertões*, publicado em primeira edição, com grande sucesso, em 1902. Euclides, embora tenha flertado com o anarquismo, teve outras influências mais importantes na sua formação intelectual, sólida, erudita e bastante eclética. Dentre essas influências, se destacou o positivismo. Curiosamente, Lima Barreto foi um contraponto, talvez uma antítese mesmo de Euclides da Cunha. Tendo também sido atraído pelo positivismo – seu biógrafo mais importante, Francisco de Assis Barbosa, fala de um “sarampo positivista” – vai, ao longo da vida, e ao

longo de sua formação intelectual também bastante sólida e eclética, mas com maior dose de autodidatismo, se aproximando do anarquismo, como veremos mais adiante. Nicolau Sevcenko analisa as “sintonias e antinomias” entre os dois autores.²²

“Em São Paulo, inicia-se a publicação do semanário *La Bataglia*, órgão de propaganda anarquista e crítica social, sob a direção de Oreste Ristori, então chegado do Uruguai”.²³ (RODRIGUES, 1969b, p. 83).

“Em outubro, inicia-se no Rio de Janeiro uma nova publicação, dirigida por Elísio de Carvalho, sob o título de *O Trabalhador*, de tendência apolítica, boa apresentação, mas de curta existência”. Segundo Edgar Rodrigues, a curta durabilidade das publicações operárias (as de longa durabilidade seriam exceções) “deixava antever a falta de amadurecimento da classe proletária”. (RODRIGUES, 1969b, p. 84).

A esse primeiro ascenso do movimento operário e sindical e do próprio anarquismo, reagem o patronato e o governo republicano. Empresários industriais e seus representantes políticos e corporativos, em associações patronais que começam a se organizar, e também ideólogos, líderes e agentes do poder estatal republicano, iniciam então um processo de construção da imagem da “planta exótica” para qualificar, ou melhor, para desqualificar o anarquismo. Este seria uma semente estrangeira, artificialmente importada para o Brasil, cujas terras, embora extensas e fertilíssimas, não seriam adequadas ao “exotismo” do socialismo libertário. Patrões e governantes começam a tentar desqualificar, deslegitimar o anarquismo enquanto adversário, ou mesmo enquanto possível interlocutor na arena política, à medida que o socialismo libertário vai cada vez mais se afirmando enquanto corrente organizatória da classe operária no Brasil, enquanto corrente político-ideológica com crescente prestígio e influência junto aos trabalhadores urbanos e suas associações de classe.

Agentes do Estado e representantes do patronato começam a construir um discurso e uma visão maniqueísta sobre a classe operária: “bons brasileiros” *versus* “maus estrangeiros”; “laboriosos, dóceis, abnegados e honrados trabalhadores nacionais” *versus* “anarquistas baderneiros, desordeiros, mazorqueiros, agitadores profissionais, subversivos, estrangeiros ingratos, apátridas, homens sem honra, sem família, sem lar, sem Deus”, em suma, a “escória da humanidade”. Enfim, os trabalhadores brasileiros estariam sendo “vítimas” de uma “infiltração anarquista”. Numa outra conjuntura, na década seguinte, como veremos no

²² BARBOSA, Francisco de Assis, *A vida de Lima Barreto*. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. SEVCENKO, Nicolau, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

²³ Sobre Oreste Ristori, ver ROMANI, Carlo, *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

próximo capítulo, essa visão maniqueísta será retomada e sintetizada na utilização da fábula bíblica do “joio e do trigo”.²⁴ As imagens da “planta exótica” e do “joio” serão fartamente utilizadas pelo patronato e por agentes do poder público ao longo da República Velha.

A burguesia e a República reagem não apenas através de discursos, ideologias e práticas, mas também através da produção de leis. Leis repressivas, mas não leis regulamentadoras do mercado de trabalho. Ainda em fins de 1903, o governo de Rodrigues Alves envia ao Poder Legislativo, à Câmara dos Deputados, um projeto de lei que, aprovado no início do ano seguinte, se tornará lei, conhecida pelo nome do autor do projeto: a famosa Lei Adolfo Gordo, que previa e normatizava a possibilidade de expulsão ou deportação, de todo ou de parte do território nacional, de estrangeiros que de alguma maneira tivessem ameaçado ou comprometido a “ordem, a paz ou a tranquilidade públicas”. (RODRIGUES, 1969b, p. 85). A partir da promulgação dessa lei, muitos trabalhadores estrangeiros foram expulsos do país. Operários aqui nascidos que se envolvessem em greves ou em atividades que “perturbassem a ordem pública” poderiam ser, e muitos foram, “deportados” para regiões remotas do território brasileiro, como o Acre ou o Amapá, onde mais tarde, no governo Bernardes, será criada a tristemente famosa colônia correccional da Clevelândia²⁵, como veremos mais adiante.

Ainda em 1903, no dia 1º de maio, é publicado o primeiro número de *O Alfaiate*, órgão da Liga dos Artistas Alfaiates do Rio de Janeiro. Já em 1904, o Centro dos Operários Marmoristas, também da capital federal, lança *O Marmorista*, que viveu até 1906. Segundo Edgar Rodrigues, as duas associações, e consequentemente os dois jornais, filiam-se ao anarcossindicalismo. De acordo com o autor, estaria nessa ocasião ocorrendo um verdadeiro “surto sindicalista revolucionário”. (RODRIGUES, 1969b, p. 87).

Em março de 1904, anarquistas lançam, no Rio de Janeiro, a revista *Kultur*, dirigida por Elísio de Carvalho, que

[...] distinguiu-se principalmente no campo filosófico, sociológico, artístico, literário e ético, e sobretudo na divulgação do ideal ácrata [...] [entretanto] sucumbe ao terceiro número. Mas, logo aparece como para substituir *Kultur*, *O Libertário*, em outubro de 1904, dirigido por Carlos Dias, com a colaboração de Manuel Moscoso, dois operários de reconhecido valor. (RODRIGUES, 1969b, p. 88).

²⁴ Ver ADDOR, Carlos Augusto, *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, op. cit. Ver especialmente o item “Ecos de novembro”, no capítulo 3.

²⁵ Sobre a Clevelândia, ver SAMIS, Alexandre, *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário; Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

Ainda nesse mesmo ano são publicados *Força Nova*, no Rio de Janeiro, e *O Trabalhador*, em São Paulo. A classe operária começa também a criar cooperativas de consumo e apoio mútuo, como a fundada por França e Silva no Círculo Socialista de Jundiaí, e a Cooperativa Operária Internacional, em Piracicaba, ambas criadas em 1904.

Ao longo do ano de 1904, o governo Rodrigues Alves (e seu ministro da Justiça, J.J. Seabra) continua reprimindo o movimento operário, prendendo e deportando lideranças anarquistas, estrangeiros para seus países de origem, brasileiros para os seringais do Acre, onde muitos contraíam doenças tropicais e morriam à míngua. Segundo Edgar Rodrigues, “tinham razão os anarquistas, quando afirmavam: ‘o governo é um mal perpétuo [...]’”. (RODRIGUES, 1969b, p. 89).

Em abril de 1904, os operários gráficos de São Paulo aprovam os estatutos da União dos Trabalhadores Gráficos, que a partir do ano seguinte passa a publicar seu jornal, *O Trabalhador Gráfico*.

O movimento operário brasileiro, já nesses primeiros anos do século XX, explicitando sua dimensão internacionalista, vai construindo relações com o movimento operário de países da América e da Europa, chegando até à Rússia, solidarizando-se com trabalhadores revolucionários – anarquistas, socialistas, sindicalistas – que são deportados pelo governo czarista para a Sibéria. Em agosto de 1904 é organizado um comício de protesto, ao qual comparecem mais de cinco mil pessoas, no Cassino Paulista, à Rua São João, São Paulo. Militantes anarquistas e socialistas discursam, e é distribuído um manifesto em “solidariedade aos perseguidos pela tirania russa”. (RODRIGUES, 1969b, p. 90).

Neste mesmo mês, estivadores da Companhia Docas e condutores de veículos de Santos fundam a Sociedade Internacional União dos Operários, que no ano seguinte participa da organização da primeira “greve geral” da cidade de Santos. Este movimento, entretanto, fracassa, é derrotado pela ação de fura-greves (os “krumiros”) e pela repressão policial a serviço dos patrões, os “magnatas do trabalho”. Outras notícias do movimento operário no estado de São Paulo, nestes primeiros anos do século: o Círculo Socialista de Franca comemora, pela primeira vez, no teatro local, o 1º de maio; neste mesmo dia, nasce na capital o jornal *O Chapeleiro*, órgão de imprensa, mensal, da União dos Chapeleiros. Já em 1905, em dezembro, é fundada em Campinas a Liga Operária. (RODRIGUES, 1969b, p. 98-99).

É importante registrar que não há em *Socialismo e sindicalismo no Brasil* nenhuma menção à Revolta da Vacina, que ocorreu na capital federal em novembro de 1904, da qual

participou o Centro das Classes Operárias, então dirigido pelo socialista Vicente de Souza, considerada uma das mais importantes rebeliões da plebe urbana na República Velha.²⁶

Além de sindicatos, greves e jornais, os anarquistas também produzem cultura. Segundo Edgar Rodrigues, do movimento socialista libertário “tomaram parte homens de valor intelectual e moral, preocupados em transmitir a instrução e a cultura nos meios operários”. (RODRIGUES, 1969b, p. 97). O autor faz então uma breve referência à Universidade Popular de Ensino Livre, fundada no Rio de Janeiro em 1904. Embora de vida efêmera, tendo desaparecido nesse mesmo ano, foi uma experiência pioneira e importante na divulgação das ideias e valores do socialismo libertário.

Ainda na capital federal, em novembro de 1905, nasce o grupo anarquista Novo Rumo, que publica no mês seguinte o primeiro número de um jornal homônimo. No segundo número, sob responsabilidade de Luiz Magrassi, *Novo Rumo* afirma o ideal que anima seus militantes: o socialismo anárquico. A partir de 1906, o jornal passa a ser dirigido por Mota Assunção. (RODRIGUES, 1969b, p. 99).

Em dezembro de 1905, aparece em São Paulo o jornal *A Terra Livre*, fundado e dirigido por Neno Vasco²⁷, Manuel Moscoso e Edgard Leuenroth. Alternando a redação entre Rio de Janeiro e São Paulo, *A Terra Livre*, um dos mais importantes periódicos anarquistas da Velha República, será publicado até julho de 1910, num total de 75 números. Já no primeiro número, afirma sua linha política:

Somos socialistas e anarquistas. Como socialistas, atacamos o instituto da propriedade privada e a moral que o tem por base [...] pondo à disposição de todos a terra, os instrumentos de trabalho, os meios de comunicação, as matérias-primas, tudo posto em ação em proveito de todos [...] tomamos o nome de anarquistas e libertários, porque somos inimigos do Estado, isto é, do conjunto de instituições políticas que tem por fim impor a todos os seus interesses e a sua vontade, mascarada ou não como a vontade popular [...]. Somos anarquistas porque queremos uma sociedade sem governo, uma organização política livre [...] correspondente ao socialismo: a anarquia é o vaso que pode conter a garantia e a igualdade de condições econômicas [...] o socialismo anarquista tem um método próprio de ação, baseado sobre a livre iniciativa e a solidariedade [...]. (RODRIGUES, 1969b, p. 106-108).

²⁶ Sobre a Revolta da Vacina, ver CARVALHO, José Murilo de, “Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina”. In: _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Ver também SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

²⁷ Sobre Neno Vasco, ver RODRIGUES, Edgar, *Os libertários*: José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco, Fábio Luz. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1993. Ver também SAMIS, Alexandre, *Minha Pátria é o mundo inteiro*: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2009.

Nestes anos iniciais do século XX, segundo Edgar Rodrigues “período de franca atividade libertária, os anarquistas organizaram também grupos dramáticos, tendo-se destacado o Grupo Filodramático Libertário de São Paulo [...] [que] teve excelente atuação não só ideologicamente, mas também no terreno da solidariedade humana”. (RODRIGUES, 1969b, p. 112). Neste sentido, da solidariedade internacional, grupos anarquistas e sindicalistas promoveram em São Paulo, em fevereiro de 1906, por ocasião do primeiro aniversário da chacina de operários russos fuzilados em São Petersburgo na revolução de 1905, um grande comício e a encenação de peças de fundo social.

Em abril de 1906, dos dias 15 a 22, foi realizado no Rio de Janeiro o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, no Centro Galego, à Rua da Constituição, tendo a sessão solene de encerramento sido realizada no Teatro Lucinda. A maior parte das resoluções aprovadas neste congresso tem, claramente, um conteúdo ou um teor anarcossindicalista.²⁸ De acordo com Rodrigues, ao longo dos debates “o grupo libertário foi sempre o pacificador, o mediador e os mais exaltados se distinguiram entre os sindicalistas reformistas”. (RODRIGUES, 1969b, p. 130-132). O autor reproduz trechos de um artigo de *A Terra Livre*, comentando as preocupações da burguesia com o congresso operário:

O mundo burguês ignora o mundo proletário: será capaz de o ignorar na própria véspera da revolução! [...] os jornalistas [...] pasmavam franca, confessadamente, ante simples operários, desconhecidos, que discutiam sociologia como coisa familiar [...]. O Congresso não foi, de certo, uma vitória do anarquismo [...] foi, porém, indiretamente útil à difusão das nossas ideias [...]. O 1º Congresso Operário Brasileiro terminava com a vitória inequívoca do sindicalismo revolucionário, demonstrando igualmente que o trabalhador não pensava apenas no estômago [...] [e expressando] a desilusão na área política partidária e a falta de confiança nos governantes. Triunfava a concepção anarquista do sindicalismo. (RODRIGUES, 1969b, p. 130-132).

Mesclando citações de outros autores e afirmações de sua autoria, Edgar Rodrigues vai definindo, conceituando o que entende por “anarcossindicalismo ou sindicalismo revolucionário”. Seguem alguns fragmentos:

O anarcossindicalismo era, portanto, uma ideia universal com características de solidariedade humana [...] uma doutrina e um método de luta para liquidar o capitalismo e o Estado [...] possui como bases morais a solidariedade e o auxílio mútuo [...] a ação direta é a sua principal característica [...] seus fins: a abolição do salariedade, o desaparecimento do patronato, da propriedade privada e do Estado [...] preconiza a fusão de três grandes e importantes fatores da vida humana: mão de

²⁸ Sobre o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, ver RODRIGUES, Edgar, *Alvorada operária: os congressos operários no Brasil*, op. cit.; PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael, *A classe operária no Brasil (1889-1930): o movimento operário*. São Paulo: Alfa-ômega, 1979. v. 1.; ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, op. cit.

obra, técnica e ciência [...]. O lema sindicalista emana da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores: “A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores” [...]. O sindicalismo revolucionário [...] cujas determinações principais são a desigualdade social e a consciência de classes [...] alimenta sentimentos indomáveis de liberdade [...]. O sindicalismo revolucionário ou anarcossindicalismo poder-se-á resumir no seguinte: é uma realização prática e experimental das leis científicas da sociologia [...] é uma unidade de resistência, de luta, o embrião da nova sociedade [...]. A organização sindicalista é essencialmente revolucionária, rejeita os princípios de ação política, tem meios para agir exclusivamente antipolíticos e antiestatais; é alheia aos poderes governativos; é essencialmente pedagógica [...]. No sindicalismo, não existe distinção de raças, línguas, cores, nacionalidades, sexos ou idades. O sindicalismo é universalista por excelência. (RODRIGUES, 1969b, p. 135-139).

Em suma, internacionalismo ou universalismo, ação direta, igualdade, liberdade e solidariedade, marcados por uma visão cientificista, esses são os valores fundamentais do sindicalismo revolucionário ou anarcossindicalismo.

De acordo com Edgar Rodrigues, “[...] o movimento operário brasileiro ganhava em 1906 nova vitalidade, em virtude das resoluções tomadas no Congresso Operário do Rio”. Essa “nova vitalidade” já aparece nas comemorações do dia do trabalho: “Pela primeira vez no ano de 1906 o proletariado do Rio de Janeiro realiza em praça pública um comício comemorativo do 1º de Maio”. Também na capital paulista e nas cidades de Santos, Jundiaí e Campinas foram encenadas em teatros peças de cunho social e realizados atos públicos e comícios em homenagem ao dia internacional do trabalho. Dentre os oradores destes comícios, Oreste Ristori, “o então jovem anarquista Edgard Leuenroth” e o dr. Martins Fontes, para quem “a questão social significava o ponto de partida para uma sociedade sem guerras nem crimes”. (RODRIGUES, 1969b, p. 141-142).

Ainda em maio de 1906, no dia 15, foi deflagrada, com participação da Liga Operária, uma greve dos trabalhadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, tendo como epicentro a cidade de Jundiaí. Os ferroviários não aceitam a tentativa da empresa de impor um desconto compulsório em seus salários para a Sociedade Beneficente (criação patronal) e também rejeitam a proibição de contribuir para a autônoma Liga Operária. Os operários criam uma comissão para negociar, mas “a intransigência e a arrogância patronal apressam a eclosão do movimento grevista.” (RODRIGUES, 1969b, p. 143).

Um manifesto distribuído pela Liga Operária conclama os trabalhadores à união, em nome da “solidariedade operária”. A greve surge pacífica, mas logo passa a ser atacada pela grande imprensa paulista, inventando *complots* de fins ocultos, supostamente orquestrados por “agitadores estrangeiros”. Sempre a “planta exótica” do anarquismo... Os patrões pressionam, a polícia ameaça, mas os ferroviários mantêm-se coesos. No dia 17, os tecelões da Fábrica

São Bento, em Jundiaí, declaram-se em greve e solidarizam-se com os ferroviários. A pressão patronal-policial recrudescer e, nas palavras de Rodrigues:

São Paulo tornou-se então uma praça de guerra. A polícia invade a sede da Federação Operária e dissolve à pancada a reunião que ali se realizava, apreende o diário *Avanti* [...]. Um batalhão da Força Pública dissolve à bala um comício em Jundiaí. Em São Paulo, um comício de solidariedade foi igualmente dissolvido a sabre e a patadas de cavalos [...] choques da polícia invadem lares humildes e esbordoam mulheres e crianças [...] levando sob escolta os grevistas para as oficinas da Cia. e, ali, obrigam-nos a trabalhar sob a mira das espingardas. Os que ainda assim mesmo resistiram foram retirados para as prisões, alguns dos quais jamais voltaram. A onda de terror foi tal que o comércio de Jundiaí fechou as portas [...]. (RODRIGUES, 1969b, p. 145-146).

A 30 de maio, o movimento grevista dos ferroviários da Cia. Paulista é esmagado. Enquanto isso, um boletim do vigário de Jundiaí aconselha os grevistas: “[...] Não há sociedade possível sem obediência. O nosso Divino Mestre, como Homem, obedeceu até morrer. O cristão obedece, sofre e cala – aí está a sua força, a sua vitória e o seu mérito [...].” (RODRIGUES, 1969b, p. 146). Certamente, esse conformismo vem reforçar o anticlericalismo dos anarquistas.

O jornal anarquista *A Terra Livre* (13-06-1906) comenta a greve da Paulista: “Tira-se desta [greve] lição de coisas excelentes e sonoras [...]: que capitalismo e Estado, patrão e governo, são aliados para a vida e para a morte, e não se pode combater um sem combater o outro [...].” (RODRIGUES, 1969b, p. 147). Como afirmamos acima, a classe operária vai-se construindo, vai se autoformando na prática, no cotidiano do trabalho e da luta coletiva.

A greve da Cia. Paulista de Estradas de Ferro é seguida de uma “tempestade de ataques aos militantes libertários, através da imprensa e do parlamento”, sempre os anarquistas caracterizados como os “perturbadores estrangeiros”. É recorrente a imagem, já algumas vezes citada, da “planta exótica”: “No Brasil, não existe razão para o anarquismo ou socialismo, planta exótica trazida do estrangeiro, quando entre nós tudo é feliz e livre”. (RODRIGUES, 1969b, p. 148). Sempre a tentativa, por parte dos patrões, dos agentes do poder político e da grande imprensa, de negar a existência no Brasil de uma “questão social”. Destaca-se nessa campanha *O País*, cuja argumentação chega à xenofobia:

Os revolucionários estrangeiros que para aqui emigram, pregadores da revolução social [...] afirmam que o operariado deve desprezar os recursos legais e só confiar na subversão da sociedade [...] vêm de países superpovoados, em que a conquista de um palmo de terra é ideal inatingível [...] o seu verdadeiro ofício [...] é exatamente esse de propagandista, de agitador [...]. (RODRIGUES, 1969b, p. 148-149).

Em seguida, o articulista elogia os trabalhadores brasileiros que, “como o sr. Pinto Machado, propugnam a adoção de leis que venham melhorar a sorte do operariado [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 148-149).

Mais uma vez, o joio e o trigo.

Ora, a “questão social” cuja existência no Brasil *O País*, assim como quase toda a grande imprensa e a maioria dos políticos, procura negar, numa vã tentativa de “tapar o sol com a peneira”, nas palavras de Edgar Rodrigues “não era um caso europeu, mas universal [...] A questão social era, por essa época, tão flagrante no Brasil como nos países da Europa. O fato da enormidade geográfica e as riquezas naturais existentes não anulavam a desigualdade social reinante, e tampouco justificavam os ataques ao trabalhador estrangeiro [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 150).

A Luta Proletária, o nascente órgão da Federação Operária do Estado de São Paulo, combateu a “cegueira dessa imprensa reacionária”, relatando em detalhes os crimes e os abusos do poder econômico da Cia. Paulista de Estradas de Ferro.

Nesse mesmo ano de 1906, é publicado o romance *Os emancipados*, de Fábio Luz, autor cujo primeiro livro *O ideólogo*, publicado três anos antes, “marca o início do romance social no Brasil”. (RODRIGUES, 1969b, p. 153).

Militantes anarquistas e socialistas escrevem artigos na imprensa operária, denunciando a exploração de colonos em fazendas paulistas, como por exemplo o artigo de Oreste Ristori publicado no *La Bataglia* de outubro de 1906 sobre o que ocorrera na fazenda Salgado, perto de Franca: “[...] o administrador Frederico Marcondi espancou um colono que caiu por terra banhado em sangue [...]”; já na fazenda Antonio Borges, “[...] o colono Rizzi, por ter protestado contra a multa que lhe fora imposta injustamente, recebeu do administrador uma paulada na cabeça, caindo por terra banhado em sangue [...]”. Castigos idênticos e terríveis. O autor relata vários outros casos semelhantes explicitando a violência dos “coronéis” brasileiros e seus capangas. Comenta Edgar Rodrigues: “A lei das fazendas era assim, a lei do mais forte [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 156-157).

A partir de um artigo publicado em março de 1906 pela *Tribuna Espanhola*, Rodrigues relata o “drama social” de uma família expulsa de uma fazenda no interior brasileiro: “[...] uma mãe que se faz meretriz para não ver seus filhos perecer [sic] de fome [...]”. Comenta o autor: e “[...] no Brasil não existe a questão social, era o coro dos ‘patriotas’ e dos ‘nacionalistas’ da época! [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 157).

Ainda em 1906, ocorre na Espanha um atentado à vida do monarca Afonso XIII. O governo espanhol, apoiado pela cúpula da Igreja Católica, usa o atentado como pretexto para

prender, julgar sumariamente, condenar e, no dia 13 de outubro de 1909, fuzilar em Barcelona o professor e educador Francisco Ferrer y Guardia. Ferrer foi um dos principais teóricos e pioneiros da pedagogia libertária, fundador da famosa Escola Moderna, que da Catalunha se espalha pela Europa e depois pelo mundo a partir da primeira década do século XX, contribuindo decisivamente no processo de internacionalização dos valores básicos do anarquismo: socialismo e liberdade. Afirma Rodrigues: “jornais operários e anarquistas do Brasil tomaram parte na defesa do fundador da Escola Moderna” (RODRIGUES, 1969b, p. 162).

Em dezembro de 1906, repercutindo resoluções aprovadas no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em abril desse ano, e acima comentado, a Federação Operária do Estado de São Paulo organiza a 1ª Conferência Operária Estadual, à qual comparecem delegações de 15 associações operárias – sindicatos, ligas, uniões, centros, representando trabalhadores de vários municípios paulistas. Segundo Edgar Rodrigues, “dos debates saiu fortalecido o movimento operário e reestruturada a Federação Operária de São Paulo”. (RODRIGUES, 1969b, p. 180).

Em janeiro de 1907, o jornal anarquista *A Terra Livre* convoca os militantes para uma campanha de agitação contra a expulsão de operários estrangeiros. Edgar Rodrigues reproduz o texto integral da Lei Adolfo Gordo, que vinha sendo preparada e discutida desde 1904 e é finalmente promulgada. O sentido da lei, em seus onze artigos, pode ser sintetizado no artigo 1º: “O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional”. (RODRIGUES, 1969b, p. 169). Ressalvas contidas no artigo 3º – o estrangeiro que fosse casado com brasileira, viúvo com filho brasileiro ou ainda residente no país por pelo menos dois anos contínuos não poderia ser deportado – serão mais tarde abolidas por reformas no corpo da lei, à medida que o movimento operário e sindical vai-se consolidando e o próprio anarquismo vai conquistando adesão crescente junto à classe operária. Rodrigues reproduz um manifesto distribuído por uma Comissão Operária criada pela FOSP – Federação Operária de São Paulo – (e constituída apenas por operários brasileiros natos) para organizar a campanha contra a expulsão de estrangeiros.

Segue o último parágrafo do manifesto:

À solidariedade dos nossos adversários, respondamos com a nossa, que é mais digna, mais humana, pois é a solidariedade dos explorados, dos oprimidos, contra a solidariedade da exploração, dos opressores. Nenhum companheiro deve ser arrancado do nosso meio; não devemos consentir que operários sejam expulsos, e para isso devemos usar todos os meios. Protestemos, companheiros, sempre que isso

quiserem fazer! Preparai-vos para um comício que se vai realizar simultaneamente em todo o país. Viva a solidariedade operária! A Comissão. (RODRIGUES, 1969b, p. 172).

Mesmo políticos supostamente progressistas ou “avançados”, como Alcindo Guanabara, ou membros da elite intelectual, como Sílvio Romero, compartilham desta visão antianarquista e xenófoba. Num discurso na Academia Brasileira de Letras, afirma Romero: “O proletariado nacional [...] anda fortemente transviado por maléficos elementos estrangeiros [...] ter as greves antes de termos as indústrias é a obra dos anarquistas [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 181).

A *Terra Livre*, em janeiro de 1907, publica uma réplica, assinada por Manuel Moscoso. Seguem trechos do artigo:

[...] no Brasil há anarquistas dispostos a agir com energia e atividade, provando que não nos amedrontam ameaças dos poderosos [...] intensificando o mais possível a nossa propaganda ao mesmo tempo que nos defendemos dos ataques que de todos os lados partem contra nós [...] o deputado Alcindo Guanabara, republicano “avançado” [...] lançou [...] o seu terrível anátema contra nós [...] a imprensa pseudossocialista aproveita a ocasião para nos combater, apontando-nos como perigosos e subversivos, instigadores da revolta e propagadores da Revolução Social. Todos apontam sobre nós o índice terrível e acusador [...] todos estão de acordo que o perigo existe e este perigo são os anarquistas, só os anarquistas [...]. Pois bem [...] Não recuaremos um passo! Se todos são contra nós, teremos vontade e energia para enfrentá-los a todos. Anarquistas, a postos ! (RODRIGUES, 1969b, p. 181-182).

Edgar Rodrigues informa sobre duas greves ocorridas nos primeiros meses de 1907: trabalhadores nas minas do Morro Velho, em Vila Nova de Lima, Minas Gerais; e tecelões da fábrica de tecidos Juta, na capital paulista. Nos dois casos, a violenta repressão policial, com prisões, espancamentos e torturas, derrota os grevistas.

No Rio de Janeiro, a União dos Chapeleiros lança o jornal *O Baluarte*, que vive de 1907 a 1912, e o sindicato dos barbeiros inicia a publicação de *O Sindicalista*. Rodrigues noticia o lançamento, também no Rio de Janeiro, da revista *Floreal*, dirigida por Lima Barreto. Voltaremos nesta tese a Lima Barreto, “admirador e defensor do anarquismo”. (RODRIGUES, 1969b, p. 184).

Em fevereiro de 1907, a Liga Operária de Campinas funda, numa louvável iniciativa, uma Escola Livre, adepta da pedagogia moderna e racional. Como afirma Edgar Rodrigues, “a questão social será tanto mais difícil de resolver quanto maior for o número de analfabetos e pessoas incultas”. (RODRIGUES, 1969b, p. 186).

Em abril do mesmo ano, *A Terra Livre* publica, reafirmando a perspectiva internacionalista da militância libertária, um artigo sobre “A situação atual e a tarefa dos anarquistas russos”, do qual destacamos os seguintes trechos: “Na Rússia há em marcha uma revolução colossal do povo! [...] conclamamos o povo a se organizar [...] proclamamos a criação de uma comuna revolucionária [...] e da Revolução surgirá um novo reino harmonioso da verdade e da liberdade – do comunismo anarquista!”. (RODRIGUES, 1969b, p. 191 e 192). Constatamos o movimento operário brasileiro, no início do século XX, já exercitando a solidariedade internacional.

Em maio de 1907, eclode em São Paulo, na capital e também nos municípios de Santos, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, Rio Claro, entre outros, aquela que teria sido, segundo Edgar Rodrigues, a “primeira greve geral para a conquista das oito horas de trabalho”. (RODRIGUES, 1969b, p. 194). Como comentamos anteriormente, um estudo recente analisou a greve generalizada em 1903 no Rio de Janeiro, que teve como principal reivindicação a jornada de oito horas. Com certeza, pioneirismo que não diminui a importância da greve paulista. A resolução aprovada pelo Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906 já recomendava que os trabalhadores se organizassem e lutassem para conquistar, a exemplo da França e de outros países europeus, a jornada de oito horas. Apoiada pela Federação Operária de São Paulo, a greve é deflagrada no 1º de Maio, e dela vão participar operários de diversas categorias profissionais – Rodrigues arrola mais de vinte profissões que aderem ao movimento paredista. No Rio de Janeiro entram em greve, dentre outras categorias, tecelões, ladrilheiros, ferreiros e torneiros.

A reação da polícia, acionada como de hábito pelos patrões, é a costumeira: prisões, espancamentos, violências, arbitrariedades. A fala das autoridades é também recorrente, a “planta exótica”, embora neste caso o discurso acrescente uma suposta concorrência industrial e uma suposta “aliança” entre anarquistas e governos estrangeiros. Ou, o que seria uma hipótese ainda mais absurda, uma suposta “contratação” de anarquistas estrangeiros por governos também estrangeiros para prejudicar a incipiente indústria brasileira: “A greve foi provocada por alguns anarquistas, agitadores de ofício, pagos por governos estrangeiros para matar a nossa indústria.” (RODRIGUES, 1969b, p. 197). Obviamente, esta afirmação prima por desconhecer totalmente o significado do anarquismo, teoria e prática.

Reagindo à repressão policial-patronal, a Federação Operária de São Paulo lança, no dia 24 de maio, um manifesto aos trabalhadores, conclamando-os a permanecerem unidos. Seguem-se trechos do manifesto:

[...] O atual movimento em favor da justa e necessária redução de horas de trabalho não obedeceu às ordens de nenhum chefe, não se centralizou em diretórios poderosos: tem o caráter que é próprio da ação operária, é obra dos próprios trabalhadores, conscientes das suas necessidades e dos seus direitos. A polícia, porém, não o compreendeu assim [...] e as prisões enchem-se de operários [...] e que conseguiram as autoridades com as suas arbitrariedades contra os operários? [...] A polícia só conseguiu irritar os ânimos [...]. Nós não somos chefes, não temos a ridícula pretensão de comandar [...]. Trabalhadores! Agora que os vossos companheiros abrem resolutamente o caminho das reivindicações, imitai o forte exemplo, procurai melhorar a vossa situação – menos horas de fadiga, mais descanso, menos necessidade de álcool para chicotear os nervos num trabalho brutal, mais alegria no lar, mais pão para a boca, mais instrução para vós, mais bem-estar e educação para os filhos! [...] Trabalhadores! Os patrões e a polícia empregam contra vós a violência, as arbitrariedades, o engano, a mentira na imprensa, os sofismas, os manejos jesuíticos que desconcertam e intimidam; mas não desanimeis. Além do direito, tendes também a força – que é a força do vosso braço e da vossa união. A união dá a confiança mútua e a coragem: associai-vos e agi! Viva a Solidariedade Operária! (RODRIGUES, 1969b, p. 198-200).

A greve geral que, segundo Edgar Rodrigues, teve a “orientação dos anarquistas” (RODRIGUES, 1969b, p. 209), durou mais de trinta dias, obtendo, segundo o autor, vitórias “totais” para algumas categorias ou ao menos vitórias parciais – por exemplo a redução da jornada de trabalho, de 11 horas, se não para 8, para 9 horas diárias. De acordo com Boris Fausto, a tendência geral foi de quase absoluta intransigência das grandes empresas e maior disposição a conceder por parte das pequenas empresas. (FAUSTO, 1976, p. 49).

Ainda neste capítulo, comenta Edgar Rodrigues como, “para fazer frente à insidiosa propaganda da burguesia”, grupos de sindicalistas e militantes libertários desenvolveram intensa atividade cultural, criando grupos de teatro social e produzindo e divulgando literatura anarquista. “A vasta sementeira de propaganda libertária contaminou jovens estudantes [dentre os quais o jovem médico Martins Fontes] que defenderam em verso e prosa os mártires do anarquismo”. (RODRIGUES, 1969b, p. 204).

Em agosto de 1907 é realizado o Congresso Anarquista de Amsterdã. Embora o movimento anarquista brasileiro não tenha enviado uma delegação ao congresso, o grupo Terra Livre encaminhou uma proposta de criação de um boletim internacional para informação e divulgação do ideal ácrata. A ordem do dia do congresso foi divulgada no Brasil, e os temas propostos, amplamente debatidos nos meios libertários. A lista de temas foi a seguinte: **1)** Anarquismo e sindicalismo; **2)** Greve geral e greve política; **3)** Anarquismo e organização; **4)** Antimilitarismo como tática do anarquismo; **5)** A associação produtora e o

anarquismo; 6) A Revolução na Rússia; 7) Alcoolismo e anarquismo; 8) A Literatura moderna e o anarquismo.²⁹ (RODRIGUES, 1969b, p. 208).

Ainda em agosto e setembro de 1907, o intelectual, advogado e militante anarquista Neno Vasco lança as bases de uma reforma ortográfica que, segundo Edgar Rodrigues, tempos depois a Academia Brasileira de Letras veio a aprovar. O sentido da reforma seria o de uma simplificação da ortografia, que facilitasse a leitura, ampliando desse modo o universo de possíveis leitores. Como afirma Rodrigues, os anarquistas entendem que “a instrução e a cultura, sobretudo uma cultura arejada, revolucionava os cérebros, capacitava as mentes, adestrava os homens e os tornava aptos a se dirigirem por si mesmos [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 211).

No sentido de tentar facilitar a comunicação entre operários de muitos países, portadores de culturas várias e falantes das mais diversas línguas, militantes e pensadores anarquistas sempre incentivaram os estudos do esperanto, a “língua auxiliar universal”, criada pelo médico polonês Lazar Zamenhof e por ele divulgada em 1887.

No volume 3 de *Rebeldias*, Edgar Rodrigues faz referência ao esperanto e cita o anarquista francês Gilbert Ledon: “[...] para que tal conscientização, emancipação, liberação, amadurecimento de pensamento ocorra é evidente ser indispensável ter-se um meio de comunicação, uma língua comum, mundial, universal, anacionalista”. (RODRIGUES, 2005a, p. 255). No mesmo artigo, publicado em 2003, na revista *Utopia*, nº 16, de Portugal, Rodrigues se refere à fundação, “antes de 1921”, da Associação Anacionalista Mundial.

O anacionalismo seria, a nosso ver, uma radicalização do internacionalismo, dimensão fundamental do anarquismo. Radicalização no sentido de, em prol da desejada fraternidade anárquica universal, negar completamente legitimidade às nações, seus interesses específicos, e também às fronteiras que as delimitam. O esperanto, língua universal, seria a dimensão linguística do anacionalismo. Essa negação radical da Nação, como conceito e como realidade histórica, certamente corresponde, logicamente, à também radical negação do Estado, como prática e como teoria.

Em agosto de 1907, de 12 a 19, é realizado no Rio de Janeiro um Congresso Esperantista. Dele veio participar o libertário francês Paul Berthelot, que por algum tempo permaneceu no Brasil.

Ao longo do ano de 1907, militantes libertários, dentre eles Carlos Dias, Oreste Ristori e Edgard Leuenroth, continuam pregando, semeando ideias anarquistas, através de

²⁹ Ver também sobre o Congresso Anarquista de Amsterdã, WOODCOCK, George. (Org.). *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1977.

conferências, debates públicos, folhetos e jornais. Nos últimos meses desse ano, a Federação Operária realiza “uma verdadeira excursão de propaganda”, percorrendo diversos bairros da capital e chegando a várias cidades do estado. (RODRIGUES, 1969b, p. 216).

Além da já acima citada e comentada greve pelas 8 horas de trabalho, diversos outros movimentos paredistas acontecem em 1907, em vários estados da federação – Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia – e deles participando trabalhadores de inúmeras categorias profissionais, tais como: carvoeiros, metalúrgicos, fundidores, pintores, eletricitas, tecelões, costureiras, fabricantes de fósforos. Os grevistas das Fábricas de Fósforos Olho e Brilhante denunciaram a “tuberculose, que grassava em jovens e velhos trabalhadores”. (RODRIGUES, 1969b, p. 220). No Rio Grande do Sul é fundada a Federação Operária Estadual e em São Paulo, no mês de julho, o grupo Terra Livre e a Biblioteca de Literatura Social fundem-se, formando o Grupo Libertário Germinal, que desenvolve intensa atividade de propaganda anarquista. Nesta cidade, e também na capital da República, são fundadas Ligas do Inquilinato, influenciadas pelas notícias sobre “greves de inquilinos” que vinham ocorrendo em Buenos Aires e Montevideú. Também aqui as ligas promovem campanhas e lutas pelo barateamento do aluguel das moradias operárias.

Nesse mesmo ano, depois de inúmeras greves e de uma intensificação da propaganda sindicalista e libertária, é fundada a Federação Operária Paranaense e realizado, ao longo de três dias, o 1º Congresso Operário de Curitiba. Da organização deste conclave, participou, ao lado de operários brasileiros, alemães e polacos, Luigi Damiani, militante libertário italiano. Sobre Gigi Damiani escreve, anos depois, José Oiticica: “[...] um grande anarquista italiano da velha cepa, cuja maior glória é ser digno de permanecer na lembrança dos que lutaram com ele”. (RODRIGUES, 1969b, p. 225).

De acordo com Edgar Rodrigues, de 1908 a 1910: “Apesar do esforço libertário junto aos sindicatos, o movimento operário decresce [...] surge uma espécie de desânimo no seio das classes proletárias [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 227). A nosso ver, esse desânimo se relaciona com o início de um processo, ainda embrionário, e que se desdobrará ao longo dos anos dez e vinte, de sofisticação no combate, por parte do patronato e do aparelho do Estado, ao movimento operário e sindical. Para além da atividade meramente repressiva e pontual – brigadas de cavalarianos da polícia espalheirando operários grevistas em ruas e praças públicas – que, sem dúvida, continua com a mesma intensidade, o Estado começa a legislar. Não leis sociais, que viessem proteger o trabalhador das agruras do mercado capitalista, normatizando as relações capital / trabalho. Mas sim leis que sofisticam e tornam mais eficaz a própria repressão.

O paradigma dessa nova produção legal da República é a já comentada Lei Adolfo Gordo. De qualquer forma, a classe operária dá continuidade a seu trabalho incessante, à sua luta cotidiana. Em 1908, os tecelões cariocas reorganizam seu “Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos [...] [que] será filiado à Federação Operária do Rio de Janeiro e à Confederação Operária Brasileira [criada pelo Congresso Operário de 1906], enquanto estas satisfizerem os fins do Sindicato”. Dentre estes fins, o primeiro e mais importante: “promover a união da classe para a defesa dos seus interesses morais e materiais, econômicos, profissionais e para a sua completa emancipação”. (RODRIGUES, 1969b, p. 226-227). Esta última finalidade – a “completa emancipação” – evidencia a filiação do sindicato têxtil à concepção anarcossindicalista.

Nesse mesmo ano, apesar do “desânimo”, várias greves são deflagradas, a maioria delas derrotadas pela violenta repressão policial e pela ação dos “krumiros” (fura-greves): dentre outras, a greve de oleiros em Guarulhos, a de operários chapeleiros e a dos tecelões do Cotonifício Crespi, na capital paulista. Destas greves, destacou-se pela violência policial, e também pela reação operária, a greve dos estivadores da Companhia Docas de Santos. A jornada de trabalho se estendia por até 16 horas (das 4 hs da manhã às 20 hs), e os operários iniciaram uma greve pacífica, reivindicando redução da jornada. Entretanto, diante de prisões e espancamentos, tiroteio e fuzilaria, perante o verdadeiro

[...] estado de guerra criado nas docas de Santos pela intolerância policial, os trabalhadores passaram a responder à violência com a violência, jogando três bombas no cais da Companhia Docas [...] travando-se então verdadeira batalha, com baixas para ambos os lados [...] [ao fim da qual] os trabalhadores perderam a greve. (RODRIGUES, 1969b, p. 235-236)

“Os magnatas da estiva” (RODRIGUES, 1969b, p. 235-236) conseguem manter a superexploração, a jornada de dezesseis horas de trabalho.

Também em 1908, começa a ser discutido no Congresso Nacional um projeto de lei, que seria aprovado, para instituir o serviço militar obrigatório. Imediatamente,

[...] Das colunas dos seus jornais, os libertários protestam contra um militarismo que, a título de defender a Pátria, se organizava e se efetivava para a desgraça da família proletária [...]. [A] Confederação Operária Brasileira e os anarquistas, interpretando a aversão popular, promovem uma campanha de agitação simultaneamente contra o sorteio militar e contra a guerra [uma eventual guerra entre Brasil e Argentina, cogitada por setores da imprensa]. (RODRIGUES, 1969b, p. 229).

Em várias cidades do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, são fundadas Ligas Antimilitaristas e realizados inúmeros comícios, manifestações de protesto e conferências antiguerreiras. É lançado o jornal *Não Matarás*, dirigido por Mota Assunção e Eloy Pontes. Em suma, o anarquismo reafirma com veemência sua visão de mundo antimilitarista e pacifista.

No início do ano, em fevereiro, é fundado em Fortaleza, no Ceará, o Clube Socialista Máximo Gorki, que logo inicia a publicação do jornal *O Regenerador*, dirigido por Moacir Caminha.

Em abril de 1908, de 17 a 19, é realizado na capital paulista o 2º Congresso Estadual Operário de São Paulo, ao qual comparecem delegações de vários municípios, representando sindicatos de diversas profissões. Edgar Rodrigues reproduz os vinte e dois temas e respectivas resoluções aprovadas. Parece-nos claro que, aprovando a organização do proletariado em “sociedades de resistência econômica”, a “ação direta”, a propaganda antimilitarista, o “espírito de rebeldia”, a autonomia dos sindicatos e federações, e mesmo as propostas de criação de escolas livres, de uma Universidade Operária e de Centros Dramáticos Sociais, prevalece no Congresso a concepção anarquista do sindicalismo. (RODRIGUES, 1969b, p. 238-245).

No ano de 1909 surge no Rio de Janeiro o jornal mensal *Liberdade*, que vem substituir *A Terra Livre*, órgão do movimento anarquista do Rio de Janeiro e de São Paulo, que por motivos de ordem financeira deixara de ser publicado. Em Santos, cidade conhecida, pela influência do anarquismo entre seus trabalhadores, especialmente os portuários, como “pequena Barcelona” ou “Barcelona brasileira”, dada a força do anarquismo na cidade catalã, ou ainda como o “porto vermelho”³⁰, são criados, nesse mesmo ano, o Centro de Estudos Sociais e o Grupo Teatral Amor e Arte, que irão desenvolver, complementarmente, atividades culturais: conferências e palestras, o primeiro; e o segundo, a arte dramática, a encenação de peças sociais. Segundo Edgar Rodrigues, “a arte dramática foi, por muitos anos, um grande veículo de propaganda nos meios operários e anarquistas, e teve o mérito de chegar até ao entendimento das crianças, dos velhos e novos, que, buscando recreação depois do trabalho exaustivo, recebiam lições de anarquismo [...]” (RODRIGUES, 1969b, p. 251).

Em março de 1909, a revista anarquista *A Sementeira*, de Lisboa, ecoando denúncia do jornal libertário *La Battaglia*, de São Paulo, “protesta contra o regime de trabalho desumano

³⁰ Ver SARTI, Ingrid, *Porto vermelho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Sobre o anarquismo em Barcelona, ver GÓMEZ CASA, Juan. *Historia Del Anarcosindicalismo Español*. 4ª ed. Bilbao: Zero, 1978; também do mesmo autor: *Historia de la FAI*. 3ª ed. Madri: Fundación Anselmo Lorenzo, 2002. Ver ainda GURUCHARRI, Salvador, *Bibliografía Del Anarquismo Español*. Barcelona: Libreria La Rosa de Foc, 2004.

que estava sendo imposto aos trabalhadores na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil”. (RODRIGUES, 1969b, p. 252).

No dia 13 de outubro de 1909, como já afirmamos, o educador libertário Francisco Ferrer y Guardia, condenado como suposto mentor intelectual do atentado à vida do rei Afonso XIII, é fuzilado no castelo de Montjuich, em Barcelona. O movimento anarquista e sindicatos operários, nos mais diversos países, reagem com indignação. No Brasil, dias antes do fuzilamento, *O Libertário* do Rio de Janeiro publica um apelo aos homens de “espírito livre”, em prol da “Solidariedade internacional contra a reação na Espanha”. (RODRIGUES, 1969b, p. 259). Consumada a execução, vários comícios públicos de protesto são realizados, em São Paulo, em Santos, no Rio de Janeiro. No comício de Santos, na praça Barão do Rio Branco, dentre muitos oradores, discursa o militante anarquista Manuel Moscoso:

[...] a Escola Moderna, dirigida por Francisco Ferrer, foi mandada fechar por ter contribuído “com a sua perniciosa propaganda” para o movimento de reação contra o governo [...]. Francisco Ferrer é o alvo das iras do governo da Espanha e da Igreja Romana que nele veem um inimigo formidável, uma vontade de ferro e uma energia indomável [...]. As almas inquisidoras, os descendentes de Torquemada e de Felipe II, não se extinguirão tão depressa [...]. (RODRIGUES, 1969b, p. 257-259).

Num comício no salão do Centro dos Sindicatos Operários, no Rio de Janeiro, vários oradores protestam contra a execução de Ferrer. Seguem trechos do discurso do libertário Carlos Dias:

[...] das camadas operárias do Brasil surgiu o protesto veemente contra o execrando crime. Ferrer, propugnador de ideias avançadas, [...] não morreu na memória dos que o admiram. A campanha que iniciou contra o clericalismo e contra o militarismo é uma grande e humanitária obra [...]. (RODRIGUES, 1969b, p. 262-263).

O comício é encerrado com todos os presentes exclamando: “Viva a memória de Ferrer! Viva a memória do fundador da Escola Moderna!”. (RODRIGUES, 1969b, p. 262-263).

Segundo Rodrigues, também “a juventude estudantil levantou solene protesto contra os carrascos do fundador da Escola Moderna”. (RODRIGUES, 1969b, p. 261). Ainda nesse mesmo ano de 1909, é deportado da Argentina para Portugal, sua terra natal, o militante libertário Primitivo Raimundo Soares, que a partir de 1911 adota o nome “Florentino de Carvalho”, pelo qual se tornará conhecido no mundo anarquista e, mais tarde, na historiografia sobre o movimento operário brasileiro. Fazendo o navio escala em Santos, onde

Primitivo já havia vivido, sindicalistas e libertários desta cidade conseguem libertar o prisioneiro. Florentino volta à sua intensa militância, formando, com Antonio Vidal (de origem uruguaia) e Carlos Zaballos (de origem peruana), um “trio ativíssimo que imprime uma orientação nova ao movimento sindicalista, estribada numa concepção anarquista”. Os libertários lançam o jornal *Aurora Social*. Com efeito, segundo Edgar Rodrigues, “[...] com Florentino de Carvalho, o movimento anarquista definia-se melhor naquilo que se refere à questão operária. Ele fora o animador fecundo, o conferencista e polemista sem par na defesa de agremiações operárias nitidamente anarquistas [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 267-268). Rodrigues reproduz um trecho de um dos vários escritos de Florentino, do qual citaremos um fragmento: “O anarquismo não é um corpo de doutrinas definitivas e dogmáticas: é um postulado libertário e progressista, que continuamente se enriquece de elementos científicos e concepções filosóficas. A sua essência, sim, é imutável [...]”.³¹ (RODRIGUES, 1969b, p. 268-269).

Em novembro, um incêndio que destrói a Casa Alemã, em São Paulo, é atribuído pela grande imprensa (à exceção do *Diário Popular* e de *O Comércio*) aos libertários, a supostos “anarquistas dirigentes da Mão Negra”. A imprensa operária e anarquista reage, negando veementemente responsabilidade pelo “atentado”, distribuindo, aos milhares, vários manifestos. Seguem-se trechos de um destes:

Desastre ou crime? [...] confundes banditismo com anarquismo [...]. Os anarquistas, inimigos da autoridade, da opressão, da coação, pretendem a supressão da violência organizada, da exploração do homem pelo homem, duma classe pela outra, querem, porque são anarquistas, banir a violência das relações sociais [...] o atentado político, durante o período político que atravessamos, não faz parte do programa anarquista. Se há anarquistas que o praticam, não é como tais, mas apenas como homens e oprimidos, perseguidos, violentados. Não são atentados “anarquistas”, mas atos de revolta, instintivos, inevitáveis, resposta de baixo às violências do alto [...]. (RODRIGUES, 1969b, p. 270-272).

De acordo com Edgar Rodrigues, “O 1º de Maio de 1910 ressentiu-se com a Lei Adolfo Gordo, principalmente nas manifestações de rua. Todavia, o movimento libertário articulava *démarches* no sentido de reanimar o movimento operário e mostrar aos seus componentes a realidade social [...]”. Em São Paulo, em Santos, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e em outras cidades “[...] comícios e conferências foram realizadas nos sindicatos,

³¹ Sobre Florentino de Carvalho, ver NASCIMENTO, Rogério H., *Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

associações de classe e centros de cultura e estudos sociais, algumas das quais muito concorridas, apesar da vigilância policial [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 274-275).

Em São Paulo, *A Terra Livre* e *La Battaglia*; em Porto Alegre, *A Luta*; no Rio de Janeiro, *Novo Rumo* e também *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira, exaltam o Dia Internacional do Trabalho e homenageiam as “oito vítimas do capitalismo”, Parsons, Spies, Lingg, Engel, Fisch, Fielden, Schwab e Neebe, os oito mártires da épica greve de 1886 em Chicago.

Rodrigues destaca mais uma vez o papel fundamental do teatro anarquista na divulgação dos ideais libertários: “[...] o teatro social foi um meio de instruir, de ensinar e também de divertimento para a família proletária [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 275). Neste ano de 1910 ganhou ampla repercussão nos meios operários a encenação da peça *Gaspar, o serralleiro*, de Batista Machado, cujo tema central é uma greve geral e o espírito de solidariedade dos trabalhadores.

Com objetivos essencialmente culturais (e políticos, não institucionais, é claro), de “divulgação das doutrinas anarquistas”, é fundado por um grupo de militantes de Niterói o Grupo Operário de Estudos Sociais Germinal. Suas bases de constituição estabelecem, em seu artigo 1º: “O Grupo não obedece a nenhuma doutrina política ou religiosa, não podendo os sócios, individual ou coletivamente, servir-se desse título em manifestações políticas ou religiosas”; e no artigo 5º: “O Grupo será filiado à Federação Operária do Rio de Janeiro e à Confederação Operária Brasileira, sempre que estas estejam baseadas no primeiro artigo desta constituição”. (RODRIGUES, 1969b, p. 276-277).

Ainda em maio de 1910, mais um exemplo da solidariedade internacionalista do movimento operário e do anarquismo. No dia 18, a República Argentina iria comemorar o centenário de sua independência. O movimento anarquista e operário desse país promove uma manifestação pública no dia 8, na qual lança um apelo para que fosse concedida uma ampla anistia aos presos por questões políticas e sociais. O governo não só recusa a anistia como, através da chefatura de polícia, investe contra o comício e contra as próprias organizações operárias e anarquistas. Estas reagem, aprovando, em caso de negação da anistia pleiteada, uma greve geral. Diante da radicalização, prevendo que a luta seria trágica, “surgiram Comitês Revolucionários no Uruguai, no Brasil e em outros países, a fim de manter latente o espírito de solidariedade e revolta [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 279). Em São Paulo, o grupo editor de *A Terra Livre*, em conjunto com outras publicações libertárias, lança no dia 19 um manifesto com o seguinte título: “Prelúdios da Revolução Social – o centenário da

Independência na Argentina – o proletariado consciente em defesa da liberdade – a greve geral será deflagrada”. Destacamos trechos do manifesto:

[...] os anarquistas estão sendo perseguidos com todo o rigor, por terem pedido nada menos que uma anistia para os presos políticos [...] enfrentam a reação de um governo liberticida, e para que os governos e a burguesia se convençam que hoje na defesa ou na conquista das liberdades, os povos encontram-se unidos, seja qual for o grau de latitude, é que nós, os anarquistas de São Paulo, espalhamos este boletim [...]. (RODRIGUES, 1969b, p. 280-281).

Porém, apesar da solidariedade internacional, o governo Alcoorta não cede e não promulga a anistia reivindicada. Comenta Edgar Rodrigues: “Todos os tiranos são iguais: festejam o dia da independência com espancamentos, prisões e assassinatos em massa; festejam a liberdade negando-a aos oprimidos, ao proletariado”. (RODRIGUES, 1969b, p. 281).

Nos últimos meses do ano, no Brasil, depois de muita atividade repressiva, muitas prisões e deportações, “notava-se certo enfraquecimento no movimento operário, enquanto o movimento anarquista e anticlerical intensificava sua propaganda, como que a suprir o desânimo dos trabalhadores”. Todavia, além da repressão, o “grande e feroz inimigo [da propaganda libertária] era o analfabetismo, que silencioso vencia em muitas regiões o esforço dos anarquistas”. (RODRIGUES, 1969b, p. 282-283). Daí tornar-se quase obrigatória, principalmente em locais de trabalho, a leitura coletiva em voz alta, de modo a levar aos analfabetos as “ideias revolucionárias de emancipação social”. Daí também ser tão comum, e tão importante, na imprensa anarquista, a presença de imagens e alegorias, acessíveis aos não alfabetizados.³²

Nos anos de 1909-1910, o Brasil vive uma conjuntura político-eleitoral atípica, nos quadros da República Oligárquica. Afonso Penna morre em pleno exercício do mandato, em 1909, e assume seu vice, Nilo Peçanha, muito mais próximo das concepções de um Estado forte, da “ditadura republicana” de positivistas e/ou jacobinos, do que do modelo então hegemônico dos agrários, de uma república federativa e liberal (mas não democrática), encarnado por Afonso Penna. Nilo indica como seu candidato à sucessão o marechal Hermes da Fonseca, e a campanha eleitoral será, até a formação da Aliança Liberal, em 1929-1930, na sucessão de Washington Luiz, a mais disputada da Velha República: os “hermistas” *versus* os

³² Sobre imagens e alegorias na imprensa anarquista, ver: AZEVEDO, Raquel de, *A resistência anarquista*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002. Uma questão de identidade (1927-1937), em especial o capítulo III, “A trama das imagens”. ROBERTI, Ângela Maria, “O segredo dos corpos: representações do feminino nas páginas libertárias”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael. (Orgs.). *História do anarquismo no Brasil*, op. cit. v. 2.

“civilistas” de Ruy Barbosa. Hermes vencerá, e seu governo será também, como veremos mais adiante, o mais atípico da Primeira República, espécie de frágil e efêmero “elo de ligação”, numa linha do tempo, entre os governos Deodoro e Floriano, nos “anos entrópicos” do início da República, e a posterior “Era Vargas”. Entretanto, mesmo diante de um acirramento da disputa eleitoral, diante da (relativa) novidade de comícios de rua, os anarquistas, coerentes com sua concepção da “ação direta” e sua recusa de toda e qualquer luta no campo político-institucional, mantém sua postura de “repulsa às eleições”. Para Edgar Rodrigues, “[...] os operários mais conscientes de 1910 não acreditavam nas soluções políticas, já sobejamente denunciadas nos jornais anarquistas. Para eles, a emancipação dos trabalhadores deveria ser obra dos próprios trabalhadores [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 285).

Em novembro de 1910, ocorreu na baía de Guanabara, junto à sede do poder federal, a hoje famosa Revolta da Chibata, liderada por João Cândido. Segundo Edgar Rodrigues, desde pelo menos 1908 folhas anarquistas vinham denunciando e protestando contra maus-tratos aplicados como punição na Marinha brasileira. Como já mostraram diversos autores, depois de tensas negociações, os revoltosos depuseram armas e foram traídos pelo governo Hermes. Lideranças presas, torturadas, fuziladas. Os compositores Aldir Blanc e João Bosco homenagearam, em “Mestre-sala dos mares”, o “almirante negro”, compulsoriamente transformado pela ditadura militar brasileira nos anos setenta num mero “navegante negro”. O rebaixamento hierárquico simplesmente não conseguiu diminuir a beleza da justa homenagem.³³ (RODRIGUES, 1969b, p. 285-287).

Ao longo do ano de 1911, quando “os trabalhadores do Brasil pareciam mais animados para uma grande batalha”, surgem diversas novas publicações anarquistas. Em Bagé, no Rio Grande do Sul, nos primeiros dias do ano aparece *A Defesa*, sob direção de Santos e Souza. Em Santos, onde os portuários continuavam submetidos à superexploração imposta pela Companhia Docas, trabalhando até 14 horas por dia em troca de um salário de fome, nasce *A Revolta*, sob direção de Florentino de Carvalho. Segundo Edgar Rodrigues, “[...] *A Revolta* nascera para levar o grito dos anarquistas e sindicalistas a toda parte, chegando mesmo a ser traduzidos e publicados em *Regeneracion*, do México, alguns artigos seus [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 288-289).

³³ Sobre a Revolta da Chibata, ver MOREL, Edmar, *A Revolta da Chibata*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1963. Ver também: SILVA, Marcos A. da., *Contra a Chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

No Rio de Janeiro, o Grupo Anarquista Guerra Social inicia, sob direção de João Arzua, a publicação de um jornal homônimo, importante folha libertária já citada nesta tese, quando reproduzimos e comentamos fragmentos de um artigo sobre a exploração do trabalho infantil. *A Guerra Social* contou, dentre seus colaboradores, com Carlos Dias, José Oiticica, José Martins, Luigi Damiani e Astrojildo Pereira. Em São Paulo, um grupo de militantes anarquistas organiza-se com o fim de conseguir fundos para o jornal, e passa a denominar-se também Guerra Social.

Edgar Rodrigues reproduz um artigo publicado num dos primeiros números do jornal, artigo que explicita o que é o anarquismo e o que é o seu método da ação direta, a meu ver precisamente definida pelo autor nesses trechos:

[...] a ação sem interpostas pessoas [...] não é senão o anarquismo considerado como método [...] a ação direta, no sentido mais largo, pode ser violenta ou pacífica, individual ou coletiva, mas deve sobretudo ser contínua, de cada dia, em qualquer das suas formas, e em todas as suas fases, propaganda, organização, realização [...] pensamento e ação [...] a ação não pode ser substituída. Só a ação produz o fato, só ela o mantém [...] é ainda necessário evitar o que pode contradizer, desviar, diminuir a ação direta, a emancipação por suas próprias mãos. Nós queremos uma revolução social, isto é, não “emancipar o povo”, mas que ele se emancipe [...] não se deixe roubar e mandar, não delegue poderes, organize e administre diretamente a produção [...]. (RODRIGUES, 1969b, p. 290-291).

Rodrigues transcreve ainda trechos de um artigo “de certo valor histórico” de autoria de Neno Vasco, intitulado “O movimento anarquista no Brasil” e publicado, em maio de 1911, na revista libertária *A Sementeira*, de Lisboa. Neno Vasco tinha retornado a Portugal em 1911, depois de dez anos vivendo no Brasil, e, segundo Rodrigues, com sua volta à terra natal, desaparecia o jornal *A Terra Livre* e “caía o vigor da propaganda anarquista no Brasil”, tamanha era a vitalidade do trabalho de divulgação de ideias libertárias do militante ácrata. Fragmentos do artigo: “É em língua italiana que, se não estou em erro, se faz, há mais tempo, propaganda anarquista no Brasil, sobretudo duma maneira sistemática e seguida [...] mais irregular e vagarosa é a propaganda feita em português [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 293). Com efeito, o próprio Neno Vasco era um dos mais importantes propagandistas do anarquismo em língua portuguesa aqui no Brasil, tendo inclusive, como já comentamos, elaborado uma proposta de reforma ortográfica com o objetivo de ampliar o universo de leitores. Vasco tinha também sempre tentado estimular entre Brasil e Portugal uma “[...] permuta de ideias, de correspondência, de publicações, de contribuições pecuniárias – e

sobretudo de homens [...] [com a qual] muito terão a ganhar o movimento anarquista de Portugal e do Brasil [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 294).

Nesse sentido, com certeza a (breve) vida e a obra (fundamental) de Neno Vasco exerceram forte influência sobre Edgar Rodrigues que, durante sua vida, longa e também fecunda, sempre privilegiou, no seu incessante trabalho de divulgação dos valores libertários, a “permuta de ideias, de correspondência, de publicações”. Assim como Neno Vasco, que aqui viveu de 1901 a 1911, Rodrigues nasceu em Portugal, migrou para o Brasil em 1951, aos 30 anos de idade, e aqui viveu, naturalizado cidadão brasileiro, até seu recente falecimento, aos 88 anos de idade, em 2009. Ambos construíram, cada um em seu tempo, e, naturalmente, à sua maneira, contribuições decisivas para a memória e para a história do anarquismo, no Brasil e em Portugal.

Ainda nesse ano de 1911, a folha anticlerical *A Lanterna* empreende veemente campanha contra a Igreja Católica e especificamente contra o padre Faustino de Campos, a propósito do chamado “caso Idalina”. A menina Idalina de Oliveira, que vivia no orfanato católico Cristóvão Colombo, desaparece sem deixar vestígios. *A Lanterna* acusa o padre Faustino de abuso sexual seguido de assassinato e publica reiteradas vezes a manchete “Onde está Idalina?”. De acordo com o autor de um livro sobre esse caso, “[...] A pergunta ‘Onde está Idalina?’ não foi respondida no período em questão e ninguém foi punido por isso [...]”.³⁴ (RODRIGUES, 1969b, p. 295-299).

Em relação à dimensão anticlerical do anarquismo, bem como especificamente à questão de abusos sexuais e atos vários de pedofilia praticados por membros do clero católico, parece-nos bastante instigante a análise de Boris Fausto sobre a por ele chamada “subcultura” anarquista. De acordo com este autor, para os anarquistas o celibato, por antinatural, só poderia produzir “sátiros ou idiotas”.³⁵ (FAUSTO, 1976).

No segundo semestre de 1911, a partir dos meses de julho e agosto, inúmeras greves operárias são deflagradas, em diversas cidades. No estado de São Paulo, greves de trabalhadores da construção civil, serralheiros, tecelões, ferroviários, marceneiros, sapateiros, ferreiros, condutores de veículos, tanto na capital como em Campinas, Santos, Sorocaba, São Bento, Amparo, Barretos, Jaú, Jundiaí, Bauru. Desta última cidade, “[...] trabalhadores grevistas [são deportados] para o interior do estado de Mato Grosso, a fim de que fossem devorados pelas feras ou trucidados pelas tribos de bugres ferozes [...]”. (RODRIGUES,

³⁴ Sobre o “caso Idalina”, ver SOUZA, Wlaumir Doniseti de, *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante: das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina*. São Paulo: UNESP, 1999.

³⁵ Ver FAUSTO, Boris, *Trabalho urbano e conflito social*, especialmente o item 2, “Anarquismo”, do capítulo I, “Correntes organizatórias e seu campo de incidência”. Op. cit.

1969b, p. 302). Algumas categorias conquistam vitórias parciais, como redução de jornadas de trabalho e/ou aumentos salariais. No Rio de Janeiro, já em setembro/outubro, os sapateiros, depois de uma greve de cerca de um mês de duração, conseguem obter aumentos salariais. Há registro também de greves de trabalhadores do campo, na região em torno de Campinas, que teriam também conquistado vitórias parciais (aumento de salários). Segundo Edgar Rodrigues, “[...] eram os efeitos da propaganda e do esclarecimento dos anarquistas, que faziam sua imprensa chegar até ao camponês [...]”. Em suma, “A batalha travada por anarquistas e sindicalistas, em favor da liberdade, produziu seus frutos [...] e o movimento operário ganhava vida nova em 1911 [...]” (RODRIGUES, 1969b, p. 300-303).

Novos jornais anarquistas e operários surgem em 1911: *A Voz da Estiva*, em Porto Alegre, *O Proletário*, em Santos, *El Produtor*, na capital paulista. Também novas “escolas modernas” são fundadas nesse ano: nos municípios de Franca e Sorocaba, no interior de São Paulo; em Livramento, no Rio Grande do Sul. Em Fortaleza, no Ceará, o Grupo Libertário de Estudos Sociais promove palestras e conferências e divulga publicações anarquistas.

Para mais uma vez “rebater a tola argumentação da inexistência da questão social no Brasil”, Oreste Ristori, diretor de *La Battaglia*, escreve e publica “valiosos artigos”. Trechos de um deles, de 1911:

No Brasil, como em toda parte, as massas operárias são sangradas e oprimidas pelo grande polvo capitalista [...] por questão social entende-se a desigualdade que divide a humanidade em duas grandes classes inimigas, que lutam, uma para conservar e aumentar os seus privilégios, e a outra para se reapossar das riquezas comuns [...]. (RODRIGUES, 1969b, p. 306-307).

“O ano de 1912 nasce com o despontar de novos baluartes de propaganda operária, veículos de divulgação de suas ideias e de doutrinas ácratas [...]” (RODRIGUES, 1969b, p. 308). O Círculo Operário de Propaganda e Imprensa, de Porto Alegre, lança, com periodicidade mensal, *A Voz do Trabalhador*. Em São Paulo, surgem: *O Proletário*, *O Operário Canteiro* e *O Gráfico*. No Rio de Janeiro, os operários dos Caminhos de Ferro Central do Brasil publicam seu porta-voz, também mensal, *O Progresso*.

Simultaneamente, surgem também novas ligas e associações operárias: a Liga Operária Internacional, em Rio Preto, São Paulo; a Liga Operária Machadense, em Minas Gerais; o Centro Sindicalista da Classe Trabalhadora do Pará, em Belém; a União Operária Têxtil, em São Paulo; a Liga Operária de Cravinhos, em São Paulo; a Liga Operária, em São João da Boa Vista; e o Sindicato dos Pintores, no Rio de Janeiro.

Em 1912, “as greves alastram-se por todo o Brasil” (RODRIGUES, 1969b, p. 310). Em janeiro, greves de sapateiros, têxteis e gráficos, em São Paulo; embora os gráficos e os tecelões tenham sido derrotados, os sapateiros, depois de mais de cinco meses de greve, conquistam uma vitória parcial: aumento salarial de 10% e redução da jornada de trabalho para oito horas e meia. No Rio de Janeiro, “levanta-se o proletariado numa greve pela conquista de uma hora para almoçar [...] alguns patrões cederam à justa reivindicação do trabalhador.” (RODRIGUES, 1969b, p. 309). Em Juiz de Fora, Minas Gerais, “greve geral pelas oito horas de trabalho”. Em Franca (São Paulo), na capital paulista e em Santos, greves de trabalhadores da construção civil. Nesta última cidade, mais uma greve dos trabalhadores das docas, novamente reprimida com violência pela polícia, que efetua prisões e encaminha expulsões do Brasil de operários estrangeiros. A novidade e, segundo Rodrigues, o “ponto alto” desta greve foi a participação de trabalhadores japoneses, que cruzam os braços e se recusam a trabalhar.

Como afirma Edgar Rodrigues, “a questão social vinha se agitando em todo o país e as autoridades, amparadas pela Lei Adolfo Gordo, perseguem, prendem e expulsam muitos operários, pelos crimes de reunião e de fazer greves”. (RODRIGUES, 1969b, p. 310). Entretanto, quanto mais a polícia prende, espanca e deporta operários, “[...] cresce a indignação contra a onda de prisões [...]”. As associações operárias, em São Paulo, em Santos, no Rio de Janeiro, organizam comícios e manifestações públicas, redigem e levam a redações de jornais manifestos protestando contra as violências e arbitrariedades policiais. Até mesmo da tribuna da Câmara alguns deputados denunciam “as barbaridades e os crimes da polícia paulista”. Em suma, em 1912 “[...] as prisões continuavam cheias de trabalhadores em Santos e em São Paulo, mas as greves reivindicativas e de solidariedade continuavam tendo lugar no Brasil como decorrência da questão social [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 311).

O 1º de Maio será comemorado em várias cidades brasileiras com grandes manifestações. Na capital paulista, um comício público, com “grande concentração operária”, no Largo da Conceição; à tarde, um encontro convocado pela Federação Operária de São Paulo para o Salão Celso Garcia, onde foram proferidos discursos sobre o significado do dia, sobre os mártires de Chicago, e onde foram tocados e cantados os hinos revolucionários “Filhos do povo” e “A Internacional”; à noitinha, novas manifestações no Largo de São Francisco.

Em Sorocaba, Jundiaí, Rio Preto e Santos, “o 1º de maio de 1912 decorreu com manifestações em prol da emancipação social e da união indissolúvel da classe operária [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 312).

No Rio de Janeiro, houve protestos contra a polícia e a aprovação de uma reunião para o dia 19, com a participação de vários sindicatos que pressionam as autoridades pela reabertura da Federação Operária, fechada há tempos. A FORJ é reaberta em junho, e promove manifestações públicas contra as “selvagerias” da polícia paulista.

Afirma Edgar Rodrigues: “1912 despontou e com ele enorme renovação nos sindicatos, associações de classe, centros de cultura, onde a voz dos anarquistas se fazia ouvir com entusiasmo [...]”. (RODRIGUES, 1969b, p. 313). Nesse mesmo ano, *A Lanterna* publica um “vibrante artigo” onde José Oiticica se declara anarquista.

No item anterior deste capítulo, caracterizamos o processo de (auto)formação da classe operária e seu contexto histórico no Brasil. O quadro então descrito de superexploração do proletariado urbano se constitui, como afirmamos, num terreno fértil para o florescimento de correntes político-ideológicas que se propõem a organizar e mobilizar esses trabalhadores.

Nas três primeiras décadas da República, 1890-1920, três correntes político-ideológicas se confrontam, em seus esforços para organizar os trabalhadores urbanos, para conduzir o movimento operário e sindical em sua luta por melhores condições de vida e trabalho. Duas delas se propõem não apenas a esse objetivo mais imediato, mas também a construir uma sociedade nova, livre e igualitária, sem classes e sem exploração, sem Estado e sem dominação, a partir da supressão do capitalismo e do Estado burguês. São elas o socialismo libertário ou anarquismo – em especial a vertente anarcossindicalista³⁶ – e o socialismo reformista ou institucional, das quais trataremos um pouco adiante.

A terceira corrente organizatória, o chamado “trabalhismo carioca”³⁷, não questiona teoricamente os fundamentos do capitalismo nem elabora um projeto mais amplo de transformação radical da sociedade burguesa ou de construção de uma sociedade alternativa. Os “trabalhistas” lutam apenas – o que não é pouco – por melhores condições de vida e trabalho, por conquistas econômicas imediatas no interior dos quadros delimitados pelo capitalismo, assumindo tacitamente uma posição de dependência em relação ao Estado e

³⁶ O anarcossindicalismo, partilhando dos pressupostos e princípios gerais do anarquismo, concebe o sindicato não só como instrumento prioritário de luta, mas também como uma espécie de prefiguração da sociedade futura: relações livres entre indivíduos soberanos. O anarcossindicalismo brasileiro é fortemente influenciado pelo sindicalismo revolucionário francês, que, em 1895, transforma a Federation Nationale des Syndicats na poderosa Confédération Générale du Travail. Ver WOODCOCK, George, *Anarquismo: uma história das ideias e movimentos libertários*. Porto Alegre: L&PM, 1983, v. 1, *A ideia*. Porto Alegre: L&PM, 1984, v. 2, *O movimento*. O anarcossindicalismo representa também uma adaptação do anarquismo “puro” à realidade do capitalismo industrial, do universo fabril. Ver o debate entre o anarcossindicalista Pierre Monatte e o anarquista Errico Malatesta, no Congresso de Amsterdã de 1907. Ver também: WOODCOCK, George. (Org.), *Os grandes escritos anarquistas*, op. cit.

³⁷ Ver FAUSTO, Boris, *Trabalho urbano e conflito social*, especialmente o item 1, “O ‘trabalhismo’ carioca”; do capítulo 1, “Correntes organizatórias e seu campo de incidência”. Op. cit.

aceitando o princípio da colaboração de classes. Nesse sentido, essa corrente representa um embrião do trabalhismo “inventado”³⁸ por Vargas, tendência estratégica do sindicalismo brasileiro dos anos trinta / quarenta ao Golpe de 1964.

Na República Velha, seu momento mais expressivo, de maior visibilidade, foi a realização de um congresso operário em 1912: o Congresso Pelego, segundo os anarquistas. Edgar Rodrigues reafirma essa visão, nomeando-o o Quarto Congresso dos Pelegos. Com efeito, o encontro é realizado sob patrocínio do governo federal. Como já afirmamos, o governo Hermes é o mais atípico da Primeira República e o presidente, influenciado pelo positivismo e pelo jacobinismo florianista, ensaia um processo de incorporação tutelar do proletariado ao Estado e à sociedade, visando “atrair e disciplinar os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores” (RODRIGUES, 1969b, p. 319). O positivismo pregava conceder aos operários direitos sociais e direitos civis, mas não direitos políticos. Estes seriam apanágio dos letrados, de uma elite intelectual. O proletariado seria a “base material” da ditadura republicana positivista. O principal articulador do congresso é o deputado Mário Hermes, filho do presidente, que se elegera deputado federal pela Bahia e se autodesignava “representante da classe trabalhadora”. O governo cede, por alguns dias do mês de novembro, às delegações de sindicatos operários de vários estados da federação, o Palácio Monroe, então sede do Senado Federal, onde é realizado o conclave. Rodrigues reproduz o temário do congresso, com seis questões principais e 16 objetivos a serem conquistados. Consultando as resoluções aprovadas pelo Congresso Operário de 1912, constatamos que os “trabalhistas” reafirmam sua postura de rejeitar qualquer teoria sobre os fins da ação da classe operária, encerrando-a num estrito terreno corporativo: nesse plano, reivindicam a jornada de oito horas de trabalho, limitação do trabalho de mulheres e de menores, descanso semanal remunerado, indenização por acidentes de trabalho, melhores condições de higiene e segurança nos locais de trabalho. O congresso aprovou também a fundação da Confederação Brasileira do Trabalho (Partido Político), aclamando como seu presidente de honra o deputado Mário Hermes. O secretário-geral do congresso foi Antonio Augusto Pinto Machado que, ao lado de Mariano Garcia, foi dos mais destacados líderes dessa corrente mais moderada do sindicalismo brasileiro na Primeira República.

De acordo com Edgar Rodrigues: “O movimento operário de então, altamente imbuído de um sindicalismo revolucionário em cujo meio o elemento anarquista predominava, pouca importância deu ao encontro [“encontro bastardo”] dos representantes reformistas e

³⁸ GOMES, Ângela de Castro, *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

sindicalistas do Estado”. (RODRIGUES, 1969b, p. 322). Com efeito, os anarquistas não viam legitimidade alguma num congresso “operário” realizado nas dependências do Senado da República. Imediatamente apelidaram-no de Congresso Pelego e convocaram para o ano seguinte aquele que seria o Segundo Congresso Operário Brasileiro.

De qualquer forma, o “trabalhismo”, embora cedendo terreno progressivamente ao anarquismo a partir do início do século XX, manteve sua influência no sindicalismo do Rio de Janeiro, especialmente entre os trabalhadores empregados pelo Estado – nos arsenais, no porto, nas ferrovias, na fábrica de cartuchos do Realengo. Na então capital federal, diferentemente de São Paulo, já encontramos a figura do Estado-patrão, empregando em suas fábricas e em serviços urbanos milhares de trabalhadores; daí, “trabalhismo carioca”.

Muito distantes dos “trabalhistas” encontravam-se os militantes libertários. Já os socialistas reformistas situavam-se numa posição intermediária, entre o imediatismo corporativista daqueles e a ação direta emancipadora dos anarquistas. No Brasil da Primeira República, segundo Boris Fausto, a “história do socialismo foi a história do pequeno círculo, com escassa penetração nos meios populares”. (FAUSTO, 1976, p. 97). Um pequeno círculo de intelectuais de classe média, de jornalistas, advogados, médicos, professores, que não conseguem com suas ideias mobilizar e organizar setores significativos da classe operária, não conseguem conferir ao socialismo reformista ou democrático apelo popular, não logram transformá-lo num movimento de massas. Vejamos o porquê. Embora o fim último dos socialistas fosse idêntico ao dos anarquistas – a construção de uma sociedade livre e igualitária, sem classes e sem Estado – sua estratégia, seu método de atuação eram radicalmente distintos da ação direta dos libertários. Lutavam os socialistas reformistas por uma transformação gradativa do sistema social existente, mudança que seria obtida basicamente através da ação política e do sufrágio universal, ou seja, através do campo institucional.

Desde a última década do século XIX, um Congresso Socialista é realizado (em 1892), diversos centros, círculos e partidos operários, coletivistas e socialistas são fundados, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo e Santos. Embora quase todos de vida efêmera, representam já o surgimento – no momento em que o capitalismo está se formando no Brasil – de novas propostas políticas, alternativas anticapitalistas. Reconhecendo o caráter reformista, não revolucionário, desses partidos socialistas, Evaristo de Moraes Filho lembra, entretanto, que “tudo que eles reivindicavam fazia-se urgente entre nós, pela melhoria da qualidade de vida do pequeno proletariado que ia surgindo”. (MORAES FILHO, 1981, p. 19). E o que reivindicavam os socialistas? O programa mínimo do Partido Socialista fundado num

outro Congresso em 1902, por exemplo, contém tanto reivindicações específicas para a classe operária – jornada de trabalho de oito horas, proibição do trabalho de menores de 14 anos, limitação do trabalho das mulheres e do serviço noturno, entre outras – quanto reivindicações no plano da reforma das instituições – instrução laica e obrigatória aos menores de 14 anos, divórcio, voto para todos os cidadãos (inclusive mulheres) maiores de 18 anos. Entretanto, embora as propostas socialistas parecessem em princípio mais viáveis que as anarquistas, tiveram insignificante ressonância. “As razões do fracasso encontram-se nas condições objetivas da sociedade brasileira”. (FAUSTO, 1976, p. 102).

Dentre essas condições, a que mais dificultava a viabilização da estratégia gradualista dos socialistas era o próprio caráter do Estado brasileiro na Primeira República: excludente e marginalizador, ao mesmo tempo liberal e oligárquico, antidemocrático e antissocialista, um Estado cujas bases de sustentação política – eminentemente rurais – prescindiam do apoio da então pequena classe operária. Sem dúvida, tentar obter ganhos políticos graduais – e mesmo conquistas econômicas mais imediatas – através de uma atuação que privilegiava o campo da política institucional (parlamentar, eleitoral, partidária) revelou-se, naquele momento, uma estratégia inadequada. Tentar eleger supostos representantes da classe operária ao parlamento num processo eleitoral completamente manipulado e fraudado (incluindo o mecanismo da “degola”), tanto pelos coronéis como por cabos eleitorais urbanos a serviço das oligarquias, não era tarefa das mais fáceis, nem se constituía num apelo que mobilizasse a massa trabalhadora. Ao mesmo tempo, era ilusório acreditar que poucos parlamentares de alguma maneira comprometidos com a causa operária ou com a “questão social” pudessem ter uma intervenção decisiva, eficaz no sentido de conseguir a aprovação de projetos de lei que efetivamente interessassem aos trabalhadores, num congresso controlado por uma ampla maioria de representantes da classe dominante, em suas diversas frações e expressões setoriais e regionais. Dessa forma, as campanhas empreendidas pelos socialistas para a naturalização de estrangeiros, para que eles se tornassem cidadãos brasileiros, adquirindo o direito de voto, eram duramente criticadas e por vezes ironizadas pelos anarquistas. Votar para quê? Para participar de uma farsa? Para legitimar o poder burguês, o Estado opressor?

Em suma, a estratégia gradualista dos socialistas reformistas era esvaziada pela própria natureza do Estado brasileiro à época, seus mecanismos de funcionamento e bases de sustentação política, assim como era também esvaziada pelo próprio peso relativamente diminuto da classe operária no conjunto da sociedade civil. A viabilidade da proposta socialista pressuporia a existência de um Estado aberto às reivindicações populares, sensível

às demandas das classes subalternas. Esse, sem dúvida, não era o caráter do Estado brasileiro na Primeira República, ao menos até os anos 20.

Da disputa entre essas três correntes políticas que se propõem a organizar a classe trabalhadora – disputa que não exclui a possibilidade de atuação conjunta em greves e em outras manifestações reivindicatórias – surge com mais força o anarquismo. Se não podemos afirmar com clareza ou segurança uma hegemonia anarquista no interior do movimento operário do início do século ao início dos anos 20, podemos afirmar que a única corrente organizatória que consegue, a partir de uma perspectiva de autonomia, elaborar propostas com maior apelo para a classe e com maior capacidade de mobilização dos trabalhadores urbanos, é sem dúvida o anarquismo. Em suma, o anarquismo consegue se transformar, ou ao menos, se aproximar do que seria, para os padrões e limites estruturais da época, um movimento de massas urbanas.

Vamos procurar caracterizar, em linhas gerais, o pensamento anarquista e seus fundamentos. As definições e reflexões que se seguem não se opõem, a nosso ver, às definições e reflexões de Edgar Rodrigues sobre o anarquismo e a anarquia, acima citadas e comentadas. Ao contrário, assumem em relação a essas últimas um caráter convergente e complementar.

Segundo George Woodcock,

O anarquismo é um sistema de filosofia social, visando promover mudanças na estrutura da sociedade e, principalmente – pois esse é o elemento comum a todas as formas de anarquismo –, a substituição do Estado autoritário por alguma forma de cooperação não governamental entre indivíduos livres. (WOODCOCK, 1983, p. 11).

Não vamos aprofundar aqui, nos limites desta tese, as diferenças existentes entre as diversas vertentes do anarquismo – o anarquismo individualista, o mutualismo, o anarcocoletivismo, o anarcocomunismo, o anarcossindicalismo, o anarquismo pacifista. Vamos nos limitar, como acima afirmamos, a tentar caracterizar as linhas gerais do pensamento anarquista.

O anarquismo partiria de alguns pressupostos. Em primeiro lugar, o homem é um ser naturalmente social: há uma integração natural entre o indivíduo e a sociedade, assim como entre o homem e a natureza. Em segundo lugar, o homem seria naturalmente bom, tenderia a fazer o bem. Em terceiro lugar, o indivíduo é um ser dotado de razão.

Partindo desses pressupostos, o pensamento anarquista, também herdeiro do iluminismo³⁹, chega a algumas conclusões. A primeira delas é que a autoridade é não só desnecessária para regular as relações entre os indivíduos na sociedade, como é nociva, prejudicial aos interesses dos indivíduos e das comunidades. A segunda conclusão é que os homens, os indivíduos, seriam “naturalmente” ou “instintivamente” anarquistas. A terceira conclusão: a militância só pode e deve ser resultado de uma opção de soberania individual. O indivíduo racional tem condições de compreender – transformando o “sentimento” ou “instinto” em “pensamento” – o processo de exploração capitalista e, a partir desta compreensão, se engajar consciente, espontânea e livremente num processo de luta para transformar radicalmente a sociedade.

Ao mesmo tempo, o individualismo presente no pensamento libertário se desdobra ou se traduz na concepção da ação direta: a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. Os anarquistas não admitem a delegação de poderes, de responsabilidades: consideram votar um ato que trai, simbolicamente e de fato, a liberdade individual. “O sufrágio universal é a contrarrevolução”, afirmou Proudhon. (PROUDHON, 1988, p. 29).

Daí decorrem as diferenças fundamentais entre o anarquismo e formas radicais de democracia. Esta propõe a soberania do povo, o governo popular, enquanto o anarquismo propõe a soberania do indivíduo e a inexistência de qualquer forma de governo. Na sua luta por construir “outra sociedade, outra cidadania” (GOMES, 1988, p. 85), os anarquistas recusam radicalmente a lógica e os pressupostos da política liberal, da democracia representativa, e elaboram uma lógica política alternativa.

Quando afirmam a origem espontânea da revolução social emergindo de uma revolta popular e/ou de uma greve geral, os anarquistas não pensam o povo como uma massa da qual se constituiriam enquanto vanguarda iluminada, mas sim como um conjunto de indivíduos soberanos e conscientes. Ao mesmo tempo, afirmar a história como resultante basicamente da luta dos homens, da vontade dos homens – embora possa implicar uma certa dose de voluntarismo em sua prática – não significa que os anarquistas prescindam da organização. Ao contrário, a questão da organização dos explorados é preocupação constante dos

³⁹ Ver JOLL, James, *Anarquistas e anarquismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977. Especialmente o capítulo I, “Heresia e razão”.

pensadores e militantes anarquistas e está presente de maneira significativa, por exemplo, na imprensa libertária no Brasil.⁴⁰

Com relação à exploração capitalista, e à estrutura mesma da sociedade burguesa, os anarquistas concebem-na como formada basicamente por dois grandes conjuntos, duas grandes categorias, os exploradores e os explorados, não distinguindo no interior desta última classe, frações, setores ou segmentos virtualmente revolucionários (o proletariado fabril) ou supostamente contrarrevolucionários (o “lumpemproletariado”). Em suma, o anarquismo, ao contrário do marxismo, não considera o proletariado enquanto classe universal, supostamente predestinada a cumprir, enquanto vanguarda iluminada (no leninismo, iluminada pelos teóricos do partido bolchevique, detentores do conhecimento “científico”, da teoria correta e, portanto, da verdade), sua “missão histórica imanente”: fazer a revolução, destruir o capitalismo e construir o socialismo. As reflexões, a nosso ver fundamentais, de Cornelius Castoriadis, em seu diálogo crítico com o marxismo, em diversos trabalhos, apontam nesse sentido, aproximando o autor do pensamento anarquista, inclusive pela ênfase na questão da autogestão operária.⁴¹

Por outro lado, a grande maioria dos pensadores e militantes anarquistas privilegiou o momento da destruição da velha sociedade – “a paixão por destruir é também uma paixão criativa” (M. BAKUNIN, 1983, p. 83) – em relação ao momento da construção da sociedade nova. O privilégio à “destruição” (da sociedade burguesa, do Estado capitalista) levou muitos críticos do anarquismo e também o “senso comum” a supervalorizarem a violência como elemento inerente à teoria e à prática anarquistas. Com efeito, a ideologia burguesa sempre procurou associar o anarquismo, inimigo escolhido, ao terrorismo, assim como sempre buscou relacionar anarquia à desordem. Entretanto, nem a violência como método de ação e transformação social é exclusiva do anarquismo, nem é tão presente na prática libertária, e nem mesmo a legitimidade de sua utilização é consensual no interior das várias vertentes do pensamento anarquista.⁴²

Edgar Rodrigues, nosso autor, é um anarquista enfaticamente adepto da não violência, tendo publicado, em 1995, o livro *Diga não à violência*. Há inúmeras passagens ao longo de sua obra explicitando essa posição, embora, em alguns artigos, Rodrigues admita a legitimidade da violência “vinda de baixo” como reação à violência “imposta de cima”: a

⁴⁰ Ver os artigos de MALATESTA, Errico publicados nos números 6 (setembro de 1911) e 7 (outubro de 1911) de *A Guerra Social*, “O princípio da organização” I e II. Ver também do mesmo autor: “O princípio da organização”. In: _____. *Escritos revolucionários*. São Paulo: Imaginário, 2000.

⁴¹ Ver CASTORIADIS, Cornelius, *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁴² Ver THOREAU, Henry, “A desobediência civil”. In: _____. *Desobedecendo a desobediência civil e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Rocco, 1984.

violência dos trabalhadores contra a exploração patronal, associada à repressão estatal. Ou ainda, a violência de atentados cometidos por anarquistas (por vezes em atos individuais) contra monarcas ou figuras que representem/simbolizem o poder do Estado, da Igreja ou do Capital: o “trio maldito”.

Ao mesmo tempo, não construir teoricamente um modelo pronto, acabado e detalhado da nova sociedade, como fizeram os clássicos do socialismo utópico (Fourier, Saint-Simon e Owen), significa também para os anarquistas não cercear o direito das futuras gerações de escolher, a partir dos valores básicos do socialismo libertário, as melhores opções no processo de construção da anarquia. Aliás, essa é uma diferença fundamental entre os anarquistas e os “socialistas utópicos”.

A rejeição a qualquer forma de autoridade, de centralização, de coerção ou de hierarquia, assim como a recusa à delegação de poderes ou responsabilidades conduzem o anarquismo à negação da luta política – entendida a política enquanto política institucional: parlamentar, eleitoral, partidária. O Estado – e em especial o Estado burguês – é necessariamente corrupto e corruptor, e participar de um processo eleitoral significa (além da já citada traição à liberdade individual), de alguma maneira, legitimar o poder burguês. Além disso, uma eventual ação num parlamento controlado pela burguesia seria completamente ineficaz, e nesse sentido o anarquismo recusa e condena não só a ação política em geral, como especificamente o reformismo. Da mesma forma, fundar ou militar num partido operário significaria reproduzir no movimento sindical uma estrutura autoritária, centralizada, coercitiva e hierarquizada, ou seja, reproduzir um modelo burguês que esmaga a liberdade individual, uma estrutura construída a partir de valores que o anarquismo combate e se propõe a superar. Ainda sobre a “luta política”, uma frase-síntese de Malatesta: “Por luta política, entendemos a luta contra o governo”. (MALATESTA, 2000, p. 22).

Recusando a luta política no campo institucional, o anarquismo propõe como estratégias de ação a luta econômica e a luta ideológica, e como táticas ou formas privilegiadas de ação direta: a greve, o boicote, a sabotagem, os comícios e as manifestações públicas diversas. Ênfase especial é dada à greve geral, vista como momento anunciador da vitória da revolução, da agonia do capitalismo, da emancipação da humanidade. Como pensavam e praticavam os libertários a luta econômica e a luta ideológica?

Luta econômica: lutar pela conquista de reivindicações mais imediatas, tais como melhores salários, redução de jornadas de trabalho, melhores condições de vida e de trabalho em geral. A luta econômica não é pensada isoladamente, desvinculada do projeto mais amplo e radical de derrubada do capitalismo, destruição da sociedade burguesa e construção do

socialismo libertário. Ao contrário, ela é parte desse projeto, ela é concebida como uma espécie de exercício (a “ginástica revolucionária”), de preparação – conscientização, mobilização, organização – dos explorados para a vitória final da revolução social.

Luta ideológica: uma intensa e sistemática campanha de denúncia da moral burguesa, dos valores burgueses, da autoridade, do Estado (“síntese dos males da sociedade capitalista”), da religião, do clericalismo, da Igreja aliada do Estado na opressão. Edgar Rodrigues, ao longo de sua obra, cita inúmeras vezes o “Trio Estado – Capital – Igreja” como os inimigos a serem combatidos pelo anarquismo. À moral e à cultura burguesas, o anarquismo contrapõe uma vigorosa e original produção cultural, assim como uma moral libertária, fundada numa ética da pobreza e da solidariedade. Para os anarquistas, o homem deveria viver apenas com recursos suficientes para lhe garantir a satisfação de suas necessidades e, ao mesmo tempo, ter disponibilidade para o cultivo da mente, da sensibilidade, da ciência, disponibilidade para a criação e a fruição da arte.

Com relação à produção cultural (e em particular no Brasil), ela é extremamente rica e bastante diversificada. Os militantes libertários, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas também em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e outros estados, organizam inúmeras festas e festivais operários, escrevem contos, peças, poesias e romances, compõem hinos e canções revolucionárias, fundam diversos grupos de teatro social, assim como várias escolas modernas, livres e racionais, e até mesmo uma efêmera Universidade Popular, no Rio de Janeiro, em 1904, e outra em São Paulo, em 1915. Todas essas manifestações e instituições culturais tinham como principal função a conscientização, a mobilização e a organização dos explorados: forjar ou reforçar consciências revolucionárias, formar um “homem novo”, livre e soberano, através de um discurso didático e objetivo em que a “questão social” é a temática central e a “revolução social”, o fim almejado. Em uma palavra, a arte a serviço da revolução⁴³.

Mesmo recusando a luta política, o anarquismo, sem dúvida, entra fundo no mundo da política, como se pode observar no trecho, já citado, de George Woodcock:

⁴³ Ver sobre a cultura anarquista no Brasil, além de várias obras de Edgar Rodrigues: ADDOR, Carlos Augusto et alii, “Manifestações culturais da classe operária na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)”, Relatório de Pesquisa UFF/ FINEP, 1984. (mimeo.); FAUSTO, Boris. “Anarquismo”. In: _____. *Trabalho urbano e conflito social*. Op. cit.; HARDMAN, Francisco Foot, *Nem pátria nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983; HARDMAN, Francisco F.; PRADO, Antonio Arnoni. (Orgs.). *Contos anarquistas: antologia da prosa libertária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; PRADO, Antonio A. (Org.). *Libertários no Brasil: memórias, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986; RAGO, Margareth, *Do cabaré ao lar: a Utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Os anarquistas sempre repudiaram a ação política, afirmando que a máquina do Estado não deve ser tomada, mas abolida; que a revolução social não deve levar à ditadura de qualquer classe, mesmo do proletariado, mas à abolição de todas as classes. Tal atitude pode em verdade ser descrita como antipolítica, mas, assim como antiutopias tais como o *Admirável Mundo Novo* e *1984* fazem parte da literatura utópica, a antipolítica dos anarquistas faz parte da história política, condicionada pelas próprias instituições contra as quais luta. (WOODCOCK, 1983, p. 27).

Em suma, a conquista da igualdade sem abrir mão da liberdade e da autonomia individual. A busca permanente, a procura incessante de conciliar socialismo e liberdade, eis, a nosso ver, a especificidade e a riqueza do anarquismo, o fascínio da tradição libertária. Não há liberdade no capitalismo, socialismo autoritário não é socialismo. Ou ainda, numa frase-síntese de Bakunin: “socialismo sem liberdade é tirania e opressão; liberdade sem socialismo é privilégio e injustiça”. (BAKUNIN, 1979, p. 48). Socialismo libertário.

No Brasil, assim como em vários países da América Latina, o anarquismo foi, nas duas primeiras décadas do século XX, senão a predominante, uma das mais importantes correntes organizatórias do movimento operário. Quais seriam as razões dessa hegemonia anarquista, ou, ao menos, da força do socialismo libertário?

A explicação tradicional de situações em que o anarquismo exerce influência preponderante sobre um determinado movimento operário enfatiza a associação entre o pensamento libertário e uma estrutura produtiva de base semiartesanal, na qual predominariam pequenas oficinas e onde a grande indústria fabril não teria ainda um papel relevante. A realidade europeia do início do século XX parece confirmar essa associação: o anarquismo exerce influência significativa nos países (ou regiões) do “meio-dia” europeu – Itália, Espanha, Portugal, sul da França –, países (ou regiões) de menor concentração industrial; já as correntes socialistas (marxismo, social-democracia) exercem forte atração nos países de grande indústria – Alemanha, Bélgica, Inglaterra, norte da França.

Com relação ao Brasil, a explicação tradicional da hegemonia anarquista no movimento operário acrescenta um segundo dado: a participação significativa de grandes contingentes de imigrantes europeus no processo de formação da classe operária. Parcelas dessa corrente migratória teriam trazido para as novas terras sua prática de luta sindical, de militância reivindicatória e sua prévia formação política, na qual se destacaria o anarquismo. Sem dúvida, é importante essa presença europeia, bem como a pequena fábrica e a oficina se constituem em campo fértil para a pregação das ideias libertárias. As variáveis são pertinentes, mas devem ser relativizadas. Há milhares de europeus que nada têm de anarquistas, bem como milhares de brasileiros que irão se identificar com a propaganda

libertária e se engajar na militância em sindicatos, jornais, escolas e grupos de teatro anarquistas.⁴⁴ Por outro lado, e complementarmente, a grande indústria não é um campo menos “fértil” para a pregação das ideias libertárias, basta constatar a forte presença anarquista entre trabalhadores da indústria têxtil (paradigma da produção fabril àquela época no Brasil), tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, como ainda, por exemplo, nas grandes fábricas de tecidos em Barcelona.

Um outro elemento, a nosso ver, é crucial para elucidar a questão da forte presença anarquista. Esse fator é o próprio Estado brasileiro e sua relação com o movimento operário. Um Estado que, como já afirmamos, é ao mesmo tempo liberal e oligárquico, excludente e antissocialista. Estado que, por um lado, em nome de uma ortodoxia liberal, não se propõe a intervir de forma normativa regulamentando o mercado de trabalho, deixando os trabalhadores entregues à própria sorte, ou seja, à crueza do capitalismo selvagem; e que, por outro lado, em nome dos mesmos princípios liberais – o “livre direito ao trabalho”, a afirmação da propriedade privada, o “livre exercício da profissão” –, intervém sistematicamente combatendo o movimento operário organizado, reprimindo greves e manifestações, fechando sindicatos e jornais operários, prendendo e deportando lideranças.

Como afirma Boris Fausto: “O Estado oligárquico parecia confirmar em larga medida a teoria anarquista, ao negar o reconhecimento dos mínimos direitos operários, ao optar pela repressão nos momentos de confronto aberto de classes”. (FAUSTO, 1976, p. 69).

Ora, a um Estado que não reconhece o movimento operário organizado e suas entidades sindicais como interlocutores legítimos⁴⁵, o anarquismo responde com sua proposta de recusa da luta política institucional: os libertários também não veem no Estado – e particularmente no Estado brasileiro – um legítimo interlocutor, um canal eficaz para negociar, para encaminhar demandas e reivindicações. É estabelecida uma curiosa simetria, uma relação de recíproca negação, de mútua rejeição entre o Estado republicano e o movimento anarquista.

A constante e veemente denúncia feita pelos libertários sobre o caráter corruptor da política burguesa, sua ênfase na ação direta e na greve geral revolucionária, na luta econômica e na luta ideológica e cultural como estratégias ou caminhos para a vitória final da revolução social, acabam por se constituir em apelos mais fortes, que sensibilizaram de forma mais

⁴⁴ Ver ADDOR, Carlos Augusto, *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, op. cit.; VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Amarelo e negro: matizes do comportamento operário na República Velha*. Tese de mestrado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1981.

⁴⁵ Apesar da promulgação do decreto-lei nº 1.637 (em 1907), que permite a sindicalização dos trabalhadores, nem o Estado nem o patronato reconhecem na prática a legitimidade dos sindicatos operários como entidades que poderiam negociar, em nome de uma categoria profissional, condições de trabalho.

profunda a classe trabalhadora do início do século do que as tímidas e pouco eficazes tentativas socialistas de participar no campo da política institucional.

Além disso, e complementarmente, a dimensão utópico-milenarista⁴⁶ presente no anarquismo, bem como seu arraigado internacionalismo, constituíram-se também em fortes apelos para uma classe operária em cuja composição imigrantes europeus de diversas nacionalidades tinham uma importante participação.

Caracterizadas as principais correntes organizatórias do movimento operário e também as linhas gerais do pensamento anarquista, voltamos ao movimento operário e sindical e à prática libertária no Brasil, no início dos anos dez.

Entre os dias 8 e 13 de setembro de 1913, na sede do Centro Cosmopolita, na cidade do Rio de Janeiro, realizou-se o Segundo Congresso Operário Brasileiro. Não vendo legitimidade e/ou representatividade nos congressos de 1892, 1902 e 1912, só reconhecendo efetivamente como um encontro operário o Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906, os organizadores do conclave de 1913 denominaram-no então Segundo Congresso Operário Brasileiro. Dele participaram duas federações estaduais, cinco federações locais, 52 sindicatos, associações e ligas, e quatro jornais de várias cidades de sete estados da federação brasileira, além do Distrito Federal. O número total de delegados foi de 117 e discutiram-se 24 temas. Em relação às resoluções aprovadas no Congresso de 1906, aquelas aprovadas no Congresso de 1913 têm, ainda mais nitidamente, um conteúdo anarcossindicalista. Como afirma Edgar Rodrigues, “[...] no 2º Congresso Operário Brasileiro a tônica dos debates, a orientação e os fins eram libertários. O Congresso foi encerrado com o hino revolucionário ‘A Internacional’ [...]” (RODRIGUES, 1969b, p. 332).

O teor anarcossindicalista das principais resoluções aprovadas nos mais representativos congressos operários realizados no período, em 1906, em 1913 e também em 1920, é um bom indicador, senão de uma hegemonia anarquista, ao menos da forte presença libertária no movimento operário brasileiro nas duas primeiras décadas do século XX. Esse predomínio dos anarquistas é mais nítido, mais visível em São Paulo do que no Rio de Janeiro, pois na capital federal, como vimos, os “trabalhistas” ou “amarelos” disputavam com os libertários influência junto à classe trabalhadora, e principalmente o controle dos sindicatos operários.

Retomaremos, no próximo capítulo, o Segundo Congresso Operário Brasileiro.

⁴⁶ Ver JOLL, James, “Heresia e razão”. In: _____. *Anarquistas e anarquismo*, op. cit.

**O JOIO E O TRIGO: ANARQUISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO NAS
ÚLTIMAS DÉCADAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1913-1930)**

**“O DESTINO DAS REVOLUÇÕES É SE TRANSFORMAREM NO SEU OPOSTO.
AS REVOLUÇÕES ACABAM SENDO TRAÍDAS, POR UMA RAZÃO MUITO SIMPLES:
POR CAUSA DA RENÚNCIA DOS CIDADÃOS A PARTICIPAREM [...]”**

José Saramago

**“NÃO SOU REPUBLICANO, NÃO SOU SOCIALISTA,
NÃO SOU ANARQUISTA, NÃO SOU NADA: TENHO IMPLICÂNCIAS.”**

Afonso Henriques de Lima Barreto

**“ATRAVÉS DELE [ADELINO TAVARES DE PINHO] PUDE SENTIR A EXTRAORDINÁRIA FIDELIDADE DOS
ANARQUISTAS DAQUELE TEMPO ÀS SUAS CONVICÇÕES; A TENACIDADE COM QUE AS DEFENDIAM PELA VIDA
AFORA, MANTENDO ELEVADA A TEMPERATURA DA PAIXÃO LIBERTÁRIA. E TAMBÉM A RETIDÃO COM QUE
VIVIAM, – HONESTÍSSIMOS, PURITANOS, ACHANDO QUE OS VALORES MORAIS ERAM REQUISITOS DA
REVOLUÇÃO SOCIAL E ABOMINANDO O MAQUIAVELISMO DA VIDA POLÍTICA.”**

Antonio Candido

3.1

Anarquismo e movimento operário: ascenso e visibilidade – do Segundo Congresso Operário Brasileiro à fundação do PCB (1913-1922)

Este item do terceiro capítulo de nossa tese terá como referência básica o livro *Nacionalismo e cultura social*, de Edgar Rodrigues, publicado em 1972, e também organizado a partir de uma sequência cronológica. Rodrigues vai, ao longo da obra, arrolando e comentando os mais importantes eventos e processos do movimento operário e sindical no Brasil, de 1913 a 1922.

O autor abre *Nacionalismo e cultura social* com uma espécie de preâmbulo, “Justificando nossos objetivos”, (p. 9-30). Criticando a carência de obras que tratam de temas sociais, tanto na literatura brasileira como nos estudos de História do Brasil, Edgar Rodrigues começa sua “Introdução” resgatando autores que teriam inaugurado a temática social em seus romances ou ensaios. Cita, dentre outros, Fábio Luz, Curvelo de Mendonça, Rocha Pombo, Domingos Ribeiro Filho, Graça Aranha, Ferreira de Castro, Ranulpho Prata, Tito Batini, Lauro Palhano, Silvério Fontes e seu filho Martins Fontes, Ricardo Gonçalves, Aníbal Vaz de Melo¹ e Maria Lacerda de Moura.

Em seguida, Rodrigues critica alguns autores que publicaram obras sobre a História do Brasil, nas quais não teriam dado o devido destaque à contribuição anarquista, autores como Abguar Bastos, Cruz Costa, Edgard Carone e os marxistas Werneck Sodré, Otávio Brandão (ex-anarquista) e Leôncio Basbaum. Sobre a *História sincera da República*, deste último

¹ MELO, Aníbal Vaz de, publica um livro no qual exalta o anarquismo, comparando-o à doutrina e às “rebeldias” do Cristo: *Cristo, o maior dos anarquistas*. 3ª ed. São Paulo: Piratini, 1956.

autor, afirma Edgar Rodrigues: “É uma ‘estória’ que pouco tem de ‘sincera!’”. (RODRIGUES, 1972, p. 20).

Enfatizando sempre a crítica ao Estado, e procurando enaltecer a história do povo trabalhador, Rodrigues chega a citar Luís de Camões: “Leis em favor do Rei se estabelecem, as em favor do Povo só perecem!”. (RODRIGUES, 1972, p. 21). O autor encerra sua “Introdução” reproduzindo um decálogo anarquista escrito por Eugen Relgis, no qual despontam os principais valores ácratas: humanismo, autonomia individual, crença no progresso e na evolução civilizadora, pacifismo, harmonia, internacionalismo, amor, solidariedade, igualdade, liberdade. (RODRIGUES, 1972, p. 23-30). Antes do decálogo, Edgar Rodrigues tinha explicitado a finalidade da publicação de *Nacionalismo e cultura social*: “Nossos objetivos são humildes e modestos, nós pretendemos contribuir apenas para uma história que ainda não consta dos compêndios escolares, a dos trabalhadores, a dos precursores, dos pioneiros da Cultura Proletária”. (RODRIGUES, 1972, p. 20). Este é, a nosso ver, um dos objetivos centrais de toda sua obra, e os “precursores da cultura proletária” são, sem sombra de dúvida, os anarquistas.

O primeiro dos 50 capítulos de *Nacionalismo e cultura social* trata dos “Reflexos do Segundo Congresso Operário”. Afirma Edgar Rodrigues: “As resoluções do Segundo Congresso atingiram em cheio os meios proletários. A tônica imprimida foi radical e direta, sensibilizando a massa operária. Destacaram-se na orientação dos trabalhos dois militantes ativíssimos: João Gonçalves e Astrojildo Pereira [...]”. (RODRIGUES, 1972, p. 31). Já afirmamos, no capítulo anterior, o teor anarcossindicalista da maior parte das resoluções aprovadas no congresso, realizado no mês de setembro.

Ao longo do ano de 1913, antes da realização do Segundo Congresso, a imprensa diária, os “jornais burgueses”, começavam a abrir-se, a mostrar-se “permeáveis ao noticiário sindical e a abrigar em suas páginas a colaboração independente de inúmeros intelectuais, escritores e jornalistas libertários”. Dentre esses, destacou-se o engenheiro Orlando Correia Lopes que, num artigo publicado no jornal *A Época*, em janeiro desse ano, “acusa elementos do governo Hermes da Fonseca da prática de toda a sorte de atentados contra os direitos e as liberdades dos explorados”. (RODRIGUES, 1972, p. 32-33). Nesse artigo, Correia Lopes critica ainda a construção no bairro de Marechal Hermes, “sem concorrência”, de vilas operárias, cujas casas foram em sua maioria habitadas, segundo Rodrigues, não por trabalhadores, mas por militares. Comentamos anteriormente o ensaio hermista de incorporação tutelar do proletariado ao Estado. Ainda em janeiro, a Liga Anticlerical do Rio de Janeiro filia-se à Federação Internacional do Livre-Pensamento.

O 1º de Maio de 1913 foi marcado por “grandes manifestações” no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Na capital federal, a Federação Operária promoveu “concorrido comício” no Largo de São Francisco, no qual os oradores (dentre eles, João Gonçalves e Orlando Correia Lopes) abordaram três temas principais: a lembrança dos “mártires de Chicago”, cuja execução simboliza os “crimes da burguesia”; o apelo aos trabalhadores para que venham engrossar suas associações de classe; e os protestos contra a lei de expulsão de estrangeiros, a Lei Adolfo Gordo. No Estado do Rio, houve manifestações públicas organizadas por Ligas Operárias em Niterói e em Petrópolis; em Minas Gerais, manifestações organizadas por sindicatos de Belo Horizonte, Juiz de Fora e São João del-Rei. No estado de São Paulo, na capital e em Santos, reuniões em sedes de sindicatos, seguidas de passeatas, manifestações e comícios públicos, das quais participaram mais de dez mil pessoas, encerradas “ao som de hinos revolucionários”. (RODRIGUES, 1972, p. 38).

Antes e depois do Segundo Congresso Operário, o proletariado desenvolve, nesse ano de 1913, intensa luta contra a Lei Adolfo Gordo, que vinha sendo aplicada desde 1904, resultando em inúmeras deportações. A Confederação Operária Brasileira envia delegações a Portugal, à Espanha e à Itália, “a fim de levar informações das atrocidades de que estavam sendo vítimas os trabalhadores daqueles países que haviam emigrado para o Brasil”. Comícios de protesto foram realizados na capital federal, na capital paulista e em Campinas, Ribeirão Preto, Jundiaí, Rio Claro e Santos. Nesta última cidade, “o comício foi dissolvido pelas autoridades, que prenderam alguns dos oradores”. (RODRIGUES, 1972, p. 39-40).

São fundadas, em 1913, a Liga Operária Varginhense, no sul de Minas, e a Federação Operária de Pelotas, Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, é fundada a União Operária Internacional, e o Grupo dos Homens Livres publica *A Luta*. Nesta cidade, funciona, em 1913 e 1914, a Escola Eliseu Réclus, inspirada na pedagogia libertária. E no Rio de Janeiro, o professor Pedro Matera dirige a Escola Livre 1º de Maio, em Vila Isabel, e publica o jornal *Liberdade*, que circula até 1914.

Ainda nesse ano, é posto em liberdade João Cândido, líder da revolta dos marinheiros contra a chibata, que recebe o apreço e a solidariedade de sindicatos e jornais operários.

Diante de rumores de guerra e de efetivas articulações belicistas em curso na Europa, ao longo do ano de 1913, anarquistas e socialistas reagem, nesse continente e também no Brasil. Na cidade do Porto, em Portugal, o almanaque anarquista *Aurora* lança seu grito antiguerreiro: “A guerra – Ó dor! Ó vergonha! Ver humanos seres, irmãos nossos, travarem luta com a sua própria espécie, como animais sanguinários, para se degolarem

reciprocamente, armados por homens que ficam atrás, ao largo, a rirem-se: os que ordenam a guerra!”. (RODRIGUES, 1972, p. 48). Ainda na Europa, e no campo libertário, um significativo grupo de anarquistas, dentre os quais Errico Malatesta e Emma Goldman, assina um manifesto de repúdio total à guerra.

No Brasil, o movimento libertário de São Paulo imprime e põe em circulação cartões-postais com a expressão: “Papai, não vás à guerra”. (RODRIGUES, 1972, p. 48). No Segundo Congresso Operário Brasileiro, o proletariado do Brasil, por influência dos libertários, já havia aprovado uma moção pacifista:

Considerando que as guerras, com todos os seus horrores, são a sequência lógica das ambições burguesas em detrimento exclusivo da classe trabalhadora, que é a única que vai derramar o seu sangue na defesa de sinistros interesses que não lhe pertencem, o Congresso aconselha ao proletariado do Brasil para, em caso de guerra externa, declarar-se em greve geral revolucionária. (RODRIGUES, 1972, p. 52).

A Confederação Operária Brasileira lança um manifesto aos anarquistas, socialistas e sindicalistas e às organizações operárias do mundo, convocando-os para um Congresso Internacional da Paz, a realizar-se no Rio de Janeiro em 1915. O manifesto defende o princípio de “transformação da guerra externa imperialista em guerra interna revolucionária”. (RODRIGUES, 1972, p. 52). Também o jornal libertário *La Propaganda*, editado em São Paulo em língua italiana, conclama os ácratas e pacifistas a combater a guerra, a “declarar guerra à guerra”.

Segundo Edgar Rodrigues, “o anarquista é partidário da revolução social [...] mas contrário a participar de guerras nascidas sempre de interesses de uns poucos em prejuízo de muitos”. (RODRIGUES, 1972, p. 52). Também Fábio Luz opõe a greve geral à guerra, que condena com veemência num de seus livros:

[...] A guerra é uma monstruosidade sem nome, cujo anacronismo é doloroso como úlcera que infecciona o organismo inteiro [...]. Hoje a guerra, que é puramente comercial e de expansão, em que se pretende, exterminando povos inteiros, propagar a civilização ocidental e má, hoje a guerra é uma perversão moral [...]. (LUZ apud RODRIGUES, 1972, p. 53).

Rodrigues cita também um lema, que circula entre anarquistas e socialistas, principalmente na Europa, dirigido às mães e aos pais: “Não mandes teus filhos à guerra”. (RODRIGUES, 1972, p. 54).

“A partir de 1910, a situação era de euforia revolucionária. O movimento operário, anarquista, sindicalista e socialista estava em franco desenvolvimento na Europa e em alguns

países da América, e parecia iminente a grande transformação social”². (LUZ apud RODRIGUES, 1972, p. 57).

Segundo Rodrigues, a guerra de 1914-1918 teria sido desencadeada com o firme propósito de impedir a revolução social.

Ao longo do ano de 1914, novas publicações e associações operárias e anarquistas vão surgindo. Ao raiar o ano, no Rio de Janeiro o Centro Cosmopolita, que agregava trabalhadores em hotéis, bares, restaurantes e cafés, lança *O Cosmopolita*. Também na capital federal, surge a importante revista libertária *A Vida*, tendo como redatores José Oiticica e Francisco Viotti, então estudante de medicina. Em Pelotas, Rio Grande do Sul, organiza-se o Centro de Estudos Sociais, que funcionava na sede da Liga Operária local. Em Porto Alegre, militantes fundam a Liga Antimilitarista, que desenvolve uma propaganda pacifista e anarquista. Nesta mesma cidade, os libertários da Escola Eliseu Réclus promovem palestras e o poeta e jornalista Marcelo Gama publica o drama antimilitarista *O Avatar*.

Em fevereiro, uma greve dos trabalhadores da Fábrica de Tecidos Juta, em São Paulo, contra o atraso de dois meses no pagamento dos salários, “termina pacificamente”. Vai se agravando a carestia de vida, em parte decorrente, a partir de agosto, de efeitos econômicos da Primeira Guerra Mundial.

A partir de março, militantes anarquistas e sindicatos operários começam a organizar comícios contra a carestia de vida, dando início a uma grande campanha que se estenderá até o fim da guerra. Em abril, eclode em Belém do Pará uma “greve geral”, reivindicando aumentos salariais e a conquista da jornada de oito horas. Apesar da violência da repressão policial, a greve foi parcialmente vitoriosa. No mesmo mês, em São Paulo os trabalhadores em restaurantes, bares, cafés, confeitarias e anexos, fundam sua associação de classe, A Internacional. Ainda em abril, em Santos, os militantes anarquistas Antonio Vieytes e Manoel Gonçalves são presos na sede da Federação Operária local e, pela segunda vez, expulsos do Brasil, embarcando no navio *Tommaso di Savoia*, rumo à Europa.

O 1º de Maio de 1914 foi comemorado com comícios ou tentativas de comícios públicos e incidentes, resultantes da repressão policial. Em Belo Horizonte, o Centro Operário Sindical promoveu importante comício. Em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, um comício convocado pela Confederação Operária Brasileira foi dissolvido pela polícia, que prendeu José Elias da Silva, delegado da COB. Na capital federal, uma tentativa de comício público no

² Essa mesma expressão “euforia revolucionária” eu utilizei em meu livro *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro* para caracterizar a conjuntura de final dos anos dez, no Brasil e no mundo, fortemente influenciada pela Revolução Russa.

Largo de São Francisco é impedida pela intervenção policial: conflito generalizado, prisões em massa e operários feridos. Em São Paulo, em recintos fechados realizaram-se palestras libertárias, e a Federação Operária conseguiu promover um grande comício na Praça da Sé, onde oradores falaram sobre os ‘mártires de Chicago’, mas também sobre o custo de vida, o desemprego e a violência das autoridades. Em Santos, a Federação Operária local distribuiu manifesto convocando os trabalhadores para uma “grande manifestação popular”, que deveria percorrer “diversas ruas da cidade”. Seguem trechos do manifesto:

Trabalhadores! O dia 1º de maio é uma data sangrenta que relembra todo o martirólogo humano, perpetrado pela classe capitalista, contra o proletariado universal [...]. Avante, proletários! A revolta é a nobreza do escravo! A rebeldia é a luta, é a vida, é a transformação de tudo quanto existe no universo! Avante! [...] Todos ao comício! Viva o 1º de Maio! Viva o proletariado universal! (RODRIGUES, 1972, p. 61-62).

No contexto da acima mencionada campanha contra a carestia de vida e contra a guerra, os trabalhadores organizam, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, Comitês Proletários de Defesa Popular. Em São Paulo, o comitê promove um comício na Praça da Sé, no dia 2 de agosto, protestando contra a guerra recém-declarada. A polícia intervém, mas os manifestantes conseguem percorrer diversas ruas da cidade, proclamando a “paz entre os homens, abaixo a guerra, paz entre nós, guerra aos senhores, fraternidade entre os povos, abaixo o capitalismo e o imperialismo”. Em setembro, comícios-relâmpago são realizados em bairros operários, como Braz, Mooca, Belenzinho, Bom Retiro, Lapa. “A cavalaria intervém espaldeirando os manifestantes e prendendo alguns deles”. (RODRIGUES, 1972, p. 65). Em Santos, em agosto, “conhecidos agitadores”, entre os quais Manuel Perdigão, acusados pelas Companhias Docas e City, vão a julgamento. No tribunal, defendidos com “brilho profissional” pelo advogado anarquista Benjamin Mota, são absolvidos.

Em Minas Gerais, floresce o movimento operário. Em julho é fundada a Liga Operária de Poços de Caldas, e em agosto a Liga Operária de Uberlândia, que adere à COB. Em Belém do Pará, em maio, autoridades locais invadem a União dos Trabalhadores Gráficos e prendem vários “perigosos agitadores”, enviados a prisões do Rio de Janeiro.

Na capital federal:

[...] o Comitê Proletário de Defesa Popular promove um comício monstro, no dia 15 de agosto, no Largo de São Francisco, e noutras localidades simultaneamente, de protesto contra o desemprego e contra o aumento do custo de vida. A multidão, ao final, enfurecida, assalta os armazéns e trapiches, tendo a polícia sido impotente para contê-la. (RODRIGUES, 1972, p. 65).

Ainda em 1914, realizou-se em São Paulo, entre junho e julho, o Encontro de Agrupações Anarquistas do Brasil. O encontro libertário tinha dois principais objetivos: aprovar o envio de um delegado brasileiro a um congresso anarquista que aconteceria em Londres, mas não se realizou em função da guerra; e criar a Comissão de Relações dos Grupos Anarquistas, que funcionou, promovendo a interligação dos vários grupos libertários espalhados pelo Brasil.

Em julho de 1914, militantes anarquistas de Pelotas criam o Grupo Iconoclasta, que irá desenvolver vasta propaganda libertária. Na mesma cidade, em agosto, é inaugurado o Ateneu Sindicalista Pelotense, baseado na concepção anarquista do sindicalismo; e, em setembro, é formado o Grupo de Teatro Social Primeiro de Maio, que funcionará no salão central da Casa dos Trabalhadores (edifício próprio da Liga Operária). Em novembro, são aprovados os estatutos da Liga Operária União de Classes Várias, cujos fins são “a greve, a sabotagem, o boicote, até à completa emancipação social”. A Liga se filia à Federação Operária do Rio Grande do Sul e à Confederação Operária Brasileira. Em Porto Alegre, onde já atuava a Escola Eliseu Réclus, é fundado, nesse ano de 1914, o Grêmio de Estudos Sociais.

Ao terminar o ano, tecelões e ferroviários de Sorocaba entram em greve, contra a redução de salários e de dias de trabalho. Em São Paulo, também no fim do ano, diversos Sindicatos Operários agrupam-se numa União Geral de Trabalhadores, com o objetivo de combater mais eficazmente a exploração capitalista. Nesta capital, é fundado um centro libertário que agrega principalmente trabalhadores de origem alemã, e que iria desenvolver uma valiosa atividade de propaganda dos ideais ácratas.

No Rio de Janeiro, ainda em 1914, surge o periódico *A Rebelião*, semanário social anarquista, escrito por e para trabalhadores, que “desenvolveu, no seu curto período de vida, vasta propaganda libertária”. (RODRIGUES, 1972, p. 72).

De acordo com Edgar Rodrigues, em 1914, “o que mais agitou a classe operária foi a prisão e expulsão do militante Manuel Campos”. Nascido na Espanha, mas residindo no Brasil já por 18 anos, tendo aqui chegado com 4 anos de idade, Manuel Campos é preso em setembro de 1913, na cidade de Santos: “[...] seu crime era o de ter ideias libertárias e ter participado de um comício contra a guerra [...]”. (RODRIGUES, 1972, p. 73). “Elemento querido entre os trabalhadores, militante libertário de valor”, sua detenção, segundo moção aprovada pela Confederação Operária Brasileira, foi “injustificável, imoral, absurda, ignominiosa, prepotente, despótica e tirânica”, e a proposta de deportação do território nacional, baseada em pretexto “insustentável e indecentíssimo”. (RODRIGUES, 1972, p. 75-76). Comícios de protesto foram realizados no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Recife e em

Porto Alegre. No entanto, apesar de toda a mobilização, no dia 11 de novembro Manuel Campos é deportado para a Europa. Mas, segundo Rodrigues, “não tardou a voltar ao Brasil, onde viveu ativamente até os últimos dias da sua existência”. (RODRIGUES, 1972, p. 76).

Nesse ano de 1914, é fundado no Rio de Janeiro o Grupo Dramático Social, que estreia no Centro Galego, onde serão encenadas as peças *Famintos*, *Pecados* e *Maio*, de Santos Barbosa, e *O fuzilamento de Ferrer* e *A grande data*, de Carlos Dias. Segundo Edgar Rodrigues: “O teatro social, cultivado pelo proletariado, alcançou grandes objetivos. Foi o mais poderoso veículo para instruir, educar, formar mentalidades humanistas [...]”. (RODRIGUES, 1972, p. 81).

Em fins de 1914, é fundada em Recife, Pernambuco, com a participação da Confederação Operária Brasileira, na pessoa de seu delegado José Elias da Silva, a Federação Operária local, com sede na Rua das Águas Verdes, bairro de São José. Na federação pernambucana vieram a militar Antonio Bernardo Canellas, Antonio Cruz, Felipe Fagundes e Joaquim Pimenta.

Ao longo dos anos de 1914 e 1915, surgem novos jornais e revistas libertárias. Em Maceió, *O Debate*; em São Paulo, *O Combate*, com o subtítulo: “Independência, verdade e justiça”. Ambos porta-vozes do proletariado, com excelentes serviços prestados à causa do trabalhador. No Rio de Janeiro, Orlando Correia Lopes, diretor da Escola Profissional Visconde de Mauá, publica *Na Barricada*: órgão de crítica social e combate, “baluarte libertário e antiguerreiro”, cujo primeiro número surge no dia 15 de março de 1915, trazendo na primeira página o lema: “Quem vai a uma barricada, precisa levar, além de uma espingarda na mão, uma ideia no cérebro”. (RODRIGUES, 1972, p. 85-96).

Na revista *Careta*, também na capital federal, destaca-se com suas crônicas o diretor do periódico, o libertário Domingos Ribeiro Filho. Como afirma Rodrigues, “Domingos Ribeiro Filho e Lima Barreto foram alguns dos intelectuais que, no começo do século, usaram as suas penas e inteligências em defesa do proletariado e do anarquismo”.³ (RODRIGUES, 1972, p. 86). Além disso, de uma afinidade ideológica, por algum tempo trabalharam juntos na Secretaria de Guerra, foram amigos e companheiros de boemia e de rodas literárias nos cafés e livrarias da rua do Ouvidor.

Ao longo do ano de 1915, o proletariado no Brasil continua sua campanha contra a guerra, organizando e conclamando o povo a participar de manifestações e comícios públicos contra a Primeira Guerra Mundial.

³ Sobre Lima Barreto, além dos 17 volumes de sua Obra Completa, ver BARBOSA, Francisco de Assis, *A vida de Lima Barreto* e SEVCENKO, Nicolau, *Literatura como missão*. Op. cit.

No Rio de Janeiro, nasce a Comissão de Agitação Contra a Guerra, utilizando para seus trabalhos a sede da Federação Operária, na rua dos Andradas, 87, antigo Largo do Capim; e em São Paulo, a Comissão Internacional Contra a Guerra. As duas atuam coordenadas com as federações operárias locais e com a Confederação Operária Brasileira. Ambas organizam comícios antibelicistas para o dia 1º de maio. Na capital da República, é realizado no Largo de São Francisco um “comício monstro”, ao qual “compareceu imensa massa humana de povo trabalhador, todos os amantes da paz” [sic], e “não faltou a mulher brasileira”; nele discursaram Orlando Correia Lopes e José Elias da Silva, entre diversos oradores. É lido em praça pública um manifesto de repúdio e “formal condenação” à guerra, de apoio à paz e à fraternidade universal, assinado pela Confederação Operária Brasileira, pela Federação Operária do Rio de Janeiro, por diversos sindicatos operários e organizações anarquistas ali presentes, bem como por jornais e revistas libertárias, como *Na Barricada*, *A Vida* e o recém-fundado *O Debate*. Segundo Edgar Rodrigues: “Era o grande grito pacifista dos libertários do Brasil, que ninguém quis ouvir, principalmente os governantes”. (RODRIGUES, 1972, p. 89).

Na capital paulista, a manifestação pública organizada pela Comissão Contra a Guerra e pela Federação Operária local foi na Praça da Sé, um “memorável comício” ao qual compareceram inúmeras associações operárias do estado de São Paulo, e no qual foram oradores, entre outros, Edgard Leuenroth, A. Nalepinsky e José Romero. Ao final, a “imensa massa humana saiu da Praça da Sé e percorreu, em cortejo, várias ruas da cidade, dando vivas à fraternidade universal e gritando abaixo a guerra!” (RODRIGUES, 1972, p. 90).

Segundo Rodrigues: “O proletariado do Brasil conseguiu galvanizar um movimento de opinião, de norte a sul e de leste a oeste, em favor da fraternidade universal”. (RODRIGUES, 1972, p. 91). O movimento pacifista europeu tenta convocar um Congresso Internacional Contra a Guerra, que deveria se realizar em abril e maio de 1915, na cidade de Ferrol, na Espanha; proibido pelo governo espanhol, transformou-se numa reunião clandestina, com a presença de delegados de vários países europeus, que aprovou, sem maiores consequências, deliberações pacifistas. Um delegado brasileiro que participaria do encontro foi preso pela polícia portuguesa.

Em 1915, outras capitais estaduais se incorporam às celebrações do 1º de maio, já tradicionais no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em Maceió, o primeiro número do periódico libertário *O Rebate* exalta os mártires de Chicago. Em Manaus, o jornal *A Luta Social* também homenageia os mártires de Chicago e prega a “emancipação do proletariado”: “[...] também aqui, neste colossal Amazonas, surgiu e frutificará a árvore grandiosa da Anarquia, que há de

albergar a humanidade com a mesma sombra, porque todos somos iguais em direitos [...]”. (RODRIGUES, 1972, p. 101-102).

Em julho de 1915, militantes anarquistas convocam, através da revista *Na Barricada*, e realizam no Largo de São Francisco, no centro do Rio, um comício de protesto contra prisões de operários e expulsões de trabalhadores estrangeiros.

Em outubro desse ano, dos dias 14 a 16, foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, o Congresso Internacional da Paz, organizado pela Confederação Operária Brasileira, com a participação de várias federações operárias e sindicatos de trabalhadores. Além de delegações sindicais de diversos estados brasileiros, estiveram presentes ao congresso delegações da Argentina, de Portugal e da Espanha. A primeira sessão foi aberta por Antonio Vieytes, membro da comissão organizadora do congresso. Foram escolhidos Orlando Correia Lopes para presidente, e Astrojildo Pereira e Santos Barbosa como secretários do congresso. Ao longo de três dias de debates, diversos temas foram discutidos e várias moções aprovadas. Dentre essas: a proposta de realização de um Congresso Internacional Sul-Americano, a fim de constituir a Confederação Operária Sul-Americana; uma moção contra o nacionalismo, contra o militarismo e o serviço militar obrigatório; outra a favor da educação das classes proletárias e do ensino racionalista; uma moção pela reorganização da seção sul-americana da Internacional de trabalhadores; e uma moção contra a intervenção estrangeira no México.

Finalmente, os congressistas aprovam uma Moção de Protesto Contra a Guerra. Seguem-se trechos:

Considerando que a guerra é o maior crime de lesa-humanidade [...] o aniquilamento da melhor das espécies [...] que o regime que suportamos encontra-se fora das leis naturais [...] o povo, reunido em comício público internacional, resolve: 1º) protestar contra a guerra, contra a militarização da infância e da juventude [...]; 4º) [...] a consecução de uma revolução de caráter social [...] a hora da liberdade e da civilização universal. Abaixo a guerra! Viva a solidariedade dos trabalhadores de todo o mundo! Viva a revolução social! (RODRIGUES, 1972, p. 112-113).

Ainda em outubro de 1915, logo após o encerramento do Congresso da Paz, militantes libertários promoveram, também no Rio de Janeiro, o Congresso Anarquista Sul-Americano, que aconteceu na sede da Confederação Operária Brasileira, na Praça Tiradentes, nº 71, nos dias 18 a 20 desse mês. A comissão organizadora do congresso foi formada por José Elias da Silva, José Henrique Netto e Orlando Correia Lopes, e o encontro, também apoiado por Astrojildo Pereira, tinha como objetivo básico “firmar acordos, estreitar laços de amizade e ajustar pontos ideológicos que permitissem uma ação conjunta na América do Sul contra a guerra [...], galvanizar as forças libertárias no continente, formando um elo inquebrantável”.

(RODRIGUES, 1972, p. 114). Além de representações de vários estados brasileiros, participaram do congresso delegados da Argentina e do Uruguai. As teses e moções aprovadas foram as seguintes: divulgação do verdadeiro significado do 1º de maio; desenvolvimento e aperfeiçoamento da imprensa anarquista; contra as leis de exceção; contra a guerra e o militarismo; revigoramento de uma ação conjunta em prol da paz. O congresso, segundo Edgar Rodrigues, embora não tenha alcançado o êxito previsto por seus organizadores, “produziu seus frutos [...]: afirmação de princípios e aferição de forças da família ácrata na América do Sul [...] [e também a afirmação do] princípio humanista sem fronteiras convencionais”. (RODRIGUES, 1972, p. 117-118).

Comentamos acima, no capítulo anterior, o debate travado, no âmbito do Congresso Anarquista de Amsterdã, em 1907, entre Errico Malatesta, que defende o anarquismo “puro”, e Pierre Monatte, defensor do anarcossindicalismo. O debate repercute no Brasil. Em setembro de 1916, José Elias da Silva, Manuel Campos e Antonio Moutinho escrevem e publicam o folheto “O Anarquismo perante a organização sindical”, assinado também por Pedro Matera e mais quinze militantes ácratas. Em resumo, o folheto critica o sindicalismo e prega que os libertários devem concentrar sua militância na “propaganda anárquica”, na luta “em prol do ideal – a Anarquia”. (RODRIGUES, 1972, p. 126). A crítica ao sindicalismo tem uma dimensão mais teórica, doutrinária: “[...] Porque não aceitamos o sindicalismo [...], julgamos que o sindicalismo sem a intervenção dos anarquistas será uma fórmula puramente conservadora [...] nós, os anarquistas, temos a declarar que não podemos ser sindicalistas [...]”. (RODRIGUES, 1972, p. 124-125). Os autores do folheto elaboram também uma crítica mais específica à ação sindical dos trabalhadores no Brasil, que teriam uma “mentalidade infantil” e “seu cérebro embrutecido”. A exceção a esse quadro seriam os “operários de Santos, onde os anarquistas conseguiram dar [ao movimento] um caráter revolucionário [...]”. (RODRIGUES, 1972, p. 123-124).

Os autores e signatários do manifesto abandonam a propaganda sindicalista e deixam de fazer parte do Sindicato Operário de Ofícios Vários e também da Federação Operária do Rio de Janeiro, caracterizada como uma “ficção sindicalista”. (RODRIGUES, 1972, p. 126). Para Boris Fausto: “Os autores do texto demonstram uma grande decepção com os magros resultados da atividade organizatória, com a distância entre o discurso dirigido à emancipação final e a dificuldade da luta quotidiana”⁴. (FAUSTO, 1976, p. 79). Essa será uma questão

⁴ Sobre a questão das relações entre anarquismo, anarcossindicalismo e sindicalismo revolucionário, ver também TOLEDO, Edilene, *Travessias revolucionárias*. Campinas: Unicamp, 2004.

crucial para a militância anarcossindicalista no Brasil, ao longo de toda a Primeira República, e essa distância diminuirá ou aumentará a cada conjuntura.

Ao longo do ano de 1916, prossegue a carestia, o “aumento galopante do custo de vida” não acompanhado por reajustes salariais para os trabalhadores. O operariado reage a esse quadro. Em fevereiro, a União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo realiza na Praça da Sé um “imponente comício”, no qual se aprova “por aclamação da grande multidão ali presente um memorial a ser enviado ao governo, reclamando medidas imediatas não só contra os aumentos dos gêneros de primeira necessidade, mas também contra os salários de fome que então se pagava aos trabalhadores em geral [...]”. (RODRIGUES, 1972, p. 129).

O Estado e seu braço repressivo-policial também reagem às reivindicações operárias. No Rio de Janeiro, em março, autoridades do governo invadem a sede da Confederação Operária Brasileira, quebram móveis, destroem a biblioteca da central operária e prendem alguns dirigentes. Ao mesmo tempo, os trabalhadores da “Barcelona brasileira” vão aos poucos se recuperando das deportações de 1912 e das prisões de 1914. Uma das primeiras associações a se reorganizar foi o Sindicato da Construção Civil de Santos que, apesar da proibição, promove um comício contra a guerra. Na capital federal, falece em julho o “notável orador sindicalista-revolucionário” Leal Júnior. Seu enterro foi um verdadeiro comício, no qual se fizeram representar associações operárias da Guanabara e de Niterói. (RODRIGUES, 1972, p. 128-130).

É nesse contexto da carestia, de aumento substancial do custo de vida, que os governantes acabam por criar no Brasil as feiras livres, a partir da pressão organizada do movimento operário, com a importante participação de militantes libertários, através de comícios públicos e manifestações várias. Criticando a “esmola” da distribuição de sopas populares, iniciativa governamental para amenizar a fome das famílias operárias, os trabalhadores pressionam os governos, inclusive através de saques a armazéns. Segundo Edgar Rodrigues, “[...] o militante libertário volta aos comícios e [...] força os governantes a criarem as feiras livres [...] que venderiam diretamente do produtor ao consumidor, sem intermediários e sem impostos de qualquer espécie [...]”, o que permitiria a redução dos preços dos gêneros de primeira necessidade. (RODRIGUES, 1972, p. 132).

A organização e a mobilização dos trabalhadores urbanos, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, segue crescendo e o ano de 1917 abre a conjuntura, que se estenderá até 1920-1921, de maior ascenso do movimento operário e sindical na Primeira República brasileira, que reflete no plano internacional a vitória da Revolução Russa e seu ineditismo: pela primeira vez na história da humanidade, vai se consolidando uma revolução que se

reivindica socialista, feita em nome do proletariado. Em decorrência, vão crescendo, em escala internacional, a mobilização e a organização dos trabalhadores nos anos iniciais do pós-Primeira Guerra Mundial. No mundo do trabalho organizado, cada vez mais se acredita que o capitalismo estaria com seus dias contados, e que a Revolução Soviética, “primeiro elo” de um processo mundial, rapidamente se propagaria por todos os países e continentes – vai se estabelecendo um clima de verdadeira “euforia revolucionária”.

Neste primeiro momento, final dos anos dez, o movimento anarquista também crê na agonia do capitalismo e vê na Revolução Russa uma dimensão libertária – a concretização da tão almejada “Revolução Social”⁵, que iria retomar, aprofundar e completar o processo iniciado pela “Revolução Política” na França de fins do século XVIII, e aprofundado tragicamente pela experiência da Comuna de Paris, em 1871⁶: a emancipação da humanidade do jugo de todo e qualquer autoritarismo. Liberdade, Igualdade e Fraternidade: o socialismo libertário se considera uma atualização e um aprofundamento da Revolução Francesa.

No Brasil, entre 1917 e 1920, ocorrem movimentos grevistas com uma dimensão e uma intensidade até então desconhecidos – só comparáveis, já num outro momento e contexto, à conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial, quando também se pensou que a vitória do socialismo era uma possibilidade, ou mesmo uma probabilidade iminente. Naquele momento, os trabalhadores no Brasil lutavam não apenas por conquistas econômicas mais imediatas (melhores salários, menores jornadas, melhores condições de vida e trabalho em geral), como principalmente para que os patrões e o próprio governo reconhecessem de fato seus sindicatos autônomos como legítimos representantes dos interesses das respectivas categorias profissionais, inclusive em processos de negociação coletiva.

Em fevereiro de 1917, explode na Rússia a revolução, caracterizada da seguinte forma por Edgar Rodrigues:

[...] o povo russo desencadeia uma convulsão social, espontânea, sem chefes! A verdadeira revolução social! [...]. A Revolução de fevereiro de 1917 fincou na Rússia um grande estandarte, marco histórico socialista [...] não foi feita por Lenin, Stalin e Trotsky, foi obra dum povo humilde que, dentro da Rússia, na clandestinidade ou não, sempre trabalhou para derrubar o czarismo, dando mesmo a sua vida em holocausto pela vitória [...] o mundo proletário vibrou de grande alegria e depositou todas as suas esperanças na Grande Revolução [...]. (RODRIGUES, 1972, p. 134-143).

⁵ Ver PERROT, Michelle, *Les Ouvriers em Grève: France 1871-1890*. Mouton: Paris-La Haye, 1974.

⁶ Sobre a Comuna de Paris, ver SAMIS, Alexandre, *Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011; sobre a Revolução Francesa, na visão de um pensador e militante anarquista, ver Piotr Kropotkin, *A grande revolução*. Lisboa, Editora Guimarães, 1913.

Ao longo de sua obra, Edgar Rodrigues não apenas define e explicita o que entende por Anarquismo, mas também o que entende por Revolução, como momento/ processo imprescindível para conquistar/ construir a desejada Anarquia. A nosso ver, a visão de Rodrigues, tanto sobre o anarquismo, de uma maneira mais geral, como mais especificamente sobre a revolução, não sofre alterações significativas ao longo das cinco décadas nas quais nosso autor leu, refletiu, pesquisou, escreveu e publicou sobre esses temas.

Selecionamos algumas passagens que confirmam nossa assertiva. Começamos por trechos do artigo “A Revolução que os Anarquistas procuravam”, publicado em 1975, em Portugal, e republicado (portanto, endossado pelo autor) exatamente trinta anos depois, no volume 3 de *Rebeldias*:

[...] a verdadeira revolução não começou! [...] Revolução não se faz somente com espingardas na mão; é preciso que exista uma ideia revolucionária no cérebro de cada lutador! [...] Revolução é antes de tudo uma ideia, um sentimento; é cultura; é trabalho e bem-estar social distribuído equitativamente por todos! A revolução principia nos cérebros, evolui livremente fundamentada numa filosofia de vida generosa e positiva, baseada em sentimentos e ações que equilibram atitudes e movimentos, na harmonia que funde a natureza e o homem [...]. Revolução é um estado de espírito, consubstanciado na liberdade responsável, no livre acordo, no apoio mútuo, na livre associação e na solidariedade humana. De maneira que a revolução vale tanto quanto os homens que lhe abrem o caminho, que lhe dão curso! [...] A revolução consciente, positiva, realista, só pode ter o homem – centro de todas as coisas – como figura mais importante, o traço de ligação na nova sociedade que nasce. Por conseguinte, revolução equivale a desenvolvimento da capacidade da criatura humana. A revolução consciente fomenta e desperta a grandeza de sentimentos, solidariedade entre os povos, cultiva todos os dias o amor ao próximo e à humanidade, como se cultivam a saúde e a vida. Na sua marcha, visa a integração de sentimentos e ideias capazes de tornar o homem cada vez melhor, mais tolerante, compreensivo e justo [...]. (RODRIGUES, 2005a, p. 170-172).

Essa visão de revolução é reafirmada em artigos publicados já na primeira década do século XXI:

[...] Revolução é antes de tudo uma ideia, um sentimento, uma vontade cultural e sociológica [...]. Revolução principia nos cérebros [...] [é] filosofia de vida generosa e positiva [...], sentimentos de solidariedade [...] na harmonia que “funde” a natureza e o homem [...]. Revolução consciente fomenta e desperta a grandeza de sentimentos, a solidariedade entre as pessoas, entre povos [...], o amor ao próximo e à Humanidade [...]. Revolução começa em cada cérebro humano!⁷ (RODRIGUES, 2007a, p. 114).

No mesmo volume de *Rebeldias*, em outro artigo, afirma Edgar Rodrigues: “O movimento anarquista [...] não é a revolta dos estômagos, é a revolução das consciências!

⁷ Os trechos citados fazem parte de artigo publicado originalmente na *Revista Verve*, São Paulo, em novembro de 2004.

[...]”. (RODRIGUES, 2007a, p. 149). Ainda no mesmo livro, em artigo de 2005, afirma Rodrigues sobre a Revolução Russa:

[...] Entre a carnificina da Praça de Inverno de 1905 e a revolta popular espontânea de fevereiro de 1917, decorreram uma dúzia de anos, até que foi elevado ao poder o advogado socialista Kerensky, e pairou a esperança de dias de liberdade. Mas essa salutar imaginação só duraria sete meses! Logo em outubro de 1917, golpe vibrado por Lênin, aureolado do bolchevismo e gritos de liberdade/igualdade, deu início ao maquiavelismo, gerando uma ditadura que exterminaria 100 milhões de seres humanos no decurso de $\frac{3}{4}$ do século XX [...]. (RODRIGUES, 2007a, p. 182).

Em suma, para Edgar Rodrigues – e ao longo de décadas – a “Revolução” deveria ser popular, espontânea, prescindindo de líderes (em especial, de lideranças autoritárias e/ou carismáticas), e construída a partir de valores libertários e humanistas. Nesse sentido, fevereiro de 1917 seria uma “revolução”, e outubro do mesmo ano, um “golpe de Estado”. Além disso, para Rodrigues, a revolução anarquista deveria ser uma “revolução das consciências” ou “dos cérebros”, e não uma “revolução dos estômagos”. Ou seja, a revolução deveria ir muito além das reivindicações meramente econômicas/ corporativas, e abrir caminho para a construção da Anarquia.

Complementando o comentário: quando, no primeiro artigo publicado em *Rebeldias*, escrito por Edgar Rodrigues em 1975, o autor afirma: “A verdadeira revolução não começou!”, é claro que o pano de fundo é a Revolução dos Cravos (1974) em Portugal.

No Brasil, ao longo do ano de 1917, a imprensa começa a noticiar os tumultuosos eventos do leste europeu. Em abril, o diário *A Noite*, do Rio de Janeiro, publica: “A Revolução Russa está à vista. Os anarquistas tomam a frente da sua propaganda no Brasil, e ganham novos adeptos, com o chamado programa maximalista de Lênin”. (RODRIGUES, 1972, p. 144). Observe-se a confusão teórica, política, doutrinária. Anarquismo, Lênin, o maximalismo são apresentados como elementos integrantes de um mesmo projeto político. Parece-nos essa manchete um bom exemplo do horizonte intelectual, do clima político-cultural que Evaristo de Moraes Filho tão bem caracterizou com a expressão “porre ideológico”. (MORAES FILHO, 1981, p. 55).

Com efeito, não há, nem mesmo entre os militantes do movimento operário e sindical, muita clareza doutrinária nem muita consistência teórica. Anarquismo, marxismo, socialismo, visões de mundo e projetos políticos que, num primeiro momento, se confundem, se interpenetram e se interinfluenciam. A propósito, também Leandro Konder analisou a dificuldade dos militantes comunistas no Brasil, a partir da década seguinte, em compreender o marxismo, a dialética e o materialismo histórico. (KONDER, 1988). De qualquer forma,

como já afirmamos, nesses últimos anos da década de dez, a grande maioria dos anarquistas, e não só no Brasil, acreditava que a Revolução Russa teria uma dimensão libertária, que ela seria, em suma, a “Revolução Social”.

A Federação Operária do Rio de Janeiro organiza manifestações públicas para o dia 1º de Maio. Diversos comícios foram realizados, em várias localidades da capital federal. Os principais temas tratados por inúmeros oradores – Pascoal Gravina, Pedro Matera, Valentim Rodrigues, José Caiazzo, Manuel Gonzales, dentre outros – foram: o custo de vida (a carestia), o combate à guerra e a defesa da Revolução Russa. Na Praça Tiradentes, onde então se localizava a sede da Federação, formou-se uma “grande concentração, dali seguindo os manifestantes, levando grande bandeira, onde se lia: Paz entre nós, guerra aos senhores!”. É aprovada uma resolução da Federação Operária Contra a Guerra. Os libertários reafirmam seu lema: “Guerra à guerra! Façamos a Revolução Social”. O comício termina com um “Viva a Revolução Popular Russa!”. (RODRIGUES, 1972, p. 144-145). Nesse contexto de ascenso do movimento operário é fundado, em junho, em São Paulo, o jornal *A Plebe*, um dos mais importantes periódicos da imprensa libertária na Primeira República, cujo primeiro diretor foi Edgard Leuenroth.

Em junho de 1917 ocorreu a “tragédia do Hotel York” ou o “desastre da rua da Carioca”. Estava em processo de construção na Praça Tiradentes, esquina com rua da Carioca, o “luxuoso” Hotel York, que seria um “arranha-céu” (*skyscraper*) de seis andares. Lima Barreto critica na crônica “Sobre o desastre” a construção dessas verdadeiras “torres babilônicas”, que iriam “enfear” o Rio de Janeiro e “perturbar os seus lindos horizontes”. Tratava-se, para Lima, de “má e sórdida imitação dos Estados Unidos”⁸. (LIMA BARRETO, 1956, p. 121-122). No desastre morrem soterrados mais de 40 trabalhadores e muitos ficaram feridos, “apesar dos esforços conjugados dos bombeiros e dos militantes da União dos Operários em Construção Civil”. (RODRIGUES, 1972, p. 184).

A União aproveita o noticiário da grande imprensa para desenvolver uma campanha contra os acidentes de trabalho e também uma bem-sucedida campanha para filiação dos trabalhadores ao sindicato: “[...] a União Operária cresce rapidamente, tornando-se uma das mais numerosas [...], empunhando a bandeira do anarcossindicalismo [...]”. (RODRIGUES, 1972, p. 184).

Nesse mesmo mês, julho de 1917, ocorrem duas das mais importantes greves operárias da Primeira República, ambas também vinculadas à questão da carestia, ao agravamento das

⁸ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de, “Sobre o desastre”. In: _____. *Vida urbana*, v. XI da Obra Completa. São Paulo: Brasiliense, 1956.

condições de vida da classe operária, cujas privações materiais passam a ser cada vez mais interiorizadas como insuportáveis.

A primeira delas, a greve geral paulista, na verdade, tem início em junho, numa empresa do ramo têxtil, setor que desde os primeiros meses do ano já mostrava sinais de mobilização reivindicatória. Trata-se do Cotonifício Crespi, cujos operários entram em greve no dia nove (a primeira seção a paralisar os trabalhos conta com cerca de 400 mulheres), reivindicando aumento salarial, abolição das multas, regulamentação do trabalho feminino e infantil e supressão da “contribuição pró-pátria”. Diante da recusa de Rodolfo Crespi em atender às reivindicações, os grevistas promovem uma passeata, no dia 15 de junho. A polícia intervém, com violência e brutalidade, e prende homens e mulheres. A intransigência patronal acaba contribuindo para a ampliação da greve, estimulando manifestações e paralisações de solidariedade. Ainda em junho, os tecelões da Estamparia Ipiranga, de Nami Jafet, aderem à greve, seguida, já a sete de julho, pela fábrica de bebidas Companhia Antártica Paulista. Os grevistas, com apoio da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, tentam realizar um comício na Praça da Sé. “A polícia montada intervém espaldeirando e prendendo trabalhadores”. (RODRIGUES, 1972, p. 150).

No dia 10 de julho aparece afixado em postos, paredes e muros de São Paulo um boletim-apelo à força pública, nos seguintes termos:

Aos soldados! Não deveis perseguir irmãos de miséria. Vós também pertenceis à grande massa popular e, se hoje vestis fardas, voltareis a ser amanhã os camponeses que cultivam a terra, ou os operários explorados das fábricas e oficinas. A fome reina em nossos lares, e os nossos filhos nos pedem pão! [...] Soldados! Essas armas eles vô-las deram para garantir o seu direito de esfomear o povo! [...]. Não vos presteis, soldados, a servir de instrumento da opressão dos Crespi, Matarazzo, Jafet, Gamba, Hoffmann etc. Os capitalistas que levam a fome ao lar dos pobres! Os grevistas são vossos irmãos na miséria e no sofrimento [...]. Soldados! Recusai-vos ao papel de carrascos. (RODRIGUES, 1972, p. 151).

O apelo não surtiu efeito, e a generalização do movimento grevista é acompanhada pelo recrudescimento de choques de rua, entre a força pública e a massa operária. Num desses embates, a nove de julho, é baleado o sapateiro anarquista espanhol José Antonio Martinez, que vem a falecer no dia seguinte, na Santa Casa de Misericórdia, onde havia sido internado pela polícia. Seu enterro, no dia 11, simboliza dramaticamente o momento da passagem de uma grande greve para uma greve geral que paralisa totalmente a cidade, por cerca de quatro dias. Ao longo do cortejo fúnebre, acompanhado, nas palavras de Edgard Leuenroth, por um “mar de gente” que seguia em direção ao Cemitério do Araçá, a tensão é imensa, e reivindicações explodem aos gritos: “Libertemos nossos presos! Libertemos Nalipinski!”.

“Grande excitação reinava entre a massa humana, frente a frente com a polícia armada até os dentes”. Para evitar novo choque com a força policial, a multidão toma um caminho alternativo e chega ao Araçá. “No ato do sepultamento, falam vários oradores [...], encerra o comício uma mulher operária. Os soldados estavam emocionados [...]”. (RODRIGUES, 1972, p. 152-153).

A cidade se transformara num campo de batalha, e a gravidade da revolta provoca ampla mobilização militar, com apoio inclusive do governo federal, que chega a deslocar navios de guerra para o porto de Santos.

A repressão não podia, entretanto, suprir a necessidade de entendimentos para por fim à greve geral. É já no curso da greve que se forma o Comitê de Defesa Proletária, cuja composição também ilustra a hegemonia libertária no movimento: de seus seis membros, todos líderes sindicais e de associações operárias, cinco – Edgard Leuenroth, Antonio Candeias Duarte (Hélio Negro), Francisco Cianci, Rodolfo Felipe e Luigi (Gigi) Damiani – eram anarquistas; o sexto membro era o socialista Teodoro Monicelli.

O Comitê de Defesa Proletária procura unificar os trabalhadores em torno de um programa que inclui reivindicações da classe operária enquanto produtora e das classes populares em geral enquanto consumidoras: aumento de 35% nos salários inferiores a 5\$000 e de 25% para os mais elevados; proibição do trabalho de menores de 14 anos; abolição do trabalho noturno de mulheres e menores de 18 anos; garantia de trabalho permanente; jornada de oito horas, com acréscimo de 50% nas horas extras e semana inglesa; respeito ao direito de associação dos trabalhadores; libertação dos grevistas presos; permanência no emprego dos participantes da greve; medidas para baixar preços dos gêneros de primeira necessidade, com a requisição pelo Estado desses gêneros; providências para impedir a falsificação e a adulteração dos produtos alimentares; redução de 50% nos aluguéis.

Diante do “estado de agitação em que se encontra a cidade de São Paulo” (RODRIGUES, 1972, p. 154), um grupo de jornalistas se propõe a criar uma “comissão de imprensa” (nove jornalistas, representando oito periódicos) para mediar as negociações dos operários em greve com os patrões e o governo. Esse “comitê de jornalistas” encaminha as reivindicações do Comitê de Defesa Proletária aos governos estadual e municipal e aos empresários. Estes se comprometem a conceder aumento salarial de 20%, a respeitar os direitos operários e a não demitir grevistas. O governador do estado, Altino Arantes, e a prefeitura prometem libertar os presos; fiscalizar o trabalho de menores e estudar medidas em favor deles e das mulheres; adotar medidas para impedir a adulteração e falsificação de

gêneros alimentícios; interceder junto aos comerciantes atacadistas visando controlar os preços desses gêneros.

O Comitê de Defesa Proletária aceita, em princípio, a proposta patronal e governamental no dia 16 e convoca para o dia seguinte três grandes comícios, que se realizarão no Brás, na Lapa e no Ipiranga, e ratificarão o acordo.

Ainda no dia 18, de novo no Largo da Concórdia, foi celebrado novo comício, este assistido por mais de 100 mil pessoas [sic]. Foram oradores, entre outros, Teodoro Monicelli, Edgard Leuenroth e Antonio Candeias Duarte (Hélio Negro). Foi uma memorável afirmação de princípios, encerrando-se com um apelo a que todos cumprissem o acordo e, finalmente, a multidão entoou os hinos dos trabalhadores – A Internacional e Filhos do Povo. (RODRIGUES, 1972, p. 158).

Gradativamente a greve vai se encerrando, e São Paulo retornando à sua vida cotidiana. Embora não tenha sido previamente preparada por nenhuma organização (apesar de o Centro Socialista Internacional falar, em maio, na perspectiva de uma greve geral), a greve paulista de julho de 1917 não foi uma “explosão repentina”. Há um visível esforço organizatório nos meses que antecedem o movimento, em especial por parte de militantes anarquistas. Esse esforço se traduz em atividades de propaganda, organização de comícios e principalmente na formação das ligas operárias de bairro, na Mooca, no Belenzinho, no Brás, no Cambuci e na Lapa, ligas que desempenharam importante papel estratégico no curso da greve.

As lideranças anarquistas irão encontrar dificuldades para garantir o cumprimento das conquistas obtidas e problemas para consolidar uma vitória parcial. Algumas dessas conquistas serão neutralizadas pela própria continuidade da elevação do custo de vida, pela reação patronal e por uma escalada repressiva do governo, que em setembro invade a sede do jornal *A Plebe* e prende Edgard Leuenroth.

De qualquer forma, em parte vitoriosa, em parte derrotada, cabe afirmar que a:

[...] greve geral de julho de 1917 assumiu na memória social o sentido de um ato simbólico e único. Símbolo de uma mobilização de massas impetuosa, das virtualidades revolucionárias da classe operária, de organizações sindicais representativas, não contaminadas pela infecção burocrática.⁹ (FAUSTO, 1976, p. 192).

Enquanto ocorria a greve geral na capital de São Paulo, em outros municípios do estado também eclodem greves, em parte em solidariedade aos companheiros da capital,

⁹ Sobre a greve paulista de julho de 1917, ver também LOPREATO, Christina R., “O espírito da revolta”. In: _____. *A greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2000. A autora enfatiza a dimensão anarquista da greve.

como em Santos (onde Manuel Perdigão fala num comício a uma multidão de mais de 4 mil pessoas) e em Sorocaba (onde a União dos Operários em Fábricas de Tecidos leva à diretoria da fábrica Votorantim as reivindicações da classe). Chegam também à capital manifestações de adesão e solidariedade de associações operárias de Campinas, Jundiaí, Rio Claro, Ribeirão Preto e São Carlos. A Federação Operária do Rio de Janeiro também manifesta sua total solidariedade aos companheiros de São Paulo.

Na capital federal acontecerá a segunda das duas greves mais importantes do ano de 1917. Tendo suas origens também vinculadas basicamente à mesma situação de agravamento das condições da classe operária, a greve no Rio de Janeiro é, no entanto, menos espontânea que a greve paulista.¹⁰ Desde o primeiro dia do ano, militantes da FORJ¹¹ já trabalham intensamente numa campanha contra a carestia de vida. Em janeiro é fundado um Comitê Central de Agitação e Propaganda contra a Carestia e o Aumento dos Impostos. Passado o Carnaval, as “folias da Avenida” que desviavam a atenção da população, a partir de meados de fevereiro e ao longo dos meses de março e abril, os militantes da Federação Operária intensificam a preparação e organização de manifestações de rua contra a carestia, inclusive comícios: 12 são realizados em fevereiro, 13 em março, 14 em abril, acumulando forças para o grande comício, o “comício monstro” realizado no dia 1º de maio, no qual os oradores falaram não só da carestia, mas também da guerra e da Revolução Russa. Apesar da proibição policial, nove comícios são realizados em maio.

A linguagem dos manifestos convocatórios para os comícios busca basicamente politizar a questão da carestia: esta é inserida no quadro mais amplo da realidade econômica e social brasileira, tal como ela é vista pelos libertários. A carestia é resultante, em última instância, da própria estrutura social brasileira, ou seja, da exploração capitalista e da dominação burguesa. Enquanto os açambarcadores estocam gêneros de primeira necessidade nos armazéns, enquanto os burgueses vivem com luxo e conforto e o Estado permanece indiferente, a classe trabalhadora e a população pobre em geral vivem na penúria. A única solução sugerida para o problema da carestia é a ação direta dos próprios trabalhadores: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Porém, para que a ação

¹⁰ Sobre a greve carioca de julho de 1917, ver a tese de VELASCO E CRUZ, Maria Cecília, *Amarelo e negro: matizes do comportamento operário na República Velha*. IUPERJ, 1981.

¹¹ A Federação Operária do Rio de Janeiro surge em substituição à Federação Operária Regional Brasileira (que se dissolve) como resultado da vitória das teses anarcossindicalistas no Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906; a FORJ se mantém em atividade de setembro de 1906 a agosto de 1917, quando, fechada pelo governo, é por sua vez substituída pela UGT (União Geral dos Trabalhadores). Sobre a FORJ, ver FARINHA NETO, Oscar, *Atuação libertária no Brasil: a Federação Anarcossindicalista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

direta se torne mais eficaz, é necessário que os trabalhadores se organizem em sindicatos, em associações de classe.

Assim, os militantes da Federação Operária¹², da questão da carestia chegam à questão da organização, que passa a ser priorizada através de um difícil e meticuloso trabalho de construção e reconstrução sindical que começa a dar seus primeiros frutos. Em junho é fundada a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, depois do fracasso de três greves isoladas de trabalhadores da categoria, nos primeiros meses do ano. Caminham lado a lado, os trabalhos de agitação de rua e de organização sindical, que se complementam e se reforçam mutuamente.

A brutal repressão policial à greve dos operários da fábrica têxtil Corcovado, em maio, acentua ainda mais a politização da questão da carestia, sua inserção lógica nos quadros da exploração capitalista, assim como reafirma a análise libertária sobre o papel do Estado burguês – e particularmente do Estado brasileiro. A 7 de junho, o desastre do Hotel York e as subseqüentes cerimônias de enterro dos trabalhadores mortos vêm aprofundar ainda mais o clima de tensão vivido na cidade.

As notícias sobre a greve geral de São Paulo, veiculadas pela imprensa carioca, constituem o último elemento para que os líderes da FORJ transformassem o descontentamento da maioria dos trabalhadores num movimento ativo por melhores condições de vida.

Ao longo do mês de julho, os acontecimentos se desenvolvem num ritmo acelerado na capital federal. A partir de uma assembleia geral, realizada na sede da Federação Operária, no dia 17, o movimento se inicia e rapidamente se generaliza. A greve generalizada de julho de 1917, no Rio de Janeiro, foi formada por um conjunto de greves de várias categorias profissionais, cada uma delas constituindo em si mesma um movimento distinto – decidido em assembleias sindicais e dirigido por comitês de greve específicos a cada categoria, envolvendo processos de negociação independentes e diferenciados. No entanto, essa greve teve nitidamente um caráter ofensivo e um resultado comum e abrangente.

Se ela não tem como consequência uma vitória total da FORJ e seu método libertário de ação direta – mesmo porque nem todas as categorias profissionais da classe operária do Rio de Janeiro participam da greve, restringindo-se esta basicamente aos trabalhadores

¹² CRUZ, Maria Cecília reconstitui um quadro com os 11 mais ativos militantes da FORJ: Pascoal Gravina (funileiro), Joaquim Valentim de Brito (padeiro), Joaquim Campos (jornalista), Maximiano de Macedo (alfaiate), José Caiazza (sapateiro), Bento Alonso Alvarez (garçom), José Romero (têxtil, pintor e tipógrafo), José Maria Esteves (sapateiro), Juvenal Leal (pintor), Pedro Matera (jornalista e professor), José Madeira (pintor). *Amarelo e negro*: matizes do comportamento operário na República Velha. Op. cit.

industriais do setor privado –, produz certamente uma consequência fundamental: a profunda transformação no perfil organizacional da classe trabalhadora carioca.

Diversas categorias profissionais até então desorganizadas ou cujas associações viviam precariamente se organizam ou reorganizam em entidades sindicais que crescem rapidamente, tornando-se ao mesmo tempo mais representativas, mais fortes e atuantes. Com efeito, a questão da organização autônoma da classe operária e do reconhecimento efetivo dos sindicatos de trabalhadores pelo patronato e pelo Estado é uma das questões centrais do movimento operário ao longo de toda a conjuntura, de 1917 a 1920.

O exemplo mais claro desse processo de (re)organização sindical nos é dado pelos operários têxteis, cuja União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) é fundada, como mencionamos, em junho de 1917. Um ano depois, ela contava com mais de 19 mil sócios e, em novembro de 1918, afirmava ter 30 mil sócios. Em novembro de 1917, a UOFT conquista um acordo com o Centro Industrial, estabelecendo o seu reconhecimento e o seu direito de encaminhar reivindicações coletivas; a possibilidade de reconsiderar demissões injustas; aumento salarial de 30%; 56 horas semanais de trabalho; dispensa da obrigação do operário ensinar o ofício. O proletariado fabril, e em particular os tecelões, vai constituir a espinha dorsal do ascenso operário nessa conjuntura, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro.

Mas não apenas os têxteis vivem esse vigoroso processo de (re)organização sindical, também os metalúrgicos, os alfaiates, os sapateiros, os gráficos, os trabalhadores da construção civil criam ou fortalecem suas associações de classe.

Esta é, sem dúvida, a principal consequência da greve generalizada de julho de 1917 no Rio de Janeiro: o fortalecimento da organização sindical dos trabalhadores da cidade.

Além das greves em São Paulo e no Rio de Janeiro, movimentos paredistas ocorrem, ao longo do ano de 1917, em várias cidades de diversos estados da federação brasileira: ferroviários em Santa Maria, no Rio Grande do Sul; greves também em Minas Gerais e no Pará; trabalhadores da construção civil, estivadores e ferroviários, em Recife; o movimento grevista dos ferroviários se estende de Pernambuco ao Rio Grande do Norte, a Alagoas e à Paraíba. Segundo Edgar Rodrigues: “O ano de 1917 foi de grandes convulsões sociais, de expectativas intercaladas com temor do alastramento da guerra europeia. Na Rússia, eclodira uma triunfante revolução popular [...]. No Brasil, o movimento social ganha aspectos revolucionários [...]”. (RODRIGUES, 1972, p. 160).

Esse crescimento da organização e da mobilização operária no Brasil sofre um baque, passa a ser combatido e contido ainda mais duramente a partir do momento em que o Brasil, após o torpedeamento dos navios *Lapa*, *Paraná* e *Tijuca*, declara guerra à Alemanha, em

outubro de 1917. O presidente Wenceslau Braz promulga o estado de sítio e as autoridades governamentais e policiais dele se utilizam para ampliar e aprofundar as atividades de repressão ao movimento operário, com prisões e deportações de lideranças.

Em São Paulo, o governador Altino Arantes, aproveitando-se da lei de exceção, manda prender alguns dos “cabeças” da greve de julho e ordena a imediata deportação de Florentino de Carvalho, Antonio Nalipinski e Francisco Arouca, que são embarcados no navio *Curvelo*, que zarparia rumo à Europa. Numa escala na cidade do Recife, uma tentativa de fuga é descoberta e brutalmente punida: “os ‘quase fugitivos’ foram espancados sem dó nem piedade”. (RODRIGUES, 1972, p. 162). Arantes promulga também uma ordem de deportação contra Antonio Candeias Duarte (Hélio Negro) e Luigi (Gigi) Damiani, ambos do Comitê de Defesa Proletária da greve de 1917. O “motivo” ou a alegação para a deportação era que todos os acusados seriam “anarquistas, caftens e perniciosos à ordem social”. (RODRIGUES, 1972, p. 163).

Também no Rio de Janeiro, o chefe de polícia do Distrito Federal, o dr. Aurelino Leal, aproveita o clima de intranquilidade política e as leis de exceção para deportar os “indesejáveis agitadores estrangeiros” (RODRIGUES, 1972, p. 169) e também para fechar a Federação Operária local.

Entretanto, em que pese essa escalada repressiva, a imprensa operária e, em particular, jornais anarquistas publicam artigos e mais artigos em defesa da Revolução Russa, se solidarizando com o povo russo. Segundo Edgar Rodrigues: “[...] a Revolução Popular de Fevereiro veio reforçar a grande admiração do proletariado do Brasil pelo povo russo [...]”. (RODRIGUES, 1972, p. 170). Rodrigues reproduz um artigo escrito por Astrojildo Pereira e publicado no primeiro número do periódico libertário *O Debate*, de 12 de julho de 1917, no qual Astrojildo analisa e defende a Revolução Russa.¹³ No dia dois de agosto, *O Debate* lança aos soldados do Exército e aos marinheiros um manifesto dos “libertários do Brasil”:

Soldados! A vós todos, soldados do Exército e da Marinha, nos dirigimos, neste momento de angústia para o Brasil [...]. Nós somos trabalhadores e convosco formamos a massa trabalhadora do povo [...] nos decidimos a declarar a greve, defendendo por esse meio a nossa própria vida, reclamando um pouco mais de pão [...]. Os vossos chefes, o governo, os grandes jornais, dizem que as greves são provocadas por agitadores estrangeiros. Mentira! [...] estamos certos de que não mais vos prestareis a cego instrumento nas mãos dos ricos contra os pobres [...] nós reclamamos justiça! [...] Soldados! Sêde justos e sêde amigos dos vossos! Os Operários. (RODRIGUES, 1972, 173-175).

¹³ Reproduzi (trechos) e comentei esse artigo de Astrojildo Pereira em meu livro *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Op. cit.

A inspiração do manifesto vem certamente dos “soviets” (conselhos), de operários e soldados, que confraternizam no processo revolucionário russo.

Também em Maceió, a Semana Social, dirigida por Antonio Bernardo Canellas, propõe a criação de “uma espécie de Comitê de Operários e Soldados, que exerça, revolucionariamente, uma ação inovadora, até todo o povo adquirir uma certa independência de ação que lhe permita dirigir-se por si mesmo”. (RODRIGUES, 1972, p. 175-176).

Nas palavras de Rodrigues: “O elemento libertário e sindicalista revolucionário acreditava, então, nos rumos da Revolução Russa de fevereiro”. E mesmo a posterior “vitória dos bolcheviques [...] não alterou, no começo, as simpatias dos trabalhadores e dos libertários do Brasil, que continuavam admirando o povo russo [...]”. (RODRIGUES, 1972, p. 176-177).

Como afirmamos acima, por alguns breves anos, anarquistas e operários espalhados pelos quatro cantos do mundo acreditaram numa suposta dimensão libertária da Revolução Russa.

Ao longo do ano de 1917, greves continuam sendo deflagradas no Brasil. Em fins de agosto, a sede da União Operária de Pelotas é atacada a tiros por forças policiais. “Um contingente do 11º Regimento de Cavalaria, comandado pelo tenente do exército Paulo Barreto, obriga a polícia a se retirar do local e garante a tranquilidade e a segurança dos trabalhadores da Comissão de Defesa Popular.” (RODRIGUES, 1972, p. 188). Mais um episódio a contribuir para a crença, que se revelará ilusória, na possibilidade de uma “confraternização revolucionária” entre operários e soldados. Na Bahia, desenvolve-se uma “greve geral, de grande envergadura”, impiedosamente reprimida pela polícia do sr. Borba. (RODRIGUES, 1972, p. 189).

Em São Paulo, o governo não cumpre o acordo negociado com o Comitê de Defesa Proletária. Líderes da greve de julho são presos, arbitrariamente transferidos de uma prisão para outra, para evitar que *habeas corpus* impetrados por advogados possibilitassem a sua libertação. Os estrangeiros são deportados ou ameaçados de deportação. Em fins de setembro, o Comitê de Defesa dos Direitos do Homem, criado por organizações operárias, lança um “Apelo ao proletariado e ao povo em geral” denunciando as arbitrariedades governamentais e a “repressão feroz” às reivindicações populares:

Não tenhamos ilusões [...] ou defendemos, ativamente, os nossos direitos e liberdades, ou seremos todos esmagados sob a bota cruel e feroz dos plutocratas, a quem se acham entregues os destinos desta terra. Nacionais ou estrangeiros, nascidos aqui ou fora daqui nascidos, contribuímos todos para o desenvolvimento das riquezas do país [...]. Trabalhadores! De pé! A defender a nossa dignidade e a nossa vida! (RODRIGUES, 1972, p. 191-192).

No dia 6 de outubro, o jornal anarquista *O Debate* publica uma conclamação “Aos homens livres e ao povo em geral”, denunciando a atitude vingativa do governo de São Paulo e a “odisseia dos presos da greve de julho”. Ao final, o documento esclarece quem eram os “indivíduos perigosos” e “sem moral” que o governo de São Paulo pretende deportar como “indesejáveis”. São listados 18 operários, três brasileiros (Edgard Leuenroth, Evaristo Ferreira de Souza e Primitivo Soares) e 15 estrangeiros. Destes, sete são espanhóis: Antonio Lopes, José Fernandes, Francisco Peralta, Marcial Megia, Virgílio Hidalgo, Francisco Arouca e José Sarmiento Marques (naturalizado brasileiro); há cinco italianos: Zeferino Oliva, José Minieri, Edmundo Colli, José Ciricco e Pascoal Andrioni; o polaco Antonio Nalipinski; o austríaco Emílio Tutler; e o português naturalizado brasileiro Antonio Candeias Duarte. Todos tinham profissão definida, a grande maioria dos estrangeiros tinha um longo período de residência no Brasil, muitos eram casados com mulheres brasileiras e/ou tinham filhos brasileiros. *O Debate* desafia “quem quer que seja, que prove, publicamente, não serem todos esses homens honestíssimos trabalhadores, chefes de famílias respeitáveis, abnegados cumpridores de seus deveres e instruídos”. (RODRIGUES, 1972, p. 190-191).

Ainda em 1917, já no mês de dezembro, o jornal anarquista *Liberdade*, dirigido por Pedro Matera, publica que a União Geral da Construção Civil vai iniciar, no dia dez do mês corrente, as “aulas de ensino racional”. Revistas e jornais operários e libertários informam sobre a eclosão de greves, sobre o falecimento de militantes (em novembro, o do camarada Gaspar Telles), reuniões de estudos, assembleias e atividades culturais. “Sábado, 15 do corrente, à Praça Tiradentes, 71, às 20 horas, em homenagem a Teófilo Ferreira e dedicado às associações operárias, haverá um grande festival dramático e dançante”. Os jornais noticiam também prisões de operários: “Prisão de uma operária. Presa por motivo de greve a operária tecelã Flávia de Mattos, da Fábrica Maville, foi remetida para a Central de Polícia, onde ainda se acha”. (RODRIGUES, 1972, p. 193).

O ano de 1918 se inicia sob o signo da vitória, embora ainda em processo de consolidação, da Revolução Russa, então vista como a “Revolução Social” ou “Libertária”. Na capital federal, no dia 20 de janeiro, militantes anarquistas se reúnem, atendendo à convocação de alguns camaradas, com o objetivo de constituir a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, “organismo de espírito largo e amplo, genérico e fundamental”. A Aliança Anarquista, que “não é propriamente uma agrupação no sentido estrito e comum das agrupações libertárias”, mas antes “um órgão de união, de entendimento, de aliança”, tem por fim “congregar esforços na propaganda geral e básica da anarquia, sempre que isso se tornar oportuno e necessário”. É formada uma comissão de relações e resolve-se também a

“publicação mensal de um boletim, ao qual se dará uma feição serena e principalmente documentária”.¹⁴ (*Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*, n^{os} 1 e 2, fevereiro e março de 1918)

Ao longo do mês de fevereiro, várias “conferências de propaganda” são realizadas. Na União dos Operários em Fábricas de Tecidos, no dia 16, José Oiticica fala sobre “A solução Russa”, e no dia 23, José Elias da Silva comenta “A situação universal”; na União Geral dos Operários em Calçados, no dia 20, Carlos Dias fala sobre “A educação operária”. (RODRIGUES, 1972, p. 195).

O número 2 do *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*, de março de 1918, noticia que “o Grupo de Propaganda Anarquista de Niterói, fundado em 1915, continua com apreciável tenacidade a sua obra de propaganda”. São arrolados 11 manifestos e/ou boletins divulgados pelo grupo, de novembro de 1915 a fevereiro de 1918. Alguns temas: “O que os anarquistas querem”; “O ideal libertário”; “Contra a guerra”; “O anarquismo e a guerra europeia”. (RODRIGUES, 1972, p. 195).

A partir de março, cresce o processo de mobilização operária e organização sindical. Ainda no dia primeiro, a União Geral dos Trabalhadores, em processo de constituição, convoca uma assembleia geral, a ser realizada no dia três, na Praça Tiradentes, n^o 71 (sede da proscria FORJ), para leitura de suas bases. (*Jornal do Brasil*, 1^o de março de 1918). Ao longo do mês de março, as bases da União Geral dos Trabalhadores são discutidas e aprovadas pelas seguintes entidades sindicais: Sindicato dos Operários das Pedreiras; União Geral dos Metalúrgicos; União dos Alfaiates; Sindicato Federal dos Manipuladores de Tabacos; Sindicato dos Entalhadores; Sindicato dos Marceneiros e Artes Correlativas; Centro Internacional de Vendedores de Pão; União Geral dos Trabalhadores em Calçados; Sindicato dos Operários Vassoureiros e Artes Correlativas; Centro dos Operários Marmoristas; União dos Operários em Fábricas de Tecidos; União dos Chapeleiros; e União dos Oficiais Barbeiros. Todas essas associações aderem à recém-constituída UGT, escolhendo seus respectivos delegados.

Em sua edição de 26 de março, o *Jornal do Brasil* publica na íntegra as bases ou estatutos da União Geral dos Trabalhadores. Seleccionamos os artigos que nos parecem mais relevantes: O artigo 1^o do capítulo 1^o trata dos fins da UGT do Rio de Janeiro: “a) Promover o

¹⁴ Ver ADDOR, Carlos Augusto, *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Neste item, com relação ao movimento operário e ao anarquismo especificamente nos anos de 1917 e principalmente 1918, utilizei, com alterações e acréscimos, algumas passagens desse meu livro.

levantamento moral e intelectual dos trabalhadores; **b)** Empregar todos os esforços para melhorar as condições econômicas, profissionais e sociais dos mesmos”.

O artigo 3º, ainda no capítulo 1º, estabelece que:

A União Geral dos Trabalhadores não pertence a nenhuma escola, facção ou doutrina política ou religiosa, não podendo tomar parte coletivamente em eleições, manifestações partidárias ou religiosas, nem tampouco qualquer de seus membros, individualmente livres e autônomos, poderá servir-se de um título ou função da UGT do Rio de Janeiro, com esse intuito. (*Jornal do Brasil*, 26 de março de 1918).

Esse artigo é especialmente caro aos anarquistas e anarcossindicalistas, conferindo explicitamente à recém-fundada União um caráter apolítico ou não político-partidário.

O artigo 4º, já no capítulo 2º, trata da constituição da União: “[...] ser formada exclusivamente por trabalhadores assalariados e ter como base de ação a defesa e a resistência direta ao patronato [...]”. Novamente, o teor anarquista das bases da UGT: a ação direta, a resistência ao patronato.

O artigo 19, já no capítulo 5º e último, propõe a reativação da COB, a Confederação Operária Brasileira; e o último artigo, o 29, reafirma a necessidade da “[...] solidariedade moral e material entre as sociedades aderentes, em sua luta pela emancipação”.¹⁵ (*Jornal do Brasil*, 26 de março de 1918). Mais uma vez, o caráter libertário dos estatutos da UGT: a luta pela emancipação do proletariado.

Ao mesmo tempo em que se vai constituindo a União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, sua antecessora, a Federação Operária do Rio de Janeiro, que fora fechada pela polícia em agosto de 1917 (no contexto das medidas repressivas tomadas contra as greves de julho), formaliza numa reunião, realizada em 14 de março de 1918, sua autodissolução:

A comissão federal da Federação Operária do Rio de Janeiro discutiu e aprovou todos os atos da comissão pró-unificação, dando por terminada a missão desse organismo (FORJ), por compreender que a nova União está de acordo com as aspirações dos trabalhadores conscientes.¹⁶ (*Jornal do Brasil*, 19 de março de 1918).

Ao longo do mês de abril se desenrola uma prolongada “parede” dos sapateiros, cuja principal reivindicação é a jornada de oito horas de trabalho. Os operários em calçados afinal

¹⁵ Ver ADDOR Carlos Augusto, *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 102-104.

¹⁶ Militantes da FORJ, embora esta tivesse sido fechada pela polícia em agosto de 1917, se reuniram em 25 de outubro desse ano e formaram uma comissão – composta por Joaquim Moraes, José Madeira, José Romero e Valentim de Brito – com o objetivo de criar um novo organismo federativo que viesse unificar todas as associações de resistência: estava começando a se formar, ainda embrionariamente, a União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro.

conquistam, depois de mais de 15 dias de greve, um novo regulamento estabelecendo a jornada de oito horas e meia de trabalho. (*Jornal do Brasil*, 9 a 29 de abril de 1918).

Enquanto o Centro Cosmopolita também discute e aprova integralmente as bases da UGT, a ela aderindo, e algumas associações – em especial a União dos Alfaiates – começam a se preocupar com a preparação da comemoração do 1º de Maio, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos vai ampliando seu trabalho organizatório, dando início ao processo de criação de sucursais em bairros, começando por Vila Isabel. (*Jornal do Brasil*, 6 a 18 de abril de 1918).

Ao mesmo tempo em que começam a surgir na imprensa os primeiros boatos de uma “projetada greve geral”, grupos sindicalistas “amarelos” se apressam para se posicionar contra tais propósitos, enquanto articulam uma reunião para discutir a carestia. Desta reunião resulta uma mensagem encaminhada ao presidente da República, na qual Mariano Garcia e demais “comissionários de uma assembleia de proletários” afirmam que o presidente “necessita do apoio popular para concluir o vosso quadriênio com o brilho que o tem dirigido no momento mais difícil da República Brasileira”, e que esse apoio só será obtido se o governo adotar medidas efetivas contra a carestia.¹⁷ (*Jornal do Brasil*, 9, 12 e 15 de abril de 1918).

Diante dos crescentes boatos de uma “parede geral”, o chefe de polícia do Distrito Federal começa a agir. Além de convocar para uma conferência na sede da polícia uma comissão do Centro Cosmopolita, que se mantém irredutível em sua atitude “antipatriótica”, Aurelino Leal manda abrir um inquérito sobre a projetada União Geral dos Trabalhadores, que viria a substituir a Federação Operária do Rio de Janeiro, “antro de anarquistas e valhacouto ostensivo e audacioso da vasa internacional atirada às nossas praias, aqui vivendo em perene abuso da nossa índole hospitaleira e da liberdade das nossas leis”, em cujo seio “se pregou desde a dissolução da família até a negação da pátria; desde a subversão da ordem pública e legal até o assassinato da autoridade; [...] absurdas ideias” divulgadas por “anarquistas estrangeiros, expulsos dos países de origem”. (*Jornal do Brasil*, 13 e 14 de abril de 1918). Já vai se anunciando a imagem do joio, em oposição ao trigo.

Entrementes, continua o trabalho de organização sindical e de propaganda libertária, esta sendo realizada não apenas pela Aliança Anarquista, mas também por diversas associações de classe, que promovem regularmente conferências, palestras, peças teatrais e até um curso de Sociologia, este ministrado por Álvaro Palmeira, na sede da União dos

¹⁷ A Federação Marítima Brasileira, integrando nessa conjuntura o sindicalismo “amarelo”, envia uma declaração ao chefe de polícia, da qual consta que: “[...] tendo lido que se pretende declarar a greve geral, [a Federação] vem lançar, perante Vossa Excelência, o seu enérgico protesto contra tais propósitos [...] impatrióticos [...]”. Ver ADDOR, Carlos Augusto, *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 105.

Operários da Construção Civil. Dentre os conferencistas, destacam-se, além de Palmeira, Carlos Dias, José Elias da Silva, José Oiticica e Astrojildo Pereira. (*Jornal do Brasil*, 2 e 16 de abril de 1918).

Ainda em vigor o estado de sítio, promulgado em outubro do ano anterior, por ocasião da declaração de guerra à Alemanha, o governo proíbe manifestações de rua para comemorar o Dia do Trabalho. A celebração do 1º de Maio pela classe operária será então concentrada em ambientes internos. Inicialmente, ocorrem sessões matutinas nas sedes de várias associações de classe: na Liga dos Sapateiros, na Sociedade de Resistência dos Cocheiros, dos estivadores, dos empregados em cafés e restaurantes, dos remadores, marceneiros, carpinteiros navais, tecelões. Em seguida, uma grande sessão solene, à tarde, no Theatro Maison Moderne, na Praça Tiradentes, promovida pela União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro congrega as mais diversas categorias profissionais.

O *Jornal do Brasil* enfatiza “o caráter pacífico e o brilho que tiveram as comemorações do 1º de Maio no Rio, imprimindo-lhe um cunho profundamente simpático e por isso mesmo digno de registro e de encômios”, e felicita “[...] por isso a grande família operária pelo modo por que comemorou o Dia do Trabalho”, mostrando-se “aqueles elementos ordeiros de sempre, criteriosos e bem orientados, dando ao seu dia a significação de fraternidade, de harmonia e de júbilo”. (*Jornal do Brasil*, 2 de maio de 1918).

Entretanto, a partir da mesma fonte podemos observar que não é bem esse o tom dos discursos proferidos na Maison Moderne. Falam no teatro da Praça Tiradentes diversos oradores. Abílio Lobo, secretário-geral da UGT, abre a sessão. Carlos Dias ressalta a necessidade da organização sindical para conquistar a revolução social: “Haveremos de mostrar que a revolução social não é uma utopia”. Albano Dias critica, numa linguagem violenta, os poderes constituídos ao lado da classe burguesa e reafirma a necessidade de os proletários se organizarem em associações de classe para “tomar pela força o que lhes pertence por direito”. Manuel Bueno reafirma a necessidade de que os proletários se associem para ter força para destruir a burguesia e os poderes que os massacram e, afirmando ser brasileiro nato, reconhece o direito que têm os estrangeiros de “protestarem contra a tirania dos governantes”. Álvaro Palmeira se declara internacionalista e insiste que os operários têm que conquistar direitos pela sua força. João Gonçalves se declara revoltado contra o atual estado social que só beneficia “castas privilegiadas”. Alberto Martins denuncia o caráter “velhaco” do organismo social e político capitalista e exalta a Revolução Russa. Finalmente, José Elias da Silva descreve a situação do proletariado europeu e investe contra a polícia e a grande imprensa. (*Jornal do Brasil*, 2 de maio de 1918).

São aprovadas moções da União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro de protesto contra o massacre de Chicago, de afirmação da solidariedade operária, de horror pela guerra e de simpatia pelos revolucionários russos.

Edgar Rodrigues reproduz esta espécie de moção-síntese:

A grande assembleia proletária, reunida no Theatro Maison Moderne, em sessão comemorativa do 1º de Maio, convocada pela União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, tendo em vista que a data de hoje recorda um dos mais trágicos e dolorosos episódios das lutas do proletariado moderno, resolve por aclamação afirmar bem alto o seu protesto geral e coletivo contra a exploração capitalista e a tirania social; declarar a sua absoluta solidariedade de classe com os trabalhadores de todo o mundo, sem distinção de nacionalidade nem raça; exprimir o seu horror e sua dor ante a espantosa carnificina fratricida que dizima os povos da Europa e fazer votos ardentes por uma paz concluída e firmada diretamente pelos proletários; manifestar a sua profunda simpatia pelo povo russo, neste momento em luta aberta e heroica contra o capitalismo e o Estado. (RODRIGUES, 1972, p. 199).

De acordo com o *Jornal do Brasil*, a sessão é encerrada às 16 horas, “dispersando-se os presentes na melhor ordem”. (*Jornal do Brasil*, 2 de maio de 1918).

Entretanto, Edgar Rodrigues nos apresenta outra versão – o autor afirma que, apesar da proibição do governo,

Contrariando as autoridades, os trabalhadores saíram da Praça Tiradentes em passeata, cantando “A Internacional”, conduzindo bandeiras vermelhas das associações e faixas (“Paz e Liberdade”, “Avante”, “Pelos 8 horas de trabalho”, “Abaixo o capitalismo” e muitas outras), dando vivas à Rússia e à emancipação do proletariado e morras à exploração capitalista e à escravidão moderna. (RODRIGUES, 1972, p. 200).

Segundo Rodrigues, também em Madureira, na capital federal, foi realizado um comício público e, pelo Brasil:

O 1º de Maio ganhava eco em Santos, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, onde os trabalhadores, apesar das prisões e deportações provenientes das grandes greves de 1917, naqueles dois estados, não deixam de realizar vigorosas manifestações. O 1º de Maio então era proibido, mas o trabalhador não acatava a ordem autoritária e não obedecia. Ninguém mais tinha medo de ser anarquista, apesar das investidas policiais. (RODRIGUES, 1972, p. 200).

Ao longo do mês de maio, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos continua seu trabalho de organização sindical, criando sucursais de bairros.

Diante do agravamento do problema da carestia, o governo no dia 12 de junho assina o Decreto nº 13.069, criando o Commissariado de Alimentação Pública, nomeando dias depois como comissário o sr. Leopoldo Bulhões.

Enquanto isso, prossegue ativa a propaganda libertária: no dia 15, o Grupo Anarquista Germinal promove um festival – do qual constam a apresentação das peças *Náufrago*, *Ninete*

e *Ferro em brasa*, uma conferência de Álvaro Palmeira sobre “A revolução maximalista e sua repercussão no mundo” e um baile familiar – em benefício da publicação de um folheto. Nesse mesmo dia, é inaugurada uma sucursal da UGT no bairro da Piedade. Ao mesmo tempo, também os mestres e contramestres das fábricas de tecidos se organizam e fundam o Sindicato Profissional da Indústria Têxtil.

Assim como a UGT e a UOFT, também a União Geral dos Metalúrgicos vai ampliando seu trabalho organizatório, criando uma sucursal suburbana na Piedade e uma sucursal em Niterói; da mesma forma, a União Geral da Construção Civil cria uma sucursal suburbana. (*Jornal do Brasil*, 3 a 30 de junho de 1918.)

Na segunda quinzena de junho, os marceneiros entram em greve, tendo por reivindicação básica a jornada de oito horas; a parede termina no início de julho, com um acordo entre patrões e operários. (*Jornal do Brasil*, 19 a 30 de junho de 1918 e 2 de julho de 1918).

No dia 1º de junho, surge o nº 1 de *Crônica Subversiva*, jornal anarquista do qual Astrojildo Pereira é o redator único. Depois de alguns artigos sobre a carestia de vida, nos quais propõe a “solução anárquica revolucionária”, no quinto número, Astrojildo publica um artigo sobre a guerra mundial, “O juízo final”, no qual afirma:

Outra solução, que não a militar, tem, pois, de ser dada ao conflito [...] a única solução possível será a resultante da ação revolucionária dos povos, sobrepondo-se ao Estado e às burguesias e dinastias dirigentes. Foi o que fez e está fazendo o povo russo [...] virá o resto [...]. Será o juízo final da burguesia [...]. Porque eu espero que o juízo final chegue também por cá, por estes Brasis amados. Ah! Não me sai da mente esta luminosa ideia: subir as escadas do Catete e pegar pela gola o patife que lá estiver a presidir e arremessá-lo das janelas do segundo andar, a esborrachar-se integralmente no asfalto... (*Crônica Subversiva*, nº 5, 29 de junho de 1918).

É clara, a nosso ver, a inspiração russa da proposta radical. Se Lênin e os bolcheviques tomaram o Palácio de Inverno, porque os anarquistas brasileiros não conseguiriam tomar o Palácio do Catete? Com efeito, Astrojildo e outros companheiros libertários tentariam, sem sucesso, “subir as escadas do Catete” na greve insurrecional de novembro.

No início de julho, dois mil tecelões da fábrica de tecidos Confiança Industrial, em Vila Isabel, entram em greve, tendo como principais reivindicações: a redução da jornada de trabalho, com a suspensão dos serões; o aumento salarial; e a readmissão de 32 trabalhadores demitidos. No dia 8, outras fábricas têxteis aderem à parede. Nos dias seguintes, operários marmoristas, carvoeiros, estivadores e os chapeleiros da fábrica Botafogo também entram em greve pacífica. No dia 12, é firmado um acordo entre a União dos Operários em Fábricas de

Tecidos e os industriais, pelo qual estes suspendem os serões e readmitem os operários demitidos. Apesar dos boatos, os operários grevistas que moravam em casas de propriedade da empresa não foram despejados. (*Jornal do Brasil*, 7 a 12 de julho de 1918).

No dia 13, Astrojildo Pereira comenta na *Crônica Subversiva* a vitória dos grevistas da Confiança Industrial, no artigo “A força da solidariedade”. Seguem trechos:

Um movimento belo, pela rapidez e pela segurança, esse dos operários da fábrica de tecidos Confiança Industrial. Greve de solidariedade, a sua vitória absoluta, é uma vitória incontestada da força da solidariedade. Motivou a greve a despedida arbitrária de 32 operários. [...] Os industriais declararam arrogantemente, no primeiro momento, que não cederiam, que não readmitiriam de forma alguma os 32 despedidos. [...] a União dos Operários em Fábricas de Tecidos tomou sob seu pulso potente a direção do movimento, com uma rara energia e uma rapidez admirável [...]. Os industriais não contavam com o espírito de solidariedade que hoje liga tão fortemente os trabalhadores, e supunham poder vencê-los ao primeiro apito de suas máquinas. Apitaram em vão as suas máquinas: nenhum operário baixou a cerviz para atravessar os portões da ignomínia e da traição. [...] os industriais recuaram do seu propósito e cederam totalmente às exigências, aliás justíssimas, dos grevistas. E a vitória destes foi completa, integral, absoluta. Vitória devida, bom é que se frise bem isso, à força da solidariedade. É uma lição de primeira ordem que os trabalhadores de todas as classes não devem esquecer. (*Crônica Subversiva*, 13 de julho de 1918).

No mesmo dia 13, o *Jornal do Brasil* publica uma mensagem da União Geral dos Trabalhadores ao Congresso Nacional, solicitando deste “indispensáveis paliativos imediatos para minorar os sofrimentos proletários”, dentre os quais jornada de oito horas e seis horas para as crianças, abolição do trabalho de menores de 14 anos, descanso semanal e semana inglesa, fixação do “mínimo de salário” e equiparação do salário das mulheres ao dos homens. (*Jornal do Brasil*, 13 de julho de 1918).

Na semana seguinte, Astrojildo Pereira, coerente com seus princípios libertários, critica a mensagem da UGT (como confiar no Congresso Nacional?!), no artigo “Que panaceia!”:

A mensagem da UGT é o mais cândido e modesto dos programas proletarianos que já se apresentaram nestes dias sanguinolentos de guerras e revoluções. [...] Os tais indispensáveis paliativos imediatos, vindos de cima, atirados do alto, são bálsamos que, ao em vez de curar, mais alimentam e cultivam as chagas abertas [...]. (*Crônica Subversiva*, nº 8, 20 de julho de 1918).

No dia 14, o Grupo de Teatro Cultura Social promove um festival no Centro Galego em homenagem à data comemorativa da tomada da Bastilha, quando José Elias da Silva faz uma conferência alusiva ao evento. José Oiticica, Carlos Dias e Álvaro Palmeira também fazem palestras em sedes de associações operárias. No dia 15, surgem novamente boatos de

que estaria em perspectiva uma greve geral dos tecelões, com adesão de todas as associações filiadas à UGT. No dia 19, a UOFT desmente os boatos, afirmando que não cogita uma greve geral e que pretende conquistar melhorias para os trabalhadores têxteis por meios pacíficos.

No dia 22, termina a greve dos chapeleiros da fábrica Botafogo, que conseguem aumento salarial, mas não conquistam a abolição do trabalho por peça. No dia 28, termina a greve dos estivadores, que também conseguem obter um aumento salarial. (*Jornal do Brasil*, 14 a 29 de julho de 1918).

No início de agosto, Astrojildo Pereira publica na *Crônica Subversiva* o artigo “As greves”, no qual faz um balanço, do ponto de vista libertário, do recente recrudescimento do movimento paredista na capital federal. Seguem trechos do artigo:

Greve de tecelões. Greve de leiteiros. Greve de trapicheiros. Greve de carvoeiros. Greve nas oficinas Trajano de Medeiros. Greves, greves, greves... contínuas, diárias, crescentes, em todas as classes operárias, em todos os ramos do trabalho... É o sintoma decisivo para a caracterização do mal-estar presente. [...] Soluções? Remédios? Há quem espere remédios e soluções vindos do alto, das alturas governamentais. É impossível. [...] o desaparecimento do mal-estar presente só se dará com uma transformação do regime em que vivemos. [...] a transformação do regime, de que resultará a cura dos males de agora, tem que ser feita contra a vontade dos governantes, por esses que sofrem diretamente as consequências do mau regime atual, pelo proletariado [...]. (*Crônica Subversiva*, nº 10, 3 de agosto de 1918).

Neste mesmo início de mês, estouram greves dos carvoeiros do Lloyd Brasileiro, dos metalúrgicos das oficinas Trajano de Medeiros, dos trabalhadores em trapiches e café, dos marceneiros da fábrica Fabrega, dos operários da marmoraria Rocha e de operários têxteis na fábrica Santo Antonio (de aniagem), na Cometa, em Petrópolis, e na Companhia Manufatora Fluminense, no Barreto, em Niterói. (*Jornal do Brasil*, 3 a 6 de agosto de 1918).

No dia 3, começa a greve dos trabalhadores da Companhia Cantareira e Viação Fluminense, que operava, além das barcas que cruzavam a Baía de Guanabara interligando as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, o serviço de bondes nesta última cidade. O movimento paredista também tem sua origem vinculada à questão da carestia: as reivindicações básicas são por aumento de salários e por redução da jornada de trabalho para oito horas diárias.

O movimento acaba adquirindo nuances insurrecionais, a partir de um violento conflito, na noite de 7 de agosto, na rua da Conceição, Niterói, entre operários e populares, de um lado, e forças da polícia estadual, do outro. O fato novo, inesperado e de alguma importância, é a adesão (ao menos momentânea) de alguns soldados do Exército, do 58º Batalhão de Caçadores, à causa dos grevistas. Esses militares participam da luta ao lado da

multidão – que lança gritos de morra à polícia e aos governos constituídos, e de vivas ao anarquismo e ao internacionalismo – contra as forças da milícia estadual.

Do choque, com cargas de cavalaria e tiroteio, resultaram inúmeros feridos e três mortos, um civil e dois militares do Exército, o soldado Nestor Pereira da Silva e o cabo Antonio Lara França. Às cerimônias de enterros dos dois militares não faltaram coroas de flores e homenagens diversas do “povo niteroiense” e de operários (da Companhia Cantareira e da Fábrica de Tecidos São Joaquim) aos “cidadãos-soldados” que tombaram “em defesa do povo”. O episódio, associado à experiência recente da Rússia revolucionária com seus conselhos de operários e soldados, acaba estimulando a imaginação dos militantes libertários no Brasil, reforçando a expectativa ilusória, o sonho da formação do “Soviete do Rio”.¹⁸ (BANDEIRA, 1967, p. 115).

Segundo Edgar Rodrigues, os funerais dos soldados deram “motivos para fortes manifestações dos trabalhadores, durante os meses de setembro e outubro de 1918”. (RODRIGUES, 1972, p. 200).

A classe operária continua seu trabalho de organização sindical. No dia 4, a UOFT, que já criara sucursais nos bairros de Andaraí, Bangu, Laranjeiras, Gávea, Sapopemba, e ainda em Niterói, Petrópolis e Santo Aleixo, comemora o primeiro aniversário de sua fundação, com uma sessão solene no Theatro Maison Moderne, onde Álvaro Palmeira faz uma conferência pregando o regime libertário e é executada “A Internacional”.

Em meados de agosto, ressurgem boatos de uma greve geral. Os industriais de tecidos se reúnem para discutir as reivindicações dos tecelões e o secretário do Centro Industrial, Costa Pinto, conferencia com o chefe de polícia do Distrito Federal, Aurelino Leal.

Enquanto a polícia prende dezenas de operários, o custo de vida continua disparando. O *Jornal do Brasil* publica na primeira página de algumas edições caricaturas ironizando a atuação, completamente ineficaz, do Comissariado de Alimentação Pública, assim como artigos criticando essa atuação.¹⁹ (*Jornal do Brasil*, 1 a 31 de agosto de 1918).

No dia 21, o mesmo jornal publica uma entrevista do chefe de Estado, o presidente Wenceslau Braz, a respeito do recrudescimento do movimento grevista no país. Eis alguns trechos da fala presidencial:

¹⁸ Ver também FAUSTO, Boris, *Trabalho urbano e conflito social*, op. cit.; e as edições do *Jornal do Brasil*, de 3 a 15 de agosto de 1918.

¹⁹ A polícia do Distrito Federal prendeu nesse mês como anarquistas: Astrojildo Pereira, Djalma Nogueira Leite, João da Costa Pimenta, Raimundo Rodrigues Martins, Antonio Maças, José Antonio da Cunha, Manuel Gonçalves de Oliveira, José Caiazzo, Alberto Zamano, Rafael Ferrato Munhoz, Rafael Lopes, Francisco Ferreira, Valentim de Brito, Antonio Fernandes, Abílio Lobo, Diamantino Lopes Pereira e Aníbal Thiago. (*Jornal do Brasil*, 27 de agosto de 1918).

[...] nesse grave momento que atravessa o mundo [...] são inconvenientíssimos quaisquer atritos entre patrões e operários [...]; é necessário o entendimento, tendo em mira os interesses do capital e os do trabalho, tão legítimos estes como aqueles [...] a disciplina das fábricas não pode deixar de caber aos seus proprietários. O governo não contesta o direito de greve, desde que seja pacífica; cumprirá, porém, inflexivelmente o seu dever de garantir a liberdade do trabalho e a propriedade particular, agindo contra tantos quantos queiram perturbar a ordem e atentar contra quaisquer direitos [...]. [É necessário combater] o fermento anarquista, que, à sombra do operário laborioso e honesto, atua com um só objetivo: perturbar a ordem jurídica, a paz pública, separando cada vez mais os dois elementos que se devem aproximar numa íntima colaboração – o capital e o trabalho. Contra esse elemento subversivo agirá o governo com energia na defesa da ordem [...]. (*Jornal do Brasil*, 21 de agosto de 1918).

Ainda uma vez, o joio e o trigo.

No dia 25, “parece ter passado o perigo da greve geral”. (*Jornal do Brasil*, 25 de agosto de 1918).

Enquanto os operários se mobilizam e se organizam, o patronato continua a superexplorar o trabalho infantil. Edgar Rodrigues comenta o tema no capítulo “O trabalho de menores”:

[...] o aprendizado de menores era mão de obra quase grátis e, por conseguinte, uma grande fonte de lucros fáceis [...] trabalhavam (a partir dos cinco anos de idade) em grande número, dez, 12 e até 16 horas por dia, em alguns casos, e muitas até no turno da noite. O menor era sempre fonte de lucro [...] muitas vezes vencidas pelo cansaço, adormecidas de pé, junto às máquinas. Alguns acordavam os menores no bofetão [...]. Greves eclodiam em sinal de protesto [...]. Só no estado de São Paulo, de 1901 a 1913, eclodiram 129 greves de protesto contra o trabalho de menores, de cinco a 12 anos de idade, nas fábricas de tecidos [...]. Os governantes tomavam conhecimento do brutal e desumano tratamento dispensado às crianças [...]. Todavia, só agiam para reprimir os que [...] resolviam declarar-se em greve contra os industriais-carrascos [...] como se todas essas desgraças que se abatiam sobre a família operária não bastassem, surgiu também, nos então chamados “ergástulos industriais”, a sedução e a corrupção de moças menores, prostituídas pelos seus próprios chefes. Contra essa trilogia – miséria, prostituição e tuberculose – protestavam os poetas libertários [...]. (RODRIGUES, 1972, p. 202-207).

Rodrigues fecha o capítulo reproduzindo um artigo de *O Estado de S. Paulo*, já de 1922, que narra a tragédia do menino Daniel, de 12 anos de idade. Tendo adormecido no interior da Fábrica Penteado, o garoto foi surpreendido por cinco ou seis cães policiais, que acompanhavam a ronda do vigia noturno. Teve seu corpo retalhado pelos molossos, falecendo depois de longa agonia. Caso dos mais cruéis da “tirania burguesa imposta à infância”.²⁰

²⁰ Em diversas outras obras, Edgar Rodrigues reproduz e comenta artigos da imprensa libertária que denunciam a exploração do trabalho infantil. Ver em especial os seis artigos publicados pelo autor em Portugal, na segunda metade dos anos setenta e republicados na Parte 5 – “Os trabalhadores: pedaços da História das lutas sociais no Brasil”. In: _____. *Rebeldias 3*, 2005, op. cit.

Setembro de 1918 se inicia com “graves acontecimentos em Petrópolis”, onde “o povo revoltado ataca vários depósitos de açúcar” e do conflito sai “mortalmente ferido o subdelegado de polícia”. Ainda no início do mês, é estabelecido um novo acordo entre os industriais e a UOFT. No dia 2 começa uma greve de sapateiros, que se prolongará por quase dois meses. No contexto da greve, os trabalhadores em calçados, que até então estavam organizados em várias entidades sindicais constituídas a partir de especializações profissionais, criam uma comissão pró-unificação (lançando um manifesto em que afirmam “paz entre nós, guerra aos senhores”) e fundam a Aliança dos Operários em Calçados, associação que passa a congregar o conjunto da categoria.

Continua a se agravar o problema da elevação do custo de vida, da alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade, e prosseguem as críticas do *Jornal do Brasil* à ação do Comissariado de Alimentação Pública, com artigos e caricaturas. No dia 4, o jornal pergunta: “Teremos falta de gêneros no Rio?”; e no dia 24 noticia que a cidade está sob ameaça de ficar sem carne, verde ou frigorificada.

Continua também o trabalho de organização sindical. Um exemplo é a fundação, no dia 17, de uma nova sociedade de resistência: a União dos Empregados em Tinturarias, fundada sob o patrocínio da União dos Operários em Fábricas de Tecidos. (*Jornal do Brasil*, 1 a 30 de setembro de 1918).

No dia 8, o *Jornal do Brasil* publica o artigo “Sintomas de anarquismo”, que ilustra bem a posição da grande imprensa liberal-conservadora, que em defesa da propriedade critica ao mesmo tempo, com veemência, tanto a ação “insufladora” dos anarquistas quanto a intervenção do Estado – que acabara de promulgar um decreto permitindo a requisição de gêneros de consumo – na economia. Seguem-se trechos do artigo:

[...] A imprensa maximalista vê em cada produtor, industrial, comerciante, um miserável açambarcador de gêneros de alimentação, aplaude os desregramentos das autoridades, e aconselha abertamente a desordem, o saque. Urge que se ponha um termo ao que está acontecendo: imprescindível é que se chamem as autoridades à razão: os elementos conservadores precisam agir com presteza e energia [...] A fome, a desordem, a anarquia estão muito próximas de nós; esses terríveis elementos são os pródromos da ruína nacional [...] A Nação deseja sossego, o povo, trabalho e bem-estar; não será pregando a revolta e manietando as forças produtoras do país que se conseguirá dar ao Brasil e aos que nele vivem a tranquilidade e o trabalho próspero a que têm indiscutivelmente direito. (*Jornal do Brasil*, 8 de setembro de 1918).

No dia 21, Astrojildo Pereira, já em liberdade, comenta otimista o recrudescimento do movimento grevista no país, no artigo “Aura renovadora”, publicado na *Crônica Subversiva*:

Não só no Rio se verifica, atualmente, este promissor reerguimento das energias proletárias. Pelos estados fora, principalmente, como é natural, nas cidades mais industriais, vai a classe operária reforçando-se nas organizações de classe, sistemáticas e solidárias. Movimentos e agitações se manifestam, aqui e ali, demonstrando vitalidade e consciência [...]. Enfim: há que rejubilar-se ante a aura renovadora, a aura vivificante, a aura fecunda que perpassa, de norte a sul, pela massa proletária do Brasil... A grande hora se aproxima, amigos! (*Crônica Subversiva*, 21 de setembro de 1918).

Esse artigo ilustra bem, a nosso ver, o clima de “euforia revolucionária” vivido no mundo (e também especificamente no Brasil), no final dos anos dez, basicamente a partir da Revolução Russa.

Já no final do mês de setembro, surge a primeira notícia – uma caricatura na primeira página do *Jornal do Brasil*, a figura da morte com os dizeres “A *influenza* espanhola” – sobre a terrível epidemia de gripe, que devastará a cidade e dominará o noticiário da imprensa do Distrito Federal ao longo do mês de outubro. (*Jornal do Brasil*, 26 de setembro de 1918).

A epidemia vai se alastrando pela cidade, e podemos acompanhar sua trajetória devastadora através das notícias de dois jornais diários, o *Jornal do Brasil* e *A Razão*. Do dia seis ao dia 13 de outubro, quase diariamente uma mesma notícia é repetida, com pequenas variações, pelo *Jornal do Brasil*: “A epidemia da “*influenza* espanhola” – o mal alastra-se”. No dia 14, o mesmo jornal noticia pela primeira vez “Vários casos fatais”. No dia 15, enquanto *A Razão* publica “que 50% da população estão dominados pela peste” (*A Razão*, 15 de outubro de 1918), o *Jornal do Brasil* publica com destaque: “Pânico na cidade – indolência, imprevidência ou incompetência da Saúde Pública? – a epidemia continua – os preventivos – as providências tomadas”. (*Jornal do Brasil*, 6 a 15 de outubro de 1918; *A Razão*, 15 de outubro de 1918).

Na segunda quinzena, a epidemia de gripe continua se alastrando. Reproduziremos em seguida algumas manchetes de órgãos da imprensa que nos permitem recuperar o clima reinante na cidade:

Dia 16 – A epidemia aumenta – revoltante inércia do pessoal da Saúde Pública – falsificação de remédios – o pânico – que providências tomará o governo?

Dia 17 – A *influenza* continua na sua devastação... a população pede socorro – o movimento da cidade está perturbado – alguns casos fatais.

Dia 18 – A epidemia reinante – o aspecto triste da cidade – as prometidas providências do governo.

Dia 19 – A epidemia perturba ainda a vida da cidade.

Dia 20 – O estado sanitário da cidade ainda é alarmante – iniciadas ontem as prometidas providências do governo – conferência no Catete – providências da Prefeitura.

Dia 21 – A epidemia continua a devastar a cidade.

Dia 22 – Peste avassaladora continua a ceifar vidas e a desorganizar o Rio.

Dia 23 – O Governo diz que a peste declina, mas o povo vai morrendo por falta de recursos.

Dia 24 – A peste cada vez mais se alastra nos subúrbios.

Dia 25 – A epidemia alastra-se pelos subúrbios; cresce assustadoramente a mortandade nos subúrbios.

Dia 26 – A cidade ainda sob o peso da desgraça; os subúrbios flagelados pela peste e pela fome.

Dia 27 – A maldita peste da guerra continua a aniquilar a nossa população; a epidemia em declínio no centro da cidade, mas ceifa muitas vidas no subúrbio.

Dia 28 – O mal ainda impera em toda a sua plenitude; os subúrbios destroçados pela peste.

Dia 29 – A epidemia em declínio – o subúrbio agoniza – tudo falta à numerosa população; a população quer que lhe mitiguem a fome.

Dia 30 – Continua a devastação da peste da guerra; a epidemia decresce – mas a ameaça da calamidade ainda paira no ar...

Dia 31 – Na cidade, os casos novos decrescem – nos subúrbios a peste e a fome dizem a população; a epidemia – a cidade vai se convalescendo sob um aspecto sombrio. (Jornal do Brasil, 16 a 31 de outubro de 1918; A Razão, 22 a 31 de outubro de 1918).

Como reage a classe operária diante dessa terrível situação?

Ainda no primeiro dia do mês, antes que a gripe espanhola se alastrasse, a União Geral dos Metalúrgicos protestava contra a prisão arbitrária do secretário-geral da UGT, Antonio Fernandes, e declarava que daria todo apoio moral e material à UGT, se esta resolvesse decretar a greve geral em proveito de todos.

Ao longo da primeira semana, explodem greves em várias fábricas de tecidos, e a UOFT denuncia que os industriais não estão cumprindo o acordo celebrado em agosto/setembro, que previa, além de aumento salarial, 56 horas de trabalho semanal. Em outubro, com as fábricas de tecido de algodão superestocadas, os patrões resolvem diminuir a produção, o que implica uma redução do salário real dos trabalhadores. (*A Razão*, 3, 4, 5, 10 e 11 de outubro de 1918).

À medida que a gripe vai assumindo caráter epidêmico e vai se alastrando, vai dificultando o trabalho de mobilização e a resistência operária à exploração patronal.

Já no final do mês, diversas associações operárias criam um Comitê Pró-Combate à Epidemia, com o objetivo de “realizar uma obra de dignificação moral e social dos trabalhadores”, de tentar melhorar a situação da população proletária, “flagelada pela peste e pela fome, e desamparada por uma longa miséria agravada nos últimos dias pela cessação quase completa do trabalho a que foi forçada pela terrível epidemia que ora nos assola”. (*Jornal do Brasil*, 28 de outubro de 1918).

No dia 30, a UOFT encaminha um ofício ao Centro Industrial, no qual reivindica abono de 50% nos ordenados dos operários parados por causa da epidemia; e dispensa do

pagamento dos aluguéis das casas de propriedade de empresas industriais. (*A Razão*, 30 de outubro de 1918).

Enquanto isso, a peste e a fome grassando, devastando a cidade e a vida da população, a polícia prende operários que militam no Comitê Pró-Combate à Epidemia, e o dr. Leopoldo Bulhões, responsável pelo Comissariado de Alimentação Pública, permanece em sua residência em Petrópolis...

Em novembro de 1918 tem início um processo de reconstrução, um verdadeiro renascimento da cidade do Rio de Janeiro, que lentamente vai se recuperando dos efeitos da terrível devastação provocada pela epidemia e pela fome.

Com pequenas variações, a notícia referente à “*influenza* espanhola” veiculada pelo *Jornal do Brasil* ao longo da primeira semana do mês é a seguinte: “A epidemia declina – o mal decresce consideravelmente”. (*Jornal do Brasil*, 1 a 8 de novembro de 1918).

Por sua vez, *A Razão*, embora confirme que “a epidemia entra em sua fase de declínio”, enfatiza a “progressão aniquiladora da fome”, que “continua a auxiliar a devastação da epidemia”, em especial nos subúrbios desassistidos, mas também no “coração da cidade”. Nos dias 5 e 6, o jornal critica duramente a violência policial contra os operários e a população pobre em geral, e no dia 7 alerta que “o sr. Aurelino Leal, perseguindo o proletariado, fomenta uma revolução!”. Seguem-se trechos do artigo:

As violências praticadas pela polícia arbitrária do sr. Aurelino Leal já atingem ao máximo do absurdo [...] o homem mais nefasto e arbitrário que já passou pela chefia da polícia, querendo tornar-se agradável ao novo governo do sr. Rodrigues Alves, está, sem o menor pretexto, cometendo as maiores torpezas, amordaçando, prendendo, punindo o operariado carioca, aproveitando-se ignobilmente da situação anormal e angustiosa por que ele passa, devastado pela peste da guerra e ameaçado pela fome, que já lhe invade os lares. Tudo tem um limite. E essas infames violências poderão trazer para o governo que vai começar no dia 15 uma surpresa desagradável: a greve geral, como protesto coletivo a essas vilanias do sr. Aurelino, e talvez até uma revolução popular. (*A Razão*, 1 a 7 de novembro de 1918).

No dia 10, *A Razão* volta à carga contra as arbitrariedades policiais no artigo “O Governo criminoso”, em que denuncia e protesta contra a prisão de proletários que constituem o Comitê Popular contra a Fome.

No dia 9, a imprensa noticia os resultados de uma recente reunião dos empresários das fábricas de tecidos, promovida pelo Centro Industrial do Brasil. Considerando a conjuntura recessiva, a crise no mercado de tecidos de algodão, as fábricas superestocadas, os industriais decidem que não podem atender aos pedidos da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, especialmente a reivindicação da manutenção ou do retorno às 56 horas semanais de trabalho.

No dia seguinte, *A Razão* publica a resposta da UOFT, na qual transparece um sentimento de revolta e, ao mesmo tempo, de inferioridade ou, ao menos, de fragilidade:

[...] quanto ao voto de pesar lavrado em ata da sessão do Centro, pelos operários que sucumbiram em consequência da epidemia e da miséria, cumpre assinalar que não somos simplórios e que os mortos referidos não necessitam de mais nada, mas sim os vivos, que precisam de pão e um pouco mais de humanidade dos seus patrões que até agora usufruíram o suor dos pequeninos [...]. (*A Razão*, 9 e 10 de novembro de 1918).

Do dia 9 ao dia 14, a imprensa noticia “a Revolução Proletária vitoriosa na Alemanha”. Porém, a partir do dia 12, a notícia de maior destaque é o fim da Primeira Guerra Mundial: – *A vitória dos Aliados – Foi assinado o armistício – A guerra virtualmente terminada – As condições do armistício.*

A paz e a vitória dos aliados são comemoradas com euforia pela população do Rio de Janeiro, que improvisa festas na avenida Rio Branco. A cidade é tomada por um clima festivo, que aos pouco vai sendo substituído ou compartilhado pela expectativa em torno da posse, prevista para o dia 15, do novo governo da República eleito em março. Enfermo o presidente eleito, Rodrigues Alves, toma posse interinamente na presidência o vice-presidente, Delfim Moreira, que mantém o ministério escolhido pelo titular do cargo. (*A Razão*, 9 a 14 de novembro de 1918; *Jornal do Brasil*, 11 a 15 de novembro de 1918). Rodrigues Alves não chegaria a tomar posse, vindo a falecer em janeiro de 1919.

No dia da posse, o *Jornal do Brasil* publica o artigo “A paz social”, que enfatiza a necessidade do respeito à ordem, à autoridade, à disciplina. Seguem-se trechos:

Finda a guerra, isto é, subjugado o militarismo prussiano, que como uma ameaça permanente pairava sobre a Europa, resta agora aos povos, que se mobilizaram para a luta, gozarem tranquilamente os frutos da liberdade, da justiça e do direito, adquiridos nesta sangrenta jornada de 52 meses [...]. E ao Brasil mais do que nunca se desenha um futuro auspicioso [...] as magníficas possibilidades que se deparam aos nossos operários. Mas para que possamos delas gozar, nunca como neste momento impõem-se à nossa sociedade a ordem, o respeito à autoridade, a fé no poder da democracia, o trabalho dentro da disciplina, para o gozo sereno da paz social. (*Jornal do Brasil*, 15 de novembro de 1918).

No mesmo dia, *A Razão* alerta os trabalhadores, no artigo “Aos operários”, contra os “políticos profissionais”:

O operariado brasileiro não tem mais o direito de se iludir com os políticos profissionais. O operariado brasileiro já deve estar farto de ser ludibriado por essa gente. Até hoje, as classes trabalhadoras do país não tiveram um verdadeiro amigo nas altas regiões do poder público [...]. O operariado brasileiro está sendo trabalhado

por celerados que querem pô-lo ao serviço das suas miseráveis maquinações. Alerta, pois, homens do trabalho! (*A Razão*, 15 de novembro de 1918).

É esse o clima vivido na cidade do Rio de Janeiro, capital da República, às vésperas da insurreição anarquista. Um misto de tensão, angústia, expectativa e euforia.

O Campo de São Cristóvão foi o palco central dos acontecimentos de 18 de novembro no Rio de Janeiro. Entre 15 e 16 horas, os trabalhadores têxteis paralisaram as atividades, declarando-se em greve em praticamente todas as fábricas de tecidos da cidade, e mesmo em cidades vizinhas, como Niterói, Petrópolis e Magé. Trabalhadores metalúrgicos e da construção civil aderem à greve. Logo depois, grupos de operários grevistas começam a convergir para o Campo de São Cristóvão, tomado às 17 horas por centenas de trabalhadores, principalmente operários das fábricas de Vila Isabel, Andaraí e subúrbios. O objetivo era atacar e tomar tanto a delegacia de polícia do 19º Distrito como a Intendência da Guerra e apossar-se do armamento e do fardamento. Os amotinados vestiriam as fardas e tinham a expectativa de que, quando as Forças do Exército viessem reprimi-los, os soldados, ao contrário, iriam com eles confraternizar. Partiriam, em conjunto, em direção à cidade, dinamitariam a sede da Prefeitura, atacariam e tomariam o palácio da polícia e o quartel-general da Brigada Policial. Enquanto isso, operários vindos de Bangu tomariam a fábrica de cartuchos de Realengo; operários da Saúde tomariam o quartel de polícia do bairro; metalúrgicos dinamitariam uma das torres da Light para que a cidade ficasse às escuras; operários vindos da Gávea e do Jardim Botânico tomariam o Palácio do Catete, “aprisionando o presidente e içando uma bandeira vermelha”, e o da Câmara, prendendo o maior número possível de deputados. Seria, então, proclamado o Conselho de Operários e Soldados.

O conflito em São Cristóvão, bastante violento, com tiros e explosão de bombas de dinamite, terminou com os operários (depois de terem invadido a delegacia de polícia) em fuga, perseguidos por praças da cavalaria do Exército, auxiliada pela polícia. A expectativa da adesão dos escalões inferiores das Forças Armadas à insurreição – alimentada tanto pela greve da Cantareira acima comentada como pelas experiências da Rússia e, mais recente, da Alemanha em processo revolucionário, onde “as tropas fraternizavam com o povo” – foi mais uma vez frustrada, revelando quão ilusória era essa expectativa. Tanto os soldados do Exército quanto os da Brigada Policial não só não aderiram à revolução social, como cumpriram disciplinadamente seu papel de “carrascos do povo”, dispersando os grupos operários à pata de cavalo, provocando com essa atitude a “maior desilusão nos amotinados”.

Além da repressão, também a traição: foi um militar, o tenente do Exército Jorge Elias Ajus, o principal responsável pelo fracasso da insurreição. Infiltrado no movimento, a partir

de relações de vizinhança com o militante anarquista Ricardo Corrêa Perpétua, diante do qual fingiu compartilhar as mesmas ideias, Ajus participou – como agente da polícia, à qual informava detalhadamente tudo o que se passava, todos os preparativos da conspiração – das últimas e mais importantes reuniões preparatórias da insurreição, chegando mesmo a ficar responsável pela elaboração da estratégia militar do levante. Seu depoimento, prestado no inquérito instaurado pelo delegado Nascimento Silva, confirma a delação.

Por volta das 14 horas do dia 18, foram presos no escritório do professor José Oiticica, na rua da Alfândega, 22, no centro da cidade, e em suas imediações, os “cabeças” do movimento insurrecional, militantes anarquistas que ao longo do ano tinham se destacado no trabalho de propaganda libertária nos sindicatos operários, “as figuras mais importantes dos meios libertários: José Oiticica, Astrojildo Pereira, Manuel Campos, Carlos Dias, Álvaro Palmeira, José Elias da Silva, João da Costa Pimenta, e Agripino Nazaré”. Estava sufocada, no nascedouro, pela “pronta e enérgica ação da polícia”, a insurreição anarquista. (ADDOR, 2002, p. 121-127)

Ao comentar o levante anarquista no capítulo “Os tumultuados dias de novembro de 1918”, Edgar Rodrigues enfatiza a legitimidade das reivindicações operárias – o trabalhador vivia em “estado de miséria, de fome latente”. Afirmar que alguns militantes libertários, dentre eles Fábio Luz e João Gonçalves, discordavam do movimento. Afirmar também que “o que apavorou as autoridades foi a distribuição de manifestos incitando os soldados a se rebelarem, inclusive na Vila Militar, chegando mesmo a haver suspeitas de que alguns soldados estavam dispostos a apoiar o movimento”. (RODRIGUES, 1972, p. 227). Como vimos, expectativa que se revelou ilusória. Rodrigues atribui o fracasso da revolta à delação e à violenta e eficaz repressão desencadeada em seguida, malgrado a corajosa e solidária resistência dos trabalhadores. Nas palavras do autor:

[...] o Palácio do Catete reforçou sua guarda e os ministros militares, apenas três dias depois da posse em seus cargos, estavam apavorados com um movimento que não houvera realmente, porque, traído, abortou ao nascer [...] o desfecho deste movimento foi algumas deportações e expulsões do território brasileiro [...] as autoridades resolvem desterrar José Oiticica para Alagoas, Agripino Nazaré para a Bahia, e os demais ficaram detidos no Rio, sendo postos em liberdade pouco depois [...]. (RODRIGUES, 1972, p. 227-233).

Finalizando o capítulo, um elogio à solidariedade e à resistência dos trabalhadores:

[...] As autoridades principiam a vacilar diante do corajoso revide do movimento social onde se fundiam e se mesclavam socialistas, anarquistas, sindicalistas

revolucionários, operários sem ideologia definida e livres-pensadores. (RODRIGUES, 1972, p. 227-233).

Delatada e esmagada no nascedouro a insurreição libertária, a greve operária seguia seu curso, “até certo ponto independente da atividade dos anarquistas”.²¹ (*Jornal do Brasil*, 20 a 30 de novembro de 1918; *A Razão*, 20 a 30 de novembro de 1918). Além de metalúrgicos e operários da construção civil, estavam paralisadas praticamente todas as fábricas de tecidos da cidade, com dezenas de milhares de trabalhadores em greve. *A Razão* chega a mencionar setenta mil grevistas, dos quais cerca de quarenta mil tecelões. Já na tarde do dia 18, a polícia cerca as imediações das maiores fábricas – na Gávea, em Botafogo, em Laranjeiras, em Vila Isabel, no Andaraí, em Deodoro, em Bangu – para garantir a propriedade e a “liberdade do trabalho”.

Na mesma tarde, o chefe de polícia Aurelino Leal conferencia no Palácio do Catete com o presidente em exercício, Delfim Moreira, com o ministro da Justiça, Amaro Cavalcanti, e com o ministro da Guerra, general Cardoso de Aguiar, a respeito do “movimento subversivo” que ameaça a cidade e a própria República.

A polícia, recebendo ordens severas e terminantes para agir com energia em defesa da ordem, da segurança e da tranquilidade públicas, e para impedir que a capital da República caia no domínio da anarquia, nas mãos dos “mazorqueiros estrangeiros”, desencadeou uma violenta escalada repressiva que se prolongará até os primeiros dias de dezembro. Numerosas prisões – além da já mencionada detenção dos “cabeças” do movimento, mantidos incomunicáveis na repartição central de polícia – são efetuadas: cerca de duzentas pessoas são detidas, entre militantes anarquistas, operários e indivíduos considerados “suspeitos”.

Apesar da escalada repressiva e das crescentes intimidações, prossegue a greve pacífica de tecelões, metalúrgicos e operários da construção civil. No dia 21, a imprensa noticia o fechamento violento das sedes das três associações de classe às quais eram filiados os grevistas: a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, a União Geral dos Metalúrgicos, e a União Geral da Construção Civil; no dia seguinte é noticiado o fechamento de várias sucursais de bairros.

²¹ Ver FAUSTO, Boris, *Trabalho urbano e conflito social*, op. cit.; ADDOR, Carlos Augusto, *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, op. cit.; ver também a recente dissertação de mestrado de NÉBIAS, Wellington Barbosa (UFRJ, 2009), *A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores*, na qual o autor enfatiza a autonomia da greve operária em relação ao levante anarquista, chegando a afirmar que se tratava de dois movimentos distintos. Ver a também recente tese de doutorado de OLIVEIRA, Tiago Bernardon de, (UFF, 2009), *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*, em que o autor analisa a greve geral de 1917 em Porto Alegre; ver ainda Edgard Leuenroth, *Anarquismo: roteiro de libertação social*. São Paulo: Centro de Cultura Social de São Paulo; Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.

A *Razão* denuncia diariamente os desmandos, violências e arbitrariedades da polícia do sr. Aurelino Leal, sempre referido como o “Trepoff [chefe da polícia czarista russa, famoso por sua violência] brasileiro”. Ainda no dia 22, o governo federal assina um decreto dissolvendo a União Geral dos Trabalhadores – “na época da vitória das democracias...”, comenta A *Razão*.

Continua, porém, a greve. A UOFT condiciona a volta ao trabalho ao atendimento das seguintes reivindicações: completa liberdade de pensamento; seis dias de trabalho por semana; salário mínimo; jornada de oito horas.

Os patrões, respaldados pela repressão policial, endurecem sua posição: recusam-se a atender às reivindicações dos operários e, considerando que a UOFT estaria dominada por “elementos anarquistas estranhos à classe”, não mais reconhecem a União como entidade representativa dos operários têxteis, tornando nulos os acordos até então firmados e recusando-se a partir de então a negociar com a UOFT. Finalmente, fazem publicar um ultimato no dia 24, determinando que os trabalhadores voltem às fábricas no dia seguinte. Além disso, enviam um ofício ao chefe de polícia, congratulando-o por ter sufocado o movimento de “anarquistas e desordeiros”.

Os operários ainda resistem alguns dias. Porém, violentamente reprimidos, encurralados, coagidos pela presença da polícia e de forças militares nas portas das fábricas, e até mesmo “literalmente arrastados de casa para o serviço”, acabam aos poucos cedendo às pressões: a greve vai esmorecendo. No dia 30, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos determina a volta ao trabalho. Os operários retornam completamente derrotados, sem conquistar nenhuma das reivindicações apresentadas. (*Jornal do Brasil*, 19 a 24 de novembro de 1918; A *Razão*, 20 a 30 de novembro de 1918). Assim termina o mês de novembro de 1918.

Em dezembro, 180 presos serão deportados da capital federal, em condições as mais precárias a bordo de um navio, depois de muitos deles terem sido barbaramente espancados a sabre e chicote por esbirros policiais.

Já em março de 1919, 14 indivíduos são pronunciados como incursos nas penas do artigo 107 do Código Penal – crime de atentado –, sendo denunciado como cabeça o dr. José Rodrigues Leite e Oiticica, e como coautores, Agripino Nazaré, Álvaro Palmeira, Astrojildo Pereira, Ricardo Corrêa Perpétua, Carlos Dias, Manuel Campos, João da Costa Pimenta, Gaspar Gigante, Manuel Castro, Joaquim Moraes, Manuel Domingues, Oscar Silva e Adolfo Buste.

É importante observar que dos 14 indivíduos pronunciados, dez são brasileiros natos, outros três, portugueses com longa residência no Brasil e apenas um, espanhol (Manuel Domingues), vive há menos tempo no Brasil. (*A Plebe*, nº 6, 29 de março de 1919, apud ADDOR, 2002, p. 129). Apenas essa constatação já é suficiente para demonstrar como são falsas as alegações da polícia, do governo, dos industriais e da imprensa burguesa, de que a insurreição de novembro de 1918 no Rio de Janeiro teria sido obra de anarquistas estrangeiros, desordeiros que “insuflam e exploram” o laborioso, patriótico, honrado, pacífico e ordeiro, porém “ingênuo”, operariado nacional, incutindo-lhe “alucinadas ideias revolucionárias” e incitando-o a participar de desordens e manifestações que perturbam e ameaçam a paz, a segurança e a tranquilidade públicas.

O anarquismo – “planta exótica”, inadequada ao clima brasileiro, importada da Europa por indivíduos “expulsos de seus países de origem, sem pátria, sem família, sem lei, sem trabalho, sem religião nem residência fixa”, enfim verdadeiros “mazorqueiros profissionais” – seria então o principal responsável pela “artificial” introdução da luta de classes na sociedade brasileira. Os operários, sem dúvida, têm reivindicações justas e legítimas, mas elas devem ser obtidas por meios pacíficos, através da negociação, e nunca por meios violentos que ameaçam as instituições, os poderes constituídos.

Um artigo publicado pelo *Jornal do Brasil* em 20 de novembro – “A ordem acima de tudo” – ilustra bem essa visão dominante sobre o anarquismo e a questão operária. Seguem-se trechos:

Não estão impassíveis os agitadores profissionais, os que vivem a sonhar com um estado de coisas que lhes seja inteiramente favorável aos interesses e às ambições [...]. Na esfera das coisas públicas, nada ocorre que possa justificar a subversão [...]. Era ao texto da lei precípua do regime que se devia pedir inspirações e jamais à anarquia [...]. Estivesse generalizado, como dogma útil da educação, o amor às coisas das nossas indústrias, e esses bandoleiros da política republicana não fariam da alucinação revolucionária um estado de espírito [...] estariam em outra esfera engrandecendo a pátria, concorrendo para o aumento da nossa produção [...]. (*Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1918).

Não surpreende a posição da grande imprensa, falando em “bandoleiros” e “alucinação revolucionária”; esses jornais expressam a ideologia e os interesses da burguesia, de frações ou setores dessa classe. De todo modo, o anarquismo (via insurreição) ganha espaço nessa grande imprensa, inclusive com manchetes na primeira página.

Surpreendente, até certo ponto, é a posição do jornal *A Razão*, que se proclama um órgão defensor da “causa das classes que trabalham”, e efetivamente defende greves operárias, assim como denuncia e condena arbitrariedades e violências policiais. Entretanto,

comentando a insurreição de 18 de novembro, *A Razão* se aproxima da visão dominante, segundo a qual os anarquistas seriam elementos estranhos à classe e ao movimento operário, “mazorqueiros” interessados em “explorar” a greve operária em proveito das “suas delirantes ambições”. Para *A Razão*, é preciso separar o joio (os “anarquistas arruaceiros”) do trigo (os “verdadeiros homens do trabalho”). Reproduzimos trechos do artigo “O joio e o trigo”, publicado no dia 19 de novembro, que expressa claramente a posição de uma imprensa “operária” (na verdade, de inspiração positivista) e radicalmente antianarquista:

É preciso separar o joio do trigo. Os operários têm razão. Mas, os operários propriamente ditos, isto é, os verdadeiros homens do trabalho, as classes proletárias, sempre exploradas e sacrificadas pela ganância dos patrões e pela injusta prevenção dos governos. Porque é preciso não confundir [...] as legítimas reivindicações do operariado com as manobras dos políticos despeitados e mazorqueiros [...]. O operariado não se desmanda nem se desvaria [...]. Não promove arruaças nem assume atitudes subversivas [...]. Os operários tecelões abandonaram o trabalho em manifestações ordeiras [...]. Ao mesmo tempo, os arruaceiros previamente contratados pelos políticos, dos quais se tem feito eco certa imprensa que vive a pregar a subversão social e política para que assim se opere a desejada revolução que lhes entregue o poder, ensaiaram um começo de motim [...]. O operariado brasileiro sempre se conduziu com grande abnegação e patriotismo [...].²² (*A Razão*, 19 de novembro de 1918).

Em suma, o joio e o trigo, parábola bíblica utilizada com frequência, estejam explícitos ou não esses termos, pelo discurso conservador, de vários matizes, com o objetivo de tentar desqualificar o anarquismo. Daí o título deste capítulo de nossa tese.

Comentei, no meu livro *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, especialmente no item “Ecos de novembro” (no capítulo3), as reações ao levante anarquista, tanto no âmbito da sociedade civil quanto no interior do aparelho do Estado. Neste, condenação unânime, tanto à insurreição, quanto, de modo mais geral, ao próprio anarquismo, seja no Poder Executivo, como no Judiciário, e também no Legislativo. E, neste último, nas três casas que debateram o tema: o Conselho Municipal, com seus intendentess; a Câmara dos Deputados, e o Senado Federal. Não nos esqueçamos que a cidade do Rio de Janeiro é, então, o Distrito Federal, a capital da República, sede de todos os poderes acima citados. O Palácio do Catete não estava tão distante do Campo de São Cristóvão. Todas as casas legislativas enviam telegramas de congratulações ao chefe de polícia dr. Aurelino Leal, pela “presteza e energia” com as quais

²² Ver também os artigos “Política voraz e alucinada” (20/11/1918) e “Operários, anarquistas e politiqueiros” (21/11/1918).

conteve o movimento subversivo. Apenas no Senado Federal, observei uma “quase exceção”, uma nuance em relação a essa atitude de simplesmente parabenizar a repressão policial.

Trata-se do senador Lauro Müller, por Santa Catarina, que, embora assine o telegrama de congratulações a Aurelino Leal, condene “todos os tumultos e todas as perturbações da ordem, todas as tentativas de perturbar a vida política, a vida econômica, a vida social e a vida das famílias na República”, e considere a insurreição meramente uma “desordem”, também afirma que o Brasil é “uma República que, do ponto de vista da legislação social, está em atraso [...]” e compreende que havia chegado o momento de legislar, de produzir uma legislação social que organizasse e regulasse o trabalho e suas relações com o capital. Nas suas palavras, é necessário:

[...] entrarmos no trabalho das reformas de caráter social, que deem tranquilidade à sociedade, armando o governo e dando às classes que produzem e trabalham na nossa sociedade organização legal e capaz de satisfazer às aspirações que realmente tenham por si a justiça; [é necessário que] o trabalho seja regulado por leis que lhe deem garantias necessárias, garantias à sociedade, garantias aos patrões, garantias aos operários [...]. (*Diário do Congresso Nacional*. Outubro a novembro de 1918; 124ª Sessão do Senado Federal, em 20 de novembro de 1918).

Essa compreensão, ainda minoritária no âmbito do Estado brasileiro, e decorrente de um ascenso do movimento operário, significa o início de um processo de ruptura com a ortodoxia liberal então vigente, com o liberalismo ainda hegemônico.

No âmbito da sociedade civil, já comentamos a radicalização patronal, o endurecimento da posição dos empresários da indústria têxtil que, organizados no Centro Industrial do Brasil, desqualificam a União dos Operários das Fábricas de Tecidos, recusam-se a continuar negociando com o sindicato operário e lançam um ultimato, aliás bem-sucedido, ordenando a volta dos grevistas ao trabalho.

Comentamos também um artigo da grande imprensa (*Jornal do Brasil*) e outro de um órgão “defensor da classe operária” (*A Razão*), ambos condenando tanto o anarquismo quanto, mais especificamente, a insurreição de novembro. Também a *Folha Nova*, órgão do Partido Socialista do Brasil, condena o “ensaio de revolução anarquista [...] realmente cômico”, num artigo em que implicitamente dissocia os anarquistas da classe trabalhadora e explicitamente assume sua posição reformista: “[...] Somos reformadores, queremos a emancipação do proletariado [...]”. (*Folha Nova*, 4 de janeiro de 1919; apud BANDEIRA, 1967, p. 142)

Em suma, uma quase unânime condenação, tanto do anarquismo como, ainda mais veementemente, do levante. Fora do círculo dos militantes libertários, mas deles próxima intelectual e ideologicamente, uma voz quase isolada sai em defesa das “teorias anarquistas e maximalistas”. Trata-se de Afonso Henriques de Lima Barreto que, depois de denunciar a mesmice dos artigos e editoriais da grande imprensa sobre os acontecimentos de 18 de novembro, escreve no artigo intitulado “Sobre o Maximalismo”:

Em geral, o que o anarquismo quer é soltar os homens, deixá-los agir livremente, sem leis, nem regulamentos, ou peias legais quaisquer, para que pela livre e autonômica ação de cada uma das forças individuais, em virtude da simpatia que nos solicita, uns para os outros, se obtenha naturalmente o equilíbrio de todas as forças e atividades humanas [...]. (BARRETO, 1956, p. 160).

Lima Barreto nunca foi anarquista, muito menos militante. Aliás, Lima sempre se recusou a se definir politicamente: “[...] não sou republicano, não sou socialista, não sou anarquista, não sou nada: tenho implicações”. (BARRETO, 1956, p. 277).

A sua militância, a sua “missão” era escrever: contos, crônicas, artigos, romances, uma impressionante produção, pela qualidade literária e pela quantidade de escritos – sua obra completa é composta de 17 volumes, produzidos numa curta vida de 41 anos. A escrita sempre foi sua forma de intervir criticamente na sociedade em que vivia, o Rio de Janeiro, cidade que tanto amava, e também o Brasil e o mundo da “belle époque”. A pena era sua arma. De qualquer forma, sem ser militante *stricto sensu*, Lima certamente se identificava – e o primeiro trecho acima citado evidencia isso – com os valores libertários mais profundos, com a visão de mundo anarquista.²³

A essa altura, creio que podemos e devemos estabelecer um paralelo, uma aproximação entre Lima Barreto e Edgar Rodrigues. Também para este, a escrita sempre foi sua forma (prioritária, quase única) de intervir nas sociedades em que viveu. Seja o Portugal da ditadura salazarista, onde nasceu e de onde fugiu, “em busca da liberdade”, seja o Brasil, terra que escolheu para emigrar e onde se naturalizou. Aqui, viveu e sofreu, como militante anarquista e diretor do Centro de Estudos Professor José Oiticica, a repressão da ditadura militar.²⁴ Indiretamente, através de leituras e estudos e, principalmente, através de memórias e depoimentos de antigos militantes libertários, conheceu também as agruras da ditadura varguista, fartamente documentadas ao longo de sua obra.

²³ Ver LIMA BARRETO, *Obra Completa*, op. cit.; ver SEVCENKO, Nicolau, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, op. cit.; ver também BARBOSA, Francisco de Assis, *A vida de Lima Barreto*, op. cit.

²⁴ Ver, em especial, RODRIGUES, Edgar, *O Anarquismo no banco dos réus*, op. cit.

Assim como para Lima Barreto, também para Edgar Rodrigues, a pena foi sempre, ao longo de seus mais de oitenta anos de vida e cerca de cinquenta anos de reflexões e publicações sobre o socialismo libertário, sua principal arma de combate, nas trincheiras do anarquismo. Certamente, assim como Lima Barreto (e também Euclides da Cunha), Edgar Rodrigues internalizou e desenvolveu a ideia de que tinha uma “missão”²⁵: denunciar as injustiças e lutar por uma sociedade mais livre, solidária, fraterna e igualitária, em suma, uma sociedade mais justa. Para ele, esse objetivo só seria plenamente alcançado pela conquista da Anarquia, pela construção da sociedade da “harmonia anárquica”. Rodrigues transformou, então, através da escrita, sua missão em prática, em militância. Entretanto, se, a nosso ver, é pertinente essa aproximação entre Lima Barreto e Edgar Rodrigues, é certo que há muitas diferenças. Citando, neste momento, apenas uma delas: enquanto Lima tinha “implicâncias”, Rodrigues sempre se definiu (e fez questão de fazê-lo) explicitamente como anarquista (embora também tivesse muitas “implicâncias”).

Voltamos à conjuntura do final dos anos dez no Brasil. As consequências imediatas do movimento de novembro de 1918 na capital federal foram desfavoráveis, talvez desastrosas mesmo, para a classe operária, para o trabalho organizado: violenta escalada repressiva e fechamento de várias associações e sindicatos, como já apontamos. Entretanto, a greve insurrecional de 1918 – não vista isoladamente, mas considerada no contexto das grandes greves que marcaram a conjuntura de ascenso do movimento operário e sindical nos anos 1917-1920 – produziu também consequências mediatas não tão “desastrosas”, de qualquer modo importantes, para a classe trabalhadora. Trazendo a questão social para as manchetes das primeiras páginas da grande imprensa, a greve carioca de 1918 também contribuiu para chamar a atenção do Estado (e do patronato) para a urgência da questão operária, acelerando o encaminhamento, ao nível do poder público, da produção de uma legislação social. A questão operária ganha visibilidade. O discurso, patronal e governamental, que afirmava a “inexistência” de uma questão social no Brasil, que afirmava que no Brasil não havia razão para greves, para anarquismo ou socialismo, perde eficácia, perde sentido.

Nesse caminho, da transição entre a vigência da ortodoxia liberal e a construção do sindicalismo corporativista, trajetória que permeia toda a década de vinte, como veremos no próximo item, o governo brasileiro assina, no ano de 1919, o Tratado de Versalhes, no contexto das negociações da paz, no pós-Primeira Guerra Mundial. É certo que a presença, a leste, da Rússia revolucionária influencia os trabalhos, as reflexões, o clima do Congresso de

²⁵ Ver SEVCENKO, Nicolau, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, op. cit.

Versalhes. Vai crescendo a compreensão, nas mentalidades mais lúcidas, embora ainda minoritárias, da época, tanto no interior do aparelho do Estado (citamos o exemplo do senador Lauro Müller), como entre o empresariado (e aqui um exemplo seria Jorge Street), de que estava chegando o momento de, em linguagem coloquial, “entregar os anéis para preservar os dedos”. Ou seja, atender algumas reivindicações operárias, que passam a ser vistas como justas e legítimas, e contribuir, dessa forma, para evitar a ascendente maré revolucionária, que parecia se internacionalizar, em direção ao Ocidente. A partir de então, o Brasil se compromete a promulgar uma legislação social, um direito do trabalho. Com efeito, o governo cria, já em 1926, no âmbito da Câmara Federal dos Deputados, e no contexto de uma reforma da Constituição de 1891, uma Comissão de Legislação Social, cujo primeiro presidente foi o deputado paulista José Lobo.²⁶

Ao longo do ano de 1919, prossegue a questão da carestia. No capítulo “Exportação e fome”, Edgar Rodrigues apresenta alguns dados sobre a relação entre salários e custo de vida, no período de 1912 a 1922. (RODRIGUES, 1972, p. 214-219).

No dia 9 de março de 1919 militantes anarquistas fundam no Rio de Janeiro o Partido Comunista Libertário, aprovando suas “bases de acordo” e marcando para junho um Congresso – a Primeira Conferência Comunista do Brasil – que iria aprovar os “princípios e fins” do novo partido. O secretário-redator dos 43 “princípios e fins” é o anarquista José Oiticica, que chama esse conjunto de princípios indistintamente de “catecismo anarquista” ou “catecismo comunista”. Para ilustrar, reproduzimos o princípio 24: “Comunismo anárquico ou anarquia é o regime social sem agiotagem”. (RODRIGUES, 1972, p. 240). Nesse momento, em que ainda se acredita numa suposta dimensão libertária da Revolução Russa, os termos anarquismo e comunismo se confundem, e mesmo se fundem nas expressões comunismo anárquico ou comunismo libertário. Como afirma Edgar Rodrigues: “[...] o comunismo então se entendia no mesmo sentido que o socialismo e o anarquismo [...]”. (RODRIGUES, 1972, p. 245). Em maio, é fundada no Rio de Janeiro a Liga Comunista Feminina, cujas “bases de acordo” traziam em apêndice o título “Princípios do Socialismo Anarquista”. É certo que essa (con)fusão reflete também o que antes chamamos, citando Evaristo de Moraes Filho, de “porre ideológico”.

Em junho, a Liga Comunista de São Paulo transforma-se também em partido e, em fins do mesmo ano, surge também em Santos um Partido Comunista. Em Porto Alegre, Abílio de Nequete funda um Grupo Maximalista; e no Recife, Cristiano Cordeiro e Rodolfo

²⁶ Ver “Prefácio” de MORAES FILHO, Evaristo de. In: ADDOR, Carlos Augusto, *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, op. cit.

Coutinho organizam o Círculo Maximalista. Em vários pontos do Brasil nascem grupos denominados maximalistas ou comunistas, todos imbuídos do ideal libertário, e sem fins eleitorais.

O primeiro Partido Comunista durou pouco porque, tendo sido fundado por libertários e com objetivos anarquistas, ao tomarem conhecimento de que na Rússia se fortalecia o Estado com a chamada ditadura do proletariado e a polícia perseguia os ácratas, resolvem os seus fundadores deixá-lo morrer [...]. (RODRIGUES, 1972, p. 246).

Edgar Rodrigues classificou a fundação deste Partido Comunista como “o Primeiro Equívoco”. (RODRIGUES, 1972, p. 234).

No dia 1º de Maio, os anarquistas Edgard Leuenroth e Hélio Negro (Antonio Candeias Duarte) lançam o livro *O que é o Maximismo ou Bolchevismo – Programa comunista*, que também reflete essa confusão ou indefinição ideológica.

Em maio desse ano, o deputado Nicanor Nascimento lê no plenário da Câmara um artigo do jornalista e advogado anarquista Benjamin Mota, no qual este faz um balanço do movimento social, da atuação dos anarquistas e das relações entre imigrantes italianos e trabalhadores brasileiros na cidade de São Paulo na última década do século XIX. Rodrigues reproduz o artigo no capítulo “Um artigo agita a Câmara dos Deputados”. (RODRIGUES, 1972, p. 210-213). O deputado Nicanor Nascimento foi, ao lado de seus pares Deodato Maia, Maurício de Lacerda e Medeiros e Albuquerque (autor do primeiro projeto de lei sobre acidentes de trabalho, que se arrastou na Câmara de 1904 a 1919), dos poucos parlamentares (além do já citado senador Lauro Müller) a demonstrar, ao longo das três primeiras décadas da República, alguma sensibilidade para a questão social, para a chamada “causa operária”.

Entretanto, em relação ao anarquismo e à insurreição acima comentada, até mesmo o “reformador” socializante Nicanor Nascimento produz, em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, no dia 20 de novembro de 1918, sua versão do “joio e do trigo”: Nascimento considera a greve operária “justa, indeclinável, inevitável”, e legítimas as reivindicações dos quarenta mil trabalhadores em greve pacífica. É preciso, contudo, distinguir a greve operária, “fenômeno natural, reação social necessária, explicável, do fenômeno artificial: a exploração anárquica”. É necessário distinguir as reivindicações dos operários, “elementos da ordem”, dos interesses dos grupos que vieram “pescar nas águas turvas”, que queriam “perturbar a ordem pública pelo amor à anarquia”. (Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*, volume XI (1918), Sessões de 1º a 30 de novembro de 1918.)

Nesse mesmo mês de maio, no dia 8, José Oiticica publica no *Jornal do Brasil* um artigo em resposta a Maurício de Medeiros, que afirmara, em artigo publicado no *Imparcial*, que o proletariado carioca não entende o significado das expressões contidas nas faixas conduzidas pelos trabalhadores na passeata do 1º de Maio. Replica Oiticica:

Em que se baseia o articulista para afirmar que a massa proletária de desfile de 1º de Maio não compreendia o valor daquelas expressões no seu verdadeiro sentido? O desfile, organizado por anarquistas, os sessenta mil manifestantes desse memorável dia eram, na sua quase totalidade, anarquistas, aspirantes conscientes ao anarquismo: foram eles mesmos que pintaram os seus dísticos, fórmulas do pensamento deles, do ideal deles, das suas aspirações para a liberdade... o sr. Maurício de Medeiros não sente a miséria proletária, não anda nos meios proletários, não poderá nunca penetrar a consciência proletária de hoje em dia, muito menos perceber o sentido verdadeiro das suas reivindicações [...]. (RODRIGUES, 1972, p. 249).

Ainda no dia 1º de Maio surge no Rio de Janeiro *O Germinal*, “quinzenário comunista” que publica, no seu primeiro número, o artigo “Soluções integrais”, do militante anarquista Astrojildo Pereira: “[...] O problema, a estas horas, não admite mais panaceias [...]. Há que transformar, não remendar, o regime social. Há que abolir a propriedade [...], descentralizar toda a administração da sociedade, destruindo o Estado e toda a engrenagem do mando e da opressão [...]”. (*O Germinal*, nº 1, 1º de Maio de 1919 apud RODRIGUES, 1972, p. 258).

No Dia Internacional do Trabalho, São Paulo é, novamente, palco de intensas lutas. Nas palavras de Edgar Rodrigues:

Os tecelões e os sapateiros declaram-se em greve em São Bernardo, em São Caetano, no Braz, na Mooca e no Bom Retiro. As autoridades invadem residências dos trabalhadores que se recusam a trabalhar enquanto não fossem abolidas as multas, e prendem grevistas. Isto tumultuou o 1º de Maio e é morto, pela polícia, o operário Constante Castellani, na porta da fábrica Lucinda, em São Bernardo do Campo. O acontecimento leva outros trabalhadores à greve contra as violências governamentais. As costureiras promovem comício público, no dia 5, e logo no dia 7 outro, no Largo da Concórdia, onde se fez sentir a presença da polícia montada. Sucederam-se choques entre grevistas e cavalarianos. O governo de Altino Arantes manda fechar a Federação Operária, todavia surge como um relâmpago o Conselho Geral dos Operários que apresenta as seguintes reivindicações: 1. o dia de 8 horas de trabalho; 2. repouso semanal ininterrupto de 36 horas; 3. proibição do trabalho de menores de 14 anos e do trabalho noturno das mulheres; 4. estabelecimento do salário mínimo [...]; 5. igualdade do salário das mulheres ao dos homens; 6. completo respeito por parte dos poderes públicos às associações operárias e plena liberdade de pensamento [...]. Muitas das reivindicações já tinham sido feitas em outras greves, concedidas em parte, anuladas, todavia, mais tarde, pelos donos das empresas, com a cumplicidade e a proteção estatal. (RODRIGUES, 1972, p. 261-262).

A repressão policial em São Paulo levou à prisão dos professores Adelino de Pinho e João Penteado, das Escolas Modernas nº 1 e nº 2 (“arrancados das salas de aula, diante do

olhar apavorado dos alunos”), e também do libertário português Andrade Catete, da redação do diário anarquista *A Plebe*, ameaçado de expulsão. Edgard Leuenroth, diretor desse periódico, teve que buscar refúgio, bem como Nereu Rangel Pestana, diretor de *O Combate*.

Em Santos, apesar da violência e das intimidações da polícia, que invadiu a sede da Sociedade Beneficente dos Canteiros, no dia 1º de Maio “realizou-se um comício monstro, na Praça Iguatemy Martins, sendo oradores Miguel e Sofia Garrido e outros anarquistas”. (RODRIGUES, 1972, p. 263). No dia seguinte:

[...] os trabalhadores da Cia. Docas declaram-se espontaneamente em greve, pelas 8 horas de trabalho. João Perdigão Gutierrez escreve um manifesto chamando todo o proletariado santista a solidarizar-se com os grevistas. Até os vendedores de bananas entraram em greve. Vitoriosos, os trabalhadores das Docas ganharam as oito horas [...]. (RODRIGUES, 1972, p. 263).

O 1º de Maio de 1919 também foi comemorado em Pernambuco, com um comício público convocado pela Federação Operária. No contexto de uma greve operária com manifestações de rua, “a polícia mata a tiros o operário estivador Pedro Lessa”. No dia do seu enterro, feito pela Federação Operária, as autoridades tentam impedir o acompanhamento. Entretanto, apesar das ameaças e proibições policiais, “o cortejo fúnebre realiza-se numa demonstração de solidariedade e de repúdio aos criminosos”. (RODRIGUES, 1972, p. 264).

Nos primeiros dias de maio, eclodem greves em Minas Gerais, na Bahia, no estado do Rio. Segundo Rodrigues, “[...] era o resultante do estado de desemprego, da miséria, da opressão, da fome e da conscientização ideológica que o trabalhador ia adquirindo paulatinamente [...]”. (RODRIGUES, 1972, p. 265).

No Rio Grande do Sul, declaram-se em greve as operárias costureiras da fábrica de chapéus Reigantz, de Pelotas, e no dia 7 de maio eclode em Porto Alegre um movimento grevista de grandes proporções. A Federação Operária pretende conquistar as oito horas de trabalho para os seus filiados e as autoridades reagem “matando a tiros o operário Delfim José de Castro, 47 anos, brasileiro, casado, pedreiro, deixando duas filhas menores na orfandade”. Nos conflitos, vários operários são feridos e/ou presos. “O proletariado do Rio Grande do Sul, revoltado com as violências, declara-se em greve geral de solidariedade”. (RODRIGUES, 1972, p. 265).

Na cidade do Rio de Janeiro, o dia 1º de Maio foi fartamente comemorado. Amilcar dos Santos, militante da época, comenta em suas memórias:

O 1º de Maio de 1919 foi uma manifestação sem precedentes no Rio de Janeiro. A polícia e o governo ficaram preocupados seriamente. Na avenida Rio Branco, cheia desde a Praça Mauá até à Praça Floriano Peixoto, havia várias tribunas, onde oradores anarquistas defendiam as suas doutrinas sociais, sem o menor constrangimento. Essa grande massa humana, ao longo da avenida, dava vivas à liberdade, à igualdade. Como a polícia se limitou, apenas, a observar sem nenhuma interferência ou restrição, as manifestações terminaram em paz. Floresciam, então, as associações operárias [...]. Os trabalhadores empunhavam flâmulas e estandartes, faixas e outras inscrições com os mais veementes protestos contra a burguesia e seus crimes no Brasil e no mundo [...]. (SANTOS apud RODRIGUES, 1972, p. 262-265).

No mês de junho, militantes anarquistas e sindicalistas promovem uma grande festa na Quinta da Boa Vista, com objetivo de angariar fundos para a publicação de um diário libertário, a exemplo de *A Plebe*, de São Paulo. A festa campestre, com programação variada (récitas, representações teatrais, música, corridas de saco, jogos infantis, *football*) “conseguiu encher a Quinta” e foi documentada fotograficamente pela revista *Careta*, de 21 de junho, sob a direção do militante anarquista Domingos Ribeiro Filho. (RODRIGUES, 1972, p. 266).

No dia 14 de julho de 1919, 130º aniversário da tomada da Bastilha, é fundado em Fortaleza o jornal *Ceará Socialista*, e no mesmo mês aparece em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, *Aurora*, jornal de crítica social.

No dia 2 de agosto *A Plebe*, de São Paulo, anuncia o surgimento, no Rio de Janeiro, de um novo jornal libertário, ao qual dá as boas-vindas: trata-se de *Spartacus*, o “novo combatente da Revolução Social”, que conta no seu grupo de redatores com José Oiticica, Astrojildo Pereira, Santos Barbosa e Adolfo Busse. (*A Plebe*, 2 de agosto de 1919, apud RODRIGUES, 1972, p. 258-259).

A partir da consulta a edições do jornal libertário *A Plebe*, entre os meses de julho a outubro de 1919, Edgar Rodrigues dá notícias de várias greves operárias nesse período, dentre as quais as seguintes: no Rio de Janeiro, greves dos operários das fábricas de tecidos Confiança, em Vila Isabel, e Aliança, em Laranjeiras; dos operários de cigarros da Souza Cruz; dos motorneiros de bondes da Light e dos trabalhadores da Cia. Armour, de carnes frigorificadas. Em Belo Horizonte, greves de ceramistas, de tamanqueiros, dos operários da fábrica de molduras Aurora e dos trabalhadores da Rede Sul-Mineira. Em São Paulo, greves dos postalistas, dos operários da Cia. Mecânica, da Light, de uma fábrica de botões de pressão, de uma fábrica de louças esmaltadas, greve de moças de uma fábrica de balas, dos ceramistas de Água Branca, dos lixeiros da limpeza pública e dos barbeiros. Estes últimos fundaram o Salão Liberdade, cooperativa profissional que amparou muitos militantes e profissionais desempregados. Segundo Rodrigues, “uma boa experiência de auxílio mútuo e solidariedade humana”. Essa experiência do Salão Liberdade (que acaba sendo fechado pela

polícia, sob alegação de que nele se reuniam “subversivos internacionais”) é comentada, com mais detalhes, por Edgar Rodrigues, em artigo mais recente, dos anos noventa, republicado no volume 3 de *Rebeldias*, em 2005.²⁷ (RODRIGUES, 2005a, p. 180-182).

Edgar Rodrigues informa também, a partir da mesma fonte, sobre o surgimento de novas publicações libertárias: no Rio de Janeiro, *A Seara*; em Belo Horizonte, *Libertas*; em Uberaba, *Libelo Social* (que vem substituir *O Brado*); em Curitiba, *O Proletário*; em Belém do Pará, *A Revolta*, publicação do Grupo Aurora Libertária, dirigida por Marques da Costa; e, em São Paulo, a Liga Operária da Construção Civil publica *O Grito Operário*, que aparece pregando a emancipação social. (*A Plebe*, julho a outubro de 1919, apud RODRIGUES, 1972, p. 267-270).

O recém-fundado Partido Comunista promove, no dia 14 de julho (data da tomada da Bastilha), uma “conferência sociológica” no salão da Internacional, no Largo de São Francisco, na qual o companheiro Florentino de Carvalho dissertará sobre o tema “a derrocada burguesa e o advento do comunismo anárquico”. Esse tema ilustra bem a conjuntura de ascenso do movimento operário, ainda fortemente influenciada pela Revolução Russa. Ilusões revolucionárias.

Diante desse vigor crescente do movimento operário e sindical, que deflagra greves com a participação de dezenas de milhares de trabalhadores, algumas parcialmente vitoriosas, e que leva a questão social (como já afirmamos) para a primeira página da grande imprensa, conferindo-lhe uma inédita visibilidade, o governo brasileiro, segundo Edgar Rodrigues, “apavorado com os indesejáveis libertários”, expulsa dezenas de militantes estrangeiros, dentre os quais José Romero, Luigi Damiani, Alessandro Zanella, Silvio Antonelli, Manuel Perdigão [...] embarcados no “navio *Benevente* para terras da Europa”. (RODRIGUES, 1972, p. 273-274).

Reagindo às violências do governo Epitácio Pessoa, os libertários brasileiros protestam contra as deportações num longo manifesto “Ao povo”, publicado por *Spartacus*, no dia 27 de setembro de 1919. Segue um pequeno trecho do manifesto: “Os indesejáveis, nesta terra, não são os trabalhadores estrangeiros. Estes vieram para o Brasil trabalhar, e aqui trabalham, no mesmo pé de igualdade que os trabalhadores nacionais [...]”. – assinado por dezenas de militantes anarquistas, dentre os quais, Álvaro Palmeira, Antonio Bernardo Canellas, Astrojildo Pereira, Carlos Dias, Domingos Passos, Elisa de Oliveira, José Oiticica,

²⁷ Este artigo, chamado “Os imigrantes”, foi publicado na *Nova Gazeta*, Montijo, Portugal, em 1º de junho de 1996 e republicado em *Rebeldias* 3, 2005, op. cit.

Luiz Perez, Manuel Perez, Minervino de Oliveira, Otávio Brandão, Ulrich d'Ávila. (RODRIGUES, 1972, p. 274-275).

Nesse contexto de radicalização, estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, segundo Rodrigues “numa bem urdida colaboração com as autoridades policiais e o clero”, assaltam a redação do diário anarquista *A Plebe*, empastelam o jornal, destruindo ou jogando à rua tudo que se lhes afigurasse “herege” ou “subversivo”. Imediatamente, dentre outras manifestações, os “estudantes socialistas do Recife” mandam um telegrama à Faculdade de Direito de São Paulo, protestando contra a atitude “reacionária” dos paulistas. (RODRIGUES, 1972, p. 275).

De qualquer forma, para Edgar Rodrigues “1919 foi um ano marcante para o proletariado do Brasil”, num momento em que “o anarquismo já não era um ‘bicho-papão’ e já ninguém fazia segredo para se afirmar anarquista”. (RODRIGUES, 1972, p. 267 e 257)

No início de 1920, nasce em São Paulo mais uma tribuna libertária, mais um porta-voz do proletariado, *A Patuleia*. Em seu primeiro número, de 24 de janeiro, é publicada uma síntese de “como deve ser solucionado o problema social”. Destacamos algumas passagens:

O homem, para viver em sociedade e participar dos seus benefícios, deve, se é apto, trabalhar [...] o trabalho não deve ser uma fadiga puramente manual e mecânica, mas manual e intelectual ao mesmo tempo [...] não deve existir classe governante na sociedade, nenhum governo ou poder que possa dispor da liberdade e dos bens dos cidadãos [...]. As uniões sexuais devem fundar-se no amor; a mulher deve ser econômica e moralmente independente [...]. (apud RODRIGUES, 1972, p. 288).

Estão claros os princípios e valores anarquistas que norteiam o jornal, inclusive no que tange às relações interpessoais. No mesmo número, a folha denuncia arbitrariedades e mentiras do delegado Ibraim Nobre, da polícia santista, que nega a prisão do militante (visto por sua mãe no cárcere) Waldemiro Piesky, para evitar que ele seja solto através de *habeas corpus*. (RODRIGUES, 1972, p. 287-289).

No dia 22, é fundado no Rio de Janeiro, com influência de militantes libertários que desenvolvem campanha a favor do ensino racional, o Grupo Feminino de Estudos Sociais, que publica um “Manifesto à mulher brasileira”, propondo-se a “[...] combater sistemática e eficazmente a escravidão econômica, a escravidão moral e a escravidão jurídica, que asfixiam, degradam e aviltam o sexo feminino [...]”. (RODRIGUES, 1972, p. 291).

No último dia de janeiro, *A Revolta*, jornal de Belém do Pará, dirigido por Marques da Costa, conclamava: “[...] Trabalhadores! Prestai o vosso auxílio à Rússia libertária! [...]”. Comenta Edgar Rodrigues:

Nesta época, ainda se acreditava que na Rússia se implantaria o regime libertário [...]. Não havia conhecimento exato do que estava acontecendo na Rússia [...], no Brasil, o proletariado em geral aguardava com grande expectativa, com ansiedade, o anarquismo vindo do Oriente. Todos ou quase todos pensavam que da Rússia irradiariam os fochos de uma revolução social universal. Essa era a grande esperança do proletariado. Muitos anarquistas enalteciam Lênin e a revolução do proletariado russo, numa doce esperança e num entusiasmo sem fim [...]. (RODRIGUES, 1972, p. 294-296).

No dia 6 de fevereiro, é publicado na capital federal o primeiro número de *A Voz do Povo*: Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em Geral, tendo como diretor Carlos Dias. Segundo Rodrigues, trata-se de um “diário anarquista”. A partir do segundo número de *A Voz do Povo*, no dia 7, José Oiticica, procurando explicar as “notícias contraditórias que surgiam da Rússia”, dá início a uma série de artigos sob o título “Mau caminho”, onde faz críticas aos rumos do golpe bolchevista.

Com o mesmo sentido, o jornal gaúcho *O Sindicalista* traduz o artigo “Sindicalismo não é Marxismo”, de Arnaldo Daniel, publicado no periódico *Rebelión*, de Cádiz, Espanha: “[...] A ditadura do proletariado, cláusula capital da carta doutrinal do marxismo não é, nem muito menos exprime, a finalidade do sindicalismo [...]”. (apud RODRIGUES, 1972, p. 291-293). Começam a tornar-se cada vez mais frequentes, nos meios libertários, sindicais e operários, artigos criticando os rumos da Revolução Russa.

Ainda em fevereiro, aparece em São Paulo o primeiro número de *O Metalúrgico*, órgão oficial da União dos Operários Metalúrgicos, mensário de “ideias sindicalistas”.

Ao longo dos meses de fevereiro e março, eclodem várias greves: tecelões da Fábrica Santa Helena, de Petrópolis; chapeleiros, maleiros, alfaiates, lixeiros, operários da construção civil e trabalhadores da Cia. Mogiana, em São Paulo; ferroviários, em Campinas; maquinistas e carvoeiros, no Rio Grande do Sul.

Nas palavras de Edgar Rodrigues: “[...] marcante na história das lutas proletárias foi a chamada greve da Leopoldina, que levou o anarquista Astrojildo Pereira a escrever um folheto de 32 páginas em defesa daqueles trabalhadores”, que pleiteavam aumento salarial e redução da jornada de trabalho. Também o deputado Maurício de Lacerda publica o artigo “O governo brasileiro, para defender os capitais ingleses, manda fuzilar operários brasileiros”, defendendo os grevistas e atacando o presidente da República. (RODRIGUES, 1972, p. 297-298).

No dia 22 de março, *A Voz do Povo* convoca os trabalhadores à greve geral: “Proletários do Rio, à greve geral! Trabalhadores de terra e mar, uni-vos! Viva a solidariedade

obreira! De pé, de pé para a vitória! A Federação Operária decreta a greve geral”. (RODRIGUES, 1972, p. 299).

Nesse mês de março, *A Hora Social*, órgão da Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, publica as “bases de acordo” dessa federação. Ainda em março, a Liga Socialista de São Paulo publica *A Comuna*, que homenageia a Comuna de Paris e protesta contra o extermínio dos operários da Hungria: “Abaixo o poder da burguesia sanguinária! Abaixo os algozes da comuna húngara! Viva o proletariado húngaro! Viva a Revolução Mundial!”. (RODRIGUES, 1972, p. 289-290).

Enquanto isso, Afonso Schmidt assume a responsabilidade da direção d’*A Voz do Povo*, em substituição a Carlos Dias, e o Partido Comunista expõe, numa série de conferências, o que os anarquistas entendem por “amor livre” e “união livre”.

Diante do crescente número de greves e da convocação pela Federação Operária de uma greve geral, as autoridades reagem da maneira habitual: “[...] recorrem à violência para fazer frente às lutas sociais”. Repressão, fechamento de sindicatos, prisões e deportações. Dezenas e dezenas de militantes e operários são detidos, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, dentre eles Álvaro Palmeira, Fábio Luz, Otávio Brandão, Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho, Maria Nades, Tereza Nades, Tomasina Montsanto. Vários trabalhadores estrangeiros são expulsos, embarcados no navio *Demerara*, com destino à Europa.

Apesar de tudo, anarquistas e operários continuam lutando contra as injustiças cometidas pelas autoridades. Militantes libertários, dentre eles José Candido de Souza e Francisco Vidal, conseguem reorganizar a Federação Operária, que havia sido fechada pela polícia. Trabalhadores, homens e mulheres, continuam com suas atividades culturais.

Os alfaiates fundam o Grupo Germinal, para desenvolver a arte teatral e angariar dinheiro para fundar uma Escola Moderna [...] a Federação Operária do Rio de Janeiro consegue da Companhia Dramática Nacional a realização de um grande festival, no Teatro República, em benefício do jornal libertário *A Voz do Povo*, no dia 30 de abril de 1920 [...]. (RODRIGUES, 1972, p. 301-302).

De 21 a 25 de março de 1920, foi realizado em Porto Alegre o Segundo Congresso Operário do Rio Grande do Sul, com a presença de delegados de trinta associações operárias. Foram realizadas nove sessões, tendo a sessão de abertura do congresso sido presidida por Luiz Derivi, secretariado por Cidália Pinheiro e Manuel José de Andrade. Segundo Edgar Rodrigues, “a tônica do congresso foi essencialmente ácrata”, inclusive com a aprovação de uma moção apresentada por Abílio de Nequete, “saudando o movimento libertário universal e

mais nomeadamente os russos, italianos, portugueses, alemães e argentinos, os atuais vanguardeiros do movimento social”. O congresso, depois de escolher os delegados que iriam representar o proletariado gaúcho no Terceiro Congresso Operário Brasileiro, foi encerrado ao som do hino “Filhos do povo”, “cantado de pé pelos participantes”. Reproduzimos a última estrofe do hino: “[...] Sobre os escombros, a livre comuna/ Sem leis nem amos vivaz surgirá:/ Que a liberdade na vida nos una/ Se tudo é de todos, escravos não há!”. (RODRIGUES, 1972, p. 303- 306).

De 23 a 30 de abril de 1920, realizou-se no Rio de Janeiro, na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, à rua do Acre, 19, o Terceiro Congresso Operário Brasileiro. Foram realizadas seis sessões, e do congresso participaram 150 delegados de associações, sindicatos e federações operárias. Sua Comissão Executiva foi assim composta: Seção do Centro (Secretariado Geral), no Rio de Janeiro: secretário-geral – Edgard Leuenroth; secretário excursionista – Domingos Passos; tesoureiro geral – Antonio Guilherme Lopes/ Seção do Sul, em São Paulo: secretário permanente – Manuel Bueno; secretário excursionista – Teophilo Ferreira/ Seção do Extremo Sul, em Porto Alegre: secretário permanente – Orlando Martins; secretário excursionista – Alberto Lauro/ Seção do Norte, no Recife: secretário permanente – Silva Gama; secretário excursionista – José Elias da Silva (provisoriamente)/ Seção do Extremo Norte, em Belém: secretário-geral – Felipe Fagundes; secretário excursionista – Jorge Adalberto de Jesus.

Em agosto do mesmo ano, foi publicado o *Boletim da Comissão Executiva do Terceiro Congresso Operário Brasileiro*, folheto de 24 páginas, contendo moções, pareceres, conclusões e resoluções aprovadas no congresso, além de informações e notícias do movimento operário, bem como alguns artigos.

Na folha de rosto do *Boletim*, uma ilustração: dois trabalhadores apertando-se as mãos, tendo ao fundo um mapa do Brasil encimado pelo lema “Trabalhadores do Brasil, uni-vos!”, e, mais ao fundo, cenas e locais de trabalho: fábricas e chaminés, um homem arando o campo, um navio singrando o mar. Ao pé da ilustração, o sumário do *Boletim*, e, ladeando a folha de rosto, as seguintes inscrições: “A Emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores” – “Quem não trabalha não come” – “Instrução e ciências” – “Arte e trabalho” – “O Homem livre sobre a terra livre” – “Um por todos, todos por um” – “Paz entre nós, guerra aos senhores!”. (*Boletim da Comissão Executiva do Terceiro Congresso Operário Brasileiro*, ano I, nº 1, São Paulo, agosto de 1920).

Em relação à orientação do movimento operário, o Terceiro Congresso Operário Brasileiro reafirma em suas linhas gerais as resoluções aprovadas nos Congressos de 1906 e

1913 (RODRIGUES, 1972, p. 313)²⁸, acima comentados. Nesse sentido, o artigo “A propósito da organização de um Partido Operário”, assinado por N.V. (Neno Vasco) e publicado na página 3 do *Boletim*, reafirma a concepção anarquista da ação direta e sua recusa da política institucional. O autor critica a proposta de fundação de um “partido operário”, afirmando que o único verdadeiro “partido do trabalho” seria uma confederação operária, formada a partir de federações de sindicatos operários. “[...] A única base de acordo existente e possível para o ‘partido operário’ são os interesses econômicos comuns a todos os trabalhadores [...] o verdadeiro operário não baniria da sua atividade a luta política: baniria unicamente as táticas políticas que dividem o proletariado [...]”. Mais um artigo, “Democracia e sindicalismo”, à página 14, assinado pelo coletivo A Batalha, se posiciona “contra a política parlamentar e pela ação direta”.

Entretanto, a nova conjuntura propõe novas questões. O congresso precisa se posicionar diante da Revolução Russa. Na página 15, na nota “O operariado do Brasil e a situação internacional proletária”, o Terceiro Congresso Operário Brasileiro declara a “sua expectativa simpática em face da Terceira Internacional de Moscou, cujos princípios gerais correspondem às aspirações de liberdade e igualdade dos trabalhadores de todo o mundo”. E, na página seguinte, o mesmo grupo A Batalha assina o artigo “O proletariado e a Revolução Russa”. Seguem trechos:

Defendemos com a maior energia, sem recear perseguições nem violências, a Revolução Russa [...] é uma Revolução Social, devido ao que tem recebido violentíssimos ataques da burguesia de todo o mundo, e o apoio decidido de todos os revolucionários sinceros [...] desejamos sempre ardentemente que a Revolução esmagasse os seus inimigos [...] resultasse vitoriosa a primeira grande tentativa de aplicação dos princípios socialistas que, até agora, excetuando o episódio da Comuna de Paris, não tinham saído do domínio da metafísica [...]. (*Boletim da Comissão Executiva do Terceiro Congresso Operário Brasileiro*).

Em 1920, muitos anarquistas ainda consideram a Revolução Russa uma Revolução Social – ou Libertária e por isso a defendem na sua imprensa.

Na última página do *Boletim*, a Comissão Executiva do Congresso publica uma “Afirmção de princípios do proletariado organizado do Brasil”. Segue o 6º e último item: “Em síntese: a organização operária, constituída sob um princípio de Justiça, tem por fim estabelecer uma sociedade em que todo o produto do trabalho útil de todos seja de fato propriedade de todos os trabalhadores”. (*Boletim da Comissão Executiva do Terceiro Congresso Operário Brasileiro*).

²⁸ Ver também RODRIGUES, Edgar, *Alvorada operária*, op. cit.

A sessão de encerramento do congresso, no dia 30 de abril, termina com os congressistas cantando, de pé, “A Internacional” e o hino “A Batalha”, do qual reproduzimos o refrão: “É justo aos parasitas dar batalha/ A terra só pertence a quem trabalha”. (RODRIGUES, 1972, p. 314-320).

No início do mês de abril, a cidade de Santos foi palco de “lutas brutais e deploráveis acontecimentos”. No dia 5, o delegado Ibraim Nobre expulsa para Portugal o operário Manuel Campos, e dias depois morre o sindicalista Eládio Antunha. No dia 22, declaram-se em greve os tecelões da Fábrica de Chapéus Prado, e ainda no mesmo mês eclode nova greve na Cia. Docas de Santos, dessa vez com “explosões de petardos” às portas de alguns chefes da companhia. Segundo Edgar Rodrigues, a intransigência patronal forçara os trabalhadores a esse ato extremo. “A violência gerava a violência.” (RODRIGUES, 1972, p. 328-329).

O delegado Ibraim Nobre, segundo relato de Diamantino Augusto, traz do Rio de Janeiro marginais e assassinos, para dar combate às organizações operárias, e um desses facínoras introduziu na polícia o “método de caçar trabalhadores a laço, em plena rua da cidade, como se fossem cães”. (AUGUSTO apud RODRIGUES, 1972, p. 329). Esse absurdo gerou revolta nos meios libertários.

No Rio de Janeiro, mais prisões arbitrárias. No final do mês, *A Voz do Povo* noticia a prisão de Paulo de Castro, José Ferrão e Santos Barbosa, “por se recusarem a tirar o chapéu ao toque do “Hino Nacional”, no Teatro República” e três dias depois, a prisão de Lourenço Prado, Joaquim de Oliveira, Gregório Febrer e Bento de tal. (*A Voz do Povo*, 27 e 30 de abril de 1920, apud RODRIGUES, 1972, p. 326).

O dia 1º de Maio foi comemorado “em todos os pontos do país onde havia organizações operárias”, manifestações acontecem em Minas Gerais, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Vitória, Recife, Aracaju, e também, no estado do Rio, nas cidades de Niterói e em Valença. Na capital federal, os trabalhadores promovem manifestações públicas, sendo a mais marcante a da Praça Mauá, onde discursaram, dentre outros, Domingos Passos, José Elias da Silva, Minervino de Oliveira e Orlando Martins. “No encerramento formou-se um cortejo que percorre diversas ruas da cidade ao som de hinos revolucionários e de discursos relâmpagos”. No Centro Cosmopolita, à rua do Senado, falou José Oiticica. (RODRIGUES, 1972, p. 326).

Em 1920, de acordo com Edgar Rodrigues:

[...] respirava-se no Brasil um clima tenso de lutas e agitações. De um lado, o governo de Epitácio Pessoa teimava em desconhecer a questão social. Sua polícia prendia, deportava e expulsava para a Europa, inclusive cidadãos brasileiros. E do

outro, um proletariado idealista, batalhador e valente defensor do que pensava ser seus direitos. (RODRIGUES, 1972, p. 325-326).

As autoridades prendem e deportam dezenas de militantes, embarcados para a Europa nos navios *Demerara*, *Almanzora* e *Tomaso di Savoia*. No Rio de Janeiro, no final de maio, é fundado o Comitê de Defesa dos Direitos do Homem, “visando criar um movimento de opinião pública capaz de impedir ou pelo menos atenuar as decisões violentas do governo, no caso das prisões e deportações em massa”. (RODRIGUES, 1972, p. 328).

Enquanto isso, novas publicações libertárias surgiam. Em São Paulo, no 1º de Maio, *A Obra*, *Semanário de Crítica Sociológica, Arte e Literatura*, dirigido por Florentino de Carvalho; no mesmo dia, aparece *O Rebelde*, número único e especial editado pela União dos Operários em Construção Civil que enaltece a Revolução Social e publica uma foto de Lênin, com os seguintes dizeres: “Admirá-lo, sempre! Idolatrá-lo, nunca!”. (RODRIGUES, 1972, p. 326-328).

Em 1920, Lênin ainda era admirado por anarquistas.

Em agosto, *A Voz do Povo* publica artigo de Otávio Brandão a propósito do Terceiro Congresso Operário, em que o autor afirma que este “veio mostrar que em nosso país só havia no seio do proletariado consciente uma única tendência: a Anarquia Comunista”. Dirigindo-se aos trabalhadores, pede: “[...] meditai sempre nessas poucas palavras que resumem todo o vosso grandioso ideal: organização sindicalista revolucionária; revolução e posse do poder; transformação da sociedade burguesa em sociedade anarquista-comunista”. (*A Voz do Povo*, 22 de agosto de 1920, apud RODRIGUES, 1972, p. 323-324). Mais uma vez, a (con)fusão anarquismo/ comunismo.

No mês de junho, no Rio de Janeiro, mudanças na redação d’*A Voz do Povo*: Afonso Schmidt passa a direção a Álvaro Palmeira, que será assessorado por José Elias da Silva. A redação é transferida da rua da Constituição para a avenida Rio Branco.

Em São Paulo, Artur Campagnoli, criador da comunidade anarquista de Guararema, reclama que a polícia lhe sequestra os jornais vindos da Europa; a União dos Operários em Fábricas de Tecidos cria escolas profissionais para seus filiados.

No Rio, no dia 13, enquanto se realiza um festival no Teatro Lírico, a favor d’*A Voz do Povo*, com a encenação da peça *João José* e com uma conferência de Álvaro Palmeira, a polícia invade a sede da União dos Operários em Construção Civil e prende 16 militantes, dentre os quais Manuel Vitorino e Valentim de Brito.

Dias depois, mais um exemplo da solidariedade proletária: o Grupo Dramático 1º de Maio representou peça, no Centro Galego, em benefício da camarada Elisa de Oliveira. (RODRIGUES, 1972, p. 333-334).

Em julho, mais prisões, dezenas de militantes são detidos em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Niterói, dentre eles Antonio Bernardo Canellas, G. Bottino, Álvaro Palmeira, Domingos Passos, Adolfo Busse, Pedro Matera, Minervino de Oliveira. No Sul, um juiz decreta a expulsão dos operários Fritz Koch e A. Sternack.

Nova mudança, em agosto, n'A *Voz do Povo*: Astrojildo Pereira substitui Álvaro Palmeira na direção.

Em São Paulo, um grupo de ativistas mais visados que fugira à intensificação da repressão policial em Santos, funda um comitê para responder a violência com a violência. Seguem trechos das memórias de um militante libertário:

O proletariado era massacrado pelas autoridades ao primeiro sinal de protesto, à menor reivindicação. A polícia paulista tinha fama na arte das torturas. Dizia-se que ressuscitara todos os métodos da Inquisição. Isto levou um grupo de trabalhadores mais decididos a criar um comitê revolucionário que respondia a cada violência policial com a violência. Desse comitê fizeram parte M. Campos, João Perdigão Gutierrez, L. Adamo, A. Zanella, Cristóvão e I. Iglesias. Seu principal objetivo era chamar a atenção do povo para os atos de torturas cometidos nos ergástulos paulistas [...]. (GUTIERREZ, João Perdigão apud RODRIGUES, 1972, p. 332).

No Rio, apesar do grande número de prisões, “a luta prossegue sem tréguas”. Ao longo dos meses de junho e julho, eclodem, além de um boicote à compra de produtos das firmas mais reacionárias, greves de alfaiates e sapateiros; dos ladrilheiros; dos tecelões da Fábrica de Tecidos Izabel, em Petrópolis. Em agosto, greve dos operários da construção civil, em Petrópolis; greve dos taifeiros, cozinheiros e panificadores do Loide Brasileiro; greve dos carpinteiros; greve dos padeiros. Já em setembro, greve dos trabalhadores do cemitério de Maruí, em Niterói; dos cocheiros e carroceiros, também em Niterói; greve dos marmoristas, no Rio; greve dos garçons, com o título “Guerra à gorjeta”, também no Rio. No mês de outubro, a Federação Operária de Niterói decreta uma greve geral por 48 horas; greve dos carvoeiros da Ilha do Viana, Niterói; greve de operários de 14 fábricas de carvão da Casa Lage – Companhia Cantareira, em Niterói. Em novembro, greve de operários de fábricas de tecidos em Petrópolis, em protesto pela demissão de nove crianças; greve de operários em fábricas de cervejas, na capital.

No Ceará, já no mês de dezembro, entram em greve os trabalhadores do porto.

Na capital federal, em outubro, a União dos Operários da Construção Civil deflagra uma greve de protesto contra a prisão dos irmãos Silva, filiados ao sindicato. “Os grevistas resolvem promover uma passeata pela avenida Rio Branco, protestando contra a onda de prisões, e a polícia metralha os trabalhadores”. Mais inúmeras prisões de operários são efetuadas, tendo alguns militantes sido deportados. (RODRIGUES, 1972, p. 335).

Em dezembro de 1920, o jornal *A Pátria* denuncia: “Operários brasileiros impedidos de desembarcar pela polícia, sob a alegação de serem agitadores espanhóis. Entre eles, Hermenegildo de Souza, Valentim de Brito e Marcelino dos Santos”. E, completando a nota: “Brasileiros deportados como espanhóis: Manuel Perdigão Saavedra e Francisco Ferreira, após 14 meses de ausência, voltam ao Brasil”. (*A Pátria*, 8 de dezembro de 1920, apud RODRIGUES, 1972, p. 336). Duas faces da mesma moeda da arbitrariedade policial.

Enquanto lutam e resistem à opressão patronal/policial, os trabalhadores continuam produzindo cultura: peças de teatro, conferências, cursos, escolas de ensino racional. Vamos agora reproduzir o primeiro dos “Dez mandamentos internacionalistas” (em resposta aos “Dez mandamentos cívicos”, lidos pelo sr. Coelho Neto, na Liga da Defesa Nacional) publicados pela *A Voz do Povo*: “Ama tua família mais que a ti mesmo, aos teus companheiros como à tua família, à humanidade como grande família de todos os trabalhadores. Não creias em nenhum Deus benfeitor e aprende que a felicidade na Terra depende dos próprios homens. Sê homem antes de ser patriota ou indivíduo”. (*A Voz do Povo*, 26 de outubro de 1920, apud RODRIGUES, 1972, p. 338-339).

José Oiticica escreveu uma frase que, ecoando esse “mandamento”, a nosso ver, sintetiza brilhantemente essa visão internacionalista (e também humanista) do anarquismo e, ao mesmo tempo, busca superar a contradição nacionalismo/ internacionalismo: “Sinto-me grande em ser brasileiro, porém maior em ser homem”.²⁹ (OITICICA, 1970, p. 55).

Além de informar sobre o dia a dia da classe operária e do movimento sindical, e de publicar artigos de opinião e de análise de conjunturas políticas, *A Voz do Povo* também abre espaço para artigos doutrinários e declarações de princípios. Seleccionamos trechos de duas dessas, ambas de setembro de 1920.

A primeira, assinada por Oscar Silva:

Sou anarquista porque o anarquismo é um sentimento social e humano, força inapagável, luz vencedora, alvorada da felicidade que desponta para a humanidade [...]. Sou anarquista porque é a doutrina do amor mútuo, porque repudia a guerra, a mentira, a hipocrisia, a corrupção e acaba com a exploração do homem pelo homem;

²⁹ OITICICA, José, “Em defesa da Federação Operária”. In: _____. *Ação direta: meio século de pregação libertária*. Rio de Janeiro: Germinal, 1970, p. 55.

porque se propõe a organizar uma sociedade de homens livres e iguais [...]. (*A Voz do Povo*, 11 e 25 de setembro de 1920, apud RODRIGUES, 1972, p. 343).

A segunda consta de artigo assinado pelo prof. Luiz Palmeira: “[...] para a anarquia caminha o pensamento humano [...]”. (*A Voz do Povo*, 11 e 25 de setembro de 1920, apud RODRIGUES, 1972, p. 343-345).

Também a revista *A Obra* publica textos de exaltação ao anarquismo. Seguem trechos de artigo de Álvaro Palmeira, de junho desse mesmo ano:

Camaradas! Deixemos a Esparta dos suplícios, das privações e das iniquidades, a Esparta onde não há festas, nem cânticos, nem flores [...]. Que as bandeiras não se percam na viagem tenebrosa contra a adversidade: que todas flutuem na Atenas dos nossos sonhos! Que nomes têm as nossas bandeiras queridas? Liberdade! Como se denomina a cidade futura? Anarquia! (*A Obra*, 10 de junho de 1920, apud RODRIGUES, 1972, p. 346).

Significativa a identificação da Anarquia com Atenas, símbolo máximo da cultura e da arte gregas e berço da democracia, e também significativa a presença desses ícones clássicos no imaginário libertário em pleno século XX.

Em julho, *A Plebe* publica um artigo de Florentino de Carvalho, criticando a lei marcial promulgada pelo Congresso Nacional. Em seguida, trechos do artigo:

Este projeto de lei celerada, que se ergue como uma formidável muralha chinesa para salvar esta República burlesca, é o primeiro e mais formidável atentado contra a humanidade [...] declaração de guerra sem quartel do poder contra o povo. [...] As liberdades de reunião, de associação, de palavra e de imprensa são abolidas e relegadas à categoria de crimes [...] o povo brasileiro não é cão para ser amordaçado [...] o povo quer ter acesso a todos os benefícios do progresso, a todas as riquezas naturais e sociais, a todas as liberdades [...]. Saibamos ser dignos herdeiros do tesouro de civilização e de justiça legado pelos gigantes das ideias libertárias, pelos revolucionários de todos os tempos e pelas multidões anônimas, cujo sangue correu em torrentes caudalosas para irradiar sobre a Terra a luz da liberdade. Saibamos ser homens! Saibamos ser livres! (*A Plebe*, 24 de julho de 1920, apud RODRIGUES, 1972, p. 347-349).

Segundo Edgar Rodrigues, em 1920 “o entusiasmo reinava em torno da ideia anarquista e do seu humanismo, apesar das formas de repressão usadas pelas autoridades” [...] “ao findar o ano, muitos são os acontecimentos de relevo na esfera das lutas sociais [...] cresce o número de publicações operárias [...]”. Dentre estas, o autor menciona as seguintes: no Rio de Janeiro, surgem *Nova Sociedade* e *Renovação – Quinzenário sindicalista e comunista*, dirigido por Mâncio Teixeira; no Ceará, surge *Voz do Gráfico*, órgão da Associação Gráfica do Ceará; em São Paulo, aparece o folheto *Maximalismo e Anarquismo*, de José Lourenço, recomendado pelo jornal *A Plebe*; o professor da Escola Nova Adelino Pinho publica o

folheto *Quem não trabalha não come*, por iniciativa do grupo libertário Centro Juventude do Futuro e, ainda na capital paulista, Edgard Leuenroth publica o *Boletim da Comissão Executiva do Terceiro Congresso Operário Brasileiro*, por nós já comentado. (RODRIGUES, 1972, p. 347-349).

Na sua edição de 25 de dezembro, *A Plebe* denuncia que a polícia do Recife depreda sindicatos operários, e, ao mesmo tempo, lança um “Apelo a todos os Socialistas do Mundo”, campanha de solidariedade humana em favor de Pedro Kropotkin, “ameaçado de morrer de fome na Rússia”. (*A Plebe*, 25 de dezembro de 1920, apud RODRIGUES, 1972, p. 342-354). As perseguições e cerceamentos impostos a Kropotkin obviamente levam muitos anarquistas, em vários países, a questionarem os rumos da Revolução Russa.

Nos últimos meses de 1920, crescem boatos e notícias sobre a fundação de um “partido bolchevista” no Brasil. Em outubro e novembro, *A Voz do Povo* publica artigos de José Elias da Silva, Otávio Brandão e Astrojildo Pereira (então diretor do jornal), nos quais negam terem se tornado bolchevistas e reafirmam suas “convicções libertárias”. Brandão chega a criticar o “camarada [Álvaro] Palmeira” por um suposto apoio deste a um “partido eleitoral”. José Elias reafirma seu “critério comunista-anarquista”, suas “convicções anarquistas”. Astrojildo também reafirma suas “convicções libertárias” e escreve: “[...] Sou, como há dez anos atrás, e como tenho sido durante todo esse tempo de luta, perseverante e honesta, comunista, anarquista e revolucionário [...]”. (*A Voz do Povo*, 23 e 29 de outubro e 15 de novembro de 1920, apud RODRIGUES, 1972, p. 355-357). Declarações típicas, a nosso ver, de um período de transição, de indefinição ideológica, de falta de clareza a respeito da Revolução Russa, que ainda fascina, mas já começa a receber críticas de libertários espalhados pelo mundo. No Brasil, os três militantes acima percorrerão a trajetória, não rara, do anarquismo ao comunismo bolchevista: em 1922, serão fundadores ou (logo depois) altos dirigentes do PCB.

Ainda em 1920, na cidade de Santos, não apenas os trabalhadores da Cia. Docas conquistaram, a partir da greve de abril, a jornada de oito horas, como também os trabalhadores da construção civil. Estes

[...] tinham melhores condições de trabalho [...] um índice menor de analfabetos; liam alguma coisa e tinham certas veleidades artísticas [...] o esforço que muitos faziam para adquirir conhecimentos de escultura, modelagem, desenho geométrico, escalas e rudimentos de arquitetura [...] era natural que nessa classe, construção civil, surgissem líderes que deram início ao movimento sindical de Santos [...]. (ANTUNHA, Severino G. apud RODRIGUES, 1972, p. 359-362).

Outra passagem dessa mesma memória de um militante de Santos resgatada por Edgar Rodrigues confirma a possibilidade de atuação conjunta, em busca de melhores condições de vida e trabalho, de operários identificados com várias tendências político-ideológicas: “Confundiam-se todos os anseios, ou todo o inconformismo, contra as condições vigentes: lado a lado, lutavam positivistas, anticlericais, antimilitaristas, socialistas e anarquistas [...]”. (ANTUNHA, Severino G. apud RODRIGUES, 1972, p. 359-362).

Ao longo do ano de 1921, continuam a eclodir greves e prosseguem as atividades repressivas das autoridades policiais e governamentais. Numa greve dos trabalhadores da marinha mercante no Rio de Janeiro, travou-se “violenta luta entre operários grevistas e a polícia a bordo dos navios, com saldo de vários mortos e feridos”. O marítimo José Leandro da Silva, acusado de matar três policiais, foi preso, julgado (após um ano de prisão) e condenado a uma pena de trinta anos. Mais tarde, julgado novamente, ganhou a liberdade (RODRIGUES, 1972, p. 366).

Continuam as prisões e deportações de operários. “As listas dos presos eram intermináveis, segundo a imprensa operária”. Dentre eles, Afonso Schmidt, João Leonardi, Florentino de Carvalho, Manuel Perdigão, Maria Antonia Soares. Em março, Manuel Campos é expulso para Portugal no vapor *Avon*.

Teófilo Ferreira, José Aranda e Antonio Pizá, metidos a bordo dum vapor da costeira, sem roupas nem recursos e atirados ao abandono no porto de Laguna [...]. Alexandrina Pires passou, com sua filhinha de quatro anos, 34 dias na prisão por não querer denunciar o seu marido [...]. No Rio e em Niterói ocorrem bárbaros atentados [...] a polícia assassinou o militante ácrata Cândio de Souza, em Niterói [...]. (*A Plebe*, 19 de fevereiro e 10 de março de 1921 apud RODRIGUES, 1972, p. 365-366).

Apesar de tudo, “o movimento orientado pelos libertários e anarcossindicalistas mantinha-se inflexível no combate às injustiças e violências praticadas pelas autoridades”. (RODRIGUES, 1972, p. 365).

Por essa época começa, em diversos países, o movimento em favor dos operários anarquistas Nicolau Sacco, sapateiro, e Bartolomeu Vanzetti, peixeiro, injustamente condenados à morte nos Estados Unidos da América. Também no Brasil repercute a campanha. No Rio de Janeiro, em outubro, é criado o Comitê Popular de Agitação Pró-Sacco e Vanzetti, com seções por todo o Brasil. Apesar dos protestos mundiais, Sacco e Vanzetti

serão executados, eletrocutados, em 1927. Décadas depois, em 1977, o governo de Massachusetts admite seu erro, reabilitando os mártires libertários.³⁰

Ainda em 1921, em setembro, é fundado no Brasil o Clarté, tradicionalmente considerado um grupo precursor do Partido Comunista do Brasil. Fundado por ex-anarquistas, como Álvaro Palmeira, Agripino Nazaré e Luiz Palmeira (“trânsfugas”, segundo Edgar Rodrigues), e por socialistas, como Evaristo de Moraes, Everardo Dias e Nicanor Nascimento, o Clarté do Brasil inspirou-se no seu homônimo francês, criado em 1919 por Henri Barbusse. O objetivo central do grupo era “o esclarecimento dos fenômenos sociais” – particularmente a Revolução Russa, rebatendo as críticas de seus detratores –, isto é, “opor à sombra a luz (a claridade)”.³¹ (HALL; PINHEIRO, 1986, p. 269-287). Segundo Rodrigues, o Clarté do Brasil nunca esclareceu nada, “nunca explicou nada” (RODRIGUES, 1972, p. 364). E, de acordo com Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro: “Longe de ser um precursor do Partido Comunista do Brasil, Clarté foi muito mais um precursor do Ministério do Trabalho de Vargas nos anos trinta”. (HALL; PINHEIRO, 1986, p. 269-287).

Em outubro, é fundado, por militantes ligados ao movimento operário e sindical, como Américo Faleiro e João Alegria, mais um “partido eleitoreiro”, o Partido Laborista do Brasil. (*A Pátria*, 19 de outubro de 1921, apud RODRIGUES, 1972, p. 364).

Em julho, Astrojildo Pereira ataca, nas páginas do jornal libertário *A Plebe*, a imprensa burguesa e reafirma a importância e a necessidade da imprensa operária: “[...] É cada vez mais necessário a sustentação de nossa pequena imprensa, só nossa, pobre e modesta, mas limpa e superior, ao serviço do ideal e não da barriga [...]”. (*A Plebe*, 30 de julho de 1921, apud RODRIGUES, 1972, p. 370).

Como sempre, os libertários, em meio aos protestos e às greves, continuam a desenvolver atividades culturais e doutrinárias. Teatro social, encenação de muitas peças, e o ensino racionalista, nas escolas modernas e livres.

Em 1921, Avelino Fóscolo publica em Belo Horizonte uma segunda edição de *O sementeiro* (Drama social em três atos), peça escrita entre 1905 e 1906. (RODRIGUES, 1972, p. 367-368).

³⁰ Sobre Sacco e Vanzetti, ver FAST, Howard, *A paixão de Sacco e Vanzetti*. Lisboa: Editorial Caminho, 1982. Ver também RUSSEL, Francis, *A tragédia de Sacco e Vanzetti*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

³¹ O artigo de Hall e Pinheiro chama-se “O Grupo Clarté no Brasil: da revolução nos espíritos ao Ministério do Trabalho”. In: PRADO, Antonio Arnoni (Org.), *Libertários no Brasil: memórias, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Em Niterói, Rui Gonçalves difunde o ensino racionalista, através da Escola da Liga, cujo objetivo é “iluminar a consciência do trabalhador, elevando-o, fazendo-o livre”. (RODRIGUES, 1972, p. 368).

Surgem, nesse ano de 1921, diversas novas publicações libertárias. Em São Paulo, é publicado no dia 25 de fevereiro o primeiro número do diário *A Vanguarda*, composto em oficinas próprias, graças à organização, por Edgard Leuenroth e João da Costa Pimenta, da Cooperativa de Responsabilidade Gráfica Limitada; também em São Paulo, é publicado *O Libertário*, edição da Aliança Anarquista. Em Pernambuco, surge o *Diário do Povo*; em Petrópolis, *O Despertar*, *O Tecelão* e *A Alvorada*. No Rio de Janeiro, são publicados *Os Emancipados*, *A Razão*, *A Voz dos Sapateiros*, *O Panificador* e a revista *Renovação*. Esta, segundo Edgar Rodrigues, foi uma “publicação valiosa, inclusive na divulgação da língua internacional esperanto”. Ainda na capital federal, é publicado o livro de José Martins, *História das riquezas do clero católico e protestante*, “de extraordinário valor anticlerical”. (RODRIGUES, 1972, p. 369-371).

No plano dos costumes, da vida cotidiana, Edgar Rodrigues afirma que foi “iniciativa dos libertários a campanha contra o uso do chapéu. Foram os anarquistas que em 1921-1922 romperam com o uso do chapéu, desenvolvendo uma campanha contra aquele meio anti-higiênico de cobrir a cabeça [...]”. (RODRIGUES, 1972, p. 372).

Em 1921, “todos os jornais operários noticiam o falecimento do anarquista russo Pedro Kropotkin”. Segundo Rodrigues, vários militantes brasileiros, dentre os quais Astrojildo Pereira e Florentino de Carvalho, tornaram-se anarquistas a partir da leitura de seu clássico *A conquista do pão*. (RODRIGUES, 1972, p. 370).

Ainda nesse ano, a Rússia sofre com uma calamidade de seca, e é fundado, no Brasil, em solidariedade ao “heroico proletariado russo, que tem lutado só e invencível pela causa de todo o proletariado internacional”, um Comitê de Socorro aos Flagelados Russos. Do Comitê fazem parte, entre outros, Fábio Luz, José Oiticica, Otávio Brandão, Laura Brandão, Astrojildo Pereira, Edgard Leuenroth, Elvira Boni, Marques da Costa, Domingos Passos, Amilcar dos Santos, Teófilo Ferreira. (RODRIGUES, 1972, p. 375-377).

Em janeiro de 1922 aparece na capital federal o primeiro número da revista *Movimento Comunista*, que tem como colaboradores Astrojildo Pereira, José Oiticica, Otávio Brandão e Oreste Ristori. “Já no segundo número, das suas 31 páginas, apenas 4 eram escritas por Astrojildo e pelo Grupo Comunista do Rio de Janeiro, as 27 restantes sendo ocupadas por traduções e publicações do exterior, principalmente da Rússia e de grupos obedientes à 3ª Internacional”. (RODRIGUES, 1972, p. 375).

O ano de 1922 vê alargarem-se as divergências no seio do movimento libertário e nos sindicatos. A Revolução Russa, a princípio admirada e apoiada por todos, estava agora restringida às suas verdadeiras proporções no Brasil. Os partidários do governo de Lênin tomavam novos caminhos e defendiam-no ardorosamente, chegando até à violência contra seus ex-camaradas de ontem. Por sua vez, os sindicalistas que possuíam uma convicção ideológica libertária lutavam de igual modo em defesa dos seus princípios, das suas ideias. (RODRIGUES, 1972, p. 378).

Diante da presença crescente no meio operário, na virada dos anos dez para os anos vinte, não só de “comunistas bolchevistas”, mas de “políticos profissionais” de várias tendências, que tentam iludir e se aproveitar dos trabalhadores, militantes anarquistas sentem necessidade de explicitar sua posição face a essa questão.

Ainda em agosto de 1920 *A Obra* publicara um documento – “Circular: aos trabalhadores – aos libertários” – respaldado por 101 assinaturas, do qual destacamos algumas passagens:

Camaradas: durante muito tempo as associações de trabalhadores, balbuciando as primeiras investidas na luta social, sem horizontes definidos, sem princípios ou doutrinas econômicas, jurídicas ou filosóficas a servirem de diretriz, admitiram como amigos, colaboradores e condutores, homens políticos estranhos às classes laboriosas, vendo neles verdadeiros baluartes da sua causa [...] após duras lições e amargas experiências e, sobretudo, após o despertar de uma cultura mais elevada, é que os operários decidiram dispensar a colaboração desses modernos mentores, libertando-se da sua tutela, convictos de que a emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores [...] e hoje, que as organizações operárias, os libertários têm ideias definidas, princípios esclarecidos, métodos de ação que lhes são próprios, reconhecem que admitir em seu seio a ingerência sistemática dos políticos seria patentear a própria incapacidade para a luta, para a propaganda das ideias que professam [...] a penetração de políticos no seio das coletividades operárias [...] a influência nefasta dos chamados amigos e protetores dos operários [...] têm contribuído para desorientar grande número de militantes [...] favorecer a política de formas legalitárias e a luta pelo voto [...] não podem os políticos e os adversários das nossas aspirações colaborar conosco numa tarefa delicadíssima de educação ideológica e libertária do povo [...] a sua qualidade de políticos profissionais os inibe de possuírem uma moral consoante à causa que defendemos. Cabe, pois, a nós, os trabalhadores libertários, afastar-nos de todos os elementos que possam comprometer a nossa honestidade ideológica, ou desvirtuar os nossos métodos de luta, o brilho das nossas doutrinas. (*A Obra*, 1 de agosto de 1920 apud RODRIGUES, 1972, p. 379-381).

O documento é uma clara e enfática defesa da autonomia da ação operária, princípio fundamental da concepção sindical do anarquismo. Dente os signatários, Manuel Bueno, Felipe Romero, José Romero, Antonio Pezá, Antonio Sanchez, Manuel Sanchez, Teófilo Ferreira, Francisco Arouca, Antonio Dominguez, José Campagnoli, Pietro Zanella, Fernando Zanella, Francisco Guerrero, Miguel Cervantes, Florentino de Carvalho; além de várias mulheres, dentre as quais: Maria Antonia Soares, Angelina Soares, Maria Alles, Isabel

Cerruti, Umbertina Malhadas, Rosa Eberle, Margarida Bernardini, Emília Real, Petronila Brava.

Nesse primeiro momento de divergências entre anarquistas e bolchevistas, Otávio Brandão talvez fosse, de acordo com as memórias de um militante da época, “o mais feroz contraditor dos bolchevistas”, aos quais só se referia como os “astrojildistas”. (MARQUES DA COSTA, José apud RODRIGUES, 1972, p. 378).

Alguns anos depois, Brandão se converteria num dos mais ferozes defensores do comunismo bolchevista, combatendo duramente seus antigos companheiros anarquistas, e sendo por estes combatido.

Outro documento, este mais longo e publicado pelo jornal *A Plebe* em março de 1922, reafirma a posição libertária. O “Manifesto-Programa” aborda desde temas gerais, questões doutrinárias do anarquismo, passando por questões organizativas, até chegar a aspectos mais específicos, mais conjunturais, em especial a posição libertária diante da Revolução Russa. É claro que essas dimensões – teoria, organização, conjuntura – se interpenetram. Seleccionamos trechos do documento.

Inicialmente, a reafirmação de posições teóricas:

Somos comunistas-anarquistas. Como libertários atacamos a instituição da propriedade e a moral que a tem por base [...] destruir esse terrível direito de vida e de morte que tem o proprietário, senhor dos meios de produção, sobre o trabalhador desprovido de tudo [...] tomamos o nome de anarquistas ou libertários, porque somos adversários do Estado [...] porque queremos uma sociedade sem governo [...] concepção integral, o comunismo-anarquista tem um método próprio de ação, baseado na livre iniciativa e na solidariedade [...] o nosso método é a ação direta [...]. (*A Plebe*, 18 de março de 1922, apud RODRIGUES, 1972, p. 382-392).

Sobre organização, e sobre a atuação dos anarquistas nos sindicatos:

Consideramos como nossa tarefa mais urgente a obra da organização [...] como preparação da luta decisiva que os oprimidos e espoliados deverão sustentar contra o capitalismo [...] a necessidade imperiosa e urgente da organização do elemento libertário [...] a constituição da organização geral libertária do Brasil [...] encaramos a organização de resistência dos trabalhadores como um fenômeno imanente da sociedade capitalista, consequência natural da luta de classes [...] o trabalhador se associa pela sua condição de assalariado e não de adepto deste ou daquele credo religioso ou doutrina política ou filosófica. O sindicato, que é hoje o organismo de luta permanente contra o patronato e contra o capitalismo [...] está destinado a ser amanhã a base essencial da reconstrução econômica da sociedade, assegurando a viabilidade das concepções libertárias, em oposição a toda tendência centralista e autoritária [...] os anarquistas devem prestar ativo e continuado auxílio à organização proletária [...] devem agir no sindicato como parte integrante do todo [...] a ação dos anarquistas nos meios sindicais deve ser desenvolvida no sentido de difundir a propaganda dos nossos princípios com o fim de conquistar a consciência dos trabalhadores [...]. (*A Plebe*, 18 de março de 1922, apud RODRIGUES, 1972, p. 382-392).

Em síntese, uma afirmação dos princípios libertários e dos métodos do anarcossindicalismo.

Sobre a inserção social do anarquismo:

[...] entendemos que os anarquistas devem manter, em face das demais agrupações político-sociais, uma atitude de intransigente afirmação dos princípios libertários, sem preocupação de hostilidade, podendo com as mesmas estabelecer conjunção de esforços nos momentos de atividade contra os manejos reacionários e em defesa dos direitos populares [...] os libertários devem intervir sempre e ativamente nos debates das questões públicas em que os direitos do povo sejam postos em jogo [...] devem procurar estar sempre com o povo em toda as suas manifestações de descontentamento [...]. (*A Plebe*, 18 de março de 1922, apud RODRIGUES, 1972, p. 382-392).

Sintetizando os anarquistas não devem ficar encerrados na torre de marfim dos seus ideais. Em seguida, a posição do “Manifesto-Programa” em face da Revolução Russa:

Como anarquistas revolucionários que somos, sentimo-nos ligados pela nossa simpatia e solidariedade ao movimento revolucionário russo, soberbo esforço de uma parte ativa do povo, impulsionada pelos revolucionários sociais, que, com os anarquistas à frente, conseguiu derrubar o domínio do capitalismo em sua forma político-econômica mais tirânica [...] os comunistas-marxistas [...] estabeleceram a ditadura do seu partido [...] cognominada do proletariado [...] mantém o bolchevismo o seu Estado [...] impedindo pela força o desenvolvimento das tendências federalistas libertárias da revolução [...] associamo-nos ao movimento dos anarquistas da Rússia e do resto do mundo com o fim de impulsionar a revolução para um maior aperfeiçoamento, em caminho para o comunismo libertário [...] não podemos concordar que à ditadura do capitalismo, origem de toda a tirania, se oponha a ditadura de outra classe, embora essa classe seja o proletariado [...] não podemos aceitar a adesão à 3ª Internacional de Moscou, porque ela é a instituição de uma determinada facção – a comunista-marxista [...]. (*A Plebe*, 18 de março de 1922, apud RODRIGUES, 1972, p. 382-392).

Em suma, algo como uma espécie de “apoio crítico” à Revolução Russa, e a expectativa (e a esperança) de que ela ainda poderia se tornar um caminho para o comunismo libertário.

Finalizando o documento:

Julgando indispensável a constituição internacional das agrupações libertárias de todo o mundo, declaramos desde já a nossa solidariedade e o nosso apoio ao Secretariado Internacional Anarquista da Suécia, organizado pelo Congresso Anarquista Internacional realizado em Berlim, no mês de setembro de 1921, bem como à Federação Anarquista Internacional em formação no Uruguai. (*A Plebe*, 18 de março de 1922, apud RODRIGUES, 1972, p. 382-392).

Assinam o documento importantes lideranças anarquistas de São Paulo: Edgard Leuenroth, Rodolfo Felipe, Antonio Domingues, Ricardo Cipolla, Antonio Cendon, Emílio

Martins, João Peres, José Rodrigues e João Penteado. (*A Plebe*, 18 de março de 1922, apud RODRIGUES, 1972, p. 382-392).

O “Manifesto-Programa” anarquista acima comentado despertou “grande entusiasmo entre os elementos libertários do Rio de Janeiro”, que elaboram, em maio, um parecer comentando o documento. Não há divergências de fundo, apenas detalhes, ênfases em alguns aspectos. Os “camaradas do Rio” criticam a utilização das palavras “político” e “disciplina” no documento dos companheiros paulistas. Concordam, é claro, com a afirmação veemente dos princípios libertários, e também estão de acordo com a necessidade de “combater a ditadura do partido erradamente chamado comunista”. Assinam o documento Carlos Dias, Santos Barbosa, Domingos Passos, Antonio Vaz, Marques da Costa, Sinval Borges, Silva Gama, Arlindo dos Santos, Luciano Passos, Antero de Souza, Genésio Magalhães, Joaquim Gonçalves, Pedro Bastos, Roberto Morena. (RODRIGUES, 1972, p. 392-399).

No segundo semestre de 1921, foram se construindo as bases para a posterior formação do Partido Comunista do Brasil, em março de 1922, que se tornaria, em 1924, Seção Brasileira da Internacional Comunista. Militantes organizam várias reuniões, trocam correspondências, e “grupos comunistas” são formados em alguns estados brasileiros. Em meados do ano chega a São Paulo Ramison Soubiroff (Jules Humbert Droz), delegado do Bureau da Internacional Comunista para a América do Sul. Sua missão era entrar em contato com Edgard Leuenroth, “o mais dinâmico agitador dos meios operários”, e convencê-lo a fundar, no Brasil, um “partido bolchevista, obediente aos 21 princípios da 3ª Internacional de Moscou”. Reúnem-se no Palace Hotel, à rua Florêncio de Abreu, 418. “Edgar jamais aceitaria tal incumbência” e indica ao delegado de Moscou o nome de Astrojildo Pereira, que à época morava no Rio de Janeiro. Edgard escreve a Astrojildo e, dias depois, recebe o companheiro de militância libertária na Estação do Norte e o conduz ao Hotel Palace, onde “Soubiroff e Astrojildo Pereira selaram a fundação do Partido Comunista”. (RODRIGUES, 1972, p. 403-405).

É importante lembrar o clima, já mencionado, de indefinição ideológica, de falta de clareza teórica, de confusão entre anarquismo, socialismo, comunismo. “Ao eclodir a Revolução Russa, em fevereiro de 1917, no Brasil pouco ou nada se conhecia de marxismo, e menos ainda do partido maximalista ou bolchevista, fundado na Rússia [...]”. E, mesmo em 1921, muitos anarquistas ainda acreditavam que a Revolução Russa, “revolução proletária”, seria também “uma revolução libertária, abrindo caminho ao anarquismo”. Como afirma Edgar Rodrigues: “As convulsões sociais existiam, e o proletariado buscava o caminho mais

curto, quando surgiu a Revolução Russa acenando com um novo método de luta e uma nova política governamental-proletária”. (RODRIGUES, 1972, p. 400-403).

Duas cartas enviadas por Astrojildo Pereira, do Rio, para Rodolfo Felipe, em São Paulo, em julho e agosto de 1921, e reproduzidas por Edgar Rodrigues, ilustram bem o deslocamento de Astrojildo, do anarquismo em direção ao comunismo bolchevista. Seguem trechos:

Para mim, o Anarquismo, mesmo com A maiúsculo, não é um dogma, um ídolo, uma coisa sagrada. Digo mais: o que me importa não são as palavras, são os fatos [...]. E se nós achamos que o Anarquismo é uma filosofia da história e a história não é mais que uma sucessão de fatos, estar contra estes, mesmo em nome de sagrados princípios, suponho eu que é estar contra o próprio anarquismo [...]. Para mim, toda a obra de propaganda e organização revolucionária, em todo o mundo, tem de orientar-se segundo este critério: dentro do programa da Terceira Internacional. Tudo que não seja isso, ou é reformismo franco ou disfarçado (dos socialistas) ou dispersão de energias e parolagem (dos anarquistas) [...]. A rota foi traçada em Moscou: concentração, homogeneização, disciplina, ditadura [...]. (RODRIGUES, 1972, p. 406-407).

Aí vemos o ex-libertário defendendo, explicita e enfaticamente, a ditadura do proletariado. Na verdade, a ditadura do partido bolchevique.

No dia 21 de novembro de 1921, fundou-se no Rio de Janeiro o grupo comunista destinado a propagar e defender, no Brasil, o programa da Terceira Internacional. Eram os “partidários de Moscou”. Em janeiro do ano seguinte, é lançado o primeiro número da revista do grupo, *Movimento Comunista*, já acima mencionada. Diniz, membro do grupo, ainda acreditava que “a ditadura do proletariado era um meio mais rápido para atingir o anarquismo”. (RODRIGUES, 1972, p. 409).

Em março de 1922, nos dias 25, 26 e 27, foi realizado na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, o Congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil. Dos nove fundadores – Astrojildo Pereira, José Elias da Silva, Luiz Peres, João da Costa Pimenta, Abílio de Nequete, Cristiano Cordeiro, Manuel Cendon, Joaquim Barbosa e Hermógenes Silva – oito (a exceção era Nequete) vinham do anarquismo, da militância libertária nos sindicatos, na imprensa operária, alguns deles por muitos anos. Os estatutos do novo partido foram aprovados, tendo por base as normas e os princípios da Terceira Internacional.

Em junho, assim comenta a revista *Movimento Comunista*:

O Congresso constituinte do Partido Comunista do Brasil, realizado no Rio de Janeiro, nos dias 25, 26 e 27 de março, resolvendo sua adesão incondicional à Terceira Internacional, formando assim ao lado da vanguarda proletária mundial, lança uma saudação fraterna ao proletariado do Brasil, concitando-o a arregimentar-

se em sua organização sindical e no Partido, a fim de, uma vez firmado nos dois organismos que se complementam, poder travar as últimas batalhas para sua emancipação integral. (*Movimento Comunista*, junho de 1922, apud RODRIGUES, 1972, p. 418).

Para Edgar Rodrigues, a fundação deste “Segundo Partido Comunista do Brasil” foi um “grande equívoco ideológico”, que viria dividir irreversivelmente o proletariado no Brasil. Aliás, para Rodrigues, as divergências e desavenças, por vezes violentas, entre comunistas e anarquistas, seriam fatores importantes não só para um certo declínio da presença anarquista no meio operário, como mesmo para um descenso do movimento operário e sindical em seu conjunto, a partir dos anos vinte, como veremos no próximo item.

3.2

Anarquismo e movimento operário: descenso e transição – da fundação do PCB à Revolução de Trinta (1922-1930)

Como já afirmamos no item anterior, pensamos a década de vinte como um período de transição entre dois padrões de constituição do Estado, dois padrões de dominação burguesa no Brasil. Num primeiro momento, a hegemonia dos agrários ou de uma burguesia agroexportadora, articulada em torno do eixo liberalismo/ federalismo, e que tem sua contrapartida no Estado liberal, federativo e oligárquico, como caracterizamos no segundo capítulo. Num segundo momento, ocorre o lento e complexo processo de construção da hegemonia de uma fração urbano-industrial da burguesia, que tem como sua primeira etapa a “invenção do trabalhismo” (GOMES, 1988) e a formação de um Estado nacionalista e autoritário, ancorado, dentre outras bases de sustentação, num sindicalismo corporativista marcado pela heteronomia, pela perda da autonomia vigente no período anterior.

Boris Fausto utilizou pioneiramente, num trabalho publicado em 1970, a expressão “crise dos anos vinte” (FAUSTO, 1970). Com efeito, trata-se de uma crise ampla e profunda, que se desdobra por todas as dimensões da vida social brasileira, e podemos mesmo falar de uma crise no plano “ideológico-cultural-estético”. Certamente, todas as dimensões dessa crise estão densamente articuladas. Em suma, uma crise de hegemonia³², que, a nosso ver, antecede os anos vinte e se desdobra para muito além dessa década, permeando toda a chamada “Era

³² Estamos utilizando o conceito de hegemonia a partir das reflexões e formulações de GRAMSCI, Antonio. Resumindo, “hegemonia” significando direção cultural (mas também política), busca do consenso, uma classe social ou fração de classe conseguindo, no âmbito da sociedade civil, e através de um conjunto de operações e mecanismos ideológicos, “universalizar” seus interesses e visões de mundo particulares. Ver, principalmente, GRAMSCI, Antonio, *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Vargas”. Talvez bons marcos de periodização sejam 1917, as grandes greves paulista e carioca abrindo a crise e a transição, e 1943, a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (a CLT), já em pleno Estado Novo, cristalizando todo um processo social, político e jurídico que tem 1930 como ponto fundamental de inflexão.

De qualquer forma, a historiografia consagrou a expressão, a meu ver com razão, e também o ano de 1922 como o “ano-símbolo” dessa crise dos anos vinte: em fevereiro, a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, o Modernismo e seu projeto de “revolução estética”; em março, a fundação em Niterói do PCB, com sua proposta de uma “revolução comunista”; e em julho, o episódio dos “18 do Forte”, nas areias de Copacabana, Rio de Janeiro, abrindo o ciclo das rebeliões militares, o tenentismo e sua concepção de “revolução como luta armada”. Diversas concepções e propostas simultâneas de “revolução” convivem e, de alguma maneira, interagem com a proposta anarquista da “revolução social”, da “revolução libertária”. Acrescente-se que em setembro o Brasil celebra o centenário da Independência, com uma exposição internacional. É um momento fértil, em que intelectuais e militantes, brasileiros e estrangeiros, pensam, discutem e repensam o país, o Estado, a nação, a sociedade, a cultura – especificidades e propostas de mudanças, de conquistas para o Brasil e seu povo.

É certo que essa crise do liberalismo é também, em que pesem singularidades brasileiras, uma crise internacional. Eric Hobsbawm caracteriza o período entreguerras (1918-1939) como o momento da “queda do liberalismo”. (HOBSBAWM, 1995). As democracias liberais estão cada vez mais emparedadas entre, de um lado, a consolidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e, de outro, a ascensão, na Europa Ocidental, do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha (e, complementarmente, do franquismo e do salazarismo na Península Ibérica). Propostas, à direita e à esquerda, autoritárias, se não totalitárias, de qualquer forma antiliberais e antidemocráticas, ganhando poder no mundo. Essa polarização política, esquerda x direita, que assume uma clareza e uma força talvez inéditas na história internacional, irá repercutir fortemente no Brasil, ainda com mais nitidez na década de trinta.

Vejamos como Edgar Rodrigues comenta esse período 1922-1930. O livro básico de referência será agora *Novos rumos*: história do movimento operário e das lutas sociais no Brasil, assim como os dois anteriormente comentados, também organizado numa sequência cronológica, agora abarcando o período de 1922 a 1946.

Rodrigues abre *Novos rumos* afirmando que o objetivo de sua obra é “contribuir para que algum dia a história inclua em seus anais os trabalhadores anônimos [...]”. (RODRIGUES, 1978b, p. 6). Em seguida, apresenta “O que disseram da nossa pesquisa histórica”, 25 comentários, ressaltando a importância e o ineditismo de seu trabalho de coleta

e divulgação de documentos produzidos pela classe trabalhadora, e destacando algumas de suas obras, especialmente *Socialismo e sindicalismo no Brasil* e *Nacionalismo e cultura social*, que compõem, com *Novos rumos*, a primeira trilogia sobre anarquismo e movimento operário no Brasil.

Finalizando essa “Introdução”, o autor reafirma que seu objetivo é “escrever uma história onde o trabalhador ocupará o seu lugar”. Entretanto, diz Rodrigues, “[...] o mérito desta obra não é do autor, que pouco mais fez do que reunir do proletariado do Brasil seus escritos e seus depoimentos [...]”. Portanto, “ao trabalhador é dedicada esta obra”. (RODRIGUES, 1978b, p. 25).

Vamos, então, a essa “história do trabalhador”, que é, sem dúvida, também uma “história do anarquismo”. Nos 38 primeiros capítulos, Edgar Rodrigues aborda o período de 1922 a 1930. Tentaremos destacar e comentar, analisar os eventos e processos a nosso ver mais relevantes.

Já no primeiro capítulo, Edgar Rodrigues reproduz e comenta os 21 princípios ou “mandamentos” de Moscou – as condições de adesão à Internacional Comunista. Deve-se destacar, dentre as condições, a imposição de uma forte centralização organizativa (a “centralização democrática”) e de uma estrita e rígida obediência às diretrizes de Moscou, por parte dos partidos comunistas em cada país, que se tornam seções nacionais do Comintern.

A propaganda e a agitação cotidianas devem ter um caráter efetivamente comunista e conformar-se ao programa e às decisões da Terceira Internacional [...]. A imprensa periódica ou diária e todos os serviços de edição devem ficar inteiramente submetidos ao Comitê Central do Partido [...] o dever de propagar as ideias comunistas [...]. (RODRIGUES, 1978b, p. 28-32).

Só assim seria possível a “destruição revolucionária do capitalismo”. Além disso: “Todo partido pertencente à Internacional Comunista tem por dever combater, com energia e tenacidade, a Internacional dos sindicatos amarelos, fundada em Amsterdã.” (RODRIGUES, 1978b, p. 28-32).

Em suma, autoritarismo, centralização, disciplina, hierarquia. Nada mais distante dos princípios libertários. Além disso, a recomendação, ou ordem, para combater “com energia e tenacidade” a Internacional Sindical de Amsterdã, caracterizada como “amarela”, quando, na verdade, ela era uma iniciativa anarquista. Vai se aprofundando o abismo entre comunistas e anarquistas.

Segundo Edgar Rodrigues:

O proletariado do Brasil, essencialmente apolítico, irreverente de longa data, disseminador das ideias do sindicalismo revolucionário da 1ª Internacional, resistente heroico às investidas clero-político-estatais, não aceitou a submissão a Moscou [...] os seguidores dos “novos rumos”, a pretexto de que os fins a atingir eram os mesmos, tentavam convencer os “casacas velhas” do anarcossindicalismo de que, pelos caminhos de Moscou, chegariam mais rapidamente à revolução social [...]. (RODRIGUES, 1978b p. 32-33).

Muitos operários e intelectuais com longos anos de militância libertária rompem com o anarquismo e aderem ao comunismo bolchevista, dentre eles Astrojildo Pereira, Álvaro Palmeira, Antonio Bernardo Canellas, Joaquim Barbosa Diniz, Otávio Brandão e Luiz Peres, embora a grande maioria dos anarquistas tenha se mantido fiel aos seus princípios e valores.

As divergências e as lutas pelo controle dos sindicatos operários vão se agravando e, nas palavras de Rodrigues: “Os bolchevistas buscavam, por meios violentos, intimidar nos sindicatos, na esperança de conseguir adesões à Internacional Sindical Vermelha, com sede em Moscou, braço sindical do Comintern [...]”. Aliás, para nosso autor: “As brigas e os atentados dos partidários da ditadura do proletariado contra seus ex-camaradas foram mais prejudiciais do que as investidas policiais”. (RODRIGUES, 1978b, p. 35-36).

No capítulo seguinte, “Confrontando ideias”, Edgar Rodrigues mostra como a Revolução Russa e a fundação do PCB em 1922 vieram “[...] por à prova o amadurecimento ideológico, a conscientização do proletariado [...]”; ao mesmo tempo, vieram “[...] sacudir os pensadores e os teóricos, pô-los à prova, em confronto [...]”. Afinal, a Revolução Russa seria, através da ditadura do proletariado, o caminho mais curto para a Anarquia, ou seria, ao contrário, o esmagamento da utopia libertária? Rodrigues concorda com a segunda hipótese e cita um ensaio de Souza Passos, “A vida é anárquica”, publicado em 1924, uma verdadeira profissão de fé no anarquismo. Seguem trechos do ensaio:

Em todas as manifestações da vida está o anarquismo [...]. A liberdade não precisa nem pode ser limitada: o que é preciso é ter consciência dessa liberdade, saber usar da liberdade para que a solidariedade não seja um mito [...]. Como o pensamento, a vida é anárquica e negar o anarquismo é negar a vida [...]. Não negamos nós, os anarquistas, que haverá dificuldades na reconstrução da sociedade, após a revolução; mas não é criando um novo estado de governo que essas dificuldades deixarão de existir. Ao contrário, tendem a aumentar [...] o Estado, mesmo sendo proletário, é sempre tirano, forçosamente tem que gerar tirania. Os anarquistas têm, portanto, necessidade de combater não só o governo capitalista, como o governo proletário – ou seja: a ditadura do proletariado [...]. Ou somos anarquistas e negamos a autoridade, procurando dar à vida ampla liberdade, ou não somos anarquistas e negamos a vida [...]. A ditadura do proletariado está contra as leis naturais da evolução, portanto contra a vida, e aceitá-la é negar essas leis, é não querer viver. (*A Plebe*, 31 de maio de 1924, apud RODRIGUES, 1978b, p. 44-48).

Observamos uma tentativa de construir uma identificação do anarquismo com uma suposta “natureza humana a-histórica”, uma tentativa de “naturalização/humanização” do anarquismo, coincidente com a visão de Edgar Rodrigues sobre o anarquismo, como comentamos anteriormente.

Rodrigues, reafirmando essa visão, finaliza o capítulo concordando com Souza Passos: “O homem precisa ser livre para desenvolver as suas potencialidades, o seu poder criador, as suas faculdades naturais [...]”. (RODRIGUES, 1978b, p. 48).

“O ano de 1922 marca o começo de uma luta entre ex-companheiros, que haveria de produzir cisões incuráveis”. (RODRIGUES, 1978b, p. 49). Rodrigues refere-se à luta entre anarquistas e comunistas (muitos dos quais, ex-anarquistas), que permeará toda a década de vinte.

Nos primeiros meses de 1922, o proletariado brasileiro continua suas atividades de mobilização e organização. Em fevereiro, a revista *Renovação* denuncia o “caso José Leandro da Silva”, comparado por Edgar Rodrigues ao “caso Sacco e Vanzetti”. Tratava-se de um trabalhador marítimo, injustamente acusado pela morte de um sargento, no contexto de um conflito entre portuários em greve e forças policiais. Ao lado dos comitês pró-Sacco e Vanzetti, formam-se também comitês pró-Leandro da Silva. No início de 1924, Leandro da Silva é absolvido em novo julgamento, e posto em liberdade. Um de seus advogados foi Evaristo de Moraes. (*Renovação*, fevereiro de 1922, apud RODRIGUES, 1978b, p. 57). [Ver p. 263 também].

Nesse ambiente de manifestações públicas e “instabilidade operária”, a polícia brasileira invade a sede da Federação Operária de Pernambuco, e também a sede da Federação Operária do Rio Grande do Sul.

Imediatamente, a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro distribui manifesto em solidariedade aos companheiros pernambucanos e gaúchos. É interessante registrar que nesse manifesto o delegado Frederico Villar, chefe da invasão em Porto Alegre, quando a sede sindical foi depredada e operários (homens e mulheres) presos e/ou feridos, é caracterizado, já nesse momento, como “fascista”. (*A Pátria*, 20 e 26 de janeiro de 1922, apud RODRIGUES, 1978b, p. 58-59).

Apesar das violências governamentais, o proletariado não diminui suas atividades culturais e organizatórias. Surgem novas publicações operárias e libertárias. Em Aracaju, a *Voz do Operário* e, em Corumbá, *A União*, ambos defendendo um sindicalismo independente. Na Bahia, surge *O Trabalho* e, em Porto Alegre, é lançado um periódico anarquista em idioma alemão. Em São Paulo, a Aliança Anarquista publica *O Libertário*; em maio, surge o

primeiro número da *Voz da União*, cujo redator é Souza Passos; e anarquistas italianos publicam *Libertà*, dirigido por Alexandre Cerchiai. No Rio de Janeiro, surgem *O Libertário*, *O Gráfico* e *O Trabalho*, este sob direção de Marques da Costa, e ligado à União dos Operários em Construção Civil; é publicada a *Voz Cosmopolita*, representando os empregados em hotéis, restaurantes e anexos; no dia 1º de maio, surge a *Luta Social*, dirigida por Aureliano Silva, e é lançado um número especial de *A Voz do Povo*.

Nesses primeiros meses de 1922, inúmeras greves são deflagradas, no Rio de Janeiro, em Petrópolis, em São Paulo, em Sorocaba. São sapateiros, tecelões, trabalhadores da construção civil, empregados de bares e restaurantes, empregados do transporte de hortaliças, legumes e frutas, mineiros, “operárias saqueiras”, trabalhadores das obras da Exposição do Centenário, todos lutando por melhores condições de vida e trabalho. Há mesmo uma greve geral no Recife, em abril. Ao mesmo tempo, a polícia continua prendendo militantes operários: dentre outros, Aureliano Silva, João Leal, Euclides Medeiros, Joaquim Batista, Joaquim Henrique. (RODRIGUES, 1978b, p. 59-61).

O proletariado brasileiro expressa sua solidariedade ao companheiro Neno Vasco, que falecera em 1921, em Portugal, depois de viver por dez anos no Brasil. Em junho, *A Plebe* publica “Pró-filhos de Neno Vasco”, manifesto-convite de solidariedade humana para além fronteiras: “Em benefício dos filhos do saudoso camarada Neno Vasco, que se encontram em precárias condições em Portugal, realiza-se hoje, no Rio de Janeiro, na sede da União dos Tecelões, uma “velada” de propaganda, na qual o camarada Carlos Dias proferirá conferência sobre o tema: quem foi Neno Vasco”. (*A Plebe*, 10 de junho de 1922, apud RODRIGUES, 1978b, p. 61-62).

O dia 1º de Maio – desde 1889 Dia Internacional do Trabalho, em homenagem aos mártires de Chicago – foi celebrado em 1922. *A Plebe* publica um longo manifesto, dirigido “Ao proletariado e aos assalariados em geral”, conclamando-os a participarem dos eventos comemorativos da data, vista como momento de luta, de denúncia da exploração capitalista e da opressão patronal/governamental. Trechos do manifesto:

Companheiros! 1º de Maio! Data de rememorações pungentes, de altivos protestos contra as injustiças sociais, e de decisivas afirmações de direitos irrecusáveis [...] manifestação internacional [...]. Não nos aviltemos perante o proletariado consciente, que, por todo o mundo, combate heroicamente em prol da causa comum e que, em 1º de Maio, abandona as oficinas, deixa as fábricas, sobe das entranhas da terra, deserta dos campos [...] para atestar o valor da solidariedade na batalha travada contra o regime do salariato e do patronato [...] lutar neste país [...] a fome ronda-nos a porta [...]. Que todos os proletários se dediquem ativamente ao trabalho fecundo da organização proletária [...]. Somente assim, firmando a nossa união, comemoraremos dignamente a data gloriosa de 1º de Maio! [...] Viva o 1º de

Maio! Abaixo a tirania! (*A Plebe*, 1º de Maio de 1922, apud RODRIGUES, 1978b, p. 63-66).

Em São Paulo, o principal evento foi uma reunião comemorativa no Salão Celso Garcia, à rua do Carmo, 23. Da comissão organizadora participaram delegados dos seguintes sindicatos: União dos Trabalhadores Gráficos; União dos Artífices em Calçados; Liga Operária da Construção Civil; União dos Empregados em Cafés; União dos Chapeleiros; União dos Metalúrgicos; União dos Canteiros; Internacional.

A imprensa operária noticia também comemorações do 1º de Maio em Santos e em Sorocaba; no Rio Grande do Sul; em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro.

Na capital federal, segundo informa a *Gazeta de Notícias* do dia 2:

[...] a nota importante do dia de ontem foi o grande comício operário realizado na Praça Mauá, onde se reuniram mais de cinco mil pessoas. Cerca de 16 horas, teve início o monumental “meeting”, presentes todas as associações de classe desta capital [...] às 16,30 horas, começou o desfile das associações, saindo em direção à Avenida, ao som de marchas tocadas pelas bandas de música [...]. (*Gazeta de Notícias*, 2 de maio de 1922, apud RODRIGUES, 1978b p. 67-71).

Neste comício, foram oradores Marques da Costa, Antonio Vaz (falou em esperanto), Carlos Dias e outros “destacados anarcossindicalistas”. Houve ainda sessões comemorativas em várias sedes de sindicatos operários: Centro dos Carregadores; União dos Operários em Fábricas de Tecidos; União dos Operários em Construção Civil; União dos Alfaiates; União dos Foguistas; União dos Operários Estivadores; Associação dos Carpinteiros Navais; Associação dos Marinheiros e Remadores; Associação Gráfica do Rio de Janeiro; Centro Cosmopolita; Centro dos Operários Municipais. (*Gazeta de Notícias*, 2 de maio de 1922, apud RODRIGUES, 1978b, p. 67-71).

Em agosto, surgem novos sindicatos – a União Geral dos Tecelões da Bahia; e o Centro Alagoano, em Maceió – e novas publicações operárias: *A União*, em Petrópolis; e *A Voz do Trabalhador*, órgão das Classes Proletárias da Bahia.

Em setembro, nasce o Sindicato Agrícola de Sorocaba, “com o objetivo de eliminar a exploração de que estavam sendo vítimas os camponeses”. Em São Paulo, o jornal *Libertà*, dirigido pelo militante libertário Alexandre Cerchiai, denuncia os crimes praticados na Rússia de Lênin e Trotsky, alinhando uma série de anarquistas fuzilados”. (RODRIGUES, 1978b, p. 72-75). Aprofundando-se e ampliando-se cada vez mais nos meios libertários a visão crítica em relação aos “novos rumos” que vai tomando a Revolução Russa, José Oiticica responde, do Brasil nesse ano de 1922, a um apelo, dirigido de Petrogrado por Victor Serge em junho de

1921, aos anarquistas de todo o mundo, “para que aderissem ao bolchevismo”. Afirmava Oiticica:

Não é exato que os anarquistas sejam hostis à Revolução Russa. Não há, penso eu, um só verdadeiro anarquista no mundo que não tenha exultado com ela [...]. Cita, em seguida, o anarquista Sebastien Faure: [...] [a Revolução Russa] era a porta aberta a todas as possibilidades de futuro [...] e provocou entusiasmos e esperanças no coração dos revolucionários de todas as nações [...]. Prossegue José Oiticica: [...] Não há, pois, hostilidade dos anarquistas à Revolução Russa. Os anarquistas apoiam qualquer movimento revolucionário [...]. O que os anarquistas condenam são certos princípios bolchevistas e certas práticas contraproducentes, irrevolucionárias e perigosíssimas para a própria revolução [...]. (OITICICA apud RODRIGUES, 1978b, p. 78-81).

Edgar Rodrigues, certamente, concorda com Oiticica: “[...] Para abolir o Estado é preciso combatê-lo [...]. Eis o que pensavam os anarquistas [...]”. (RODRIGUES, 1978b, p. 78-81).

À página 63 de *Novos rumos*, Edgar Rodrigues cita rapidamente o episódio dos “18 do Forte”, nas areias de Copacabana, no dia 5 de julho de 1922, que, como já afirmamos, abre o ciclo das rebeliões militares dos anos vinte, consagrado pela historiografia como movimento tenentista. O episódio consistiu basicamente no seguinte: militares rebeldes tomam o forte de Copacabana. A tentativa de tomar outras unidades militares fracassa. Em Copacabana, os rebeldes recebem um ultimato do governo federal: ou depõem as armas e se entregam, ou o forte será bombardeado. Muitos fogem, abandonam o forte. Dezesete “revolucionários” decidem resistir, e saem armados pela avenida Atlântica. Há relatos de que teriam recortado uma bandeira brasileira em 17 pedaços, guardando-os sob a farda. Episódio bem simbólico da dimensão nacionalista/patriótica, que comentaremos em seguida, da rebelião dos “guardiões da República”. A eles se junta, no caminho, um civil, Otávio Correia. Serão todos fuzilados por forças legalistas, obviamente em número muito superior, sobrevivendo apenas, feridos, os tenentes Eduardo Gomes e Siqueira Campos, este mais tarde homenageado com o nome de uma rua que marca o local do massacre.

Vamos comentar, em linhas gerais, o movimento tenentista, até porque, contemporâneo do anarquismo, com ele interagiu. Embora as concepções e propostas de “revolução” dos militares rebeldes sejam radicalmente distintas das concepções e propostas da “revolução libertária” ou “social” dos anarquistas, elas têm pontos de contato. Penso que a mais importante convergência, talvez a única, se encontre no fato de que as duas propostas, por mais distintas que sejam, desprezam o caminho político-institucional – o caminho das urnas – para chegar ao poder (ou para destruí-lo) e investem na ação direta. Os militares

rebeldes concebem “revolução” como luta armada, a tomada do poder pela força das armas, e a posterior construção de um Estado forte, autoritário, centralizador. Para os anarquistas, a “revolução social” decorreria de uma greve geral emancipatória, articulada a uma insurreição operária e popular, que paralisaria a estrutura e o funcionamento da sociedade capitalista, e abriria caminho para a construção da Anarquia, da sociedade sem Estado, mas com ordem, liberdade e harmonia.

Penso que essa “convergência” anarquismo/ tenentismo – repito, unicamente no que se refere ao desprezo pelo campo da política institucional - tem sido pouquíssimo explorada, se não totalmente desconhecida ou ignorada pela historiografia brasileira.

Mas o que teria sido afinal o tenentismo, qual teria sido o sentido do conjunto de levantes militares que, a partir de 1922 no Rio de Janeiro, atravessam quase toda a década de vinte, passando pelos estados do Amazonas, de Mato Grosso, de Sergipe, pela rebelião de julho de 1924 em São Paulo, e a de outubro do mesmo ano no Rio Grande do Sul, desembocando na formação da Coluna Prestes – Miguel Costa, que, a partir do encontro, em abril de 1925 na região de Catanduvas (oeste do Paraná) das colunas Paulista e Gaúcha, percorreria, por quase dois anos, boa parte do território brasileiro, “mantendo acesa a chama da revolução”? Afinal, que “revolução” seria essa? Quem seriam e o que pretendiam esses jovens oficiais do Exército brasileiro, tenentes e capitães, que se rebelam, de armas na mão, contra o governo constituído da República?

Há um importante e interessante debate historiográfico sobre o tenentismo, movimento que entendemos a partir das reflexões de vários autores, mas principalmente a partir da análise de Maria Cecília S. Forjaz, cujas principais conclusões são por nós endossadas. Segundo esta autora, em *Tenentismo e política*, o tenentismo seria um movimento político de dupla determinação.

Por um lado, uma determinação social: sua inserção social, sua proximidade – mais em termos de padrão de vida, de poder aquisitivo, do que de uma suposta afinidade ideológica no horizonte da liberal-democracia – com as camadas médias urbanas civis, com uma pequena burguesia urbana. Forjaz lembra que os militares, “soldados” (recebendo soldos) sofrem da mesma maneira que os assalariados civis os efeitos inflacionários da política de defesa (as “operações valorizadoras”) do café. Essa determinação social teria produzido o conteúdo bastante moderado de suas reivindicações e propostas, conteúdo que poderia ser sintetizado no famoso binômio “representação e justiça”, formulado por Assis Brasil. Ou seja, os tenentes “revolucionários” (a propósito, eles se diziam e se viam como “revolucionários” e não como “tenentistas”) não questionavam a estrutura da propriedade capitalista, não

propunham a socialização dos meios de produção, nem mesmo uma reforma agrária. Suas propostas se limitavam, se circunscreviam ao campo jurídico-político, à “verdade eleitoral”, ao combate ao coronelismo, às oligarquias, ao “voto de cabresto” e aos “currais eleitorais”. Em suma, a “purificação das instituições republicanas”, “conspurcadas” pela politicalha civil, pelos “carcomidos” que governavam em nome dos mesquinhos interesses dos latifundiários. República que tinha sido por eles, militares, proclamada, pela qual eles se sentiam responsáveis, e que vinha sendo traída pelos políticos civis. Consideravam necessário “restaurar a pureza dos ideais republicanos”.

Por outro lado, e complementarmente, esta determinação corporativa/ institucional: sua formação profissional enquanto militares (que inclui a aprendizagem do uso de armas), enquanto membros do aparelho do Estado, que sofrem um processo de “ressocialização” que enfatiza exatamente a construção de uma identidade enquanto guardiães dos destinos não só da República, como da nação, da pátria. Essa determinação corporativa se desdobraria numa forma de intervenção na vida política bastante radical: a luta armada. Já que as urnas eram a fraude – como também consideravam, e ambos com razão, os anarquistas – a pureza dos ideais republicanos só poderia ser restaurada pela forças das armas. Essa era a “revolução” dos tenentes rebeldes, esta era a “chama” que eles pretendiam manter acesa enquanto percorriam, a cavalo ou a pé, milhares de quilômetros do sertão brasileiro, entre 1925 e 1927, na longa marcha jamais derrotada militarmente da “Coluna Invicta”.³³

³³ Ver FORJAZ, Maria Cecília Spina, *Tenentismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. O termo “tenentismo” foi pela primeira vez utilizado para caracterizar as rebeliões militares dos anos vinte por SANTA ROSA, Virginio, em *O sentido do tenentismo*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. (1ª edição em 1932). Para esse autor, o tenentismo teria sido um movimento de representação ou vanguarda política de uma pequena burguesia ou de uma classe média urbana, que, em busca de espaço político, não conseguindo romper o “círculo de ferro oligárquico” pelo caminho das urnas, apela às armas; os tenentes seriam “filhos da classe média” e seriam também forças urbanas “progressistas”, em luta contra o retrógrado latifúndio “semifeudal”. Essa interpretação, partilhada com nuances por historiadores, como Nelson Werneck Sodré e Edgard Carone, foi praticamente consensual até os anos setenta. Nessa década, alguns autores criticam essa análise e constroem outro modelo explicativo. Dentre esses, FAUSTO, Boris, em *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970. Para Fausto, o tenentismo não é um movimento de vanguarda de camadas médias urbanas, mas sim um movimento essencialmente corporativo, isto é, militar. Sob o verniz de uma aparência liberal democratizante sintetizada na expressão “representação e justiça”, haveria uma proposta profundamente autoritária, elitista e vagamente nacionalista. O livro-depoimento, *À guisa de depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*, de TÁVORA, Juarez, um dos líderes do movimento, confirma essa interpretação. Távora, para justificar a rebelião – pegar em armas para derrubar um governo legal, contra a missão constitucional do Exército –, apela aos teóricos franceses do Iluminismo e invoca o direito de rebelião contra a tirania: “todo povo tem o direito de se rebelar contra a tirania”. Caracterizando o governo Bernardes como um governo tirânico, o povo brasileiro teria o direito de contra ele se rebelar. Porém, para Távora, teria o direito, mas não a capacidade, por ser analfabeto, inculto etc. Dessa forma, os militares rebeldes “iluminados”, que saberiam “diagnosticar” corretamente os males da sociedade brasileira e “prescrever” a medicação adequada, fariam a “revolução” em nome do povo, em lugar do povo, substituindo o povo, mas jamais se propondo a organizá-lo. Ou seja, um movimento autoritário e elitista: a política é privilégio ou apanágio dos letrados. Outros autores, com nuances, têm interpretações semelhantes. Ver COELHO, Edmundo Campos, *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976. Ver também CARVALHO, José

Nos primeiros meses de 1922, continuavam as prisões e deportações de operários e anarquistas. Estrangeiros, portugueses, italianos, espanhóis, para seus países de origem; brasileiros, para os mais distantes rincões do território nacional. Na edição de 1º de Maio, *A Voz do Povo* denuncia que os dois delegados do Pará junto ao Terceiro Congresso Operário Brasileiro, Silva Gama e João Plácido de Albuquerque, foram presos ao desembarcar no Rio em 1920; e denuncia também que Plácido falece em decorrência das torturas sofridas na prisão. Por sua vez, outro jornal carioca denunciava a Colônia Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande, Rio de Janeiro, como a “Casa dos Mortos”, em virtude das torturas que ali eram sistematicamente praticadas. (*A Voz do Povo*, 1º de Maio de 1922; *A Pátria*, 10 de março de 1922, apud RODRIGUES, 1978b, p. 108-109).

Na mesma edição, *A Voz do Povo* publica um artigo de Otávio Brandão, que a nosso ver bem ilustra sua trajetória, seu deslocamento do anarquismo em direção ao comunismo bolchevista. Trechos do artigo “Paz entre nós, guerra aos senhores”:

Trabalhadores, anarquistas e bolchevistas, tende juízo! Anarquistas, deixai em paz os bolchevistas; fazei a vossa obra de guerra ao capitalismo; estudaí todos os problemas da reconstrução social. Bolchevistas, deixai em paz os anarquistas; fazei a vossa obra contra o capitalismo; preparai as forças proletárias para a Revolução Social [...]. Venho, contra os fanáticos de ambos os lados, lembrar a grandeza do homem livre [...]. Nem São Lênin nem a Santa Anarquia! [...] Os bolchevistas pregam a sua ditadura. Que preguem! A obra dos anarquistas será esclarecer as multidões, criar homens livres, para que a ditadura seja de todo impossível [...]. Anarquistas e bolchevistas, sede espíritos livres! (*A Voz do Povo*, 1º de Maio de 1922, apud RODRIGUES, 1978b, p. 109-110).

Segundo Rodrigues, trata-se de um “artigo conciliador”, de uma “tentativa conciliadora”. Brandão, depois de se filiar ao PCB em 1923, será um dos mais duros e ferozes combatentes do anarquismo.

Outros militantes, além dos mais conhecidos e já citados, Astrojildo Pereira, Álvaro Palmeira e Otávio Brandão, percorrem o mesmo caminho, do anarquismo ao bolchevismo. Dentre eles, Santos Barbosa e Pedro Bastos. Este chega a publicar um artigo, em junho de 1922, em que denuncia “as sombrias masmorras, os cárceres bolchevistas”; afirma que na Rússia “os jornais libertários estão impedidos de circular, suas tipografias foram destruídas, os centros anarquistas fechados, toda a propaganda das ideias de emancipação proletária

Murilo de, “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: FAUSTO, Boris. (Org.), *História geral da civilização brasileira*, tomo III, v. 9. São Paulo: Difel, 1977. A terceira matriz interpretativa, da dupla determinação, tem como representantes, também com nuances, além de FORJAZ, Maria Cecília, cujo trabalho foi comentado no corpo da tese, CORRÊA, Anna Maria Martinez, em *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976; e PRESTES, Anita Leocádia, em *A Coluna Prestes*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

abafada pela reação feroz – a mais brutal já registrada pela história”; diz “não somos inimigos da Revolução Russa”, mas sim dos “seus usurpadores, os bolchevistas”, caracterizados, ao fim do artigo, como “almas de velhas ratazanas de dentes aguçados, prontos para roerem o queijo do poder, vestidas de capa vermelha”. (*O Trabalho*, 10 de junho de 1922, apud RODRIGUES, 1978b, p. 112-115). Pedro Bastos, esse anarquista ferozmente antibolchevista, rapidamente se tornará um bolchevista ferozmente antianarquista, tendo inclusive sido acusado do assassinato de dois militantes libertários, Antonino Dominguez e Moisés de tal, num conflito no Sindicato dos Gráficos, à Praça da República, esquina com rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro (RODRIGUES, 1978b, p. 115). Talvez o importante para ele fosse ser feroz e sectário.

Nesta disputa entre anarquistas e comunistas, conflitos, polêmicas, divergências, houve um significativo debate, através das páginas da imprensa operária, já em novembro de 1922, entre Astrojildo Pereira e Fábio Luz.

O artigo de Astrojildo, publicado pelo *Libertário*, de Porto Alegre, é marcado pelo sarcasmo:

Não pensei no dr. Fábio Luz, quando formulei minha advertência dirigida aos camaradas anarquistas em nome dos interesses supremos da causa proletária [...] não pensei no dr. Fábio Luz, cuja figura venerável nunca vi aparecer nas lutas operárias e libertárias travadas no Brasil durante estes últimos doze anos... o venerando Fábio só agora anda a multiplicar os restos de sua atividade senil – exatamente contra aqueles que na Rússia iniciaram e sustentam, à custa dos mais pesados e heroicos sofrimentos, a revolução proletária mundial [...]. (*O Libertário*, 1º de novembro de 1922, apud RODRIGUES, 1978b, p. 116-119).

Fábio Luz responde, com firmeza e também alguma ironia, nas páginas da *Voz da União*, de São Paulo:

Quem se poderá julgar revolucionário sem o cartão de identidade e o distintivo à lapela do Partido Comunista? [...] Não errei caminho quando caminhei decididamente para o anarquismo, e aí firmei-me pelo estudo, sem pedir licença a mestre algum [...]. Nunca fiz da questão social uma questão de classe, uma questão trabalhista ou operária; assim evitei sempre imiscuir-me no que ao operário diz respeito intimamente, em suas questões de organização e de luta contra os patrões, certo de que eles, por si, resolverão sua emancipação [...]. Se o sr. Astrojildo não me conheceu nas lutas libertárias, queixe-se de sua ignorância ou de sua má-fé, pois bem sabe que o primeiro romance publicado no Brasil, com francas tendências anarquistas, em 1903, foi *O ideólogo*, de minha autoria [...]. (*O Libertário*, 1º de novembro de 1922; *A Voz da União*, 4 de novembro de 1922, apud RODRIGUES, 1978b, p. 116-119).

Em agosto de 1922, *A Plebe* publica artigo de Neno Vasco (falecido no ano anterior em Portugal), “A independência do indivíduo”, reafirmando os valores básicos do anarquismo:

A liberdade, a independência só existem na interdependência e na solidariedade entre iguais. Só existe na equivalência entre iguais [...]. Só existe na propriedade comum e no trabalho associado. Só existe no socialismo – com a sua indispensável garantia da liberdade individual [...]. Façamos todos os homens donos de tudo [...]. Onde a riqueza é de todos, ninguém é pobre nem servo. (*A Plebe*, 12 de agosto de 1922, apud RODRIGUES, 1978b, p. 86).

Em setembro, Maria Lacerda de Moura funda a Federação Internacional Feminina e profere palestra na sede da União dos Trabalhadores Gráficos, em São Paulo:

Levai como estandarte o ideal de liberdade [...] cantando o hino da civilização da igualdade. Uni-vos no desejo único de trazer felicidade à terra [...]. Tende esperança [...] creio na redenção da humanidade pela própria humanidade [...]. Detesto a violência, o roubo, o assassinio, o massacre, a dinamite. Preferível, sempre, morrer a matar. Mas, adoro a Justiça, a Liberdade, a Solidariedade. Tenho fé num futuro em que os homens trabalhem para o bem comum. E a liberdade de ação e a igualdade econômica farão todos irmãos. Avante operários! (*O Trabalhador Gráfico*, setembro de 1922, apud RODRIGUES, 1978b, p. 88).

Em outubro, Isabel Cerruti participa da fundação, também em São Paulo, do Centro Feminino de Educação, fazendo uma conferência sobre a emancipação da mulher sob o prisma libertário:

Iguálá-la [a mulher] aos homens, é ficar onde estamos, pois que o homem é escravo e explorado; o que devemos é lutar, ao lado e junto aos homens, para que a emancipação seja um fato, não para a mulher ou para o homem, mas sim para a humanidade, pois que os dois sexos se integram e se completam. (*A Plebe*, 21 de outubro de 1922, apud RODRIGUES, 1978b, p. 89-90).

No Rio de Janeiro, em fevereiro desse ano, a União das Costureiras e Classes Anexas distribuíra manifesto sobre a “emancipação da mulher”: “[...] Homens conscientes! Trabalhadores! Falta ainda alguma coisa, absolutamente necessária, e que concorrerá mais eficazmente para o fim desejado por todos os sofredores. É a emancipação da mulher! [...]”.

(*A Pátria*, 14 de fevereiro de 1922, apud RODRIGUES, 1978b, p. 90).

Ao longo dos anos 1922 e 1923, militantes libertários fundaram diversas escolas e vários centros de cultura e/ou de propaganda doutrinária, espalhados pelo país. Dentre esses, o Grupo de Propaganda Social, de Niterói: “[...] Constituído com o fim de facilitar aos espíritos livres e curiosos conhecerem a questão social [...] contribuirá para a difusão das modernas ideias de emancipação humana [...] para que se realizem excursões de propaganda social.

Publicará livros, folhetos, manifestos e jornais de propaganda doutrinária [...]”. (RODRIGUES, 1978b, p. 93-94).

Edgar Rodrigues relaciona uma série de conferências, sempre sobre temas de interesse social, proferidas em sedes de sindicatos ou em centros de cultura, ao longo desses anos de 1922 e 1923 por, dentre outros, José Oiticica, Fábio Luz, Carlos Dias, Domingos Passos, José Sarmiento, Maria Lacerda de Moura, Marques da Costa, Rui Gonçalves, Zilah Monteiro, e também pelo anarquista italiano, de passagem pelo Brasil, Armando Borghi. (RODRIGUES, 1978b, p. 95-97).

Em seguida, Rodrigues relaciona uma série de periódicos e livros publicados, distribuídos e/ou vendidos no Brasil. “Todas as associações operárias recebiam e trocavam imprensa, distribuíam e vendiam jornais e livros editados no Brasil e no exterior, numa constante sementeira de ideias”. (RODRIGUES, 1978b, p. 98-99). Dentre os periódicos, *O Sol dos Livres*, órgão dos operários sapateiros; *A Greve*, em São Luiz do Maranhão; *Renascença*, excelente revista de cultura social, dirigida por Maria Lacerda de Moura; em Santos, *A Dor Humana*, dirigido por João Perdigão Gutierrez, e *O Solidário*; em São Paulo: *O Chapeleiro* (3ª fase), *Alba Rossa* (8ª fase), *A Revolução Social*, *A Ronda*; em Porto Alegre, *A Voz Humana*, órgão da Agrupação Libertária Proudhon; no Paraná, *1º de Maio*, número único; no Rio de Janeiro, *Ressurgir* e *A Verdade*. (RODRIGUES, 1978b, p. 99-100).

Sobre livros e peças de teatro, destacamos os seguintes: *Concepção anarquista do sindicalismo*, de Neno Vasco; *Nós e os outros* e *Lua nova*, de Fábio Luz; *O Homem e a Terra*, de Eliseu Réclus (tradução de Fábio Luz); *Onde está Deus?*, de M. Rey (tradução de José Oiticica); *Contra a perpetuidade do erro e da mentira*, de Carlos Dias; *Da escravidão à liberdade*, de Florentino de Carvalho; *Verbo de fogo*, (poesias sociais), de Pedro A. Mota; *Último quadro*, de Felipe Gil (Souza Passos), drama social em 3 atos; *Primeiro de Maio*, peça de teatro social de Pietro Gori, traduzida por João Perdigão Gutierrez. Sobre o teatro anarquista, Edgar Rodrigues fala da importância das “atividades doutrinárias e de solidariedade humana, desenvolvidas através do teatro operário”, e mesmo que “[...] no Brasil, não pode haver uma autêntica história do teatro, se ignorarmos o vasto e fecundo teatro amador, que brotou e foi vastamente cultivado pelo proletariado anarcossindicalista [...]”. (RODRIGUES, 1978b, p. 99-107).

Nomeamos este segundo item do terceiro capítulo “Anarquismo e movimento operário: descenso e transição – da fundação do PCB à ‘Revolução de Trinta’”. Comentamos, em linhas gerais, como pensamos essa transição: do Estado liberal e federativo ao Estado nacional e autoritário, da ortodoxia liberal ao sindicalismo corporativista. Cabe agora

comentar o descenso ou declínio do movimento operário e sindical, que a nosso ver marca a década de vinte.

Já no início da década, o clima político é de instabilidade. Na sucessão de Epitácio Pessoa, contra a candidatura situacionista do mineiro Arthur Bernardes, lançada a partir do esquema tradicional da “política dos governadores”, comentada no segundo capítulo, surge a candidatura oposicionista do fluminense Nilo Peçanha. Nilo não se identifica com o projeto das forças agrárias hegemônicas, o projeto liberal-federativo então vigente. Ao contrário, sente-se muito mais próximo de um positivismo não ortodoxo, com tinturas jacobinas. Daí ter bancado, no exercício da presidência da República em 1909-1910, a candidatura vitoriosa do marechal Hermes da Fonseca. E ter sido apoiado, em 1921-1922, por significativos contingentes das Forças Armadas, em especial do Exército, e também por amplos setores das camadas médias urbanas civis.

Sua candidatura, a Reação Republicana, evidencia fortemente um aprofundamento de uma crise política intraoligárquica, revela um descontentamento crescente, no âmbito da articulação política regional, com a supremacia paulista, assessorada pelos mineiros. Em suma, parecia que o modelo do “federalismo hegemônico” começava a se esgotar.

A campanha eleitoral de 1921-1922 é tensa, com muitos discursos e eventos públicos, em especial nas maiores cidades, nas quais a oposição tenta conquistar o eleitorado urbano, menos subordinado às manobras e fraudes coronelistas, aliás resgatando aspectos da Campanha Civilista de Rui Barbosa, em 1909-1910. Para agravar a tensão, o famoso episódio das “cartas falsas”, numa das quais o candidato Bernardes supostamente teria ofendido o marechal Hermes da Fonseca, ex-presidente da República, então presidente do Clube Militar e apoiador de Nilo Peçanha; Bernardes teria chamado Hermes de “sargento sem compostura”. Até que as cartas fossem comprovadas falsas, o estrago estava feito: brios militares ofendidos, oposição radicalizada.

Os nilistas, principalmente os militares, afirmavam: “Bernardes não pode ser eleito; se eleito, não pode tomar posse; se tomar posse, não pode governar”. Entretanto, a eficaz engrenagem do “sistema oligárquico” mais uma vez funcionou... Bernardes derrotou Nilo, foi eleito, tomou posse e governou. Porém, governou durante quase todo o seu quadriênio mantendo o país sob estado de sítio. Daí, a caracterização (correta) do seu governo como a “tirania Bernardes”. Essa conjuntura político-eleitoral está na raiz do levante de julho de 1922 no Rio de Janeiro, acima comentado, que abre o ciclo do tenentismo. Bernardes foi eleito em março, sua posse seria em novembro. Entre a eleição e a posse, a rebelião militar.

Na verdade, o sítio foi promulgado por Epitácio, em final de mandato. Bernardes toma posse sob estado de sítio, por ele prorrogado já no exercício da presidência. Para o anarquismo em especial e para o movimento operário de uma maneira geral, o estado de sítio é um desastre. Suspensão de liberdades individuais, de garantias constitucionais etc. Em suma, a criação de condições institucionais para uma escalada repressiva, que se concretiza, e não apenas contra os militares rebeldes. Sindicatos e jornais operários são invadidos, fechados, empastelados. Prisões em massa de lideranças anarquistas e de militantes sindicais, mais deportações. Bernardes vai criar a tristemente famosa colônia correcional da Clevelândia, no extremo norte do país, na região do Oiapoque, Amapá, quase fronteira com a Guiana Francesa. Para lá serão enviados, nas condições mais precárias e às quais muitos não sobrevivem, principalmente militantes anarquistas e militares “revolucionários”, que participaram da rebelião de 1924 em São Paulo.³⁴ Outro ponto de contato entre anarquistas e tenentistas: o sofrimento compartilhado nos porões dos navios-cárceres e nas selvas tropicais do Amapá. O Partido Comunista, recém-fundado em março como um partido legal, registrado em cartório, é lançado à clandestinidade, da qual só sairá em 1945. Essa repressão mais dura, eficaz e abrangente, sustentada pelo estado de sítio, é, a nosso ver, e diferentemente do que pensa Edgar Rodrigues, a principal razão não só para um declínio do anarquismo, mas principalmente para um descenso do movimento operário em seu conjunto. Certamente, mais importante do que as “desavenças” entre anarquistas e comunistas. Uma escalada repressiva que atravessa o período de 1922 a 1927, todo o mandato Bernardes, ou seja, metade da década.

Os tenentes rebeldes sempre identificaram em Arthur Bernardes o seu principal opositor, tendo sua luta assumido mesmo uma dimensão personalizada, “antibernardista”. Não por acaso, uma das razões para o autoexílio e a deposição de armas da Coluna Prestes, já no início de 1927, foi o fim do mandato Bernardes e a posse de Washington Luiz, que conduzirá, inclusive suspendendo o estado de sítio, uma espécie de abertura política que comentaremos mais adiante.

No primeiro dia de 1923, *A Batalha* publica um apelo ao proletariado internacional, do Comitê Russo de Defesa Anarcossindicalista da Associação Internacional dos Trabalhadores:

Os mártires do terror bolchevista apelam para o vosso auxílio e para a vossa solidariedade de classe [...] na Rússia, hoje como outrora, o povo sofre sob o jugo da ditadura [...] os grilhões vermelhos puseram a ferros todo o país [...]. O povo russo

³⁴ Sobre a Clevelândia, ver SAMIS, Alexandre, *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imaginário; São Paulo: Achiamé, 2002.

agoniza [...] o partido da revolução tornou-se a guarda avançada da contrarrevolução, o partido da reação mais abjeta e ignóbil, porque se cobre com a faixa da revolução social [...]. Não copia o bolchevismo russo o fascismo italiano? [...] os edifícios da Internacional Comunista são construídos sobre os cadáveres dos revolucionários; nos seus subterrâneos morrem as suas vítimas – os lutadores da Revolução Social [...] a tirania na Rússia [...]. Comunistas, abri as portas de vossas prisões aos anarquistas e aos operários revolucionários! Comunistas, dai à Rússia a liberdade que lhe usurpastes [...]! Camaradas, irmãos de luta, não esqueçais a Rússia [...]. (*A Batalha*, 1º de janeiro de 1923, apud RODRIGUES, 1978b, p. 120-124).

Chegam também ao Brasil as notícias dos massacres, perpetrados pelo Estado russo, dos marinheiros de Kronstadt, e também dos operários e camponeses ucranianos liderados por Nestor Makhno. A repressão bolchevista aos anarquistas vai aprofundando, já nos anos 1921-1923, o abismo entre essas duas vertentes do socialismo. Na Rússia, afirma Maximo Gorki: “Lênin, Trotsky e seus sequazes estão contaminados pelo veneno maldito do poder”. (GORKI apud RODRIGUES, 1978b, p. 130).

No Brasil, escreve o ex-anarquista Astrojildo Pereira, em janeiro de 1923: “[...] são as doutrinas comunistas as que melhor respondem às aspirações e às necessidades das massas proletárias, e estas, naturalmente, mais cedo ou mais tarde, darão seu apoio ao partido comunista, que é o verdadeiro partido do proletariado [...]”. Em maio do mesmo ano, afirma o também ex-anarquista Otávio Brandão, em artigo na mesma revista: “Os anarquistas não querem aceitar a violência do Estado proletário, a violência do Exército Vermelho [...] tombam no brejo podre do evolucionismo, do reformismo, do educacionismo [...]”. (*Movimento Comunista*, 25 de janeiro e 1º de Maio de 1923, apud RODRIGUES, 1978b, p. 127-129).

Comenta Edgar Rodrigues: “Os reflexos das divergências internacionais serviam para que os germes da discórdia proliferassem no seio do proletariado, agindo e aprofundando cada vez mais as divergências e cavando a ruína das organizações sindicalistas apolíticas”. (RODRIGUES, 1978b, p. 129).

No dia 31 de dezembro de 1922, em São Paulo, enquanto participava de um festival libertário em benefício de *A Plebe*, no Salão Leal Oberdan, é assassinado o brilhante orador e organizador anarquista Ricardo Cipolla, que havia participado, como delegado da União dos Artífices em Calçados, do Terceiro Congresso Operário Brasileiro, em 1920. Indalécio Iglesias, o assassino, era informante da polícia infiltrado no movimento operário, assim como o ex-administrador de *A Plebe* Evaristo Ferreira de Souza. (CATALO, Pedro apud RODRIGUES, 1978b, p. 131-134).

Em janeiro de 1923, o Grupo dos Emancipados faz um chamamento aos libertários da capital federal e de Niterói, para participarem de uma conferência que iria discutir as

seguintes teses: **1)** atitude dos libertários em face das organizações operárias; **2)** organização dos elementos ácratas; **3)** imprensa anarquista.

Em fevereiro, os trabalhadores gráficos de São Paulo declaram uma greve geral de protesto contra os patrões que não reconheciam a União dos Trabalhadores Gráficos. Recebem a solidariedade de sapateiros, garçons, operários da construção civil e de outras classes. Ao longo dos meses de março e abril, diversas greves: lixeiros, no Rio de Janeiro; tipógrafos, no Maranhão; tecelões e estivadores, em Natal; tecelões, em Petrópolis; estivadores, em Santos.

Enquanto isso: “O governo de Arthur Bernardes metia na cadeia todos os seus opositores políticos, trabalhadores e anarquistas”. Foram encarcerados Domingos Passos, Arlindo Vicente, Pedro Mariani, Orlando Simonek, Primitivo Soares (Florentino de Carvalho), Vicente Llorca e José de tal. Ao mesmo tempo, ocorrem “[...] grandes manifestações públicas de protesto contra o assassinato dos militantes anarcossindicalistas espanhóis Salvador Seguí e Francisco Comas”. (RODRIGUES, 1978b, p. 134-137).

No 1º de Maio de 1923, apesar do estado de sítio, na capital federal, militantes anarquistas e sindicatos operários organizam um grande comício na Praça Mauá. As primeiras oradoras foram duas meninas, a primeira explicando o significado da data como dia de luta e protesto; e a segunda, recitando o soneto “A Liberdade”, recebendo as duas muitos aplausos. Falaram “conhecidos oradores sindicalistas e libertários”, e foi aprovada uma “moção de protesto contra a burguesia e suas perseguições”, aí incluído o caso de Sacco e Vanzetti. Ainda no Rio de Janeiro, à noite realizaram-se reuniões nas seguintes sedes sindicais: Associação dos Gráficos; Associação dos Carpinteiros Navais; Aliança dos Trabalhadores em Marcenarias; União dos Cortadores de Calçados; Aliança dos Alfaiates e Calceiros; União dos Foguistas.

No Paraná, além dos comícios, a União Operária publicou uma edição especial alusiva ao 1º de Maio, “maravilhosamente ilustrada”.

Em São Paulo, *A Revolução Social*, em sua edição de 1º de Maio, avisa os libertários que “Otávio Brandão fora convertido ao bolchevismo, ao comunismo autoritário”.

No mesmo dia, *A Plebe* publica o poema “1º de Maio”, do poeta anarquista Lúcio de Rezende, e no dia 5 desse mês, uma longa carta de Sacco e Vanzetti, que chega ao Brasil através do jornal francês *Libertaire*. De acordo com Edgar Rodrigues, que reproduz a carta na íntegra: “O 1º de Maio de 1923 teve como ponto alto a tragédia de Sacco e Vanzetti”, comentada por diversos órgãos da imprensa operária e anarquista. Seleccionamos alguns trechos da carta:

Companheiros: Muitas vezes, durante o nosso encarceramento, vos temos dirigido a palavra através das grades que nos separam da liberdade e nos privam dos direitos mais inalienáveis [...] nós vos denunciemos o sadismo das perseguições, as mentiras [...], as falsas testemunhas de acusação [...] presos pela violência [...] tivemos que recorrer à defesa legal [...]. Deveremos dizer-vos o que é a lei? E que é absurdo e ridículo esperar justiça da lei de classe de nossos inimigos mortais? [...] Não nos resta mais que saber encarar o último suplício, ou, mais horrível ainda, a reclusão perpétua, sem fraqueza e sem covardia [...] para o triunfo do ideal, estávamos decididos ao sacrifício supremo. Esperávamos tombar combatendo, a peito descoberto – arma em punho, face a face com o inimigo execrado. Atroz ironia! Sonhávamos tombar como leões e o destino preparou-nos a morte do rato [...] o que nos conforta é a certeza que o nosso sacrifício não será vão, mas amadurecerá e apressará a hora invocada da grande insurreição [...]. Dai-nos a liberdade ou a morte! Agora e sempre pela Revolução Social! (*A Plebe*, 1º de maio de 1923, apud RODRIGUES, 1978b, p. 138-147).

Nesse mesmo ano, a União dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro distribuiu manifesto em que reafirma sua adesão aos princípios do sindicalismo apolítico e “protesta contra as pretensões divisionistas do grupo comunista”.

Segundo Edgar Rodrigues, com a fundação do PCB, “a partir de 1922, o governo ganha um novo aliado na luta contra os anarquistas e anarcossindicalistas [...], impondo uma quebra na resistência do movimento anarcossindicalista”. (RODRIGUES, 1978b, p. 147-149).

Para Edgar Rodrigues, como já comentamos antes, um dos mais importantes fatores do declínio da influência anarquista nos meios operários e sindicais brasileiros foi (ao lado da crescente repressão estatal) a atuação nesses meios dos “bolchevistas” do recém-fundado Partido Comunista Brasileiro. Segundo Rodrigues, essa atuação se caracterizou basicamente pelo divisionismo, pelas injúrias e difamações contra os antigos companheiros libertários e, em última instância, até mesmo pela violência física. Há inúmeros exemplos dessa visão ao longo de sua obra. Seleccionamos, para ilustrar a afirmação, uma passagem de um de seus livros mais recentes, o volume 4 da série *Rebeldias*, publicado em 2007:

Começaram [os militantes do PCB] disputando a direção dos sindicatos e acabaram por ajudar os governos de Arthur Bernardes, Washington Luiz e Getúlio Vargas a reduzir sensivelmente o movimento libertário e os sindicatos livres. Em 1927, assassinaram o anarquista Antonino Dominguez e o gráfico Damião da Silva e feriram mais de dez militantes no Sindicato dos Gráficos, à rua Frei Caneca, 4, sobrado, Rio de Janeiro [...]. (RODRIGUES, 2007a, p. 157).

No capítulo “Em torno de uma viagem à Rússia”, Rodrigues reproduz documentação referente à viagem de Antonio Bernardo Canellas e Mario Barrel a Moscou para participarem, como delegados do PCB, do 4º Congresso da Internacional Comunista, em novembro de 1922. O relatório de Canellas, que não consegue a aprovação da proposta de adesão do PCB

ao Comintern, é longo, aponta inúmeros problemas – principalmente a ausência de debates – ocorridos nas sessões do congresso e, no último parágrafo, afirma: “A Internacional andou errada em depreciar sem exame mais aprofundado os elementos constituídos do PC do Brasil [...]”. De regresso ao Brasil, Canellas é acusado pela direção do PCB de “traidor”, sendo expulso do partido, em fins de 1923.³⁵ (RODRIGUES, 1978b, p. 151-163).

Ao longo do ano de 1923, continuam as prisões e deportações de militantes. A polícia carioca encarcera, entre outros, Luiz Peres, Joaquim Silva, José Gonçalves, Vicente Llorca e Pedro Maurini. Este, garçom, militante libertário nascido no Uruguai, é expulso para seu país; consegue, antes da expulsão, escrever e enviar da prisão para o jornal *A Pátria* o artigo “Brados de revolta”, onde critica os “modernos tzares vermelhos”: “Triste é a vossa missão, a de tentar apagar o brilho das ideias anarquistas! [...]”. (*A Pátria*, 10 de junho de 1923, apud RODRIGUES, 1978b, p. 167). Inúmeras moções de protesto contra as arbitrariedades policiais são publicadas na imprensa operária.

Continuam, também, as greves operárias: em Juiz de Fora, greve dos trabalhadores de curtumes e da fábrica Moraes Sarmiento; em Porto Alegre, greve de trabalhadores em hotéis; em São Paulo, greve na Companhia Inglesa e de operários em calçados; em Ribeirão Pires, interior paulista, greve de canteiros; em Petrópolis, greve dos tecelões, cuja sede foi invadida pela polícia; greve de tecelões também no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Em julho, *A Pátria* publica um boletim da União Industrial de Transportes Marítimos, com sede em Nova York, “convocando o proletariado para a greve geral universal nos portos”. (RODRIGUES, 1978b, p. 164-167).

Nesse mesmo ano de 1923, o movimento operário funda no Rio de Janeiro o Comitê de Propaganda Anticlerical, que tem como um de seus objetivos combater a campanha da Igreja Católica para arrecadar fundos – num país em que tantos moram nas ruas – para a construção da estátua do Cristo Redentor, no morro do Corcovado.

Voltando ao caso Canellas, comenta Rodrigues sobre a expulsão dele do PCB, ao final do ano:

Significativo é ver-se que o PCB, logo no primeiro ano de vida, cambaleante, raquítico e subdesenvolvido, já deliberava com arrogância a “expulsão de traidores”! O rolo compressor montado para esmagar “traidores” funcionou contra Canellas, e não tardou a triturar um dos seus mais ativos criadores – Joaquim Barbosa, o segundo a ser expulso! [...]. O PCB dava início à sua primeira marcha a ré. (RODRIGUES, 1978b, p. 169-172).

³⁵ Sobre Canellas, ver SALLES, Iza, *Um cadáver ao sol: a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

Em abril, *A Pátria* publica os temas discutidos e aprovados no último Congresso Internacional Sindicalista Revolucionário. Ao longo do ano, continuam e vão se aprofundando as divergências entre anarquistas e bolchevistas, inclusive nas folhas da imprensa operária. “Os anarquistas passaram a ser alvejados por referências caluniosas, vis e sórdidas insinuações”. Domingos Passos publica em *A Pátria*, onde colaborava regularmente, um artigo criticando asperamente Otávio Brandão, Olgier de Lacerda e os comunistas em geral: “[...] essa falta de dignidade, merecendo a mais indignada repulsa, dava a todos nós pleno direito para os desmascarar e dar-lhes combate, tanto do ponto de vista moral como no aspecto ideológico [...]”. Segundo Edgar Rodrigues, “[...] os fundadores do PCB não raro saíam praticando agressões, ajudando dessa forma a polícia bernardista a desbaratar as associações anarcossindicalistas [...]”. (MARQUES DA COSTA apud RODRIGUES, 1978b, p. 172-176).

Mais adiante, já em outro capítulo, afirma Rodrigues: “No meio de toda esta balbúrdia de ataques, revides, denúncias e das oscilações ideológicas, algumas associações operárias, desgostosas com os conflitos e desavenças a partir de 1922, caíam nos cantos da sereia patronal que sempre desejou um operariado submisso, reformista!”. (RODRIGUES, 1978b, p. 180).

Creio ser importante registrar que, entre as páginas 176 e 177 de *Novos Rumos*, Edgar Rodrigues incluiu um encarte de 18 páginas com fotos, que constituem um rico acervo iconográfico da história e da memória do anarquismo no Brasil. São fotos tiradas no Rio de Janeiro e em São Paulo, sobre: lazer operário (RJ); uma excursão de propaganda libertária (SP); um festival operário (pró-*A Lanterna*, SP); comícios de 1º de Maio em 1919 e 1920 (RJ); manifestações de rua na greve paulista de 1917; protestos de rua em 1919 (RJ); a sede da Liga Anticlerical (SP); a “família anarquista” num congresso (SP); fotos de jornais operários; e até mesmo de uma estátua no túmulo dos mártires de Chicago.

Em outubro de 1923, ressurgiu em Porto Alegre o semanário anarquista *A Voz Humana*, que publica a letra da canção italiana “Solo Mio”, traduzida para o português: “[...] Oh! Sol grandioso/ anunciador dum mundo novo/ de Paz e de Amor / tu és todo harmonia/ Oh! Sol dos livres/ tu és a Anarquia!”. (RODRIGUES, 1978b, p. 182).

No Rio de Janeiro, militantes libertários organizam uma “excursão recreativa e cultural” à cidade de Petrópolis, em solidariedade aos tecelões da região serrana, que estavam em greve e tinham tido a sede de seu sindicato invadida pela polícia.

As greves continuam. Em São Paulo, greve dos sapateiros, decretada pela União dos Artífices em Calçados, que também teve sua sede invadida pela polícia. Os operários

sapateiros Arthur Simioli, Augusto Fonseca, Luiz Papare, Afonso Festa e outros, foram enquadrados criminalmente no relatório do dr. Bandeira de Mello, diretor do gabinete de investigações da polícia paulista. Os têxteis também entram em greve, em solidariedade aos companheiros sapateiros. (CATALO, Pedro apud RODRIGUES, 1978b, p. 184-186).

Ainda em outubro, José Oiticica publica em *A Pátria* uma série de artigos mostrando “[...] o quanto eram prejudiciais ao proletariado e ao movimento social as divergências entre bolchevistas e anarquistas”. Enquanto estes se digladiavam, continuam as prisões: no Rio, José Paiva (operário pintor); Pedro Carneiro, Manuel Abdias e José Alves, militantes libertários que tentavam reorganizar a Legião dos Amigos da Nova Sociedade. Em São Paulo, os operários sapateiros Nicolau Festa, Luiz Baroni, Claudionor Montebello, Antonio de Oliveira, José Ribas e Manuel Bueno. (RODRIGUES, 1978b, 183-185).

Da “Rússia proletária”, chega um apelo dos intelectuais russos, denunciando o desemprego, a opressão bolchevista e o fuzilamento de dezenas de operários. Já no início de 1924, chega também a notícia da morte de Lênin: “Enquanto Lênin morria no Kremlin, no meio de todas as honras civis e militares, como um papa, como um rei ou como um chefe de Estado capitalista, os nossos morrem na masmorras, nos campos de concentração ou fuzilados pela tcheca russa”. (RODRIGUES, 1978b, p. 187-188).

O ano de 1924 trás consigo grandes transformações políticas. Vamos a elas.

Edgar Rodrigues comenta, no capítulo “Protestos operários”, a ascensão e a consolidação do fascismo na Itália:

De 1918 a 1920, o mundo burguês, tonto com os resultados do após guerra, com o desemprego, a miséria, as greves e a tomada das fábricas na Itália, examinava a possibilidade de restaurar regimes fortes para conter a rebeldia popular [...]. Em toda a Europa, os salvadores da pátria estudavam desesperadamente uma solução para satisfazer o capitalismo [...]. O fascismo surgia na Itália em 1920 [...]. Os “camisas-negras” declaram-se em guerra permanente contra as organizações socialistas, anarquistas e comunistas; destroem suas sedes e dizimam seus militantes. Em fins de outubro de 1922, realizam a “marcha sobre Roma”, com a cumplicidade e o apoio do rei, assumindo oficialmente o poder [...]. Esboçam-se algumas tentativas de resistência, organizadas por anarquistas e socialistas, sem maiores êxitos [...]. Em 1924 Mussolini promoveu na praça pública o assassinato do deputado socialista Matteotti [...] o povo se revoltou e a rebelião popular é afogada numa onda de sangue. As prisões não suportam mais presos, e o “Duce” recorre às deportações [...]. Erico Malatesta, expoente do anarquismo italiano, [...] foi uma das grandes vítimas do fascismo [...]. (RODRIGUES, 1978b, p. 191-195).

No Brasil são organizados protestos operários e manifestações antifascistas. No dia 28 de junho, *A Plebe*, de São Paulo, convoca: “Todos os homens livres, todos os revolucionários sociais, sem distinção de escolas ou doutrinas, são convidados a comparecer à sessão de

protesto [antifascista] no Teatro Olímpia, à avenida Rangel Pestana, 120”. (RODRIGUES, 1978b, p. 191-195).

Segundo Edgar Rodrigues: “No Brasil, a primeira manifestação antifascista teve lugar em dezembro de 1922, na sede da Aliança dos Operários em Calçados, no Rio de Janeiro”. Nessa “memorável assembleia”, num primeiro momento anarquistas e comunistas aplaudem juntos, com entusiasmo, as manifestações contra os crimes do governo fascista. Entretanto, quando oradores libertários propõem um voto de protesto contra os crimes da “ditadura do proletariado” na Rússia, os bolchevistas “partiram para a briga”. (RODRIGUES, 1978b, p. 190).

No capítulo “Radiografia social”, Edgar Rodrigues apresenta dados, a partir de pesquisa com fontes de época, principalmente jornais sindicais, sobre as condições de vida e de trabalho do proletariado urbano brasileiro, no início dos anos vinte. E conclui: “À luz dos algarismos, temos dois extremos: a miséria dos que trabalham, dos produtores, e a fartura dos que nada fazem, além de assinar balanços e conferir saldos bancários [...]”. (RODRIGUES, 1978b, p. 196-212).

Nos primeiros meses de 1924, janeiro e fevereiro, greves na capital paulista: padeiros, sapateiros e tecelões (na parede desta última categoria, cerca de dez mil grevistas). No Rio de Janeiro, em março, a União dos Operários em Construção Civil tem sua sede à rua Barão de São Félix interditada, e precisa reinstalar-se, sob a égide da FORJ, em nova sede na Praça da República.

Nas palavras de Rodrigues:

Desponta o 1º de Maio de 1924 vibrante e cheio de divergências em torno da existência ou não de presos por delito de opinião na Rússia [...] no Rio de Janeiro, o 1º de Maio realiza-se na Praça Mauá, com um vibrante comício, sob o título: “Para salvar uma vida!” [referência à condenação à morte pelo governo espanhol do poeta anarquista Juan Acher]. (RODRIGUES, 1978b, p. 231-233).

Nesse comício da Praça Mauá, “[...] apareceu repentinamente Marques da Costa, a quem a polícia proibira de falar”. Desobedecendo a ordem policial, o colaborador de *A Pátria* é preso, fica meses encarcerado e, na repressão pós-5 de julho, é expulso para Portugal. (RODRIGUES, 1978b, p. 231-233).

Em julho de 1924, ocorre em São Paulo outro dos mais importantes levantes militares da década. Comentamos acima as principais características do tenentismo. O “segundo 5 de julho”, na capital paulista, teve dimensões mais profundas e abrangentes que o episódio dos

“18 do Forte”, dois anos antes, em Copacabana. Em São Paulo, o movimento rebelde, conseguindo tomar unidades militares estratégicas, leva o governador do estado, Carlos de Campos, a abandonar a cidade. O comando “revolucionário”, composto pelo general reformado do Exército Isidoro Dias Lopes, pelo capitão da força pública paulista Miguel Costa, e pelos capitães do Exército Nilton Estillac Leal, Joaquim e Juarez Távora, tenta precariamente administrar a cidade, negociando com o prefeito Firmiano Pinto, com a Câmara Municipal e com o presidente da Associação Comercial, José Carlos de Macedo Soares. Instala-se um clima de verdadeira guerra civil na cidade, com tiroteios, barricadas, mortos e feridos. Saques a armazéns são favorecidos pelos soldados da revolução, que ganham a simpatia do povo paulista.

Neste contexto, *A Plebe* publica um manifesto de apoio ao “movimento revolucionário”, que despertava “uma certa esperança”, assinado por dezenas de militantes anarquistas, dentre eles Pedro Mota (então diretor do jornal), José Righetti, Francisco de Simoni, Antonino Dominguez, João Peres, José Sarmento, Rodolfo Felipe, Marino Spagnolo, Pedro Zanella, Afonso Festa. Com as ruas tomadas por combates entre tropas legalistas e rebeldes, grupos operários, de forma improvisada, pouco organizada, tentam se aproximar dos “revolucionários”, oferecendo apoio e solicitando armas para combater. Entretanto, a presença de estrangeiros (são formados, precariamente, “batalhões estrangeiros”) e de anarquistas, aliada à já comentada desconfiança dos militares em relação aos civis – os “paisanos”, “povo inculto, analfabeto” – impede a construção de uma aliança política mais sólida entre os militares rebeldes e as associações operárias. Isidoro se recusa a dar armas aos anarquistas. A “revolução” dos tenentes era uma; a dos libertários, outra. O levante de 1924 em São Paulo reafirma que os militares rebeldes se propunham a fazer uma “revolução” em nome do povo, em seu lugar, substituindo-o, mas não se propondo a organizá-lo. “Representação e justiça”, mas não “Revolução social”.

Diante da intensificação da repressão por parte do governo federal, inclusive com bombardeios aéreos produzindo enormes danos, e visando poupar a população civil de maiores sacrifícios, o “comando revolucionário” decide sair da cidade, organizando uma retirada estratégica rumo ao interior do estado. Esta “Coluna Paulista” irá se encontrar, em abril de 1925, na região de Catanduvas, oeste do Paraná, com a “Coluna Gaúcha”, formando a Coluna Prestes-Miguel Costa.³⁶ (RODRIGUES, 1978b, p. 225-228).

³⁶ Sobre o levante paulista, ver Anna Maria Martinez Corrêa, *A rebelião de 1924 em São Paulo*, op. cit. Ver também Carlo Romani, “A revolta de 1924 em São Paulo: uma história mal contada”, in: Carlos Addor e Rafael Deminici (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil*, v. 2, op. cit.

Os anarquistas continuam seu trabalho no campo cultural. Em junho de 1924, o militante anarquista Rui Gonçalves envia, de Niterói, uma carta à redação de *A Plebe*, em São Paulo:

Aos dignos camaradas: Paz e evolução. Tem esta por fim comunicar-vos que, desde 18 de fevereiro, está funcionando, nesta cidade, no Fonseca, uma escola racionalista denominada “A Forja”, com 45 alunos [...] é uma escola moldada à feição da “Escola Moderna”, de Francisco Ferrer [...]. Sem vaidade, penso ser “A Forja” a primeira escola racionalista que se funda no Brasil [...]. (RODRIGUES, 1978b, p. 214).

Na verdade, algumas escolas “racionalistas” ou “modernas” tinham sido fundadas, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, e também no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século. É fato também que algumas já tinham sido fechadas pelo governo.

À rebelião paulista de julho de 1924, seguiu-se violenta escalada repressiva. Foram caçados e presos não apenas militares rebeldes, como também operários, sindicalistas, militantes libertários, que sofreram “feroz perseguição [...] sob o esfarrapado pretexto de serem cúmplices ou solidários” com o movimento. Dentre os detidos, vários signatários do manifesto de *A Plebe* em apoio ao levante militar, inclusive Pedro Mota, diretor do jornal. Muitos anarquistas e tenentes “revolucionários” foram arbitrariamente enviados, no navio-prisão *Campos*, para a colônia de Clevelândia, no Amapá, onde vários faleceram, vítimas de maus-tratos, precaríssimas condições, doenças tropicais diversas e total ausência de assistência médica.

No Rio de Janeiro, foi preso o prof. José Oiticica, que permanece detido por mais de um ano, incluindo períodos na Ilha Rasa e na Ilha das Flores. Edgar Rodrigues reproduz uma carta de Oiticica a Jackson de Figueiredo, na qual o militante anarquista relata as agruras e terríveis humilhações sofridas por ele e sua família, impostas pela “tirania Bernardes”. Em maio de 1925, Oiticica terá negado pelo Supremo Tribunal Federal um pedido de *habeas corpus*. Comenta Rodrigues: “No reinado bernardista valia tudo, prisões sem julgamento nem culpa formada, deportações para a Clevelândia, torturas, mortes por afogamento, pela fome [...]”. (RODRIGUES, 1978b, p. 221-228 e p. 244).

Um dos presos e deportados para a Clevelândia, Pedro Carneiro, militante da União dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro, escreveu a Edgard Leuenroth uma carta relatando as violências sofridas a bordo de três navios-prisões – o *Campos* [chamado por Edgar Rodrigues de “navio-fantasma”], o *Comandante Vasconcelos* e o *Oiapoque*, na longa viagem da capital federal ao Amapá. Rodrigues reproduz a carta. Embarcaram cerca de 140

prisioneiros, entre brasileiros, portugueses, espanhóis, italianos e estrangeiros de outras nacionalidades. Espancamentos, roubos praticados e menores violentados por policiais e soldados, comida e instalações sanitárias precaríssimas, enfim toda sorte de humilhações. A bordo, diz Carneiro, “estamos diante de um barbarismo da Idade Média”. E, chegando ao destino, a colônia correcional de Clevelândia, acrescenta-se a todo esse sofrimento o contato com a malária e toda uma variedade de moléstias tropicais que infestavam a região. Segundo o missivista: “Morriam de vinte a trinta presos por dia!”. (RODRIGUES, 1978b, p. 235-239).

Entretanto: “Apesar de todas as desgraças que recaíam sobre o bravo proletariado anarcossindicalista, os poucos que ainda restavam em liberdade promoviam conferências e sessões de teatro social, para angariar dinheiro que lhes permitisse auxiliar e socorrer as famílias dos deportados”. E, do exílio em Portugal, Marques da Costa manda uma carta aos companheiros do Rio, procurando fortalecer seu ânimo: “O anarquismo é o farol que nos guia, que nos dá força e nos amplia a confiança no dealbar de um mundo novo”. (RODRIGUES, 1978b, p. 239-240).

No capítulo “Brados da Clevelândia”, comenta Edgar Rodrigues: “No campo de morte lenta do Oiapoque, perderam a vida dezenas de prisioneiros de todas as condições políticas e sociais (menos bolchevistas), sendo dos primeiros a ganhar ali sepulturas algumas das figuras mais ilustres do anarquismo do Brasil”. Afirma que, apesar de todas as desgraças de que vinham sendo vítimas, militantes libertários – Domingos Braz, Nicolau Parada, Antonio Salgado e Domingos Passos, entre outros – “ainda encontravam forças para reviver o 1º de Maio de 1925, entoando, junto às margens do rio Oiapoque, os hinos revolucionários ‘Filhos do povo’ e ‘A Internacional’, cujas estrofes se perdiam no meio das selvas amazônicas”. (RODRIGUES, 1978b, p. 241-242).

Não há dados exatos sobre o número de deportados e mortos na Clevelândia. Segundo reportagem da revista *Coletânea*, de 1959, teriam passado pelo campo de concentração no Oiapoque cerca de 1.500 presos, entre militares rebeldes do 5 de julho em São Paulo, militantes anarquistas e presos comuns.

Rodrigues reproduz a poesia “No silêncio da selva”, de Domingos Braz:

Na negra solidão deste degredo infindo/
Neste recanto agreste onde a malária
impera/
Numa angústia ferina e atroz que desespera/
A vida a pouco e pouco se vai,
além sumindo/ [...]/
Bradando altivamente: – abaixo a tirania!/
Além já se divisa o
sol da redenção/
Que um passo marcará na humana evolução/
É o sol da liberdade,
sublime Anarquia. (BRAZ, Domingos apud RODRIGUES, 1978b, p. 240-243).

Prossegue seu trabalho a “tirania Bernardes”: “[...] em fins de 1925 e começos de 1926, as publicações anarquistas e sindicalistas revolucionárias estavam suspensas, por ‘ordens superiores’”. Edgar Rodrigues critica o silêncio total da publicação do PCB, *A Classe Operária*, a respeito das prisões e deportações de anarquistas para a Clevelândia. Enquanto isso, *A Voz do Povo*, diário anarquista, “vive sua lenta e dolorosa agonia...”. (RODRIGUES, 1978b, p. 245-247).

Ainda em 1925, em setembro, militantes operários e anarcossindicalistas organizam o Terceiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul, estado que tinha sido menos visado pela repressão bernardista e onde ainda havia uma “pujante imprensa libertária”. O congresso “reafirma seus propósitos libertários, resolvendo combater os partidos políticos de todas as cores”. Aprova moções também no sentido de “levantar o espírito da mulher proletária”, “disseminar nos meios rurais as formas de conscientização e organização” e, a moção de sentido mais amplo, “lutar pela emancipação humana”. (RODRIGUES, 1978b, p. 247-250).

No mesmo ano o PCB realiza o seu segundo congresso. Segundo Edgar Rodrigues:

Sem maiores reclamações a fazer do governo Arthur Bernardes, que não havia molestado os seus filiados, o PCB reúne o alto-comando para ouvir a “nova palavra de ordem de Moscou”, explicada mansamente pelo seu secretário-geral, Astrojildo Pereira, que conseguira filiar o partido à 3ª Internacional, graças à ajuda do argentino Rodolfo Ghioldi. (RODRIGUES, 1978b, p. 252).

Na verdade, o PCB havia sido lançado à ilegalidade pelo estado de sítio vigente. Entretanto, inúmeros relatos confirmam que a repressão bernardista incidiu muito mais duramente sobre os militantes anarquistas, inclusive nas prisões e deportações para a Clevelândia.

Sobre a Clevelândia, segue um trecho das memórias de um militante anarquista da época, enaltecendo Domingos Passos, seu companheiro de lutas:

Passos foi um dos raros deportados que conseguiu fugir daquele inferno, graças ao seu espírito de luta, à sua decisão e à sua resistência física. Pôde realizar essa façanha porque a vigilância não era rigorosa, uma vez que se sabia que todo fugitivo que se aventurasse pelas matas morreria de fome, de sede ou comido pelas feras. Teve de atravessar rios a nado, alimentar-se de ervas silvestres e comer casca de árvores conhecidas na região para combater a terrível febre palustre ali adquirida [...]. (CATALO, Pedro apud RODRIGUES, 1978b, p. 253-255).

No ano seguinte, 1926, “ao final do reinado bernardista e com o restabelecimento de uma relativa liberdade, o proletariado volta à luta. O movimento operário tentava então reorganizar-se, após o término do estado de sítio”. É formado o já antes mencionado Comitê

de Agitação Pró-liberdade de Sacco e Vanzetti – composto pelos militantes libertários João Peres, José Ramon, Pascoal Martinez e Pedro Catalo – que coordena, no Brasil, a campanha internacional pela libertação dos operários anarquistas presos nos Estado Unidos da América. Aqui, a contribuição de Domingos Passos – o “Bakunin brasileiro” – nessa campanha foi “de extraordinário valor”. (RODRIGUES, 1978b, p. 252-256).

Sobre o 1º de Maio de 1926, apenas duas informações em *Novos rumos*: “O jornal *La Defesa*, de São Paulo, dirigido por Antonio Cimatti, em seu número 70, destaca o 1º de Maio, exaltando, em idioma italiano, a histórica data”. E “no Rio Grande do Sul, *O Sindicalista*, de Porto Alegre, reverencia a memória dos ‘mártires de Chicago’, lembrando também mártires brasileiros”. (RODRIGUES, 1978b, p. 256).

Sintoma de descenso do movimento operário e/ou de declínio do anarcossindicalismo? Com certeza, na década de vinte, em seu conjunto, o movimento operário e sindical vive um período de descenso, especialmente se comparado com os últimos anos da década anterior (1917-1920), conjuntura de maior ascenso do movimento operário ao longo da Primeira República, como já apontamos. Esse descenso pode ser aferido pelo menor número de greves e também por menos conquistas imediatas da classe trabalhadora. Entretanto, trata-se, simultaneamente, de descenso e transição, como já afirmamos. A nosso ver, o declínio do anarquismo (e de sua inserção social/sindical, o anarcossindicalismo) nos anos vinte remete tanto ao descenso geral do movimento operário quanto à transição antes apontada. Transição entre duas ordens ou padrões de dominação burguesa, da ortodoxia liberal ao sindicalismo corporativista.

E exatamente nesse ano de 1926, ocorre um aspecto fundamental no processo de ruptura com a ortodoxia liberal então vigente: a criação pelo governo federal, no contexto de uma reforma da Constituição de 1891, de uma Comissão de Legislação Social no âmbito da Câmara dos Deputados. O governo da República (tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo) reconhece e assume a necessidade de legislar em matéria social, a necessidade de produzir e promulgar leis trabalhistas, um direito do trabalho. Na prática, o governo começa a romper com o liberalismo ortodoxo, que até então afirmava que a questão social, as relações entre o capital e o trabalho deveriam ser “resolvidas” pelo próprio mercado, no âmbito do privado, na órbita mercantil, não devendo o Estado intervir de forma normativa, regulamentando o mundo do trabalho. A partir de então, começam a tramitar, embora muito lentamente, ao longo de anos, antes na Comissão de Legislação Social e depois no plenário da Câmara, alguns projetos de leis sociais. Os mais importantes, nesse momento, e aos quais voltaremos mais adiante, são três: um projeto que cria Caixas de Aposentadoria e Pensões

para os trabalhadores; um projeto regulamentando o trabalho infantil, o Código do Trabalho do Menor; e um projeto que estabeleceria 15 dias anuais de férias remuneradas para os operários, a Lei de Férias.

Nas palavras de Edgar Rodrigues: “O ano de 1927 nasce pálido! Sobre o seu nascimento pesavam os efeitos do estado de sítio e do tétrico cativo dos campos de concentração do Oiapoque, da Ilha Rasa, da Ilha das Flores, do Bom Jesus, da Colônia Penal de Dois Rios e dos ergástulos estaduais”. (RODRIGUES, 1978b, p. 279-280).

Em Santos, em janeiro desse ano, sob a direção de S. Gonzáles, surge *A Verdade*, órgão de imprensa da União dos Empregados em hotéis, restaurantes e similares; segundo Rodrigues, “periódico de tendências libertárias”.

Em março, a União dos Chapeleiros de São Paulo lança manifesto concitando seus filiados a comparecer a uma assembleia geral; e, de Sorocaba, interior paulista, chegam notícias da greve dos tecelões em quatro grandes fábricas daquele estado, para “reconquistar pela décima quinta vez a jornada de oito horas de trabalho, que os industriais acabavam burlando sempre”. (RODRIGUES, 1978b, p. 265).

“Aproximava-se o dia 1º de Maio, que nos dois últimos anos havia sido abafado pelo estado de sítio”. Com a abertura política do início do governo Washington Luiz, que suspende o estado de sítio, o movimento operário e sindical e a militância anarquista tentam se reorganizar, apesar das imensas perdas provocadas pela repressão do quadriênio Bernardes. Ressurgem vários periódicos libertários, e Edgar Rodrigues menciona alguns deles novamente exaltando o dia internacional do trabalho, os mártires de Chicago e agora também os mártires da Clevelândia. Em Porto Alegre, sob a direção de F. Kniestedt, *Der Frei Arbeiter*; em Santos, *A Verdade e Justiça*, este, órgão da União dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, dirigido por H. Alonso; em São Paulo, *O Trabalhador Gráfico*, *O Chapeleiro* e *A Plebe*, que dá grande destaque à “magna data”, com sua 4ª página ilustrada por 14 figuras anarquistas das mais representativas do mundo, e no centro a expressão de G. Bovio, “Anárquico é o pensamento e para a Anarquia caminha a História”. (RODRIGUES, 1978b, p. 265).

No Rio de Janeiro, uma novidade que bem expressa a profunda cisão do movimento operário e sindical: dois comícios simultâneos, um na Praça Onze, organizado pelos anarquistas; e outro, na Praça Mauá, organizado pelos comunistas.

Na Praça Onze, o comício foi aberto e encerrado pelo militante libertário Manuel Lopes, da União dos Operários da Construção Civil, tendo discursado também Alfredo Vasques, Sinval e “outros companheiros”. De acordo com depoimento de Manuel Lopes,

reproduzido em parte por Edgar Rodrigues, “[...] nessa concentração, apesar de tudo que havia acontecido no governo Arthur Bernardes, ainda se reuniram mais de 20 mil trabalhadores que aplaudiam freneticamente os oradores [...]”. Já o comício dos comunistas, na Praça Mauá, onde falaram Astrojildo Pereira, então secretário-geral do PCB, e os candidatos Azevedo Lima (a deputado) e Otávio Brandão (a intendente), não teve, segundo Edgar Rodrigues, “outros objetivos que não fossem o de arrancar votos dos trabalhadores crentes nas soluções políticas”.³⁷ (LOPES, Manuel e ABRANCHES, Maria da Luz apud RODRIGUES, 1978b, p. 266-267).

Com efeito, tanto anarquistas quanto comunistas se beneficiam da suspensão do estado de sítio. À diferença dos socialistas libertários, os comunistas não recusam a luta político-institucional. Ao contrário, em sua concepção da revolução e mesmo da intervenção política de um modo mais geral, o partido ocupa posição estratégica, devendo desempenhar papel relevante tanto nos embates eleitorais quanto numa eventual via insurrecional. Os caminhos das urnas e das armas não são vistos como excludentes, mas sim como aspectos ou dimensões complementares de uma mesma luta revolucionária.

No Brasil, o PCB não recupera plena legalidade, mas vai viver, nos anos de 1927-1928, uma situação de “semilegalidade”, não uma vida oficial, mas “semioficial”. Nesse contexto, o partido conquista espaço no jornal carioca *A Nação*, cujo proprietário e redator-chefe era Leônidas Rezende, intelectual positivista e simpatizante do comunismo. Não podendo participar oficialmente de eleições, o PCB funda em 1927 (e divulga principalmente nas páginas de *A Nação*) uma frente eleitoral, o Bloco Operário, buscando conquistar alianças num campo político-ideológico vagamente definido como “de esquerda”. Um dos aliados será o recentemente (re)fundado Partido Socialista Brasileiro. No ano seguinte, com a frente eleitoral já nominalmente ampliada para Bloco Operário e Camponês (BOC) serão eleitos intendentes os comunistas Otávio Brandão e Minervino de Oliveira, e deputado o médico socialista Azevedo Lima.³⁸ (RODRIGUES, 1978b, p. 266).

Em maio, ressurge em São Paulo a União Operária de Ofícios Vários, cujos fins são baseados nos princípios anarquistas do sindicalismo, aprovados nos Congressos de 1906,

³⁷ Maria da Luz Abranches, “esposa e companheira de ideias” de Manuel Lopes, no comício empunhava a bandeira da Federação Operária do Rio de Janeiro.

³⁸ Sobre o BOC, ver PEREIRA, Astrojildo, “A formação do PCB”. In: _____. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. Considero a seguinte passagem muito esclarecedora sobre o Bloco Operário e Camponês: “O BOC estendeu-se com relativa facilidade ali onde havia Partido, participando de eleições estaduais e municipais [...]. O elemento ‘camponês’ representava apenas uma palavra incluída no BOC, era um desejo, um propósito, mas mesmo assim servia como indicação de largos e justos objetivos. Nada se fez de prático nesse sentido porque na realidade o Partido não sabia como fazê-lo, como aproximar-se do campo, como promover a tarefa, que os livros diziam ser fundamental, de aliança entre operários e camponeses [...]”, p. 124.

1913 e 1920. Nos meses de junho e julho, que antecedem a data marcada para a execução dos anarquistas italianos Nicolau Sacco e Bartolomeu Vanzetti, o mundo se mobiliza tentando deter a aplicação da absurda pena de morte. No Brasil, *A Plebe*, que voltara a circular no início do ano com a suspensão do sítio, publica no dia 25 de junho um discurso proferido por Isabel Cerruti, militante libertária, em comício no Largo da Concórdia, em São Paulo:

Camaradas, povo trabalhador, espezinhado e sofredor, ponderai, refleti sobre estas palavras: nenhum homem é superior a outro homem. Ao nascer, somos todos iguais! [...] A natureza nos fez todos iguais; todos temos o mesmo direito à vida! [...] E nem só de pão vive o homem! Pão e Amor para todos. Para todos a vida íntegra na natureza! Para todos o direito ao desfrute máximo das riquezas naturais e humanas! [...] Pão e Amor para todos! São as finalidades soberbas do ideal anarquista. Avante, povo trabalhador! Avante para a Anarquia! (*A Plebe*, 25 de junho de 1927, apud RODRIGUES, 1978b, p. 270-290).

O proletariado no Brasil participa ativamente dos protestos contra a execução, e em São Paulo é declarada uma greve geral. Edgar Rodrigues reproduz o relato de Pedro Catalo, militante libertário à época:

Na noite de 22 de agosto de 1927 se daria a execução dos dois inocentes militantes anarquistas; na noite anterior, declaramos greve geral para todo o Brasil [...]. O proletariado paulista paralisou a maior parte das indústrias [...]. O comportamento do povo e do proletariado de São Paulo naquela memorável campanha é uma página histórica que deve ser divulgada e conhecida pelas novas gerações. (CATALO, Pedro apud RODRIGUES, 1978b, p. 269-270).

Apesar da intensa mobilização mundial, Sacco e Vanzetti, embora inocentes, são eletrocutados em Boston, vindo a ser “reabilitados” décadas depois, conforme já afirmamos. A campanha pró-Sacco e Vanzetti acabou por se constituir em pretexto para mais uma escalada repressiva. Nesse mesmo mês é aprovada no Brasil a Lei Aníbal de Toledo, que logo passa a ser conhecida como “lei celerada”, uma lei de censura ou “mordaza” à imprensa. A aprovação dessa lei define bem os limites da “abertura política” promovida por Washington Luiz. Com base nessa lei, *A Plebe* volta a ser “alvo da ira das autoridades”.

Nesse segundo semestre de 1927, surgem ou reaparecem, desafiando a “lei celerada”, jornais operários e libertários: *A Voz do Sapateiro*, em São Paulo; *A Tribuna*, em Curitiba; *Cultura Proletária*, em Pelotas. A juventude libertária santista distribui, numa prática que visa burlar a censura à imprensa, um manifesto, “Pela liberdade social e econômica”.

Continuam também os anarquistas a fundar centros de cultura. Em São Paulo, o Ateneu de Cultura Popular e o Centro Literário-Filosófico, este por João Storti, Primo Storti e Marcos Indalécio. *A Vanguarda*, do Rio de Janeiro, anuncia que a Sociedade Beneficente Cultora das Artes Gráficas, de Niterói, renova a sua diretoria para “levar avante os

ensinamentos das artes gráficas e a divulgação da cultura social”. São seus novos dirigentes: Cory Peixoto, Higino Santiago, Pergentino e Nestor Cunha. (RODRIGUES, 1978b, p. 275).

Novos decretos de expulsão são assinados, inclusive contra cinco militantes anarquistas que tinham discursado num comício de 1º de Maio, em Santos: João Perdigão Gutierrez, Manoel Esteves Fernandes, José Fernandes Alvarez (espanhóis), Luiz Gonzaga Madureira e Bernardino Marques do Valle (portugueses). Perdigão e Madureira conseguem fugir antes da prisão. Para a Itália, foi deportado o militante libertário Afonso Festa, depois de passar um tempo preso, com Domingos Passos, Pedro Catalo e outros companheiros, na terrível “bastilha do Cambuci”. Comenta Edgar Rodrigues: “Assim ia sendo desarticulada a classe trabalhadora, com a expulsão dos seus mais ativos militantes”. (RODRIGUES, 1978b, p. 272- 276).

A eleição de Washington Luiz, em março de 1926, e sua posse, em novembro do mesmo ano, numa recomposição do esquema tradicional da “política dos governadores”, que pela última vez funcionaria com eficácia, representou para o movimento operário um certo alívio com a suspensão do estado de sítio. Falamos também sobre os limites da “democratização” promovida por Washington Luiz, dos quais é exemplo marcante a promulgação, em agosto de 1927, da “lei celerada”.

Nesse contexto, os anarquistas se esforçam para reorganizar suas entidades, enfrentando agora a concorrência crescente dos comunistas, que lutam para conquistar o controle dos sindicatos operários. Nas fileiras do PCB, uma importante cisão. Joaquim Barbosa, uma das principais lideranças, rompe com o partido e explica seus motivos numa longa carta, reproduzida por Edgar Rodrigues. Seleccionamos dois pequenos trechos:

Acusamos os anarquistas de arrotar força com federações de carimbo e incidimos no mesmo ridículo [...]. É que o nosso Partido, ou melhor, os nossos dirigentes, se deixam empolgar por ideias espetaculares, afastando-se das massas, seguindo à sua frente, mas em distância inatingível para estas últimas [...]. (RODRIGUES, 1978b, p. 286-288).

As críticas de Barbosa ao autoritarismo da direção do PCB são implicitamente endossadas por Edgar Rodrigues. (RODRIGUES, 1978b, p. 276-288).

O ano de 1928 começa com um acirramento na disputa entre anarcossindicalistas e comunistas pelo controle de sindicatos operários. No capítulo “A vitória dos fanáticos”, Edgar Rodrigues comenta o “episódio da rua Frei Caneca”, um conflito entre anarquistas e comunistas bolchevistas que talvez tenha sido o mais violento (certamente, um dos mais

violentos) nesse processo de disputa. Numa reunião, no dia 14 de fevereiro, na sede da União dos Trabalhadores Gráficos, à rua Frei Caneca, nº 4, esquina com a Praça da República, depois de um acirrado debate, dois militantes libertários, Antonino Dominguez (com longa trajetória de militância sindical) e Damião José da Silva, foram mortos a tiros, disparados pelos comunistas Pedro Bastos e Eusébio Manjon. (RODRIGUES, 1978b, p. 291-303).

José Oiticica publicou um artigo criticando veementemente a agressão comunista:

Mas que nos acusem a nós, anarquistas, de provocadores do conflito, é que exprime o mais revoltante cinismo [...]. A acusação era caluniosa [...]. É absolutamente falso haver qualquer anarquista disparado contra o sr. Azevedo Lima [...]. Posso asseverar que nenhum anarquista foi para lá armado [...]. Há muito que dizemos aos comunistas ser contraproducente o programa de calúnia sistemática e provocações abomináveis, que os líderes lhes ordenam de Moscou. Os sucessos de anteontem os desmoralizaram completamente perante os trabalhadores. O negarem eles a defesa a um acusado e o tentarem assassinar, sem motivo, adversários inermes, foram atos de tal covardia que bem mostram a mentalidade do seu partido, mentalidade de fanáticos sem nenhum idealismo revolucionário [...]. (OITICICA, *Braço e Cérebro*, 1928, nº 1, apud RODRIGUES, 1978b, p. 299-300).

No mesmo sentido, *A Vanguarda* publicou trechos da fala do operário Sinval Borges, no enterro de Antonino Dominguez:

Era a primeira vez que a ambição de meia dúzia de indivíduos armava o braço de um trabalhador contra outro; era a primeira vez que, no Brasil, a ideologia servia de pretexto à eliminação, pelo assassinato, de operários que não se deixavam dominar pela ditadura de um grupo de companheiros [...]. Tudo isto em nome da emancipação dos trabalhadores e do advento de uma “ditadura proletária”, cujas primeiras vítimas eram os próprios proletários [...]. (*A Vanguarda*, 22 de fevereiro de 1928, apud RODRIGUES, 1978b, p. 302).

Certamente, Edgar Rodrigues endossa essas críticas. Em 1928, segundo o autor:

[...] os trabalhadores comemoravam o 1º de Maio sem maior expressão! [...] O movimento regredia a olhos vistos, em número e qualidade, acentuavam-se a debilidade, os sinais de cansaço. Não eram as ideias que se alteravam! Estas sobreviviam sob os rescaldos das cisões provocadas pelo novo partido, e em consequência das perseguições sistemáticas das autoridades [...]. O que estava esfacelado era o movimento operário livre [...]. (RODRIGUES, 1978b, p. 304-305).

O comício organizado pelo PCB e pelo BOC na Praça Mauá consistiu basicamente, segundo Rodrigues, numa “campanha eleitoral” para “suplicar votos aos trabalhadores” para os candidatos à intendência Otávio Brandão e Minervino de Oliveira.

Mesmo “bloqueada pelas autoridades”, a Federação Operária do Rio de Janeiro, que mantinha suas tradições sindicalistas (assim como a Federação Operária de São Paulo),

consegue organizar, com o apoio de um grande número de associações de classe, um “concorridíssimo comício comemorativo da data do trabalho na Praça Onze de Junho”. De acordo com *A Pátria*:

[...] a grande praça oferecia aspectos de imponência, pois, emergindo da massa popular, viam-se dezenas de pavilhões e agremiações trabalhistas [...]. Severino Lins, falando em nome da Construção Civil, elevou as ideias libertárias [...]. Falaram ainda Frederico Garrido, Waldemar Cardoso, Antonio Batista e a jovem operária Antonieta Paládio [...]. Encerrou as manifestações Manuel Lopes, valente anarcossindicalista lusitano, aqui radicado desde criança [...]. (RODRIGUES, 1978b, p. 306-307).

Segundo Rodrigues: “Este foi o último 1º de Maio comemorado em praça pública”. (RODRIGUES, 1978b, p. 306-307).

Na virada de 1928 para 1929, do dia 29 de dezembro ao dia 4 de janeiro, o PCB realizou seu Terceiro Congresso, ao qual compareceram 31 delegados, representando sindicatos de cinco estados da federação. Em 1928, Otávio Brandão e Minervino de Oliveira foram eleitos intendentes (vereadores) pelo Bloco Operário e Camponês.

Ao longo dos anos de 1927 e 1928, começaram a ser discutidos, como já afirmamos, na recém-criada Comissão de Legislação Social e depois no plenário da Câmara dos Deputados, os primeiros projetos de leis sociais. A postura patronal, expressa através de suas entidades de classe – em especial a recém-fundada Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – é de negação desses direitos, pressionando os parlamentares para tentar evitar a aprovação dos projetos, evitar que se tornassem leis. Segue um trecho de um documento da FIESP, citado por Luiz Werneck Vianna em *Liberalismo e sindicato no Brasil*, que, a nosso ver, é bem representativo da visão patronal, tanto no que diz respeito ao projeto que estabelecia 15 dias anuais de férias para os trabalhadores, quanto ao projeto sobre o trabalho infantil, o Código do Trabalho do Menor:

Que fará um trabalhador braçal durante 15 dias de ócio? Ele não tem o culto do lar [...] para nosso proletário, para o geral do nosso povo, o lar é um acampamento – sem conforto e sem doçura. O lar não pode prendê-lo e ele procurará matar as suas longas horas de inação nas ruas. A rua provoca com frequência o desabrochar de vícios latentes e não vamos insistir nos perigos que ela representa para o trabalhador inativo, inculto, presa fácil dos instintos subalternos que sempre dormem na alma humana, mas que o trabalho jamais desperta [...] a influência da rua na alma das crianças que mourejam nas indústrias, e nos limitaremos a dizer que as férias operárias virão quebrar o equilíbrio moral de toda uma classe social da nação, mercê de uma floração de vícios, e talvez de crimes, que esta mesma classe não conhece no presente.³⁹ (VIANNA, 1976, p. 80).

³⁹ Ver VIANNA, Luiz Werneck, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, op. cit.; em especial, o capítulo 2, “Leis do trabalho e burguesia industrial: a tentativa do liberalismo fordista nos anos vinte”.

Segundo Luiz Werneck Vianna, essa postura da burguesia industrial configura um projeto hegemônico liberal fordista: a fábrica não apenas produzindo mercadorias, mas também valores, os valores do progresso e da indústria. As crianças, trabalhando nas fábricas, estariam aprendendo um ofício, e começando a se tornar cidadãos úteis para o país. Portanto, para os patrões, nada de férias operárias, nem mesmo redução da jornada de trabalho infantil.

Já comentamos as denúncias feitas por Edgar Rodrigues, a partir de suas fontes, da exploração do trabalho infantil nas fábricas brasileiras na Primeira República.

A nosso ver, tanto a própria discussão dos projetos de lei, como essa postura patronal são marcas da transição acima mencionada.

Em 1929, reabre-se e aprofunda-se a crise intraoligárquica. A formação da Aliança Liberal, a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas, explicita a crise. Esse tema, e suas vinculações com o movimento operário e o anarquismo serão abordados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

TEMPOS DIFÍCEIS: ANARQUISMO NA ERA VARGAS (1930-1945)

“NÃO, A PÁTRIA NÃO ESTÁ ACIMA DE TUDO.”

“O PODER REAL NÃO É DEMOCRÁTICO.”

José Saramago

“SINTO-ME GRANDE EM SER BRASILEIRO, PORÉM MAIOR EM SER HOMEM.”

José Oiticica

4.1

O anarquismo diante da polarização direita *versus* esquerda (1930-1937)

Da mesma forma que procuramos, no segundo capítulo, caracterizar o Estado brasileiro na Primeira República, pensamos ser necessária também uma caracterização, mesmo que em linhas gerais, do Estado que emerge no Brasil a partir do movimento de outubro de 1930, e será construído ao longo dos quinze anos seguintes, período que a historiografia brasileira consagrou como a “Era Vargas”.

Alguns autores têm sido fundamentais para nossas reflexões sobre o movimento de outubro de 1930, a autointitulada “Revolução de Trinta”, dentre os quais destacamos Boris Fausto e Luiz Werneck Vianna.

Fausto, em *A Revolução de 1930 – Historiografia e história*, critica um modelo interpretativo quase consensual até então, segundo o qual a “Revolução de 1930” teria sido obra de forças urbanas supostamente progressistas – a burguesia industrial e/ou uma pequena burguesia (ou uma classe média ou, ainda, camadas médias) – que teriam apeado do poder forças rurais supostamente retrógradas (o famoso latifúndio “semifeudal”). A partir dessa crítica, Fausto elabora um novo padrão explicativo.

A “Revolução de 1930” seria resultado da intervenção política de oligarquias regionais dissidentes, descontentes com a continuidade do modelo liberal-federativo e da hegemonia paulista. Com o aprofundamento das crises intraoligárquicas, já nos anos vinte, lideranças mineiras e gaúchas, com a participação da Paraíba, formam (também com a participação do Partido Democrático de São Paulo) a Aliança Liberal. Derrotadas nas urnas, apelam às armas. São os jovens filhos dessas oligarquias dissidentes (os “tenentes civis”) que, inconformados com a derrota eleitoral, fazem a articulação política da conspiração – constroem a ponte entre,

de um lado, Antonio Carlos, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, e, do outro, jovens lideranças políticas remanescentes do movimento tenentista. Não por acaso, após a recusa de Prestes, o estrategista militar da “revolução” será Juarez Távora.

Os recursos políticos, econômicos e financeiros das oligarquias dissidentes se somariam à experiência da luta armada dos militares rebeldes (que tinham contatos espalhados pelas unidades da federação brasileira), viabilizando o êxito político-militar da “revolução”.

Vitorioso o movimento político-militar (deposto Washington Luiz e barrada a posse do presidente eleito Júlio Prestes), o Estado que dele emerge seria policlassista, o “Estado de compromisso”.¹ Tem início a longa “Era Vargas”, quando Getúlio permanece como chefe do Estado brasileiro ao longo de 15 anos: chefe de um “governo provisório” de 1930 a 1934; presidente eleito indiretamente pelo Congresso Constituinte, com mandato que iria de 1934 a 1938; e ditador, chefe do “Estado Novo”, de 1937 a 1945.

A análise de Werneck Vianna sobre a “Revolução de 1930” em *Liberalismo e sindicato no Brasil*, a nosso ver, complementa e aprofunda a análise de Boris Fausto. Inspirado em Antonio Gramsci e Barrington Moore Jr., Vianna trabalha com os conceitos de “revolução passiva”, “revolução pelo alto” e “via prussiana”, chegando mesmo a falar em “junkers caboclos”. O episódio de outubro de 1930 no Brasil não seria um ponto de chegada nem um ponto de partida, mas um fundamental ponto de inflexão num processo muito mais amplo e profundo, uma crise de hegemonia. Com efeito, trata-se da crise da hegemonia dos agrários, articulada em torno do eixo liberalismo/ federalismo, e por nós antes comentada. “Trinta” não chegaria a ser uma revolução no sentido rigoroso e radical, tanto da etimologia quanto da História, mas também não seria um mero “golpe de Estado”. “Revolução pelo alto”, ou seja, revolução não enquanto processo, mas sim pelos seus resultados. Que resultados seriam esses? Basicamente, a nosso ver, aqueles vinculados à construção de um novo padrão de dominação burguesa, que vem substituir no Brasil a ortodoxia liberal vigente na Velha República: o Estado Nacional, autoritário, que tem como um dos seus principais suportes o sindicalismo corporativista, implantado a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930-1931, e consolidado com a promulgação, em 1943, da

¹ Ver WEFFORT, Francisco C., *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Ver IANNI, Octavio, *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Ao longo da última década o conceito de “populismo” tem sido objeto de debate e crítica. Ver FERREIRA, Jorge (Org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Ver também, numa outra perspectiva, MATTOS, Marcelo Badaró, “O debate recente sobre o populismo e os sindicatos”. In: _____. (Org.) *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ/ FAPERJ, 2003.

Consolidação das Leis do Trabalho. Trata-se, em suma, citando a expressão consagrada por Ângela Gomes, da “invenção do trabalhismo”.²

Feitas essas breves considerações, vamos retomar os comentários sobre a obra *Novos rumos*, de Edgar Rodrigues, já antecipando que para este autor o governo Vargas (em suas várias etapas, mas principalmente no Estado Novo) constitui-se, basicamente, numa “ditadura fascista”.

“Ao despontar o ano de 1929”, vigente a lei Aníbal de Toledo (a “lei celerada”), “a imprensa anarcossindicalista [estava] proibida, e só uma ou outra publicação dava alguns *flashes* da questão social”. No Rio Grande do Sul, menos visado pela repressão e pela censura, o Grupo Cultural dos Livres Pensadores, dirigido por Sebastião Lamotte e Francisco Fernandes, publica na cidade de Bagé o jornal *Emancipação*, que afirma em artigo de sua edição de 15 de março: “O anarquismo, em si, não faz questão de emancipar apenas trabalhadores; o que ele quer é emancipar, educar, libertar, dos erros e preconceitos sociais vigentes, os homens, sem olhar a que classe social pertencem! O anarquismo não é uma questão operária, é uma questão humana [...]”. (RODRIGUES, 1978b, p. 311-313).

À medida que Edgar Rodrigues endossa o artigo, vem mais uma vez confirmar sua visão do anarquismo, por nós já apresentada e comentada. O anarquismo não é uma questão apenas de classe, da classe operária, é uma questão humana, uma proposta que abarca, ou deveria abarcar, toda a humanidade.

Ao longo dos meses de março e abril, os trabalhadores gráficos de São Paulo declaram-se em greve, que recebe a solidariedade dos operários de Santos e do Rio de Janeiro. Embora dezenas de operários tenham sido presos, os grevistas desafiam a autoridade do chefe de polícia Ibraim Nobre, e o movimento é vitorioso. Afirma Rodrigues: “Os gráficos venceram a burguesia industrial”. ((RODRIGUES, 1978b, p. 314-315).

Entretanto, ao comentar as comemorações do Dia Internacional do Trabalho, Edgar Rodrigues diz que: “O 1º de Maio de 1929 foi prejudicado, em São Paulo, pela greve dos gráficos!”. Pensamos que uma greve vitoriosa deveria ter, ao contrário, contribuído positivamente para as comemorações do 1º de Maio. Sobre essas celebrações na capital federal, afirma o autor: “No Rio, na Praça Mauá e na Praça Onze de Junho, não teve mais aquela expressão operária dos anos anteriores!”. (RODRIGUES, 1978b, p. 316). Talvez porque em 1928 o comício da Praça Mauá tenha assumido a feição de uma “campanha eleitoral”, com o objetivo de “suplicar votos aos trabalhadores”.

² GOMES, Ângela de Castro, *A invenção do trabalhismo*, op. cit.

Em 1929, abre-se a questão da sucessão do Presidente Washington Luiz Pereira de Souza. De acordo com as regras não escritas da “política do café puro se possível, com leite, se necessário”, agora seria a “vez de Minas”. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, governador do estado de Minas Gerais, explicita suas pretensões à presidência da República, a disputar as eleições como cabeça da chapa situacionista. Entretanto, Washington Luiz não encampa a pretensão de Antonio Carlos e, ao contrário, indica e lança à sua sucessão o governador do estado de São Paulo, Júlio Prestes. Por razões de ordem econômica – acreditar que Júlio Prestes daria continuidade à sua política de defesa do café através da estabilização cambial – e também de ordem política – simplesmente por não confiar em Antonio Carlos –, Washington Luiz rompe com o acordo tácito, o pacto da “política dos governadores”. Para ele, não seria a “vez de Minas”. Antonio Carlos sente-se, com razão, traído e articula a formação de uma chapa oposicionista. Têm início as negociações para a constituição da Aliança Liberal.

O Rio Grande do Sul sempre fora, ao longo da Primeira República e do ponto de vista das articulações regionais, o principal opositor da hegemonia paulista. A política de defesa e valorização do café (produto de exportação), com seus efeitos inflacionários, sempre incidira negativamente sobre a economia do Rio Grande do Sul, cujo principal produto, o charque, destinava-se ao mercado interno. Os gaúchos pensavam que agora era a “vez do Rio Grande do Sul”. Antonio Carlos, para dar consistência política ao seu projeto, convida Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul e ex-ministro da Fazenda de Washington Luiz, para concorrer à presidência pela chapa de oposição. Depois de muito hesitar, Vargas aceita. Por questões locais específicas, a Paraíba adere à campanha oposicionista, e João Pessoa é indicado como candidato à vice-presidência. Estava formada, com a participação do recém-fundado Partido Democrático de São Paulo (uma dissidência do Partido Republicano Paulista, dos cafeicultores), a Aliança Liberal.³

Nas eleições, em março de 1930, 17 estados fraudando de um lado, e três fraudando de outro, a vitória de Júlio Prestes (seu vice era Estácio Coimbra, de Pernambuco) sobre Getúlio Vargas é arrasadora, não dando margem a contestações por parte da derrotada Aliança Liberal. Em abril, o caudilho gaúcho Borges de Medeiros dá uma famosa entrevista ao jornal *A Noite*, aceitando o resultado das urnas: o Rio Grande do Sul não pegaria em armas... Parecia que as oligarquias regionais mais uma vez se acomodariam, no esquema tradicional da “política dos estados”, como formulara Campos Sales. Entretanto, seis meses depois o Rio

³ Ver FAUSTO, Boris, *A Revolução de 1930: historiografia e história*, op. cit.; LOVE, Joseph, *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1971; para a Paraíba, ver SOBRINHO, A.J. Barbosa Lima, *A verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

Grande do Sul pegou em armas e Washington Luiz foi deposto. O que acontece entre março e outubro de 1930? É bem verdade que o assassinato de João Pessoa, em julho no Recife (ao que tudo indica por razões de ordem pessoal) funcionou como um estopim para a explosão da “bomba revolucionária”. Mas, nos bastidores, estava acontecendo a articulação mais importante para que a luta política se deslocasse do terreno das urnas para o terreno das armas. Jovens políticos, filhos das oligarquias dissidentes (os “tenentes civis” antes mencionados) – Virgílio de Melo Franco, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, entre outros – entram em contato com lideranças remanescentes do movimento tenentista.

O primeiro a ser contatado foi Luiz Carlos Prestes, no exílio em Buenos Aires. Convidado para ser o estrategista militar da “revolução”, o ex-comandante da Coluna recusa e explicita suas razões no “Manifesto de Maio”: a luta entre os paulistas e a Aliança Liberal seria uma reprodução interna de uma disputa interimperialista. Washington Luiz representaria os interesses do imperialismo britânico e Vargas e Antonio Carlos, os interesses do imperialismo norte-americano. Argumentação bastante esquemática. De qualquer forma, Prestes recusa o convite, e passa a defender uma “revolução agrária, antifeudal e anti-imperialista”, que seria feita por operários, camponeses e soldados. Prestes já havia lido, em seu exílio, os manuais do marxismo-leninismo, encaminhados por Leôncio Basbaum e Astrojildo Pereira, e com eles se encantado⁴. Como já comentamos, Juarez Távora responde prontamente ao “Manifesto de Maio”, explicitando sua concepção elitista e autoritária da política.

Diante da recusa de Prestes, Juarez é contatado e aceita participar das conspirações “revolucionárias”. Távora será o principal elo de ligação entre as oligarquias dissidentes derrotadas nas urnas e as lideranças do tenentismo, e também um dos estrategistas militares do movimento de outubro. Vitoriosa a “revolução”, Juarez se tornará o “vice-rei do Norte”: uma espécie de “superinterventor” no Norte e Nordeste, nomeado por Vargas.

Deposto Washington Luiz, barrada a posse de Júlio Prestes, a “Revolução de 1930” dá início, com a formação de um “Governo Provisório”, à longa “Era Vargas”. Estava derrotada a hegemonia paulista, a hegemonia da burguesia agrária cafeicultora.

Às vésperas da “Revolução de 1930”, estando em vigor a nova lei de imprensa, a “lei celerada”, “as publicações que defendiam a emancipação social, pregando ideias sem objetivos políticos, de cunho libertário ou mesmo sindicalista independente, estavam reduzidíssimas”. No Rio Grande do Sul, estado menos visado pela repressão e pela censura

⁴ Ver MORAES, Denis de; VIANA, Francisco, *Prestes: lutas e autocríticas*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

(em comparação com Rio de Janeiro e São Paulo), continuam a circular algumas publicações anarquistas, quase sempre efêmeras: *Porvir*, órgão dos estivadores de Pelotas, que se declara “abertamente libertário”; *Cultura Proletária*, órgão do Grupo Libertário de Pelotas; *Tribuna Livre*, de Porto Alegre, órgão do grupo ácrata A Vida; *A Luta*, mensário anarquista de Porto Alegre, dirigido por Daniel Conde e Francisco Kniestedt. Nesse estado realiza-se, nos últimos dias de janeiro de 1930, o Congresso Anarquista Regional, que discute “temas da maior importância para o movimento libertário”. (RODRIGUES, 1978b, p. 316-317).

A efervescência política, principalmente nos centros urbanos, decorrente da campanha da Aliança Liberal, desperta esperanças entre os trabalhadores. Alguns órgãos da imprensa operária, como *O Trabalho*, de Bauru, publicam a plataforma da chapa da oposição. A derrota eleitoral para Júlio Prestes, que representa a continuidade dos governos de Epitácio, Bernardes e Washington Luiz (e a provável continuidade da dura repressão ao movimento operário), é uma ducha de água fria para os portadores de expectativas de que algo de “novo” se apresentaria no cenário político nacional.

Entretanto, a vitória político-militar da “Revolução de 1930” reacende as esperanças. Houve mesmo, segundo Edgar Rodrigues, um “entusiasmo pós-revolucionário” e no dia 24 de outubro “o proletariado paulista assaltou e destruiu a ‘bastilha do Cambuci’, prisão repelente, sepulcro de milhares de trabalhadores que ali foram torturados por suas ideias”. Houve, ainda segundo Rodrigues, “um novo despertar, provocado pela emoção da ‘Revolução’ de Trinta, que por alguns instantes iludiu o proletariado [...]”. Esse clima de “entusiasmo” propiciou o surgimento de novos jornais operários, entre os quais, em São Paulo, *O Trabalho*, de cunho anarcossindicalista: “*O Trabalho* é um jornal operário, feito por operários e para operários”. (RODRIGUES, 1978b, p. 322-323).

Mas, para Edgar Rodrigues, esse clima durou pouco: “[...] a alegria durou pouco mais que um mês [...] a ‘Revolução’ de outubro de 1930 nada tinha de liberal e não cogitava do proletariado”. (RODRIGUES, 1978b, p. 322-323). Na verdade, como veremos adiante, a revolução cogitava – e até certo ponto conseguiu – controlar o proletariado, subordiná-lo ao Estado. Com certeza, um novo tipo de Estado que começava a ser construído.

Ainda em fins de 1930, um grupo de anarquistas de São Paulo elabora e publica um manifesto de protesto contra o novo governo. São signatários, entre dezenas, João Peres, Francisco Cianci, Nicola Festa, Amor Salgueiro, João Penteado, Edgard Leuenroth, Rodolfo Felipe, Florentino de Carvalho, Diego Gimenez, José Reghetti.

Um dos primeiros atos do novo governo, para nós revestido de enorme importância simbólica e política, em especial com referência ao processo que estamos chamando de

construção de uma nova ordem burguesa – nacionalista, autoritária e corporativista – foi a criação do Ministério do Trabalho, à época Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O decreto que cria o novo ministério é de novembro de 1930, e em janeiro/ fevereiro de 1931 sua estrutura já está pronta e em funcionamento. O primeiro ministro do Trabalho será o gaúcho Lindolfo Collor, um dos “tenentes civis” acima mencionados.

Esse ato, para nós fundante de uma nova ordem, será seguido de inúmeros outros que, lenta, paulatina, mas irreversivelmente irão construindo esse novo padrão de dominação burguesa, essa nova forma de relação do Estado com o conjunto da sociedade civil e, particularmente, com os trabalhadores urbanos. O imposto sindical e a carteira de trabalho serão peças-chave na montagem de toda uma nova estrutura sindical inspirada no modelo corporativista do fascismo italiano, a partir da qual os sindicatos operários perdem sua autonomia e sua identidade de associações de natureza jurídica privada, sendo absorvidos pelo aparelho do Estado, pela ordem pública, a partir da lógica da heteronomia sindical. Vargas realiza e atualiza o projeto dos positivistas de incorporação tutelar do proletariado ao Estado e à sociedade, projeto, como antes mencionamos, ensaiado por Hermes da Fonseca. Esse processo nada tem de linear, é complexo e permeado de tensões e contradições. De qualquer forma, penso que a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (a CLT), em maio de 1943, já no Estado Novo, consolida, como afirma seu nome, esse processo.

Em 1931, instalado o governo provisório de Getúlio Vargas, “o trabalhador volta-se para os seus velhos problemas: a reorganização das suas associações de classe e de cultura social”. (RODRIGUES, 1978b, p. 323). No Rio de Janeiro, grupos libertários formam um Centro de Cultura Social, intensificando a propaganda anarquista e o ensino racionalista, inspirado em Francisco Ferrer.

Em novembro de 1930, o governo provisório da República promulgara o decreto nº 19.398, suspendendo as garantias constitucionais, nelas incluída a liberdade de imprensa. Apesar da “censura prévia”, várias publicações libertárias surgem ou reaparecem.

Em São Paulo, em março, é publicado o semanário *A Revolução*, dirigido pelo advogado anarquista Benjamin Motta. Seu lema era “Tudo pela reconstrução da Pátria e pela construção da democracia social”. Provavelmente, uma tentativa de driblar a censura. Ainda em março, o *Homem do Povo*, “meio anticlerical, meio bolchevista”, denunciava “os horrores do presídio da rua dos Gusmões, que nada ficava a dever à fatídica masmorra do Cambuci”. No mesmo mês, *O Culinário Paulista* anuncia a fusão, em Santos, do Centro Internacional com o Centro Cosmopolita, fortalecendo o ramo hoteleiro dos operários santistas. Em abril, ressurgem em sua terceira fase *Spaghetti*, órgão libertário e antifascista. Em maio, *La Defesa*

destaca em grandes manchetes manifestações antifascistas realizadas na cidade. No dia 1º de Maio, ainda em São Paulo, *O Trabalho*, jornal libertário, ilustra sua primeira página com uma alegoria em homenagem aos mártires de Chicago. (RODRIGUES, 1978b, p. 323-327).

Nos dias 13, 14 e 15 de março, foi realizada no Salão Itália Fausta a 3ª Conferência Operária Estadual paulista. Edgar Rodrigues arrola vinte entidades operárias tanto da capital quanto das cidades de Ribeirão Preto, Bauru, Itatiba, São José dos Campos e Sorocaba, que se fizeram representar nessa conferência. Segundo um dos participantes do congresso, “os bolchevistas tinham apenas a representação dos gráficos, grupo minoritário”. (CATALO, Pedro apud RODRIGUES, 1978b, p. 328).

No dia 4 de agosto de 1931, a Federação Operária de São Paulo, de orientação anarcossindicalista, convoca uma assembleia plenária. A principal questão debatida diz respeito às relações da FOSP com a União dos Trabalhadores Gráficos. Esse sindicato, nessa conjuntura controlado pelos comunistas, vinha desrespeitando os princípios básicos da Federação Operária, tendo inclusive proposto, na Conferência Estadual de março, que “o Partido Comunista fosse reconhecido como o partido do proletariado”. Depois de longo debate, a FOSP decide pelo desligamento da UTG dos seus quadros. (RODRIGUES, 1978b, p. 329-336).

Em setembro, surge em São Paulo o jornal *O Trabalhador*; e em novembro *O Trabalhador Padeiro*, em seu primeiro número, afirma que “o sindicato deve ser o laboratório dos homens do futuro”, e conclama: “Trabalhadores do Mundo! Todos com a Associação Internacional dos Trabalhadores! Contra as ditaduras brancas ou vermelhas! Contra a exploração e a repressão capitalista! Pela liberação total mediante a Revolução Social!” (RODRIGUES, 1978b, p. 327-328).

Segundo Edgar Rodrigues: “O ano de 1931 foi um período de guerra dentro das fileiras do PCB”. Abandonam ou são expulsos do partido destacados militantes, como Rodolfo Coutinho e Cristiano Cordeiro, este um dos fundadores do PCB. Astrojildo Pereira, também fundador e secretário-geral do partido durante quase toda a década de vinte, também é expulso, acusado de “traidor da causa do proletariado”. Comenta Rodrigues:

A máquina montada por Astrojildo Pereira engolia Astrojildo Pereira! [...] Com a expulsão de Astrojildo Pereira, como “traidor e vendido à pequena burguesia”, o PCB varria das suas fileiras o último dos fundadores, o arquiteto da liquidação do movimento anarcossindicalista. (RODRIGUES, 1978b, p. 36-43).

Ainda segundo Edgar Rodrigues:

O ano de 1932 despontava carregando consigo o clamor universal de uma crise do trabalho. Muitos países deixam perecer, pela fome e pelo desemprego, milhares de trabalhadores [...]. O desemprego resultava numa legião de famintos, tuberculosos, de párias, enquanto governos inescrupulosos se divertiam a ensaiar métodos repressivos e a fabricar armas de guerra. O nazismo e o fascismo floresciam com suas hordas de mercenários! [...] No Brasil, na Itália, na Alemanha, em Portugal e em vários outros países a liberdade fora enterrada... Os ares ditatoriais eram contagiantes. O Brasil não escapou a este contágio. (RODRIGUES, 1978b, p. 343).

O Brasil, com efeito, reproduziu internamente, no contexto da crise do liberalismo antes comentada, e de maneira forte e nítida, a polarização direita *versus* esquerda⁵ que dominava o cenário político internacional. Duas agremiações políticas irão representar essa polarização: a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB).

A Ação Integralista Brasileira é fundada em outubro de 1932, tendo como seus principais ideólogos e dirigentes Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale. Inspirado principalmente no fascismo italiano, o integralismo, com seu discurso sedutor, conquista significativa adesão na sociedade brasileira, em especial entre as camadas médias urbanas, mas também entre setores da burguesia e do próprio proletariado urbano.

E o que afirmavam a ideologia e o discurso nazista-fascista-integralista? Em primeiro lugar, apesar de suas especificidades, os três faziam a crítica tanto do liberalismo quanto do socialismo, aqui incluídos o anarquismo e o comunismo. O liberalismo, dizia o fascismo, é a visão de mundo da burguesia, representando seus interesses, sendo portanto um pensamento fragmentário, de uma parcela da sociedade. O socialismo, afirmava o fascismo, é a visão de mundo do proletariado, representando seus interesses, sendo portanto outro pensamento fragmentário, de outra parcela da sociedade.

O fascismo (o nazismo, o integralismo) se apresenta então como uma proposta “superior, mais avançada, mais moderna” que as duas anteriores, a única que representaria não fragmentos ou parcelas da sociedade, mas sua “totalidade”, os “interesses da nação”. Proposta e discurso totalitários e, em parte por essa mesma razão, sedutores, tanto na Europa quanto no Brasil. Construir a totalidade, a nação em sua integridade, superando as mais diversas contradições internas, seja a contradição social capital (burguesia) *versus* trabalho (proletariado), sejam contradições setoriais (campo x cidade) ou regionais (por exemplo, São Paulo x Rio Grande do Sul). Construir o Estado Nacional, para além das contradições políticas e sociais. Ideologia bastante sedutora que, além disso, apela muito mais à ação que à reflexão. A construção dessa totalidade, do Estado Nacional em sua integridade, pressuporia

⁵ Sobre a diáde direita x esquerda, sua importância e atualidade, ver BOBBIO, Norberto, *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.

combater e derrotar as propostas do liberalismo e do socialismo (anarquismo, comunismo), qualificados como inimigos prioritários. O liberalismo (a democracia liberal) é também apresentado, por sua suposta “fragilidade”, como a “antessala” do comunismo. Segundo alguns autores, o integralismo foi o primeiro movimento político-partidário de massas no Brasil. Com efeito, a AIB se organizou em praticamente todas as unidades da federação brasileira, arregimentando milhares de militantes.⁶

Enquanto as forças parafascistas que em outubro fundariam a AIB se organizam, principalmente em torno da Sociedade de Estudos Políticos, o movimento operário e o anarquismo tentam sobreviver aos “novos tempos”, tempos difíceis, nos quais o Estado varguista em construção vai lentamente asfixiando o sindicalismo autônomo, através da dupla via da repressão e da cooptação ou assimilação. Esta última, principalmente por meio de leis sociais que vão sendo promulgadas. Além da aprovação de uma lei de férias e de uma regulamentação do trabalho infantil (o Código do Trabalho do Menor), acima mencionados, cabe destacar também a criação dos IAPs, os institutos de aposentadoria e pensões, peças-chave na legislação trabalhista que vai sendo montada pelas equipes do Ministério do Trabalho. Benefícios em troca da autonomia. É certo que uma grande parcela (talvez majoritária) da classe trabalhadora apoiou essa troca, “quis” efetivamente aderir ao projeto varguista em construção.⁷

Entretanto, aos trabalhadores e sindicatos operários que não “queriam” aderir a Vargas, a “nova” repressão nada ficava a dever aos sabres, às espaldeiradas, aos espancamentos, às torturas, às prisões, às deportações e às patas de cavalo da Velha República. Ao contrário, a repressão se torna mais dura, se sofisticada, se aprofunda e se amplia legalmente (principalmente com a promulgação, em abril de 1935, da Lei de Segurança Nacional), tornando-se, ao lado dos mecanismos de cooptação, mais eficaz. Em São Paulo, o presídio da rua dos Gusmões, substituto da “bastilha do Cambuci”, comprova a afirmação.

Ainda em 1932, “no Brasil, o proletariado, desfalcado em suas fileiras, recebia entusiasmado o brado da Associação Internacional dos Trabalhadores pelas seis horas de trabalho”, resolução aprovada em seu 3º Congresso realizado em 1928. (RODRIGUES, 1978b, p. 344).

⁶ Sobre o integralismo, ver TRINDADE, Hégio, *Integralismo, o Fascismo brasileiro na década de trinta*. São Paulo: Difel, 1974. Ver também CHAUÍ, Marilena: “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, M.S. Carvalho, *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ CEDEC, 1978.

⁷ Ver FERREIRA, Jorge, “Quando os trabalhadores ‘querem’: política e cidadania na transição democrática de 1945”. In: _____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

Em fevereiro de 1932 é fundada em São Paulo a Sociedade Cultural, entidade que se baseava em quatro elementos fundamentais: cultura, educação, ideia, ação. A Federação Operária do Paraná comemora o 1º de Maio, data internacional do trabalho. Nesse dia, *O Trabalhador Gráfico*, de São Paulo, “protesta contra o anteprojeto das carteiras profissionais propostas pelo Ministério do Trabalho e publica longo memorando a ser enviado ao governo, mostrando as inconveniências da obrigatoriedade das carteiras de trabalho”. (RODRIGUES, 1978b, p. 348). Setores do operariado tentam resistir à imposição do sindicalismo corporativista. Ainda no 1º de Maio em São Paulo, *O Trabalhador* publica uma poesia do anarquista Arsênio Palácios: “Pelo mundo dos homens livres”. Em julho, a Federação Operária de São Paulo convoca uma “grande assembleia geral” a ser realizada na sua sede, à rua Florêncio de Abreu, 41. Ainda em julho, no dia 12, morre na Itália Erico Malatesta, aos 82 anos, fim de uma longa vida dedicada ao anarquismo.

Aos zigue-zagues agia o governo provisório, que se perpetuava no poder, transformando-se a pouco e pouco numa ditadura. A prometida constituinte não saía... a demora impacientou a plutocracia paulista que reclama um “governo civil e paulista” para o estado. A 9 de julho de 1932, eclode a guerra civil em São Paulo, aos gritos de queremos uma Constituinte! (RODRIGUES, 1978b, p. 346).

Com efeito, São Paulo tenta recuperar a hegemonia perdida em 1930, mas é militarmente derrotado pela União. “Em 28 de setembro rendiam-se os revoltosos, e a 2 de outubro o governo Vargas empossava o coronel Herculano de Carvalho no cargo de interventor federal”. (RODRIGUES, 1978b, p. 347).

Ainda em julho, no dia 22, a Federação Operária de São Paulo publicara manifesto revidando imposições do coronel interventor João Alberto:

A Federação Operária de São Paulo protesta contra as medidas liberticidas tomadas pelo governo para sufocar a voz da fome e da justiça e esmagar a soberania popular [...]. A liberdade não se pede, não se aceita: conquista-se! Trabalhadores: a postos, em defesa de todos os direitos, de todas as liberdades. RODRIGUES, 1978b, p. 348).

Entretanto, segundo Edgar Rodrigues, o operariado de São Paulo não adere à “Revolução Constitucionalista”: “Só o proletariado paulista se mostraria indiferente à guerra fratricida, por se aperceber, desde logo, que a refrega nada traria de positivo”. (RODRIGUES, 1978b, p. 347).

De qualquer forma, no ano seguinte é convocada, eleita e empossada uma nova Assembleia Constituinte, que termina seus trabalhos em 1934, quando será promulgada a nova Carta, de efêmera duração.

Em novembro, no dia 19, uma notícia importante para o movimento operário e para o anarquismo: reaparece, depois de ter sua circulação proibida durante um longo tempo, *A Plebe*, agora sob a direção de Rodolfo Felipe. Entre seus colaboradores, José Oiticica.

Nas palavras de Edgar Rodrigues: “Ao despontar o ano de 1933, a grande indagação do idealista libertário, no Brasil e no mundo, era: para onde caminhamos?”. (RODRIGUES, 1978b, p. 349).

No Brasil, o Ministério do Trabalho regulamentava a sindicalização de empregados e patrões, “para conter a luta de classes”, através de decretos que, para Edgar Rodrigues, tinham “feição corporativista”. Em outra obra, bem mais recente, Rodrigues também afirma ser o sindicalismo implantado por Vargas um “sindicalismo fascista”, cujas leis – e especificamente o decreto 19.770, de 19 de março de 1931 – representam um “golpe de morte no sindicalismo livre”. (RODRIGUES, 1995b, p. 256). Para nosso autor, também a representação classista na Assembleia Constituinte de 1933 “cheirava a fascismo puro”.

“Getulio Vargas, valendo-se do seu ministro do Trabalho Lindolfo Collor e da ajuda de ‘bons conselheiros jurídicos’, ia introduzindo os métodos fascistas de Mussolini no Brasil [...] agigantava-se o fascismo [...]”. (RODRIGUES, 1978b, p. 351-352).

“Opondo-se à violência do fascismo e do nazismo, o proletariado protesta com veemência!”. (RODRIGUES, 1978b, p. 352). No Rio de Janeiro, em fevereiro, protestos contra arbitrariedades e agressões da polícia: a prisão de militantes que assistiam uma palestra de José Oiticica na Liga Anticlerical; o ataque a tiros contra o trabalhador Licínio Teixeira.

Em São Paulo, o Centro de Cultura Social promove ato público de protesto contra o “funesto Tratado de Latrão” (aliança entre a Igreja católica e o Estado fascista italiano), em seu primeiro aniversário. Também na capital paulista, e ainda em fevereiro, a Federação Operária protesta contra o presidente do Paraguai, por ter condenado à morte um estudante; e também contra autoridades policiais que atacaram à bala os operários Vicente da Silva e Manuel Aristides. Em março, dois manifestos da Federação Operária circulam nas ruas de São Paulo, um deles no dia 13 denunciando à opinião pública a prisão de Rodolfo Felipe, e o outro no dia 18, anunciando “conferência educativa” de José Oiticica na sede daquela entidade proletária, “baluarte do sindicalismo independente”. Em abril, continuam a circular jornais operários, que aparecem ou ressurgem: *O Grito Operário*, da Liga Operária da Construção

Civil, de São Paulo, de “tendência anarcossindicalista”; *A Luta*, órgão da Liga Regional Operária de Bauru. (RODRIGUES, 1978b, p. 353-355).

As comemorações do 1º de Maio em 1933, segundo Edgar Rodrigues, “foram proibidas pelo governo ‘revolucionário-liberal’”. (RODRIGUES, 1978b, p. 357). Entretanto, vários jornais libertários, espalhados pelo país, dão destaque à data.

A Federação Operária do Paraná (anarcossindicalista) publica o *1º de Maio*, que afirma:

Quem não trabalha não deve viver; quem come sem trabalhar é um ladrão; é preferível sucumbir pugnando pela liberdade do que viver explorado pelo próprio homem; a guerra mata, o trabalho nobilita; a guerra destrói, o trabalho constrói; a guerra é o mal, o trabalho é o bem; Camaradas, combatamos a guerra! (RODRIGUES, 1978b, p. 356).

Em São Paulo, a edição de 1º de maio de *O Trabalhador Chapeleiro* é totalmente dedicada aos mártires de Chicago. Nessa capital, *A Plebe* denuncia que a polícia fechou por dois dias a Federação Operária local, prendendo centenas de pessoas, que passaram a noite no presídio Paraíso. Ainda em São Paulo, aparecem: o jornal *O Homem Livre*, antifascista e antinazista; *O Trabalhador Vidreiro*; *A Patrulha*, com colaboração de Maria Lacerda de Moura; continua a circular *A Lanterna*, periódico libertário sempre enfatizando a luta anticlerical.

O Rio de Janeiro também “daria o seu grito” com a publicação de *O Primeiro de Maio*, jornal da Liga Antifascista, em cujo cabeçalho se lia: “[...] no Brasil burguês, com fascismo mascarado, o trabalhador é servo; no Brasil burguês, com fascismo declarado, o trabalhador será escravo!”. (RODRIGUES, 1978b, p. 357).

Em outros estados também circulam nesse ano de 1933, com dificuldades, publicações operárias independentes e/ou libertárias: em Porto Alegre, *A Voz Proletária*, de orientação apolítica, lutando pelo anarcossindicalismo; *Aktion*, jornal antinazista publicado em idioma alemão, voltado para a colônia germânica no Sul do país; *O Pioneiro*, jornal publicado pela União Operária de Juiz de Fora, que se destaca pela campanha em prol da cultura proletária; em João Pessoa, na Paraíba, a revista *Reação* convoca o Congresso Regional da Liberdade de Consciência.

Algumas entidades sindicais paulistas, através de “vibrantes manifestos”, externam suas crenças libertárias e sua repulsa ao fascismo: a Liga Operária da Construção Civil; a União dos Operários Metalúrgicos; a União dos Artífices em Calçados; a Federação Operária e suas filiadas.

Em agosto, o governo reprime com violência um congresso antifascista que se realizava no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro. Vargas começa a mostrar suas afinidades ideológicas.

Para Edgar Rodrigues, “o ponto alto dos libertários, neste ano de 1933, seria, sem dúvida, o ‘Manifesto Anarquista-Comunista’”, divulgado por *A Plebe*, em setembro, e reproduzido pelo autor. O documento, que afirma que “os anarquistas não são utopistas”, reitera os princípios básicos do “comunismo libertário” ou “comunismo anarquista”. (RODRIGUES, 1978b, p. 356-364).

Nas palavras de Edgar Rodrigues, “o Brasil entrava na fase fatídica do ‘crê ou morre’, ao raiar o ano de 1934”. (RODRIGUES, 1978b, p. 367). Ou seja, as tendências autoritárias do novo “governo provisório” vão se explicitando cada vez mais claramente. Em março é preso em São Paulo, “em plena via pública”, o operário Francisco Neves, militante anarcossindicalista. No Rio de Janeiro, em abril, leitores de *A Plebe* são presos por ordem de Filinto Müller, recém-empossado na chefia de polícia.

Apesar da repressão e das dificuldades, os operários continuam fazendo greves. Em janeiro, em São Paulo, greve dos ferroviários e dos tecelões da fábrica de juta Penteado. Em fevereiro, greve em Niterói envolvendo várias categorias profissionais. Em março, em São Paulo, greve dos vidreiros da Cristaleira Americana, tendo vários grevistas sido detidos no presídio da rua dos Gusmões, a “nova bastilha” paulista. No Rio de Janeiro, em abril, 22 mil operários da Leopoldina declaram-se em greve.

O movimento operário anarcossindicalista continua a publicar e distribuir “jornais, livros, folhetos e volantes contestando a esquerda e a direita fascistas, exaltando a liberdade, o anarquismo e o sindicalismo apolítico”. No Ceará, em janeiro, sai *O Operário*, sob a direção de L. Ramalho, J. Martins e M. Cordeiro Lima. Em São Paulo, nos meses de janeiro e fevereiro, a União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas distribui manifesto, convocando seus filiados para assembleia deliberativa; o Sindicato dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares “reage à intromissão estatal, através da publicação de vibrante manifesto”; os operários vidreiros, filiados ao Sindicato dos Operários em Fábricas de Vidros, “tornam pública sua posição de antipeleguismo, distribuindo manifesto de interessante conteúdo”. Ainda em fevereiro, na cidade de Marília, interior paulista, publica-se *Luz Operária*, de orientação apolítica. Em março, na capital paulista, surge *O Rebelde*, órgão libertário dirigido por Francisco Neves; no Rio Grande do Sul, na cidade de Livramento publica-se *Reflexos* e em Porto Alegre o grupo libertário Os Iguais publica um manifesto com o objetivo de esclarecer o “confusionismo ideológico” que as leis trabalhistas estavam

causando. No mesmo mês, o proletariado de Pernambuco forma o Grupo Livre de Ação Social, e trabalhadores do Ceará propõem, através de um volante, a “socialização dos meios de produção e de consumo para a organização da República Sindicalista do Brasil”. Ainda em março, o grupo editor anarquista A Sementeira, de São Paulo, publica os livros: *Doze provas da inexistência de Deus*, de Sebastien Faure; *Verdades sociais*, de Carlos Boscolo; e *Serviço militar obrigatório para mulheres*, de Maria Lacerda de Moura. Em abril, no Rio de Janeiro, um grupo de médicos publica *Reivindicação*, jornal que pretendia “defender os interesses de uma classe dividida pela formação do sindicato subordinado ao Ministério do Trabalho”. Ainda em abril, morre no Rio de Janeiro Pedro Matera, “um dos maiores batalhadores em prol das escolas modernas e das ideias libertárias” no Brasil. (RODRIGUES, 1978b, p. 368-375).

As comemorações mais marcantes do 1º de Maio em São Paulo foram realizadas na sede da Federação Operária, à rua Quintino Bocaiuva, 80, e no Salão Celso Garcia, onde foram lançadas as bases para a reorganização da Confederação Operária Brasileira, tendo em vista a realização do Quarto Congresso Operário Brasileiro. Nesta data, aparecem ou reaparecem nessa capital os jornais libertários *O Trabalhador*, *A Plebe*, *Alba Rossa* e *O Rebelde*. (RODRIGUES, 1978b, p. 368-375). Ainda em maio, greve dos panificadores de Natal, Rio Grande do Norte; em São Paulo, *A Lanterna* publica “Manifesto ao Povo Brasileiro” denunciando a influência clerical na Assembleia Constituinte. Em junho, greve dos ferroviários da Estrada Federal Oeste de Minas.

Em junho é promulgada a nova Constituição da República, que virá substituir a Carta de 1891. Traz algumas conquistas, como a confirmação do voto feminino, mas terá vida curtíssima, deixando de vigorar em novembro de 1937, com o golpe que implanta o Estado Novo – oficialmente, o “Estado Nacional”.

Apesar de todo o esforço dos militantes anarquistas, o Estado varguista vai fechando o cerco em torno do sindicalismo independente, tanto através de medidas repressivas quanto através da própria promulgação de leis que irão organizar o novo sindicalismo corporativista. Em julho de 1934, por ocasião da promulgação do decreto-lei nº 24.694, que regulamentava o Departamento Nacional do Trabalho, Vargas afirma, em São Paulo, em declaração bastante citada, que “o Estado não quer e não reconhece a luta de classes. As leis trabalhistas são leis de harmonia social”. Ou seja, o Estado não reconhece interesses parciais, fragmentários, de setores ou segmentos da sociedade; reconhece apenas interesses do “todo”, da Nação, da “totalidade”. Discurso, a nosso ver, bem próximo do nazifascismo. De acordo com Edgar Rodrigues, essa nova legislação social “fechava todas as portas ao trabalhador idealista, ao

partidário dos movimentos de ação direta [...] [e] marcava o começo do fim do anarcossindicalismo”. (RODRIGUES, 1978b, p. 370).

Rodrigues reconhece, então, o papel crucial do Estado varguista no processo de declínio do anarquismo em sua inserção sindical, embora, a nosso ver, supervalorize o papel das “desavenças entre anarquistas e bolchevistas” nesse processo. Com efeito, o sindicalismo livre e autônomo, em que pese a heroica resistência dos anarquistas, vai progressivamente perdendo espaço para o sindicalismo oficial. Os sindicatos operários, de entidades de natureza jurídica privada na Velha República, vão sendo progressivamente incorporados ao Estado, numa estrutura autoritária e vertical em construção, vão se tornando entidades de natureza jurídica pública. O que, certamente, permite um controle muito mais direto e eficaz do Estado. As associações de trabalhadores percorrem, ou são constrangidas a percorrer, a trajetória da autonomia à heteronomia sindical.

Ainda em julho, o “proletariado apolítico” distribui volantes pró-comemoração do 14 de julho; organiza manifestos contra a carestia de vida, fazendo comícios no Rio, no Largo de São Francisco, e, em São Paulo, no Brás. E ainda forma o Comitê de Agitação Antifascista (contra os “fascismos verde e vermelho”). Na capital paulista, um volante da União dos Operários em Fábricas de Tecidos externa sua “repugnância contra o fascismo trabalhista”.

Em agosto, eclode uma greve dos garçons em Santos, e no Rio de Janeiro aparece o periódico *O Chauffeur*, denunciando a “escravidão proletária”. Em setembro, eclode uma greve dos padeiros em Campinas; *O Homem Livre* de Pernambuco noticia que “Luiz Carlos Prestes ingressou no Exército Vermelho!”; e *A Classe Operária*, órgão do PCB, informa que o partido está preparando os “companheiros índios oprimidos” para uma “vitória revolucionária”. (RODRIGUES, 1978b, p. 369-373).

Em outubro, no Rio de Janeiro, são presos, no Largo do Machado, os anarquistas Hermínio Marcos e Torquato William; este, junto com Natalino Rodrigues, será ameaçado de expulsão. Em São Paulo, no início do mês, ocorre a “batalha da Praça da Sé”. Diante da convocação pela AIB de um desfile-comício, forças antifascistas – anarquistas, comunistas, socialistas, democratas – se unem e conseguem impedir a manifestação integralista: o resultado da batalha campal é de cinco mortos e inúmeros feridos. A resposta das autoridades será a prisão de dezenas de militantes anarquistas (João Peres, Natalino Rodrigues, Manuel Martins entre eles) e a resposta dos integralistas será a depredação da sede da Federação Operária de São Paulo. Essa articulação efêmera de forças antifascistas, bem-sucedida em seu objetivo imediato de barrar o comício integralista, já antecipa a formação, no ano seguinte, da

Aliança Nacional Libertadora. Em agosto, já se cogitara da formação de uma “coligação das esquerdas”.

Em obra mais recente, Edgar Rodrigues relata com mais detalhes a famosa “batalha da Praça da Sé”, citando inclusive um depoimento (colhido pelo autor em 1969) de um participante do evento, o “lusitano libertário” Manuel Marques Bastos, e referindo-se também à participação na batalha do anarquista russo Simon Radovitzski, então recém-chegado clandestinamente da Argentina.⁸ (RODRIGUES, 2005a, 94-97).

Ainda em outubro, forma-se em Rio Claro, interior de São Paulo, o Centro Proletário de Cultura Social. Em novembro, na capital paulista, são fundados o Comitê Pró-Presos Sociais e o Ateneu de Estudos Científicos e Sociais, que visa “unir pela liberdade, pela tolerância e pela solidariedade humana, todos os amantes da cultura e da igualdade social”. (RODRIGUES, 1978b, p. 369).

Em dezembro, a “revitalizada” Confederação Operária Brasileira lança um manifesto defendendo o sindicalismo livre. Em suma, “o proletariado, apesar das baixas sofridas desde o governo de Epitácio Pessoa, ainda tentava reagir e firmar-se, agindo dentro dos princípios anarcossindicalistas”. (RODRIGUES, 1978b, p. 375).

Em 1935: “O movimento libertário continuava resistindo ao combate das autoridades, da burguesia, dos adeptos da ditadura do proletariado, e à turba fanática do integralismo!”. (RODRIGUES, 1978b, p. 376).

Em janeiro, uma greve dos funcionários dos correios e telégrafos, “de grande repercussão em todo o país”. No mesmo mês, *A Plebe* noticia o assassinato de Kiroff na Rússia Soviética, pela polícia stalinista. Segue o comentário do jornal anarquista: “Realmente assombra pelo barbarismo, pela selvageria, a maneira como o governo russo, o governo de uma revolução que se mantém com as rédeas do poder há 18 anos, inspirado em princípios de justiça social, castiga e reprime um atentado político”. (*A Plebe*, 5 de janeiro de 1935, apud RODRIGUES, 1978b, p. 380).

Ao longo dos meses de fevereiro e março, os anarquistas continuam suas atividades culturais. Em Pernambuco, é formado o Grupo de Propaganda Social no Recife; e também fundada a escola noturna do Sindicato da Construção Civil em Garanhuns. No interior paulista, é criada a Biblioteca Operária de Sorocaba. Clássicos do anarquismo são traduzidos e publicados: de Kropotkin, *A grande revolução* e *O Anarquismo em face da ciência*; de Malatesta, *Comunismo libertário*; de Proudhon, *O que é a propriedade?*; de Sebastien Faure,

⁸ Este artigo originalmente foi publicado na *Revista Orto*, de Barcelona, em agosto de 1993.

A dor universal; de Paul Berthelot, *O Evangelho da hora*; Aníbal Vaz de Mello publica *Cristo, o maior dos anarquistas*. (RODRIGUES, 1978b, p. 376-377).

Em março, é lançada, em cerimônia pública, no Teatro João Caetano, Praça Tiradentes, centro do Rio de Janeiro, a Aliança Nacional Libertadora. Inspirada nas frentes populares antifascistas europeias, sua formação envolveu a participação de diversos grupos e de forças antifascistas no Brasil, entre comunistas, socialistas, democratas e remanescentes das rebeliões tenentistas. Da ANL irão participar também militantes anarquistas (uma parte deles), a partir da compreensão de que o principal inimigo comum a ser combatido naquela conjuntura era o fascismo – e, aqui, sua versão “tupiniquim”, o integralismo. O “fascismo verde”⁹, como diziam as folhas libertárias, em contraponto ao “fascismo vermelho”, o stalinismo. Apesar das profundas divergências com o comunismo bolchevista, diante da polarização, o anarquismo (setores do anarquismo) se alinha no campo da esquerda. Na sessão da Praça Tiradentes, o nome de Luiz Carlos Prestes, então na clandestinidade depois de longa estadia em Moscou, é aclamado como presidente de honra da ANL, cujo presidente de fato será Hercolino Cascardo, tenente da Marinha que participara dos levantes militares nos anos vinte.

Seu programa é basicamente o de uma revolução nacionalista e democrático-burguesa: uma revolução agrária (antifeudal), anti-imperialista e antifascista. Assim como sua antítese, a AIB, a Aliança Nacional Libertadora conquista milhares de adesões, principalmente nos centros urbanos espalhados pelo país, nos quais vão sendo fundadas seções locais. Entre seus militantes, operários, militares e membros das camadas médias urbanas civis.

Ao lema da AIB, “Deus, Pátria e Família”, a ANL responde com “Pão, Terra e Liberdade”.

Entretanto, embora tenha conseguido se tornar um movimento político de massas urbanas, organizado em dimensão nacional, a vida legal da ANL será muito breve. Em julho, ainda na clandestinidade, Prestes lança a palavra de ordem “todo o poder à ANL” (certamente inspirado em Lênin – “todo o poder aos soviets”). Foi o pretexto para Vargas ordenar o fechamento de todas as sedes da Aliança Nacional Libertadora, pondo fim à sua vida oficial, e mandando prender suas principais lideranças. Um dos desdobramentos da militância compulsoriamente confinada à ilegalidade, para os comunistas, foi a “Intentona” de novembro de 1935, quando o PCB, mesclando inspirações bolchevistas e tenentistas, tentaria tomar o poder pela via de uma insurreição armada. Nas palavras de Paulo Sérgio Pinheiro, “estratégias

⁹ Os integralistas eram jocosamente chamados por seus adversários de “galinhas verdes”, numa referência tanto à cor de seus uniformes quanto à fuga de muitos de seus militantes na “batalha da Sé”.

da ilusão”. Coincidentemente, num outro novembro, 17 anos antes (em 1918), os anarquistas também tinham sonhado e tentado tomar o Palácio do Catete, mediante uma greve insurrecional.¹⁰

A Aliança Nacional Libertadora é fechada com base na recém-promulgada (em abril) Lei de Segurança Nacional. Duríssima, essa lei é considerada por Werneck Vianna como o verdadeiro início da ditadura para a classe trabalhadora, dois anos e meio antes, portanto, do golpe de novembro de 1937 que implanta o Estado Novo.¹¹

Em abril, enquanto Vargas promulga a nova LSN, *A Plebe* publica uma poesia do anarquista Souza Passos: “[...] Cantando ao som d’‘A Internacional’/ Irmanados no abraço fraternal/ Proclamemos a nossa redenção! / Saudando o Sol de Maio que há de vir/ Marchemos à conquista do Porvir/ Fazendo os funerais da escravidão”. (*A Plebe*, 28 de abril de 1935, apud RODRIGUES, 1978b, p. 376).

No Dia Internacional do Trabalho, o clima político, segundo Edgar Rodrigues, era o seguinte: “Volantes convocavam o proletariado para as comemorações do 1º de Maio de 1935, mas as autoridades se encarregariam de proibi-las em todo o Brasil, permitindo somente as passeatas integralistas”. (RODRIGUES, 1978b, p. 375).

Com efeito, pensamos que o tempo de vida legal dessas duas agremiações polares, a AIB e a ANL, é um bom indicador das afinidades ideológicas do governo Vargas. Enquanto a vida oficial da Ação Integralista Brasileira, de outubro de 1932 a maio de 1938, compreende um período de quase oito anos, a Aliança Nacional Libertadora não sobrevive legalmente mais de quatro meses, de março a julho de 1935.

O clima repressivo instaurado pela Lei de Segurança Nacional volta-se também contra o movimento anarquista, “brutalmente atingido, com muitos dos seus militantes presos e seus jornais suspensos, com a publicação proibida”. Muitos anarquistas voltam, então, seus esforços para as atividades culturais e doutrinárias. “O militante libertário, na expectativa de ampliar seus meios de propaganda, cultiva intensamente o teatro social”. Edgar Rodrigues arrola dezenas de peças encenadas pelos grupos de teatro social, inclusive *O sementeiro*, de Avelino Foscolo; *Primeiro de Maio*, de Pietro Gori; e *Uma mulher diferente*, de Pedro Catalo. (RODRIGUES, 1978b, p. 377-378; p. 388-389).

¹⁰ Para 1935, ver PINHEIRO, Paulo Sérgio, *Estratégias da ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.; VIANNA, Marly A.G., *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Para 1918, ver ADDOR, Carlos Augusto, *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, op. cit. e também do mesmo autor “Ilusões revolucionárias”. In: _____. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, nº 12, setembro de 2006.

¹¹ Ver VIANNA, Luiz J. Werneck, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, op. cit., em especial o capítulo 5.

A partir de agosto, a imprensa libertária no Brasil começa a publicar manifestos e artigos de protesto contra a invasão da Etiópia pelas tropas de Mussolini, “o crime fascista que se consumava na pobre e faminta Abissínia”. Nesse mês, *A Plebe* publica manifesto da Federação Operária de São Paulo: “Pela paz, pela liberdade, pela fraternidade dos povos!”. Em outubro, o recém-lançado periódico antifascista *Guerra Social*, publicado em São Paulo, em idioma italiano, “desencadeia uma intensa campanha, dentro dos princípios libertários, contra a guerra na Etópia”. (RODRIGUES, 1978b, p. 377, 384-385).

Um dos mais veementes protestos é o artigo de Maria Lacerda de Moura, um apelo para a formação do Comitê Feminino contra a Guerra, publicado em novembro por *A Lanterna*:

Mulheres do Brasil! O atentado que a Itália fascista está praticando contra a soberania da Abissínia deve ser, para nós mulheres do Brasil, um sinal de alerta e um apelo à união de todas as nossas forças em defesa da paz e da humanidade. A História está registrando uma guerra das mais injustas e das mais bárbaras [...]. Em nome de uma civilização “branca e superior”, esmaga-se um povo sob o fundamento de que ele é incapaz de se governar porque é bárbaro, de se dirigir porque é negro. Barbárie é suprimir a liberdade de pensamento; é prender, deportar pensadores e cientistas; é fabricar teorias pseudocientíficas, com intuítos políticos, como a teoria da inferioridade das raças; é queimar livros; é fechar laboratórios [...]. Mussolini afirma que a guerra é para o homem o que a maternidade é para a mulher – uma necessidade. Mulheres brasileiras! Ergamo-nos contra esta exploração dos sentimentos femininos; contra as mentiras dos armamentistas; contra os massacres atuais e vindouros [...]. Constituamos o Comitê Feminino contra a Guerra, em defesa da Paz Universal, da Cultura e da Humanidade. (*A Lanterna*, 2 de novembro de 1935, apud RODRIGUES, 1978b, p. 385-386).

O artigo, publicado numa folha libertária e anticlerical, combina a dimensão pacifista, humanista e antibelicista do anarquismo com a afirmação da mulher militante. Importante registrar também a crítica ao racismo, à “teoria da inferioridade da raça negra”, usada para justificar o colonialismo europeu na África.

Comentaremos agora, em linhas gerais, motivados também por esse artigo, a presença da mulher, tanto na militância anarquista, quanto especificamente na obra de Edgar Rodrigues.

Apenas em 2007 Rodrigues irá publicar um livro dedicado especificamente ao tema da mulher no anarquismo, à participação da mulher nas lutas e atividades libertárias: *Mulheres e Anarquia*. Entretanto, há inúmeras referências, além do artigo acima citado, à questão feminina em vários de seus livros. Seleccionamos aquelas que nos parecem mais relevantes.

Antes, parece-nos importante lembrar que a mulher, além do quadro geral da superexploração do proletariado, era duplamente explorada, como operária e como mulher,

recebendo, via de regra, salários menores por tarefas idênticas às aquelas desempenhadas por homens, tornando-se uma “temível concorrente” no mercado de trabalho, em especial no setor têxtil. Mais ainda, mulheres, moças e meninas eram frequentemente vítimas das mais diversas humilhações, maus-tratos e abusos sexuais, por parte de gerentes, mestres e contramestres.

Como afirma Margareth Rago, as mulheres eram, e se viam, “diferenciadamente excluídas e diferenciadamente oprimidas”. A autora pensa então ser necessário trabalhar o “registro feminino” da experiência operária e anarquista, considerando que “a memória feminina é muito diferente da masculina”¹² (RAGO, 1998, p. 6-7), e em *Anarquismo e feminismo no Brasil*, analisa as experiências femininas de cinco mulheres anarquistas de três gerações diferentes: a italiana Luce Fabbri, a uruguaia Débora Céspedes, e as brasileiras Maria Valverde, Sonia Oiticica e Dora Valverde.

Não faltavam razões para que as mulheres operárias se revoltassem contra a situação acima descrita. A greve geral de julho de 1917, em São Paulo, começou numa seção feminina do Cotonifício Crespi, quando, ainda no mês de junho, quatrocentas tecelãs cruzaram os braços e paralisaram os trabalhos.

Há um grande número de mulheres que participaram intensamente do movimento operário e anarquista. Não só de greves, como também de muitas outras atividades: elaboração de artigos e distribuição de jornais e revistas; participação em reuniões e assembleias sindicais; em comícios, passeatas e manifestações públicas em geral; em festas e festivais operários; em inúmeros grupos de teatro social, inclusive como atrizes; lecionando nas escolas modernas; comparecendo a congressos operários. Enfim, em todas as atividades do movimento operário, a mulher está presente. Embora a imensa maioria dessas militantes tenha permanecido anônima, algumas (poucas) mulheres anarquistas tornaram-se conhecidas, como, por exemplo, Elvira Boni, Isabel Cerrutti e Maria Lacerda de Moura.

O trabalho de Edgar Rodrigues é importante no sentido de trazer à luz, de registrar (embora com olhar masculino, ou a partir de uma memória masculina) a experiência de um bom contingente dessas militantes libertárias, buscando resgatá-las do anonimato.

Concordamos, no entanto, com Margareth Rago, quando afirma ser necessário trabalhar o registro feminino da experiência operária e anarquista, uma vez que:

As próprias anarquistas, aliás, criticavam seus companheiros pelas posições machistas que as colocavam em lugares de subordinação, seja na prática política, nos sindicatos, seja na representação da mulher como figura frágil e delicada, nos

¹² Ver também da mesma autora, *Entre a história e a liberdade*: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. Op. cit.

romances e peças teatrais, seja ainda na própria construção da memória histórica. (RAGO, 1998, p. 26).

Em 1986, Edgar Rodrigues publicou – assinando, de forma inédita, com seu nome civil, (Antonio) Francisco Correia¹³ – o artigo “Mulheres libertárias: um roteiro”. (RODRIGUES apud PRADO, 1986). Já então nosso autor alertava para o “descuido com a mulher participante da experiência anarquista” por parte de jornalistas e escritores, mesmo anarquistas. Em suas palavras:

Salvo algumas mulheres que se destacaram – como Maria Lacerda de Moura – pelo que escreveram na imprensa ou falaram nos comícios e em conferências, a maioria delas tem passado despercebida à pena de jornalistas e escritores. É um comportamento machista, injusto para com a mulher que lutou ao lado do homem nas fábricas, nas associações operárias, colaborou nos grupos de teatro social, participou de congressos operários, nos centros de cultura social, em comícios, passeatas, greves, foi presa e sofreu humilhações. (RODRIGUES, 1986, p. 41).

Ao longo do artigo, Rodrigues (Correia) comenta a atuação de várias mulheres anarquistas. Destacamos as seguintes: Isabel Cerrutti, que falava nas assembleias, proferia conferências, dava aulas nas escolas modernas e colaborava na imprensa libertária; Matilde Magrassi, que também se pronunciava nas assembleias de classe, e publicava artigos na imprensa anarquista, defendendo a “igualdade homem-mulher”; Elvira Boni¹⁴, que presidiu a última sessão do Terceiro Congresso Operário Brasileiro, de 1920; Sofia Garrido, “sem dúvida a maior oradora e agitadora aparecida no Brasil”; Maria Angelina Soares, irmã (por parte de pai) de Florentino de Carvalho, e todas as mulheres da família Soares, cuja casa, tanto no bairro do Brás, em São Paulo (de 1914 a 1923), quanto no bairro da Penha, no Rio de Janeiro, a partir de 1923, se transforma em local de “encontros, reuniões e debates anarquistas”, e mesmo em “pousada de anarquistas foragidos”. (RODRIGUES, 1986, p. 38-63). Rodrigues cita um depoimento da operária têxtil Sonia Martins, de São Paulo, que afirma: “Na minha família, desde minha mãe, minhas irmãs, tias, primas e sobrinhas, todas as nossas mulheres são anarquistas”. (RODRIGUES, 1986, p. 58). Rodrigues nos conta ainda o caso da menina, filha do velho anarquista Krup, que, interpretando a personagem Sofia na peça *Sangue fecundo*, com ela tanto se identifica que passa a ser conhecida, nos meios operários e libertários, como “Sofia Krup”.

¹³ Ver RODRIGUES, Edgar, *Três depoimentos libertários*, op. cit.; ver do mesmo autor, *Lembranças incompletas*, op. cit.; e ver também de RODRIGUES, Edgar, *Mulheres e Anarquia*, op. cit.

¹⁴ Sobre Elvira Boni, ver também GOMES, Ângela de Castro (Org.), *Velhos militantes* (Depoimentos). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

Segundo Edgar Rodrigues, a mais importante e culta escritora anarquista no Brasil foi Maria Lacerda de Moura¹⁵. Nosso autor finaliza o seu texto citando um artigo, de 1925, da pensadora e militante libertária:

A mulher precisa aprender mais, para agir melhor. A equidade está acima da caridade, sufoca-a [...]. Cada coração feminino deve ser uma creche imensa, para conter a Humanidade [...]. E, um dia, todos os homens e mulheres da terra, sem distinção de raça, de casta, de cor, de sexo ou de nacionalidade, serão irmãos no auxílio mútuo e no respeito mútuo à dignidade da consciência livre [...]. (MOURA apud RODRIGUES, 1993e, p. 61-62).

Mais uma reafirmação dos valores básicos do anarquismo: conhecimento, solidariedade, humanismo, igualdade, internacionalismo, liberdade. E o destaque ao papel do “coração feminino” na luta pela implementação desses valores.

Em alguns de seus livros publicados nos anos noventa, Edgar Rodrigues trata da questão da mulher, na ótica libertária. Em *O Homem em busca da Terra Livre*, a sexta seção refere-se a “Mulheres e homens em busca da emancipação social, cultural e humana”. Os cinco primeiros capítulos tratam da mulher. O primeiro, sobre “as mulheres na Comuna de Paris”, destaca Louise Michel, também citada num capítulo do volume 1 de *Rebeldias*. (RODRIGUES, 2003b, p. 155-157). O segundo, sobre “as mulheres na tragédia de Chicago”, relembra Emma Goldman e Voltairine de Cleyre. No terceiro, “Eu vi”, Rodrigues denuncia o “drama das carquejeiras e carvoeiras lusitanas, escravas brancas em pleno século XX”. No quarto e quinto capítulos, Rodrigues critica as feministas brasileiras dos anos setenta, que não reconhecem o pioneirismo das militantes libertárias. Estas, já nas primeiras décadas do século, empunharam a bandeira da “mulher livre em terra livre” e criaram inúmeros grupos, comitês e ligas femininas, procurando articular a luta mais geral pela “emancipação humana” a demandas específicas da mulher, como a “procriação consciente”: uma proposta pioneira de planejamento familiar, visando minimizar as carências e atenuar os sofrimentos da família operária.¹⁶ (RODRIGUES, 2003b, p. 139-153).

Curiosamente, podemos aqui estabelecer outro paralelo entre Edgar Rodrigues e Lima Barreto. Este também criticou as feministas, em especial as sufragistas e as “cavadoras” de empregos públicos. Entretanto, apesar dessas críticas, Lima Barreto teve, a nosso ver, um

¹⁵ Edgar Rodrigues publica uma biografia de Maria Lacerda de Moura no livro *Os libertários*, “Maria Lacerda de Moura, uma mulher diferente”; os outros biografados são: José Oiticica, Neno Vasco e Fábio Luz. RODRIGUES, *Os libertários*, op. cit. Ver também LEITE, Miriam L. Moreira, “Maria Lacerda de Moura e o Anarquismo”. In: PRADO, Antonio A. (Org.), *Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura*, op. cit.

¹⁶ Ver também o artigo “A procriação consciente”, RODRIGUES, Edgar, em *Sem fronteiras*, op. cit., p. 159-161; e republicado em *Mulheres e Anarquia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007, p. 43-45.

papel fundamental na defesa das mulheres de seu tempo, não apenas em romances como *Clara dos Anjos*, como talvez principalmente nas várias crônicas que escreveu atacando e condenando não só os “crimes passionais” cometidos pelos uxoricidas, como também a hipocrisia da “legítima defesa da honra” (da “honra” do homem, é claro). Aqui, Lima Barreto se aproxima não só de Edgar Rodrigues, como também dos anarquistas seus contemporâneos e se revela, como estes, um homem muito à frente de seu tempo.¹⁷

Entre os anos de 1994 e 1998, Edgar Rodrigues publica a série *Os companheiros*, em cinco volumes, trata-se de pequenas biografias-homenagens a militantes anarquistas. Em livros anteriores¹⁸, Rodrigues já tinha publicado pequenos esboços biográficos de anarquistas e em 1993 (como já citamos) é editado *Os libertários*, com biografias mais detalhadas de Maria Lacerda de Moura, José Oiticica, Neno Vasco e Fábio Luz.

Em suma, o trabalho de resgate da memória do anarquismo, e dos anarquistas (e das anarquistas), é permanente para Edgar Rodrigues e permeia, ou atravessa, as cinco décadas nas quais o autor publicou sua obra: de 1957 a 2007.

No volume 3 de *Rebeldias*, no capítulo “As mulheres e a questão social no Brasil”, Rodrigues reafirma que “a mulher participa desde a primeira hora na questão social”. (RODRIGUES, 2005a, p. 236). No volume 2 da mesma série, nosso autor comenta a origem do dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher: o incêndio, em 1855, da fábrica têxtil Cotton, em Nova York, quando 129 operárias morreram carbonizadas. No mesmo artigo, “Autoritarismo e feminismo”, Edgar Rodrigues homenageia mulheres que, ao longo de um século, lutaram em defesa da “igualdade global”, pela construção de um “mundo novo sem discriminação”. Dentre essas mulheres, Louise Michel, Emma Goldman, Flora Tristan, Angelina Vidal, Federica Montseny, Helen Key, Maria Lacerda de Moura. Edgar Rodrigues finaliza o artigo, originalmente publicado em Portugal, no ano de 2000: “Não se pode resolver a felicidade humana melhorando a vida de algumas mulheres ou de alguns homens. É preciso que a população do nosso planeta forme uma comunidade de todos! Sem isso, autoritarismo e feminismo também continuarão...”. (RODRIGUES, 2004, p. 151).

¹⁷ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de, ver em especial as crônicas “A mulher brasileira” (1911), “Não as matem” (1915), “Lavar a honra, matando?” (1918), “Os matadores de mulheres” (1918) e “O nosso feminismo” (1922). In: _____. *Vida urbana*, v. XI; “Os uxoricidas e a sociedade brasileira” (1919). In: _____. *Bagatelas*, v. IX; “Feminismo e voto feminino” (1922). In: _____. *Feiras e mafuás*, v. X; e “O feminismo internacional” (1922). In: _____. *Marginália*, v. XII; *Obra completa*, op. cit.

¹⁸ RODRIGUES, Edgar, *Socialismo: uma visão alfabética*. Rio de Janeiro: Porta Aberta, 1980. A obra contém, entre os verbetes, 70 pequenas biografias; RODRIGUES, Edgar, *Pequeno dicionário de ideias libertárias*. Rio de Janeiro: CC&P Editores, 1999. A obra contém, entre os verbetes, 153 pequenas biografias, 83 novas em relação à obra anterior.

Mulheres e Anarquia, publicado em 2007 e acima citado, é basicamente uma antologia composta de artigos constantes de obras anteriores, com alguns textos novos. Na “Introdução”, afirma Edgar Rodrigues:

Para o autor, e certamente para os anarquistas convictos, conscientes ideologicamente, mulheres e mulheres, homens e homens, na sociedade da Anarquia serão iguais em direitos, deveres, possibilidades e no usufruto da produção de todos, não obstante as peculiaridades humanas dos seus componentes. (RODRIGUES, 2007b, p. 13).

Na nona (e última) parte, “A mulher no Anarquismo”, depois de comentar a participação da mulher nas greves, manifestações e protestos, no teatro e na escola, nos grupos e nos congressos, e também a família e o casamento (a união livre) entre os anarquistas, Rodrigues reafirma no último parágrafo: “A solidariedade humana foi e é um princípio universal defendido ontem e hoje pelo elemento feminino de convicções libertárias [...]”. (RODRIGUES, 2007b, p. 133).

Há ainda no livro um “Apêndice”, com duas partes: “Opinião de mulheres libertárias”, com seis pequenos artigos escritos por militantes anarquistas; e “Opinião de homens libertários”, com cinco artigos de escritores anarquistas sobre a mulher. Um desses artigos, “Mulheres, mulheres ‘liberadas’ e outras mulheres” é de autoria do próprio Edgar Rodrigues e nele o autor reafirma uma crítica, muitas vezes explicitada ao longo de sua obra, à “comercialização” da mulher, à utilização do corpo (por vezes, do corpo nu) feminino em calendários e outras peças de propaganda, bem como nos meios de comunicação, em especial a televisão. A crítica, embora compreensível, tem, a nosso ver, um certo tom conservador e moralista. Talvez o ascetismo dos anarquistas das primeiras décadas da República, revivido.

De qualquer forma, para Edgar Rodrigues, a emancipação feminina só seria possível e completa com a emancipação de toda a humanidade, mulheres e homens, ou seja, com a construção da sociedade anárquica.

Feitos esses comentários sobre a participação da mulher no anarquismo, e especificamente na obra de Edgar Rodrigues, voltemos à conjuntura de meados dos anos trinta no Brasil: ao longo do ano de 1935, “[...] o fascismo progride de forma surpreendente, atingindo a América Latina e fazendo escala no Brasil”. Em setembro, *A Plebe* denuncia arbitrariedades do governo argentino e também do governo português. Apesar de todo o clima repressivo e da Lei de Segurança Nacional, *A Plebe* noticia algumas greves operárias: em Santos, em outubro, greves de alfaiates, gráficos, carroceiros, tintureiros, trabalhadores em

café e operários da construção civil. No Rio de Janeiro, em novembro, 18 mil trabalhadores metalúrgicos cruzam os braços. (RODRIGUES, 1978b, p. 379-383).

O levante comunista de novembro de 1935 serviu de pretexto para uma escalada repressiva – além da aplicação da já promulgada (e citada) lei de segurança nacional, a promulgação do estado de sítio e do estado de guerra – que se prolonga pelos meses iniciais de 1936.

Nessa investida policial do governo Vargas, foram presos “cerca de três mil cidadãos, das mais diversas procedências [...] e tendências políticas e sociais, e até mesmo sem ideias de nenhuma espécie [...]”.(RODRIGUES, 1978b, p. 390-391).

O governo, munido da Lei de Segurança Nacional,

[...] apreende quase todas as publicações libertárias, anticlericais, sindicalistas, socialistas e comunistas; escapando apenas no Rio Grande do Sul *Aktion*, editado em alemão pelo libertário Francisco Kniestedt, e *Humanidade*, minúscula publicação libertária, sem maior expressão para além de Porto Alegre; e em São Paulo, *O Trabalhador Padeiro*. Em São Paulo, foram presos os editores de *A Plebe* [Rodolfo Felipe] e [de] *A Lanterna* [Edgard Leuenroth], sofrendo os horrores do presídio Maria Zélia. (RODRIGUES, 1978b, p. 390-391).

Sobre esses “horrores”, Edgar Rodrigues reproduz um manifesto de um grupo de presos políticos que, já em abril de 1937, tentou uma fuga. Capturados, sofreram espancamentos e bárbaras torturas, tendo alguns deles sido fuzilados. Segue o último parágrafo do manifesto:

A vós, mocidade do Brasil – jovens estudantes e operários – a vós, bravos componentes das Forças Armadas, a vós intelectuais e trabalhadores, a vós todos que amais a liberdade e cultuais a justiça, a todos vós, apelamos, do fundo do cárcere, para que formeis conosco na luta pela liberdade, pelo respeito à vida humana, pelo enaltecimento da democracia – em uma palavra: pela libertação do Brasil das garras daqueles que o mergulharam nesta Idade Média de reação. São Paulo, abril de 1937. Os presos políticos do Maria Zélia. (RODRIGUES, 1978b, p. 395).

Rodrigues reproduz também outros documentos que narram em detalhes as mais violentas torturas praticadas nos cárceres varguistas, e menciona rapidamente as *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, a nosso ver um dos mais lúcidos, brilhantes e contundentes depoimentos que desnudam a verdadeira natureza da ditadura getulista.

Em setembro de 1936 é criado o novo Tribunal de Segurança Nacional, complemento da Lei de Segurança Nacional. Este é o clima político no Brasil quando vem à tona, nesse mesmo ano, o “Plano Cohen”, uma suposta (nova) tentativa comunista de tomar o poder através das armas. O plano, forjado por um oficial do Exército integralista, servirá de pretexto

para nova escalada repressiva, numa célere trajetória rumo ao golpe de novembro de 1937: estado de sítio, fechamento do Congresso Nacional e dos partidos políticos, suspensão da campanha presidencial que estava nas ruas, com as candidaturas, entre outras, de José Américo de Almeida, Armando Salles de Oliveira e Plínio Salgado.

Em suma, a ditadura que viria “salvar o país do comunismo” – e do anarquismo.

4.2

Anarquismo e ditadura (1937-1945)

1937 explicita e concretiza o que, em 1930, estava implícito e esboçado: a construção simultânea do “novo” e do autoritário – o Estado Nacional, ditadura que se diz “democracia social”. Esse “novo”, é claro que sempre ideologicamente construído em oposição ao “velho” – como em “República Velha” e “República Nova”¹⁹ –, anunciado já em 1930, mas elaborado ao longo de toda a “Era Vargas”, tem, a nosso ver, basicamente duas dimensões.

Por um lado, o “novo” das leis sociais, da legislação trabalhista. Conceder ao povo e ao proletariado direitos civis e direitos sociais, suprimindo seus direitos políticos, sua liberdade e sua autonomia. Trata-se, com efeito, como já comentamos, da construção de uma nova ordem burguesa, autoritária e corporativista, que vem substituir e superar a ordem burguesa do liberalismo ortodoxo, da hegemonia dos agrários.

Por outro lado, e complementarmente, o “novo” da construção da Nação centralizada, que finalmente irá superar o federalismo dos “mesquinhos interesses regionais”. Em suma, o “Estado Novo” ou “Estado Nacional” construindo a própria nação, traçando seu rumo, seu destino “correto”, nos trilhos da ordem e do progresso, enfim, “redescobrimo o Brasil”²⁰. Curiosa e talvez contraditoriamente, o “novo” se constrói resgatando, legitimando e

¹⁹ Ver, por exemplo, CARONE, Edgard, *A República Velha*, v. I, *Instituições e classes sociais*; v. II, *Evolução política*. São Paulo: Difel, 1970-1971; *A República Nova*. São Paulo: Difel, 1974. Para uma crítica da construção historiográfica dessa dicotomia “velho” x “novo”, ver DECCA, Edgar de: *1930 – O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981; ver também VESENTINI, Carlos Alberto, *A teia do fato*. São Paulo: Hucites, 1997.

²⁰ Ver GOMES, Ângela de Castro, “O redescobrimento do Brasil”. In: GOMES, Ângela de C.; OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta, *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

atualizando o “velho” lema positivista. A propósito, o lema é “o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim”. Imbuídos de pragmatismo, os ideólogos dos primórdios republicanos baniram o amor da bandeira nacional, símbolo máximo da pátria. Nos cárceres da República (oligárquica ou varguista), o amor também passava ao largo. A exceção foi o militante anarquista Amor Salgueiro, que sofreu as agruras dos ergástulos paulistas.

Na prática, o “novo” é a ditadura. Para a classe trabalhadora, para o movimento operário e sindical, para os anarquistas, os comunistas, os socialistas, os liberais, os democratas, é a ditadura.

É certo que a ditadura estado-novista não se identifica nem se confunde com o fascismo, nem com o nazismo, nem com o integralismo, por inúmeras razões, dentre as quais uma das mais importantes, a nosso ver, é prescindir de um partido único, aliás, prescindir de qualquer partido político. Trata-se de um projeto mais autoritário do que propriamente totalitário. Entretanto, se não se identifica com esses regimes (ou movimentos), tem com eles, como já afirmamos, proximidades e mesmo afinidades ideológicas: em especial, o antiliberalismo e o anticomunismo ou antissocialismo ou, ainda, o antianarquismo.

Cabe aqui lembrar que a fundamentação ideológica do Estado Novo vinha sendo elaborada desde, ao menos, os anos vinte. No contexto da crise de hegemonia antes comentada, também uma crise do liberalismo, vai se gestando no Brasil um pensamento político autoritário. Um texto simbólico é “O idealismo da Constituição”²¹, de Oliveira Vianna, publicado em 1924 e citado no segundo capítulo. Resumindo (e necessariamente correndo o risco da simplificação), a ideia básica é a seguinte: a democracia seria um ótimo regime político para os países, como Inglaterra, França ou Estados Unidos da América, com correntes de opinião pública já formadas, partidos organizados, tradição eleitoral limpa e consolidada. Como nada disso existia por aqui, o Brasil precisava de um Estado forte, que organizasse o país e seu povo, em suma, “formasse a Nação”. Primeiro, a ditadura; depois, num futuro imprevisível, a democracia. Além de Oliveira Vianna, outros formuladores do pensamento político autoritário são Alberto Torres (principal inspirador das reflexões de Juarez Távora antes comentadas), Azevedo Amaral e Francisco Campos. Este último, não por acaso, o mais importante redator da Constituição de 1937, a “Polaca”, inspirada na Carta da Polônia fascista. Oliveira Vianna, por sua vez, foi consultor jurídico do Ministério do Trabalho varguista.

²¹ OLIVEIRA VIANNA, F.J., “O idealismo da Constituição”, op. cit. Ver LAMOUNIER, Bolívar, “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. In: FAUSTO, Boris (Org.), *O Brasil republicano*, tomo III da *História geral da civilização brasileira*, v. 9. São Paulo: Difel, 1977.

Nos últimos cinco capítulos de *Novos rumos*, Edgar Rodrigues aborda o período de 1937 a 1945. Às vésperas do golpe de novembro,

[...] num último esforço, os poucos sindicalistas e libertários que haviam escapado às investidas e perseguições, lançaram alguns manifestos, dirigidos aos seus “camaradas de ofícios”, e a Federação Operária de São Paulo, já sem sede, publica, em agosto, nota onde se exalta não só a necessidade de reagir ao reacionarismo governamental, mas também a de hipotecar solidariedade aos trabalhadores espanhóis, em luta contra o fascismo. (RODRIGUES, 1978b, p. 396).

Segundo Rodrigues, “de pouco adiantaria este esforço extremo dos anarcossindicalistas, pois a ditadura entrava em vigor reduzindo este movimento ao silêncio”. (RODRIGUES, 1978b, p. 396).

Na Europa, em meados dos anos trinta, o nazismo e o fascismo estão “esmagando o movimento anarcossindicalista”; e também o comunismo. Na Espanha, interesses fascistas, clericais e empresariais preparam a guerra civil, que tem início em 1936, “a pretexto de esmagar o comunismo”; e também o anarquismo. Ao longo de três dolorosíssimos anos, de 1936 a 1939, a Espanha, como se sabe, foi um “fabuloso campo de treino de experiências bélicas” de Hitler e Mussolini, “ante o olhar acovardado das potências democráticas, escondidas atrás do rótulo da ‘não intervenção!’”. (RODRIGUES, 1978b, p. 396-399). Nada mais impactante, retratando a dor e o pavor da população civil espanhola sob o bombardeio da força aérea da Alemanha nazista, do que a tela *Guernica*, de Pablo Picasso.²²

Num breve capítulo sobre a Guerra Civil Espanhola, Edgar Rodrigues comenta basicamente os massacres perpetrados pelas brigadas internacionais stalinistas sobre milícias anarquistas.

De um lado, lutaram a fina flor do nazismo alemão, do fascismo italiano, as forças mouras e monarquistas espanholas, portuguesas e uma legião de voluntários tementes a Deus, das mais diversas nacionalidades, inclusive a poderosa Igreja Católica [...]. Do outro, as forças democráticas, o movimento anarcossindicalista, anarquistas, socialistas, das mais diversas procedências, formavam um corpo antifascista. No meio desta contenda, infiltravam-se os bolchevistas [...]. O governo de Negrin, subserviente às manobras do governo russo de Stalin [...] aceita a introdução na Espanha da GPU (a polícia política russa), que [...] fez uma verdadeira chacina de militantes destacados da CNT, da FAI e do POUM.²³ (RODRIGUES, 1978b, p. 400-402).

²² Ver HENSBERGEN, Gijs van, *Guernica, a tela de Picasso: a história de um ícone do século XX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

²³ Ver SALVADÓ, Francisco J. Romero, *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005. Ver ENZENSBERGER, Hans Magnus, *O curto verão da Anarquia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Ver também o filme de Ken Loach, *Terra e Liberdade*.

Como sabemos, a vitória do franquismo sobre as forças republicanas se desdobrou em quase quarenta anos de ditadura parafascista na Espanha.

No capítulo “O mundo em guerra”, em que comenta brevemente a Segunda Guerra Mundial, Edgar Rodrigues enfatiza e critica dois aspectos: em primeiro lugar, o Tratado de Munique e a omissão das potências democráticas, Inglaterra e França, diante da expansão nazista pela Europa. Em segundo lugar, o pacto de não agressão assinado pela União Soviética e pela Alemanha nazista. Para Rodrigues, nada de surpreendente neste pacto: afinal, na sua ótica, são muito semelhantes o nazifascismo e o “fascismo vermelho”. Em outras obras, Rodrigues também se refere a repercussões no Brasil do pacto germano-soviético, e narra como militantes do PCB escrevem artigos, principalmente no jornal *Meio-Dia*, elogiando a Alemanha nazista, então, nessa breve conjuntura, aliada da URSS. (RODRIGUES, 2005a, p. 98-100).

Em setembro de 1939, Hitler invade a Polônia, dando início à Segunda Guerra Mundial, já que, finalmente, Inglaterra e França declaram guerra à Alemanha. Em junho de 1940, “as forças nazistas entram vitoriosas em Paris”²⁴. Enquanto isso, ainda em vigor o Pacto Ribbentrop–Molotov, “[...] no Brasil os comunistas, presos ou em liberdade, começam a fazer propaganda a favor do nacional-socialismo alemão e, concomitantemente, do getulismo, que aderiu sem restrições às forças do eixo Roma-Berlim-Tóquio”.²⁵ (RODRIGUES, 1978b, p. 408-409).

Entretanto, em junho de 1941, a Alemanha nazista decide unilateralmente romper o pacto de não agressão e invade a União Soviética. Nas palavras de Rodrigues: “De repente, tudo muda. Hitler manda invadir a Rússia e navios brasileiros são bombardeados e afundados [...] os bolchevistas do Brasil voltam-se lacrimojantes para os Aliados, juntamente com Vargas, que não tinha mais condições de ficar ‘neutro’ [...]”. (RODRIGUES, 1978b, p. 410).

Efetivamente, em 1942, após muita hesitação, Vargas declara guerra à Alemanha, tornando-se o Brasil aliado não só das potências ocidentais, Estados Unidos e Inglaterra, como também da União Soviética, uma vez que estes países já estavam lutando “contra o inimigo comum”.²⁶

²⁴ Sobre a ocupação da França pela Alemanha nazista, a resistência e também o colaboracionismo, ver, dentre muitos outros, ROUSSO, Henry, *La Hantise du Passe*. Paris: Lês Editions Textuel, 1998; HUMBERT, Agnès, *A história de uma mulher que desafiou Hitler*, op. cit.

²⁵ O eixo Roma-Berlim-Tóquio, nas minhas aulas, tem se transformado no “eixo Ro-Ber-To”.

²⁶ Ver HOBSBAWM, Eric, “Contra o inimigo comum”, capítulo 5 de *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Ao longo dos quase seis anos de duração da guerra, o mundo vivenciou horrores de uma espécie e numa escala até então inéditas. Cerca de cinquenta milhões de mortos, aí incluídos cerca de seis milhões de judeus, vítimas da barbárie do holocausto, e cerca de vinte milhões de russos. Num primeiro momento, parecia que a Alemanha iria dominar a Europa e, em seguida, aliada ao Japão, todo o mundo, concretizando o projeto megalomaníaco do III Reich.

A heroica resistência do povo russo (inclusive no cerco a Stalingrado) e a entrada dos Estados Unidos na guerra, depois do ataque japonês à base militar de Pearl Harbor, mudam os rumos do conflito mundial. O desembarque das tropas aliadas na Normandia, norte da França, em junho de 1944, o famoso “dia D”, simboliza a virada, no sentido da derrota de Alemanha, Itália e Japão, e da vitória de Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética.

É importante lembrar que em torno da Segunda Guerra Mundial foi construída, inclusive pelos meios de comunicação da época, uma forte e nítida polarização político-ideológica: de um lado, as ditaduras nazista e fascista, às quais se aliou o Estado militarista japonês; de outro, as democracias ocidentais (Inglaterra e Estados Unidos da América), às quais se aliou a União Soviética, que se definia como uma “democracia popular”. Em suma, ditadura *versus* democracia.

As bombas atômicas lançadas por aviões norte-americanos sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, matando centenas de milhares de civis e produzindo nos sobreviventes terríveis sequelas, determinam a rendição incondicional do Japão. Na Europa, o Exército Vermelho já vinha perseguindo as tropas nazistas em fuga em direção ao oeste, e a famosa foto do soldado russo com a bandeira vermelha com a foice e o martelo soviéticos no prédio do Reichstag, em Berlim, simboliza a derrota alemã. Hitler se suicida no seu “bunker”. A França já fora libertada pelas forças aliadas e na Itália, também já retomada pelos Aliados, com a participação brasileira, o corpo de Mussolini pendia de um poste em Milão.

O fim da guerra e a vitória dos Aliados criam um clima de euforia internacional (assim como ocorrera ao final da Primeira Guerra Mundial). Afinal, a democracia derrotara a ditadura, a liberdade se impusera sobre a tirania.

As fotos dos “três grandes” – Winston Churchill, Franklin Delano Roosevelt (depois, com a morte deste, Harry Truman) e Josef Stalin – nos Congressos de Yalta e Potsdam, nos quais vão decidir os destinos da humanidade, dividindo o planeta em áreas de influência, simbolizam a conjuntura internacional do imediato pós-Segunda Guerra Mundial.

Essa é uma conjuntura extremamente rica e complexa, e também no Brasil produzirá importantes consequências. O governo Vargas, após a definição de entrar na guerra ao lado

das forças aliadas, envia tropas para lutar na Europa: os “pracinhas” da Força Expedicionária Brasileira, a FEB. A participação militar brasileira foi secundária, embora estratégica (basicamente a tomada de Monte Castelo, na Itália). Contudo, ela potencializa internamente a contradição ditadura *versus* democracia. Como o Brasil envia seus filhos, milhares morrem ou ficam feridos, para lutar na Europa pela democracia, se aqui ainda vivemos sob a ditadura? Essa contradição anima as forças que se opõem ao Estado Novo, que começam a se organizar com mais entusiasmo e eficiência. Intensifica-se a luta pela redemocratização, pela abertura política. Cada vez mais se ouve pelo país o brado: basta de ditadura!²⁷

Outro aspecto importante dessa conjuntura internacional, que também produzirá consequências no Brasil, é o enorme prestígio da União Soviética, decorrente de sua participação fundamental na derrota da máquina de guerra nazista. Os Estados Unidos, embora fundamentais na vitória, não sofreram a guerra em seu território, nem tantas perdas humanas. Esse prestígio se transfere ao próprio socialismo, como modelo econômico e regime político, como forma de organização da vida humana. Mais uma vez (e por razões diferentes daquelas do pós-Primeira Guerra Mundial) se acredita que o mundo caminha para o socialismo, para o comunismo. Há uma enorme curiosidade em relação à economia de planificação central, em oposição ao “livre mercado” do capitalismo, até porque a União Soviética saíra quase incólume da crise de 1929 e da grande depressão que a ela se seguiu. Nos debates da Assembleia Nacional Constituinte, que se reúne de fevereiro a setembro de 1946, por exemplo, mesmo parlamentares da UDN reconhecem esse prestígio crescente do socialismo e explicitam a curiosidade de conhecer a União Soviética.²⁸

É claro que esse prestígio do comunismo modelo soviético – o mais tarde denominado “socialismo real” – contribui para dificultar o anarquismo, em seu movimento de tentar recuperar espaço e influência não só junto ao movimento operário e sindical, mas também no vasto campo intelectual e político das esquerdas, do socialismo.

O Brasil, que nessa breve, mas decisiva, conjuntura da luta “contra o inimigo comum”, tornara-se aliado não apenas dos Estados Unidos e da Inglaterra, mas também da União Soviética, reata com essas relações diplomáticas, e o PCB recupera a legalidade perdida no longínquo julho de 1922. Nesse mesmo contexto, o governo soviético dissolvera, em 1943, a Internacional Comunista.

²⁷ Sobre essa conjuntura do fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, e seu impacto na América Latina e especificamente no Brasil ver BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (Orgs.), *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996; ver também WEFORT, Francisco C., *Origens do sindicalismo populista no Brasil*, Cadernos CEBRAP, nº 4, São Paulo, 1973.

²⁸ Ver *Anais da Assembleia Nacional Constituinte*, fevereiro a setembro de 1946, 26 volumes.

Voltando a Edgar Rodrigues, nosso autor em análise, é importante lembrar que ele trabalha basicamente com dois tipos de fontes: por um lado, depoimentos e memórias de militantes, principalmente anarquistas; por outro, e constituindo um acervo quantitativamente mais significativo, jornais, em especial jornais operários e anarquistas. A eficaz censura à imprensa imposta pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (o DIP), órgão criado pela ditadura estado-novista, a prisão de inúmeras lideranças e o fechamento de quase todos os jornais libertários, praticamente “reduziram o movimento anarquista ao silêncio”. As fontes de Edgar Rodrigues escasseiam. Sob o Estado Novo, o movimento operário vai sendo controlado, e o anarquismo apenas sobrevive.

Com efeito, sob a ditadura varguista, nesses tempos novos e difíceis, o anarquismo apenas sobrevive. Ao contrário da maioria dos trabalhadores urbanos, que acabam por aderir ao projeto estatal, baseado principalmente (como já comentamos) na concessão de benefícios sociais em troca da destruição da autonomia sindical, “os anarquistas recusaram qualquer acordo com o governo de Vargas” (RODRIGUES, 2005a, p. 89) e “o trabalhador anarcossindicalista resistia às exigências do Ministério do Trabalho”. (RODRIGUES, 2005a, p. 95). Os militantes libertários no meio sindical sofrem então a repressão da ditadura: fechamento de sindicatos livres que tentavam resistir ao enquadramento oficial, censura e também fechamento de publicações e jornais anarquistas, prisão (e expulsão) de inúmeras lideranças. O anarquismo, principalmente em sua inserção operário-sindical, vai então vivendo um progressivo isolamento e uma também progressiva perda de influência.

Enquanto o Brasil vivia sob a ditadura estado-novista, Portugal, Espanha, Itália e Alemanha viveram e sofreram suas experiências ditatoriais e/ou totalitárias. Edgar Rodrigues criticou todas, o salazarismo, o franquismo, o fascismo, o nazismo. Como sabemos, ao contrário do que ocorreu na Alemanha e na Itália, onde a derrota na guerra foi acompanhada da derrubada do nazismo e do fascismo, na Península Ibérica as ditaduras sobrevivem até a década de setenta.

É claro que, português de nascimento, Edgar Rodrigues, embora considere (como os pensadores libertários em geral) que o anarquismo não tenha pátria e seja universal, dedicou muito mais de seu tempo, de suas leituras, pesquisas, reflexões e de seu trabalho de escritor, às críticas e denúncias sobre a ditadura salazarista, por ele inúmeras vezes chamada de “salazarenta”. Na verdade, seus três primeiros livros, publicados quando já vivia no Brasil, do final dos anos cinquenta aos primeiros anos da década de sessenta, tratam de Portugal: *Na Inquisição do Salazar*, *A fome em Portugal* e *O retrato da ditadura portuguesa*.

Com a vitória da Revolução dos Cravos, em 1974, e o fim do salazarismo, Edgar Rodrigues passa a publicar com frequência artigos na imprensa portuguesa, inclusive em folhas anarquistas que ressurgiam. Entre 1977 e 1982, Rodrigues publica mais cinco livros sobre o anarquismo, as lutas sociais e o movimento operário e sindical em Portugal²⁹. Como já afirmamos, Edgar Rodrigues é um dos mais importantes memorialistas do anarquismo, não só no Brasil, mas também em Portugal.

Para o anarquismo e os anarquistas, e também especificamente para Edgar Rodrigues, nenhuma ditadura, seja de direita ou “de esquerda”, poderia ter legitimidade. Se para o anarquismo o Estado, qualquer Estado, é necessariamente corrupto e corruptor, o Estado ditatorial certamente potencializa essas características. Toda ditadura deve, portanto, ser criticada, e suas violências e arbitrariedades, denunciadas. Nesse sentido, Rodrigues não apenas criticou e denunciou as ditaduras de direita acima mencionadas, como também criticou com veemência, ao longo de sua obra, experiências ditatoriais autointituladas de esquerda, dentre elas a cubana e a soviética. Sobre esta última, Edgar Rodrigues publicou em 1978 *Deus Vermelho*, contundente crítica ao stalinismo e à “ditadura bolchevista”, muitas vezes chamada de “fascismo vermelho”.

Já afirmamos ser Edgar Rodrigues um anarquista adepto da não violência, crítico da violência como método de ação direta, como proposta de intervenção social. A primeira frase de seu livro *Diga não à violência*, publicado em 1995, é a seguinte: “É preciso dizer não a todos os tipos de violência!” (RODRIGUES, 1995b, p. 7). Nesse sentido, embora aceite (como a maioria dos anarquistas) a legitimidade da violência dos trabalhadores como reação à violência patronal/ estatal, imposta “de cima”, Rodrigues sempre priorizou a dimensão cultural e ideológica da luta pela transformação da sociedade, pela superação do capitalismo e pela construção da Anarquia.

Essa importância da dimensão cultural do anarquismo aparece claramente na obra de Edgar Rodrigues. Há inúmeras referências, em seus livros e artigos, a iniciativas libertárias no plano cultural, muitas delas já citadas e/ou comentadas nesta tese. Três conjuntos de atividades ou iniciativas merecem destaque: em primeiro lugar, aquelas vinculadas especificamente à educação, a uma pedagogia libertária; em segundo lugar, as atividades do teatro social, do teatro anarquista; e por último, mas não menos importante, a produção de

²⁹ RODRIGUES, Edgar, *Breve história do pensamento e das lutas sociais em Portugal*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1977; *O despertar operário em Portugal (1834-1911)*. Lisboa: Sementeira, 1980; *Os anarquistas e os sindicatos em Portugal (1911-1922)*. Lisboa: Sementeira, 1981; *Resistência anarcossindicalista à ditadura em Portugal (1922-1939)*. Lisboa: Sementeira, 1981; *A oposição libertária à ditadura (1939-1974)*. Lisboa: Sementeira, 1982.

uma literatura anarquista: contos, romances, poesia. Além das referências dispersas acima mencionadas, Rodrigues publicou, em 1992, *O Anarquismo na escola, no teatro, na poesia*.

Na primeira parte do livro, “O Anarquismo na escola”, Rodrigues aborda inicialmente o papel fundamental do educador catalão Francisco Ferrer y Guardia na formulação e implementação de uma pedagogia especificamente libertária. Sua Escola Moderna, fundada em 1901, em Barcelona, ao lado das experiências de Paul Robin no Orfanato de Cempuis e de Sébastien Faure construindo La Ruche (A Colmeia), ambas na França, serviu como referência para inúmeras iniciativas e atividades educacionais em diversos outros países da Europa.

O ensino nas “escolas modernas” deveria ser “livre” e “racional”. Livre dos dogmas políticos e principalmente religiosos; e racional no sentido ortodoxo – o primado da ciência e da razão, a ênfase na experimentação científica. Já afirmamos ser o anarquismo um herdeiro, também, da tradição racionalista do Iluminismo. É interessante lembrar que as “escolas modernas” dos libertários são das primeiras a formar turmas mistas, compostas de meninos e meninas, o que àquela época era impensável nas escolas de orientação religiosa (católica) e mesmo nas escolas oficiais laicas. Esse novo ensino “moderno” revolucionou a pedagogia no Velho Mundo, ameaçando sólidos interesses e poderosas instituições, dentre as quais a Igreja católica.

No dia 13 de outubro de 1909, Ferrer foi fuzilado no Castelo de Montjuic, Barcelona, por ordem da monarquia espanhola, com apoio da hierarquia eclesiástica. O pretexto foi uma suposta, e jamais comprovada, participação do educador num atentado contra a vida do rei Afonso XIII.

“Ventos revolucionários” – para usar uma expressão cara a Edgar Rodrigues – trazem a “Escola Moderna” para as terras do Novo Mundo, e, no Brasil e em outros países da América, o movimento operário e sindical e grupos anarquistas realizam inúmeras atividades de protesto contra a arbitrária execução do pedagogo catalão. Rodrigues também aborda, ainda na primeira parte do livro, experiências de diversas “escolas modernas” no Brasil, em especial em São Paulo – a Escola Moderna nº 1, no Belenzinho, e a Escola Moderna nº 2, no Brás; no Rio de Janeiro – dentre outras, a Escola Moderna de Vila Isabel, dirigida por Pedro Matera; e no Rio Grande do Sul – a Escola Eliseu Réclus. Assim como na Europa, os alunos das “escolas modernas” eram principalmente os operários e suas famílias, seus filhos. Assim como na Europa, essas escolas desempenharam papel fundamental não só na alfabetização, mas também no processo de conscientização, mobilização e organização dos trabalhadores, na divulgação de valores e ideias ácratas. Assim como na Europa, as “escolas modernas” começam a contrariar e ameaçar poderosos interesses: ao final dos anos dez, início dos anos

vinte, no Brasil, a maior parte dessas escolas será fechada, numa resposta das autoridades governamentais ao ascenso do movimento operário verificado naquela conjuntura.³⁰

Na segunda parte do livro, “O Anarquismo no teatro”, Edgar Rodrigues comenta, trazendo ricas informações, sobre o teatro social ou teatro anarquista no Brasil.

O teatro social sempre foi considerado, com razão, pelos pesquisadores do anarquismo e, mais especificamente, por aqueles que se dedicaram ao estudo da cultura libertária, um dos mais importantes, ao lado dos jornais e revistas³¹, veículos ou meios de divulgação do anarquismo, de seus valores, críticas, denúncias, ideias e propostas. Seu tema básico, a questão social – em suas múltiplas facetas; seu fim último, a revolução social, a construção da anarquia. Como já afirmamos, a arte a serviço da revolução. Para atingir esse fim, era necessário formar consciências revolucionárias, estimular a solidariedade, enfim, forjar o “homem novo”.

O teatro anarquista sempre se prestou, com muita eficácia, a essas finalidades: conscientizar e, ao mesmo tempo, entreter; contribuir para a mobilização e organização dos trabalhadores e, simultaneamente, divertir a família operária. Inúmeras peças foram encenadas em muitas ocasiões com o objetivo de, em campanhas de solidariedade, arrecadar recursos para sindicatos ou jornais operários ou mesmo para famílias de trabalhadores enlutadas ou em dificuldades provocadas por prisões, deportações ou situações semelhantes.

Logo no início dessa parte, afirma Edgar Rodrigues: “O teatro social no Brasil começou com a chegada dos emigrantes libertários [...] o teatro libertário teve um imenso alcance ideológico e um profundo sentimento de solidariedade humana”. (RODRIGUES, 1992c, p. 106-107). Depois de citar e comentar diversas peças encenadas por grupos de teatro anarquista em vários estados do Brasil, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, Rodrigues elabora uma extensa “Cronologia de representações” de peças sociais, englobando o longo período de 1897 a 1970. (RODRIGUES, 1992c, p. 140 - 227).

Finalizando essa parte do livro, Rodrigues nos apresenta dados, a partir de sua pesquisa com periódicos operários e depoimentos de militantes, muito ricos sobre o teatro anarquista: os nomes de 63 grupos de teatro social que atuaram no Brasil ao longo dessas

³⁰ Ver RODRIGUES, Edgar, “O Anarquismo na escola”. In: _____. *O Anarquismo na escola, no teatro, na poesia*, op. cit. Sobre a pedagogia libertária, ver, dentre outros, CODELLO, Francesco, “A boa educação”. In: _____. *Experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa de Godwin a Neill*. São Paulo: Imaginário, 2007; GALLO, Silvio, *Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação*. São Paulo: Imaginário, 2007; BAKUNIN, M., *A instrução integral*. São Paulo: Imaginário, 2003; LOPES, Milton, “A universidade popular: experiência educacional anarquista no Rio de Janeiro”, op. cit.

³¹ Sobre a imprensa anarquista, Edgar Rodrigues levantou 550 títulos de periódicos (jornais e revistas). Ver RODRIGUES, Edgar, *Pequena história da imprensa social no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997.

mais de sete décadas; os salões mais utilizados para encenar peças sociais, tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro; dados sobre festivais de teatro e solidariedade; e os nomes das dez peças mais representadas: *Primo Maggio (Primeiro de Maio)*, *Sem pátria e Ideal*, de Pietro Gori; *O pecado de Simonia* e *Greve de inquilinos*, de Neno Vasco; *Amanhã*, de Manuel Laranjeira; *Sangue fecundo*, de Tito Cormiglia; *Ao relento*, de Affonso Schmidt; *Avatar*, de Marcelo Gama; e *Hambre (Fome)*, de Rômulo Ovidi.

Na obra de Edgar Rodrigues há inúmeras referências esparsas sobre o teatro anarquista, peças, grupos, atores, festivais, tanto no Brasil quanto em Portugal. Sobre este país, Rodrigues publicou em obra recente um balanço, “No mundo do teatro amador”, 18 artigos originalmente publicados no periódico *Foz do Lima*, entre julho de 2003 e agosto de 2004.³² (RODRIGUES, 2007a, p. 220-249).

Em dois desses artigos, afirma nosso autor:

O teatro amador não desprezava os saldos financeiros no final de cada espetáculo, usados para prestar solidariedade econômica aos operários desempregados, enfermos e até mesmo para colaborar nas despesas com publicações de jornais de protesto e de defesa social, das classes excluídas [...]. Como elemento de instrução e educação, o teatro operário, amador, foi um valioso veículo de cultura social, de ideias emancipadoras e marcou época entre a classe trabalhadora, e não só em Portugal e no Brasil.³³ (RODRIGUES, 2007a, p. 226-228).

Nesses artigos, Edgar Rodrigues relata e comenta, por vezes com riqueza de detalhes, as experiências e as atividades de “grupos dramáticos” em Portugal, alguns deles formados em sua cidade natal, Matosinhos: o Grupo Livre Dramático Fareense, o Grupo Dramático de Propaganda e Auxílio às Classes Proletárias, o Grupo Dramático Libertário os Edificadores, o Grupo Alegres de Perafita, o Grupo Anarquista Luz e Vida, o Grupo Dramático Flor da Mocidade, o Grupo Dramático e Musical Flor de Infesta, o Grupo Dramático Aurora da Liberdade, o Grupo Dramático Luz e Liberdade, o Grupo Dramático de Vilar do Paraíso, o Grupo Dramático e Musical Solidariedade.

Em uma de suas primeiras obras, *Nacionalismo e cultura social*, por nós já comentada, Edgar Rodrigues já afirmara, no capítulo “Teatro operário”:

O teatro social, cultivado pelo proletariado, alcançou grandes objetivos. Foi o mais poderoso veículo para instruir, educar, formar mentalidades humanistas, angariar fundos que sustentaram famílias de presos, de deportados, que socorreram

³² Ver também “No mundo do teatro”. In: RODRIGUES, Edgar. *Rebeldias 2*, op. cit., p. 224-230.

³³ Sobre o teatro anarquista, ver também VARGAS, Maria Thereza (Org.), *Antologia do teatro anarquista*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2009; LIMA, Mariangela Alves de; VARGAS, Maria Thereza, “Teatro operário em São Paulo”. In: PRADO, Antonio Arnoni (Org.), *Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura*, op. cit.; SOUZA, Dimas Antonio de, *O mito político no teatro anarquista brasileiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003; PALLOTTINI, Renata, *Colônia Cecília: um pouco de ideal e de polenta (teatro)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

doentes, desempregados, enfim, foi meio eficaz com efeitos simultâneos, incluindo-se o da solidariedade social. O teatro social dos libertários, desenvolvido em colaboração com as associações de classe, marcou, na história do teatro brasileiro, pontos de raro valor [...]. (RODRIGUES, 1972, p. 77-81).

Em suma, o teatro anarquista desempenhando o mesmo papel no Brasil e em Portugal. E, certamente, em outros países.

Na terceira e última parte do livro, “O Anarquismo na poesia”, Edgar Rodrigues basicamente reproduz, a partir de pesquisa com a imprensa libertária, dezenas de poesias ácratas (89 poemas), compostas ao longo das décadas de dez e vinte, fazendo o autor e organizador da antologia apenas poucos e breves comentários em notas de pé de página. Além das poesias (ou estrofes) anarquistas já citadas e comentadas nesta tese, vamos agora reproduzir apenas alguns fragmentos de dois poemas libertários, ambos publicados nos anos vinte, que nos permitem, a nosso ver, resgatar aspectos do imaginário anarquista.

O primeiro poema é de José Oiticica, publicado num jornal anarcossindicalista gaúcho, no dia 1º de maio de 1921:

Para a anarquia vai a humanidade,/ Que da anarquia a humanidade vem!/ Vede como o ideal de acordo invade/ As classes todas pelo mundo além. [...] Pois nos rudes ataques à opressão/ A cada herói que morra ou desanime/ Dezenas de outros bravos surgirão. (OITICICA, *O Nosso Verbo*, 1º de Maio de 1921, apud RODRIGUES, 1992c, p. 322-323).

O outro poema, publicado dois anos depois em *A Plebe*, é de Lírío de Rezende:

A Humanidade/ Em Anarquia/ Tem liberdade,/ Tem Harmonia! [...] Terra, Amor e Liberdade/ Justiça, Paz e Alegria/ Há-de ter a Humanidade/ Quando vier Anarquia! [...] Para que a Humanidade atinja ideais mais belos/ E viva mais feliz, sem ódios nem enganos,/ É mister derrubar os últimos castelos/ E neles sucumbir os últimos tiranos! (REZENDE, *A Plebe*, 24 de março de 1923, apud RODRIGUES, 1992c, p. 325).

Poemas simples e otimistas, conservadores na forma, revolucionários no tema, poemas que identificam a Anarquia com liberdade, harmonia e com a felicidade do ser humano, que fatalmente serão conquistadas.

Penso ser interessante registrar que a antologia é aberta com o “Hino 1º de Maio”, parte da peça (drama em um ato) *Primeiro de Maio*, já citada como a mais encenada no Brasil, escrita por Pietro Gori e traduzida por Neno Vasco.

Sobre a literatura libertária em prosa, faremos apenas breves comentários. No segundo capítulo da tese, mostramos como Edgar Rodrigues considera que escritores ácratas, como

Fábio Luz e Avelino Foscolo, ou ainda próximos do anarquismo, como Graça Aranha e Lima Barreto, introduziram o romance social no Brasil.

Fizemos também rápida referência à antologia de *Contos anarquistas*, organizada por Antonio A. Prado e Francisco F. Hardman.³⁴ Nesta obra, os autores distribuem 27 contos, escritos do fim do século XIX aos anos trinta, em cinco grupos temáticos, na verdade os mesmos temas do teatro e também dos romances anarquistas, sempre em torno da questão social, e projetando/ almejando a “revolução social”: Projeções da utopia libertária; Negação do Estado e da ordem burguesa; Moral anarquista; Miséria urbana; e Cotidiano operário. Numa segunda edição (2011), os autores acrescentam um novo grupo temático – Formação Militante – e 13 novos contos, além de “Anexos”, com alguns originais escritos em espanhol e em italiano. Endossamos uma afirmação dos autores na “Nota à presente (2ª) edição”: “A revolução das consciências não poderia esperar. Além dos discursos e palestras nos ‘meetings’, entre a doutrina e a prática, havia essa confiança utópica no poder da escrita e da leitura”.³⁵

Como já afirmamos, os anarquistas consideram que não só a literatura, o teatro e a educação, como a arte e a cultura em geral devem estar a serviço da revolução social, da construção da Anarquia.

E certamente Edgar Rodrigues, como estamos procurando demonstrar ao longo dessa tese, compartilha dessa “confiança utópica no poder da escrita e da leitura”. “Literatura como missão”, escrita como militância.

Finalizando essa breve incursão pela cultura libertária³⁶, cabe lembrar que o próprio Edgar Rodrigues se arriscou no terreno da ficção, abrindo o livro *O Homem em busca da Terra Livre* com quatro breves narrativas, “Contos e coisas parecidas”: “À espera do médico” (1991); “O capacho do bispo” (1978); “Trabalho e samba” (1992); e “Cinco no céu” (1991). O último, um relato irônico do encontro de Hitler, Mussolini, Stalin, Salazar e Franco com São Pedro, parece-nos o mais instigante, reafirmando as críticas anarquistas aos ditadores e às ditaduras, e também à Igreja católica. (RODRIGUES, 1993d, p. 15-25).

Voltando ao Brasil dos anos quarenta: com a redemocratização, o movimento anarquista vai “Ressurgir”: este é o título do último capítulo de *Novos rumos*, clara ligação

³⁴ PRADO, Antonio Arnoni; HARDMAN, Francisco Foot, *Contos anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

³⁵ PRADO, Antonio Arnoni; HARDMAN, Francisco Foot; LEAL, Cláudia Feierabend Baeta, *Contos anarquistas: temas e textos da prosa libertária no Brasil (1890-1935)*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. LXXV.

³⁶ Sobre a cultura libertária, ver também LITVAK, Lily, *Musa libertária: arte, literatura y vida cultural del anarquismo español (1890-1913)*. Barcelona: Antoni Bosch Editor, 1981.

com a temática e o título do livro que abre a segunda trilogia do autor, e será objeto de nosso comentário no capítulo seguinte: a *Nova aurora libertária*.

De acordo com Edgar Rodrigues: “O movimento operário, principalmente o anarcossindicalismo, ferido de morte inúmeras vezes, teve o seu epílogo em 10 de novembro de 1937, com a implantação do Estado Novo”. (RODRIGUES, 1978b, p. 428).

Com a abertura política, ressurgem, a partir de meados dos anos quarenta, o movimento operário e o anarquismo. Contudo, o anarcossindicalismo, o anarquismo nos sindicatos operários, jamais reviverá o vigor e o dinamismo das primeiras décadas do século.

Segundo Edgar Rodrigues: “o toque de reunir dos libertários que reboa nos ares do Brasil” é dado pela publicação, a partir de outubro de 1945, do periódico *Remodelações*, “semanário de orientação comunista-libertária”, dirigido pelo antigo militante libertário Moacir Caminha, e por sua companheira, Maria Ieda de Moraes.³⁷ (RODRIGUES, 1978b, p. 432).

Em seu primeiro número, no dia 10 de outubro, o jornal publica um “anteprojeto de Constituição”, com 58 artigos, de uma imaginária “República Comunista Libertária do Brasil”.

Como todo momento de ruptura política, que se desdobra num necessário processo de reorganização/reconstrução político-institucional, também a segunda metade da década de quarenta no Brasil é um rico período no qual intelectuais e/ou militantes das mais diversas posições e tendências pensam, discutem e repensam o Brasil, propondo ao país, sempre, “novos rumos”. Nesse contexto se inscreve a proposta de uma República Comunista Libertária do Brasil. A nosso ver, a presença da palavra “comunista” na formulação de um militante anarquista reafirma o prestígio do comunismo soviético no imediato pós-guerra.

“Ao final da guerra, com o restabelecimento da democracia no Brasil, os homens de ideias que sobreviveram aos anos e às perseguições, reuniram-se em torno do Centro de Cultura Social, na rua Rubino de Oliveira, no Brás, em São Paulo”. (RODRIGUES, 1978b, p. 432).

Em abril de 1945, Edgard Leuenroth publica um artigo no *Trabalhador Gráfico* de São Paulo, alertando para o verdadeiro significado histórico do 1º de Maio, que vinha sendo tão distorcido pelo governo.

³⁷ Sobre Moacir Caminha, ver GONÇALVES, Adelaide, “Moacir Caminha: o percurso original de um libertário cearense”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. v. 2.

No Rio de Janeiro, ressurgiu, em abril de 1946, *Ação Direta*, semanário dirigido por José Oiticica, reiterando com veemência os ideais libertários:

Ação direta ressurgiu. Após cinco anos de silêncio relativo e dez de absoluto silêncio, o vozerio anarquista reentoa o seu canto guerreiro. A pé, ó vítimas da fome! A Internacional ecoa nos quatro ângulos do mundo, reconvocando os famélicos à luta libertária [...]. Em Glasgow reúne-se um congresso anarquista [...] porque ação direta é o processo exato de rebelião proletária [...]. Ação direta é hoje, após duas guerras desenganadoras, o caminho [...] de levar os espoliados de tudo à reivindicação do que é seu. Ação direta é o meio certo de vencer, porque é o único meio amedrontador do capitalismo [...]. Ação direta é a voz única na história das reivindicações [...]. Só a ação direta abala tronos, ameaça tiranos, revolve mundos. Só ela educa e fortifica o povo espoliado na sua luta milenar. Ação direta é a revolução [...]. (*Ação Direta*, 10 de abril de 1946, apud RODRIGUES, 1978b, p. 433-434).

Em São Paulo, também ressurgiu, já em maio de 1947, e também reafirmando o ideário anarquista, *A Plebe*:

E a luta prossegue! Nada há a modificar na atitude que assumimos em relação aos problemas sociais. Os acontecimentos têm confirmado que os anarquistas estão com a razão [...]. Repetimos hoje, com a mesma convicção, o que dizíamos há trinta anos: não há solução burguesa para os problemas humanos. Só há uma solução: a abolição do Estado [...] e a organização de uma sociedade baseada no apoio mútuo e na compreensão dos direitos e deveres, onde haja liberdade, cultura e pão para todos. (*A Plebe*, 1º de Maio de 1947, apud RODRIGUES, 1978b, p. 436).

Com efeito, a segunda metade da década de quarenta parecia, no Brasil, o tempo de uma “nova aurora libertária”.

CAPÍTULO 5

A NOVA AURORA LIBERTÁRIA: ANARQUISMO E EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1945-1964)

“NÃO ME LIBERTE, EU ME ENCARREGO DISSO.”

Paris, maio de 1968

**“COM *ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ*, QUERO QUE AS PESSOAS
REAJAM A UMA EVIDÊNCIA QUE CONSIDERO INCONTORNÁVEL –
ISTO A QUE CHAMAMOS DEMOCRACIA NÃO FUNCIONA,
É POUCO MAIS DO QUE UMA FACHADA.”**

José Saramago

**“AO ABANDONAR O TERRENO FORMAL DA POLÍTICA,
O ANARQUISMO, EM UM SÓ GESTO, FECHOU PORTAS
E LANÇOU PONTES PARA O FUTURO.”**

Boris Fausto

5.1

Ressurgindo do silêncio (1945-1954)

A “nova aurora libertária” ocorre no contexto da construção de uma também nova experiência democrática na história brasileira. Essa nova democracia, embora fundamental, sofre, a nosso ver, de duas graves limitações.

A primeira delas diz respeito à sobrevida da CLT, da legislação trabalhista de feição corporativista e de inspiração fascista. Democracia e liberdade, mas não para que os operários organizem sindicatos autônomos.

A segunda limitação refere-se ao sistema político-partidário vigente nessas duas décadas. Trata-se de uma democracia que não permitirá a existência legal do partido comunista. A anulação do registro do PCB, em maio de 1947, e a posterior cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pela sigla, já em 1948, se inscrevem na lógica da Guerra Fria, que marca a nova conjuntura política internacional.

A aliança “contra o inimigo comum” fora bastante efêmera. Derrotados o nazismo, o fascismo e o militarismo japonês, as potências vitoriosas irão, como já afirmamos, dividir o mundo em áreas de influência. O famoso discurso do primeiro-ministro britânico Winston Churchill em Fulham, em 1946, no qual pela primeira vez é utilizada a expressão “cortina de ferro” – uma cortina de ferro se abateu sobre a Europa, dividindo-a em dois mundos, o mundo livre e o mundo comunista – simboliza o início dessa nova conjuntura. Quando, ainda em 1945, em plena “guerra quente”, os Estados Unidos lançaram suas bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, além de apressarem a rendição do Japão, estavam também alertando a União Soviética: possuímos a tecnologia para a fabricação da bomba atômica, e não hesitaremos em utilizá-la. Em suma, a Guerra Fria, que definirá a geopolítica internacional

por cerca de quatro décadas. Uma acirrada disputa, nos planos econômico, político, cultural, científico e tecnológico, entre dois mundos, dois sistemas de vida, que buscam hegemonia. Capitalismo x comunismo; economia de mercado x economia planificada; democracias liberais (liberal-burguesas) x “democracias populares” (ditaduras partidárias). Esses são o “Primeiro” e o “Segundo” Mundos, que lutam por supremacia. De um lado, Estados Unidos da América, Canadá, Europa Ocidental, Austrália; de outro, União Soviética e seus satélites na Europa Oriental, onde o “comunismo” foi imposto pelos tanques do Exército Vermelho. Alguns anos depois, a China passaria a fazer parte do bloco comunista. E, de resto, África, a maior parte da Ásia, América Latina: o “Terceiro” Mundo, marcado pelo subdesenvolvimento.

Essa disputa se evidenciará, no plano cultural, numa intensa propaganda anticomunista no mundo ocidental, o mundo das “democracias livres e cristãs”, associada a uma também intensa propaganda do “livre mercado”, do “american way of life”, em suma, do capitalismo. O mundo comunista é caracterizado como “ditatorial e ateu”, esmagando o indivíduo, em benefício do Estado, ou seja, uma visão profundamente maniqueísta. O cinema norte-americano desempenhará um papel estratégico no sentido de disseminar esses valores, principalmente no Ocidente.¹

A Guerra Fria define, como afirmamos, quatro décadas da política internacional, de meados dos anos quarenta a meados dos anos oitenta, do discurso de Churchill à “perestroika” e à “glasnost” de Gorbachev; ou seja, recobre todo o período de duas décadas da “experiência democrática” brasileira. Democracia sob a égide da Guerra Fria, ou seja, visceralmente anticomunista; e também antianarquista. É claro que a mera presença da União Soviética no cenário internacional, com seu poderio econômico-financeiro e político-militar, equilibra a geopolítica mundial, na luta por supremacia, entre o “primeiro” e o “segundo” mundos.² E é certo também que essa presença soviética torna o comunismo bolchevista uma ameaça muito mais concreta, mais palpável, aos olhos das burguesias ocidentais (e seus respectivos Estados nacionais) do que o anarquismo, cujas breves experiências de gestão haviam sido derrotadas, tanto na Ucrânia, no contexto da Revolução Russa, quanto na Espanha (Catalunha, Andaluzia), no contexto da Guerra Civil.

No Brasil, sobre o início do processo de democratização, afirma Jorge Ferreira: “Com o avanço das tropas aliadas e a derrota, agora vista como inevitável, do nazifascismo europeu,

¹ Ver TOTA, Antonio Pedro, *O imperialismo sedutor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

² Ver BLACKBURN, Robin, (Org.), *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; ver especialmente os ensaios de HOBBSAWM, Eric, “Adeus a tudo aquilo” e “Renascendo das cinzas”.

o Estado Novo, sobretudo no segundo semestre de 1944, dava mostras de esgotamento político [...]. A ditadura dera sinais definitivos de cansaço.” (FERREIRA, 2003, p. 16).

Como afirmou Aparício Torelly, o Barão de Itararé, que viveu os sofrimentos dos cárceres varguistas, “o Estado Novo tinha envelhecido”.³

Ao longo do ano de 1945, vai se ampliando e aprofundando o processo de transição democrática. Segundo Ferreira, o movimento “queremista” desempenhou papel estratégico nesse processo. Num primeiro momento, o queremismo é um movimento bastante espontâneo de trabalhadores e populares que explicitam sua vontade de que Vargas permaneça no poder, personalizando sua demanda: “queremos Getúlio”. Num segundo momento, o movimento vai crescendo e tornando-se mais organizado, contrapondo-se, inclusive em manifestações de rua, à candidatura oposicionista de Eduardo Gomes. Aos poucos, passa a contar com o “discreto e cauteloso” apoio do Ministério do Trabalho e do DIP, e também com financiamento privado de empresários varguistas. Nesse segundo momento, com a ditadura perdendo bases de apoio, inclusive na cúpula militar, e a campanha da oposição crescendo, com apoio da maior parte da grande imprensa, torna-se inevitável a convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte. O queremismo sofisticava e politiza, já com apoio dos comunistas, sua reivindicação básica, que passa a ser: “queremos Constituinte com Getúlio”. Embora ainda personalista, é uma demanda mais especificamente política, e que reconhece a necessidade de um reordenamento jurídico-político do país.

Como já comentamos no capítulo anterior, é certo que uma grande parcela (talvez majoritária) da classe trabalhadora urbana no Brasil aderiu ou “quis” aderir, desde os anos trinta, ao projeto varguista. Entretanto, outra parcela – incluindo os militantes anarquistas nos sindicatos operários – rejeitou esse projeto e foi duramente reprimida.

Em que pese sua força, principalmente nos maiores centros urbanos, o queremismo não alcançou seu objetivo mais imediato: que as eleições para a Constituinte se realizassem com Vargas ainda no poder, e que a nova Carta definisse o prazo para as eleições presidenciais. Getúlio é deposto em outubro, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, exercendo interinamente a presidência da República, coordena as eleições de 2 de dezembro, simultâneas para a Assembleia Nacional Constituinte e para a presidência. O marechal Eurico Dutra, candidato da coligação PSD-PTB (partidos criados pela máquina varguista), com o apoio tardio de Vargas, derrota, com cerca de 55% dos votos, a candidatura oposicionista do brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, que obtém cerca de 35% dos votos. O

³ Ver PONTES, Ipojuca, *A manha do Barão*. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

candidato do PCB, Yedo Fiúza, alcança quase 10% dos votos. Para a Constituinte, o Partido Social Democrático, estruturado basicamente a partir das interventorias estaduais e cuja base social era articulada principalmente pelas oligarquias regionais, faz sozinho a maioria absoluta. A segunda maior bancada é da oposicionista União Democrática Nacional, cuja base era constituída principalmente pelas camadas médias urbanas. Em seguida, vem o Partido Trabalhista Brasileiro, organizado basicamente a partir da estrutura sindical corporativista vinculada ao Ministério do Trabalho, depois o Partido Comunista Brasileiro, que reconquistara a legalidade, o refundado Partido Socialista Brasileiro, que tem como um de seus núcleos formadores a Esquerda Democrática, e ainda alguns pequenos partidos. Esse, em linhas gerais, é o quadro político-partidário das duas próximas décadas.⁴ Dentre todas essas propostas, a que mais se aproxima, do ponto de vista político-ideológico, do anarquismo é a do PSB. Esse partido também procura, como os anarquistas, articular socialismo com liberdade, democracia, pluralismo. A diferença fundamental encontra-se no privilégio ao campo da política institucional, recusado, como já vimos e comentamos, pelo socialismo libertário.

Jorge Ferreira, em seu artigo, afirma: “[...] os trabalhadores exigem a permanência de Vargas no poder”; e reafirma, mais adiante: “Historicamente, é muito difícil negar. Eles [os trabalhadores] queriam Getúlio”. (FERREIRA, 2003, p. 15-28). O autor destaca ainda, sobre o episódio das “marmitas”, o “talento político” do líder queremista Hugo Borghi, que consegue transformar a marmita num símbolo político, construindo, ou reforçando, a imagem de Eduardo Gomes (a partir de um discurso do brigadeiro) como candidato dos “grã-finos e milionários”, que desprezava o voto dos “marmiteiros”, ou seja, dos trabalhadores. Para Ferreira, o papel político relevante do queremismo se prende ao fato de que, com ele, “os trabalhadores surgiram no cenário político com consciência de seus interesses e vontade política”. (FERREIRA, 2003, p. 43). O autor fundamenta sua interpretação, do ponto de vista das fontes utilizadas, principalmente em inúmeras cartas e telegramas enviados por

⁴ Sobre a Constituinte, ver: ALMINO, João, *Os democratas autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946*. São Paulo: Brasiliense, 1980; sobre o sistema político-partidário, ver CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo, *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976; sobre o PSD, ver HIPOLITO, Lucia, *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; sobre a UDN, ver BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; sobre o PTB, ver D'ARAUJO, Maria Celina, *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945 a 1965*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996; FERREIRA, Jorge, *O imaginário trabalhista*, op. cit.; sobre o PCB, ver FERREIRA, Jorge, *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro: Mauad/ EDUFF, 2002; sobre o PSB, ver HECKER, Alexandre, *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)*. São Paulo: UNESP, 1998; VIEIRA, Margarida Luiza de Matos; GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa, *Semeando democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil*. Contagem: Palesa, MG, 1995.

trabalhadores e populares à presidência da República, solicitando ou mesmo “exigindo” a permanência e a continuidade de Vargas no poder. Com certeza, muitos trabalhadores, provavelmente a maioria, queriam Getúlio no poder. Mas, também com certeza, como já afirmamos, muitos não concordavam.

Reconhecemos a importância histórica e política do *queremismo*. Concordamos com a análise de Jorge Ferreira, quando afirma que no processo de construção ou “invenção” do trabalhismo, não existe apenas uma lógica material, da troca da autonomia pelos benefícios das leis sociais. Entendemos que é também fundamental a “lógica simbólica”, a partir da qual, e com a utilização estratégica da propaganda oficial (inclusive com a inédita utilização, em dimensão nacional, do rádio), se constrói uma identificação dos trabalhadores com Getúlio Vargas, o “redentor do operário brasileiro”.⁵

Entretanto, pensamos que desde pelo menos 1917, portanto quase três décadas antes do *queremismo*, os trabalhadores estão no cenário político com consciência de seus interesses e vontade política. É claro que aqui estamos considerando “vontade política” para além do campo específico da política institucional. Como consideram os anarquistas.

Além disso, pensamos que, em meados dos anos quarenta, nem *todos* os trabalhadores queriam Vargas no poder. Certamente, não aqueles com “inclinações revolucionárias ou autonomistas”, anarquistas, socialistas, comunistas, muitos dos quais vinham sendo massacrados desde a promulgação da Lei de Segurança Nacional, exatamente dez anos antes do *queremismo*. Minoritários, provavelmente, mas portadores de projetos políticos e visões de mundo que devem ser considerados e resgatados. Os comunistas (melhor dizendo, o PCB), depois de cerca de dez anos sendo perseguidos e duramente reprimidos por Vargas, a este se aliam na breve conjuntura, por nós já comentada, de 1945 a 1947, do fim da Segunda Guerra Mundial ao início da Guerra Fria.

Vejamos, a partir da obra de Edgar Rodrigues, como os anarquistas pensam e vivem esse processo da transição democrática, e nesse contexto de construção da democracia, como pensam, constroem e vivem a sua “nova aurora libertária”.

Nosso livro de referência agora tem exatamente esse título, *A nova aurora libertária* (1945-1948), título que demos a este capítulo 5 de nossa tese. O livro de Rodrigues abre uma segunda trilogia sobre anarquismo e movimento operário, como as obras comentadas nos capítulos anteriores, segue uma sequência cronológica; e foi elaborado a partir basicamente de

⁵ FERREIRA, Jorge, “A democratização de 1945 e o movimento *queremista*”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves, (Orgs.), *O Brasil republicano*, v. 3, *O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 31. Ver também GOMES, Ângela de Castro, *A invenção do trabalhismo*, op. cit.

consultas ao mesmo tipo de fontes antes utilizadas: imprensa operária e anarquista, e memórias e depoimentos de militantes.

Na “Introdução”, antes de começar a comentar o anarquismo nos anos quarenta, Edgar Rodrigues afirma que vai, neste preâmbulo, “[...] refazer alguns episódios incompletos e/ou ausentes nos volumes anteriormente publicados”. (RODRIGUES, 1992b, p. 9). Em relação às lacunas, destacamos o comentário de Rodrigues sobre a obra pioneira de Elísio de Carvalho, “[...] quem primeiro tentou levantar a ‘História do Movimento Anarquista no Brasil’”.

O primeiro capítulo chama-se “O fim da Guerra não foi o começo da paz”. Trata-se de uma enfática reiteração do caráter pacifista, antibelicista do anarquismo. Seleccionamos algumas passagens:

O anarquista vê na guerra uma forma violenta de promover heróis, obter condecorações e realizar delinquentes em potencial. Uma obra de homens dispostos a fazer-se obedecer pelo pânico, pelo incêndio e pela destruição, a guerra é também um comércio rendoso [...]. A violência e as guerras têm raízes profundas, começam na educação, com a disputa do espaço vital, e explodem no desequilíbrio econômico, social, emocional e humano [...]. Ninguém nos ensina a ser bons! Que *um homem vale um homem*, e a sociedade é aquilo que conseguimos fazer dela! [...] Que não pode haver felicidade sobre a terra enquanto o ser humano explorar e matar o seu semelhante para impor-lhe a submissão! [...] As possibilidades de implantar a paz só surgirão com a conscientização de indivíduos dispostos a promover a transformação educacional e social por meios revolucionários que desemboquem numa nova ordem social, na era anárquica da fraternidade, da igualdade e da liberdade. [...] As guerras começam na mente dos homens, e é na mente deles que devem ser erigidas as defesas e os planos de paz. (RODRIGUES, 1992b, p. 21-24). Grifos nossos.

Enfim, um veemente libelo antiguerras, e ao mesmo tempo uma crítica ao capitalismo, tanto na dimensão da exploração econômica, como também no plano da cultura, da educação, que estimularia (nas escolas tradicionais) nos jovens a aprendizagem e incorporação de valores alienantes e competitivos e de um espírito conformista. Já mencionamos o papel estratégico da pedagogia libertária – articulada em torno do primado da razão e dos valores de liberdade e solidariedade – no projeto anarquista de construção de um “homem novo” e de uma nova sociedade.

O segundo capítulo tem o título do livro, “A nova aurora libertária”, e começa reiterando que “[...] o fim da guerra de 1939-1945 não foi o começo da paz! Ao contrário, vencidos e vencedores começaram a armar-se antes mesmo de reconstruir os bens materiais arrasados pelos bombardeamentos”. (RODRIGUES, 1992b, p. 25).

No Brasil, em curso o processo de democratização, é lançado em outubro de 1945, no Rio de Janeiro, o periódico *Remodelações – Semanário Comunista Libertário*, dirigido pelo professor anarquista Moacir Caminha e sua companheira Maria Ieda de Moraes. Os três

primeiros números saem nos dias 10, 18 e 25, portanto antes da deposição de Vargas, que se deu no dia 29 desse mês. No primeiro número, *Remodelações* publica uma declaração de princípios e valores:

Nós somos comunistas. E acrescentamos: Comunistas Libertários [...]. A liberdade é imprescindível à vida. Queremos a liberdade disciplinada pela consciência e esclarecida pela razão e pela ciência [...]. Em economia [...] todo o produto ao produtor [...]. Em política queremos a coordenação de todos os órgãos sociais por meio do regime democrático libertário, isto é, o governo do povo por meio das suas assembleias municipais de distrito ou bairro [...]. Adotamos o sistema federativo [...]. Em conclusão: somos republicanos federativos, somos comunistas sindicalistas, somos democratas libertários. (*Remodelações*, 10 de outubro de 1945, apud RODRIGUES, 1992b, p. 25-26).

No número seguinte, o periódico afirma: “Estamos cogitando da articulação dos comunistas de tendência libertária em federações regionais, por estados, e na Confederação Libertária do Brasil”; e publica um anteprojeto de Constituição para a “República Comunista Libertária do Brasil”, redigido por Moacir Caminha, reiterando os mesmos princípios. Comenta Edgar Rodrigues, reafirmando o que já dissera no último capítulo de *Novos rumos*: “O grito libertário de *Remodelações* sacode os elementos anarquistas do Rio de Janeiro, atinge os militantes dos estados do Brasil e ganha o exterior [...] *Remodelações* serviu como despertador, como toque de reunir para os anarquistas do Brasil. Este foi um dos seus grandes méritos, talvez o maior!”. (RODRIGUES, 1992b, p. 27-29).

José Oiticica passa a colaborar com o jornal, e na edição de 1º de dezembro, publica uma “Declaração de princípios e fins ácratas”, que compõem, segundo o autor, um “esboço de uma constituição comunista”. São 43 “princípios” (os valores básicos do anarquismo ou “comunismo libertário”) e 33 “previsões práticas”. Seleccionamos para citar o princípio 38, por bem representar, num tema específico, a visão de mundo anarquista:

O amor deve ser livre, como o pensamento e o trabalho, de qualquer tirania ou preconceito. Amor livre não quer dizer licencioso, mas libertado: não é promiscuidade de sexos, mas liberdade de se unirem os sexos por afeição recíproca, sem medo de constituir família, pois a sociedade comunista garante a manutenção de todas as crianças. (OITICICA, *Remodelações*, 1º de dezembro de 1945, apud RODRIGUES, 1992b, p. 29-33).

Como já afirmamos no capítulo anterior, para o anarquismo uma mulher vale um homem, ambos devem ter os mesmos direitos, e as pessoas só devem se unir a partir de laços de afinidade, ou seja, da “afeição recíproca”.

Vivendo o Brasil o processo de (re)democratização, os anarquistas reunidos em torno de *Remodelações* empreendem uma campanha, com arrecadação de donativos, de

solidariedade a 22 trabalhadores da CNT (Confederação Nacional do Trabalho) espanhola, condenados à pena de morte pela “justiça falangista” da ditadura de Franco. Mais de quatrocentas pessoas se mobilizaram para prestar ajuda às vítimas da guerra e do fascismo. Comenta Edgar Rodrigues: “A Solidariedade é mais do que um gesto dentro do anarquismo, é uma forma de comportamento, o ponto alto da família libertária [...] a expressão máxima do anarquismo”. (RODRIGUES, 1992b, p. 39-45).

Com efeito, a solidariedade é um dos valores máximos do anarquismo. Pensamos ser importante reafirmar que, na prática anarquista e na visão libertária, a solidariedade é um movimento horizontal, uma ação entre pares, entre iguais, entre operários, entre irmãos na luta e no trabalho. Ao contrário, a caridade é vista de forma extremamente crítica pelos anarquistas: um movimento vertical, “de cima para baixo”, quando aqueles que possuem em excesso “doam” para aqueles que nada têm ou que muito carecem. Nesse sentido, dentre inúmeras referências ao tema, vou citar as duas primeiras e as duas últimas estrofes da poesia “Caridade”, do anarquista Sylvio de Figueiredo, reproduzida por Edgar Rodrigues em *Nacionalismo e cultura social*: “Caridade é sarcasmo e burla. Em torno/ desta palavra, quanta hipocrisia! [...]/ Corte-se o braço vil que estende a esmola,/ Risque-se a caridade entre as virtudes!”.⁶ (FIGUEIREDO, *Voz do Povo*, 14 de abril de 1920, apud RODRIGUES, 1972, p. 181-182).

Remodelações incentiva a reagrupação dos militantes anarquistas e a organização libertária. Na edição de 8 de novembro, José Oiticica publica, em nome da Comissão Organizadora da Federação Libertária Brasileira, um apelo:

Companheiros! Há mais de 15 anos, o fascismo imperante no Brasil prendeu, deportou, expulsou dos sindicatos a todos nós, os libertários, proibiu-nos qualquer reunião e toda a publicidade, tirou-nos os meios de nos entendermos, propagar ideias, falar. Não nos pôde, entretanto, impedir de pensar, confiar e viver o ideal libertário. A queda da ditadura facultou-nos, agora, volvermos à ação [...]. Todos os programas burgueses falharam lamentavelmente. Monarquias, repúblicas, democracias faliram. Os vários socialismos ruíram. O bolchevismo desabou no mais torpe reacionarismo burguês. E esse malogro decorreu de serem todos eles aspectos de um mal único: o Estado. Agora a humanidade não terá ilusões: só lhe resta conhecer a doutrina libertária [...]. Companheiros! Para ressurgirmos, havemos de reagrupar-nos [...] preparando, com mais vigor, duas obras, pujantes outrora, e sufocadas pelo fascismo: a Federação Operária Brasileira e a Federação Libertária Brasileira [...]. (*Remodelações*, 8 e 24 de novembro de 1945, apud RODRIGUES, 1992, p. 49).

⁶ No mesmo sentido, vou aqui citar algumas estrofes de uma joia do cancioneiro popular brasileiro, “Vozes da seca”, de Luiz Gonzaga: “[...] Mas, doutor, uma esmola/ para um homem que é são/ ou lhe mata de vergonha/ ou vicia o cidadão [...]”.

Na edição de 24 de novembro, outro apelo à organização, dessa vez escrito pela diretora do jornal Maria Ieda de Moraes: “Companheiros! [...] Formai seções locais da Organização Comunista Libertária Brasileira! [...] No momento histórico atual a inatividade é traição ao ideal [...]”. (*Remodelações*, 8 e 24 de novembro de 1945, apud RODRIGUES, 1992b, p. 49-50).

Também em São Paulo, os anarquistas se reagrupam e se reorganizam, refundando o Centro de Cultura Social: “[...] em meados de maio último, fundamos o Centro de Cultura Social, com o objetivo de congregar as nossas forças e reiniciar a nossa obra. O êxito do Centro foi surpreendente [...]”.

Comenta Edgar Rodrigues: “Não é surpresa que, antes de cair a ditadura Vargas, os anarquistas mantivessem uma atividade ideológica capaz de publicar jornais e neles falar da constituição de grupos libertários e centros de cultura social [...] com o propósito de manter vivo o movimento anarquista [...]”. (RODRIGUES, 1992b, p. 51).

No capítulo 4, Edgar Rodrigues comenta o livro *Democracia libertária*, de Joaquim Ribeiro e Sócrates Diniz, publicado em São Paulo em 1946. Os autores enfatizam as dimensões humanista e “democrática” do anarquismo, buscando afastá-lo do comunismo:

As condições objetivas do nosso país permitem a alvorada da democracia libertária [...] o movimento social libertário está destinado a ser, no Brasil, uma força decisiva de democratização total da nação [...] sempre fui libertário e jamais aceitei o comunismo como solução adequada para uma organização essencialmente democrática de qualquer nação [...]. Inadequado e incompatível com uma concepção libertária de vida, o comunismo dia a dia perde a sua pureza doutrinária e não tardará a se tornar uma tentativa frustrada [...]. (RODRIGUES, 1992b, p. 35-37).

Formuladas em 1946, a análise e a previsão nos parecem bastante precisas. Prosseguem os autores: “O humanismo libertário representa a síntese desejada [...] organizar e garantir a liberdade do homem constituem os propósitos da nova democracia, inspirada no humanismo libertário [...]”. Comentando o livro, Rodrigues afirma que, embora se trate de uma “empreitada agradável [...], o professor Sócrates Diniz e Joaquim Ribeiro tentaram aliar duas ideias antagônicas: governo e anarquia”. (RODRIGUES, 1992b, p. 35-37).

Nos primeiros meses de 1946, “militantes antigos”, sindicalistas “apolíticos”, ou seja, identificados com os valores, os métodos e as práticas do anarcossindicalismo, ainda tentam resistir tanto ao enquadramento no sindicalismo oficial, quanto ao avanço dos comunistas bolchevistas sobre os sindicatos operários.

“O nazifascismo, as ditaduras de direita e esquerda e as guerras da Espanha e Mundial feriram profundamente o sindicalismo, ‘atropelaram’ os rumos dos sindicatos livres, apolíticos [...]. Com o fim da guerra, o proletariado [...] começou a reorganizar-se em novas bases [...]”. (RODRIGUES, 1992b, p. 71).

Em São Paulo, realiza-se em janeiro o Primeiro Congresso Sindical, que discute os seguintes temas: liberdade e unidade sindicais; aperfeiçoamento da legislação trabalhista; previdência social; padrão de vida; fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil; declaração de princípios da classe trabalhadora.

O congresso é encerrado no dia 15, no Salão das Classes Laboriosas, tendo aprovado, dentre outras, as seguintes resoluções: a luta pela unidade, autonomia e liberdade dos sindicatos; a luta pelo direito de greve; a união do proletariado com outras forças progressistas; construir a unidade nacional e mundial do proletariado, indispensável à garantia da paz; lutar pela formação de uma central sindical – a CGTB. Apesar dessas resoluções, segundo Rodrigues: “Os temas e a presença de deputados trabalhistas e comunistas no congresso de São Paulo deixaram clara a linha político-reformista dos seus promotores. Nenhum deles pretendia que os sindicatos se transformassem em organismos vivos, revolucionários, desligados do Estado [...]”. (RODRIGUES, 1992b, p. 72).

A Federação dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, “[...] corporação que representa as massas obreiras de nosso parque industrial”, denuncia o Congresso Sindical como iniciativa comunista, “promovido por pessoas e grupos interessados na desmoralização dos trabalhadores”. O mesmo documento denuncia o MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores) como organização comunista. “O MUT é essencialmente comunista. A sua eminência parda é o sr. Luiz Carlos Prestes [...]”. O manifesto da Federação diz ainda que o MUT é “o lobo, disfarçado em suave ovelha”. E conclui: “E a moral da fábula é clara: não confiar para não ser devorado”. (*Manifesto da Federação dos Trabalhadores do Estado de São Paulo*, janeiro de 1946, apud RODRIGUES, 1992b, p. 73).

Edgar Rodrigues comenta o Congresso Sindical:

Discordando dos pelegos, dos bolchevistas e dos socialistas, os operários remanescentes do sindicalismo independente, apolítico, também reprovaram o “encontro trabalhista-reformista-bolchevista” [...]. Para os sindicalistas revolucionários, a greve e os movimentos de ação direta são direitos conquistados pelo proletariado à custa de muitas prisões e mortes. Os sindicatos são organismos vivos, atuantes, independentes, alheios à política [...]. Sua meta final é a revolução social [...]. Para o sindicalismo revolucionário ou anarcossindicalismo, *um homem vale um homem*, e a sociedade será aquilo que cada componente for capaz de realizar voluntariamente associado, em autogestão. (RODRIGUES, 1992b, p. 74). Grifos nossos.

Mais uma vez, a reafirmação do igualitarismo radical do anarquismo, na fórmula “um homem vale um homem”. Em relação à presença dos anarquistas nos sindicatos operários, percebe-se, pelo tom dos documentos, como os “antigos militantes” sentem-se cada vez mais encurralados, tanto pelo sindicalismo oficial, como pela presença crescente dos comunistas nos sindicatos. Mas eles resistem.

Ainda em janeiro, um Grupo de Libertários de Campinas, distribui um manifesto, que “percorre o país de mão em mão”, criticando o Partido Comunista:

O Partido Comunista, em sua propaganda demagógica, intitula-se “vanguarda esclarecida do proletariado”. Denunciamos aos trabalhadores a impostura desses politiqueiros [...]. O Partido de Stalin [...] chegou ao ponto culminante de concluir acordos com o próprio nazismo [...]. Aqui no Brasil o messias Prestes descobriu que a ditadura fascista de Getúlio Vargas marchava para a democracia e após umas tantas explicações vagas, que só podiam convencer papalvos, colocou-se abertamente, com seu partido, ao lado dos liberticidas que, durante tantos anos, reduziram o país a uma senzala de escravos [...]. Frente a essas mistificações, os trabalhadores devem organizar seus sindicatos livres, não admitindo em seu meio politiqueiros de quaisquer tendências e adotando, como método de luta, a ação direta. Ao lado dessas organizações de resistência, formemos grupos de cultura social [...]. (RODRIGUES, 1992b, p. 54).

Os anarquistas tentam resistir à crescente influência comunista nos meios operários e sindicais.

Em janeiro e fevereiro, *Remodelações* publica, vindos da Argentina, um comunicado da FORA (Federación Obrera Regional Argentina) e um artigo de Diego Abad de Santillán; publica também um artigo de Kropotkin sobre as “Origens da Internacional”. Segundo Edgar Rodrigues, “o intercâmbio cultural-libertário é uma praxe dos anarquistas [...] a troca de ideias e de imprensa é um velho costume anarquista muito sadio”. (RODRIGUES, 1992b, p. 54-55).

Desde os primeiros meses de 1946, começam a eclodir greves operárias, explicitando demandas (inclusive salariais) longamente reprimidas pela “economia de guerra”. Segundo Rodrigues, “a euforia sindical cresceu com a euforia política em 1946”. Ocorrem as seguintes greves: em São Paulo, metalúrgicos, têxteis, ferroviários, operários da indústria de calçados, trabalhadores da indústria de papel e outras classes profissionais. “Só no dia 20 de fevereiro, em São Paulo, quase 100 mil trabalhadores estavam de braços cruzados”. Em Santos, portuários, trabalhadores dos transportes coletivos e trabalhadores da construção civil; estes últimos, também entram em greve em São Vicente e no Guarujá. Greve dos bancários em 12 estados do Brasil. Comenta Rodrigues: “O proletariado começava a usar a liberdade do pós-

guerra, desforrando-se do tempo em que não podia reivindicar nada, só aplaudir o presidente-ditador”⁷. (RODRIGUES, 1992b, p. 79).

Em abril, ressurgiu no Rio de Janeiro, como já comentamos no final do capítulo 4, *Ação Direta*, semanário anarquista dirigido por José Oiticica. Nessa conjuntura, ao lado de *Remodelações* e de *A Plebe*, que ressurgiu em São Paulo, *Ação Direta* será dos mais importantes periódicos anarquistas no Brasil. Nos seus primeiros números, publica um manifesto do congresso operário realizado em Carrara, na Itália; resoluções aprovadas no congresso libertário realizado na França; e expressa solidariedade ao povo espanhol.

No dia 20 de abril, *Ação Direta* noticia a formação da Juventude Anarquista Brasileira, cujas bases de acordo tinham sido aprovadas em janeiro, numa reunião no Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro. Segundo Edgar Rodrigues: “[...] a partir da formação das juventudes o movimento libertário ganha uma dimensão maior e parte para a propaganda de rua. Fixa jornais e manifestos nos postes, nos muros e começa a pintar paredes com expressões anarquistas”. (RODRIGUES, 1992b, p. 59-60). Em julho, a Juventude Anarquista se agrega à então formada União da Juventude Libertária Brasileira, também com sede na capital federal.

Na sua edição de 7 de maio, *Ação Direta* dirige uma

[...] vibrante mensagem aos trabalhadores do Brasil, subjugados pelos sindicatos oficiais e pelo Ministério do Trabalho. Conclama o proletariado a formar sindicatos independentes, livres [...] e lembra aos trabalhadores a luta da Federação Operária Brasileira, com sede em São Paulo, contra o decreto de Vargas – Collor, que obrigava os trabalhadores a ter carteira profissional para poder trabalhar [...]. (RODRIGUES, 1992b, p. 57-58).

Ainda em maio, *Ação Direta* começa a publicar em capítulos o livro de José Oiticica *A doutrina Anarquista ao alcance de todos*, e registra a visita ao Brasil da anarquista italiana radicada no Uruguai, Luce Fabbri.⁸

De acordo com Edgar Rodrigues, “o 1º de Maio de 1946 foi o despertar da Nova Aurora Libertária!”.

O autor resgata o sentido histórico, em dois momentos, da data:

O 1º de Maio projetou-se universalmente como dia de protesto e de luta dos trabalhadores contra a burguesia e o Estado [...] começou a ser comemorado como dia de protesto e de luta pelos anarquistas com o apoio da maioria do proletariado [...]. Veio Vargas e durante 15 anos mudou o quadro das manifestações do dia 1º de

⁷ Sobre as greves operárias nessa conjuntura, ver: COSTA, Hélio da, *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995; MATTOS, Marcelo Badaró, *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

⁸ RODRIGUES, Edgar, op. cit., p. 57-58. Sobre Luce Fabbri, ver RAGO, Margareth, *Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o Anarquismo contemporâneo*, op. cit.

Maio. Realizava-se um jogo de futebol e o ditador proferia o seu discurso. Os trabalhadores só podiam ouvir e aplaudir. Os inconformados foram presos, expulsos ou recolheram-se à clandestinidade. (RODRIGUES, 1992b, p. 61-62).

Com o processo de abertura democrática, os militantes e jornais anarquistas vão tentando resgatar o sentido original da data, como dia de luta e protesto. *Ação Direta* assim se pronuncia sobre a data:

Festa do trabalho! Assim vão gritando os políticos malandros da velha burguesia ou da burguesia novíssima, a tal progressista! [...] Deveriam saber que o 1º de Maio não é nenhuma festa! É dia de protesto! [...] Neste dia, nós anarquistas [...] clamamos com mais força os versos d’“A Internacional”: a pé, ó vítimas da fome! (*Ação Direta*, 1º de Maio de 1946, apud RODRIGUES, 1992b, p. 62).

No clima da transição democrática, grupos anarquistas em formação e militantes anarcossindicalistas que “escaparam à ferocidade fascista” promovem reuniões de convívio libertário. Em São Paulo, às vésperas do 1º de Maio realizou-se um espetáculo de teatro libertário, e na data do trabalho efetuou-se uma sessão comemorativa no Salão das Classes Laboriosas, com a presença de um representante dos anarquistas do Rio de Janeiro.

Alguns manifestos alusivos ao 1º de Maio, marcos desse ressurgir do anarquismo, foram então publicados e distribuídos. Seguem trechos de um deles, assinado pela União Proletária Sindicalista (em organização):

Trabalhadores! Fala-se na comemoração do 1º de Maio, aparecendo nela interessados governantes e políticos de todos os matizes. Citam-se manifestações cívicas e festividades várias para relembrar essa data proletária [...]. Ao contrário de uma festa, essa é uma data simbólica das aspirações da classe trabalhadora, uma comemoração afirmativa da vontade e da decisão do proletariado reivindicar os seus direitos espezinhados [...]. A situação da massa trabalhadora no Brasil é cada vez mais calamitosa [...] é preciso que o povo se pronuncie [...]. O proletariado não se deve esquecer de que a emancipação dos trabalhadores só poderá ser obra dos próprios trabalhadores [...]. “Façamos nós por nossas mãos tudo o que nos diz respeito”, diz-nos o hino glorioso do proletariado internacional [...] a única solução para o problema político e social brasileiro será por fim ao regime de privilégios de hoje e organizar a vida brasileira de maneira que a produção e a distribuição para o consumo sejam feitas para satisfazer as necessidades da coletividade [...]. (RODRIGUES, 1992b, p. 63-65).

Com certeza, setores do proletariado brasileiro em 1946 rejeitam a tutela estatal, e pensam e agem a partir de valores e princípios fundamentados na autonomia da classe, valores e princípios libertários.

No processo de reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial, grupos anarquistas europeus realizam dois congressos, um na Itália e outro na França. No dia 20 de abril, *Ação Direta* publica um questionário, enviado da França, para que o movimento anarquista

brasileiro se pronuncie sobre a convocação de um Congresso Anarquista Internacional. No dia 7 de maio, o mesmo jornal abre espaço ao apelo da Comissão Provisória da FAI (Federação Anarquista Internacional) no sentido de acolher adesão dos anarquistas de todo o planeta. Segundo Edgar Rodrigues, o movimento libertário brasileiro, embora não tenha conseguido enviar nenhum delegado ao Congresso, “acolheu com simpatia a ideia da formação da FAI”. (RODRIGUES, 1992b, p. 67-68).

No capítulo 16 da *Nova aurora libertária* nosso autor lamenta que a correspondência entre sindicalistas, operários e anarquistas tenha sido pouco utilizada como fonte de pesquisa histórica. Para Rodrigues, três são as razões principais dessa lacuna. Primeiro, o “receio de guardar manifestos, boletins, relatórios, cartas e um dia ver a polícia invadir sua casa, carregar tudo e incriminar as pessoas citadas nessa documentação”; segundo, a “falta de lugares adequados que impeçam a deterioração imposta pelo tempo”; terceiro, e mais importante, a “ausência do hábito de preservar o patrimônio ideológico e cultural das camadas populares menos beneficiadas pela instrução, marginalizadas pela sociedade e pela história”. (RODRIGUES, 1992b, p. 83).

Consideramos impressionantes tanto a mentalidade cidadã (“outra cidadania”, com certeza), quanto a consciência de historiador e de arquivista, como também o comprometimento com as classes populares e com o socialismo libertário, por parte desse escritor autodidata, desse incansável memorialista do anarquismo no Brasil (e também em Portugal). Toda sua obra, dezenas de livros, centenas de artigos, a nosso ver, é elaborada no sentido de tentar reverter essa tendência, a do ocultamento da classe trabalhadora e do anarquismo numa história “oficial”; toda sua obra é construída no sentido de preencher essa lacuna. Coerentemente, ele dedica seus livros aos trabalhadores.

Ainda nesse capítulo, Rodrigues se refere a dezenas de cartas trocadas entre militantes anarquistas que moram em diversos estados brasileiros. Comenta algumas notícias publicadas por *Ação Direta*: em julho, apelo da Associação Internacional dos Trabalhadores ao proletariado mundial, em defesa do povo espanhol; em agosto, notícias do “movimento anarquista português na clandestinidade”; em outubro, o semanário anarquista publica uma circular do grupo Os Ácratas, de Porto Alegre, lançando a ideia da formação da Federação Anarquista Brasileira.

No primeiro dia de dezembro, um manifesto de um Grupo de Anarquistas de Campinas, apela aos trabalhadores para que não participem das eleições: depois de criticar os políticos comunistas e socialistas, “autênticos conservadores [que] acabam servindo de escoras das paredes vacilantes do edifício capitalista”, conclui: “Trabalhador, não vote”. No

mesmo mês, o Grupo Ação Libertária do Rio de Janeiro também distribui manifesto: “Trabalhadores! Todos os políticos, brancos, verdes ou vermelhos são iguais. Não vote. Nem ditadores, nem presidentes, nem fascismo, nem bolchevismo! Organização sindical de resistência e de luta!”. (RODRIGUES, 1992b, p. 83-86).

No capítulo 18, “Esquerdas contra esquerdas”, Edgar Rodrigues comenta o embate político, ao longo do ano de 1946, entre o PCB e os trotskistas, articulados no Rio de Janeiro em torno do jornal *Vanguarda Socialista*, dirigido por Mario Pedrosa; e em São Paulo, tendo como porta-voz o jornal *Orientação Socialista*, dirigido por José Stacchini. Enquanto estes denunciam os crimes do stalinismo, os militantes do PCB acusam-nos de “traidores da classe operária”.

Segundo Rodrigues:

[...] os agentes da “brigada vermelha” não investiam só contra os trotskistas. Os anarquistas de São Paulo, segundo *Ação Direta*, viram-se impedidos de falar num comício interrompido pelos assobios, gritos e insultos dos “agentes da linha justa” do PCB [...] a pobreza ideológica dos chefes bolchevistas [...]. Em vez de procurar inimigos entre os reacionários, no seio da burguesia, inventam-nos entre os anarquistas e trotskistas [...]. (RODRIGUES, 1992b, p. 95-101).

Em meados dos anos quarenta, o anarquismo ainda busca resistir ao enquadramento oficial e ao avanço comunista nos sindicatos.

“1947 foi um ano de grandes contrastes”, afirma Edgar Rodrigues.

Em janeiro, no dia 15, *Ação Direta* comenta um comunicado distribuído pela direção do PCB, contendo uma relação de jornais que seus filiados e “todos os bons brasileiros amantes da liberdade” não podiam ler. A lista é encabeçada por *Ação Direta*. O jornal anarquista, no artigo “Um índice comunista”, comenta o “famigerado e reacionário documento”: “Nós fazemos o contrário. Aconselhamos a todos que leiam e releiam os jornais comunistas. Cedo enjoarão daquela intragável macarronada de mentiras, imposturas e calúnias, e arrenegarão esse partido burguês, tão ignóbil quanto os outros”. (*Ação Direta*, 15 de janeiro de 1947, apud RODRIGUES, 1992b, p. 113).

Em fevereiro, anarquistas do Rio de Janeiro e de São Paulo começam a colher sugestões para realizar um encontro nacional. Rodrigues relaciona uma série de publicações libertárias que chegavam do exterior, para serem lidas e comentadas no Centro de Estudos Sociais do Rio.

Em março, o Comitê Estadual de São Paulo do PCB distribui manifesto: “Saudamos o novo governador de São Paulo, o dr. Adhemar de Barros, de quem o povo espera um governo

de acordo com os seus anseios de progresso, de cultura, de ordem e de democracia”. (RODRIGUES, 1992b, p. 126). Adhemar foi eleito com apoio do PCB. Realmente, na sua breve legalidade, a atuação do Partido Comunista é muito semelhante à dos demais partidos políticos. Para os anarquistas, não surpreende: faz parte do jogo da política institucional.⁹

Em abril, é fundada a Juventude Spartacus do Rio de Janeiro, com bases de acordo muito semelhantes às das organizações da juventude anarquista antes citadas. No dia 1º de Maio, sai o primeiro número de seu jornal *Spartacus*.

No Dia Internacional do Trabalho, surgem também outras publicações anarquistas. Em Niterói, *O Archote*, órgão do grupo homônimo, dirigido por Raul Vital. Na cidade do Rio de Janeiro, *Aurora*, órgão da Juventude Libertária, que publica em seu primeiro número um artigo comentando a tragédia de Chicago e homenageando seus mártires: “E assim, olhando com admiração o ontem heroico, lutando com vigor para varrer da face da Terra o hoje cheio de embustes e traições, com a esperança voltada para o amanhã, lutaremos sem trégua para que por fim a humanidade possa ter uma verdadeira nova Aurora [...]”. (*Aurora*, 1º de maio de 1947, apud RODRIGUES, 1992b, p. 114-117).

Essa nova aurora seria, para os militantes anarquistas, a “nova aurora libertária”. O raiar de um novo dia, o sol nascente, a alvorada ou aurora são imagens, muitas vezes associadas a uma alegoria feminina, que remetem à revolução social, à “cavalcada do ideal”, ao novo mundo a ser construído: a sociedade da “harmonia anárquica”, espaço da liberdade, da igualdade e da solidariedade; marcam fortemente o imaginário libertário e são encontradas com frequência na imprensa anarquista.¹⁰

Manifestos referentes ao 1º de Maio circulam nas principais cidades do Brasil: no sul, de autoria de Venâncio Pastorini; em São Paulo e Campinas, sob a responsabilidade de grupos anarquistas locais. Em São Paulo, comemora-se a data do trabalho no Salão Celso Garcia, onde discursam, entre outros, Edgard Leuenroth, Pedro Catalo, Liberto Reis, Lucca Gabriel e Orlando Carraro. Em Santos, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil promove festival de teatro libertário, com enorme sucesso, no Salão da Sociedade Humanitária.

Acontecimento importante para o anarquismo no Brasil foi o ressurgimento de *A Plebe*, em São Paulo, novamente sob a direção de Edgard Leuenroth. Em seu primeiro

⁹ Para a história do PCB, ver também PANDOLFI, Dulce, *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

¹⁰ Sobre o imaginário anarquista, ver AZEVEDO, Raquel de, “A trama das imagens”, capítulo III, *A resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*, Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002; ver ROBERTI MARTINS, Angela Maria, “O segredo dos corpos: representações do feminino nas páginas libertárias”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael, (Orgs.), *História do anarquismo no Brasil*, v. 2, op. cit.

número, também no 1º de Maio, o jornal publica a poesia “A volta”, de Gigi (Luigi) Damiani, um dos seus importantes colaboradores, que fora expulso do Brasil em 1919. Reproduzimos algumas estrofes, que bem representam esse espírito e esse sentimento de renascer das cinzas:

Velhos, mas duros de morrer, voltamos/ como partimos. Não mudamos nada/
diremos aos que virmos pela estrada [...]. O mundo escravo despertou agora/ depois
de fundo sono e, à nova aurora,/ o interrompido afã recomeçamos [...]. Não
desesperes, não demonstres ira/ Nós passaremos todos, mas o povo/ renasce. Faze,
pois, como o caipira/ sábio, que sabe começar de novo [...]. Mas quando o Sol
ressurge e a luz dourada/ bate na terra, volta a bicharada;/ por entre os mortos,
recomeça a Vida [...]. Tudo é luta; nada se perde, nada;/ o erro na experiência se
compraz / Refaçamos a terra devastada;/ olhando só pra frente, não pra trás [...]. Mas
não se diga nunca: a estrada é incerta/ a quem de moço ardores já não sente/ Ferido,
o veterano vai pra frente,/ tomba no campo, morre. E não deserta!. (DAMIANI, *A Plebe*, 1º de maio de 1947, apud RODRIGUES, 1992b, p. 117-119).

A poesia reflete, a nosso ver, a expectativa da geração de “antigos militantes”, como o próprio Luigi Damiani, Edgard Leuenroth e José Oiticica, de resgatar e ampliar a força do movimento anarquista nos novos tempos da democracia, somando seus esforços à energia de jovens libertários.

No capítulo 20, Edgar Rodrigues reitera suas críticas ao sindicalismo estatal.

A ditadura consolidou os sindicatos e fabricou pelegos. Alguns trabalhadores ainda esperavam que a derrubada da ditadura fosse também o fim dos sindicatos estatais. Mas o ditador caiu, a “democracia” foi implantada pelos mesmos homens que fizeram e sustentaram a ditadura, e o controle sobre os trabalhadores continuou [...]. (RODRIGUES, 1992b, p. 110-112).

Como comentamos, a sobrevida da CLT no tempo da “experiência democrática”. Rodrigues finaliza o capítulo: “Sindicalismo e política são forças em oposição, que se combatem! O sindicato nasceu para unir trabalhadores explorados, associá-los no combate à exploração do homem pelo homem, à sociedade de classes [...]”. (RODRIGUES, 1992b, p. 110-112).

Ainda em maio, Raul Vital publica em *O Archote* o artigo “A mulher e a Igreja”, concluindo que é preciso combater o direito canônico e o machismo que ele institui.

Em junho, *A Plebe* publica artigo resumindo a “posição dos libertários”: “O anarquismo constitui o único movimento que não foi atingido pela corrupção imperante. O movimento anarquista brasileiro não transigiu com seus princípios, não transacionou com políticos, com governantes ou com elementos da burguesia [...]”. (*A Plebe*, 15 de junho de 1947, apud RODRIGUES, 1992, p. 121).

O Grupo Terra Livre anuncia festival campestre em benefício do jornal *A Plebe*, a se realizar em 25 de maio na Nossa Chácara, em Itaim, subúrbio de São Paulo; e o Centro de Cultura Social anuncia conferências e cursos na sua sede, à rua José Bonifácio, 387.

Em julho, os anarquistas de São Paulo, celebrando a Revolução Espanhola, promovem espetáculo teatral, com a apresentação da peça *Madrid*, de Pedro Catalo.

No dia 1º de agosto, a cidade de São Paulo foi palco de depredações. O quebra-quebra de ônibus e bondes é atribuído pelas autoridades, pelo governador e pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos, aos “mazorqueiros anarquistas”. *A Plebe* responde:

Estamos com o povo no seu protesto e lamentamos que, em vez de depredar e destruir, o povo não tenha demonstrado a sua capacidade construtiva, tomando ele mesmo a administração do serviço de transportes, organizando o serviço de forma a atender verdadeiramente aos seus interesses. A destruição pela destruição é absurda e inconsciente. E essa inconsciência não se pode atribuir aos anarquistas, que visam justamente uma sociedade humana baseada na consciência coletiva. (*A Plebe*, 15 de agosto de 1947, apud RODRIGUES, 1992, p. 122).

Em setembro, *A Plebe*, recordando os mártires do anarquismo, evoca o 20 de setembro de 1898, quando foi assassinado o primeiro anarquista no Brasil: Polinice Mattei, jovem italiano residente em São Paulo. Ainda em setembro, o periódico libertário anuncia que tem à venda um selo simbólico para arrecadar recursos para a realização do Congresso Anarquista Internacional na França.

Ação Direta, no mesmo mês, publica uma lista de presos por delitos de opinião na Espanha, composta de 20.501 mulheres e 102.969 homens.

Comentário de Edgar Rodrigues: “Solidarizando-se com o movimento libertário de todos os países, os anarquistas do Brasil não podiam silenciar diante dos crimes perpetrados pelas ditaduras verdes e vermelhas”. (RODRIGUES, 1992b, p. 122).

Por sua vez, *Remodelações* traduz de *Le Libertaire*, periódico anarquista parisiense, um longo comentário sobre o livro do ex-bolchevista soviético Victor Kravchenko, *Eu escolhi a liberdade*, no qual o engenheiro russo “retrata o seu país como um imenso campo de concentração, o maior já fundado sobre a face da terra”. (RODRIGUES, 1992b, p. 122-123).

Já em dezembro, *A Plebe* publica artigo de Gigi Damiani, em que este reafirma “a perene vitalidade do anarquismo e a sua constante atualidade”. (RODRIGUES, 1992b, p. 123-124).

Ao longo do ano de 1947, prosseguiu o “intercâmbio ideológico” e a troca de correspondência entre grupos anarquistas no Brasil e no exterior.

Ainda em 1947, *Ação Direta* reproduz a última carta de Sacco e Vanzetti, eletrocutados vinte anos antes, no dia 23 de agosto de 1927, por um crime que não cometeram. Segue o último trecho:

Amigos e companheiros: agora que a tragédia deste processo chega ao desfecho, unamos nossos corações num só. Só dois de nós morrerão. Nossas ideias, as vossas, companheiros, viverão nos cérebros de milhões de homens. Elas vencerão, elas não sumiram. Fazei dos nossos sofrimentos, das nossas dores, dos nossos erros, das nossas derrotas, das nossas paixões, um tesouro para as futuras batalhas e para a emancipação final. Sede todos vós unidos nesta hora, a mais turva da nossa tragédia. Tende coragem! Saudai os amigos e companheiros de todo o mundo. Abraçamos a todos e vos damos o último adeus, com a alma despedaçada, mas cheia de amor. Agora e sempre: viva a Liberdade! Viva a Anarquia! Convosco na vida e na morte. Bartholomeu Vanzetti e Nicolas Sacco.. (RODRIGUES, 1992b, p. 133-134).

Nesse momento de construção da “nova aurora libertária”, de reorganização do anarquismo, é fundamental, para reforçar simbolicamente a identidade do movimento, resgatar a história de seus mártires, homenageando-os ao reproduzir sua mensagem de otimismo, sua crença na necessidade e na possibilidade da construção de um mundo mais justo e livre, o mundo da “harmonia anárquica”.

No início de janeiro, em 1948, *A Plebe* reproduz trechos do jornal *A Batalha*, porta-voz do anarcossindicalismo português publicado clandestinamente em Lisboa, e noticia que Salazar proíbe a entrada em Portugal do livro *Sermões da montanha*, de Tomás da Fonseca, publicado no Brasil pela Editora Germinal. Em fevereiro, *A Plebe* dedica toda a quarta página à ditadura de Salazar.

Ainda em janeiro, a *Folha Carioca* publica na primeira página denúncia da Federação Espanhola de deportados e internados políticos, com sede na França, de que “na pátria do proletariado, no campo de concentração de Karaganda, na Sibéria, morrem lentamente, submetidos à fome e à tortura pelos esbirros de Stalin, sessenta antifascistas espanhóis que não quiseram aderir ao bolchevismo”. Comenta Edgar Rodrigues: “A ditadura bolchevista não se tornou repelente aos olhos e ao raciocínio dos anarquistas só porque construíra o campo de concentração de Karaganda e mais cinco centenas no reinado de Stalin [...], mas pelo conjunto da sua obra autoritária consubstanciada no Estado mais forte do mundo!”. (RODRIGUES, 1992b, p. 133-135).

No dia 12 de março, *Ação Direta* convidava os companheiros para um piquenique no jardim do Alto da Boa Vista; segundo Rodrigues, um “retorno à prática salutar, ao convívio da família anarquista”. (RODRIGUES, 1992b, p. 139).

Na mesma edição, *Ação Direta* denuncia a violenta repressão governamental à greve de treze mil trabalhadores ferroviários da Leopoldina, no Rio de Janeiro, no mês de fevereiro: “coação brutal, prisões, espancamentos, foram caçados como animais em suas casas em frente das esposas e filhos apavorados com a sanha da polícia que levava presos pais, tios, irmãos [...]”. Ao longo do ano de 1948, inúmeras greves de reivindicação salarial foram deflagradas, tendo delas participado, segundo Edgar Rodrigues, mais de 250 mil trabalhadores. Em São Paulo, ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, da Mogiana e da Santos – Jundiaí; trabalhadores da Fábrica Votorantim; e também médicos e engenheiros empregados pelo estado. Em Minas Gerais, ferroviários da Rede de Viação e da Vitória – Minas; mineiros da Companhia Meridional e da Saint John Del Rey Minning Cia. No Rio de Janeiro, trabalhadores da Light e metalúrgicos da Indústria Hime; na Bahia, operários têxteis; em Santos, funcionários públicos. O governo moveu contra inúmeras lideranças sindicais processos baseados na Lei de Segurança Nacional, “enquadrando nesse recurso fascista dirigentes da Associação Unificadora dos Trabalhadores da Light, operários da empresa Votorantim e outros”. (RODRIGUES, 1992b, p. 143-144).

Enquanto isso, de acordo com Edgar Rodrigues: “Alheio à chacina de operários que em 1948 pediam melhorias salariais, o ex-anarquista e bolchevista [Otávio] Brandão cantava patriotismo [defender a pátria do contágio ianque!] em sincronização com o PC argentino, em obediência à palavra de ordem do Kremlin”. (RODRIGUES, 1992b, p. 143-144).

Ainda em março, *A Plebe* comemora a Comuna de Paris, e o Centro de Estudos Sociais de São Paulo anuncia, nas páginas desse jornal, conferências sobre educação popular.

No Dia Internacional do Trabalho, *A Plebe* mais uma vez homenageia os mártires de Chicago, recontando sua trágica história de luta, em 1886-1887, pela conquista da jornada de oito horas de trabalho. O periódico anarquista publica também (e Edgar Rodrigues reproduz nos “Anexos” do livro) um balanço das comemorações do 1º de Maio pelo proletariado brasileiro, de 1896 a 1916. (RODRIGUES, 1992b, p. 139-140).

Nos dias 15, 16 e 17 de maio de 1948, realizou-se em Paris a Conferência Anarquista Europeia, que “reafirmava a continuação da Internacional Anarquista, criada em 1907 em Amsterdam; convidava todas as federações, grupos e militantes a popularizar e propagar a Internacional Anarquista e nomeava um comitê provisório para preparar a realização de um Congresso Mundial Anarquista”.

Na sua edição de 15 de setembro, *Ação Direta* publica um manifesto produzido na Conferência de Paris. Seguem trechos:

Dois blocos de Estados encontram-se frente a frente e sob uma nova ameaça de guerra [...]. A democracia burguesa faliu. O capitalismo privado demonstra sua incapacidade para resolver suas próprias contradições. O capitalismo de Estado, sob a forma de ditadura bolchevista, das enganadoras nacionalizações trabalhistas ou das demagogias reacionárias do fascismo, nos revela o avassalamento de todos os valores humanos [...]. Os povos stalinizados são submetidos a um terror policial igual ao de Hitler [...]. A anarquia, princípio de organização sem dogmas nem fronteiras, é o único caminho da paz. A Conferência Anarquista Internacional de Paris saúda a todos os lutadores pela liberdade, no momento da reconstrução da Internacional Anarquista nesta Europa destruída pela Segunda Guerra Mundial [...]. É o renascimento do único movimento que nunca variou em suas afirmações, nem parou em suas realizações autênticas: o movimento anarquista internacional [...]. Ao trabalho, Companheiros, temos um ideal a viver, grilhões a romper e um mundo a construir. (*Ação Direta*, 15 de setembro de 1948, apud RODRIGUES, 1992b, p. 137-138).

O manifesto explicita bem a visão libertária. Todos os sistemas faliram (ou estão falindo): o capitalismo e a democracia burguesa; o nazismo e o fascismo; e também o comunismo soviético, que teria traído os compromissos originais da revolução social. Apenas o anarquismo poderia levar a humanidade a uma sociedade livre, justa e solidária.

Ainda em maio, é realizado clandestinamente um congresso da FORA (Federação Operária Regional Argentina). Sob o impacto da Conferência de Paris e do Congresso de Buenos Aires, grupos libertários no Brasil formam as Uniões Anarquistas do Rio de Janeiro e de São Paulo e, já no final do ano, irão organizar, também clandestinamente, o Congresso Anarquista Brasileiro.

Em junho, o Grupo Dramático do Centro de Cultura Social de São Paulo promove espetáculo libertário no Salão do Grêmio Dramático Hispano-Americano, “[...] em benefício de Raul Vital, que se encontrava em Campos do Jordão para tratamento de saúde”. No mesmo mês, surge o primeiro número de *Revolta*, órgão da Juventude Anarquista do Rio de Janeiro, que se apresenta: “[...] Vinde a nós se sois homens de consciência [...]. Lutai como nós outros para exterminar todas as tiranias”. (RODRIGUES, 1992b, p. 140).

Já em novembro de 1948, na sua edição do dia 6, *Ação Direta* noticia o fechamento, na União Soviética, do Museu Kropotkin: fundado em 1923, fora fechado em 1939. Segundo Edgar Rodrigues, “[...] o Museu Kropotkin expressava um ‘perigo’ para a Rússia... todos que o visitavam queriam saber o que vinha a ser anarquismo. Mesmo depois de morto, Kropotkin continuava a atormentar Stalin [...]”. De acordo com o mesmo autor, “[...] o fato de que esta notícia só nove anos depois conseguiu furar a cortina de ferro reflete o ódio e o medo da liberdade cultivados na URSS”. (RODRIGUES, 1992b, p. 134-135).

No penúltimo capítulo de *A nova aurora libertária*, Edgar Rodrigues trata da Nossa Chácara, sítio de propriedade e utilização coletivas, localizado em Itaim, nos arredores da

cidade de São Paulo, que durante 26 anos, de 1939 a 1965, abrigou inúmeras reuniões de confraternização da “família anarquista” paulista e brasileira.

O local serviu também como refúgio para perseguidos políticos; como espaço para apresentação de peças de teatro, para estudos, palestras e conferências; para reuniões e debates políticos. Nossa Chácara foi também laboratório para experiências de alimentação vegetariana, prática comum no meio libertário, onde sempre se combateu o alcoolismo e se pregou hábitos de vida saudável; depois de muito trabalho, o sítio passou a produzir verduras e frutas, principalmente caquis e nêspers. E ainda um laboratório de pedagogia libertária, no sentido da aprendizagem da convivência humana baseada nos valores do anarquismo.

Nas palavras de Edgar Rodrigues: “[...] o seu valor positivo está no trabalho associado, voluntário, na prática do auxílio mútuo, autogestionário que transformou aquela terra bravia num recanto agradável, aconchegante, de alegre convívio e de encontros memoráveis para a família anarquista [...]”. (RODRIGUES, 1992b, p. 145).

José Oiticica, que fez sua primeira visita à Nossa Chácara em janeiro de 1946, assim comentou: “[...] aos sábados, à tarde, afluem famílias libertárias à Nossa Chácara, lá dormem e passam o domingo na mais feliz das convivências, inteiramente livres, sentindo realmente a grande felicidade da vida anárquica [...]”. (OITICICA, *Ação Direta*, 20 de abril de 1946, apud RODRIGUES, 1992b, p. 148).

Importante é também o depoimento de Edgard Leuenroth, um dos fundadores e organizadores da Nossa Chácara:

Esse esforço de educação social entre a família anarquista, com a finalidade de preparar elementos capazes de manter o movimento libertário coerente com os princípios que deram origem ao seu surgimento e com seus métodos de ação [...]. Tem a Nossa Chácara a faculdade de despertar o interesse, consequente da observação “in loco”, para as nossas realizações, realçando o que representa como experiência, em diminuto ângulo, a vida harmônica de uma sociedade libertária [...]. Para ser anarquista não basta ler livros e a imprensa libertária, abeberando-se das suas doutrinas, e frequentar atos promovidos pelo movimento. À assimilação ideológica deve aliar-se a conduta, o procedimento consequente com a doutrina e a moral do anarquismo. O militante anarquista vale mais pela coerência das suas atitudes, do seu modo de proceder, no lar e na atuação pública, do que por sua capacidade de escrever ou discursar [...]. (LEUENROTH, s/d, p.135-136).

Não basta ler, estudar, pesquisar, ensinar e aprender o anarquismo. É necessário viver e sentir o anarquismo. Edgar Rodrigues está totalmente de acordo, como estamos constatando e demonstrando ao longo do nosso trabalho, com essa visão do anarquismo, divulgada por seu xará, Edgard Leuenroth.

Em dezembro, nos dias 17, 18 e 19, Nossa Chácara vai abrigar o Congresso Anarquista Brasileiro de 1948, tema do último capítulo de *A nova aurora libertária*.

“Ressurgindo das cinzas” em 1945, no contexto da derrubada da ditadura estadonovista e da construção da democracia, o movimento anarquista tenta se rearticular, lambendo as feridas da repressão varguista que, como já comentamos no capítulo anterior, amplia, aprofunda e sofisticada, tanto na legislação como na prática, os métodos já bastante violentos das oligarquias da Primeira República.

Em que pesem os esforços dos “antigos militantes” sobreviventes, somados às iniciativas das novas juventudes libertárias, o anarquismo jamais conseguirá recuperar suas bases sindicais das primeiras décadas da República. O anarcossindicalismo não irá “ressurgir das cinzas”. O sindicalismo oficial, de feição corporativista (segundo Edgar Rodrigues, associado à atuação divisionista e agressiva dos comunistas) impedirá esse retorno, esse renascer da fênix no deserto.

Entretanto, o anarquismo luta por recuperar espaço na sociedade civil, no âmbito do debate das ideias, da discussão intelectual, dos projetos e propostas culturais. Aliás, o Brasil acompanha uma tendência internacional. Nas duas décadas, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e maio de 1968, o espaço privilegiado da intervenção anarquista na vida social será exatamente esse espaço do debate intelectual e da elaboração de propostas culturais alternativas, aí incluídas propostas pedagógicas, literárias e estéticas.¹¹

É nesse contexto de perda da tradicional inserção sindical do anarquismo, de busca de novos caminhos preservando seus valores e princípios mais profundos, que é realizado na Nossa Chácara, em dezembro de 1948, o Congresso Anarquista Brasileiro.

Foram realizadas, nesses três dias, de 17 a 19 de dezembro, seis sessões, nas quais foram debatidos os seguintes temas e iniciativas: **1)** bases do anarquismo; **2)** métodos de ação; **3)** critério de militância; **4)** participação na vida pública; **5)** relações com outros elementos; **6)** colaboracionismo; **7)** anticlericalismo; **8)** propaganda; **9)** a revolução russa; **10)** a ditadura do proletariado.

Os seguintes grupos se fizeram representar no Congresso: do Rio de Janeiro, a União Anarquista; a Juventude Anarquista; o Editorial Germinal; o Grupo Anarquista Esperantista; e o Grupo Archote, este último da cidade de Niterói. De São Paulo, a União Anarquista; a Agrupação Imprensa e Propaganda; e o jornal *A Plebe*.

¹¹ Ver WOODCOCK, George, *Anarquismo: uma história das ideias e movimentos libertários*, v. 1, *A ideia*; v. 2, *O movimento*, op. cit.

Militantes e grupos libertários de várias cidades de diversos estados do Brasil, que não conseguiram participar ou enviar representantes ao congresso, encaminharam sugestões por cartas. A comissão organizadora do congresso trocou correspondência com militantes anarquistas das seguintes cidades: Santos, Campinas e Presidente Prudente, no estado de São Paulo; Porto Alegre, Bagé, Dom Pedrito, Erebango, Rio Grande e Pelotas, no Rio Grande do Sul; Curitiba e Palmeira, no Paraná; Videira, em Santa Catarina; Caxambu, Poços de Caldas e Uberlândia, em Minas Gerais; Guiratinga, no estado de Mato Grosso; e as cidades de Cedro e Crato, no Ceará.

Destacaram-se na organização e/ou no encaminhamento dos trabalhos do congresso, os seguintes militantes: Souza Garcia, Raul Vital, Luiz Ney, Germinal Bottino, Alberto Zambisca, Atílio Pessagno, Ideal Perez, Antonio Padilha, Antonio Rosal, Roberto das Neves, Edgard Leuenroth, Pedro Catallo e Lucca Gabriel. Enviaram correspondência com sugestões os militantes: Manuel Fernandez, Colmenaro, Bichof, Manuel Bastos e Manuel Perez.

Depois de reproduzir significativa documentação produzida pelo Congresso, incluindo atas de sessões e moções apresentadas e aprovadas, Edgar Rodrigues alerta o leitor de que trata-se de documentação incompleta, já que ele não teria conseguido obter as “resoluções mais importantes”. De qualquer forma, finalizando o capítulo, conclui nosso autor: “Não se pode dizer que o Congresso Anarquista de 1948 foi um êxito total. Mas se considerarmos que o movimento anarquista estava renascendo das cinzas, temos de aceitá-lo como produtivo para o anarquismo”. (RODRIGUES, 1992b, p. 151-169).

Nos “Anexos” do livro, Rodrigues publica, em cerca de sessenta páginas, documentos sobre a história do anarquismo no Brasil e em outros países, como Espanha e Portugal.

Passaremos agora a comentar, ainda neste primeiro item do quinto capítulo de nossa tese, outro livro de Edgar Rodrigues. Trata-se de *Entre ditaduras (1948-1962)*, segundo volume da segunda trilogia sobre movimento operário e anarquismo no Brasil. Como nos livros-referência já analisados, Rodrigues organiza sua narrativa numa sequência cronológica e trabalha com o mesmo tipo de fontes: imprensa, memórias e depoimentos de militantes. Neste item, comentaremos os 17 primeiros capítulos.

Da mesma forma que a “Introdução” de *A nova aurora libertária*, a “Introdução” de *Entre ditaduras* também cumpre a função de “reparar lacunas” dos volumes anteriores, sobre o anarquismo e o movimento operário. Edgar Rodrigues retoma então o período de 1914-1928, mas não acrescenta nenhuma nova informação essencial para o nosso trabalho. Rodrigues termina a “Introdução” reafirmando que, nos anos vinte, “[...] na ‘guerra’ entre

bolchevistas e anarquistas os grandes vitoriosos foram a burguesia e o governo”. (RODRIGUES, 1993b, p. 28).

No primeiro capítulo, comentando os “Reflexos dos congressos anarquistas”, afirma Edgar Rodrigues: “O Congresso de 1948 serviu aos anarquistas do Brasil como um barômetro. Clandestino, é certo, a movimentação e a deslocação de militantes de vários pontos do país, conhecidos das autoridades, não lhes passaram despercebidas. Dir-se-ia que foi tolerado.” Segundo Rodrigues, embora os resultados do congresso “não tenham sido muito produtivos”, ele foi importante, inclusive por permitir a troca de experiências e debates entre militantes de todo o país, inclusive de diferentes gerações. O congresso propiciou que “antigos militantes” se encontrassem com “uma juventude que buscava no anarquismo seu ideal de luta”. Além disso, afirma Rodrigues, a própria convivência dos congressistas, ao longo de três dias, comendo, dormindo, recreando e confabulando na Nossa Chácara, serviu para “atestar a praticabilidade da utopia anarquista”. (RODRIGUES, 1993b, p. 29).

Em suma, o Congresso de 1948:

[...] não se limitou a provar que o anarquismo não havia morrido [...] serviu também para planejar e aprovar seus rumos no Brasil, uniformizar a propaganda, criar a CRA (Comissão de Relações Anarquistas) [...] trocar experiências e cultura sociológica, ampliar o intercâmbio de propaganda com os movimentos de outros países [...] deliberou contra o colaboracionismo, o militarismo, o clericalismo e pelo combate a todas as ditaduras. (RODRIGUES, 1993b, p. 29).

A Comissão de Relações Anarquistas, cujo primeiro secretário foi Ideal Peres, iria se filiar à CRIA (Comissão de Relações Internacionais Anarquistas) e teve como sua primeira função elaborar um relatório completo sobre o congresso de dezembro de 1948, e enviar cópias para grupos anarquistas do Brasil e de outros países. Com efeito, já em janeiro de 1949, foram enviados informes para agrupações anarquistas de 12 países, seis nas Américas, cinco na Europa, e até mesmo para a Federação Anarquista Japonesa.

Em março, a CRA, cujo principal objetivo seria “estreitar as relações entre todos os anarquistas da região brasileira”, começa a publicar um *Boletim Informativo*, “[...] um órgão que mantenha os militantes informados [...] a fim de que os companheiros tenham ideia completa do panorama anarquista desta região [...] e a oportunidade de manifestarem suas opiniões sobre vários problemas [...]”. (RODRIGUES, 1993b, p. 29-37).

Em abril, a Comissão de Relações Anarquistas do Brasil recebe da CRIA a circular nº 3, de 21 de janeiro de 1949, contendo propostas para estudos e debates e um questionário com sugestões a serem encaminhadas para o Congresso Anarquista Mundial, que seria realizado

em Paris, em junho ou julho desse ano. Ainda em abril, no dia 26, a CRA encaminha cópias do questionário a inúmeras agrupações anarquistas espalhadas pelo território brasileiro.

No início de maio a CRA envia à CRIA “[...] credencial do companheiro Josef Tibogue como delegado da Comissão de Relações Anarquistas do Brasil ao Congresso Mundial Anarquista”. Ainda em maio – depois de colher sugestões dos grupos anarquistas do Brasil – a CRA envia à CRIA resposta ao questionário pró-Congresso Anarquista Mundial, terminando com a nota de que “[...] nosso delegado que chegará em princípio de junho lhes informará mais detalhadamente”. (RODRIGUES, 1993b, p. 30-32).

No Congresso, que acabou se realizando apenas em novembro, estiveram delegados representando ao menos 16 países, dez da Europa, quatro das Américas e dois da Ásia, além de “grupos de língua judia” e delegados da Associação Internacional dos Trabalhadores.

No encerramento foi aprovada “Declaração de Princípios”, que terminava com quatro itens, dos quais reproduzimos o primeiro e o último, que dão uma boa ideia do teor das resoluções e das propostas aprovadas no congresso:

1) Cabe ao anarquismo, como força histórica antiautoritária e construtiva, reivindicar e estimular toda a luta para a liberdade, mostrando aos povos as soluções do socialismo humanista integral e libertário; [...] 4) o Congresso Anarquista Internacional faz um apelo a todos os homens, a todas as mulheres que querem acabar com a eterna tragédia que pesa sobre a sociedade de nossos dias, pedindo-lhes que oponham à guerra, à exploração e à servidão, a paz, a liberdade, a justiça e a felicidade, num mundo socialista e libertário. (RODRIGUES, 1993b, p. 33).

No dia 1º de Maio de 1949, a União Anarquista do Rio de Janeiro e a Juventude Anarquista do Rio de Janeiro divulgam um manifesto, “1º de Maio, Dia de Protesto!”, do qual reproduzimos alguns trechos:

Outro 1º de Maio! E com ele a recordação de um dos maiores crimes jurídicos da sociedade capitalista [...]. Revoltados com tão monstruoso crime [o massacre de Chicago], os trabalhadores resolveram que em todos os Primeiros de Maio se declararia uma greve geral, para protestar contra aquele crime e reivindicar novas melhorias para a classe trabalhadora, e todos os anos a sociedade capitalista era sacudida pelos movimentos de rebeldia e protesto. Mas a burguesia astuta, possuindo todos os meios de propaganda (imprensa, rádio, etc.) e tendo a seu lado a força, resolveu por um ato de habilidade política, transformar o dia 1º de Maio de protesto universal em dia de festa do trabalho [...]. Já é hora de rebelarmo-nos contra tanto cinismo e, imitando o Cristo da lenda bíblica, com um látego na mão, expulsarmos dos templos do trabalho (os sindicatos) os novos fariseus, e recuperarmos as organizações obreiras, para que possamos lutar pela construção de uma sociedade sem amos que nos explorem; por uma sociedade de livres e iguais, onde cada um produza segundo suas forças e consuma segundo suas necessidades. Por um Primeiro de Maio digno! Pela terminação da farsa das festividades! Que nenhum trabalhador se preste a passeatas políticas e governamentais! Contra todas as formas de capitalismo e imperialismo: americano, inglês ou russo, democrático

ou bolchevista! Recuperemos o 1º de Maio como dia de Protesto Universal! Viva a Anarquia! (RODRIGUES, 1993b, p. 35-36).

A destacar, a construção da imagem de um “Cristo anarquista”, que expulsaria dos sindicatos os “pelegos fariseus”.

Ainda em fevereiro de 1949, *Ação Direta* denuncia violências praticadas contra trabalhadores, inclusive o anarquista Manoel Vasseb, na Bulgária sob o comando do governo bolchevista. No mesmo mês, o periódico *Cultura Proletária*, de Nova York, e também os jornais argentinos *Organización Obrera* e *La Obra*, assim como o mexicano *Tierra y Libertad*, se envolvem na campanha pela libertação de espanhóis antifascistas presos em campos de concentração na União Soviética.

“Enquanto os países fascistas e bolchevistas prendiam anarquistas”, no Brasil o cardeal Câmara “fulminou o comunismo ateu em sua pastoral”. (RODRIGUES, 1993b, p. 39). *Ação Direta*, apesar das graves divergências entre anarquistas e comunistas, publica em sua edição de 20 de maio, um artigo contra a perseguição aos bolchevistas do PCB pelo governo brasileiro.

Prossegue, ao longo do ano de 1949, o intercâmbio entre trabalhadores e anarquistas argentinos e brasileiros, que “[...] data de longa época em que os militantes atravessavam as fronteiras para fugir às autoridades perseguidoras”. (RODRIGUES, 1993b, p. 40).

Na sua edição de 18 de junho, *A Plebe* publica uma lista de “Livros que recomendamos”. Entre os autores, Proudhon, Malatesta, Rocker, José Oiticica e Kropotkin, com sua *Historia de La Revolución Francesa*.

Já em 1950, a Comissão de Relações Anarquistas do Brasil divulga o manifesto “Porque vais votar”. Seguem trechos:

Amigo! Vais votar? [...] nesta democracia, regime dito de liberdade, és obrigado a votar [...]. Os políticos [...] mandam ao povo: vote! E têm o cinismo de dizer, ao mesmo povo, que é esse povo que escolhe seu presidente. Haverá mais revoltante mentira? Não escolhi Eduardo; não escolhi Getúlio; não escolhi Cristiano! Mas, sou forçado a votar, sob pena de severa punição [...]. Não votes! Não vás às urnas! Não te rebaixes à palhaçada! [...]. Não te aviltes! [...] Não votes! Não sejas escada para velhacos! (RODRIGUES, 1993b, p. 41-42).

Em março, *A Plebe* denuncia a violência da polícia do governo Adhemar de Barros, eleito em São Paulo com apoio do PCB:

[...] a polícia invadiu a Praça Clóvis Beviláqua para dizer aos trabalhadores que ali estavam que não podiam falar, protestar, mesmo com razão, porque o governador não queria [...]. Populares foram agredidos, esbofeteados, levados aos empurrões e aos pontapés. Não se respeitou senhoras, crianças que ali esperavam seu transporte

para regressar ao lar depois de um dia de trabalho. (*A Plebe*, 10 de março de 1950, apud RODRIGUES, 1993b, p. 44).

Na sua edição de 10 de maio, *A Plebe* critica os sindicatos oficiais: “[...] sindicatos ministeriais viciavam na prática do roubo e transformavam trabalhadores honestos em larápios [...] e quando não são chocadeiras de ladrões, os sindicatos ministeriais se transformam em incubadora de políticos na obra de mistificação dos trabalhadores”. (*A Plebe*, 10 de maio de 1950, apud RODRIGUES, 1993b, p. 44-45).

Em junho, *Ação Direta* publica documento enviado de Paris pela Comissão de Ajuda aos Antifascistas da Bulgária. Trata-se de “Uma exortação às mulheres”, manifesto que denuncia as terríveis condições de vida de mulheres, prisioneiras políticas em campos de concentração na Bulgária “comunista”. (*Ação Direta*, junho de 1950, apud RODRIGUES, 1993b, p. 48).

“Ao despontar o ano de 1951, estava consumada a vitória de Vargas, que retornava ao poder para governar o Brasil”. (RODRIGUES, 1993b, p. 51). Segundo Edgar Rodrigues:

Usando a mesma demagogia dos áureos tempos do fascismo, Getulio ainda conseguia enganar muitos trabalhadores [...] depois de comandar tantos crimes, de ser corrido do Palácio do Catete, Getulio voltou ajudado por suas desmemoriadas vítimas que, atendendo aos seus apelos, elegeram-no! (RODRIGUES, 1993b, p. 55-56).

Como já afirmamos, para Edgar Rodrigues, Getulio Vargas é essencialmente um líder político autoritário, de tendências “fascistas”, e só poderia se eleger porque teria conseguido “enganar” o povo. É claro que Rodrigues não concebe a hipótese de que os trabalhadores (grande parcela da classe trabalhadora urbana) quiseram aderir e tinham de fato aderido ao projeto varguista.

Comentando rapidamente a Guerra da Coreia, que eclode apesar dos esforços do Conselho Mundial da Paz, Rodrigues reafirma que “[...] para os libertários, a Guerra da Coreia, todas as guerras indiscriminadamente, iniciadas ou alimentadas por fascistas, bolchevistas ou democratas mereciam a mesma reprovação”. (RODRIGUES, 1993b, p. 52).

Em maio de 1951, *A Plebe* publica artigo de Neno Vasco, escrito em 1915, sob o impacto da Primeira Grande Guerra. Reproduzimos em seguida alguns trechos, que nos parecem reafirmar com veemência o caráter antibelicista do anarquismo:

Nesta época de tão decantada Civilização, as guerras sucedem-se com uma frequência jamais vista. Como será possível, no século XX (século da luz e do progresso), admitir-se essa calamidade, esse monstro horripilante conhecido pelo nome de Guerra? [...] em nome de uma ficção a que chamam pátria os homens se

tornam assassinos [...]. Um dia de guerra equivale à destruição daquilo que se construiu em 100 anos [...]. Erram os que decantam a civilização da nossa época [...]. Somos bárbaros, mais bárbaros do que os selvagens. Época de civilização será aquela em que o operário, não mais ignorante, se recuse a servir de carne de canhão e a tornar-se um assassino legal [...] em que os trabalhadores de todo o mundo, destruindo as estúpidas fronteiras, se estendam mutuamente as mãos num gesto de solidariedade humana [...]. (VASCO, *A Plebe*, maio de 1951, apud RODRIGUES, 1993b, p. 52-53).

E Neno Vasco não viveu para ver as atrocidades ainda mais terríveis da Segunda Grande Guerra.

Em março – abril de 1951, *Ação Direta* denuncia desvios e “rombos” ocorridos nos sindicatos e institutos sob o comando do governo. Comenta Edgar Rodrigues: “Os anarquistas sempre se manifestaram contra os sindicatos políticos comandados pelo Ministério do Trabalho [...]. Para eles, o sindicalismo é livre ou não existe!”. (RODRIGUES, 1993b, p. 51).

Ainda em março desse ano, um grupo de trabalhadores da Rio Light denuncia, nas páginas do nº 3 do pequeno jornal *Unir* – cujo lema era “Agora e sempre: tudo por um sindicalismo puro e revolucionário” –, a demissão de dois operários, com as seguintes palavras: “Temos que avançar sempre e sempre, fazer sentir a Light que temos uma Constituição nos facultando a liberdade de falar e escrever o que sentimos e pensamos, que a Alemanha Nazista já desapareceu, que estamos no Brasil e que o Brasil não é a Espanha de Franco nem a Rússia de Stalin...”. (*Unir*, março de 1951, apud RODRIGUES, 1993b, p. 54). Um dos redatores do jornal, que apoiava a campanha pela redução da jornada de trabalho para seis horas, assim explicava os objetivos do Grupo de Orientação Sindical dos Trabalhadores da Light: “Unir todos os operários em torno do sindicalismo livre e arrancar o nosso sindicato das mãos sujas dos pelegos, dos políticos e do controle do Ministério do Trabalho”. (*Unir*, março de 1951, apud RODRIGUES, 1993b, p. 54).

As citações acima confirmam que alguns jornais operários brasileiros, nos anos cinquenta, rejeitam a tutela estatal e tentam viver, ampliar e aprofundar a “experiência democrática”.

No dia 1º de Maio de 1951, a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos, de Porto Alegre, “prestava homenagem aos mártires de Chicago”. Em São Paulo, *O Metalúrgico*, órgão oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico, também homenageava os mártires de Chicago, estampando (graças aos colegas de *A Plebe*) na primeira página fotografias de Engel, Fischer, Lingg, Parsons e Spies. Entretanto, no mesmo número (96), o periódico publicava o artigo “Getulio Vargas – campeão do sindicalismo”, e reproduzia trechos do seu discurso no primeiro de maio:

“Preciso de vós, trabalhadores do Brasil, meus amigos, meus companheiros de uma longa jornada; preciso de vós, tanto quanto precisais de mim [...]”. (*O Metalúrgico*, maio de 1951, apud RODRIGUES, 1993b, p. 55). Ambiguidades do sindicalismo brasileiro.

Ao longo dos meses de janeiro a abril, tanto *Ação Direta* quanto *A Plebe* publicam artigos recordando a Guerra Civil Espanhola, e destacando a participação de comunistas espanhóis (dentre os quais Valentim Gonzalez e Líster), ao lado de membros das Brigadas Internacionais, no massacre de milícias anarquistas.

Ao longo do ano de 1951 ocorreram, segundo informações de Edgar Rodrigues, 174 greves, envolvendo cerca de 370 mil operários e cerca de 550 empresas. Os bancários deflagraram uma greve, nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que contou com cerca de oito mil trabalhadores e durou mais de dois meses.

Em Porto Alegre, a União Sindical, ao lado de três associações e de 19 sindicatos operários, desencadeou um movimento, que chegou à cidade de Novo Hamburgo, contra a carestia de vida. “Em maio foi comemorada a vitória”. (RODRIGUES, 1993b, p. 66-68).

Na sua edição de 10 de março, *A Plebe* publica um artigo sobre os “Kibutz”, as “comunas livres” de Israel. Segundo Edgar Rodrigues, “para os anarquistas, é uma Utopia que deu certo”. (RODRIGUES, 1993b, p. 66-68).

Ao longo do ano de 1952, de acordo com Edgar Rodrigues, ocorreram 265 greves, com a participação de 410 mil trabalhadores. “As classes mais atuantes foram: têxteis, ferroviários, metalúrgicos, marceneiros e motoristas” (RODRIGUES, 1993b, p. 63), e no centro das greves estavam os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba e Pernambuco.

Uma das greves mais rumorosas foi deflagrada em 11 de outubro na Fábrica Iolanda, em Recife. O governo decretou aumento salarial de 30% e os patrões só pagaram 15%. A recusa patronal uniu os operários e começou a greve geral [...]. Toda a indústria têxtil do estado de Pernambuco parou. Outras classes hipotecaram solidariedade aos 37 mil tecelões em greve. A vitória veio ao fim de uma semana de paralisação total, graças ao auxílio, inclusive de dinheiro, enviado aos grevistas pelos estivadores, doqueiros, marítimos e pelo povo em geral [...]. (RODRIGUES, 1993b, p. 63).

Nos meses de maio e junho, explodem em Belo Horizonte, em Curitiba, e em várias cidades no Rio Grande do Sul, a partir de Porto Alegre, greves e manifestações contra a alta do custo de vida. Neste último estado, o governo manda prender manifestantes, e em Porto Alegre e na cidade do Rio Grande, a polícia abre fogo sobre participantes de comícios contra a carestia: são assassinados os operários portuários Antonio Funchan, Edílio Rodrigues e Jadir

dos Santos, e também o estudante Roberto Dan. Segundo Rodrigues, “[...] estes movimentos espontâneos contestavam a demagogia de Vargas (o “pai dos pobres”) que, depois de obter os votos dos trabalhadores, mandava escorraçá-los à bala”. (RODRIGUES, 1993b, p. 63-64).

O anarquista gaúcho Venâncio Pastorini Sobrinho, “[...] revoltado com as violências praticadas contra os trabalhadores e inconformado com a eleição de Vargas graças aos votos dos mesmos trabalhadores”, escreveu e publicou sozinho um jornal para denunciar e protestar: “A pátria do trabalhador é diferente: é o mundo sem fronteiras, dos povos unidos! [...] A verdadeira pátria é aquela onde a solidariedade integra o viver humano e a infelicidade de um é a infelicidade de todos”. (RODRIGUES, 1993b, p. 64).

Nos primeiros meses de 1952, *Ação Direta* publica biografias de Pietro Gori e de outros pensadores/militantes anarquistas, como Luigi Bertoni, Gregor Maximov e Voltairine de Cleyre, “a mulher mais notável que a América jamais produziu”. (RODRIGUES, 1993b, p. 69).

Em maio, *A Plebe* exalta mais uma vez os mártires de Chicago e publica biografia de William Godwin, considerado o mais importante precursor do anarquismo, na Inglaterra do século XVIII¹².

Em julho, *Ação Direta* e *A Plebe* noticiam a fundação, em Montevideu, da Biblioteca – Arquivo Internacional Anarquista, em cumprimento a resolução aprovada no Congresso Anarquista realizado em Paris. Contando em sua comissão administrativa com delegados da Argentina, do México e do Uruguai, a Biblioteca teve como primeiro bibliotecário-arquivista o escritor romeno Eugen Relgis, que, tendo fugido da ditadura comunista em seu país, vivia então no Uruguai.

A rotina da repressão e da destruição de documentos por agentes da polícia leva militantes anarquistas a preparar esconderijos para abrigar seus arquivos. Segundo Edgar Rodrigues, “graças a essa mudança de comportamento foi possível resguardar o que restava dos autos de fé policiais, salvar parcialmente a memória do anarquismo e do sindicalismo revolucionário”. (RODRIGUES, 1993b, p. 70). Mais uma vez, a explicitação da preocupação de nosso autor com a memória do anarquismo.

Nos anos cinquenta, ainda de acordo com Rodrigues, “o anarquista trocou a agitação do passado pela doutrinação”. (RODRIGUES, 1993b, p. 70). Com efeito, tendo perdido quase totalmente sua tradicional (e antes estratégica) inserção sindical, o anarquismo do pós-

¹² Sobre William Godwin, ver WOODCOCK, George, (Org.), *Os grandes escritos anarquistas*, op. cit.

Segunda Guerra Mundial investe basicamente, e não só no Brasil, em sua dimensão cultural e intelectual.¹³

Na Europa, o escritor Herbert Read e o ator Charles Chaplin se declaram anarquistas, bem como o escritor italiano Curzio Malaparte.

No Brasil, apesar do boicote de muitas editoras, são publicadas ou divulgadas obras clássicas do anarquismo (de Kropotkin, Proudhon, Malatesta, Rocker, Landauer, Réclus, Hamon, Godwin, entre outros), bem como obras recentes de escritores identificados com o socialismo libertário, como o livro *O medo à liberdade*, de Eric Fromm.

Ao mesmo tempo, nas páginas de *Ação Direta* aparecem artigos, entre outros colaboradores, de Erico Malatesta, Ricardo Flores Magon, Francisco Ferrer, Nestor Makhno, Rudolf Rocker, Lucce Fabri, Alex Comfort e George Woodcock, numa mescla de publicações póstumas de autores clássicos do anarquismo com trabalhos recentes de libertários contemporâneos.

O movimento anarquista investe também na solidariedade internacional:

[...] os anarquistas do Brasil apoiam a juventude judaica na luta pela implantação de mais Kibutz; solidarizam-se com os libertários portugueses e espanhóis contra as tiranias de Salazar e de Franco e protestam contra todas as ditaduras: cubana, búlgara, soviética e contra a demagogia fascista de Perón [...]. A solidariedade dos anarquistas do Brasil estendia-se também ao movimento dos libertários da Guatemala, à luta do movimento da Juventude Independente Holandesa, antipolítica e defensora da liberdade sexual [...]. (RODRIGUES, 1993b, p. 71-72).

Em setembro, *Ação Direta* abre suas páginas ao “Apelo do Movimento Anarquista Coreano”, encaminhado pela Federação Geral dos Anarquistas Coreanos:

[...] Queridos Companheiros [...] por causa da guerra, muitos dos nossos jovens companheiros foram vítimas dos comunistas e de outras forças [...] A amarga experiência da luta deu aos coreanos uma consciência que os coloca contra os comunistas e também contra os capitalistas. Companheiros! O povo coreano espera vossa ajuda [...]. (*Ação Direta*, setembro de 1952, apud RODRIGUES, 1993b, p. 72).

Ao longo dos anos cinquenta, a Comissão de Relações Internacionais Anarquistas (CRIA) publica um Boletim periódico para a América Latina, que serve como elo de ligação dos movimentos libertários e de apoio à Biblioteca-Arquivo Internacional Anarquista, sediada em Montevidéu.

¹³ Ver WOODCOCK, George, *Anarquismo: uma história das ideias e movimentos libertários*, v. 1, *A ideia*, op. cit.

No capítulo 11, Edgar Rodrigues aborda o “Teatro libertário”. Começa afirmando: “O teatro amador, libertário, interrompeu seus espetáculos, o curso de sua história no governo de Getúlio Vargas. Durante o reinado desse governo autoritário, os anarquistas ficaram sem liberdade para ensaiar e representar peças”. (RODRIGUES, 1993b, p. 75). Com a abertura democrática, o teatro anarquista retoma e intensifica suas atividades, com a produção e encenação de inúmeras peças de cunho social. Como já afirmamos, perdendo progressivamente seu tradicional enraizamento sindical, o anarquismo vai investir cada vez mais na sua dimensão cultural. E nesta o teatro sempre tivera e continuará a ter papel estratégico.

Fechando o capítulo, afirma Rodrigues: “A sucessão de festivais, nos anos 1945-1952, refez a memória teatral dos anarquistas, contrariando os ‘novos historiadores das lutas sociais’, que dão o movimento anarquista como morto em 1922 uns, e em 1930 outros”. (RODRIGUES, 1993b, p. 77). Novamente, nosso autor criticando a dimensão antianarquista de uma historiografia tradicional.

No capítulo seguinte, Rodrigues afirma que, em virtude de dificuldades financeiras do movimento libertário e da recusa de várias gráficas a imprimir seus jornais, o resgate da atividade anarquista, que “recomeça doutrinando e juntando o que restou do vendaval fascista”, requer, além da pesquisa com os poucos periódicos que resistem a essas dificuldades, uma consulta às atas das reuniões dos grupos libertários e à correspondência trocada entre militantes.

Em 1952, o Grupo Ação Libertária reunia-se semanalmente, e a União Anarquista do Rio de Janeiro realizava reuniões plenárias mensais, tendo ocorrido 12 ao longo do ano. Rodrigues reproduz trechos de atas de algumas dessas reuniões, a saber: em março, da UARJ, que relata a troca de correspondência com grupos anarquistas de outros países, como a FACA (Federação Anarquista-Comunista Argentina) e a já citada CRIA, e também a realização de atividades culturais e doutrinárias. Em abril, ata de reunião do Grupo Ação Libertária, que nesse encontro decide se filiar à União Anarquista do Rio de Janeiro; o grupo também desenvolve atividades de divulgação de ideias, distribuindo jornais, e participa de manifestações públicas. Em agosto, a União Anarquista do Rio de Janeiro realiza, na residência do professor José Oiticica, reunião plenária, na qual os militantes debaterão uma ordem do dia com oito pontos. Destacamos o último item:

Favelas – José expõe a necessidade de conhecermos as favelas a ponto de focalizarmos seus problemas e para isso é preciso subir até lá e conhecer de perto sua vida. Gerardo adverte ser missão ingrata, pois de início apresentam-se dois

obstáculos: os comunistas e a polícia. Para a polícia, a gente estranha que por lá aparece é comunista. Oiticica sugere um meio: conhece uma aluna e funcionária de montepio que possivelmente poderá nos ajudar. (RODRIGUES, 1993b, p. 79-83).

O ponto da pauta revela: o desejo anarquista de reinserção nos meios populares; a precariedade de sua atuação nessa conjuntura; a presença crescente e antagônica dos rivais comunistas; e a ameaça da repressão policial.

No início de 1953, nos dias 9, 10 e 11 de janeiro, realizou-se na cidade do Rio de Janeiro um Congresso Anarquista, que tinha sido aprovado numa reunião plenária da União Anarquista do Rio de Janeiro, no dia 4 de outubro do ano anterior. O encontro ocorreu na residência do professor José Oiticica, rua Osório de Almeida, 67, bairro da Urca.

A Comissão Organizadora propôs os seguintes pontos para debate: **a)** Organização; **b)** Campanhas a desenvolver; **c)** Propaganda; **d)** Medidas imediatas – Imprensa; **e)** Diversas; **f)** Comissões; **g)** Ordem do dia.

A primeira sessão começou às 20,45 horas do dia 9 de janeiro, com a presença de 34 militantes, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outros estados do Brasil; foi presidida por Souza e secretariada por Ney.

Abrindo os trabalhos, Manuel Peres, em nome da União Anarquista do Rio de Janeiro, lê um relatório sobre as atividades do movimento anarquista no Rio de Janeiro, comentando também suas relações com companheiros de outros estados, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Sergipe, e enfatizando que o jornal *Ação Direta* é “enviado com regularidade a todo o Brasil”. Observa ainda Manuel Peres que:

[...] os companheiros da Rio Light mensalmente levam considerável número do nosso jornal para o grupo ali constituído, onde já estamos com mais profunda penetração, posto que ele próprio já fora convidado para fazer uma conferência no sindicato de carris e força do Rio de Janeiro, e assim vamos penetrando na classe operária. (RODRIGUES, 1993b, p. 88).

Importante registrar o esforço dos anarquistas em tentar reatar seus laços, suas relações com o movimento operário e sindical.

Ainda na primeira sessão, Edgard Leuenroth, em nome da União Anarquista de São Paulo, relata as atividades do movimento libertário paulista, destacando os trabalhos em Nossa Chácara e no Centro de Cultura Social, o grande número de peças encenadas pelo Grupo de Teatro Social, a distribuição de jornais anarquistas e também a “proveitosa” participação de um grupo de anarquistas no sindicato dos sapateiros.

A segunda sessão, marcada para as 19 horas do dia 10, contou “com a presença de mais companheiros chegados de São Paulo” e foi presidida por Edgard Leuenroth e secretariada por Afonso Vieira e Aerólito.

Leuenroth complementa e esclarece informações prestadas na sessão anterior, sobre o movimento anarquista em São Paulo. Manuel Peres informa a adesão da Federação dos exilados espanhóis em Porto Alegre ao movimento anarquista do Brasil. Ideal Peres, em nome da UARJ, encaminha a questão da formação de uma comissão de imprensa, que acaba sendo formada por José Oiticica, Manuel Peres, Ideal Peres, Aerólito e Petral.

Sobre o ponto cinco, Ideal Peres apresenta por escrito uma sugestão, da qual destacamos os seguintes itens: promover discussões ideológicas em lugares públicos para tornar mais conhecido o anarquismo; difusão das ideias libertárias nos locais de trabalho, com distribuição de jornais aos colegas; tentar penetrar na imprensa burguesa e no rádio com colaboração libertária, sempre que se oferecer oportunidade. Esse trabalho mereceu ampla discussão e voltou a falar-se da tentativa de fazer reaparecer *A Plebe*, cuja circulação tinha sido suspensa há alguns meses.

Na terceira e última sessão, que teve início às 14 horas do dia 11, “continuaram os debates em torno da imprensa anarquista [...] ficando por fim aprovada a publicação de um Boletim e que continuaria *Ação Direta* com a colaboração de todos os anarquistas do Brasil, independente de outras iniciativas que viessem a ser tomadas”. (RODRIGUES, 1993b, p. 89).

No item sobre “Realizações práticas do Anarquismo”, o militante Faria apresenta um trabalho escrito. Com base num livro de Garcia Pradas, Faria, que se tornou um “anarquista otimista”, acredita que existe uma “grande possibilidade da vitória final dos princípios anarquistas”. (RODRIGUES, 1993b, p. 90-92). A tese de Faria não foi aprovada pelo Congresso, ficando assentado que o tema merecia um exame mais profundo.

No item sobre “Aspectos teóricos do Anarquismo”, Ney lê um trabalho de sua autoria sobre “A atualidade e o reduto dos ideais anárquicos”, e Daniel de Brito lê, também de sua autoria, o ensaio “O homem anárquico”. Os dois trabalhos são comentados pelos congressistas. Em razão do “adiantado da hora”, a sessão e o Congresso são encerrados. Rodrigues não menciona se os congressistas teriam, como de praxe, cantado “A Internacional”.

Edgar Rodrigues conclui o capítulo afirmando que, como “*Ação Direta*, por medida de segurança, nada publicou sobre o Congresso de 1953”, este resumo do Encontro Anarquista da Urca só foi possível porque o autor conseguiu obter cópias manuscritas de algumas atas.

“O ano de 1953 despertou com aumentos do custo de vida e foi sacudido por greves de grande repercussão em todo o país [...]. Reagindo à tutela do Estado, os trabalhadores deflagraram greves envolvendo e paralisando cerca de oitocentos mil assalariados”. (RODRIGUES, 1993b, p. 93).

No Rio de Janeiro, greves dos têxteis, dos portuários, dos aeroviários, dos trabalhadores em ônibus e em estradas de rodagem, dos empregados em hotéis e restaurantes, da construção naval e da construção civil, dos sapateiros, dos marceneiros, dos vidreiros e de outras classes.

Em Minas Gerais, greve dos mineiros de Nova Lima e de Raposos, com vitória parcial. Na Bahia, greve dos gráficos e dos têxteis das fábricas Valença, Boa Viagem e Itabuna. No Rio Grande do Norte, greve dos ferroviários da Estrada de Ferro Mossoró; em São Luís do Maranhão, greve dos trabalhadores em fábricas de tecidos; em Pernambuco, greve dos sapateiros em Recife e Olinda; em Santa Catarina, greve dos têxteis em Brusque e dos trabalhadores nas minas de carvão.

Houve também uma greve dos marítimos, de alcance nacional e com uma pauta de reivindicações de 25 itens, com cerca de cem mil participantes; e também uma greve vitoriosa de médicos, com cerca de dez mil envolvidos.

Em São Paulo, as greves também se intensificaram: na empresa Santa Marina, em Tatuí; dos têxteis da fábrica Votorantim, em Sorocaba; dos ferroviários da Sorocabana e da Carris de Santos.

Na capital paulista, logo em março, uma greve de grande repercussão envolveu 300 mil trabalhadores, metalúrgicos, marceneiros, têxteis, gráficos, vidreiros e outros, atingindo inclusive indústrias de Sorocaba, Santo André, Jundiaí [...]. Houve manifestações públicas, principalmente na Praça da Sé, no bairro da Mooca e passeata ao longo do leito da via férrea Sorocabana. A polícia, sempre disposta a defender os patrões, espaldeirou e prendeu muitos operários, abriu fogo e feriu vinte trabalhadores. No final, ficaram feridos nove policiais, centenas de operários (homens e mulheres), mais de dois mil presos, alguns barbaramente espancados. A brutalidade das autoridades uniu as classes profissionais em greve durante 27 dias [...]. (RODRIGUES, 1993b, p. 94).

Quase todas as greves conquistaram aumentos salariais.¹⁴

Em São Paulo, bem como no Distrito Federal, foi formado, por iniciativa do PCB, o Pacto de Unidade Intersindical, tentativa de articulação horizontal de diversas categorias de trabalhadores, de construção de um sindicalismo paralelo ao sindicalismo oficial. Entretanto,

¹⁴ Ver também MOISÉS, José Álvaro, *A greve dos 300 mil e as comissões de empresa*, Cadernos Cedec, v. 2, São Paulo, 1978.

de acordo com Edgar Rodrigues, o PUI “não surtiu resultados positivos para os trabalhadores”.¹⁵ (RODRIGUES, 1993b, p. 94).

No dia 1º de Maio de 1953, os anarquistas José Oiticica, Manuel Peres e Serafim Porto discursam na sede do Sindicato de Carris do então Distrito Federal, a convite de sua diretoria.

Em junho, grupos anarquistas de São Paulo formam o Movimento de Orientação Sindical (MOS), visando libertar os sindicatos da tutela do governo e dos políticos. As reuniões começaram na sede do Centro de Cultura Social, e contaram com a participação de sindicalistas independentes. A *Folha Socialista*, órgão vinculado ao Partido Socialista Brasileiro, registra e apoia a iniciativa:

Está sendo constituído em São Paulo o Movimento de Orientação Sindical, entidade destinada a lutar pela completa autonomia e liberdade dos sindicatos de trabalhadores. Um dos pontos básicos do MOS é combater o partidarismo político no seio dos sindicatos [...]. Nosso jornal desde já manifesta o seu inteiro apoio a essa iniciativa, concitando todos os socialistas a ingressarem no movimento, como um organismo de luta sindical, que há muito se faz necessário. (*Folha Socialista*, 5 de junho de 1953, apud RODRIGUES, 1993b, p. 97).

Das reuniões do Centro de Cultura Social, o MOS foi às ruas, aos sindicatos, e lançou um manifesto, do qual selecionamos as seguintes passagens, que bem marcam sua ênfase na questão da autonomia sindical:

Apoia-se o MOS no princípio de que a liberdade de pensamento, organização e de ação, é fundamental para o fortalecimento do movimento operário e consequente emancipação do proletariado [...]. A liberdade de nossas associações de classe [...] um sindicalismo autêntico [...]. Trabalhadores, uni-vos livre e conscientemente [...] para a emancipação total da classe operária brasileira [...]. O MOS é uma entidade rigorosamente apartidária [...]. Estimular o espírito associativo dos trabalhadores, cooperando para estreitar os laços da fraternidade proletária, bem como apoiar decididamente as reivindicações da classe operária. Trabalhar pela organização consciente e livre do proletariado [...]. Lutar pela autonomia total dos sindicatos e pelo irrestrito direito de greve [...] contra o carreirismo burocrático e o peleguismo a serviço das conveniências patronais e governamentais [...] lutar contra o aproveitamento político-partidário das reivindicações sindicais do proletariado [...]. Sistematizar e divulgar os princípios teóricos e regras práticas do sindicalismo livre [...]. (RODRIGUES, 1993b, p. 97-99).

Pouco tempo depois, Edgard Leuenroth, na qualidade de delegado do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, assina manifesto pleiteando a abolição do

¹⁵ Sobre o PUI, e também o PUA (Pacto de Unidade e Ação), ver WEFFORT, Francisco C., *Origens do Sindicalismo Populista no Brasil*. In: Estudos CEBRAP, op. cit.

imposto sindical, e o MOS denuncia o “fundo sindical” como “extorsivo e corruptor”. *Ação Direta*, desde a primeira hora, apoiou o MOS e franqueou-lhe suas páginas.

O socialismo libertário continua, nos anos cinquenta, tentando influir no movimento operário brasileiro, a partir dos valores e concepções básicos do anarcossindicalismo, que podem ser resumidos nas ideias centrais de liberdade e autonomia sindical. Nem todos os trabalhadores queriam Vargas – e seus pelegos – no poder.

O suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, abre uma nova conjuntura política na história brasileira, que será comentada no próximo item de nossa tese.

5.2

Reafirmando valores (1954-1964)

Ao longo dos quase dez anos que transcorrem entre o suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, e o golpe que depôs João Goulart, em março/ abril de 1964, o anarquismo continua buscando seu espaço, sempre formulando suas críticas aos dois projetos políticos então mais fortes e visíveis, o projeto nacional-estatista e o projeto liberal-conservador, e também ao comunismo modelo soviético, e se apresentando como proposta alternativa: o socialismo libertário.

Depois do atentado à vida de Carlos Lacerda na rua Toneleros, e diante da crescente pressão por sua renúncia e mesmo da ameaça de deposição, Vargas se suicida no dia 24 de agosto, “saindo da vida para entrar na História”¹⁶. O recurso extremo adia por dez anos o golpe político-militar, que acabaria sendo desfechado em 1964 pelas mesmas forças, identificadas com o projeto liberal-conservador e capitaneadas pela UDN.

Como afirma Jorge Ferreira:

Se o suicídio de Vargas paralisou os golpistas, a reação popular os fez recuar. Surpresos e atemorizados, perderam a autoridade e, sobretudo, a legitimidade política para justificar como necessária a intervenção militar. O golpe era inviável. O presidente morto inspirava, no mínimo, prudência política. (FERREIRA, 2003, p. 315).

¹⁶ Sobre Vargas, ver BRANDI Paulo, *Vargas: da vida para a história*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983; ver também, FAUSTO, Boris, *Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Com a morte de Vargas, assume a presidência seu vice, Café Filho, identificado com as propostas udenistas e com o projeto liberal-conservador. “O ano de 1955 despontou com os brasileiros governados por Café Filho”. Nos três primeiros meses do ano, a União Anarquista do Rio de Janeiro realizou em sua sede três reuniões, a terceira delas, em março, contando com a presença de “14 militantes do Rio, um de São Paulo e um companheiro da Espanha”. Dentre os temas debatidos: informes da CRIA (Comissão de Relações Internacionais Anarquistas); “Relatório dos companheiros búlgaros”; o Congresso da FACA (Federação Anarquista-Comunista Argentina); pontos da doutrina libertária; a necessidade de traduzir e de publicar livros anarquistas. (RODRIGUES, 1993b, p. 113-127).

Em abril desse ano, o jornal anarquista *Ação Direta* reafirma aos leitores seu ideário e suas propostas:

Amigo! Não me conheces? Vou dizer-te quem sou. Sou *Ação Direta*. Represento a ideia que ensina e fecunda. Crio um nobre ideal no homem. Luto pela liberdade dos oprimidos. Advirto aos ditosos, que existem sofredores. Inspiro ao forte o respeito ao débil; ao usurpador, os direitos do caído; ao homem, as obrigações com o seu semelhante. Oponho a harmonia ao rancor, reconcilio os irmãos, luto contra as guerras, desprezo o militarismo, combato as religiões, ataco as tiranias, afronto os Estados, dou luz às trevas e marcho para uma sociedade melhor. Sou semente pura e limpa que se atira ao vento, laço harmonioso de aspirações sociais, palpantes na alma dos povos. Embora pequena essa é a minha grandeza [...]. (*Ação Direta*, abril de 1955, apud RODRIGUES, 1993b, p. 118-119).

Em seguida, o jornal pede a contribuição financeira dos leitores, para que possa “crescer, estender-se e vencer”. Em suma, o periódico anarquista reafirmando valores libertários, o anarquismo procurando seu espaço, buscando disputar influência junto aos trabalhadores e ao conjunto da sociedade civil, mesmo diante da concorrência não só dos comunistas, como também dos dois poderosos projetos políticos acima mencionados, o nacional-estatismo e o liberalismo conservador.

Em outubro desse ano, a aliança PSD-PTB, com os candidatos Juscelino Kubitschek e João Goulart, vence as eleições presidenciais, com 36% dos votos. Juarez Távora, da coligação UDN-PDC, obteve 30% dos votos. Completando o quadro eleitoral, 26% dos votos foram para Adhemar de Barros e 8% para Plínio Salgado.

As forças políticas liberal-conservadoras, articuladas em torno da UDN, tentam, mais uma vez apelando à caserna, impedir a posse dos eleitos, alegando principalmente que os vitoriosos não tinham obtido maioria absoluta (o que não estava previsto na legislação eleitoral). O general Henrique Lott, líder da ala legalista do Exército e então Ministro da

Guerra, desfecha um contragolpe ou “golpe preventivo”, garantindo a posse dos eleitos e mantendo a ordem legal e constitucional. Foi a “novembrada”.¹⁷

Com o estado de sítio promulgado diante da crise política, “*Ação Direta* não pode circular nos meses de dezembro de 1955 e janeiro e fevereiro de 1956, só reaparecendo em março”. (RODRIGUES, 1993b, p. 114). Em janeiro desse ano Juscelino Kubitschek e João Goulart tomam posse na presidência e vice-presidência da República.

Ao longo dos anos de 1955 e 1956 eclodem inúmeras greves operárias, em vários estados do Brasil, protestando contra a carestia de vida e reivindicando aumentos salariais e melhores condições de trabalho. Dentre os grevistas, os trabalhadores na indústria de calçados em São Paulo. Segundo Edgar Rodrigues, nessa ocasião militantes anarcossindicalistas exerciam influência no sindicato dos “operários sapateiros de São Paulo [que] começavam uma nova caminhada sindical, para libertar seus órgãos de classe das mãos dos pelegos e dos políticos”. (RODRIGUES, 1993b, p. 123-124).

Em janeiro/fevereiro de 1956 o XX Congresso do PCUS denuncia publicamente os crimes de Stalin (morto três anos antes) e Krushev dá início ao processo de “desestalinização”. As notícias que chegam da União Soviética provocam grande impacto no Brasil e, segundo Edgar Rodrigues, uma “guerra dentro das fileiras do PCB”. (RODRIGUES, 1993b, p. 124-126).

O enorme prestígio até então desfrutado pela URSS e seu modelo de “socialismo”, desde o fim da Segunda Guerra Mundial (e por nós já comentado), começa a declinar. Esse declínio se agrava quando, já nos meses de outubro/novembro do mesmo ano, tanques soviéticos esmagam o levante popular na Hungria.¹⁸ Doze anos depois, processo semelhante ocorreria na então Tchecoslováquia, o esmagamento da “Primavera de Praga” pelos tanques do Pacto de Varsóvia. O “socialismo real” mostrando sua verdadeira face e dando, mais uma vez, razão às críticas que os anarquistas vinham fazendo, desde o século XIX, à “ditadura do proletariado” como caminho para o comunismo.

Os anarquistas continuam, também no Brasil, produzindo cultura. Em março de 1956, o Centro de Cultura Social de São Paulo organiza mais um “grande festival artístico”. Nesse festival, o grupo dramático do Centro representa no Teatro Colombo o drama *Ciclone*, de W.

¹⁷ Ver FERREIRA, Jorge, “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”, op. cit.

¹⁸ Sobre a revolução popular na Hungria em 1956, ver SZABO, Ladislao (Org.), *Hungria 1956... e o muro começa a cair*. São Paulo: Contexto, 2006.

Somerset Maugham, dirigido por Pedro Catalo, operário sapateiro, anarquista e teatrólogo de “grande talento”¹⁹. (RODRIGUES, 1993b, p. 128).

Em maio do mesmo ano *Ação Direta* comemora seu décimo aniversário e comenta a morte, no México, do militante anarquista ucraniano Simon Radovitski, que participara da “batalha da Praça da Sé”. Em junho, o periódico libertário anuncia a publicação, pela Editora Germinal, de livros clássicos do anarquismo: *O que é a propriedade?*, de P.J. Proudhon, e *Nacionalismo e cultura*, de Rudolf Rocker.

Em outubro de 1956 o Centro de Cultura Social de São Paulo realiza mais um “festival” no Teatro Colombo, e em novembro *Ação Direta* publica um boletim da Comissão de Relações Internacionais Anarquistas (CRIA) referente ao Congresso Anarquista Internacional.

Já em 1957, de 14 a 21 de abril, é realizada em Montevidéu a Primeira Conferência Anarquista Americana, com a adesão e presença de representantes de organizações libertárias da Argentina, do Brasil, do Chile, de Cuba e do Uruguai; de militantes da Bolívia, do Equador, de Haiti e de Santo Domingo; e com informes por escrito de grupos anarquistas dos Estados Unidos, do México, do Panamá e do Peru. *Ação Direta* comenta a Conferência, e Edgar Rodrigues reproduz seu temário. Deste, destacamos duas moções:

- a) de solidariedade com a CNT, a FAI e as Juventudes Libertárias Espanholas, por sua resistência e luta contra a tirania franquista;
- b) de admiração pelos que, sob o bárbaro despotismo bolchevique, mantém acesa a chama da esperança de liberdade e fim do totalitarismo comunista-marxista. (RODRIGUES, 1993b, p. 120).

Uma Conferência Anarquista criticando, a partir dos valores libertários, ditaduras de direita e de “esquerda” e solidarizando-se com aqueles que combatem esses regimes ou a eles tentam ao menos resistir.

Em relação às comemorações do 1º de Maio, afirma Edgar Rodrigues:

O 1º de Maio de 1957 não fugiu à regra dos anos anteriores! Os anarquistas falam dos mártires de Chicago, do verdadeiro significado do 1º de Maio, dia de lutas e de protestos; os funcionários do PCB, da grande parada militar na URSS, enquanto os reformistas promovem festas!!! (RODRIGUES, 1993b, p. 159).

Em seguida, o autor se refere a um “vibrante manifesto” distribuído por militantes da Aliança Libertária de São Paulo, às vésperas do 1º de Maio de 1957.

Em junho desse ano, o anarquismo sofre uma grande perda: morre no Rio de Janeiro, um mês antes de completar 75 anos, José Oiticica, um dos maiores e mais eruditos

¹⁹ CATALO, Pedro escreveu, dentre outras peças, “Uma mulher diferente”; ver VARGAS, Maria Thereza, *Antologia do teatro anarquista*, op. cit.

intelectuais libertários na história brasileira, militante dos anos dez até o fim de sua vida. Como já mencionamos, Edgar Rodrigues publicou, no livro *Os libertários*, uma biografia de Oiticica, ao lado de biografias de Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco e Fábio Luz. No capítulo “Uma baixa muito significativa”, de *Entre ditaduras*, afirma Rodrigues sobre Oiticica: “[...] deixou uma obra imensa como mestre, escritor, jornalista, poeta e como anarquista. Como figura humana, era inconfundível! [...]”. (RODRIGUES, 1993b, p. 132).

A morte de Oiticica, principal responsável pela publicação de *Ação Direta*, leva a discussões em torno da continuidade do periódico, de sua gestão, de sua linha editorial. Os debates acabam por levar à formação, no interior da União Anarquista do Rio de Janeiro, de dois “grupos anarquistas por afinidades”, sem grandes divergências ideológicas ou programáticas: o Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO) e o Grupo de Ação Libertária, que fundará, ainda em março de 1958, o Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO). Este último, do qual participa Edgar Rodrigues, terá maior continuidade e desenvolverá importantes atividades, principalmente na divulgação da cultura anarquista, como veremos adiante. O GAJO acabará por se autodissolver, a maior parte dos seus militantes integrando-se ao CEPJO. (RODRIGUES, 1993b, p. 163-166).

Pensamos ser importante reafirmar que, nesses anos de 1957 e 1958, Edgar Rodrigues publicou, pela Editora Germinal, do Rio de Janeiro, seus dois primeiros livros: *Na Inquisição do Salazar* e *A fome em Portugal*.

Na celebração do 1º de Maio de 1958, “*Ação Direta* dedicou seu nº 126 exclusivamente ao 1º de Maio, o que não vinha acontecendo há muito tempo [e] na sua 1ª página inseriu trabalho do escritor Euclides da Cunha alusivo à data”. (RODRIGUES, 1993b, p. 159-160).

“Em São Paulo, o Sindicato dos Trabalhadores Gráficos convidou Edgard Leuenroth para participar – como orador – das comemorações do 1º de Maio em sua sede.” (RODRIGUES, 1993b, p. 160).

Mais uma evidência da presença anarquista – embora certamente rarefeita em relação às primeiras décadas da República – num sindicato operário, na segunda metade dos anos cinquenta. É claro que se trata de um momento específico, uma data simbólica, mas parece-nos significativo o convite feito pelo sindicato dos gráficos ao veterano líder anarquista. Segundo Rodrigues: “Com o salão repleto de trabalhadores, Leuenroth exaltou aquela data magna, e seu discurso apareceu nas páginas do jornal anarcossindicalista *Ação Sindical*”. (Idem).

Fundado no dia 7 de março de 1958, o Centro de Estudos Professor José Oiticica, que terá como sede a sala onde o mestre Oiticica ministrava seus cursos no centro do Rio de Janeiro, tinha como finalidade:

[...] despertar e estimular o sentimento de elevação da personalidade, e elevando-se à prática da verdadeira solidariedade humana, para a paz e bem estar universais [...] o Centro não adotará princípios político-partidários ou religiosos, admitindo, entretanto, do ponto de vista cultural, o livre debate sobre eles. (RODRIGUES, 1993b, p. 175).

Assim como seu congênere de São Paulo, o Centro de Cultura Social, o CEPJO buscou atingir seus objetivos basicamente através de cursos, palestras, conferências, congressos, debates, exposições e excursões. Uma das iniciativas mais importantes para a divulgação da cultura anarquista foi a fundação da Editora Mundo Livre, que publicou, dentre outras obras, *O retrato da ditadura portuguesa*, de Edgar Rodrigues, *A doutrina anarquista ao alcance de todos*, de José Oiticica, e *Anarquismo – roteiro da libertação social*, de Edgard Leuenroth.

O CEPJO teve uma vida bastante longa, sobrevivendo inclusive ao Golpe de 1964. Em 1969, sob a ditadura militar e na vigência do AI-5, teve sua sede invadida e seus diretores, inclusive Edgar Rodrigues, sofreram um processo, um inquérito policial-militar conduzido pelo Ministério da Aeronáutica.²⁰

“O Centro de Estudos Professor José Oiticica desempenhou um grande papel na história do anarquismo no Brasil”. (RODRIGUES, 1993b, p. 182).

Em setembro de 1958, a partir de deliberação de um “Encontro libertário” realizado no Rio de Janeiro, Edgard Leuenroth assume a direção de *Ação Direta*, substituindo Sônia Oiticica, que ocupara interinamente a posição que fora de seu pai.

Ainda em 1958, Charles Chaplin se declara anarquista, e Herbert Read, “um dos mais cultos anarquistas do mundo”, visita o Brasil. Em São Paulo, o Centro de Cultura Social promove um evento para celebrar a Revolução Espanhola, e também uma conferência sobre a vida e a obra de Kropotkin. (RODRIGUES, 1993b, p. 196-198).

“Ao despontar o ano de 1959 chegava ao Brasil a revista *Bohemia*”, periódico ligado a grupos libertários cubanos, denunciando atrocidades da tirania de Batista. (RODRIGUES, 1993b, p. 190). Mais tarde, militantes anarquistas em Cuba, como Camilo Cienfuegos e Luiz Miguel Linsuain, serão também perseguidos e reprimidos pelo regime castrista.

²⁰ Ver principalmente RODRIGUES, Edgar, *Três depoimentos libertários*, op. cit.; e *O Anarquismo no banco dos réus*, op. cit.

Em relação às celebrações do 1º de Maio de 1959, Edgar Rodrigues destaca uma manifestação realizada no Centro Democrático Espanhol, em São Paulo, organizada e convocada por agrupações anarquistas e marxistas, com o objetivo de “restituir ao 1º de Maio o seu verdadeiro sentido: o de luta e protesto contra a injustiça social e a exploração capitalista”. O plenário aprova um manifesto, que termina com as seguintes propostas e bandeiras: “Por um 1º de Maio proletário! Glória eterna aos mártires de Chicago! Pela liberdade sindical! Por uma central operária brasileira! Contra a carestia e a exploração capitalista!”. O manifesto é assinado pelos seguintes grupos: Comitê por um 1º de Maio proletário; Centro de Cultura Social; Aliança Libertária; Liga Socialista Independente; Partido Operário Revolucionário (Trotskista); Ação Sindical dos Gráficos; e Centro Karl Marx. (RODRIGUES, 1993b, p. 161-162).

Em junho, em Niterói, estado do Rio, “a polícia deixou o povo incendiar e depredar as residências dos Carreiros [responsáveis pelo transporte de barcas entre Rio e Niterói] para depois prender e espancar manifestantes.” (RODRIGUES, 1993b, p. 192).

Ao longo do ano de 1959 eclodem inúmeras greves operárias, muitas delas impulsionadas pela alta do custo de vida e por uma inflação galopante. Segundo Edgar Rodrigues: “Só no Estado de São Paulo, em 1959, explodiram 954 greves envolvendo 901 empresas na capital e 53 no interior, com a participação de 254.215 operários”. (RODRIGUES, 1993b, p. 172). O autor refere-se também a greves no Distrito Federal, nas cidades de Niterói e Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, em Minas Gerais (Belo Horizonte e São João Del Rey), e também nos Estados de Goiás e Santa Catarina.²¹

Rodrigues refere-se também a onze congressos ou conferências de trabalhadores realizados ao longo dos anos de 1959 e 1960: seis congressos nacionais, três estaduais, um “Encontro Sindical Latino-Americano” e a “Primeira Conferência Sul-Americana pró-Anistia dos Presos Políticos da Espanha e de Portugal”, realizada em São Paulo, em janeiro de 1960. (RODRIGUES, 1993b, p. 173).

Em janeiro de 1959 *Ação Direta* publica notícias que chegam de Londres sobre o Quarto Congresso Internacional Anarquista. O primeiro realizara-se em Amsterdam, em 1907; o segundo, em Berlim, em 1922; e o terceiro, em Paris, em 1949. Este Quarto Congresso Anarquista realizou-se em Londres, de 25 de julho a 1º de agosto de 1958.

A ideia de um quarto congresso tinha sido aprovada no Congresso de Paris, e foi propagada no *Boletim* da Comissão de Relações Internacionais Anarquistas (CRIA). O

²¹ Sobre as greves operárias e o sindicalismo nos anos cinquenta, ver MATTOS, Marcelo Badaró, *Novos e velhos sindicalismos*: Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

congresso contou com a participação de delegados da Inglaterra, da Itália, da Alemanha, da Holanda e do Chile; com delegações de anarquistas da Espanha e da Bulgária no exílio. Grupos anarquistas do Brasil, do México, do Peru e de outros países que não puderam enviar delegados, mandaram mensagens de apoio e saudações libertárias.

Dentre os temas constantes da ordem do dia, destacamos: “Os grandes problemas do início da segunda metade do nosso século, à luz do conflito existente entre o Estado e a sociedade”; “A concepção libertária, em face do totalitarismo do nosso tempo”. (RODRIGUES, 1993b, p. 183).

Dentre as recomendações aprovadas pelo congresso e encaminhadas aos “anarquistas de todos os países”, destacamos as seguintes: “defesa da cultura livre contra o totalitarismo e a corrupção capitalista”; “defesa da objeção de consciência e do antimilitarismo”; “defesa da maternidade consciente”. (RODRIGUES, 1993b, p. 184).

Animados pelo Congresso de Londres, grupos anarquistas brasileiros organizam e realizam em São Paulo, nos dias 26 a 29 de março de 1959, uma “Conferência Libertária Nacional”. O “encontro” aconteceu na Nossa Chácara, no Itaim, “com a presença de anarquistas da cidade do Rio de Janeiro, do Estado do Rio, de São Paulo, de militantes isolados dos Estados do Sul e de exilados espanhóis e italianos”. (RODRIGUES, 1993b, p. 185).

Dentre os temas discutidos e aprovados, destacamos a seguinte finalidade:

A Conferência Libertária Nacional será promovida com o objetivo de estudar a situação do movimento libertário do Brasil e assentarem-se medidas tendentes à metodização de suas atividades, para melhor aproveitamento dos esforços. Com esse objetivo, serão examinadas as iniciativas em andamento, decidindo-se sobre a necessidade e possibilidade de criação de outras, com o fim de tornar mais intensa e extensa a obra do anarquismo neste país. (Apud RODRIGUES, 1993b, p. 186).

Discutiu-se também a situação do jornal *Ação Direta*; do Centro de Cultura Social (e seu Grupo de Teatro) de São Paulo; do Centro de Estudos Professor José Oiticica. Aprovou-se a proposta de criação de centros de cultura social em todo o país. Aprovou-se a proposta de publicar mais livros e folhetos para a divulgação da doutrina anarquista. Com efeito, a Editora Mundo Livre, como já comentamos, realizaria essa proposta, continuando e ampliando o trabalho que já vinha sendo desenvolvido pela Editora Germinal.

Segundo Edgar Rodrigues: “*Ação Direta* de maio e junho de 1959 exalta de forma bem resumida o êxito do encontro. Lembra a ‘Declaração de Princípios’ aprovada no final do

encontro e fala de seu encerramento sob o impacto do hino ‘A Internacional’’. (RODRIGUES, 1993b, p. 188).

Rodrigues lembra que a “Conferência libertária” foi testemunhada por dois jornalistas da revista *O Cruzeiro* (uma das mais lidas na época), que publicou uma matéria de sete páginas, com textos e ilustrações, sobre a convenção ácrata.²²

Ainda em 1959, tanto *Ação Direta* no Brasil, quanto o jornal anarcossindicalista *CNT*, publicado por exilados espanhóis, em Toulouse, França, abrem espaço para que Edgar Rodrigues denuncie os crimes do fascismo lusitano. Em outubro desse ano, saiu o último número de *Ação Direta*, que viria a ser substituído, já em outubro de 1960, por *O Libertário*. (RODRIGUES, 1993b, p. 197-203).

Nas páginas 201 e 202 de *Entre ditaduras*, Edgar Rodrigues reproduz um apelo (um “segundo apelo”) por ele lançado em 1959, nas páginas de *Ação Direta*, em forma de “Carta-circular” e dirigido aos militantes libertários de “todos os países”. O apelo era para que enviassem a ele, Rodrigues, “publicações antigas” que tratassem da “memória da questão social no Brasil”. O autor justifica o pedido, tendo em vista: “[...] a ausência de obras que retratem de forma objetiva a trajetória histórica das lutas de classe e o movimento libertário em terras brasileiras [...] o descuido com o levantamento da memória da questão social [...] [e com] a luta dos idealistas que souberam semear ideias [...]”. Rodrigues afirma ainda em seu apelo que gostaria de “[...] trocar correspondência com velhos lutadores, ouvi-los, colher seus depoimentos”, uma vez que está começando a “reunir o que poderá vir a ser a história da questão social no Brasil”.

Seus “apelos” surtiram efeito. Como já temos afirmado nesta tese, sua imensa obra, mais de cinquenta livros e centenas de artigos publicados em vários países ao longo de cinco décadas, é baseada principalmente em fontes por ele recolhidas dessa forma: jornais da imprensa operária e anarquista, depoimentos e memórias (por vezes manuscritas) de antigos militantes, documentos em geral a ele cedidos, ou entregues à sua guarda. Mais uma vez, reafirmamos sua enorme importância como memorialista do anarquismo no Brasil e em Portugal, e sua impressionante vocação de “pesquisador instintivo”.

Nos anos cinquenta, em especial na segunda metade da década, o Brasil vive mais uma vez uma espécie de “síndrome do novo”. Desta vez, trata-se de um “novo” bem diferente daquele dos anos trinta, por nós já comentado: a “República Nova”, o “Estado Novo”, um “novo” marcado pelo autoritarismo. Nos anos quarenta, no pós-45, a grande “novidade” era a

²² Ver RODRIGUES, op. cit., p. 188; ver também LEUENROTH, Edgard, *Anarquismo: roteiro da libertação social*, op. cit, p. 123-124.

democracia, a “experiência democrática”. Agora, trata-se de outro “novo”, otimista, quase eufórico, quase uma “vertigem do novo”.

No campo das artes e da cultura, o cinema novo e, na música, a bossa nova, duas linguagens modernas, refletindo a inserção do Brasil no contexto cultural contemporâneo internacional e, ao mesmo tempo, buscando, e conquistando, ou construindo, uma identidade especificamente nacional, brasileira. O cinema novo, influenciado, dentre outras tendências, pela “nouvelle vague” francesa, e a bossa nova, pelo *jazz* norte-americano. Não por acaso, cinema “novo” e bossa “nova”.

No campo esportivo, a conquista, pela primeira vez, da Copa do Mundo na Suécia em 1958, o título de campeão mundial de futebol de alguma maneira purgando a tragédia do “maracanazo”, oito anos antes, e também contribuindo para esse clima de otimismo, de afirmação nacional.

Ao mesmo tempo, Brasília, em acelerado processo de construção, ganha o apelido de “novacap”, em oposição à “belacap”, o Rio de Janeiro.

Nesse contexto, no campo econômico-social, ensaios de um “novo sindicalismo” e de um “milagre brasileiro” desenvolvimentista, experiências que seriam plenamente realizadas (com todas as suas contradições) nos anos setenta, já sob a ditadura militar.

Em suma, o Brasil, e os brasileiros, nos anos cinquenta, superando, ou tentando superar, o que Nelson Rodrigues chamaria de “complexo de vira-latas”. O Brasil, talvez pela primeira vez, se consolidando, e se vendo, como um país, embora ainda não plenamente “desenvolvido”, “em vias de desenvolvimento” – e democrático.

Essa “nova euforia” será sintetizada na expressão, consagrada por uma memória coletiva, e mais tarde criticada: os “anos dourados”. Juscelino Kubitschek de Oliveira, o JK, líder popular e carismático, personificou e capitalizou politicamente esse clima otimista. Até mesmo um modelo de automóvel recém-fabricado – e a própria indústria automobilística é um dos mais fortes símbolos dessa época “nova” – pela Fábrica Nacional de Motores (FNM) foi batizado com seu nome: o “JK”.²³

²³ Sobre o governo Kubitschek e os “anos dourados”, ver GOMES, Ângela de Castro (Org.), *O Brasil de JK*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. Sobre a construção de Brasília, ver KUBITSCHKE, Juscelino, *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974; sobre o Cinema Novo, ver BERNARDET, Jean-Claude, *Cinema brasileiro: propostas para uma história*. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009; sobre a bossa nova, ver CASTRO, Ruy, *A onda que se ergueu no mar: novos mergulhos na bossa nova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; sobre o “novo sindicalismo”, ver MATTOS, Marcelo Badaró, *Novos e velhos sindicalismos*, op. cit.; sobre o “milagre brasileiro”, ver SINGER, Paul, “O ‘milagre’ brasileiro: causas e consequências”. In: *A crise do “milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; sobre a indústria automobilística, em especial a FNM, ver RAMALHO, José Ricardo, *Estado-Patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; sobre a Copa do Mundo de 1958 e a conquista brasileira, ver LEITE, Milton, *As melhores seleções brasileiras de todos os tempos*. São Paulo. Contexto, 2010.

Enquanto isso, o anarquismo continua seu trabalho permanente de reafirmação dos valores libertários, de divulgação da doutrina anarquista. Tendo se tornado difícil e/ou precária a (re)inserção no mundo sindical, disputado, entre outros, por comunistas e trabalhistas, os anarquistas investem na cultura – livros, folhetos, jornais, revistas, cursos, palestras, conferências, congressos, encontros, peças e grupos de teatro – num imenso esforço para preservar e atualizar seus valores específicos: socialismo e liberdade, humanismo, pacifismo e solidariedade, internacionalismo e igualdade.

Afinal, o anarquismo não visa apenas a emancipação da classe operária, mas sim de toda a humanidade. Jamais foi abandonado pelos militantes libertários o horizonte da construção da Anarquia, da sociedade da “harmonia anárquica”.

Como já comentamos, essa perda da inserção sindical e o privilégio à dimensão cultural do anarquismo é um processo que não ocorre apenas no Brasil, mas num grande número de países, sempre refletindo, a nosso ver, um crescimento do Estado e a ampliação e maior sofisticação e abrangência de sua influência e participação em diversos aspectos da vida da sociedade civil.

Na virada dos anos cinquenta para os anos sessenta, no Brasil terminam não apenas a década e o mandato de Juscelino, mas também os “anos dourados”.

Em abril de 1960 vários congressos ou convenções estaduais de trabalhadores são realizados, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em Santa Catarina, no Paraná e em Pernambuco.

Em agosto desse mesmo ano, nos dias 11 a 14, foi realizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro (tendo a sessão solene de encerramento se realizado no Estádio Gilberto Cardoso, Maracanãzinho), o Terceiro Congresso Nacional dos Trabalhadores. Segundo Edgar Rodrigues: “O 3º Congresso revelou três correntes no primeiro plano: **a)** os nacionalistas e comunistas; **b)** os pelegos; e **c)** os renovadores”. (RODRIGUES, 193b, p. 205-a 213). Ainda de acordo com Rodrigues:

[...] tanto o 3º Congresso Nacional, quanto os estaduais afastaram-se do sindicalismo na mesma dimensão em que aderiram à política. Votando pela alienação do proletariado, e conseqüentemente pelo enfraquecimento dos sindicatos como células de organização corporativa, fortalecendo a burguesia e o Estado, seu maior inimigo, o proletariado delegou poderes para ser explorado! (RODRIGUES, 1993b, p. 215).

Da mesma forma que o “Congresso Pelego” patrocinado por Hermes da Fonseca no distante ano de 1912, esse Congresso de 1960, também apoiado pelo Estado, não teria, para os anarquistas, legitimidade enquanto congresso operário.

Em outubro de 1960 surge em São Paulo *O Libertário*, jornal que tenta substituir *Ação Direta*, que encerrara suas atividades no ano anterior. Os primeiros diretores do novo periódico são Pedro Catalo e Lucca Gabriel. Em seu primeiro número, afirma *O Libertário*: “Antepor o livre exame ao dogma, e a liberdade a todas as coações, eis os princípios básicos do anarquismo”. E, ainda na mesma edição:

Os anarquistas são otimistas por força das próprias convicções. Eles concluem sempre pelo lado bom, onde acham base para o mundo do futuro que idealizam. O otimismo é uma parte da energia empregada em suas iniciativas. E é ele ainda que lhes dá a têmpera para suportarem os dias amargos da incompreensão e do desatino dos déspotas [...]. O pessimismo é próprio dos vencidos. E dos egocêntricos, que desejam tudo à sua imagem e semelhança... O anarquista vive no otimismo de suas convicções, na esperança sadia de um mundo melhor. Sem a mola do otimismo não haveria luta por reforma alguma [...]. (*O Libertário*, outubro de 1960, apud RODRIGUES, 1993b, p. 225).

Em número posterior, já em 1961, *O Libertário* começa a denunciar “o desvio da revolução cubana para a ditadura”: “E consta que passaram a ser ‘inimigos da revolução’ todos os que não aceitam ser lacaios dos Castros e do Partido Comunista”. (*O Libertário*, outubro de 1960, apud RODRIGUES, 1993b, p. 226).

No Brasil, nas eleições presidenciais de outubro de 1960, pela primeira vez desde o início da “experiência democrática”, a UDN, aliada ao Partido Democrata Cristão e a partidos menores, sai vencedora, depois de três derrotas consecutivas. Jânio Quadros, representando e articulando as forças liberal-conservadoras, derrota nas urnas o marechal Henrique Teixeira Lott, candidato do PTB, que representa o projeto nacional-estatista. A vitória seria efêmera. Sendo, pela legislação eleitoral vigente, independentes as candidaturas a presidente e vice-presidente da República, os eleitores poderiam votar, para a ocupação desses cargos, em candidatos de chapas diferentes. Nos bastidores, articulou-se a chapa “Jan-Jan”, Jânio Quadros e João Goulart, o Jango. O carisma de Jânio derrota, sem grande dificuldade, o legalismo e o nacionalismo de Lott. E Jango, ex-ministro do Trabalho de Vargas e vice de JK, sem dúvida era um político mais popular que seu concorrente Milton Campos, e sua popularidade traduziu-se em votos. Ao final do processo eleitoral, a chapa Jan-Jan foi, por larga margem, vitoriosa.

Jânio toma posse em janeiro de 1961 e, já em fevereiro, um Encontro Nacional Sindical realizado em São Paulo, nos dias 18 e 19, aprova um “Memorial” exigindo do Presidente,

dentre outras reivindicações: direito de greve, mudança na política salarial com escala móvel de salários, casa própria, contenção de preços e intervenção no abastecimento de gêneros, nacionalização de bancos, defesa da escola pública, regulamentação da remessa de lucros para o exterior, reforma agrária e extensão da legislação social ao campo, e estabelecimento de “relações culturais, comerciais e econômicas com todos os países do mundo”. (RODRIGUES, 1993b, p. 232). Como se vê, uma pauta bastante ampla, com demandas socioeconômicas e nacionalistas.

Em abril de 1961, o Centro de Cultura Social de São Paulo promove um “festival teatral”, em comemoração ao 16º Aniversário do seu Grupo Dramático. Duas peças foram representadas: *És proibido suicidar-se en Primavera*, do teatrólogo espanhol Alejandro Casona, e *A sombra*, de Dário Nicodemi (RODRIGUES, 1993b, p. 237).

Nas manifestações do 1º de Maio de 1961:

Bandeiras e faixas agitam-se e, em discursos inflamados, os trabalhadores exigem melhores salários. Mas o tom dos discursos continua sendo político para uns e de festa para outros [...]. Não obstante os desvios do proletariado para o sindicalismo político, reformista, os libertários comemoram o 1º de Maio “à moda antiga”, seu porta-voz [*O Libertário*] dedicou uma página explicando a sua história. (RODRIGUES, 1993b, p. 233-234).

Parece-nos importante registrar que um militante anarquista como Edgar Rodrigues admite que a celebração anarquista do 1º de Maio, nos anos sessenta, era uma celebração “à moda antiga”. Ou seja, nosso autor reconhece a dificuldade do anarquismo em se adaptar aos “tempos difíceis” do sindicalismo estatal e corporativista.

Nesse ano de 1961, os anarquistas, que

[...] mantinham laços de camaradagem com os movimentos pacifistas, objetores de consciência, e “resistentes à guerra”, ajudam na fundação, no Rio de Janeiro, do Movimento Pacifista Brasileiro, [que] apoiou-se na Organização Internacional dos Resistentes à Guerra, com sede na Inglaterra. (RODRIGUES, 1993b, p. 239).

Ainda em 1961, já em outubro, nos dias 7 e 8, realizou-se no Centro de Cultura Social de São Paulo o Segundo Congresso das Federações locais dos núcleos de espanhóis antifascistas. O encontro dos exilados da CNT “[...] contou com duas dezenas de delegados do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Santos e a representação da *Aliança Libertária* do Brasil”. (RODRIGUES, 1993b, p. 243).

Com apenas sete meses de governo, em agosto de 1961, Jânio renuncia à presidência. De acordo com Jorge Ferreira:

Embora sem comprovação empírica, tudo indica que Jânio Quadros planejou um golpe de Estado. Inicialmente, enviou o vice-presidente João Goulart à China, um país comunista e do outro lado do mundo, o que não teria sido casual. Em plena Guerra Fria, a visita à China prejudicaria a imagem de Goulart diante dos conservadores. Mais importante para os seus planos, até o vice-presidente conseguir voltar ao Brasil, muito tempo teria se passado. Jânio contava com a reação militar à posse de Goulart, mas, sobretudo, pensava em grandes manifestações populares a seu favor. Assim, com o apoio do povo nas ruas e da chancela militar, subjugaria o Poder Legislativo. O plano, como se sabe, resultou em rotundo fracasso. (FERREIRA, 2003, p. 340-341).

A renúncia provoca mais uma grave crise política da República brasileira. Os ministros militares tentam vetar a posse de Jango, um homem profundamente identificado com Vargas, com o trabalhismo e com o projeto nacional-estatista. Goulart era, nesse momento, o mais importante herdeiro político de Getúlio.

A tentativa de veto desencadeia reações e resistências, e Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, organiza e lidera a “Campanha da Legalidade”, visando garantir a posse de João Goulart na Presidência da República.

Depois de muita tensão e muitas negociações, Jango volta ao Brasil pelo sul, e acaba sendo adotada uma solução conciliatória. É aprovada, às pressas, pelo Congresso Nacional uma emenda parlamentarista à Constituição. Goulart tomaria posse, mas com seus poderes reduzidos.

Em 1962, Goulart ainda se encontra tolhido pelas amarras do parlamentarismo, chamado por Edgar Rodrigues de “governo de proveta” (RODRIGUES, 1993b, p. 236). Nesse mesmo ano, os anarquistas “residentes em terras brasileiras” realizaram, nos dias 20 a 22 de abril, um encontro na Nossa Chácara, em São Paulo, para “[...] conferir pela nona vez, no Brasil, temas doutrinários, de organização e meios de expansão ideológica”. A primeira sessão, no dia 20, começou com as cerca de 100 pessoas presentes, entre militantes e seus familiares, cantando “A Internacional”. Nessa sessão, basicamente informes: das atividades do Centro de Cultura Social, da Aliança Libertária e da Juventude Libertária, todos de São Paulo; exposição das realizações do grupo Amigos da Nossa Chácara; informe das atividades do Centro de Estudos Professor José Oiticica, do Rio de Janeiro; informações do grupo de espanhóis da CNT exilados no Brasil; informações de Sorocaba, por João Perdigão Gutierrez, e de Pelotas, por Santiago Vichentini.

“A 2ª sessão teve início às 20h20m e foi ocupada exclusivamente com a conferência do militante Edgard Leuenroth sobre os anarquistas na atualidade, exposição encerrada com debates muito proveitosos”. (RODRIGUES, 1993b, p. 244).

No dia 21, três sessões: na primeira, informações sobre o funcionamento da Editora Mundo Livre, realização do CEPJO do Rio de Janeiro; e exposição da comissão redatora de *O Libertário*. Na segunda sessão, uma conferência sobre “A psicologia humana na questão social”, cujo objetivo era “fazer com que os anarquistas olhem um pouco para dentro de si mesmos [uma vez que] era convicção do Grupo Anarquista do Rio de Janeiro que não bastava conhecer as ideias anarquistas, era indispensável melhorar o homem mental e psiquicamente”. Na terceira sessão, que

[...] estendeu-se pela noite adentro, foi amplamente debatida a situação dos sindicatos atuais e examinadas as possibilidades de interferência dos anarquistas nos meios operários. Dos debates não resultou nada de prático para realizar a curto prazo. Faltavam anarquistas operários. (RODRIGUES, 1993b, p. 245).

No dia 22, a primeira sessão discutiu um “atualíssimo tema”, a reforma agrária, a partir de um trabalho elaborado por Edgard Leuenroth, “excelente como projeto, como proposição e sobretudo como afirmação anarquista”. A sessão terminou com uma exposição sobre a vida nos Kibutz de Israel. Na sessão de encerramento, “recitais e cantos acompanhados ao violão pelo elemento feminino das juventudes libertárias”.

Para Edgar Rodrigues:

Neste “encontro anarquista” uma coisa ficou bem patenteada: a necessidade de atualizar os anarquistas. Não se pode viver no mundo dos sonhos [...]. É preciso reconhecer que não basta expor com brilho o anarquismo, é necessário principalmente, senti-lo! [...] O Encontro, apesar de suas limitações e da carência de recursos para ampliar a obra dos anarquistas, no campo da propaganda, deixou patenteada a praticabilidade da vida coletiva preconizada pelos libertários [...]. (RODRIGUES, 1993b, p. 246).

Na “Pequena antologia”, 2ª Parte (“Anexo”) de *Entre ditaduras*, Rodrigues reproduz na íntegra algumas teses discutidas e/ou aprovadas nesse “Encontro Anarquista” de abril de 1962. Dessas, a mais significativa, a nosso ver, é “O movimento libertário e a organização proletária”. A tese, aprovada no encontro, começa pela elaboração de uma síntese da história do movimento operário e sindical no Brasil, desde suas origens no final do século XIX, enaltecendo o papel positivo para o proletariado da “organização sindicalista de ação direta”, em especial nas primeiras décadas da República. Em seguida, a tese critica a situação dos sindicatos no pós-trinta, e até o momento do encontro libertário (1962), “sujeitos inteiramente à influência e controle direto e permanente do governo, através do Ministério do Trabalho [...] à ação corruptora da burocracia sindical [os ‘pelegos’] [e ao] corroedor cancro social no movimento proletário [que] é o imposto sindical [...]”. Por fim, a tese propõe algumas atividades práticas:

[...] apoio ativo às reivindicações do proletariado [...]; defender o direito de liberdade sindical, sem as peias da intervenção estatal, bem como de livre reunião e de greve; combater o imposto sindical [...]; demonstrar aos trabalhadores o malefício do domínio do “peleguismo” [...]; promoção de conferências e cursos de orientação sindical em sedes de sindicatos [...]. (RODRIGUES, 1993b, p. 265-269).

Em suma, uma tentativa de atualização e de (re)inserção do anarquismo no mundo sindical. O grande problema é que nesse momento não havia muitos operários anarquistas. Sem dúvida, a concorrência dos comunistas e dos trabalhistas era muito forte. E a do próprio Estado, forte e desleal. O campo para o florescimento da “planta exótica” era então muito menos fértil.

O 1º de Maio de 1962 foi comemorado pelos libertários, mais uma vez, “à moda antiga”:

Contrariando os “sindicalistas” políticos, os anarquistas comemoraram o seu dia 1º de Maio explicando: Não é uma festa do trabalho. Sua data foi escrita em caracteres sanguíneos. É absurdo o operário festejar a sua escravidão. Ao contrário, é uma data que deve ser lembrada com consciente demonstração de protesto contra as injustiças sociais e de propósitos reivindicadores. (RODRIGUES, 1993b, p. 238).

Enquanto isso, trabalhadores e políticos festejam a data no Rio de Janeiro, com a presença do Presidente João Goulart e também de Luís Carlos Prestes, que discursa na Cinelândia.

Em junho, *O Libertário* faz um apelo aos trabalhadores:

Trabalhador: seja qual for a tua profissão, procura o teu sindicato e contribui para que ele seja o órgão ativo, efetivo e permanente da defesa dos teus direitos. Não te conformes em ser apenas mais uma pessoa atendida nos guichês de uma instituição burocrática, raquítica e indiferente à grande missão dos sindicatos [...]. O sindicato livre, com finalidades emancipadoras, será a nova força que há de decidir os destinos do mundo; e dele também depende o futuro dos teus filhos. Um operário consciente é sempre uma unidade ativa na conquista de melhores condições de vida [...]. (*O Libertário*, junho de 1962, apud RODRIGUES, 1963c, p. 33).

Em 1962, constatamos um jornal anarquista conclamando trabalhadores a tentar transformar seus órgãos de classe em sindicatos livres e autônomos. É certo que esse apelo não teve grande êxito. Afinal, como os próprios libertários reconheciam, “faltavam operários anarquistas” e a pressão do Estado era fortíssima. De qualquer forma, pensamos que esse apelo precisa ser registrado.

O período que vai de meados de 1962 ao Golpe de 1964 é comentado por Edgar Rodrigues em outro livro, *O ressurgir do Anarquismo*, o terceiro da segunda trilogia por nós mencionada nesta da tese.

Na “Introdução”, Rodrigues afirma que, mais uma vez, vai tentar “diminuir as lacunas” deixadas nas obras anteriores sobre o anarquismo e a história operária no Brasil. Parece-nos, com efeito, que, à medida que Edgar Rodrigues tem acesso a novos documentos, por ele ainda não conhecidos, nosso “pesquisador instintivo” sente-se na obrigação de não deixá-los inéditos, no esquecimento, em suma, de publicá-los. Dessa forma, a “Introdução” de várias de suas obras, bem como os frequentes “Anexos”, “Apêndices” ou “Antologias”, publicados ao fim de diversos livros, cumprem essa função de “preencher lacunas”.

Na “Introdução” de *O ressurgir do Anarquismo*, destacamos, apenas para mais uma vez reafirmar um aspecto importante da visão de mundo libertária, uma frase constante de artigo publicado por *A Lanterna* (em sua 3ª fase, então dirigida por Edgard Leuenroth), no dia 1º de Maio de 1933: “A utopia de hoje é a realidade de amanhã!”. (RODRIGUES, 1993c, p. 21).

Voltando aos anos sessenta, em agosto de 1962, nos dias 17 a 19, foi realizado na cidade de São Paulo o Quarto Congresso Sindical Nacional, com a presença de 2.566 delegados representando 574 entidades sindicais de 21 estados do Brasil; também participaram do encontro representantes de alguns sindicatos e federações internacionais.

Nas palavras de Edgar Rodrigues:

No final do Conclave o Comando Geral da Greve de 5 de julho transformou-se no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e baixou resoluções onde se misturavam reivindicações econômicas, políticas, partidárias, nacionais, patrióticas e internacionalistas. Entre os muitos vivos, sobressaiu um de apoio à ditadura de Cuba, ignorando na oportunidade que circulava desde abril pela América Latina manifesto subscrito por militantes anarcossindicalistas cubanos no exílio [...]. (RODRIGUES, Edgar, 1993c, p. 42).

Segundo Rodrigues, o Congresso foi muito influenciado por membros do PCB, que “[...] nunca se preocuparam com preparar o proletariado para se emancipar, ao contrário, tudo faziam para convertê-lo em massa obediente, sempre disposto a engrossar as bases bolchevistas”. (RODRIGUES, 1993c, p. 42).

Ao longo do ano de 1962, ocorreram inúmeras greves, a maior parte delas denunciando e combatendo a inflação e a alta do custo de vida e reivindicando melhorias salariais, mas também greves com uma pauta política: apoio à reforma agrária e às reformas de base em geral; apoio ao governo Goulart e especificamente ao retorno do presidencialismo, no plebiscito convocado por Jango.

Mil novecentos e sessenta e dois caminhava para o fim com uma inflação galopante devorando todos os aumentos conquistados: por meio de greves e dissídios coletivos na Justiça do Trabalho, com o trabalhador vivendo sua grande contradição: mais de 200 órgãos de classe estavam contra o parlamentarismo, dispostos a deflagrar a greve geral no país, como se o presidencialismo produzisse a sua felicidade, o bem-estar social e humano para todos! Como se este advogasse a emancipação do Trabalhador! (RODRIGUES, 1993c, p. 44).

Na visão de Edgar Rodrigues, um governo presidencialista não representaria uma mudança significativa em relação a um governo parlamentarista, no que diz respeito aos interesses dos trabalhadores, principalmente seus interesses de longo prazo, de “emancipação social e humana”. É certo que é uma visão coerente com os postulados gerais do anarquismo, mas, a nosso ver, extremamente simplista em relação àquela conjuntura específica da vida política brasileira.

Em fevereiro de 1963, Edgard Leuenroth participa de um programa de televisão para explicar “o que é o Anarquismo”. Afirma então Leuenroth:

O anarquismo é a filosofia da humanidade. Os seres humanos se completam no anarquismo e atingem a expressão máxima de seu desenvolvimento. O anarquismo não se fecha, não está enquadrado em nenhum esquema preestabelecido a servir de roteiro para a conduta humana. É a própria vida! E, como tal, vai até onde o sentido da liberdade o possa conduzir. Sim, porque a essência da anarquia é liberdade e responsabilidade [...]. (LEUENROTH apud RODRIGUES, 1993c, p. 56).

Comenta Edgar Rodrigues: “A exposição lúcida de Leuenroth repôs o anarquismo no seu devido lugar, enquanto contestava os que o denigrem [...]”. (RODRIGUES, 1993c, p. 56).

Ao longo do ano de 1963, “o CGT continuava inquietando o patronato, a burguesia, os comandos militares. Sem amparo legal, o Comando Geral dos Trabalhadores existia de fato, era recebido por autoridades civis e militares [...]”. (RODRIGUES, 1993c, p. 59). Nos últimos dias de abril foi realizado no Palácio dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, o Segundo Congresso Brasileiro de Trabalhadores na Indústria, sendo convidados o Presidente da República, o Ministro do Trabalho e “representantes sindicais” da União Soviética, da China Popular e de outros países.

Para Edgar Rodrigues, toda a luta dos sindicalistas brasileiros naquela conjuntura estava orientada a partir de uma estratégia (elaborada e implementada pelos trabalhistas e pelo PCB) equivocada: embora exigissem do governo reformas políticas, não lutavam efetivamente pela liberdade e autonomia de seus sindicatos. Aliás, para Rodrigues “a diferença dos pelegos ‘trabalhistas’ para os pelegos ‘nacionalistas e progressistas’ era invisível”. (RODRIGUES, 1993c, p. 60). Assim, “O 1º de Maio de 1963 terminou como um dia sem sol!”. (RODRIGUES, 1993c, p. 62).

Em novembro desse ano, nos dias 15, 16 e 17, foi realizado, na Nossa Chácara em São Paulo, o “Décimo Encontro Ácrata”. Compareceram ao conclave libertário mais de cem pessoas, entre militantes de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Sergipe, além de exilados espanhóis, alguns convidados e familiares.

Os temas examinados no Congresso foram os seguintes: **a)** o Centro de Cultura Social de São Paulo; **b)** o Centro de Estudos Professor José Oiticica, do Rio de Janeiro; **c)** a Cooperativa Editora Mundo Livre; **d)** *O Libertário*; **e)** Movimento sindical; **f)** Conferências; **g)** Assuntos vários.

Foram realizadas no total oito sessões, uma preparatória, uma inaugural, quatro para debater o temário, uma recreativa e uma de encerramento.

No dia 15, de manhã, a sessão preparatória e a sessão inaugural, esta um encontro de confraternização, no qual todos os presentes falaram, se conhecendo ou se reencontrando, e trocando informações sobre o movimento libertário no Brasil (a sessão passou a ser chamada de “desabafo”). À tarde, na primeira sessão para tratar do temário do encontro, foram apresentados informes sobre as atividades do Centro de Cultura Social de São Paulo; do Centro de Estudos Professor José Oiticica; e da Cooperativa Editora Mundo Livre. À noite, o professor Newton Josetti, psicólogo, apresentou uma conferência sobre “Revolução social e modificação individual”.

No dia 16, pela manhã, foi realizada a segunda sessão de debates, quando foram apresentados trabalhos sobre as atividades do jornal do movimento, *O Libertário*, e sobre as atividades da Nossa Chácara. À tarde, debate sobre o movimento sindical e o anarquismo na “situação atual”. À noite, uma sessão de caráter festivo, “cujo programa constituiu-se em canto, música, monólogos, anedotas e declamação”.

No dia 17, domingo, de manhã, conferência do professor Azis Simão, da Universidade de São Paulo, sobre a questão social, a classe operária e o movimento sindical no Brasil e em outros países, abordando também a formação da Associação Internacional dos Trabalhadores, a Revolução Russa (inclusive a questão da Ucrânia) e a Revolução Espanhola. Em seguida, a sessão de encerramento, “com a presença de numerosa assistência”.

Penso ser importante destacar, entre os “Assuntos vários” discutidos, um debate e a aprovação de uma moção sobre Cuba, cujo último parágrafo é o seguinte:

Assim, os anarquistas reunidos no Encontro Libertário, nos dias 15, 16 e 17 de novembro, denunciam a ditadura bolchevista dominante em Cuba como desvirtuadora das finalidades socialistas da revolução, denunciam a ação reacionária dos capitalistas que querem restabelecer seu regime de privilégios, e proclamam que continuam a defender a revolução cubana com sua finalidade libertadora, para que

ela retome sua marcha objetivando estabelecer o regime socialista libertário. (RODRIGUES, 1993c, p. 53) [Sobre o Décimo Encontro Libertário, p. 49-55].

Mais uma vez, em 1963, o anarquismo reafirmando com veemência suas críticas ao capitalismo e ao socialismo autoritário.

Segundo Edgar Rodrigues: “O ano de 1964 começou tumultuado. As constantes manifestações apavoravam a burguesia e os militares. Unidos pelo medo preferem dar o golpe de 1º de abril a promover as reformas que o país reclamava”. (RODRIGUES, 1993c, p. 69).

Como afirmamos acima, no dia 7 de setembro de 1961, João Goulart toma posse na Presidência da República, mas com seus poderes reduzidos pela emenda parlamentarista.

Jango herda do curto mandato de Jânio Quadros uma grave crise econômica (além da crise político-militar), com as finanças públicas, a inflação e a dívida interna e externa fora de controle.

Nos últimos meses de 1961 e ao longo de 1962, Goulart tenta implementar uma política de “conciliação nacional”. Entretanto, o processo de radicalização política, à direita e à esquerda, vai se aprofundando.

As forças de esquerda, revolucionárias, reformistas ou mesmo nacionalistas, exigiam a imediata execução das reformas de base, em especial a reforma agrária, “na lei ou na marra”. Dentre essas forças destacamos: o CGT, congregando parcelas significativas da classe trabalhadora urbana; o PCB e outras organizações comunistas menores; as Ligas Camponesas; os estudantes da UNE; intelectuais (principalmente ligados ao ISEB); subalternos das forças armadas e os trabalhistas, principalmente a ala mais à esquerda do PTB, liderada por Leonel Brizola. De acordo com um historiador, nessa conjuntura “Brizola unificava as esquerdas”. (FERREIRA, 2003, p. 355). Como mencionamos, também os anarquistas debatiam e tinham um projeto de reforma agrária, e apoiavam a implementação das reformas de base.

Do outro lado do espectro político, usando o “fantasma do comunismo”, típico da Guerra Fria, e afirmando que Jango pretendia implantar no Brasil uma “república sindicalista”, a direita conspira, já visando derrubar o presidente. Em 1962, com apoio norte-americano, são fundados o IPES e o IBAD, institutos que articulam as forças conservadoras.

Depois de sucessivos adiamentos, de três gabinetes e das eleições legislativas de outubro de 1962, finalmente o plebiscito, através do qual a população iria decidir pelo retorno (ou não) do sistema presidencialista de governo, é convocado pelo presidente da República e realizado em janeiro de 1963. A vitória de Jango é esmagadora. Aproximadamente 80% dos votos apoiam a volta do presidencialismo, e com ele os poderes para que Goulart

implementasse as reformas de base: além da reforma agrária, reformas urbana, administrativa, bancária, fiscal, tributária e universitária. A maioria da população reafirma seu apoio ao projeto trabalhista-nacionalista-reformista. As esquerdas clamam por reformas já! E as direitas tentam barrar o processo e os projetos reformistas, alegando o “direito de propriedade” dos latifundiários e a “ameaça comunista”.

Já com os poderes presidenciais, Goulart promulga o Plano Trienal, elaborado por seu ministro extraordinário do Planejamento, Celso Furtado. Entretanto, o plano, como tentativa de embasamento de uma proposta de “Pacto social”, mesclando medidas monetaristas ortodoxas e medidas estruturalistas, é bombardeado à esquerda e à direita, e fracassa. Furtado, irritado com críticas formuladas por uma extrema esquerda, declarou: “Devo esclarecer que não me encomendaram um projeto de revolução, mas um plano de governo”. (FURTADO apud FERREIRA, 2003, p. 365).

Ao longo do ano de 1963, prossegue o processo de radicalização política. A Frente de Mobilização Popular, fundada por Brizola e que tenta articular e unificar as esquerdas, promove campanhas de rua em favor da reforma agrária. Um projeto encaminhado pelo PTB, propondo a reforma agrária, é barrado no Congresso pelas forças conservadoras, representadas pelo PSD e pela UDN.

Assumindo a luta pelas reformas de base, plataforma histórica do trabalhismo, Goulart vai progressivamente perdendo o apoio de um “centro político”, e vai, crescentemente, buscar sustentação política junto às esquerdas. Estas, entretanto, veem Jango como um político hesitante, sempre tendente à “conciliação”.

Nas palavras de Jorge Ferreira: “Isolado à direita, à esquerda e ao centro [...] Goulart chegara ao final de um ciclo. A sua estratégia de conciliação entre as diversas forças políticas fracassara [...]. O clima era de radicalização”. (FERREIRA, 2003, p. 375). De acordo com o mesmo historiador:

A estratégia da Frente de Mobilização Popular, nesta altura, era a do confronto aberto. Optando pela luta extraparlamentar e pela ação direta, a Frente das esquerdas atuava com comícios, manifestações, passeatas e greves, pressionando assim o Congresso “reacionário” e o presidente “conciliador”. (FERREIRA, 2003, p. 379).

A Frente de Mobilização Popular opta pela “ação direta”, tática tão cara aos libertários e, na verdade, típica do anarquismo. Nessa conjuntura, Santiago Dantas, líder trabalhista, forma, tentando unir as esquerdas, a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, qualificada por ele como uma “esquerda positiva”, em oposição à “esquerda negativa” da

mais radical FMP. Dantas, não consegue, no entanto, unir as esquerdas. Curiosamente, os sindicatos mais radicais, que apoiam esta última frente, são caracterizados por Dantas como “contagiados pelo anarquismo”. (SANTIAGO DANTAS apud FERREIRA, 2003, p. 378).

O desdobramento do processo se dá com mais radicalização, tanto a esquerda como a direita optando por uma “estratégia de confronto”. A esquerda, a nosso ver, claramente superavaliou suas forças, e subestimou as forças do adversário.

A gota d’água para que as forças de direita, que vinham conspirando desde o início do governo, por fim optassem pelo golpe civil-militar, foi, além do famoso comício de 13 de março na Central do Brasil, a insubordinação dos subalternos das forças armadas, tanto no Exército como na Marinha, apoiados e anistiados por Jango. A quebra da hierarquia e da disciplina no interior da corporação militar acaba levando muitos oficiais legalistas, majoritários na instituição, a apoiarem os conspiradores e o golpe, por fim desfechado em março/abril de 1964.

Temendo uma guerra civil e o derramamento de sangue que a ela fatalmente se seguiria, Goulart opta por não organizar a resistência, e sai do país, deixando vago o cargo de presidente da República.

O Golpe civil-militar de março/abril de 1964²⁴ iria dar um fim não apenas à “experiência democrática”, como também à “nova aurora libertária”. O anarquismo iria lutar para tentar sobreviver a uma nova ditadura ainda mais longa que o Estado Novo varguista. Apesar de todas as vicissitudes e dificuldades, o anarquismo não morreu.

²⁴ Sobre o Golpe de 1964, além do artigo de FERREIRA, Jorge, ver também DREIFUSS, René Armand, *1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA Rodrigo Patto Sá (Orgs.), *O Golpe e a ditadura militar 40 anos depois*. São Paulo: EDUSC, 2004. Sobre João Goulart, ver FERREIRA, Jorge, *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CONCLUSÃO

**“O SOCIALISMO LIBERTÁRIO TALVEZ SEJA A ÚNICA UTOPIA QUE NÃO FOI DERROTADA, NO CAMPO
TEÓRICO, PELOS ACONTECIMENTOS.”**

Luce Fabbri

“NÃO SE RESIGNE: INDIGNEMO-NOS.”

“EU ME SINTO CADA VEZ MAIS COMO UM COMUNISTA LIBERTÁRIO.”

“A UTOPIA SÓ É VÁLIDA SE PUDER SER ATINGIDA AMANHÃ, E NÃO DENTRO DE CINQUENTA ANOS.”

José Saramago

**“O PROBLEMA DE ‘LIBERTAR O HOMEM DA DESGRAÇA DA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA
E DA ESCRAVIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA’ PERMANECE O PROBLEMA DO NOSSO TEMPO.
ENQUANTO ISSO DURAR, AS DOCTRINAS E AS PRÁTICAS REVOLUCIONÁRIAS
DO SOCIALISMO LIBERTÁRIO SERVIRÃO COMO INSPIRAÇÃO E GUIA.”**

Noam Chomsky

A conclusão de uma tese é o momento em que o autor procura afirmar ou reafirmar hipóteses formuladas no início do trabalho, ao longo da elaboração do projeto, hipóteses que vão sendo (ou não) confirmadas durante a realização da pesquisa e da própria redação do texto. Trata-se, em suma, e obviamente, de concluir o trabalho.

Vamos, então, tentar concluir a tese *Um Homem vale um Homem – Memória, História e Anarquismo na Obra de Edgar Rodrigues*.

Minhas hipóteses iniciais de trabalho eram bem simples; contendo, entretanto, a meu ver, a densidade necessária e suficiente para justificar a elaboração de uma tese de doutorado. Em primeiro lugar, acreditamos ter fundamentado e justificado a hipótese de que Edgar Rodrigues é um dos mais importantes, senão o mais importante, memorialistas do anarquismo no Brasil e em Portugal. Privilegiamos na nossa tese a história do socialismo libertário no Brasil, embora constem do trabalho algumas referências e indicações importantes sobre a história do anarquismo em Portugal.

Pensamos também ter fundamentado e justificado a hipótese da própria relevância do anarquismo na história social e política do Brasil republicano e daí a decorrente necessidade do estudo do socialismo libertário, e do anarcossindicalismo, para a compreensão dessa história, em particular a história do movimento operário e sindical.

Acreditamos, ainda, ter fundamentado e justificado a hipótese central, e mais específica, da nossa tese: a ideia de que para Edgar Rodrigues a escrita era, sempre foi, uma missão. Uma missão autoatribuída, a partir da formação de uma consciência social e política, uma consciência crítica construída de uma forma lenta, permanente, progressiva, sofrida e dolorosa. A consciência que levou Rodrigues a intervir, a não se omitir, a não deixar que

papéis, que ele sabia importantes, se perdessem, fossem destruídos pelas agruras do tempo, e com eles se perdesse também a história dos trabalhadores, dos operários, dos anarquistas, dos libertários. Consciência que também levou Rodrigues a se solidarizar, em vários momentos da sua vida, com companheiros de ideias e de lutas. Afinal, a solidariedade é um dos valores centrais do anarquismo.

Dessa maneira, Edgar Rodrigues se autoatribuiu a missão de escrever: escrever, escrever, escrever ininterruptamente, por mais de cinquenta anos. Certamente, não sobre qualquer tema. Escrever sobre os trabalhadores, suas lutas sociais e políticas, sindicatos e greves, escolas e grupos de teatro, vitórias e derrotas, conquistas e perdas, em suma, a questão social, a “exploração do homem pelo homem”.

Escrever, sempre movido por um irrefreável sentimento de justiça e liberdade, para denunciar os crimes das ditaduras, quaisquer ditaduras, de direita ou de “esquerda”, denunciar as prisões, os espancamentos, as torturas, as deportações, os assassinatos praticados pelas mais diversas tiranias, desde o “fascismo luso”, o salazarismo em sua terra natal, às ditaduras no Brasil, o Estado Novo e o regime militar, não esquecendo de denunciar os crimes do franquismo espanhol e do “socialismo real” soviético. Na prática, a missão se tornou militância, a militância de toda uma vida, como procuramos demonstrar na tese, longa e extremamente produtiva.

Escrever, claro, sobre o Anarquismo (que aparece, em sua obra, muitas vezes grafado dessa forma, em letra maiúscula), sua “filosofia de vida”, sua visão de mundo, a proposta que iria, finalmente, segundo sua crença, e também de acordo com sua razão, conduzir os homens a uma sociedade mais justa, livre, fraterna e solidária, enfim, resolver os problemas cruciais da humanidade e levá-la a conhecer e a viver a felicidade plena da “Harmonia Anárquica”.

Bem, a conclusão seria também o espaço para a formulação das famosas “considerações finais”. No nosso caso, na nossa tese, as “considerações” que se seguem, “finais”, mas não conclusivas, são muito mais indicativas de questões e temas a serem eventualmente retomados e aprofundados, por mim, e/ou por outros estudiosos e pesquisadores. Na verdade, trata-se basicamente de quatro considerações, duas delas relativas à possibilidade de um estudo comparativo, ou de aproximações entre as obras de Edgar Rodrigues e aquelas de outros autores.

A primeira delas, explicitada ao longo da tese, refere-se à comparação feita por mim entre as obras de Rodrigues e aquelas de Lima Barreto e Euclides da Cunha, no que diz respeito à visão ou concepção do trabalho da escrita, bastante semelhante para esses três autores, como “missão” ou militância. Citei na tese o livro de Nicolau Sevcenko, *Literatura*

como missão, sobre Lima e Euclides. Reafirmo então, agora na “Conclusão”, que Edgar Rodrigues sempre viu a produção – e a divulgação – de sua obra escrita não só como militância, mas como uma verdadeira “missão”. Daí nosso autor falar tanto em “semear” as ideias e os valores anarquistas à exaustão. Essa seria a única forma de “redimir” a humanidade e conduzi-la à plena “felicidade anárquica”. Estudar e divulgar o anarquismo: esta é a sua missão, sua razão de viver.

A segunda “consideração final”, ainda mais indicativa, está sendo pensada, formulada e explicitada agora, mas não posso deixar de registrá-la. Trata-se de uma aproximação, que fui percebendo e construindo ao longo do próprio trabalho de elaboração da tese, entre as obras de Edgar Rodrigues e José Saramago. Em primeiro lugar, tenho grande admiração e conheço bem a obra dos dois autores. Isso, claro, pouco significa, é o meu gosto pessoal, são as minhas afinidades e preferências.

Entretanto, fui constatando proximidades objetivas. Saramago e Rodrigues, ambos com uma forte dose de autodidatismo em sua formação, são homens da mesma geração, que viveu e sofreu as agruras da ditadura salazarista. Os dois nasceram em pequenas localidades ou aldeias de Portugal. Edgar Rodrigues/ Antonio Francisco Correia, como já vimos, nasceu em Angeiras, freguesia de Lavra, município de Matosinhos, distrito do Porto, norte de Portugal, em março de 1921.

José de Souza Saramago nasceu em 1922 na aldeia de Azinhaga, banhada pelo rio Almonda, afluente do Tejo. Embora seus pais tenham se mudado para Lisboa antes que o menino completasse dois anos de idade, ele voltava todos os anos, nas férias, à aldeia natal, onde a figura mais marcante na sua formação foi o avô materno, Jerónimo, camponês, homem de grande sabedoria. Saramago continuou visitando Azinhaga ao menos uma vez por ano, até fazer trinta anos, e a aldeia permaneceu para sempre em sua memória.¹ Os dois autores, a meu ver, seguem e confirmam o conselho de Liev Tolstoi: se queres ser universal, escreve sobre tua aldeia.

Tanto Edgar Rodrigues quanto José Saramago são homens de esquerda, não conformistas, profundamente preocupados com as injustiças e as desigualdades sociais, com a repressão e as perseguições políticas, com a ausência de liberdade; e totalmente comprometidos com perspectivas de superação dessas desigualdades, injustiças e arbitrariedades; ou seja, comprometidos com a transformação social, com a construção de uma nova sociedade, justa, livre, fraterna e solidária, no limite, com a revolução social. Em

¹ SARAMAGO, José, *As pequenas memórias*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

suma, socialistas, cada um, certamente, à sua maneira. Saramago militou, por décadas, no Partido Comunista Português, mas sempre foi crítico em relação aos desvios autoritários do “socialismo real”, tanto na União Soviética como, por exemplo, em Cuba, cuja revolução admirava; e, já no século XXI, declarou, mais de uma vez, ser um “comunista libertário”. Ora, apenas esta autodesignação, a nosso ver, já aproxima fortemente José Saramago do militante anarquista Edgar Rodrigues. Sendo socialistas, são também internacionalistas, ambos considerando a humanidade como sua pátria. Além de socialistas, são cidadãos e intelectuais comprometidos com a ética nas relações políticas e sociais. Rodrigues explicita isso ao longo de sua obra, em entrevistas, artigos e depoimentos; Saramago, numa entrevista, chega a falar na necessidade de uma “insurreição ética”. Esses compromissos, políticos e éticos, ficam claros nas obras dos dois autores, compostas, nos dois casos, por dezenas de livros e centenas de artigos publicados em diversos países.

Essa dimensão universal da obra de Saramago foi, a meu ver, confirmada pela concessão do Prêmio Nobel de Literatura em 1998; a partir de então, a intervenção cidadã e internacional do escritor se ampliou consideravelmente. Tanto José Saramago quanto Edgar Rodrigues sempre tiveram e exercitaram a preocupação e o compromisso de falar em nome daqueles que não têm acesso à imprensa, aos meios de comunicação.

Ainda uma outra dimensão do pensamento e das convicções, tanto de Edgar Rodrigues quanto de José Saramago, aproxima os dois autores e suas obras. Trata-se do anticlericalismo. Edgar Rodrigues escreveu, por exemplo, diversos artigos criticando duramente o processo de mercantilização (e os lucros dele decorrentes) promovido pela Igreja católica em Portugal em torno dos supostos “milagres” de Fátima. Saramago, por sua vez, explicitou em inúmeras ocasiões sua visão de mundo materialista e, além disso, teve uma de suas obras, *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, proibida de circular em Portugal, por pressão dessa mesma Igreja, com apoio do Vaticano. Em suma, dois autores conterrâneos e contemporâneos, socialistas, não conformistas, anticlericais, internacionalistas, humanistas. A meu ver, proximidades significativas.

Edgar Rodrigues faleceu no Rio de Janeiro, em junho de 2009, aos 88 anos. Saramago, em Lanzarote, Ilhas Canárias, em 2010, aos 87 anos. Mais uma convergência: nos dois casos, vidas longas e extremamente produtivas. É certo que a obra de Saramago privilegia o lugar da ficção, enquanto obra de Rodrigues é essencialmente memorialística; é certo também que a obra de Saramago possui um refinamento intelectual, uma densidade filosófica e uma erudição ausentes da obra de Edgar Rodrigues. Essa constatação, entretanto, não apaga, na minha opinião, as convergências e os pontos de contato acima mencionados.

Uma terceira aproximação: em 1987, foi publicado em Paris, pelas Éditions Gallimard, o livro *Essais d'Ego-Histoire*, traduzido e publicado dois anos depois em Lisboa, pelas Edições 70, com o mesmo título: *Ensaaios de Ego-História*. Trata-se de um conjunto de depoimentos de oito historiadores franceses, da mesma geração, Maurice Agulhon, Pierre Chaunu, Georges Duby, Raoul Girardet, Jacques Le Goff, Michelle Perrot, René Rémond e Pierre Nora, organizados e apresentados por Nora. É claro que não vamos, nos limites desta tese (e desta “Conclusão”) aprofundar comentários sobre o livro e sobre os ricos depoimentos. Lembramos, entretanto, e queremos registrar que, sendo esses intelectuais companheiros de geração de Edgar Rodrigues, viveram questões e dilemas semelhantes àqueles vividos por nosso autor. Não as agruras do “fascismo luso”, mas certamente os horrores da ascensão do fascismo na Itália, do nazismo na Alemanha e da Segunda Guerra Mundial, com o holocausto, a ocupação da França e as dezenas de milhões de mortes. O forte impacto dessas vivências aparece nos oito depoimentos, e alguns deles – principalmente, a meu ver, aqueles de Maurice Agulhon, Georges Duby, Jacques Le Goff e Michelle Perrot – apresentam questões muito próximas das preocupações e dos temas tratados por Edgar Rodrigues, embora este seja, como procuramos demonstrar ao longo da tese, um memorialista, e aqueles autores sejam historiadores, portadores de um saber erudito. De qualquer forma, a proximidade existe e decorre ou de algum tipo de militância de esquerda (por exemplo, Agulhon no Partido Comunista Francês), de uma identificação com as forças republicanas na Guerra Civil Espanhola, de uma participação na resistência francesa, ou ainda da construção de uma temática no exercer o ofício de historiador: por exemplo, Michelle Perrot construindo e se dedicando ao tema da classe e do movimento operário. A propósito, e como ilustração do acima mencionado impacto de certas vivências, afirma Michelle Perrot em seu depoimento:

O meu pai saía de sete anos de guerra. Recrutado voluntário, ele voltava profundamente transformado, tão antimilitarista como já era anticlerical, cético perante a política (só se inscreveu nas listas eleitorais depois da Libertação), rebelde relativamente a todo o poder – “o poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente”, gostava de repetir –, um pouco anarca, em suma, ávido de viver também.²

Em suma, uma mesma geração de escritores, embora com formações as mais diversas, vivenciando e enfrentando impactos, dilemas e questões muito semelhantes.

² PERROT, Michelle, “O espírito da época”. In: NORA, Pierre (Org.), *Ensaaios de Ego-História*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 247.

Uma última questão a ser abordada nesta “Conclusão”: a atualidade do anarquismo. Em 2002, no “Prefácio” à 2ª edição do meu livro *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, escrevi:

Acredito hoje na força, no vigor, na fecundidade, na generosidade e na atualidade das ideias, dos valores e dos ideais anarquistas, da visão de mundo libertária. Seu internacionalismo, a busca incessante de conjugar socialismo com liberdade, a crítica radical ao autoritarismo – inclusive nas relações interpessoais – e à centralização, a crítica ao individualismo e a valorização da solidariedade, suas propostas de autogestão e de transformação das relações cotidianas conferem ao anarquismo contemporaneidade. Talvez ele possa, nesse mundo conturbado em que vivemos, nesses tempos sombrios e narcísicos, se constituir como uma estrela guia, como um norte.³

Creio que a história da última década confirma essas palavras. Permanecem a exploração do homem pelo homem, as injustiças e desigualdades, e alguns regimes ditatoriais insistem em continuar oprimindo seus respectivos povos. Entretanto, as populações resistem a essas situações e buscam novas alternativas, algumas delas, na minha interpretação, inspiradas e/ou tributárias do método clássico de intervenção social e política do anarquismo: a ação direta.

Penso em alguns movimentos sociais e políticos recentes, de fundamental importância na definição da atual conjuntura política internacional. Penso no gesto inaugural e fortemente simbólico da autoimolação do vendedor autônomo em Túnis, exausto e indignado com as violências e arbitrariedades da polícia do regime ditatorial, gesto que se desdobrou através das multidões revoltadas ocupando ruas e praças públicas não apenas na Tunísia, mas também em outros países: na praça Tahrir, no Egito; em Benghazi e Trípoli, na Líbia; em Sanaa, no Iêmen; em Manama, no Bahrein; em Homs e Damasco, na Síria; e em outras capitais e cidades do norte da África e do Oriente Médio, configurando a “primavera árabe”, quando, pela ação direta, os povos conseguiram (ou estão tentando) derrubar ditaduras e tiranias instaladas há décadas no poder.

Penso no movimento dos “indignados” que, a partir de Barcelona e Madri, se espalhou por diversas capitais e inúmeras cidades europeias, expressando basicamente, a meu ver, sua indignação com a ineficácia, o elitismo e a negligência da política institucional e, muitas vezes, também com a corrupção de políticos profissionais. Penso ainda nos movimentos e

³ ADDOR, Carlos Augusto, “Prefácio à segunda edição”. In: _____. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 15-16.

ações de ocupação de ruas e praças públicas norte-americanas (“occupy Wall Street”) e também sul-americanas, os manifestantes escolhendo locais estratégicos por sediar grandes conglomerados financeiros ou órgãos públicos (nacionais ou internacionais) responsáveis pela elaboração e implementação de políticas econômicas e financeiras, sempre favoráveis aos interesses do “mercado” e muitas vezes desfavoráveis aos interesses da grande maioria da população.

Não estou afirmando que se trata do anarquismo clássico, mas sim de ações e movimentos coletivos, importantes, inspirados nos valores e ideias anarquistas e, além disso, dos quais participam indivíduos e grupos libertários. Enfim, o anarquismo não morreu; ao contrário, mostra sua vitalidade, sua força e contemporaneidade, procurando se reinventar no limiar do século XXI. Talvez, então, a missão e a militância de Edgar Rodrigues, bem como aquelas de tantos outros escritores anarquistas tenham, afinal, produzido efeitos significativos.

Numa conversa informal com o historiador Alexandre Samis, este afirmou que, ao ler algumas obras de Edgar Rodrigues, ficava com a impressão, a sensação de que Rodrigues expressava uma espécie de “nostalgia do não vivido”. Tendo a concordar com Samis. Penso que, dado o altíssimo grau de seu comprometimento com o socialismo libertário, a “missão” que se autoatribuiu de escrever sobre o anarquismo e divulgar a “filosofia libertária”, Edgar Rodrigues gostaria de ter vivido no final dos anos dez, início dos vinte, o auge do anarquismo, quando este tem uma forte inserção social e sindical, não só em Portugal e no Brasil, mas também em muitos outros países. Entretanto, tendo nascido em 1921, quando chega à maturidade, Rodrigues encontra o anarquismo já num processo, também de dimensão internacional, de declínio, no que diz respeito à sua inserção ou ao seu vetor sindical. Daí a “nostalgia do não vivido” que aparece em suas obras.

Não cheguei a conhecer pessoalmente Edgar Rodrigues. Quando me preparava para entrevistá-lo, ele faleceu, em junho de 2009, na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, mantivemos uma breve correspondência. Essas cartas serão reproduzidas nos “Anexos” da tese.

Finalizando a “Conclusão”: não compartilho a certeza de Edgar Rodrigues de que a sociedade da “Harmonia Anárquica” viria, resolvendo os problemas cruciais da humanidade, permitir que os homens e as mulheres viessem a desfrutar da “Liberdade Plena”. Tenho mais dúvidas que certezas a esse respeito. Por outro lado, concordo totalmente com as críticas do autor ao capitalismo, ao socialismo autoritário e às ditaduras, de direita e de esquerda. E, assim como Edgar Rodrigues, me identifico profundamente com os valores essenciais do anarquismo: socialismo, liberdade, autonomia individual, solidariedade.

Espero, então, concluindo, que esta tese venha contribuir tanto para o debate em torno desses valores quanto para uma melhor compreensão, não apenas da importante obra de Edgar Rodrigues, como também do papel do anarquismo e do movimento operário e sindical na história da República Brasileira.

BIBLIOGRAFIA

6.1 Obras de EDGAR RODRIGUES

1957 – *Na Inquisição do Salazar*. Rio de Janeiro: Germinal.

1959 – *A fome em Portugal: análise da obra econômico-político-financeira do corporativismo português*. Rio de Janeiro: Germinal.

1962 – *O retrato da ditadura portuguesa*. Rio de Janeiro: Mundo Livre.

1969a – *Socialismo: síntese das origens e doutrinas*. Rio de Janeiro: Porta Aberta (2ª edição, 2003).

1969b – *Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1675-1913)*. Rio de Janeiro: Laemmert.

1972 – *Nacionalismo e cultura social (1913-1922)*. Rio de Janeiro: Laemmert.

1973 – *Conceito de sociedade global*. Rio de Janeiro: Gráfica Carioca.

1974 – *Violência, autoridade e humanismo*. Rio de Janeiro: Gráfica Carioca.

1976 – *ABC do Anarquismo*. Lisboa: Assírio e Alvim.

1977a – *Breve história do pensamento e das lutas sociais em Portugal*. Lisboa: Assírio e Alvim.

1977b – *Trabalho e conflito: pesquisa (1906-1937)*. Rio de Janeiro: Arte Moderna.

1978a – *Deus Vermelho*. Rio de Janeiro/ Porto: Mundo Livre.

1978 b – *Novos rumos: pesquisa social (1922-1946)*. Rio de Janeiro: Mundo Livre.

1979 – *Alvorada operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Mundo Livre.

1980a – *Socialismo: uma visão alfabética*. Rio de Janeiro: Porta Aberta.

1980 b – *O despertar operário em Portugal (1834-1911)*. Lisboa: Sementeira.

1981a – *Os anarquistas e os sindicatos em Portugal (1911-1922)*. Lisboa: Sementeira.

1981b – *A resistência anarcossindicalista à ditadura em Portugal (1922-1939)*. Lisboa: Sementeira.

- 1982 – *A oposição libertária à ditadura em Portugal (1939-1974)*. Lisboa: Sementeira.
- 1984 – *Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil*. São Paulo: Global.
- 1985 – *Anarquismo à moda antiga*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- 1986 – “Mulheres libertárias: um roteiro”. In: PRADO, Antonio Arnoni (Org.). *Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense. (Artigo assinado por Francisco Correia.)
- 1987a – *ABC do sindicalismo revolucionário*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- 1987b – *Os libertários: ideias e experiências anárquicas*. Petrópolis: Vozes.
- 1992a – *Quem tem medo do Anarquismo?*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- 1992 b – *A Nova Aurora Libertária (1945-1948)*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- 1992c – *O Anarquismo na escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- 1993a – *O Anarquismo no banco dos réus*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados.
- 1993b – *Entre ditaduras (1948-1962)*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- 1993c – *O ressurgir do Anarquismo (1962-1980)*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- 1993d – *O Homem em busca da Terra Livre*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados.
- 1993e – *Os libertários*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados.
- 1994 – *Os companheiros, volume 1*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados.
- 1995 a – *Os companheiros, volume 2*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados.
- 1995 b – *Diga não à violência*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados.
- 1995c – *Sem fronteiras*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados.
- 1997a – *Os companheiros, volume 3*. Florianópolis: Insular.
- 1997b – *Os companheiros, volume 4*. Florianópolis: Insular.
- 1997c – *Pequena história da imprensa social no Brasil*. Florianópolis: Insular.
- 1998a – *Os companheiros, volume 5*. Florianópolis: Insular.
- 1998b – *Notas e comentários histórico-sociais*. Rio de Janeiro: CC&P Editores.
- 1999a – *Pequeno dicionário de ideias libertárias*. Rio de Janeiro: CC&P Editores.
- 1999b – *Universo ácrata, volume 1*. Florianópolis: Insular.
- 1999c – *Universo ácrata, volume 2*. Florianópolis: Insular.
- 2001 – *O Homem e a Terra no Brasil*. Rio de Janeiro: CC&P Editores.
- 2002 – Catálogo da Exposição “Edgar Rodrigues – pesquisador libertário da História Social de Portugal e do Brasil”, Lisboa, Edição da Associação Cultural A Vida.
- 2003a – *Três depoimentos libertários*. Rio de Janeiro: Achiamé (Edgar Rodrigues *et alii*).
- 2003b – *Rebeldias, volume 1*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- 2004 – *Rebeldias, volume 2*. São Paulo: Opúsculo Libertário.

- 2005a – *Rebeldias, volume 3*. São Paulo: Opúsculo Libertário.
- 2005b – *Um século de história político-social em documentos, volume 1*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- 2007a – *Rebeldias, volume 4*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- 2007b – *Mulheres e Anarquia*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- 2007c – *Um século de história político-social em documentos, volume 2*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- 2007d – *Lembranças incompletas*. São Paulo: Opúsculo Libertário.

6.2 Outras fontes primárias

6.2.1 Periódicos

- Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, fevereiro e março de 1918 (nº 1 e 2).
- Crônica Subversiva*. Rio de Janeiro, nº 1 (1º de junho de 1918) ao nº 16 (12 de outubro de 1918), ano I; redator único: Astrojildo Pereira.
- O Debate*. Rio de Janeiro, ano I, nº 1 (28 de junho de 1917) ao nº 15 (27 de outubro de 1917); redatores: Astrojildo Pereira e Adolpho Porto.
- A Guerra Social* (Periódico Anarquista). Rio de Janeiro, ano I, nº 1 (24 de junho de 1911) ao nº 9 (23 de novembro de 1911); administrador: João Arzua.
- Jornal do Brasil*. Edições de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1918.
- Liberdade* (Periódico de crítica social e noticioso). Rio de Janeiro, ano II, nº 14 e 15 (abril de 1918).
- A Plebe*. São Paulo, ano II, nº 7 (5 de abril de 1919); redator: Edgard Leuenroth.
- A Razão*. Rio de Janeiro, edições de 1º de outubro de 1918 a 30 de novembro de 1918.
- A Vida*. Periódico Anarquista. Rio de Janeiro, edições do nº 1, de novembro de 1914, ao nº 7, maio de 1915. São Paulo, Ícone, 1988. Edição Fac-similar, organizada pelo CMS – Centro de Memória Sindical (São Paulo) – e pelo ASMOB – Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano (Milão, Itália).

6.2.2 Relatórios

Resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Confederação Operária Brasileira, Rio de Janeiro, Vilas-Boas, 1906.

Relatório da Confederação Operária Brasileira (contendo as Resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro de 1913 e as Resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906). Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 1914.

Annaes do Quarto Congresso Operário Brasileiro. Rio de Janeiro, 1912.

Boletim da Comissão Executiva do Terceiro Congresso Operário Brasileiro. Confederação Operária Brasileira, Rio de Janeiro, 1920.

Relatório da Diretoria do Centro Industrial do Brasil (para ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária do ano de 1922). Rio de Janeiro, Centro Industrial do Brasil – antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. (Grêmio fundado em 1820.)

6.2.3 Fontes oficiais

Annaes do Conselho Municipal. Sessões de 1º de novembro de 1918 a 31 de dezembro de 1918, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Tipografia Jornal do Comércio.

Annaes da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, Distrito Federal, Congresso Nacional, Sessões de 1º de novembro a 30 de novembro de 1918, volume XI (1918), Imprensa Nacional, 1919.

Diário do Congresso Nacional. 124ª Sessão do Senado Federal, em 20 de novembro de 1918, Rio de Janeiro, Distrito Federal.

Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (julho de 1919). Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, dr. Urbano Santos da Costa Araújo; Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919.

Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, volumes I a XXVI. 1ª Sessão Preparatória realizada no dia 1º de fevereiro de 1946; 182ª Sessão Extraordinária de encerramento dos trabalhos realizada no dia 19 de setembro de 1946. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946.

6.3 Obras sobre Anarquismo, Socialismo e movimento operário

ABDENROTH, Wolfgang, *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ADDOR, Carlos Augusto, *Rio de Janeiro, 1918: a Insurreição Anarquista*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

_____. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

_____. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

_____.; DEMINICIS Rafael (Org.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 2*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

_____. “Anarquismo e movimento operário nas três primeiras décadas da República”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 2*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

_____. “Ilusões Revolucionárias”. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, nº 12, setembro de 2006, Rio de Janeiro.

_____. “A greve de 1903: primórdios do movimento operário no Rio de Janeiro”, resenha do livro de AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Malandros desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*; *Revista História Ciências Saúde Manguinhos*, volume 14, nº 2, abril-junho de 2007, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

_____. “Manifestações culturais da classe operária na cidade do Rio de Janeiro (1889-1930)”, Relatório de pesquisa UFF / FINEP (mimeo.), Rio de Janeiro, 1984.

_____. “Proposta libertária para a sociedade brasileira”. In: *Revista Tempo e Presença*, Publicação de Koinonia, Rio de Janeiro/ São Paulo, ano 17, nº 283, setembro/ outubro de 1995.

ALANIZ, Anna Gicelle Garcia, *A sementeira de ideias: Edgar Rodrigues, uma vida dedicada à memória anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

ALEMBERT, Francisco, “Mário Pedrosa. Política e arte em revolução”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As esquerdas no Brasil, volume 1, A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALVIM, Zuleika M. F., *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ARNOLD, Matthew, *Culture and Anarchy*, New York, Chelsea House, 1983.

- AZEVEDO, Francisca Nogueira de, *Malandros desconsolados*. O diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2005.
- AZEVEDO, Raquel de, *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*, São Paulo, Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BAKUNIN, Michael, *Conceito de liberdade*. Porto: Edições RES, 1975.
- _____. *A instrução integral*. São Paulo: Imaginário, 2003.
- _____. *O princípio do Estado e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2008.
- _____. *O Socialismo Libertário*. São Paulo: Global, 1979.
- _____. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.
- BANDEIRA, Luiz Alberto et alii, *O Ano vermelho*. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BARROS, Orlando de, “O Anarquista das letras”. In: DEMINICIS, Rafael; REIS Daniel Aarão (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 1*. Niterói, EDUFF/ Mauad X, 2006.
- BATALHA, Cláudio H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: MORAES, João Quartim de (Org.), *História do Marxismo no Brasil, volume 2, Os influxos teóricos*. Campinas: UNICAMP, 1995.
- _____. *O Movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.), *O Brasil Republicano, volume 1, O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. “A Historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.), *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. *Dicionário do movimento operário. Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920: militantes e organizações*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- BEIGUELMAN, Paula, *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1977.
- BERKMAN, Alexander, *What is Anarchism?*, Edinburgh, AK Press, 2003.
- BERTHIER, René; VILAIN, Eric, *Marxismo e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2011.
- BIARD, Roland, *Histoire du mouvement anarchiste (1945-1975)*. Paris: Galilée, 1976.
- BIONDI, Luigi, “Na construção de uma biografia anarquista: os últimos anos de Gigi Damiani no Brasil”. In: DEMINICIS, Rafael; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 1*. Niterói, EDUFF/ Ed. Mauad X, 2006.

BLACKBURN, Robin (Org.), *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BOBBIO, Norberto, *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. *Qual Socialismo?* Discussão de uma alternativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOOKCHIN, Murray, *Anarquismo: crítica e autocrítica*. São Paulo: Hedra, 2011.

BRANDÃO, Octavio, *Combates e batalhas* (Memórias). São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BRETON, André et alii, *Surrealismo e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2001.

CABRAL, Michelle Nascimento, “Futebol, teatro e anarquia no Rio de Janeiro”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 2*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

CAMPOS, Cristina Hebling, *O Sonhar Libertário*. Movimento operário nos anos de 1917 a 1921, Campinas: Pontes/ UNICAMP, 1988.

CANDIDO, Antonio, *Teresina etc...* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARONE, Edgard, *Movimento operário no Brasil, 3 volumes*. São Paulo: Difel, volume 1, 1979; volume 2, 1981; volume 3, 1984.

_____. *O PCB, 3 volumes*. São Paulo: Difel, 1982.

_____. *O Marxismo no Brasil* (das origens a 1964). Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

CARR, Edward Hallett, *A Revolução Russa de Lênin a Stalin*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CARVALHO, Apolônio de, *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CASAS, Juan Gómez, *Historia Del Anarcosindicalismo espanhol*. Bilbao: Zero, 1978.

_____. *Historia de La FAI*. Madri: Fundación Anselmo Lorenzo, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius, *A Experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Os destinos do totalitarismo e outros escritos*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio, *A Influência das ideias socialistas no pensamento político brasileiro (1880-1922)*. São Paulo: Loyola, 1978.

_____. *A “Questão Social” no Brasil*. Crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CHACON, Vamireh, *História das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CHALHOUB, Sidney, *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHOMSKY, Noam, *Notas sobre o Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2004.

_____. *O Lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CLASTRES, Pierre, *A Sociedade contra o Estado*. Investigações de antropologia política. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

CODELLO, Francesco, “A Boa Educação”. Experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neill. São Paulo: Imaginário, 2007.

COLOMBO, Eduardo, *Anarquismo, obrigação social e dever de obediência*. São Paulo: Imaginário, 2003.

_____. et alii, *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

CONRAD, Joseph, *Um Anarquista e outros contos*. São Paulo: Hedra, 2009.

CORRÊA, Felipe, “Dedicação à militância: a vida de Ideal Peres”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 2*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

CÔRTEZ, Alex Sandro Barcelos, “Raízes do Anarquismo no Brasil”. In: DEMINICIS, Rafael; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 1*. Niterói, EDUFF/ Mauad X, 2006.

COSTA, Caio Túlio, *O que é o Anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COSTA, Hélio da, *Em busca da memória*. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e; *Amarelo e Negro*. Matizes do comportamento operário na República Velha. Dissertação de Mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1981.

CUBERO, Jaime, *Anarcossindicalismo no Brasil*. São Paulo: Índex Librorum Prohibitorum, 2004.

_____. et alii, *Os Anarquistas e as eleições*. Brasília: Novos Tempos, 1986.

DE JONG, “Algumas observações sobre a concepção libertária de mudança social e revolucionária”. In: PINHEIRO Paulo Sérgio (Coordenador), *O Estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo, *A vida fora das fábricas*. Cotidiano operário em São Paulo (1920-1934). São Paulo: Paz e Terra, 1987.

DEL ROIO, José Luiz, *Primeiro de Maio*. Cem anos de luta (1886-1986). São Paulo: Global, 1986.

DEL ROIO, Marcos, “A gênese do Partido Comunista (1919-1929)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 1, A Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DEMINICIS, Rafael Borges; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 1*. Niterói: UFF/ Mauad X, 2006.

DIAS, Everardo, *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

DRUMMOND, José Augusto, “Marx e o Anarquismo”. In: KONDER, Leandro et alii (Orgs.), *Por que Marx?*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ENGEL, Magali Gouveia, “Por um Brasil letrado e saudável: as vozes anarquistas e socialistas no debate em torno da questão nacional (RJ, 1915-1922)”, Comunicação apresentada ao Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 2011.

ENGELS, Friedrich, *Do Socialismo utópico ao socialismo científico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

_____. *Os Bakuninistas em ação* (o levantamento em Espanha no verão de 1873). Porto: Portucalense, 1972.

ENZENSBERGER, Hans Magnus, *O curto verão da Anarquia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FABBRI, Luce, *O Caminho até o socialismo sem Estado*. Em cada passo a realidade da meta, Rio de Janeiro: Achiamé, s/d. (1ª edição 1952).

FARINHA NETO, Oscar, *Atuação libertária no Brasil*. A Federação Anarcossindicalista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

FAST, Howard, *A Paixão de Sacco e Vanzetti*. Lisboa: Editorial Caminho, 1982.

FAURE, Sébastien, *Doze provas da inexistência de Deus*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.

FAUSTO, Boris, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.

_____. *Negócios e ócios*. Histórias da imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERNANDEZ, Eliseo; LOPES, Milton; RAMOS, Renato, “A Imigração galega e o anarquismo no Brasil”. In: DEMINICIS, Rafael; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 1*. Niterói: EDUFF/ Mauad X, 2006.

FERREIRA, Jorge, *Prisioneiros do mito*. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: EDUFF/ Mauad, 2002.

FERREIRA, Maria Nazareth, *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FERRERAS, Norberto Osvaldo, *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*. Niterói: EDUFF, 2006.

- FERRO, Marc, *A Revolução Russa de 1917*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- FERRUA, Pietro et alii, *Arte e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2001.
- _____. “A breve existência da seção brasileira do Centro Internacional de Pesquisas sobre o Anarquismo”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 2*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.
- FREIRE, Roberto, *Pedagogia Libertária*. São Paulo: Sol e Chuva, 1996.
- GALLO, Sílvio, *Pedagogia Libertária*. Anarquistas, anarquismos e educação. São Paulo: Imaginário, 2007.
- _____. *Anarquismo*. Uma introdução filosófica e política. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Orgs.), *Rebeldes e contestadores*. 1968: Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- GATTAI, Zélia, *Anarquistas, graças a Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- GAWRYZEWSKI, Alberto (Org.), *Imagens anarquistas: análises e debates*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.
- GODIO, Julio, *La Semana trágica de enero de 1919*. Buenos Aires: Hyspamérica Ediciones, 1972.
- GÓES, Maria da Conceição Pinto de, *A Formação da classe trabalhadora*. Movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- GOLDMAN, Emma, *Anarchism and other essays*. New York: Dover Publications, 1969.
- _____. *O Indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007.
- GOMES, Ângela de Castro, *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/ IUPERJ, 1988.
- _____. *Burguesia e trabalho*. Política e legislação social no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- _____. (Coordenadora), *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- GONÇALVES, Adelaide, “Moacir Caminha: o percurso original de um libertário cearense”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 2*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.
- _____. SILVA, Jorge E., *A bibliografia libertária*. O Anarquismo em língua portuguesa. São Paulo: Imaginário, 2001.
- GORI, Pietro, *Primeiro de Maio*. São Paulo: Biblioteca Cosmos, 1923.
- _____. *A Anarquia perante os tribunais*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.

GREEN, Gilbert, *Anarquismo ou marxismo: uma opção política*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

GRUBACIC, Andrej, *Rumo a um novo Anarquismo*. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2004.

GRYNZSPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus, “As Esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 2, Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUÉRIN, Daniel, *O Anarquismo e a democracia burguesa*. São Paulo: Global, 1979.

_____. *L’Anarchisme*. De la doctrine à l’action. Suivi de Anarchisme et marxisme. Paris: Gallimard, 1976.

_____. *Ni Dieu ni Maître. Anthologie de l’anarchisme* (Tomes I et II). Paris: La Decouverte/ Poche, 1999.

GURUCHARI, Salvador, *Bibliografía del Anarquismo español (1869-1975)*. Barcelona: Libreria La Rosa de Foc, 2004.

HARDMAN, Francisco Foot, *Nem Pátria nem patrão*. Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. “Palavra de ouro, cidade de palha (literatura anarquista)”. In: SCHWARZ, Roberto (Org.), *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____.; PRADO, Antonio Arnoni (Orgs.), *Contos anarquistas: antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935)*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____.; PRADO, Antonio A.; LEAL, Cláudia F. Baeta (Orgs.), *Contos anarquistas: temas e textos da prosa libertária no Brasil (1890-1935)*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____.; LEONARDI, Victor, *História do trabalho e da indústria no Brasil* (das origens aos anos vinte). São Paulo: Global, 1982.

HECKER, Alexandre, *Um Socialismo possível*. A atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1989.

_____. *Socialismo Sociável: História da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)*. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. “Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 2, Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HENSBERGEN, Gijs van, *Guernica, a tela de Picasso*. A história de um ícone do século XX, Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

HOBBSAWM, Eric J., *Revolucionários*. Ensaaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Os trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Mundos do trabalho*. Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Era dos Extremos*. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. “Adeus a tudo aquilo” e “Renascendo das cinzas”. In: BLACKBURN, Robin (Org.), *Depois da queda*. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOLLOWAY, Thomas H., *Imigrantes para o café*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

JOLL, James, *The Anarchists*. London: Methuen & Co Ltd, 1979 (second edition).

_____. *Anarquistas e Anarquismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.

JOYEUX, Maurice, *Reflexões sobre a Anarquia*. São Paulo: Terra Livre/ Archipélago, 1992.

JULLIARD, Jacques, *Autonomie ouvrière*. Études sur le syndicalisme d'action directe. Paris: Gallimard/ Le Seuil, 1988.

KHOURY, Yara Aun, *As greves de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1981.

_____. “Edgard Leuenroth, anarquismo e as esquerdas no Brasil”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 1, A Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KOCHER, Bernardo; LOBO, Eulália, *Ouve meu grito*. Antologia de poesia operária (1894-1923). Rio de Janeiro: Marco Zero/ UFRJ, 1987.

KONDER, Leandro, *Marx*. Vida e obra. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Fourier, o socialismo do prazer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. *A derrota da dialética*. A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. *As ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1995.

_____. “O Barão de Itararé”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 1, A Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KOWARICK, Lúcio, *Trabalho e vadiagem*. A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- KROPOTKIN, Piotr, *Textos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1987.
- _____. *A Anarquia: sua filosofia, seu ideal*. São Paulo: Imaginário, 2001.
- _____. *A conquista do pão*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.
- _____. *A Grande Revolução*. Lisboa: Guimarães, 1913.
- _____. *Memoirs of a Revolutionist*. London: The Cresset Library, 1988.
- LAFARGUE, Paul, *O direito à preguiça*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.
- LANDAUER, Gustav, *La Révolution*. Paris: Champ Libre, 1974.
- LEAL, Claudia F. Baeta, “Anarquismo em prosa e verso: literatura e propaganda anarquista na imprensa libertária de São Paulo durante a Primeira República”. In: DEMINICIS, Rafael; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 1*. Niterói: EDUFF/Mauad X, 2006.
- LEITE, Miriam L. Moreira, “Maria Lacerda de Moura e o Anarquismo”. In: PRADO, Antonio A. (Org.), *Libertários no Brasil*. Memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEUENROTH, Edgard, *Anarquismo*. Roteiro da libertação social. Rio de Janeiro: Achiamé; São Paulo: Centro de Cultura Social-SP, 2007.
- _____. *A organização dos jornalistas brasileiros (1908-1951)*. São Paulo: Com Arte, 1987.
- _____.; NEGRO, Hélio (DUARTE, Antonio Candeias), *O que é Maximismo ou Bolchevismo* (Programa Comunista). São Paulo: Semente, s/d (edição original de 1919).
- LEVAL, Gastón et alii, *Autogestão e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2002.
- LINHARES, Hermínio, *Contribuição à História das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- LITVAK, Lily, *Musa Libertaria*. Arte, literatura y vida cultural del anarquismo español (1890-1913). Barcelona: Antoni Bosch Editor, 1981.
- LOPES, José Sérgio (Coordenador), *Cultura e identidade operária*. Aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: Marco Zero/ UFRJ, 1987.
- LOPES, Milton, “A Universidade Popular: experiência educacional anarquista no Rio de Janeiro”. In: DEMINICIS, Rafael; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 1*. Niterói: EDUFF/ Mauad X, 2006.
- LÓPEZ, Fábio López, *Poder e domínio: uma visão anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.
- LOPREATO, Cristina Roquette, *O Espírito da revolta*. A greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2000.
- LUIZETTO, Flávio, *As Utopias Anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- LUZ, Fábio, *Ideólogo*. Rio de Janeiro: Typographia Altina, 1903.
- MAGNANI, Silvia I. Lang, *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MAGÓN, Ricardo Flores, *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Imaginário, 2003.
- MAKHNO, Nestor et alii, *Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia*. São Paulo: Imaginário, 2001.
- MALATESTA, Errico, *A Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2001.
- _____. *Anarquistas, socialistas e comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. *Autoritarismo e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2004.
- _____. *Escritos revolucionários*. São Paulo: Imaginário, 2000.
- _____. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.
- _____.; FABBRI, Luigi. *Anarco Comunismo Italiano*. São Paulo: Luta Libertária Coletivo Editorial, s/d.
- MARAM, Sheldon Leslie, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARÇAL, João Batista, “Crônica dos velhos militantes libertários de Porto Alegre (1892-1930)”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 2*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.
- MARTINS, Ângela Maria Roberti, “O Segredo dos corpos: representações do feminino nas páginas libertárias”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 2*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.
- MARTINS, Ismênia de Lima, “Anotações sobre a História do trabalho no Brasil”. In: *Revista Brasileira de História*, nº 30. São Paulo: ANPUH, 1995.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, *O Manifesto Comunista*. 16ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- MATTOS, Marcelo Badaró, *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- _____. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- _____. (Coordenador), *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ/ FAPERJ, 2003.
- MAY, Todd, *Pós-estruturalismo e Anarquismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.
- MELLA, Ricardo, *Primeiro de Maio dia de luta e luto: a tragédia de Chicago*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.
- MELO, Aníbal Vaz de, *Cristo, o maior dos Anarquistas*. 3ª edição. São Paulo: Piratini, 1956.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, “Evaristo de Moraes – militância política na história da vida”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 1, A Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MINTZ, Frank, *O Anarquismo social*. São Paulo: Imaginário, 2006.

MOISÉS, José Álvaro, “A Greve dos 300 mil e as comissões de empresa”. In: *Cadernos Cedec*, volume 2, São Paulo, 1978.

MORAES, Evaristo, *Apontamentos de Direito operário*. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 1971.

_____. *O Anarquismo no tribunal do júri* (Processo de Edgard Leuenroth). Rio de Janeiro: Grupo Editor La Vero, 1918.

MORAES FILHO, Evaristo, *O problema do sindicato único no Brasil* (seus fundamentos sociológicos). 2ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

_____. (Org.), *O Socialismo Brasileiro*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

MULLER, Helena Isabel, *Flores aos rebeldes que falharam*. Giovanni Rossi e a utopia anarquista: Colônia Cecília. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1989.

MUNAKATA, Kazumi, *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MUÑOZ, Manuel Morales, *Cultura e ideologia em El Anarquismo español (1870-1910)*, Centro de Ediciones de La Diputación de Málaga, 2002.

NASCIMENTO, Rogério H. Z. – Florentino de Carvalho. *Pensamento social de um anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000

NÉBIAS, Wellington Barbosa, *A Greve geral e a Insurreição Anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

NETTLAU, Max, *História da Anarquia*. Das origens ao anarco-comunismo. São Paulo: Hedra, 2008.

NORTE, Sérgio Augusto Queiroz, *Bakunin, sangue, suor e barricadas*. Campinas: Papirus, 1988.

OITICICA, José, *A doutrina Anarquista ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Germinal, 1945.

_____. *Ação Direta*. Meio século de pregação libertária. Rio de Janeiro: Germinal, 1964.

OLIVA, Alberto, *Anarquismo e conhecimento*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2005.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon, *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*, Niterói, Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2009.

PALLOTTINI, Renata, *Colônia Cecília* (um pouco de ideal e de polenta). Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

PANDOLFI, Dulce, *Camaradas e companheiros*. História e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PASSETTI, Edson, *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003.

PENA, Maria Valéria Junho, *Mulheres e trabalhadoras*. Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PENTEADO, Jacob, *Belenzinho, 1910* (retrato de uma época). São Paulo: Carrenho Editorial, 2003. (1ª edição, 1962).

PEREIRA, Astrojildo, “Formação do PCB”. In: _____. *Ensaio histórico e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PERROT, Michelle, “Operários”. In: _____. *Os excluídos da História*. Operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Lês Ouvriers em grève: France 1871-1890*. Paris-La Haye: Mouton, 1974.

PESSOA, Fernando, *O banqueiro anarquista*. Lisboa: Edições Antígona, 1986.

PETITFILS, Jean-Christian, *Os socialismos utópicos*. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, *Política e trabalho no Brasil* (dos anos vinte a 1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. “O proletariado industrial na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (Org.), *O Brasil Republicano, Tomo III da História Geral da Civilização Brasileira, volume 9, Sociedade e Instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1977.

_____. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____.; HALL, Michael, *A classe operária no Brasil (1889-1930), documentos, volume 1, O movimento operário*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

_____.; HALL, Michael, *A classe operária no Brasil (1889-1930), documentos, volume 2, Relações com os empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____.; HALL, Michael, “O grupo Clarté no Brasil: da revolução nos espíritos ao Ministério do Trabalho”. In: PRADO, Antonio Arnoni (Org.), *Libertários no Brasil*. Memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO, Antonio Arnoni (Org.), *Libertários no Brasil*. Memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PROUDHON, Pierre-Joseph, *Textos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.

RAGO, Margareth, *Do cabaré ao lar. A Utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- _____. *Anarquismo e Feminismo no Brasil*. Audácia de Sonhar. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- _____. *Entre a História e a Liberdade*. Luce Fabbri e o Anarquismo contemporâneo. São Paulo: UNESP, 2000.
- _____. “Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 1, A Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- RAMALHO, José Ricardo, *Estado-patrão e luta operária*. O caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- RANCIÈRE, Jacques, *A Noite dos proletários*. Arquivos do sonho operário. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- RAYNAUD, Jean-Marc, *Apelo à unidade do movimento libertário*. São Paulo: Imaginário, 2003.
- _____.; NOEL, Roger (Orgs.), *História do Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2008.
- RECLUS, Elisée, *A Evolução, a revolução e o ideal anarquista*. São Paulo: Imaginário, 2002.
- REED, John – *Dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Edições Sociais, 1978
- REIS FILHO, Daniel Aarão, *Uma revolução perdida*. A história do socialismo soviético. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- _____. “Anarquismos, anarquistas”. In: DEMINICIS, Rafael; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 1*. Niterói: EDUFF/ Mauad X, 2006.
- _____. “Anarquismos: movimentos sociais, organizações e trajetórias de vida”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 2*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.
- ROCKER, Rudolf, *A Ideologia do Anarquismo*. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2005.
- _____. et alii, *Os Anarquistas julgam Marx*. Brasília: Novos Tempos, 1986.
- RODRIGUES, Leônicio Martins, “Sindicalismo e classe operária (1930-1964)” e “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: FAUSTO, Boris (Org.), *O Brasil Republicano, Tomo III da História Geral da Civilização Brasileira, volume 10, Sociedade e Política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1983.
- ROMANI, Carlo, *Oreste Ristori*. Uma aventura anarquista. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2002.

- _____. “A Revolta de 1924 em São Paulo: uma história mal contada”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 2*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.
- RUSSEL, Francis, *A Tragédia de Sacco e Vanzetti*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SALVADÓ, Francisco J. Romero, *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- SAMIS, Alexandre Ribeiro, *Clevelândia*. Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. Rio de Janeiro: Achiamé; São Paulo: Imaginário, 2002.
- _____. *Minha pátria é o mundo inteiro*. Neno Vasco, o Anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos. Lisboa: Letra Livre, 2009.
- _____. *Negras tormentas*. O federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011.
- _____. “Desvio e ordem: o anarquismo e a polícia na República Velha”. In: DEMINICIS, Rafael; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 1*. Niterói: EDUFF/ Mauad X, 2006.
- _____. “Presenças indômitas: José Otílica e Domingos Passos”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 1, A Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. “Anarquismo, ‘bolchevismo’ e a crise do sindicalismo revolucionário”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (Orgs.), *História do Anarquismo no Brasil, volume 2*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.
- SANCHES NETO, Miguel, *Um amor anarquista*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SANTANA, Marco Aurélio, “Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 2, Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- SANTILLÁN, Diego Abad de, *Ricardo Flores Magón, o apóstolo da Revolução Mexicana*. Rio de Janeiro: Achiamé/ FARJ; São Paulo: Faísca, s/d.
- SARTI, Ingrid, *Porto Vermelho*. Os estivadores santistas no sindicato e na política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SCHMIDT, Afonso, *Colônia Cecília*. 3ª edição. Romance de uma experiência anarquista. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SCHMIDT, Benito Bisso, “Os partidos socialistas na nascente República”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 1, A Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Josué Pereira da, *Três discursos, uma sentença*. Tempo e trabalho em São Paulo (1906-1932). São Paulo: Annablume/ FAPESP, 1996.

SIMÃO, Azis, *Sindicato e Estado*. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Ática, 1981.

SOUZA, Dimas Antonio, *O mito político no teatro anarquista brasileiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

SOUZA, Wlaumir Doniseti de, *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante*. Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina. São Paulo: UNESP, 1999.

SYMONS, Julian, *The General Strike*. London: The Cresset Library, 1987.

SZABO, Ladislao Pedro (Org.), *Hungria 1956... e o muro começa a cair*. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer, *A Formação da Classe Operária Inglesa (3 volumes)*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOREAU, Henry David, *Desobedecendo*. A desobediência civil e outros escritos. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

TOLEDO, Edilene, *Anarquismo e sindicalismo revolucionário*. Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *Travessias Revolucionárias*. Ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas: UNICAMP, 2004.

_____. “A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 1, A Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TRAGTENBERG, Maurício, *A Revolução Russa*. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2007.

VARES, Luiz Pilla, *O Anarquismo*. Porto Alegre: UFRS, 1988.

VARGAS, Maria Theresa (Org.), *Antologia do teatro anarquista*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____.; LIMA, Mariângela Alves de. “Teatro operário em São Paulo”. In: PRADO, Antonio Arnoni (Org.), *Libertários no Brasil*. Memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VIANNA, Luiz Werneck, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos; GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza, *Semeando Democracia*. A trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem: Palesa, 1995.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; JESUS, Ronaldo Pereira de, “A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 1, A Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WALTER, Nicolas, *Sobre o Anarquismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.

WILDE, Oscar, *A Alma do homem sob o socialismo*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.

WOODCOCK, George, *Anarquismo. Uma História das ideias e movimentos libertários, volume 1, A Ideia*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.

_____. *Anarquismo. Uma História das ideias e movimentos libertários, volume 2, O Movimento*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.

_____. (Org.), *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

ZAIDAN FILHO, Michel, *Comunistas em céu aberto (1922-1930)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

ZENDRON, Ruth Coelho, Entrevista concedida por Edgar Rodrigues à pesquisadora, reproduzida em DVD, 2001.

ZOLA, Émile. *Germinal*. Rio de Janeiro: Bruguera, 1969.

6.4 Obras sobre o Brasil República e a República Portuguesa

ALMINO, João, *Os democratas autoritários*. Liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946. São Paulo: Brasiliense, 1980.

AMADO, Jorge, *Os subterrâneos da liberdade (3 volumes)*. 15ª edição. São Paulo: Martins, s/d.

BARBOSA, Francisco de Assis, *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*. 6ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio/ Instituto Nacional do Livro, 1981.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José, *A verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*. 2ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

BARRENO, Maria Isabel, *As vésperas esquecidas*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

BARROS, Orlando de, “Os intelectuais de esquerda e o ministério Lindolfo Collor”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 1, A Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- BASBAUM, Leôncio, *História sincera da República* (4 volumes). 4ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976-1977.
- _____. *Uma vida em seis tempos* (Memórias). São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BERNARDET, Jean-Claude, *Cinema brasileiro: propostas para uma história*. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.
- BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (Orgs.), *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BRANDI, Paulo, *Vargas: da vida para a História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- BRITO, Carlos, *Vale a pena ter esperança*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.
- CARDOSO, Fernando Henrique, “Dos governos militares a Prudente-Campos Sales”. In: FAUSTO, Boris (Org.), *O Brasil Republicano, Tomo III da História Geral da Civilização Brasileira, volume 8, Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975.
- CARLONI, Karla, “A esquerda militar no Brasil (1955-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 2, Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARNEIRO, Edson, *O Quilombo dos Palmares*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- CARONE, Edgard, *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- _____. *A República Velha: evolução política*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.
- _____. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.
- _____. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.
- _____. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: FAUSTO, Boris (Org.), *O Brasil Republicano, Tomo III da História Geral da Civilização Brasileira, volume 9, Sociedade e Instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1977.

CASCARDO, Francisco Carlos Pereira, “A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 1, A Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de, “A Frente Única Antifascista (1933-1934)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 1, A Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Ruy, *A onda que se ergueu no mar: novos mergulhos na Bossa Nova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CHAUÍ, Marilena, “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho, *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ Cedec, 1978.

COELHO, Edmundo Campos, *Em busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

CORTESÃO, Jaime, *Portugal. A terra e o homem*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.

COSTA, Emília Viotti da, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

CUNHA, Euclides da, *Os Sertões*. In: *Obra Completa, volume II* (Organizada sob a direção de Afrânio Coutinho). São Paulo: Companhia Aguilar, 1966.

D’ARAUJO, Maria Celina, *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945 a 1965*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DECCA, Edgar Salvadori de, *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves, “Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 2, Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DREIFUSS, René Armand, *1964: a Conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1981.

FACÓ, Rui, *Cangaceiros e fanáticos*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FAORO, Raymundo, *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro, 2 volumes. 3ª edição revista. Porto Alegre: Globo, 1976.

FARINHA, Luís, “O Revirinho contra a ditadura militar: o 3-7 de fevereiro de 1927 (Porto e Lisboa) e os levantamentos armados de 1928-1931”. In: *Resistência. Da alternativa*

republicana à luta contra a ditadura (1891-1974), Publicação da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, 2010.

FAUSTO, Boris, *A Revolução de 1930*. Historiografia e História. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. *Pequenos ensaios de História da República (1889-1945)*. São Paulo: Cadernos CEBRAP nº 10, 1972.

_____. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. (Org.), *O Brasil Republicano, Tomo III da História Geral da Civilização Brasileira, volumes 8 a 11*. São Paulo: Difel, 1975 a 1995.

FERREIRA, Jorge, “A democratização de 1945 e o movimento queremista”; “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”; “O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.), *O Brasil Republicano, volume 3 – O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

_____. (Org.), *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. (Org.), *As Repúblicas no Brasil: política, sociedade e cultura*. Niterói: UFF, 2011.

_____. (Org.), *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ 7 Letras, 2011.

_____.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.), *O Brasil Republicano, 4 volumes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____.; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, 3 volumes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Sofia, “1958-1962: Quatro anos que estremeceram o regime”. In: *Resistência. Da alternativa republicana à luta contra a ditadura (1891-1974)*, publicação da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, 2010.

FORJAZ, Maria Cecília Spina, *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOMES, Ângela de Castro, *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____.; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. (Org.), *O Brasil de JK*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

_____.; FERREIRA, Jorge, *Jango. As múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

_____. “Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base”. In: In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.), *As Esquerdas no Brasil, volume 2, Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HIPPOLITO, Lucia, *De raposas e reformistas. O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IANNI, Octavio, *O colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KUBITSCHKE, Juscelino, *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974.

LAMOUNIER, Bolívar, “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.), *O Brasil Republicano, Tomo III da História Geral da Civilização Brasileira, volume 9, Sociedade e Instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1977.

LEAL, Victor Nunes, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEITE, Milton, *As melhores seleções brasileiras de todos os tempos*. São Paulo: Contexto, 2010.

LESSA, Renato, *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Vértice/ IUPERJ, 1988.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de, *Bagatelas*. In: *Obra Completa, volume IX*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Diário íntimo*. In: *Obra Completa, volume XIV*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Feiras e Mafuás*. In: *Obra Completa, volume X*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Impressões de leitura*. In: *Obra Completa, volume XIII*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Marginalia*. In: *Obra Completa, volume XII*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Vida Urbana*. In: *Obra Completa, volume XI*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

LOFF, Manuel, “Lutar pela liberdade! Da alternativa republicana à resistência contra a ditadura (1891-1974)”. In: *Resistência. Da alternativa republicana à luta contra a ditadura*

(1891-1974), Publicação da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, 2010.

LOVE, Joseph, *O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MADEIRA, João, “A organização operária no crepúsculo do sindicalismo livre”. In: *Resistência. Da alternativa republicana à luta contra a ditadura (1891-1974)*, Publicação da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, 2010.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *A bem da Nação*. O sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ FAPERJ, 2002.

MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando (Orgs.), *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã/ CEPES/ FAPERJ, 2006.

MARTINS, José de Souza, *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINEZ CORRÊA, Anna Maria, *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.

MIA COUTO, *Vinte e Zinco*, Lisboa, Editorial Caminho, 1999.

MONIZ, Edmundo, *Canudos: a guerra social*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Elo Editora e Distribuidora, 1987.

MORAES, Denis de; VIANA, Francisco, *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOREL, Edmar, *A Revolta da Chibata*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

NUNES, João Paulo Avelãs, “A Segunda Guerra Mundial, o reforço e a unidade das oposições ao Estado Novo (1941-1949)”. In: *Resistência. Da alternativa republicana à luta contra a ditadura (1891-1974)*, Publicação da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, 2010.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José, “O Idealismo da Constituição”. In: CARDOSO, Vicente Licínio, *À Margem da História da República*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

PAMPLONA, Marco Antonio, *Revolutas, repúblicas e cidadania*. Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PANDOLFI, Dulce (Org.), *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, *Estratégias da Ilusão*. A revolução mundial e o Brasil (1922-1935). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

- PONTES, Ipojuca, *A Manha do Barão*. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.
- PRESTES, Anita Leocádia, *A Coluna Prestes*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- RAMOS, Graciliano, *Memórias do cárcere*. São Paulo: Martins, s/d.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.), *O Golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 2004.
- SANTA ROSA, Virgínio, *O sentido do Tenentismo*. 3ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos (Org.), *O Rio de Janeiro de Lima Barreto, 2 volumes*. Rio de Janeiro: Edições Rio Arte, 1983.
- SARAMAGO, José. *O Ano da morte de Ricardo Reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *As pequenas Memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *Viagem a Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *As palavras de Saramago* (Organização e seleção de GÓMEZ AGUILERA, Fernando). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SEVCENKO, Nicolau, *Literatura como Missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SILVA, Eduardo, *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Marcos A. da, *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SINGER, Paul, “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. FAUSTO, Boris (Org.), *O Brasil Republicano, Tomo III da História Geral da Civilização Brasileira, volume 8, Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975.
- _____. “O ‘milagre brasileiro’: causas e consequências”. In: _____. *A Crise do “milagre”: interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck, *História da imprensa no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. *A Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de, *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

TOTA, Antonio Pedro, *O Imperialismo sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRINDADE, Hégio, *Integralismo. O fascismo brasileiro na década de trinta*. São Paulo: Difel, 1974.

VESENTINI, Carlos Alberto, *A teia do fato. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec/ USP, 1997.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes, *Revolucionários de 35. Sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIEIRA, Alice, *Vinte cinco a sete vozes*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

WEFFORT, Francisco C., *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra)”. In: *Estudos CEBRAP* nº 4, São Paulo, 1973.

6.5 Obras de referência teórico-metodológica

BLOCH, Marc, *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. *A estranha derrota*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

BOBBIO, Norberto, *Os intelectuais e o poder. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997.

BORGES, Vavy Pacheco, *História e política: laços permanentes*. In: *Revista Brasileira de História* nº 23/24. São Paulo: ANPUH, 1992.

BOSI, Ecléa, *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1983.

BOURDIEU, Pierre, “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.), *Usos e abusos da História Oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

CHAUÍ, Marilena de Souza, “Os trabalhos da memória”. In: BOSI, Ecléa, *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1983.

DUBY, Georges, “História Social e ideologia das sociedades”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.), *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

FEBVRE, Lucien, *Combates pela História*. 3ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Orgs.), *Usos e abusos da História Oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

GINZBURG, Carlo, *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOMES, Ângela de Castro (Org.), *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

_____. “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo”, In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.), *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ FAPERJ, 2007.

GRAMSCI, Antonio, “A Formação dos Intelectuais”. In: _____. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HUMBERT, Agnes, *Resistência. A História de uma mulher que desafiou Hitler*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

JULLIARD, Jacques, “A Política”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.), *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, Jacques, “Memória”. In: *Enciclopédia Einaudi, volume 1, Memória – História*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

_____. “As Mentalidades: uma História ambígua”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.), *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LEVI, Giovanni, “Usos da Biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.), *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LEVI, Primo, *Se não agora, quando?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LEVILLAIN, Philippe, “Os protagonistas: da Biografia”. In: RÉMOND, René (Org.), *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996.

MICELI, Sérgio, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

NORA, Pierre, “O retorno do fato”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.), *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

NORA, Pierre (Org.), *Ensaio de Ego-História*. Lisboa: Edições 70, 1989.

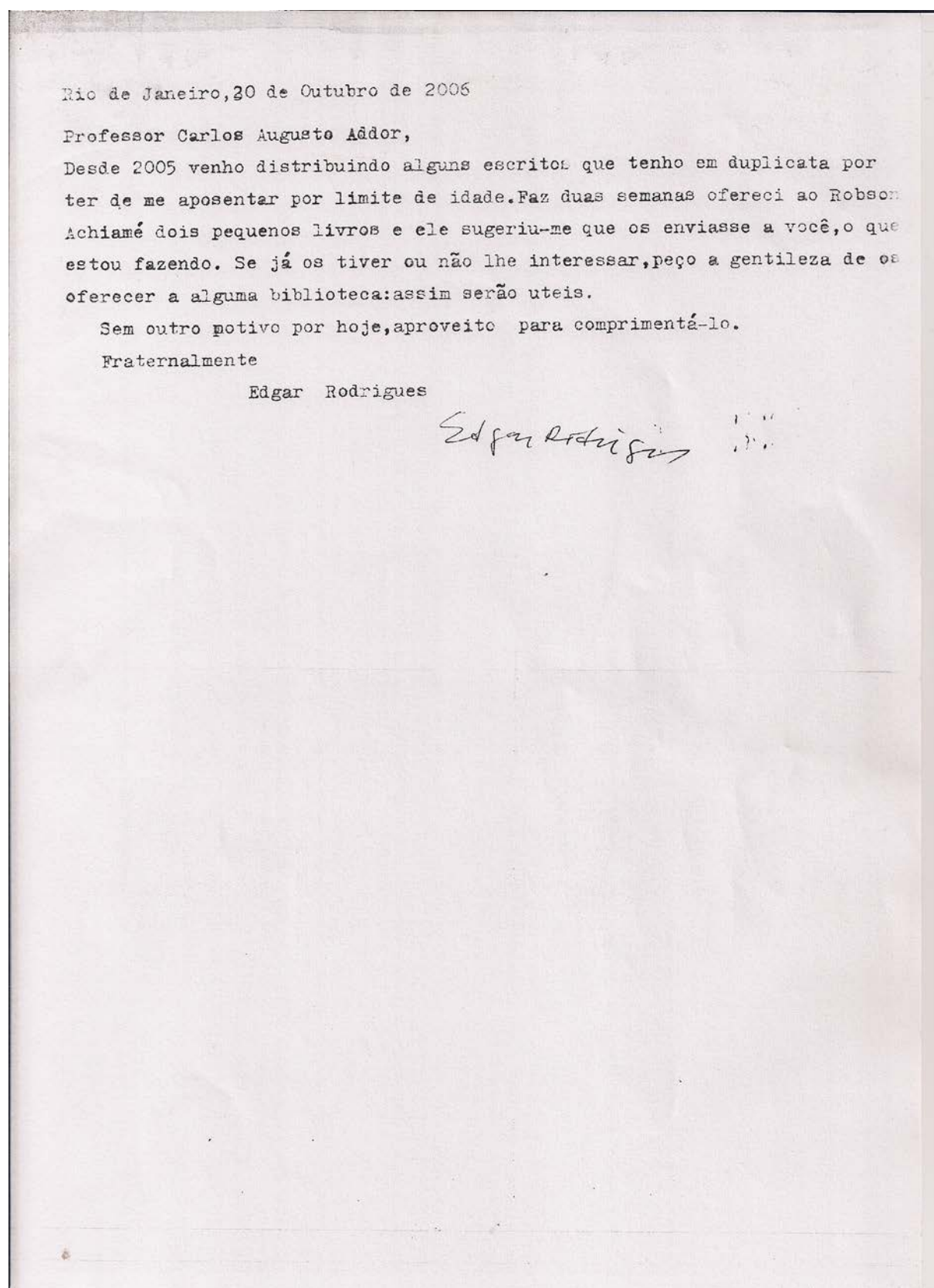
NOVAIS, Fernando A., “Caio Prado Jr. na historiografia brasileira”. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (Orgs.), *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PORTELLI, Alessandro, “A Filosofia e os fatos”. In: *Revista Tempo*, volume 1, nº 2. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense/ Relume-Dumará, 1996.

- RAGO, Margareth, *Foucault, História e Anarquismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão, “Apresentação” do Dossiê *História do tempo presente*, *Revista Tempo*, volume 8, nº 16. Rio de Janeiro: EDUFF/ 7 Letras, 2004.
- RÉMOND, René, “Uma História presente”. In: RÉMOND, René, (Org.), *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996.
- RÉMOND, René (Org.), *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996.
- ROSANVALLON, Pierre, “Por uma história conceitual do político (nota de trabalho)”. In: *Revista Brasileira de História* nº 30. São Paulo: ANPUH, 1995.
- ROUSSO, Henry, *La Hantise du passé*. Paris: Les Editions Textuel, 1998.
- SIRINELLI, Jean-François, “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René, (Org.), *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996.
- _____. “A Geração”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.), *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula, “Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.), *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- VACCARO, Salvo, *Foucault e o Anarquismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.
- VAINFAS, Ronaldo, *Micro-história*. Os protagonistas anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VEYNE, Paul, *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- VILAR, Pierre, “História marxista, História em construção”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.), *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

7.1

Troca de correspondências



LEGENDA: Primeira carta de Edgar Rodrigues para Carlos Addor. 20 de outubro de 2006.

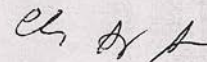
Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2006

Prezado Senhor Edgar Rodrigues

Venho por meio desta, em primeiro lugar, agradecer a generosa oferta de dois exemplares de sua vasta obra, o *ABC do Sindicalismo Revolucionário* (esta na verdade eu já tinha, mas não em bom estado) e *Socialismo, Síntese das Origens e Doutrinas* (esta eu não conhecia). Sr. Edgar, a oferta veio bem a calhar, pois eu estou exatamente amadurecendo a idéia (para transformá-la num projeto de pesquisa e eventualmente numa tese de doutorado) de empreender um estudo, uma análise do conjunto de sua obra, que considero de grande relevância para a compreensão da história do anarquismo no Brasil. Já li alguns dos seus trabalhos, e disponho na minha biblioteca particular de uma parte significativa (mas não a totalidade) de suas publicações. Recentemente, encomendei (e já recebi) ao Robson Achiamé, que publicou a segunda edição da minha tese de mestrado sobre a tentativa insurrecional dos anarquistas no Rio de Janeiro em 1918, os livros de sua autoria que eu ainda não possuía. Na ocasião, comentei com ele sobre essa idéia, esse pré-projeto (na verdade, conversei, por enquanto, com pouquíssimas pessoas sobre essa idéia), deve ter sido por essa razão que ele sugeriu que o senhor enviasse para mim os livros. Aproveito a oportunidade para ofertar ao senhor um exemplar do número 12 da Revista de História da Biblioteca Nacional, do qual consta um artigo meu, *Ilusões Revolucionárias* (também sobre o levante de 1918) e também um exemplar desta segunda edição revista e atualizada de *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Sei que o senhor conhece a primeira edição, pois li seus comentários no Volume 1 das *Rebeldias*. Desta segunda edição, entretanto, consta um pequeno Prefácio, no qual tento brevemente contextualizar o anarquismo no início do século XXI. Peço desculpas pela demora em responder sua carta, mas o fato é que há cerca de dois para três meses me mudei (o novo endereço consta no envelope), e só peguei seus livros e sua carta há poucos dias, quando passei no endereço antigo exatamente em busca da correspondência.

Sem mais no momento, saudações libertárias e fraternais e um abraço,

Carlos Addor.



LEGENDA: Primeira carta de Carlos Addor para Edgar Rodrigues. 22 de novembro de 2006.

Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 2006

Meu caro Carlos Adder, boa saúde!

Confirme sua carta de 22 de Novembro e agradeço seu livro e a revista História, e adiante-lhe que ainda não os li por razões de ordem pessoal, envolvendo minhas limitações de visão: leio aos poucos, mas leio, creia!

Começo minha carta pedindo-lhe para abolir o SENHOR. Ache uma palavra pesada para mim, para minha irreverência e minhas idéias. Se me voltar a escrever, e que espere faça, deixe fora o SENHOR, combinado?

Sobre meus dois envios deve-lhe um melhor esclarecimento. No começo de 2005 resolvi "pedir" minha aposentadoria para 2006, por limite de idade, muitas problemas de saúde, crente de que já tinha feito a minha parte na divulgação do anarquismo, melhor dito, e que me foi possível fazer ^{sendo} fugitivo da ditadura portuguesa em agosto de 1951, com pouco mais do que a roupa do corpo e a cabeça cheia de planos e idéias.

E pensando em aposentadoria, vi-me diante de saldos de livros e outros documentos, e tratei de começar a enviar para pessoas que me eram dados endereços e outras que conhecia. Também enviei para ^{ar}quivos, bibliotecas do Brasil e do exterior: não queria perder nada de que consegui nos mais de 50 anos de Rio de Janeiro. E meus calculos pareceram-me suficientes, no que dizia respeito a tempo hábil, mas enganei-me. Muitas outras coisas foram acontecendo independente de meus envios de obras e até originais que para mim não eram mais precisos. E foi dentro desta decisão que dei várias coisas ao Robson Achiamé, e foi também ele que me sugeriu enviar livros para algumas pessoas, inclusive para si.

Digo enganei-me por ter recebido e ajudado um professor italiano a juntar documentos e escritos sobre mim para ele defender tese tendo como tema vida e obra de Edgar Rodrigues, na universidade de Napoli, 2005. Antes já tinha tido outros pedidos de ajuda para fornecer dados e obras para outras teses, e o tempo foi passando, não me dando oportunidade de me apresentar no final de 2006, mas espere que por todo o ano de 2007, deve terminar os meus envios ficando apenas com minha biblioteca.

Ainda dentro desta intenção, estou-lhe enviando um catálogo de exposição de meus livros em Lisboa e no Porto (embora tenha sido no Rio de Janeiro

que escrevi e os publiquei), um DVD e pequenos escritos que não sei se lhe interessarão.

Depois de escrever e publicar 4 livros que denunciavam a ditadura portuguesa (48 anos), compromisso que assumi antes de me refugiar no Brasil, surgiu em 1968 no Rio de Janeiro e em Paris, e eu escrevi às pressas o opúsculo *SOCIALISMO-SÍNTESE DAS ORIGENS E DOCTRINAS*, mas não consegui editar nem gráfica e saiu mesmo mimeografado, cheio de gralhas e palavras ilegíveis. Assim mesmo esgotou-se e muitos exemplares foram apreendidos pelos militares. O que lhe enviei foi uma segunda edição na tentativa de corrigir a primeira edição.

Independente de levar adiante sua tese sobre E.R., se precisar de algumas informações e/ou livros que eu ainda possua, estou à sua disposição.

Já ajudei em pesquisas de mais de 20 professores, advogados e outros para teses diversas. Atualmente ajudo (em pesquisa) dois professores, ambos de São Paulo, que empreenderam a defesa de teses sobre José Giticica.

Fico por aqui e insisto em dizer-lhe que Robson Achiamó, ao sugerir que lhe enviasse os dois opúsculos, não me adiantou o motivo.

Fraternamente,

Edgar Rodrigues

Carta a Edgar Rodrigues

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2009

Meu caro Edgar Rodrigues,

Em primeiro lugar, peço desculpas pelo longo tempo sem escrever. Alguns problemas de ordem pessoal e também (ainda bem) muito trabalho. De qualquer forma, Edgar, continuo pesquisando sua obra, lendo seus livros.

Em 2007, no primeiro semestre letivo, ministrei uma disciplina no Curso de graduação em História, na Universidade Federal Fluminense (onde leciono há muitos anos) sobre a História do Anarquismo no Brasil, utilizando alguns de seus livros como parte central das referências bibliográficas; estou encaminhando uma cópia do Programa do Curso em anexo. No mesmo ano, ao longo do segundo semestre, elaborei um projeto de Tese de Doutorado, **cujá proposta central é uma análise, um estudo da obra de Edgar Rodrigues**, caracterizado no projeto como um dos mais importantes (senão o mais importante) memorialistas do anarquismo no Brasil. O projeto foi muito bem avaliado, e fui aprovado com excelente nota, na verdade em primeiro lugar, pela banca de História Contemporânea II do Programa de Pós-graduação da UFF.

Ao longo do ano de 2008 continuei, ao mesmo tempo em que desenvolvia outras atividades e leituras inerentes ao trabalho docente, trabalhando com sua obra. No último semestre, o segundo letivo de 2008, fiz um excelente Curso. O tema – a resistência francesa ao processo de ocupação da França pela Alemanha nazista – não tem a ver diretamente com o anarquismo (especialmente com o anarquismo no Brasil), mas as leituras e discussões me foram muito úteis. Debates essencialmente questões relacionadas à chamada “História do tempo presente”, e também questões sobre as relações entre História e Memória, e História e Cultura política.

Ainda em 2008 li suas “Lembranças Incompletas”, obra com informações e reflexões fundamentais. A propósito, um parêntese: meu livro sobre “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro”, de cuja segunda edição lhe enviei um exemplar, é resultado da minha tese de mestrado (e não de uma tese de doutoramento, como é afirmado na página 393 das suas “Lembranças Incompletas”).

De qualquer forma, agradeço a referência ao meu livro como “colaboração na propaganda anarquista”, de fato ele tem também esse sentido. É uma pena que quando li suas “Lembranças ...”, **meu projeto de tese sobre a obra de Edgar Rodrigues** já tinha sido elaborado e aprovado. Mas com certeza o livro será trabalhado ao longo da minha tese. Para a elaboração do projeto, tinha me sido muito útil a leitura do seu depoimento publicado pela Editora Achiamé nos “Três Depoimentos Libertários”.

Neste momento, Edgar, agradeço também (embora com este enorme atraso) o envio do DVD com a entrevista concedida à pesquisadora Ruth Coelho Zendron em 2001, do catálogo da Exposição sobre Edgar Rodrigues em Portugal (2002) e de todo o material por mim recebido. Continuo avançando no trabalho, nas leituras, pesquisas e reflexões. Esperando que possamos retomar nosso contato epistolar, receba mais uma vez minhas desculpas, meus votos de saúde, paz, amor e prosperidade – e tempo para desfrutá-los” (aprendi esse brinde na Rússia, quando lá estive brevemente em 1995), minhas saudações libertárias e fraternais e um abraço do



Carlos Augusto Addor

LEGENDA: Segunda carta de Carlos Addor para Edgar Rodrigues. 18 de fevereiro de 2009.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2009
Prezado prof. Carlos Augusto Addor,
Estou-lhe pedindo desculpas e enviando umas
pobres de livros (ainda tendo mais) esperando
que lhe sejam úteis. A resposta à sua
Carta irá logo que possa.
Faz algum tempo estou com a saúde
complicada (parte física), mas se lhe
poder ser útil, com alguma informação,
avise; estou à sua disposição. Intelectual^{mente} estou bem!
Um abraço e de notícias.
Edgar Rodrigues

LEGENDA: Terceira carta de Edgar Rodrigues para Carlos Addor. 16 de março de 2009.

Laranjeiras, 26 de março de 2009

Meu caro Edgar Rodrigues,

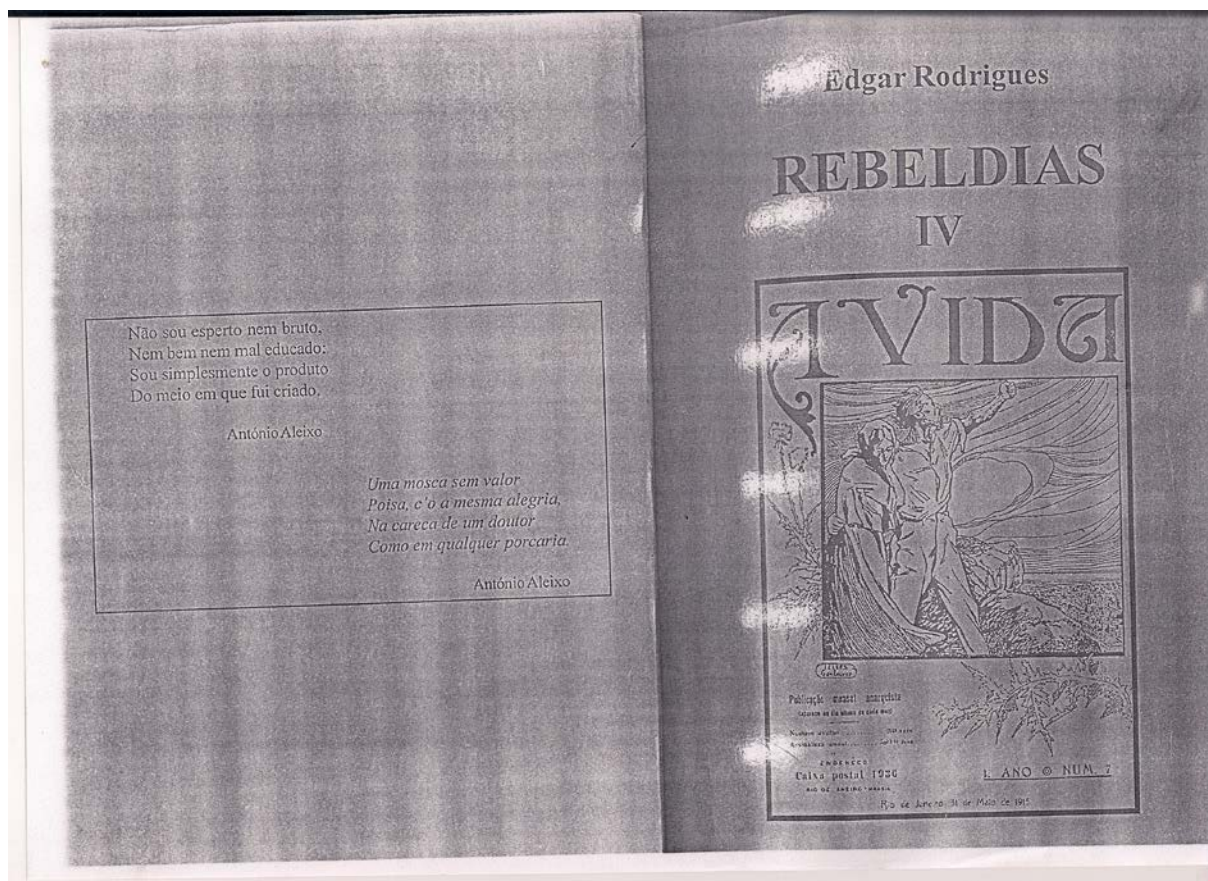
Venho por meio desta agradecer a generosa oferta de alguns livros de sua autoria – “Anarquismo à moda antiga ...”, “Deus Vermelho”, “Mulheres e Anarquia” e o volume IV da série “Rebeldias” (deste série, já possuía os 3 primeiros volumes). Certamente, os livros serão muito úteis para o meu trabalho de tese. Folgo em saber que intelectualmente você (sei que permite tratá-lo desta maneira informal) está bem e faço votos para que sua saúde melhore. Não pretendo incomodá-lo, ao menos neste momento, com assuntos intelectuais / acadêmicos, embora eu saiba que nos une ou nos aproxima a afinidade com o Anarquismo. De qualquer forma, agradeço também sua disponibilidade para eventualmente prestar a mim informações, para além daquelas que já adquiri através da leitura de suas obras. Como já escrevi antes, já li seu depoimento publicado nos “Três Depoimentos Libertários”, da Achiamé, e, mais recentemente, suas “Lembranças Incompletas”. Conheço, então, alguns aspectos da sua vida. Nada que substitua, obviamente, uma eventual conversa pessoal, mas essa possibilidade, certamente, ficará a seu critério. Como disse acima, não pretendo e não vou absolutamente incomodá-lo. Reiterando meus votos de melhora na sua saúde, receba minhas saudações libertárias e fraternais e um abraço do Carlos Augusto Addor.



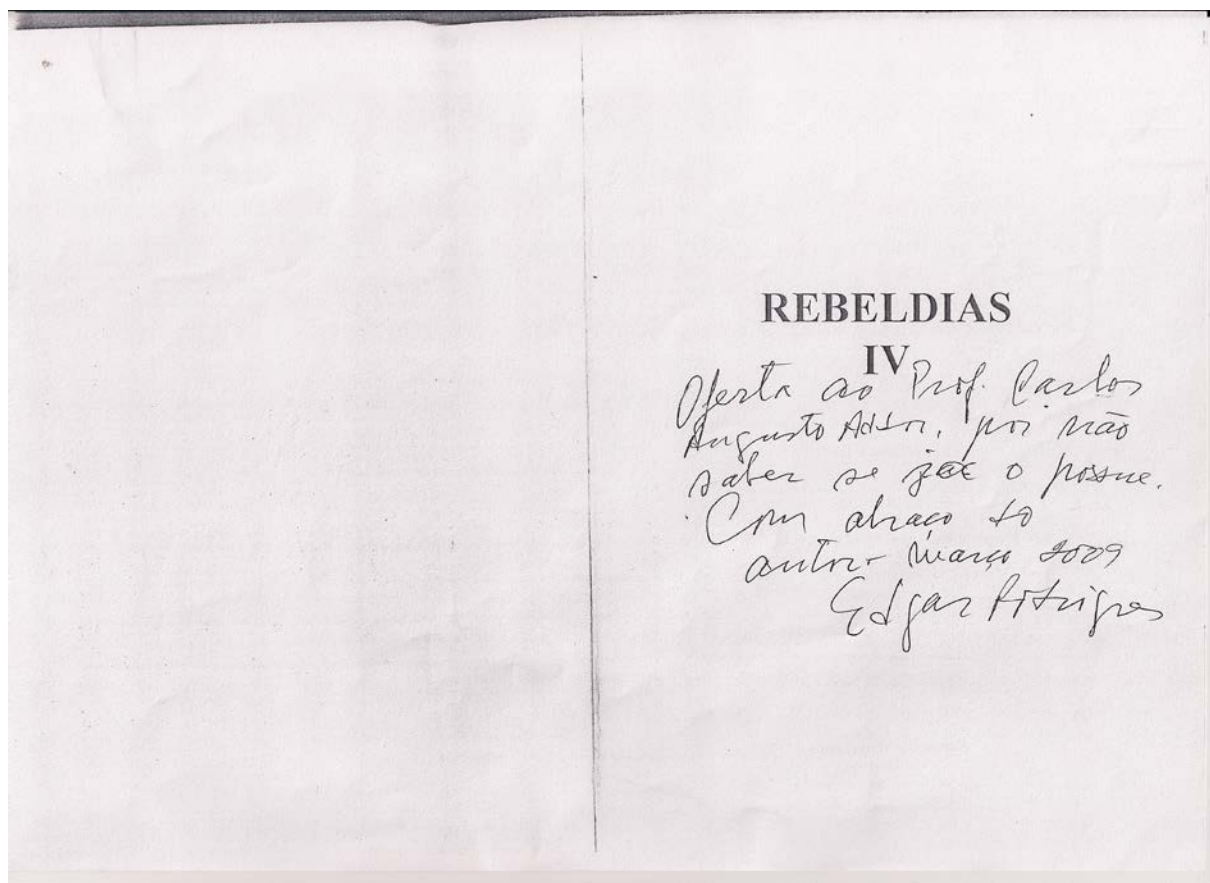
LEGENDA: Terceira carta de Carlos Addor para Edgar Rodrigues. 26 de março de 2009.

7.2

Diversos



LEGENDA: Capa do volume IV da série *Rebeldias* de Edgar Rodrigues.



LEGENDA: Folha de rosto do volume IV da série *Rebeldias* de Edgar Rodrigues, autografada para Carlos Augusto Addor.

60-1x10x10cm
de E.R.

EXPOSIÇÃO

Vida e Obra de Edgar Rodrigues

Autodidata, estudioso e escritor anarquista - Lavrense radicado no Brasil desde 1951.

Tem mais de 30 livros publicados. Tem sido correspondente de imensas publicações em muitos países.

Autor de 100 artigos sobre "Porto Rebelde" que estão a ser publicados no "Correio de Gaia"

Local - sede do G. D. M. "Flôr de Infesta"
S. Mamede Infesta

Data - 13 a 18/09/96

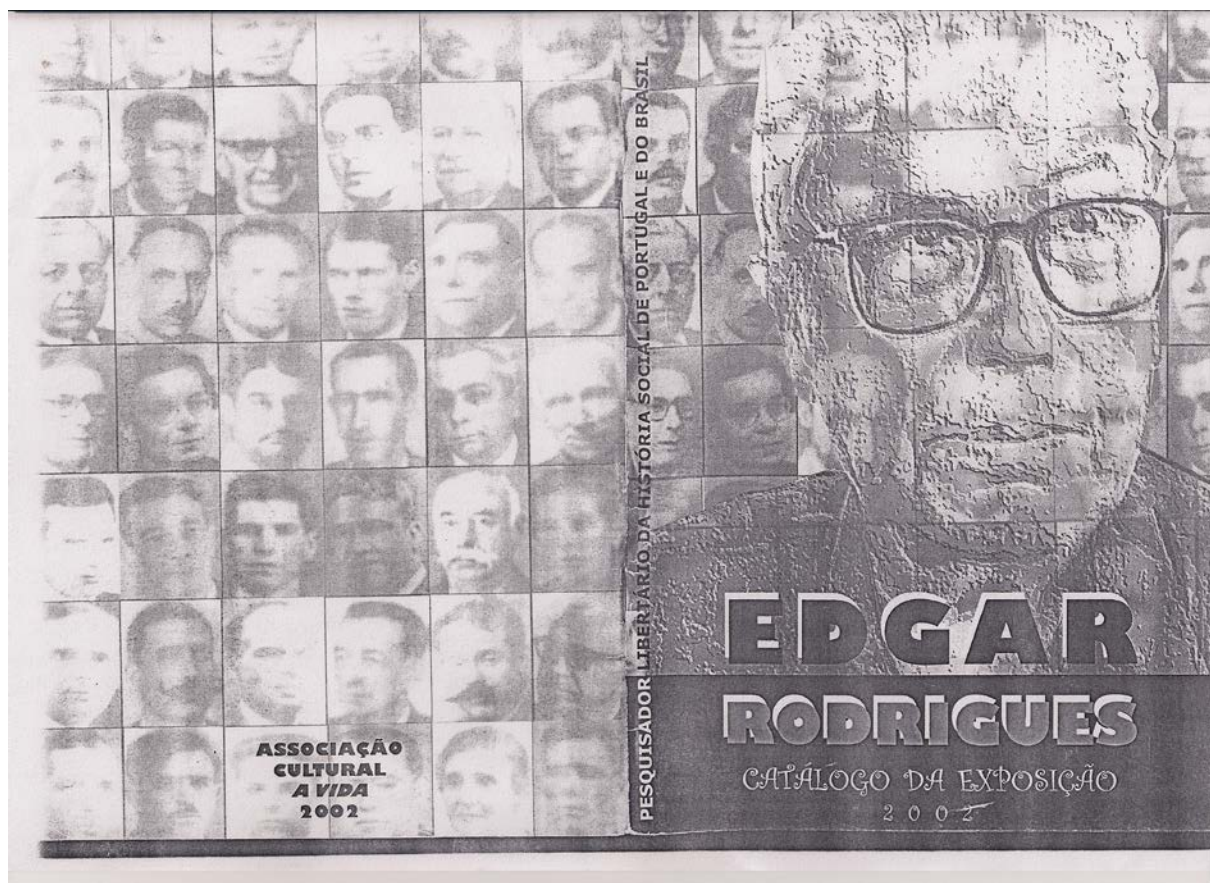
Horário - Dias da semana - 21.30h

- Sáb. e Domingo - 15 - 19h e 21.30 - 23h

Organização: Associação de Trabalho Social Voluntário de Lavra
Apoios: G.D.M. "Flôr de Infesta"
C.M.Matosinhos

VISITE

LEGENDA: Cartaz da "Exposição Vida e Obra de Edgard Rodrigues", organizada pela Câmara Municipal de Matosinhos, 1996.



LEGENDA: Capa e contracapa do Catálogo da “Exposição Edgar Rodrigues – pesquisador libertário da História Social de Portugal e do Brasil”, organizada pela Associação Cultural A Vida e montada em Lisboa e no Porto, 2002.